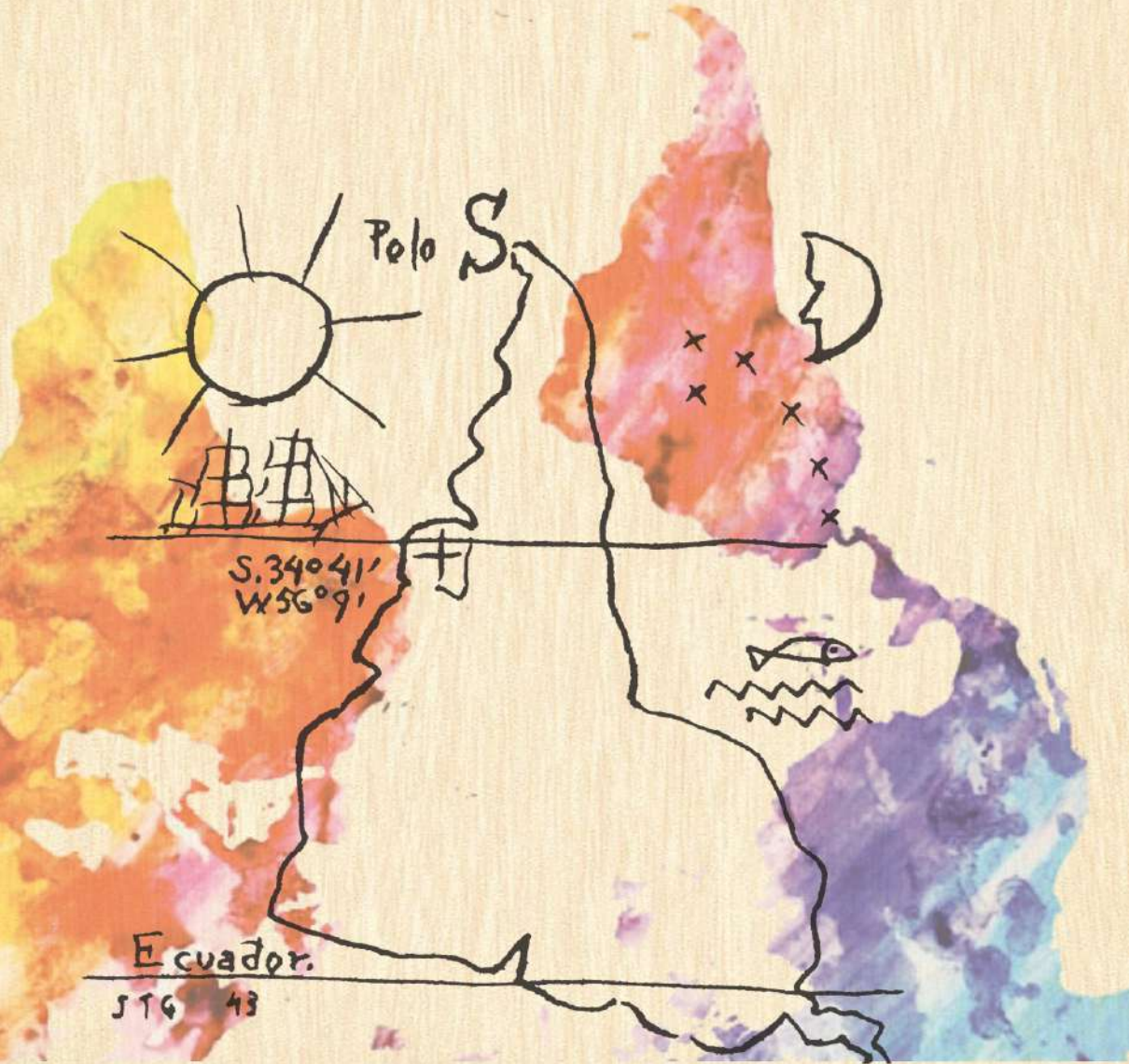
Raquel Maria Rigotto
Ada Cristina Pontes Aguiar
Lívia Alves Dias Ribeiro
(Organizadoras)

Tramas para a justiça ambiental:
diálogo de saberes e práxis emancipatórias



Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Educação
Rossieli Soares da Silva

Universidade Federal do Ceará
Reitor
Prof. Henry de Holanda Campos
Vice-Reitor
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Conselho Editorial
Presidente
Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães
Conselheiros
Profª. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez
Prof. Italo Gurgel
Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Raquel Maria Rigotto
Ada Cristina Pontes Aguiar
Lívia Alves Dias Ribeiro
(Organizadoras)

TRAMAS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL:

diálogo de saberes e práxis emancipatórias

EDIÇÕES
UFC
Fortaleza
2018

Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias
© 2018 Copyright by Raquel Maria Rigotto, Ada Cristina Pontes Aguiar, Lívia Alves Dias Ribeiro (Organizadoras)
Impresso Brasil / Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

Todos os Direitos Reservados
Edições UFC
Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará
CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85)3366.7499 (Distribuição)
3366.7766 (Diretoria) 3366.7439 (Livraria)
Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

Divisão de Editoração
Coordenação Editorial
Moacir Ribeiro da Silva

Revisão de Texto
Francisca de Sá Benevides

Normalização Bibliográfica
Perpétua Socorro Tavares Guimarães

Programação Visual e Diagramação
Valdianio Araújo Macedo

Capa
Mayara Melo Rocha

Catalogação na Fonte
Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães
CRB 3/801-98

Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias / organização de Raquel Maria Rigotto, Ada Cristina Pontes Aguiar, Lívia Alves Dias Ribeiro. – Fortaleza: Edições UFC, 2018.

597 p.

Isbn: 978-85-7282-755-3

1. Justiça ambiental 2. Ciência emancipatória 3. Universidade e Sociedade 4. Diálogos de saberes 5. Conflitos ambientais. I. Rigotto, Raquel Maria II. Aguiar, Ada Cristina Pontes III. Ribeiro, Lívia Alves Dias IV. Título

CDD: 341.347

Editora Filiada à
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Sumário

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO
Alba Maria Pinho de Carvalho 13

Parte I – ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS PARA A LEITURA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

RENTISMO-NEOEXTRATIVISMO: A INSERÇÃO DEPENDENTE DO BRASIL NOS PERCURSOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO (1990-2017)
Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC), Bruno Milanez (UFJF) e Eliana Costa Guerra (UFRN) 19

COLONIALIDADE, PENSAMENTO DECOLONIAL E CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky (UFRGS) 59

UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DISPUTA HEGEMÔNICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LÓGICA DE MERCADO
Thiago Arruda Queiroz Lima (UFERSA) e Fernando Antônio Fontenele Leão (Núcleo Tramas/UFC) 91

SUSTENTABILIDADE COMO PROCESSO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL
Julianna Malerba (Fase/RBJA), Maiana Maia Teixeira (Fase/RBJA) e Ruben Siqueira (CPT) 129

DESVELANDO AS TRAMAS ENTRE SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: APORTES EPISTEMOLÓGICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS
Raquel Maria Rigotto (Núcleo Tramas/UFC), Ada Cristina Pontes Aguiar (Núcleo Tramas/UFCA), Andrezza Graziela Veríssimo Pontes (UERN), Saulo da Silva Diógenes (Núcleo Tramas/UFC) e Edgar Manoel Bernardo (Unilúrio, Moçambique) 163

Parte II – PRÁXIS ACADÊMICAS EM TORNO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: UNIVERSIDADE E EMANCIPAÇÃO

NA FORJA DE OFÍCIOS GESTANDO UTOPIAS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL NA UFMG
Andréa Zhouri, Raquel Oliveira, Klemens Laschefski e Marcos Zucarelli (Gesta/UFMG)..... 217

GRUPO DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE (GEDMMA) E MOVIMENTOS POPULARES: HERANÇAS E TRAJETÓRIAS DA RESISTÊNCIA
Elio de Jesus Pantoja Alves, Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Cíndia Brustolin, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Tayanná Santos de Jesus Sbrana (Gedmma/UFMA) 253

CONTRIBUIÇÕES DA CARTOGRAFIA SOCIAL PARA ASSEGURAR SOBERANIA TERRITORIAL DE COMUNIDADES CAMPONESAS
Antonio Jeovah de Andrade Meireles (UFC), Adryane Gorayeb (UFC), Brenda Gaudino Rocha (UFC) e Francisco Otávio Landim Neto (Unifap)..... 279

HISTÓRIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA CIÊNCIA ENGAJADA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
Anamaria Testa Tambellini, André Campos Búrigo, Ary Carvalho de Miranda, Cheila Nataly Galindo Bedor, Fernando Ferreira Carneiro, Gabriel Eduardo Schütz, Guilherme Franco Netto, Hermano Albuquerque de Castro, Karen Friedrich, Lia Giraldo da Silva Augusto, Marcia Sarpa de Campos Mello, Luiz Roberto Santos Moraes, Marcelo Firpo de Souza Porto, Marla Fernanda Kuhn, Nelson da Cruz Gouveia, Raquel Maria Rigotto (GT de Saúde e Ambiente da ABRASCO) 303

A PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO: DESOBEDIÊNCIAS EPISTÊMICAS E INSURGÊNCIAS ACADÊMICAS NA PRÁXIS DO NÚCLEO TRAMAS
Raquel Maria Rigotto, Fernando Antônio Fontenele Leão e Rafael Dias de Melo (Núcleo Tramas/UFC) 345

Parte III – APRENDIZADOS NO DIÁLOGO COM OS TERRITÓRIOS NOS 20 ANOS DO NÚCLEO TRAMAS/UFC

JUVENTUDES DO CAMPO E JUSTIÇA AMBIENTAL NO CEARÁ: UM PROJETO DE EXTENSÃO DO NÚCLEO TRAMAS
Lais Alves Moreira Brasileiro, Camila Aguiar de Oliveira Lopes, Fernando Antônio Fontenele Leão (Núcleo Tramas/UFC) 399

ÁGUAS E NEOEXTRATIVISMO: INJUSTIÇA HÍDRICA E R-EXISTÊNCIA DOS COMUNS
Renata Catarina Costa Maia (Núcleo Tramas/UFC), Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma (Núcleo Tramas/UFC), Lívia Alves Dias Ribeiro (Núcleo Tramas/UFC) e João Alfredo Telles Melo (FA7) 437

A INSURGÊNCIA DOS SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS NO CONTEXTO DE CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NA CHAPADA DO APODI
Maria de Lourdes Vicente da Silva (MST e Núcleo Tramas/UFC) e Bernadete M. Coêlho Freitas (Fafidam/UECE)..... 495

JUSTIÇA AMBIENTAL, SAÚDE E AGROECOLOGIA: AS APRENDIZAGENS DO NÚCLEO TRAMAS COM AS MULHERES NOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO AMBIENTAL
Luana Carolina Braz de Lima (Núcleo Tramas/UFC), Emanuelle Rocha dos Santos (Núcleo Tramas/UFC), Mayara Melo Rocha (Núcleo Tramas/UFRB) e Maria de Lourdes Vicente da Silva (MST e Núcleo Tramas/UFC)..... 537

ENTRELAÇAMENTO OU TRAMAS NO TRAMAS
Laerte Pereira de Moura (um leitor, não acadêmico) 565

POSFÁCIO
Marcelo Firpo Porto 593

APRESENTAÇÃO

Quem anda no trilho é trem de ferro
Sou água que corre entre pedras:
– liberdade caça jeito.
(Manoel de Barros)

Sim, poeta, são muitas as pedras em nossos caminhos hoje. Mas as utopias libertárias nos impulsionam a caçar jeito de fluir entre elas. E o que este livro quer é se juntar nesse movimento.

Em um cenário de crise civilizatória e planetária, marcado por desigualdades e injustiças ambientais, são pedras os agentes transnacionais do sistema do capital, os quais impõem à América Latina e África um processo de acumulação por espoliação que recrudesce o extrativismo colonial. Ao lado do rentismo, a produção de *commodities* norteia modelos de desenvolvimento mediados pelos Estados neoliberais, disputando terra, água, minerais, biodiversidade e, essencialmente, modos diversos de ser e de existir, construídos por povos e culturas que afirmam a liberdade, a diversidade e a emancipação. Engendram-se assim conflitos ambientais em que, entre relações de poder profundamente assimétricas, florescem resistências, lutas e disputas de sentidos para fazer valer outras cosmovisões e modos de vida.

As universidades e instituições científicas não estão isentas nem ausentes nesse processo, que também demanda aportes da tecnociência e "recursos humanos" formados para viabilizar a produtividade e a competitividade dos empreendimentos, alimentar a dominação simbólica e avançar na hegemonia. Entretanto, se homens e mulheres indígenas, negras, camponesas e trabalhadoras resistem, também no campo acadêmico florescem grupos que revisitam a ciência, exercitam a reflexividade e a crítica, constroem escolhas éticas e políticas contra-hegemônicas e reinventam suas práxis no campo científico e na universidade.

Este livro pretende ser mais um meio de visibilizar essas resistências que se tecem na relação entre grupos sociais e grupos acadêmicos

para o enfrentamento de conflitos ambientais: existimos e r-existimos, ao questionar epistemes, experimentar possibilidades outras na formação de pessoas e na construção de conhecimentos, e ao recriar a relação universidade-sociedade, alimentados por outros sentidos. Deseja também ser um espaço de compartilhamento de nossas identidades diversas, das reflexões teóricas e metodológicas, das pistas que temos descoberto e criado nos diálogos entre saberes, dos desafios colocados. Quer ainda propiciar o aprofundamento de nossas relações para nos enredar e fortalecer.

É junto com esses sujeitos insurgentes, seja nos territórios de vida dos diversos povos, seja nos espaços da universidade, que queremos celebrar os 20 anos do Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde (Tramas), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Faz escuro, mas cantamos – inspira outro poeta.

O livro está organizado em três partes. A primeira delas, de natureza teórico-conceitual, busca demarcar leituras críticas do contemporâneo em diferentes campos. Para analisar o complexo modelo rentista e extrativista do capitalismo mundializado imposto ao Sul Global, dialogaram pesquisadores das áreas de Sociologia, Política Ambiental e Saúde Coletiva – Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC), Bruno Milanez (UFJF) e Eliana Costa Guerra (UFRN). Guilherme Francisco Waterloo Radomsky, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos instiga a pensar o desenvolvimento e a modernidade na perspectiva decolonial e a refletir sobre as implicações epistemológicas e metodológicas dessa necessária ruptura. Olhar para as universidades, em sua trajetória histórica de disputa pela democratização da formação superior, da produção de conhecimentos e da relação com os diferentes segmentos da sociedade, foi o desafio abraçado por Thiago Arruda, da Universidade Federal Rural do Semiárido, e por Fernando Antônio Fontenele Leão, do Núcleo Tramas/UFC. O quarto capítulo traz a voz de pessoas que estão inseridas em organizações, movimentos e redes sociais – Julianna Malerba, da Fase; Maiana Maia Teixeira, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (e também da Fase e do Núcleo Tramas/UFC); e Ruben Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra –, compartilhando trajetórias de lutas por justiça ambiental e a fecundidade de suas tessituras de saberes e experiências. Reunir bases teóricas e metodológicas para desvelar a

dimensão da saúde nos conflitos ambientais, em sua potência de fomentar mobilização e luta, é o propósito de pesquisadores do Núcleo Tramas – Raquel Maria Rigotto (UFC), Ada Cristina Pontes Aguiar (UFCA), Andrezza Graziela Veríssimo Pontes (UERN), Saulo da Silva Diógenes (UFC) e Edgar Manoel Bernardo (Unilúrio, Moçambique) –, num esforço de sistematizar os acúmulos do coletivo sobre as inter-relações saúde-trabalho-ambiente.

A segunda parte foi concebida com o propósito de ampliar a visibilidade da resistência que vem sendo construída no campo científico no Brasil, reunindo as vozes de alguns dos coletivos acadêmicos de diferentes universidades, cuja atuação tem como foco os conflitos ambientais, e buscando engajar a produção de conhecimentos e a própria formação em processos de luta em defesa de territórios e modos de vida, solidários a outros sujeitos sociais e políticos. Assim, foram convidados a compartilhar conosco sua trajetória, aprendizados e reflexões o Gesta/UFMG – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Andréa Zhouri, Raquel Oliveira, Klemens Laschefski e Marcos Zucarelli); o Gedmma/UFMA – Grupo de Estudos em Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Elio de Jesus Pantoja Alves, Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Cíndia Brustolin, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Tayanná Santos de Jesus Sbrana); o Labocart/UFC – Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social (Antonio Jeovah de Andrade Meireles, Adryane Gorayeb, Brenda Gaudino Rocha e Francisco Otávio Landim Neto); o Grupo Temático Saúde e Ambiente, da Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Anamaria Testa Tambellini, André Campos Búrigo, Ary Carvalho de Miranda, Cheila Nataly Galindo Bedor, Fernando Ferreira Carneiro, Gabriel Eduardo Schütz, Guilherme Franco Netto, Hermano Albuquerque de Castro, Karen Friedrich, Lia Giraldo da Silva Augusto, Marcia Sarpa de Campos Mello, Luiz Roberto Santos Moraes, Marcelo Firpo de Souza Porto, Marla Fernanda Kuhn, Nelson da Cruz Gouveia, Raquel Maria Rigotto); e também nós, do Núcleo Tramas/UFC – Trabalho, Ambiente e Saúde (Fernando Antônio Fontenele Leão, Raquel Maria Rigotto e Rafael Dias de Melo).

A aproximação dos nossos 20 anos instigou os membros do Núcleo Tramas a abrirem espaço na apertada agenda de trabalho para a sistematização e a reflexão sobre o que viemos construindo no Ceará.

Na terceira parte registramos alguns destes aprendizados em torno de dimensões dos conflitos ambientais, como o olhar para questões que envolvem as juventudes do campo, disputadas por um projeto de mineração de urânio e fosfato no Sertão Central (Lais Alves Moreira Brasileiro, Camila Aguiar de Oliveira Lopes e Fernando Antônio Fontenele Leão, Núcleo Tramas/UFC); a intensa disputa simbólica, material e política pela água (Renata Catarina Costa Maia, Lívia Alves Dias Ribeiro, Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma, do Núcleo Tramas/UFC, e João Alfredo Teles Mello, da Faculdade 7 de Setembro); o longo e bonito processo de construção de resistência nas comunidades camponesas afetadas pelo agronegócio na Chapada do Apodi (Maria de Lourdes Vicente da Silva, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e também pesquisadora do Núcleo Tramas; e Bernadete M. Coêlho Freitas, pesquisadora atuante junto à Fafidam/UECE e ao Núcleo Tramas); e as singularidades e potências das mulheres no contexto dos conflitos ambientais (Luana Carolina Braz de Lima e Emanuelle Rocha dos Santos, pesquisadoras do Núcleo Tramas; Mayara Melo Rocha, professora da UFRB e também pesquisadora do Núcleo Tramas/UFC; e Maria de Lourdes Vicente da Silva, do MST e do Tramas. Esta parte se encerra com um capítulo muito especial para nós, do Núcleo Tramas, por atestar a potência do povo e as possibilidades de saberes fora das universidades. Nele, Laerte Pereira de Moura – que se autodefine como "um leitor, não acadêmico" – nos brinda com uma leitura sobre nossa práxis, tecida a partir de seu amplo conhecimento autodidata, sua fecunda reflexividade e dos diálogos conosco nos finais de semana à beira-mar, onde ele também nos trazia a água de coco e o peixe frito.

Nosso desejo é de que este livro, circulando em espaços plurais, como as universidades, escolas, comunidades e redes, inspire inquietações, estimule reflexões e nos ajude a seguir caçando jeito de fluir, ainda que entre pesadas pedras, rumo ao oceano cósmico que alimenta a vida de todos os seres, com liberdade, respeito, justiça e plenitude.

As organizadoras

PREFÁCIO

Tramas emancipatórias: uma experiência contra-hegemônica no contexto universitário

No Ceará, Nordeste do Brasil, desde meados da década de 90 do século XX, mais precisamente em 1996, o Núcleo Tramas vem se constituindo um espaço de contra-hegemonia que se difunde e se multiplica, no contexto da Universidade Federal do Ceará (UFC), em uma vivência radical de diálogo de saberes, viabilizando pontes, sempre mais amplas e fortes, entre a academia e as lutas de segmentos que são colocados às margens no processo de expansão desmedida do capital. Desse modo, o Tramas, há mais de 20 anos, vem urdindo, com garra e paixão necessárias e indispensável persistência histórica, sua identidade emancipatória, a materializar-se em múltiplas dimensões da práxis, sempre em resposta às necessidades históricas, circunscritas em cada situação determinada e específica de conflito ambiental, decorrentes do perverso complexo do neoextrativismo, agrotóxico, agronegócio, em estreitas composições com o financismo, no contexto do modelo rentista–neoextrativista que direciona o "Brasil do Ajuste".

Em verdade, o Tramas vivencia, no seu cotidiano, de diferentes formas e com distintas estratégias políticas, a sua eleição radical pelos empobrecidos, insubordinados, vulnerabilizados, marginalizados, invisibilizados, injustiçados, inconformados, rebeldes, insurgentes e lutadores, como inspiração e aliança. É esta uma dimensão identitária fundante, enfatizada pelo Tramas, ao autoapresentar-se como coletivo de formação e práxis, a partir da universidade. Neste horizonte, a utopia que orienta o caminhar do Tramas é a justiça ambiental, tecida nas imbricações entre produção, trabalho, ambiente e saúde, na perspectiva da emancipação humana e social. É o "entrelaçamento ou tramas no tramas", na bela metáfora de Laerte Pereira de Moura, no capítulo final deste livro, que ora vem a público.

Estas duas décadas de práxis emancipatórias do Tramas desenvolvem-se no cenário de contradições e apartações estruturais da contemporaneidade brasileira, urdida na vinculação histórica do capitalismo e do colonialismo, com suas novas configurações, a expressarem-se nas particularidades da formação social nordestina e, de modo especial, cearense. Neste tempo histórico, o país vivencia distintos ciclos, nos seus percursos de inserção subordinada e dependente ao capitalismo mundializado, em meio a uma crescente subordinação da democracia à lógica do mercado. É o processo de confluência perversa "democratização/ajuste estrutural", com uma processual diminuição da intensidade da democracia brasileira. O Estado que ajusta e ajusta-se aos dilemas do capital mundializado – *"Estado ajustador"* – vai submetendo o Estado democrático de afirmação de direitos, conquistado nas lutas e embates.

Na cena brasileira e, particularmente, nordestina/cearense, difundem-se e intensificam-se crescentes processos de acumulação por espoliação, a apropriarem-se, de forma criminosa, de terras, de territórios, de produções de agricultores familiares, de culturas e saberes, de riquezas agrícolas e minerais, transformando tudo em *commodities*, em predatórios processos de intensiva mercantilização.

Resistências emergem em face das investidas, cada vez mais invasivas do capital, a comprometerem a vida em suas distintas dimensões. Diferentes sujeitos se fazem presentes na cena política brasileira/cearense: comunidades (in)subordinadas, movimentos sociais, coletivos de diferentes ordens, entidades e núcleos de ação na defesa de direitos... E, o Tramas, nas suas tessituras, a constituírem-se em *"habitus"* no âmago de seus saberes e fazeres, junta-se, aglutina-se, articula-se, construindo processos permanentes de contra-hegemonia, na melhor tradição gramsciana. A luta é de classes e, por vezes, o enfrentamento é desmedido, diante do poderio das forças de dominação que não têm quaisquer parâmetros éticos e utilizam recursos os mais escusos, manejando diferentes formas de violências. No entanto, as forças das lutas populares, em defesa intransigente da vida, não se detêm e, alimentadas pela utopia, seguem no combate permanente. É a *"Guerra de Posições"*, na definição inovadora de Antonio Gramsci, no exercício da grande política!

Este livro, *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias,* surge de dentro das tessituras dessa resistência imprescin-

dível, sobremodo nestes tempos de liquidez contemporânea. Trata-se de uma produção coletiva que busca inserir-se no poderoso *"movimento de caçar utopias libertárias"*, como bem delimitam as organizadoras, ao apresentarem a obra. Assim sendo, o livro, em sua dinâmica expositiva, está estruturado em três partes constitutivas: na primeira, circunscreve reflexões do pensar crítico, a trabalhar eixos analíticos fundantes; na segunda, publiciza experiências de coletivos no exercício da política, a articularem epistemologia e metodologia, no constructo da práxis; e, na terceira, registra criticamente a história emancipatória de lutas travadas contra investidas do capital, destacando a atuação de determinados sujeitos nos embates pela justiça ambiental: juventudes, comunidades camponesas, mulheres, nas articulações do Tramas com movimentos sociais, segmentos e grupos insurgentes que se rebelam contra as forças do capital.

A publicação desta obra, eminentemente política, se faz em um momento da vida brasileira – março de 2018 – em que as forças progressistas e as esquerdas precisam reafirmar a resistência, reinventando utopias emancipatórias, no contexto do Golpe 2016 e sua pesada arquitetura de "golpes dentro de golpes", em ritmo vertiginoso, a perpassar a vida brasileira no atual tempo histórico: 2016/2017 e primeiro trimestre de 2018. É esse um gravíssimo momento do Brasil contemporâneo: momento de crise econômica, de crise política sistêmica, de democracia capturada pelo capital, com poder político submetido ao poder econômico. É um momento de profunda instabilidade e de violências, de desproteção social, de insegurança socioeconômica e civil, de imprevisibilidade, a impulsionar ampla insatisfação de segmentos da sociedade brasileira.

Com efeito, o golpe de 2016 encarna, de forma nítida, o projeto das classes burguesas, vinculadas aos diferentes segmentos do capital, sobremodo o capital financeiro, em composições orgânicas com o capital vinculado ao neoextrativismo, nos circuitos do agronegócio. Nos percursos de consecutivos desmontes e desmanches no que podemos denominar *Golpe 16*, vem se rompendo a regulação democrática do capitalismo, conquistada nos processos de democratização, e irrompem dimensões de um capitalismo selvagem, sustentado por forças do capital. O país está a viver um momento peculiar da luta de classes, com uma preponderância das elites, a exigir resistências capazes de responder às pesadas investidas do poderio capitalista.

Em verdade, no atual cenário contemporâneo, nestes anos finais da segunda década do século XXI, é preciso reinventar a emancipação, como propugna Boaventura de Sousa Santos. É este o desafio e o fardo do nosso tempo histórico, retomando as interpelações de István Mészáros.

Assim, esta obra, organizada por trameiras e trameiros de lutas e insurgências, vem a público em um momento estratégico em que precisamos renovar energias emancipatórias, a enfrentar a exacerbação das políticas neoliberais, no interior de um Estado autoritário e submetido aos interesses do capital, em meio às expressões do neoconservadorismo e, mesmo, do fascismo societal. Neste cenário adverso, faz-se necessária a comunhão de esperanças e de forças libertárias para avançarmos nesse enfrentamento de classes. Mais do que nunca é preciso construir Epistemologias do Sul, em experiências dissidentes. Impõe-se a exigência da crítica e da práxis emancipatória nestes tempos-limite de desmonte, de insegurança socioeconômica e civil, de violências a perpassarem o cotidiano.

Com certeza a publicação desta obra interpeladora é uma forma privilegiada de comemorar mais de 20 anos do Tramas, na expectativa de que o passado de lutas ilumine o presente e aponte tendências para o futuro. E que venham mais décadas de tessituras emancipatórias, na construção de uma sociedade para além de todas as formas de domínio do capital e de todas as expressões de colonialismo. Vida longa e fecunda para o Tramas e todos os coletivos, parceiros de utopia.

Alba Maria Pinho de Carvalho
Professora do Departamento de Ciências Sociais, integrante do corpo docente da Pós-Graduação em Sociologia e do mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

Parte I

Escolhas epistemológicas e teóricas para a leitura dos conflitos ambientais

RENTISMO-NEOEXTRATIVISMO: A INSERÇÃO DEPENDENTE DO BRASIL NOS PERCURSOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO (1990-2017)

Alba Maria Pinho de Carvalho [1]

Bruno Milanez [2]

Eliana Costa Guerra [3]

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, mais precisamente no final do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, aprofundam-se transformações no capitalismo, vinculadas a um intenso desenvolvimento das ciências e da tecnologia, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética do bem viver e do cuidado. É o contexto da "mundialização do capital com dominância financeira" (CHESNAIS, 2003), com mudanças, em curso, nos padrões de acumulação e de valorização do capital. De forma inconteste, o capitalismo vive uma fase rentista, configurando a financeirização da economia, "faceta mais conhecida e seguramente a mais discutida dessa história" contemporânea (PAULANI, 2018). De fato, em nível mundial, o capitalismo financeirizado impõe-se em processos de expansão, sem controles e sem limites, a exigir dos diversos países diferentes padrões de ajuste. A crise estrutural do capital, a agravar-se em 2008, é um marco decisivo nesta nova temporalidade, a reger a civilização do capital.

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

2 Doutor em Política Ambiental pela Lincoln University em 2006. Professor do Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF.

3 Doutora em Sociologia pela Universidade Paris 8. Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Logo, pensar o Brasil contemporâneo, no foco da crítica, exige circunscrever percursos da experiência brasileira de ajuste na ordem do capitalismo financeirizado, a partir de 1990, tendo, como fio condutor, o processo de inserção do país nos movimentos de acumulação do capital, em nível mundial (PAULANI, 2012), nos últimos 27 anos, a encarnar o histórico "signo da dependência" (PAULANI; PATO, 2005). Nessa perspectiva, necessário se faz demarcar a dupla via de inserção da experiência brasileira de ajuste: uma inserção ativa e subordinada na acumulação rentista, constituindo-se o Brasil, no século XXI, em uma plataforma emergente de valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis – um dos maiores do mundo – mediante elevação das taxas de juros, no âmbito da política monetária e cambial de ajuste; e uma inserção internacional periférica e subordinada nos processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), com base na produção de *commodities*, sobremodo agrícolas e minerais (CARVALHO; GUERRA, 2015; MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016). A rigor, essas duas vias articulam-se e complementam-se, nos complexos processos de composição orgânica do capital, configurando a intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista.

A análise, aqui desenvolvida, objetiva destrinchar a versão brasileira do padrão de acumulação capitalista dominante no continente latino-americano: o modelo rentista-neoextrativista, centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas.

Para tanto, buscamos adentrar no rentismo, no interior dos ciclos de ajuste da experiência brasileira e na formação e caracterização histórica do neoextrativismo, trabalhando os vínculos orgânicos da construção desse modelo de ajuste. Nesta empreitada analítica, delineamos, como elemento decisivo, o mercado global das commodities no Brasil, explicitando tensões e repercussões do processo de inserção regressiva da pauta exportadora brasileira, com uma crescente dependência da nossa balança comercial com relação a alguns poucos produtos. Nossa discussão direciona-se, pois, para a apreensão do possível esgotamento do modelo em pauta, no contexto da crise brasileira

contemporânea e/ou suas redefinições, no cenário do Golpe 16[4], com sua pesada arquitetura, fundada em radical submissão ao rentismo.

O MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA COMO VIA DE AJUSTE E AS ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS

O modelo rentista-neoextrativista consubstancia a composição orgânica do capital financeiro com o capital vinculado à produção de *commodities* agrícolas, minerais e de outros recursos naturais. Trata-se da intrincada relação entre o rentismo e o neoextrativismo[5], a reforçar o processo de "dependência redobrada"[6] do Brasil ao capitalismo financeirizado, nos marcos da experiência brasileira de ajuste.

---

4 O Golpe 16 é um golpe de Estado, processualmente construído pelas classes dominantes com setores conservadores da sociedade, no Brasil, na segunda década do século XXI, a culminar com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e com o consequente assumir do vice-presidente, Michel Temer, em conclusão com as forças golpistas. Trata-se de um golpe de Estado, urdido na contemporaneidade, com peculiares configurações, constituindo uma estratégia das forças de direita, vinculadas a diferentes segmentos do capital, sobretudo internacionais, no contexto da América Latina, cabendo destacar os casos de Honduras, em 2009, e Paraguai, em 2012. A trama golpista consiste em depor presidentes eleitos, por meio de dispositivos legais, manipulados e instrumentalizados por parlamentares, juízes e por oligarquias empresariais e financeiras, conseguindo que um parlamento conservador coeso acate acusações sem respaldo legal, apenas como pretexto político, forjando uma pseudolegalidade.

5 O conceito de neoextrativismo foi cunhado, especialmente, para descrever o modelo de "desenvolvimento" de alguns países andinos, sendo os casos mais emblemáticos a Bolívia e a Venezuela. No Brasil, ao longo dos anos 2000, políticas de perfil neoextrativista foram implementadas em paralelo a outras de viés "neodesenvolvimentista", produzindo, em sua maioria, efeitos sociais, econômicos e ambientais próximos daqueles identificados nos países neoextrativistas. Para um debate mais detalhado sobre esse "neodesenvolvimetismo às avessas", conferir Milanez e Santos (2015).

6 Leda Paulani (2012), em sua produção sobre a contemporaneidade brasileira, sustenta a tese de que essa dupla via de inserção do Brasil no capitalismo mundializado, pela via do rentismo, como plataforma internacional de valorização financeira, e pela via do neoextrativismo, como exportador de *commodities*, configura uma dependência redobrada do país, nos movimentos de acumulação, em nível mundial. Esta expressão, inclusive, constitui título do artigo que a autora publica em agosto de 2012, no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, já, à época, mostrando o arranjo de risco do modelo brasileiro de ajuste, em uma crítica à imagem de autonomia e independência do Brasil, como "economia blindada", predominante nos discursos, no limiar da segunda década do século XX.

Rentismo nos ciclos da experiência brasileira de ajuste ao capitalismo financeirizado: da obediência rigorosa às imposições do consenso de Washington à submissão radical ao financismo no contexto do Golpe 16

Em 1990, o Brasil empreende sua inserção nos percursos voláteis do capitalismo financeirizado, deflagrando sua entrada, tardia e intensiva, no ciclo de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado, em um contexto de redemocratização, vivenciado pela sociedade brasileira[7].

A rigor, instaura-se a experiência brasileira de ajuste estrutural, a empreender a financeirização do processo de acumulação, com a intervenção decisiva do Estado. É a dominância do Estado ajustador – "Estado que ajusta e se ajusta às exigências de expansão do capital"[8] – a conviver com a institucionalização do Estado democrático, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita e subordinada à lógica de expansão do capital, em meio às tensões de movimentos sociais, em luta pela ampliação democrática. Com efeito, este Estado ajustador brasileiro, em toda a década de 1990 e anos 2000, afirma a sua dominância, em um contexto de tensões, de lutas e de construção

7 Ao circunscrever a contemporaneidade brasileira, partimos de um marco histórico fundante, qual seja: a confluência complexa e contraditória dos processos de democratização e de ajuste estrutural à ordem do capital mundializado, em tempos de financeirização da economia. De fato, nas duas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, a tessitura da vida brasileira é estruturalmente marcada por dois processos, que, a partir de 1990, confluem, de forma contraditória, com distintas perspectivas sociopolíticas: a democratização, com ápice na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a ampliar o Estado brasileiro pela via da política, construindo o Estado Democrático de Direito; e a experiência tardia, intensiva e dependente de ajuste ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, submetendo o Estado aos ditames de expansão do capital financeirizado, na constituição de um Estado ajustador, a limitar a democracia brasileira.

8 Estado ajustador constitui uma categorização referente à configuração estatal, constituída nos percursos do ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado, circunscrevendo o duplo movimento de formatação do próprio Estado aos ditames do capital e de intervenção ativa do Estado para viabilizar as exigências e condições impostas pelos segmentos do capital e organismos multilaterais, no processo de ajuste. Assim, delineia-se o Estado ajustador como o "Estado que ajusta e se ajusta aos processos de acumulação e valorização do capital, no âmbito do capitalismo mundializado". Essa expressão foi cunhada por Alba Maria Pinho de Cavalho, na sua tese de doutoramento "O Brasil real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 1999.

de uma cultura política democrática (CARVALHO, 2010), com momentos de avanços e de retrocessos. O Estado brasileiro se amplia pelo mercado, ajustando-se às exigências do capital, fragilizando o Estado democrático, minando suas condições de cumprir os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988. O equilíbrio da balança comercial, em benefício do pagamento das dívidas externa e interna, torna-se a grande prioridade nacional.

De forma inconteste, a experiência brasileira de ajuste materializa os percursos do rentismo, na contemporaneidade brasileira. A partir dos anos 1990, nos marcos do ajuste estrutural, o Brasil vivencia a hegemonia da finança, de sua forma predominante de funcionamento, o capital financeiro e o setor bancário-financeiro, com permanente aval do Estado, independentemente das forças políticas à frente do Executivo Federal (PAULANI, 2018). Com efeito, a financeirização da economia marca o padrão brasileiro de ajuste, ao longo do período aqui analisado, com inflexões que nos permitem delinear distintos "ciclos de ajuste", considerando peculiaridades no interior do modelo rentista-neoextrativista. Assim, a partir de 1990 até 2017/2018, categorizamos cinco ciclos de ajuste, consubstanciando a experiência brasileira[9]. Senão vejamos!

Na última década do século XX, o Brasil assume uma inserção ativa e dependente no capitalismo financeirizado, atada à agenda estratégica do Consenso de Washington e a seus pilares neoliberais: privatização, liberalização, desregulamentação, abertura massiva ao capital estrangeiro. É a submissão aos ditames das políticas de ajuste, estabelecidas pelos centros hegemônicos para os países periféricos e "devedores", particularmente da América Latina (CARVALHO, 1999). Assim, delineia-se o primeiro ciclo de ajuste, que denominamos *ciclo de estabilização da economia,* compreendendo os governos Collor de Mello (1990-1992), Ita-

9 Esse esforço de categorização de ciclos de ajuste na experiência brasileira, empreendido por Alba Maria Pinho de Carvalho e Eliana Costa Guerra, materializa-se em distintas produções, apresentadas em seminários, eventos internacionais, em disciplinas, artigos e capítulos de livros. Resulta de um processo de pesquisa iniciado em 2012 e ainda em curso, acompanhando, inclusive, os movimentos da história recente no âmbito do Golpe 16. Cabe destacar, particularmente, dois artigos publicados por Carvalho e Guerra na *Revista de Políticas Públicas* do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), quais sejam: "O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica" (*Revista de Políticas,* v. 19, n.1, jan./jun. 2015, p. 41-6) e "Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias?" (*Revista de Políticas*, nov. 2016, n. especial, p. 267-280).

mar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002). Tais governos adotam, de forma disciplinada, o discurso e a prática neoliberais, merecendo especial destaque a denominada "Era FHC", que consolida, via Plano Real, a receita estratégica de ajuste de *Wall Street*, centrada na política de estabilização macroeconômica. Especificamente a partir de meados dos anos 1990, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, são tomadas medidas para o ingresso do país na era da financeirização.

Nesse contexto de governos do ajuste, as forças do capital financeiro são privilegiadas pelo Estado. Filgueira e Druck (2007) consideram o primeiro mandato FHC (1995-1998) como o período, até então, mais intenso e mais duro de implantação do novo modelo de ajuste, sob a égide do capital financeiro, no interior do bloco dominante. Leda Paulani (2015), por sua vez, assevera que o programa do governo FHC (1995-2002), pautado no ideário neoliberal, define as "condições fundamentais para o ingresso ativo do País na era da financeirização"[10]. Nesse período, cortes de recursos públicos solaparam verbas que poderiam assegurar políticas sociais e, assim, materializar direitos conquistados na Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo, forças progressistas e de esquerda, no âmbito de movimentos sociais e de distintas formas de luta, exercem forte oposição sem, entretanto, conter o avanço do programa de ajuste neoliberal, com sua dinâmica de desmonte e de (re)montagem de estruturas estatais, em atendimento às demandas dos circuitos do capital, materializadas em prescrições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Tais processos de reformas ajustadoras atingem diferentes dimensões do aparato estatal (CARVALHO, 1999). Neste ciclo neoliberal, privatista e desregulamentador, em um jogo contraditório de forças, a sociedade civil movimenta-se, no sentido de afirmar interesses dos trabalhadores, dando concretude e materialidade a direitos reconhecidos no texto constitucional e em legislações específicas.

Na primeira década do século XXI, em meio ao acirramento das contradições do modelo neoliberal de ajuste ao capitalismo financeiriza-

10 O governo adota, então, medidas de estabilização monetária, com vistas a viabilizar o cálculo rentista; implementa soluções para problemas originados pela moratória de 1987, a fim de restaurar a confiança dos credores; implanta uma política monetária de elevadíssimos juros reais, além de um rígido controle fiscal, visando gerar superávits primários cada vez maiores. E tudo isso coroado por amplas privatizações.

do, a América Latina deflagra processos de mudança em sua fisionomia política, delineando um novo ordenamento geopolítico. A rigor, o continente latino-americano vivencia um período de ascensão de governos ditos progressistas, de diferentes matizes. Entre eles, destaca-se o governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciando a chamada "Era Lula", fundada em um amplo leque de alianças, configurada em dois governos, com inflexões diferenciadas em cada um dos períodos, quais sejam: 2003-2006 (primeiro governo Lula) e 2007-2010 (segundo governo Lula).

No primeiro governo Lula e em parte do segundo, é mantida e aperfeiçoada a política macroeconômica de ajuste, iniciada por FHC. Com efeito, neste período, persiste o modelo de ajuste dominado pela lógica do capital financeiro, em composições orgânicas com os setores exportadores, sobretudo na área de *commodities* agrícolas e minerais. Ao referir-se à perspectiva do governo de Luís Inácio Lula da Silva, Leda Paulani (2015) sustenta que, na condição de um governo de ajuste, Lula busca "assegurar de modo prioritário a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação", utilizando, para tanto, estratégias que viabilizam e aumentam o grau de abertura financeira de nossa economia, nos circuitos internacionais de valorização rentista.

Concomitantemente, esse governo deflagra um amplo processo de políticas de enfrentamento da pobreza e, dessa forma, vai tecendo uma adesão passiva das massas. Incontestavelmente, tais políticas de enfrentamento à pobreza contribuíram para mudanças no tecido social brasileiro, com ascensão social de grupos antes mergulhados na extrema pobreza, pela via do consumo. Este período marcado por uma pretensa conciliação de classes consubstancia o segundo ciclo de ajuste, que pode ser nomeado como "ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas".

Na segunda metade do segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma Rousseff efetiva-se uma inflexão na política econômica. Nesse momento, mantém-se o núcleo duro da política de ajuste, tentando incorporar uma dimensão de desenvolvimento. Assim, delineia-se o terceiro ciclo de ajuste, denominado "ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo". Nesse terceiro ciclo, especificamente, no primeiro governo Dilma Rousseff, verifica-se uma tentativa de relativo afastamento da cartilha ortodoxa do ajuste, com a retomada de dimensões da heterodoxia, buscando, desse modo, uma guinada progressista na orientação da política econômica, a contrariar

interesses imediatos dos setores rentistas. Em meio a esse tensionamento, prevalecem os interesses do financismo e a pretensão neodesenvolvimentista não avança.

Cabe ressaltar que, nesses segundo e terceiro ciclos de ajuste, a direção do Partido dos Trabalhadores (PT) é respaldada por um amplo arco de alianças, com segmentos do capital e setores conservadores da vida social. De fato, o PT governa, tentando resolver pela via institucional, no parlamento, todas as questões, desconsiderando a potencialidade do poder popular. Assim, a manutenção de uma base aliada, no Congresso Nacional, constituiu uma tensão permanente, com concessões, cada vez mais amplas, tanto na Era Lula quanto no governo Dilma Rousseff, em um equilíbrio instável e em um arranjo político perigoso, que se desmonta nos percursos da crise brasileira.

Entre a primeira e a segunda décadas do século XXI, mais precisamente em 2011/2012, em um cenário de recessão econômica mundial, vinculado à crise do capital, a atingir fortemente a Europa e os Estados Unidos, o Brasil desponta como uma potência global emergente (ZIBECHI, 2012), com uma *performance* econômica que parecia fazer o país pairar altaneiro, em meio ao mundo inteiro. Difunde-se a perspectiva de um "modelo brasileiro de crescimento econômico com distribuição de renda" (CARVALHO; GUERRA, 2015). O Brasil, então, consolida sua posição ativa e, marcadamente, dependente, no movimento mundializado de acumulação capitalista, com dominância financeira. Em verdade, essa versão brasileira do modelo rentista-neoextrativista, com o país na condição de mera plataforma emergente de valorização financeira e de exportador de *commodities* agrícolas e minerais, na intricada relação entre extrativismo e mercado financeiro, constitui um arranjo de risco, ancorado em uma base política de coalisão conservadora, movida pela tradicional "política de negócios", na sua expressão mais vil, patrimonialista e privatizante.

Em meio à crise estrutural do capital, em seus permanentes deslocamentos e redefinições geopolíticas globais, com a recessão a atingir a economia chinesa, o frágil modelo brasileiro de ajuste começa a ruir. Despontam, então, manifestações da crise brasileira, amplificadas pela grande mídia, num verdadeiro "terrorismo midiático", nos termos de Paulani (2014). Esse é o clima que marca as acirradas disputas das eleições presidenciais de 2014. A chapa do Partido dos Trabalhadores,

comandada por Dilma Rousseff, tendo como vice-presidente Michel Temer, sai vitoriosa, mas com o grande desafio de enfrentar a crise e as oposições conservadoras, que não aceitam a derrota eleitoral e passam a atuar no sentido de desestabilizar o governo e, finalmente, de destituir a presidenta. O sistema financeiro, em composições com outros segmentos do capital, aposta na desestabilização da presidenta eleita em outubro de 2014, inclusive, com a estratégia de pressão pela nomeação de um diretor do Bradesco para o Ministério da Fazenda. Dilma Rousseff aceitou a chantagem explícita e trouxe Joaquim Levy para dentro de seu núcleo duro e iniciou a virada programática, tentando seguir a proposta do financismo para o enfrentamento da crise.

Assim, no seu segundo mandato, Dilma Rousseff assume uma perspectiva extremamente favorável ao rentismo, tentando materializar, inclusive, os mecanismos de ajuste fiscal propostos pela então oposição. Desse modo, delineia-se o quarto ciclo de ajuste, em meio à grave crise brasileira, por nós denominado "retomada da ortodoxia rentista, em um ajuste à direita". Nesse segundo governo, a presidenta retoma a ortodoxia das políticas de ajuste, nos marcos da financeirização dependente e dos processos de acumulação por espoliação, encarnados no neoextrativismo. Efetiva-se, pois, a primazia dos interesses do rentismo, sem quaisquer limites, reafirmando uma "democracia de mercado".

Em um cenário de acirramento da crise econômica e da crise política, com efetivo respaldo do Congresso Nacional[11] e do Poder Judiciário, o apoio incondicional da grande mídia, as elites conservadoras deflagram o processo de *impeachment* da presidenta, sem a devida base legal. Trata-se de um golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático, a desencadear a implementação intensiva de políticas neoliberais, com o desmonte de direitos e recuos das políticas sociais.

Tem-se em curso um *golpeachment* – neologismo formulado por Paulo Kliass (2017), com a imposição de uma nova configuração de

11 Levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) evidencia que, após as eleições de 2014, a composição do Congresso Nacional brasileiro torna-se uma das mais conservadoras, desde a redemocratização do país, no final da década de 1980. Cresceu o número de parlamentares ligados a segmentos conservadores, entre eles militares, policiais, religiosos e ruralistas. No jargão político, esse congresso político é denominado "B, B, B", ou seja, Bala, Bíblia e Boi. De forma inconteste, a atuação desse congresso, nessa desastrada gestão, tem comprometido conquistas decisivas da democracia brasileira.

Estado, de caráter conservador e autoritário, com um crescente fechamento democrático. É um Estado submetido aos interesses do financismo, nos marcos de uma exacerbação do neoliberalismo, com um amplo retrocesso no campo dos direitos sociais e trabalhistas, que remontam a um Brasil de 80 anos atrás, um Brasil pré-Vargas. De fato, o Golpe 16, com uma pervesidade crescente, vem aprofundando uma política de espoliação de direitos, das riquezas nacionais, do fundo público, das políticas públicas, intensificando a superexploração da força de trabalho no Brasil.

Nos últimos anos da segunda década do século XXI – mais precisamente 2016, 2017, 2018 – vivemos um tempo de radicalização conservadora sob a égide do rentismo, que desmancha direitos, que dilui pactos e marcos regulatórios e que desmonta políticas públicas, produzindo um contexto de (des)proteção social, insegurança e imprevisibilidade que impõe a resistência como exigência histórica.

Adentrando nas tramas da cena brasileira, constatamos que o sentido profundo do Golpe 16, nos termos de Ruy Braga (2016), é "[...] assegurar que o aprofundamento da acumulação por espoliação balize o modelo de desenvolvimento brasileiro pelas próximas décadas". Nesse sentido, a orientação norteadora do Golpe 16 é que o Estado garanta os lucros e os privilégios dos oligarcas financeiros e dos grupos rentistas no Brasil. Assim, o financismo enxergou em Michel Temer a opção mais confiável para implementar, de forma extremada, a agenda do "austericídio" (KLIASS, 2017), já estabelecida, previamente, no documento "Uma ponte para o futuro", publicado em outubro de 2015, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse documento, estão contidos "os elementos fundamentais das propostas do sistema financeiro para a solução da crise econômica", entre os quais destacam-se: abertura comercial voltada para os Estados Unidos; aprofundamento do rigor fiscal, por meio de cortes orçamentários; flexibilização das leis trabalhistas; privatização de empresas estatais etc. (KLIASS, 2017).

O governo de Michel Temer, instituído pelo golpe, assume, como diretriz norteadora, processos intensivos de neoliberalização, propugnando a falácia do ajuste fiscal e da austeridade, imposta como ideologia. Ajuste e austeridade passam a ser palavras de ordem do governo,

como justificativa de contrarreformas e da avalanche de medidas a desmontar direitos e conquistas (CARVALHO, 2016). O governo Temer, com a adesão de sua base aliada e o respaldo do Judiciário, passou a realizar mudanças na Constituição Federal de 1988, introduzindo, no interior mesmo do texto constitucional, a lógica da dominância do financismo, desmontando a lógica de afirmação de direitos como eixo articulador da chamada "Constituição Cidadã". Nesse sentido, como avalia Paulo Kliass (2016), é emblemática a PEC 241/55, posteriormente transformada em emenda constitucional, que, para além do aumento da austeridade com os gastos em políticas públicas, carrega, como significado profundo, a introdução explícita do financismo na Constituição Federal brasileira, aprofundando a perspectiva consubstanciada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, propugnada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Logo, nos marcos autoritários do governo Michel Temer, o Brasil, de forma intensiva e acelerada, colocou-se em concordância com os processos de neoliberalização que avançam em todo o mundo, radicalizando as desigualdades sociais e penalizando as classes trabalhadoras, sobretudo os segmentos pauperizados. Pela via do Golpe 16, o país entra em sintonia com a onda de neoliberalização da sociedade, em escala global e nacional, com graves desdobramentos sociais e ambientais (BRAGA, 2016).

A rigor, o Golpe 16 e o governo Michel Temer deflagram um quinto ciclo de ajuste no país, por nós nomeado "Submissão radical ao financismo e desmonte de direitos, pela via do golpe". É esse um ciclo em aberto, a surpreender, a cada dia, a sociedade brasileira, com suas composições espúrias, com processos inimagináveis da política de negócios, com desmonte da democracia e suas medidas regressivas de direitos, em total submissão ao rentismo.

Neoextrativismo: formação e características históricas gerais

A dependência da extração dos recursos naturais como vetor de crescimento econômico não é uma novidade na América Latina. Desde o período colonial, essa prática esteve presente na região (SCOTTO, 2011); ela é tão inerente aos processos econômicos do continente latino-ameri-

cano que Barton (2006) cunhou o termo "ecodependência" para descrevê-la. Segundo o autor, o conceito se refere às relações socioeconômicas ligadas às atividades de extração de recursos naturais para exportação.

A partir dos anos 1950, essa dependência foi questionada com mais ênfase, quando o modelo desenvolvimentista passou a orientar a dinâmica econômica na América Latina. Naquele momento, eram criticados os padrões de comércio, sendo salientados os termos de trocas desiguais. Como alternativa, era defendida a substituição da importação de produtos industriais básicos, por meio da constituição de infraestrutura produtiva e do estímulo à produção para atender ao mercado doméstico (SIKKINK, 1991).

Nos anos 1970, o modelo de substituição de importação entrou em crise e, nos anos 1980, o endividamento externo gerou grave crise financeira, derivando daí baixas taxas de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, pressões internas e externas, vinculadas ao neoliberalismo, foram minando as bases do modelo elaborado pelos estruturalistas[12].

A partir dos anos 1990, conforme descrito na seção anterior, houve no Brasil uma série de ações que inviabilizaram a continuação do modelo desenvolvimentista. Destacam-se, entre elas: o processo de rápida redução do tamanho do Estado, a entrada de transnacionais, a abertura comercial e a privatização de empresas públicas[13]. Dessa forma, o foco no mercado interno foi reduzido e retomou-se a preocupação com o "crescimento para fora". Assim, a exportação voltou a ser vista como "nova" estratégia de desenvolvimento (BARTON, 2006). Este processo de inserção internacional, a reforçar as vantagens comparativas, foi marcado pela baixa competitividade dos

12 O pensamento estruturalista teve suas origens nos anos 1950, baseado em Raúl Prebisch e Celso Furtado. Esse pensamento tinha a noção de uma estrutura econômica internacional que se baseava na relação entre um centro econômico industrial hegemônico e uma periferia agrária e dependente. Segundo essa proposta, essa relação determinaria um processo de desenvolvimento original e desigual (MISSIO; OREIRO, 2015).

13 Essas mudanças, em termos gerais, estiveram fortemente vinculadas ao "Consenso de Washington". Este consiste em um grupo de políticas propostas por órgãos multilaterais localizados em Washington, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Tais políticas atuam em diferentes níveis e incluem medidas de base neoliberal, tais como austeridade fiscal, disciplina orçamentária, abertura comercial e desregulação do mercado (NUNES, 2016).

produtos industrializados fabricados na região, o que levou o Brasil, assim como outros países da América Latina, a, novamente, se apoiar na exportação de recursos naturais (SCHAPER; VÉRÈZ, 2001), na condição de *commodities*, no âmbito do modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

Ao longo desse período, o comércio global foi adotando uma nova configuração, com a inserção dos países no mercado internacional, triangulada pela concentração de capital, trabalho e recursos naturais. Seguindo essa tipologia, Mello (2006) identificou, respectivamente, três possíveis "estratégias de desenvolvimento": o modelo ocidental, dividido em suas variantes europeia e estadunidense; o modelo asiático, compreendendo países intensivos em serviços, a exemplo da Índia e de países intensivos em manufatura, como China e Vietnã; e o modelo centrado na extração e exportação de recursos naturais, caracterizado pela Rússia, Brasil e Austrália.

Seguindo um raciocínio semelhante, Puga (2007) propôs um agrupamento dos países, com base na participação de diferentes grupos de produtos em suas pautas exportadoras. Em seu estudo, o autor listou países intensivos em tecnologia, destacando EUA, centro e norte da Europa e alguns países do Sudeste Asiático; países intensivos em trabalho, compreendendo a maioria do Sudeste Asiático e o Leste Europeu; e aqueles países intensivos em recursos naturais, a exemplo de Brasil, Austrália, Canadá, Indonésia e Rússia.

A partir dos anos 2000, parte dos países sul-americanos passa por novas mudanças de rumo com a chegada ao poder de governos autoidentificados "progressistas". Entre as lideranças regionais que participaram desse processo, podem ser listadas: Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003) e Evo Morales (Bolívia, 2005). Nesse novo contexto, ocorrem diferentes graus de ruptura com os paradigmas adotados no período anterior, com a manutenção de alguns aspectos da política neoliberal e a revisão de outros[14].

14 Entre as alternativas neoliberais mantidas, podem ser listadas: a necessidade do crescimento econômico como condição para superação das desigualdades sociais e o foco no crescimento por meio do aumento do comércio internacional. O sistema ainda se

Esses governos pouco questionaram o papel das indústrias extrativistas na busca do crescimento econômico. Ao contrário, procuraram criar novos argumentos para justificar sua adoção, a exemplo do "interesse nacional" e do "interesse público" (ALBAVERA, 2004). Ao mesmo tempo, destacava-se a necessidade de explorar atividades extrativistas como "geradoras de riqueza", considerando essa estratégia como importante elemento para o combate à pobreza.

A partir de tais mudanças, Gudynas (2009, 2012a) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação da natureza, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. Nesse modelo, o Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de pequena parte de renda gerada[15], deveras inferior ao que este Estado proporciona aos processos de acumulação do capital, notadamente o capital rentista, em sua estreita articulação com o neoextrativismo, compondo o modelo rentista-neoextrativista.

A rigor, a denominação "neoextrativismo" advém de um detalhamento do extrativismo, conceito cunhado para definir um grupo de setores econômicos que movem um grande volume de recursos naturais para comercialização, sem nenhum ou quase nenhum processamento. Via de regra, esse conceito de extrativismo é utilizado para fazer referência a atividades desenvolvidas em enclaves e voltadas à exportação. Cabe esclarecer que, apesar de ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, o paradigma do extrativismo pode também ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012b).

---

caracteriza por manter e aprofundar programas de transferência condicionada de renda, ao invés de buscar construir serviços públicos universais. Em termos de adaptação e alteração, destaca-se a nova relação entre mercado e Estado. No período neoliberal, o Estado intervinha como coadjuvante, enquanto no período posterior – denominado por analistas como pós-neoliberal – assume a condição de parceiro do mercado, um Estado forte é visto como condição para um mercado forte (MILANEZ; SANTOS, 2015).

15 Em alguns países, o uso desses recursos é diretamente vinculado aos programas de redistribuição de renda, como no Bono Juancito Pinto, aplicado pela Bolívia. No caso do Brasil, porém, o vínculo direto com programas de transferência de renda não é facilmente identificável. Apesar disso, a dependência entre políticas sociais e os recursos naturais pode ser identificada, por exemplo, na Lei nº 12.858/2013, que destina parcela dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal às áreas de educação e saúde.

No Gráfico 1 é possível visualizar o aumento da participação de produtos intensivos em recursos naturais na composição do PIB brasileiro, o que decorre, principalmente, do processo de reprimarização da pauta de exportação do país (MILANEZ; SANTOS, 2015).

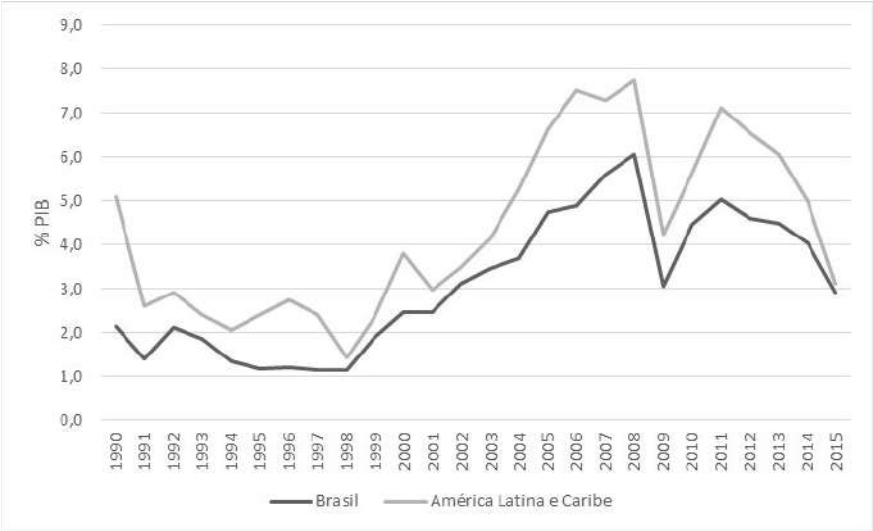


Gráfico 1 – Renda da extração dos recursos naturais[16]
Fonte: World Bank (2017a).

De fato, a partir do final da década de 1990, houve um grande crescimento da importância desses produtos na economia dos países latino-americanos, em geral, e do Brasil, em particular. Esse comportamento, em parte, deveu-se ao aumento de preços verificado, principalmente, a partir de 2003, conforme indicam os valores do Gráfico 1. Entretanto, dados físicos também apresentam elevações consideráveis da participação dos setores extrativistas na economia; por exemplo, entre 2000 e 2015, a extração de minério de ferro passou de 152 milhões de toneladas para 389 milhões de toneladas (155%), enquanto a extração de bauxita aumentou de 9,7 milhões de toneladas para 37 milhões de toneladas, revelando um extraordinário crescimento de 281% (BGS, 2017). No caso da agricultura, a produção de soja, que atingira 15,4 milhões de toneladas, eleva-se para 95,4 milhões de toneladas, com um

16 A renda dos recursos naturais consiste na soma das rendas do petróleo, gás natural, carvão, minério e florestas.

crescimento vertiginoso de 519%; já a produção de milho aumentou de 24 milhões de toneladas para 66,5 milhões de toneladas, ou seja, apresentou um aumento de 177% (CONAB, 2017).

Tais dados interpelam-nos a uma reflexão central: as repercussões dessa inflexão na pauta de exportação, ampliando a histórica dependência dos chamados países periféricos, no âmbito da divisão internacional do trabalho. Tal dependência, associada aos processos de acumulação rentista, gesta o que Leda Paulani (2012) designa "dependência redobrada", ao referir-se à contemporaneidade brasileira.

O neoextrativismo, entretanto, tem gerado diferentes tensões do ponto de vista ambiental, social e mesmo econômico. As indústrias extrativistas são, por definição, intensivas em recursos naturais, causando impactos negativos relevantes nos territórios onde se localizam. Essas características, ao contrário de serem mitigadas, chegam a ser acentuadas no contexto neoextrativista (GUDYNAS, 2012b).

Adentrando na análise do neoextrativismo, cabe ressaltar que tais atividades deflagram mudanças significativas nos territórios. Nas áreas rurais, tendem a causar conflitos fundiários, contaminação hídrica e esgotamento dos recursos naturais. Nesses contextos, os referidos projetos fundados no neoextrativismo provocam fragmentação territorial, deslocando comunidades locais e inviabilizando formas tradicionais de reprodução. No caso específico da produção agrícola, voltada para exportação, ainda produzem sérios problemas de saúde, tanto nos trabalhadores envolvidos diretamente em atividades extrativistas, como na população das áreas das regiões produtoras e na população do território, de modo geral, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos (RIGOTTO, 2011).

Problemas dessa natureza são, muitas vezes, ignorados pelo poder público. Via de regra, os governos alinhados com o modelo neoextrativista desconsideram demandas não mercadológicas, a exemplo daquelas baseadas em valores ambientais, culturais ou religiosos. Ao contrário, quando são feitas reivindicações vinculadas a necessidades dessa natureza, os debates incorrem em uma visão gerencial e financista, limitando-se ao valor das compensações econômicas e à definição de grupos passíveis de receber compensações (GUDYNAS, 2012a).

De fato, vêm sendo implantados dispositivos que permitem às indústrias extrativas coloniais realizarem atividades apropriando-se de recurso natural do meio ambiente, submetendo-o minimamente a processamento, ou simplesmente vendendo-o *in natura* a indústrias de beneficiamento mineral, energético, madeireiro, entre outras (BEBBINGTON, 2009; MISOCZKY; BÖHM, 2013). Tais indústrias têm promovido o "extrativismo predatório", nos mesmos moldes dos idos tempos coloniais, praticando extração intensiva e em longa escala, localizada em enclaves, controlado por empresas transnacionais, com o apoio dos governos nacionais, em um processo de subalternização de Estados nacionais, num processo designado neocolonialista (MISOCZKY; BÖHM, 2013). Assim, na América Latina, desenvolvem-se novas formas de

> [...] organização reprodutiva que reordenam, sob novas condições, os velhos sinais da dependência e do subdesenvolvimento que tendem a andar na contramão das necessidades da maioria da população" (2013, p. 313),

que, indispensável dizer, resultam em sérios impactos sociais e ambientais.

Mesmo as áreas urbanas podem ser impactadas negativamente. De fato, grandes projetos extrativistas, particularmente ligados à mineração ou à infraestrutura logística, implantada para garantir a exportação dos recursos extraídos, podem levar a ondas migratórias que ocasionam inchaço urbano, favelização, aumento da violência, prostituição e sobredemanda dos serviços públicos de saúde, saneamento e segurança, que não são devidamente assegurados pelo Estado, agravando, assim, a questão social, no âmbito da crise urbana. Nesse sentido, as comunidades locais tendem a arcar com a maioria dos impactos negativos, enquanto grande parte dos benefícios é concentrada pelas empresas ou pelos governos nacionais (DAVIS; TILTON, 2005).

É necessário enfatizar que, mesmo do ponto de vista econômico, o modelo neoextrativista não tem conseguido gerar os resultados esperados, como foi visto recentemente. Com efeito, ao longo dos anos 2000, o mercado global experimenta um período de *boom* (2003-2011) e pós-*boom* (a partir de 2012) das *commodities*, com destaque para os bens minerais, repercutindo na variação dos preços dos minérios e alte-

rando, assim, o comportamento das empresas, do governo e da sociedade, no Brasil.

Esses processos de expansão e retração, próprios da economia dos recursos naturais, tendem a se tornar mais frequentes e extremos, em contextos de forte especulação financeira sobre as *commodities*, no mercado de capitais. No caso dos bens minerais, a elevação dos preços tem a ver ainda com a expansão do mercado chinês, responsável pelo abastecimento interno e pelo aprovisionamento dos países emergentes. Assim, até 2011, o setor da mineração se comporta como se o crescimento da demanda e dos preços fosse permanecer em progressão geométrica e como se novos investimentos e aquisições fossem continuar e não houvesse, pois, limites para a expansão da fronteira mineral. A partir de 2012, em um cenário de agravamento da crise econômica global, que atinge, em especial, a Europa, e ainda com a desaceleração do crescimento da economia na China, os preços das *commodities* minerais entram em decréscimo. Atrelado a isso, o componente especulativo, decorrente do mercado financeiro e expresso em negociações no mercado futuro, contribui para uma depreciação dos preços rápida e de forma acentuada (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016). Todo esse cenário de expansão e de retração na economia mineral tem repercussões diretas na economia brasileira, subordinada ao modelo rentista-neoextrativista.

Nesse sentido, diferentes estudos têm buscado avaliar o grau de dependência dos países em relação aos recursos naturais, em geral, e aos produtos minerais, em particular, considerando as taxas de crescimento econômico. Análises de longo prazo identificaram que muitas das economias dependentes de tais bens têm apresentado baixo crescimento (SACHS; WARNER, 1997; DAVIS; TILTON, 2005). Como forma de explicar esse fenômeno, autores têm se referido à "maldição dos recursos naturais". Tal perspectiva defende que a abundância de recursos naturais na pauta exportadora geraria uma série de distorções econômicas e políticas que acabam por reduzir a contribuição das atividades extrativas para a economia (BEBBINGTON *et al.*, 2008).

Entretanto, análises mais recentes sugerem que o neoextrativismo não deve ser considerado como uma dimensão de crescimento econômico desconectada do rentismo. Ao contrário, um processo crescente de financeirização do setor das *commodities* tem aumentado sua relação

com o mercado financeiro. Mais do que isso, há indícios de que para algumas *commodities* o comportamento dos preços e, consequentemente, da renda extrativa está se tornando mais vinculado às bolsas de ações e do mercado de futuro do que à economia real (RIGOTTO, 2011; MILANEZ, 2017).

O MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA: EXPLICITANDO OS VÍNCULOS ORGÂNICOS

Este modelo de ajuste, a viabilizar, em tempos contemporâneos, a inserção dependente de países da América Latina, particularmente o Brasil, ao capitalismo mundializado, funda-se em uma articulação essencial e decisiva entre financeirização dependente e extrativismo espoliador e expropriador, a atender às demandas e às exigências de composições orgânicas do capital. Assim, definimos, como estratégia expositiva, à semelhança de um artesão, "tecer os fios, de diferentes cores e matizes", na construção do modelo rentista-neoextrativismo.

A intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro

Historicamente, configura-se uma relação entre o setor de *commodities* e o mercado financeiro, a assumir dimensões peculiares, em tempos contemporâneos.

Hoje, tal relação tem sido estabelecida principalmente por produtores de *commodities* agrícolas (mas não somente), via mercado de futuro de *commodities*, que se apresenta como uma forma de reduzir riscos, associados a atividades econômicas de longos ciclos de produção. Esses riscos estariam associados a elementos que reduzem a produtividade ou elevam os custos, a exemplo de estiagens, de inundações ou de pragas. Assim, tem-se uma diferença entre fundos de cobertura (*hedging funds*) e fundos especulativos, uma vez que os primeiros se destinam a reduzir riscos associados a determinado negócio existente na economia real, enquanto os segundos teriam como único objetivo buscar capturar renda, a partir da variação dos preços (CHENG; XIONG, 2014).

Ao longo dos anos 1980, os principais Acordos Internacionais de Commodities (AIC)[17] foram encerrados. Com isso, muitos desses

17 Os Acordos Internacionais de Commodities foram acordos elaborados pelos países produtores de *commodities*, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas,

produtos passaram a apresentar considerável volatilidade, criando novas oportunidades de ganhos financeiros acima da média, particularmente por meio do mercado de derivativos[18]. Esse crescimento estimulou a entrada de especuladores, como bancos de investimentos e Consultores Financeiros em Commodities (Commodity Trading Advisors – CTAs), ampliando a relação entre os mercados derivativos e o setor das *commodities* (NISSANKE, 2012).

Especuladores passam, então, a utilizar diferentes instrumentos para se conectar ao mercado de *commodities*. Até então, o mais simples, e mais comum, era a compra de estoques físicos. Porém, com a opção dos derivativos, os especuladores realizam, doravante, negociações no mercado de balcão (*over the conter*), com bancos, ou compram opções futuras em mercados de *commodities*, como o London Metal Exchange e o The New York Commodity Exchange (TILTON; HUMPHREYS; RADETZKI, 2011).

Os fundos de índice de *commodities* (Commodity Index Funds – CIFs) destacam-se como uma modalidade que ganha considerável importância. São instrumentos de especulação sobre a movimentação do preço futuro das *commodities* (NISSANKE, 2012). O Goldman Sachs Commodity Index e o Dow Jones AIG Commodity Index figuram como dois principais CIFs no mundo, atuando no sentido de tornar o mercado de *commodities* disponível a diferentes agentes financeiros que desejam ampliar seus portfólios de investimentos a longo prazo, a exemplo dos fundos de pensão e das companhias de seguro (COONEY *et al.*, 2008).

Assim, à medida que um maior número de agentes especuladores[19]

---

para tentar controlar a oscilação desses produtos no mercado internacional, principalmente por meio de estoques reguladores. Esses acordos referiam-se a produtos como açúcar, café, cacau, borracha e estanho (SWARAY, 2007).

18 Derivativos são contratos que possuem como referência ativos, tais como moedas, mercadorias, *commodities*, entre outros. Eles podem ser de diferente natureza, como contratos a termo e opções de compra, podem ainda ser negociados no mercado à vista ou mercado futuro (BM&F BOVESPA, 2014).

19 O termo "especulador" normalmente refere-se aos "investidores" que não têm interesse específico nas *commodities* físicas. Eles buscam apenas ativos de papel que lhes permitam obter lucros elevados com sua troca no "momento correto", ou mesmo investidores que buscam reduzir o risco de seus investimentos (muitas vezes a longo prazo), por meio da diversificação de ativos (TILTON; HUMPHREYS; RADETZKI, 2011). De forma geral, a UNCTAD (2009) sugere a divisão desses especuladores em

passa a interagir com o mercado de *commodities*, as pressões sobre preços ocorrem de formas diversas e, nem sempre, convergentes. Tal processo torna o entendimento das tendências de preços mais complexo. Para Nissanke (2012) existe uma grande heterogeneidade de influências por trás das decisões de compra e venda. Desse modo, os preços futuros das *commodities* são definidos a partir de vários aspectos não necessariamente relacionados com os fundamentos do mercado. Então, quanto mais intensa a participação dos especuladores, maior a chance de os preços não transmitirem a real situação da economia física.

Levando em conta essa evolução histórica, há fundamentos para se depreender que existe um processo crescente de influência do mercado financeiro sobre o setor das *commodities*. Em sua análise, Radetzki (2006) identifica três grandes *booms* das *commodities*, após a Segunda Guerra Mundial. O primeiro teria ocorrido nos anos 1950 e estaria relacionado à guerra da Coreia e à insegurança de abastecimento de materiais industriais por ela gerada. O segundo *boom*, com início nos anos 1970, decorre não somente do choque do petróleo, mas também dos dois anos de fracas colheitas, bem como do colapso na produção pesqueira do Peru. O terceiro *boom* começa nos anos 2000, particularmente com a ascensão do mercado asiático. O Gráfico 2 ilustra o comportamento dos preços de diferentes grupos de *commodities* entre 1960 e 2016. Cabe ressaltar que os *booms* não ocorreram na mesma intensidade para todos os grupos. Nesse sentido, se o segundo *boom* atingiu, especialmente, a energia e os alimentos, o terceiro *boom* impactou, de forma mais significativa, os metais e a energia.

---

três grandes grupos. Um primeiro grupo seria formado pelos especuladores informados, agentes que conhecem o setor e tomam decisões a partir da conjuntura do mercado. Além esses, existiriam os especuladores de ruído, que incluem os grandes bancos de investimento e os fundos de investimento que especulam de forma agregada nas *commodities* e podem tomar decisões em relação a determinado grupo de *commodities* (por exemplo, metálicas), devido a mudanças em outro grupo. Por fim, os especuladores desinformados seriam aqueles que baseiam suas decisões "técnicas" em modelos computacionais e análises estatísticas do comportamento passado dos preços das *commodities*.

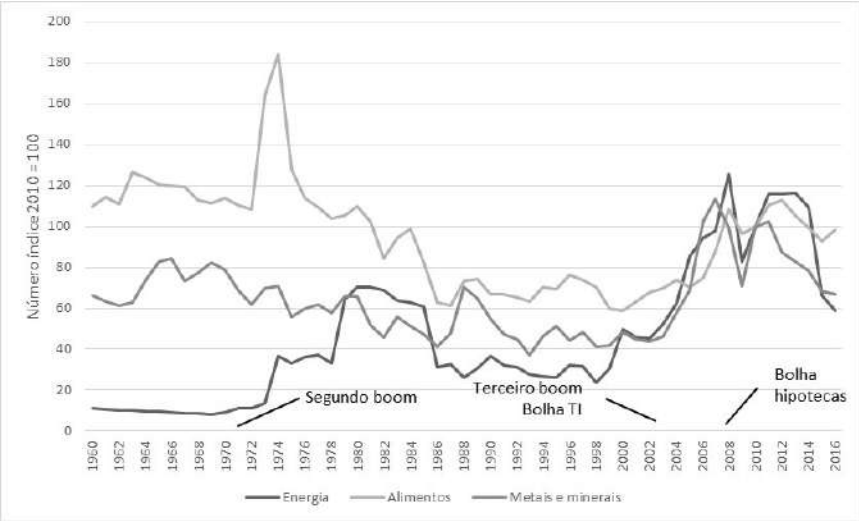


Gráfico 2 – Variação no índice de preços das *commodities*
Nota: Energia: carvão, petróleo e gás natural; alimentos: cereais, óleos vegetais e farelos, carne, banana, laranja e açúcar; metais e minerais: alumínio, cobre, ferro, chumbo, níquel, estanho e zinco.
Fonte: World Bank (2017b).

Ainda de acordo com Radetzki (2006), o papel do mercado financeiro teria variado ao longo do tempo. No primeiro *boom*, a autora defende ter havido um impacto muito pequeno do mercado especulativo, por conta das poucas ferramentas especulativas disponíveis. Já no segundo *boom*, teria havido uma maior influência do mercado financeiro, uma vez que uma inflação crescente e um baixo desempenho do mercado de ações haviam levado especuladores a buscar novos investimentos, a exemplo de propriedades e *commodities*. Com relação ao terceiro *boom*, ela entende que teria havido maior influência do capital especulativo do que nos casos anteriores.

Especificamente com relação ao terceiro *boom*, no âmbito da acumulação do capital com dominância financeira, existe ainda a hipótese do excesso de liquidez no mercado financeiro como um elemento im-

portante. Humphreys (2010) ressalta o colapso da bolha de tecnologia da informação (bolha TI), em 2003, e do mercado hipotecário dos EUA, em 2008. Em ambos os casos, parte dos recursos desses mercados teria sido transferida para o mercado futuro de *commodities*. O terceiro *boom* mostrou-se, em termos gerais, bem mais intenso do que os anteriores, o que esteve associado, principalmente, a dois fatores. Por um lado, ao longo dos anos 2000, houve um aumento considerável da quantidade de recursos mobilizados pelo mercado financeiro[20]. Por outro lado, a rápida inserção chinesa no mercado internacional[21] causou uma considerável elevação de demanda, gerando uma expectativa de expansão da economia global muito acima daquela experimentada em outros períodos.

Assim, de modo crescente, o mercado financeiro e as motivações rentistas vêm influenciando o comportamento das *commodities* e deixando países como o Brasil duplamente reféns do sistema financeiro. Eis uma encarnação da dependência redobrada[22] que atinge o Brasil contemporâneo, em sua inserção na economia global, nos termos de Leda Paulani (2012).

---

20 Por exemplo, de acordo com o World Bank (2017a), a partir de 1995, houve uma rápida escalada do valor total das ações negociadas nos mercados financeiros, que teriam passado de 34% do PIB mundial para 162% em 2007 (ano de maior participação). Após uma considerável queda associada à bolha das hipotecas, em 2008, essa mobilização teria voltado a crescer, depois de 2012, e alcançado o patamar de 166% do PIB mundial, em 2015.

21 Como exemplo, pode ser citada a elevação das importações de produtos básicos pela China. Entre 2001 e 2013, a importação de minério de ferro passa de 92,3 milhões de toneladas (18,4% do total global) para 819,1 milhões de toneladas (64,8% do total global); para o cobre, esse aumento foi de 2,3 milhões de toneladas (17,1% do total global) para 10,1 milhões de toneladas (36,9% do total global); no caso da soja, as importações passaram de 13,9 milhões de toneladas (24,1% do total global) para 63,4 milhões de toneladas (60,1% do total global) (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2017).

22 A proposta de dependência redobrada está associada às estratégias de inserção internacionais adotadas pelo Brasil nos anos recentes. Por um lado, o país teria se tornado em uma "plataforma internacional de valorização financeira", decorrente de suas elevadas taxas de juros e do processo de apreciação cambial. Por outro lado, o Brasil teria passado por um processo de redução da participação dos produtos industrializados em sua pauta exportadora, agindo como fornecedor de *commodities* minerais e agrícolas demandas pelo mercado internacional (PAULANI, 2012).

O Brasil e o mercado global das *commodities*: um elemento decisivo na configuração do modelo brasileiro de ajuste

No processo de inserção regressiva[23] da pauta exportadora brasileira, verificou-se, também, uma redução da diversificação e uma crescente dependência de nossa balança comercial com relação a alguns poucos produtos. Considerando o período entre 2000 e 2016, os quatro setores (complexo soja, minério de ferro, petróleo e carne) foram responsáveis por 37% do valor total das exportações brasileiras (MDIC, 2017). Essa concentração em poucos produtos reforça a dependência redobrada (PAULANI, 2012) brasileira nos circuitos mundiais do capital. Devido à sua importância nas exportações, apresentamos, em mais detalhes, nesta seção, o comportamento dos setores de soja e do minério de ferro, buscando entender seus vínculos com o mercado financeiro.

Ao analisar o comportamento dos preços dos dois produtos, no Gráfico 3, podemos identificar tanto semelhanças quanto diferenças. De forma geral, tanto as *commodities* agrícolas quanto as minerais passaram por um período de *boom*, iniciado em 2003/2004 e encerrado em 2011 e 2012. Os minérios passaram por uma valorização e desvalorização mais acentuada do que as *commodities* agrícolas; e o ferro mostrou uma variação ainda mais intensa do que a média dos minérios e metais. As *commodities* agrícolas, e a soja em particular, foram menos impactadas pela crise de 2008 do que os minérios e metais e, aparentemente, tiveram uma queda de preço menos acentuada, quando comparada com valores de referência dos anos 1990. Uma análise mais detalhada, porém, é necessária para melhor compreender o vínculo dos preços desses bens com o mercado financeiro.

23 O termo inserção regressiva reporta-se à modalidade de inserção do país no mercado global, pautada na ampliação da exportação de bens primários, com baixo valor agregado e com a redução considerável de exportação de bens industrializados.

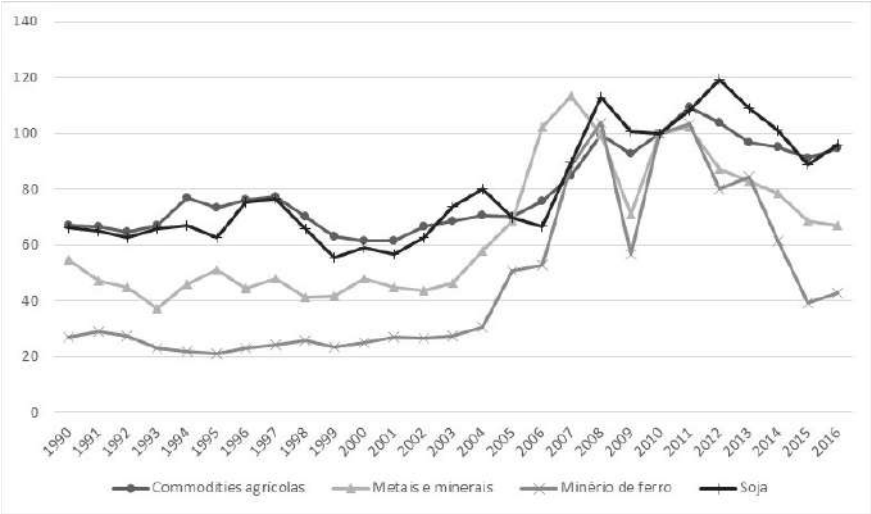


Gráfico 3 – Variação no índice de preços das *commodities*
Fonte: World Bank (2017b).

Senão vejamos! A expansão da soja no Brasil está intimamente ligada à demanda crescente de ração animal para viabilizar o aumento do consumo global de carne (SCHLESINGER; NORONHA, 2006). A soja surgiu como uma "solução" para o modelo de produção intensiva de animais, após recorrentes crises ecológicas e sanitárias desse setor. Apesar da produção de soja no Brasil ter se iniciado nos anos 1940, ela passa a ter uma maior relevância somente a partir dos anos 1970, quando o esgotamento das reservas de pescado no Peru inviabiliza o uso de farinha de peixe para produção de ração animal. Naquele período, a produção de soja ainda se concentrava principalmente no sul do país (GOLDFARB, 2015).

Em um primeiro momento, a despeito do aumento no consumo de soja, o principal substituto para a produção de ração foi a farinha de sangue e osso, produzida a partir de resíduos do próprio setor de abate. Entretanto, o surto de encefalopatia espongiforme transmissível (doença da vaca louca), nos anos 1990, na Europa, levou à proibição desse produto, aumentando significativamente a demanda por soja para a produção de ração (CAMPOS, 2011). De modo geral, 80% da produção de soja do mundo está associada ao abastecimento do setor de alimentação animal (SCHLESINGER; NORONHA, 2006). No Bra-

sil, na safra 2015/2016, foram produzidas 95,4 milhões de toneladas de soja, das quais 54% foram exportados na forma de grãos. Paralelamente, a produção de farelo no país tem forte vínculo com o mercado global; no mesmo ano, 45,5% do total de farelo produzido foi vendido para outros países (APROSOJA BRASIL, 2017).

Goldfarb (2015) identifica um movimento de crescente importância do capital financeiro no comportamento do setor sojicultor. Nesse sentido, Oliveira (2009) analisa a evolução de três componentes principais no mercado de produtos agrícolas. Primeiramente, os produtos agrícolas passaram a ser produzidos para o mercado global, ou seja, sua produção não é orientada para as necessidades de determinado país, mas, sim, para o mercado global. Assim, o consumo acontece em qualquer parte do mundo, por aqueles que pagarem os preços mais elevados. Em segundo lugar, o autor ressalta o papel das bolsas de mercadorias e futuros, como lócus de comercialização dessas mercadorias e, ainda, como principal centro de decisão sobre "o que plantar, onde plantar e como plantar". Esse processo reduz significativamente a autonomia nacional sobre a gestão da produção agrícola. Por fim, Goldfarb (2015) destaca ainda a crescente oligopolização das transações, com poucas empresas transnacionais (ex. ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreifus) atuando como responsáveis pela maior parte da circulação de grãos no mundo.

De acordo com os dados apresentados pelo USDA (2017), entre 1990 e 1997, tanto o mercado quanto o preço apresentaram certa estabilidade, variando dentro de um determinado patamar. Entretanto, a partir de 1997, houve uma queda significativa no valor da soja (-28%, em dois anos), apesar de não se verificar qualquer variação significativa na relação entre oferta e demanda. A partir de 2001, iniciou-se o período de *boom* da soja e o preço da tonelada passa de US$ 255 para US$ 508, em 2008, com um aumento de 99%. Nesse período, a relação entre oferta e demanda manteve-se ainda estável, com exceção de uma pequena retração na oferta, nos anos de 2007 e 2008. Entre 2009 e 2012, houve uma maior volatilidade dos preços e da relação entre oferta e demanda. Finalmente, entre 2012 e 2015, a oferta expandiu 17% e a demanda 19%; apesar disso, no mesmo período, os preços foram reduzidos em 25%. Portanto, na economia real, a lei da oferta e da demanda

não se impõe como determinante maior na definição dos preços, no atual tempo histórico do capital.

Esse aumento do vínculo com o setor financeiro também se aplica ao comércio internacional de bens minerais. No Brasil, o minério de ferro também possui uma intrínseca relação com a inserção comercial do país no mercado global. De fato, o início da exploração de minério de ferro em larga escala, nos anos 1940, no Quadrilátero Ferrífero[24], somente foi possível pela necessidade da Inglaterra de minério de ferro. A partir de um esforço concentrado de construção de infraestrutura e expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), nos anos 1960, o Brasil já era responsável por 7% das exportações globais de minério de ferro. Essa participação aumentou para 25%, nos anos 1980, e se estabilizou em torno de 30%, depois dos anos 1990, consolidando o país como segundo maior exportador de minério de ferro do mundo, abaixo da Austrália (TRINER, 2011; INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2017).

Assim como no caso da soja, o comportamento dos preços do minério de ferro no mercado internacional não pode ser exclusivamente explicado pela relação entre oferta e demanda. Entre 1990 e 1996, existia ainda um certo equilíbrio na relação entre oferta e demanda; ao longo desses anos, foram observadas taxas anuais de expansão e retração dos dois setores, normalmente variando em valores de até 5%, a sugerir pequenos ajustes entre oferta e demanda. Entre 1997 e 2003, ainda existiu uma preponderância da produção de aço, não acompanhada pela extração mineral. Tal processo pode ser associado ao aumento da demanda da China por minério, uma vez que a produção chinesa de aço passou de 13% para 30% do total global (BMWFW, 2017; WSA, 2017).

Em 2004, esse vínculo entre oferta, demanda e preços deixa de existir e a expansão média da extração mineral supera a demanda global em diversos anos. Embora a produção de aço crescesse a taxas inferiores àquelas da extração de ferro, os preços do minério valorizaram

24 O Quadrilátero Ferrífero consiste em uma área de cerca de 7.000 km^2 localizada no centro-sul de Minas Gerais, dividindo as bacias hidrográficas do Rio São Francisco, Rio das Velhas e Rio Doce (CARVALHO FILHO; CURI; SHINZATO, 2011). Essa região inclui os principais municípios produtores de minério de ferro do estado, incluindo Mariana, Congonhas, Ouro Preto e Itabira.

aproximadamente 280%, até 2011. Depois de 2011, parece ter havido certo ajuste entre oferta e demanda. A expansão e a retração da extração mineral e da produção de aço voltaram a se alternar e a proporção entre oferta e demanda retornou a patamares próximos aos anos 1990. Mesmo assim, os preços despencaram, provavelmente respondendo ao excesso de oferta e a uma redução da expectativa de lucro, vinculada à venda de ferro (BMWFW, 2017; WSA, 2017).

Assim, a análise comparativa do comportamento da oferta, demanda e preço, tanto no caso da soja quanto naquele do minério de ferro, no mercado global, não corrobora o argumento de que o *boom* e o pós-*boom* do preço dessas *commodities* estiveram exclusivamente associados a variações nos fundamentos do mercado. Também, diferente do defendido por Radetzki (2006) para os outros *booms* das *commodities*, o aumento de preço não pode ser associado a um choque de demanda para a ascensão, em 2003, quando se iniciou a supervalorização. Na ausência desse nexo causal, esses dois exemplos reforçam a hipótese do vínculo entre a especulação financeira sobre preços futuros e o comportamento desses setores. Assim, países, como o Brasil, que se apoiam de forma crescente na exportação de bens naturais passam a depender, indiretamente, dos mercados financeiros para garantir resultados positivos em suas balanças comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE ESTÁ EM JOGO NO CENÁRIO DA CRISE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA?

A crise contemporânea brasileira está intimamente vinculada à crise do modelo de ajuste, implementado ao longo da história recente do país: modelo rentista-neoextrativista. Para entender a crise do modelo de ajuste, faz-se necessário adentrar nas filigranas do esgotamento do padrão de acumulação adotado no Brasil, nas últimas décadas, fundado na financeirização dependente e no neoextrativismo. Emerge, então, uma questão central: afinal, o que se esgotou? Do ponto de vista da economia política brasileira, o que significou o *golpeachment* como via de fechamento de um ciclo de ajuste?

De fato, a crise revela o esgotamento do modelo rentista-neoextrativista, na perspectiva assumida pelos governos petistas, de um pacto

conciliatório de classes que, concretamente, materializou-se, por um lado, no apoio irrestrito aos interesses do capital, em suas composições orgânicas, notadamente o capital rentista com o capital neoextrativista, e, por outro lado, na inserção pontual dos segmentos populares via políticas de enfrentamento à pobreza, alterando o próprio tecido social brasileiro, com a ascensão de segmentos dos setores populares pela via do consumo. Esse é o chamado modelo de ajuste petista em que "todos ganham", claro, ganham de forma extremamente desigual, mas "todos ganham" (CARVALHO, 2017).

Em um contexto internacional desfavorável e em um cenário de crise no Brasil, esse modelo esgota-se, fechando um ciclo de ajuste. E, para manter seus lucros nos processos de acumulação e valorização do capital, em tempos de crises, as elites burguesas articulam, dentro e fora do parlamento, uma ruptura do pacto conciliatório de classes, empreendendo um golpe de Estado, com uma pesada investida contra os trabalhadores e setores populares. É preciso atentar e demarcar que são as elites do capital que rompem o pacto para fazer valer seus interesses, permitindo-lhes manter e expandir as taxas de lucro e de acumulação. Em verdade, são as elites que efetivam a ruptura do pacto e não as esquerdas!

Assim, em meio à crise do modelo de ajuste e à ruptura do Pacto de Conciliação de Classes, tem-se uma confluência de crise econômica e de crise política, criando as condições para o *golpeachment*, na formulação de Paulo Kliass (2016).

Destacamos dois elementos decisivos na configuração da crise política contemporânea do Brasil, indispensáveis ao seu entendimento, em sua complexidade, hoje caracterizada como crise sistêmica:

– **a captura da democracia pelo poderio econômico**, pelas forças do capital. Com efeito, as grandes empresas, os representantes do rentismo passaram a controlar a democracia, difundindo mecanismos de corrupção, provocando um descrédito não somente na política, mas no campo político. Trata-se de um efetivo controle social do Estado pelo mercado, fragilizando a democracia, capturada pelos interesses do capital.

– **a crise na relação fundante Estado-sociedade**, expressa no distanciamento entre Estado e sociedade civil, em suas expressões contemporâneas. Esse distanciamento bem se materializa nas "Rebeliões de

2013", as quais revelam múltiplas inconformidades, oposições e resistências ante políticas e posicionamentos estatais, sem a devida consideração e resposta do Estado. Logo, essa crise na relação Estado-sociedade já começa nos governos petistas e, hoje, acentua-se, de forma exacerbada, no governo dos golpistas usurpadores que, até aqui, é o governo Temer, mas pode ser qualquer outro, desde que se comprometa com a agenda neoliberal do ajuste fiscal.

Com efeito, em meio à crise do modelo de ajuste na versão petista e a crise política sistêmica, em suas múltiplas expressões no contexto democrático, é que o golpe é processualmente construído, irrompendo com o *impeachment* e o assumir do governo pelos setores golpistas, consubstanciado no governo Temer. Sinaliza Cândido Grzybowsky (2017), em instigante análise sobre "os limites da democracia brasileira", que, de certo modo, o golpe é o desfecho de uma democracia que vinha perdendo intensidade ou, de outro modo, que não havia conseguido superar a suas contradições de origem.

Naomi Klein (2016), em suas formulações da "Doutrina do Choque", abre preciosas pistas para o entendimento do *golpeachment* no cenário brasileiro. Sustenta a autora que as ideias neoliberais se aproveitam de momentos de crise para avançar e se radicalizar. De fato, em meio à grave crise, a atravessar a vida brasileira, as elites não mais se satisfizeram com o chamado "social liberalismo petista", efetivando um golpe para impor o neoliberalismo mais violento e brutal.

Um elemento-chave em termos de política macroeconômica em tempos de golpe merece destaque: o governo ilegítimo de Michel Temer, em sua "Política de Austeridade" – em verdade, austericídio –, mantém o modelo rentista-neoextrativista, agora, em uma nova versão, fundada na intensificação de políticas neoliberais, com processos de desmonte de direitos, de desmanche de políticas públicas, notadamente a seguridade social, atingindo fortemente a classe trabalhadora. De fato, o governo Temer mantém o modelo de ajuste rentista-neoextrativista, com um intensivo processo de precarização das classes trabalhadoras e um pesado ônus sobre os pobres, com rebatimentos na sociedade brasileira. No jargão político, "Saiu a conciliação e entrou a exploração" (CARVALHO, 2017).

Para tanto, o governo Temer conta com a adesão em bloco de sua "base aliada" – que começa a apresentar fissuras nos últimos tempos – e o respaldo do Judiciário, na realização de mudanças de amplo espectro na Constituição Federal de 1988, tais como: congelamento dos gastos públicos por vinte anos, aprovado em 13 de dezembro de 2016; reforma da legislação trabalhista, aprovada em 13 de julho de 2017; e PEC 287/2016, relativa à reforma da Previdência, em tramitação. Desse modo, é inconteste o laço estreito entre os golpistas e o financismo. Tal desmonte constitucional já avançou perigosamente e, talvez, já destruiu o essencial em termos de uma democracia que mereça este nome.

Como avalia Cândido Grzybowsky, no *Le Monde Diplomatique Brasil* de julho de 2017, "Com o golpe da cleptocracia e a tal 'agenda de reformas', o impasse entre direitos e mercado está sendo de algum modo resolvido, mudando a Constituição para bem pior. Ou seja, estamos em um momento onde está sendo mandado às favas aquele pacto democrático capenga que, bem ou mal, nos dava alegrias cidadãs". Em verdade, o desmonte do pacto democrático como salvaguarda de direitos incide diretamente no desmanche da Seguridade Pública. De fato, nesses tempos de golpe e (des)governo de Temer, o impasse entre direitos e mercados vem se resolvendo da pior forma para a cidadania, uma vez que a saída construída consiste na afirmação do mercado e no desmonte de direitos. A Seguridade Privada é apresentada como alternativa para o desfrute de quem pode por ela pagar. Nesse cenário, analisar a "cartografia do desmonte da seguridade social no Brasil do presente" apresenta-se como grande e importante desafio, no sentido, inclusive, de fornecer elementos para os movimentos de resistência.

Assim, o Golpe de Estado de 2016 resulta em pesado ônus para a sociedade brasileira: aumento de lucros do financismo, do capital financeiro com a intensificação da precarização do trabalho e explosão da pobreza.

Em verdade, merece especial destaque a pesada arquitetura do Golpe de 2016. Essa arquitetura, com permanentes desdobramentos, materializa um projeto das classes burguesas, das elites de acirramento do neoliberalismo como saída para a crise e retomada do crescimento. Nessa perversa arquitetura do Golpe 16 evidenciam-se "golpes dentro do golpe", ou seja, estamos diante de golpes consecutivos, em ritmo

vertiginoso. Os golpistas têm pressa em aprovar medidas e os chamados mecanismos de ajuste fiscal para efetivar o processo contínuo do golpe de Estado. É a pesada ofensiva das elites, das forças de direita, no sentido de colocar o Brasil em perfeita coadunância com a onda de acirramento contemporâneo do neoliberalismo, a atingir o mundo, no contexto de uma civilização do capital em crise. E assim, o Brasil mergulha no "tsunami neoliberal global", pela via de um golpe de Estado, com permanentes desdobramentos.

Nesse cenário, a Operação Lava-Jato, transmutada no centro da vida política brasileira, figura como marco decisivo nas tessituras do golpe. De fato, a "Lava-Jato" e, sobretudo, a percepção criada na sociedade sobre ela foram muito importantes para a deflagração do golpe do *impeachment*.

Nas engrenagens das tessituras golpistas é fundamental, ainda, entender o papel da grande mídia, negócio privado e monopolista. Com efeito, mostrou-se e mostra-se, como decisivo na arquitetura do golpe, a atuação da mídia oficial – TVs e jornais – e, particularmente, da Rede Globo, a desenvolver o que Leda Paulani denominou de "Terrorismo Midiático", no sentido de legitimar ideologicamente o Golpe 16, difundindo o pensamento golpista, com diferentes estratégias, em distintos momentos. E a legitimação ideológica midiática acompanha todos os desdobramentos do golpe em curso, em sua pesada arquitetura.

E, assim, em meio a pactos gestados na "política de negócios" e fundados no "regime da pós-verdade", o golpe vai se aprofundando nas medidas e contrarreformas do governo Temer que tem, como projeto, destruir, em dois anos – 2016/2017 – de uma só vez, três pactos construídos ao longo dos últimos 80 anos: o pacto da Constituição de 1988, representado pelos serviços públicos universais; e o pacto lulista, representado pelos programas sociais; o pacto varguista, com suas garantias trabalhistas e previdenciárias, com graves desdobramentos, colocando a democracia brasileira em risco, em perigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO (Ed.). **Más allá del desarrollo.** Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

ALBAVERA, F. S. **El desarrollo productivo basado en la explotación de los recursos naturales**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

APROSOJA BRASIL. ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SOJA DO BRASIL. **Levantamento da safra de grãos 2016/2017**. 2017. Disponível em: <http://aprosojabrasil.com.br/2014/estatistica--da-soja/levantamento-da-safra/ >. Acesso em: 9 maio 2017.

BARTON, J. R. Eco-dependency in Latin America. **Journal Singapor of Tropical Geography**, v. 27, n. 2, p. 134-149, 2006. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00249.x >.

BEBBINGTON, A. **Extractive Industries and Stunted States: Conflict**, Responsibility and Institutional Change in the Andes. December 10, 2009 7:13 MAC/AMAN Page-97 9780230_220775_07_cha06,Raman (Ed.) Corporate Social Responsibility: Discourses, Practices and Perspectives, p. 97-115. London. Palgrave MacMillan. (PDF, 84KB). Disponível em: http://hummedia.manchester.ac.uk/schools/seed/andes/publications/papers/Bebbington-InRamanBook.pdf. Acesso em: 2 fev. 2018.

_____. *et al*. Contention and ambiguity: mining and the possibilities of development. **Development and Change**, v. 39, n. 6, p. 887-914, 2008. Disponível em: < http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2008.00517.x/abstract >.

BGS. World mineral statistics data. **British Geological Survey**, 2017. Disponível em: < http://www.bgs.ac.uk/mineralsuk/statistics/wms.cfc?method=searchWMS >. Acesso em: 5 maio 2017.

BM&F BOVESPA. Glossário. 2014. Disponível em: <http://ipn.bmfbovespa.com.br/media/normativos/Glossario.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BMWFW. **World mining data**. Wien: Bundesminister für Wissenschaft, Forschung und Wirtschaft, 2017.

BRAGA, R. **Investigando a pilhagem**: observações sobre o novo livro de David Harvey, 10 de outubro de 2016, Blog da Boitempo,

in:https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/10/investigando-a-pilhagem/.> Acesso em: 20 out. 2016.

CAMPOS, M. C. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Geografia**, v. 6, n. 1, p. 161-191, 2011.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Análises de conjuntura e crise do Estado**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Aula Inaugural no Campo das Políticas Públicas, Fortaleza, UFC, 2017.

_____. **O Brasil real em questão:** um resgate do olhar crítico de cientistas sociais. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 1999.

_____; GUERRA, E. C. Brasil. "O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas**, v.19, n.1, jan./jun. 2015, p. 41-60.

_____. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas**, UFMA, São Luís, Número Especial, p. 267-280, novembro de 2016.

CARVALHO FILHO, A.; CURI, N.; SHINZATO, E. Relações solo--paisagem no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 45, n. 8, p. 903-916, 2011. ISSN: 1678-3921.

CHENG, I.-H.; XIONG, W. Financialization of commodity markets. **Annual Review of Financial Economics**, v. 6, p. 419-441, 2014.

CONAB. **Séries históricas**. Companhia Nacional de Abastecimento, 2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=>. Acesso em: 10 maio 2017.

CHESNAIS, F. A "nova economia": uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense". In: CHESNAIS, F. *et al*. **Uma nova fase do capitalismo?**, São Paulo: Xamã, 2003.

COONEY, S. *et al*. **Minerals price increases and volatility**: causes and consequences. Washington: Congressional Research Service, 2008.

DAVIS, G. A.; TILTON, J. E. The resource curse. **Natural Resources Forum**, v. 29, n. 3, p. 233-242, 2005.

GOLDFARB, Y. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista NERA**, v. 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Os limites da democracia brasileira**. Le Monde Diplomatique Brasil, 120 ed. ago. 2017. p. 5. Disponível em: https://diplomatique.org.br/os-limites-da-democracia-brasileira/, acceso en: 21 agosto de 2017.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP e CLAES (Ed.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

_____. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v. 237, p. 128-146, 2012a.

_____. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P. e PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUMPHREYS, D. The great metals boom: a retrospective. **Resources Policy**, v. 35, n. 1, p. 1-13, 2010.

INTERNATIONAL TRADE CENTER. **Trade map**: trade statistics for international business development. 2017. Disponível em: < http://www.trademap.org >. Acesso em: 23 feb. 2017.

KLIASS, P. O golpeachment e as expectativas. **Revista Carta Maior**, 04 maio 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-golpeachment-e-as-expectativas/7/36069> <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-golpeachment-e-as--expectativas/7/36069>, Acesso em: 21 jun. 2016.

_____.**Temer e o financismo**. Matéria publicada no site Carta Maior, em 31 de março de 2017. Disponível em: https://www.cartamaior.com.

br/?/Editoria/Economia/Temer-e-o-Financismo/7/37906. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. **PEC 55** - O Financismo na Constituição. Matéria publicada no site Carta Maior, em 20 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/PEC-55-o-financismo-na-Constituicao/7/37301>. Acesso em: 30 de nov. 2016.

MELLO, P. C. Estratégia de desenvolvimento baseada em recursos naturais e o papel da BM&F. **Resenha BM&F**, v. 167, p. 50-65, 2006.

MDIC. **Séries históricas**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio--exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 5 maio 2017.

MILANEZ, B. Boom ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro no período 2000-2016. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. S2, p. 1-18. 2017.

_____.; SANTOS, R. S. P. dos; MANSUR, M. S. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das *commodities.* In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá – Pará: Editorial Iguana, 2016. p. 51-86.

_____. Topsy-turvy neo-developmentalism: an analysis of the current Brazilian model of development. **Revista de Estudios Sociales**, v. 53, p. 12-28, 2015.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros, **Cad. EBAPE. BR**, v. 11, nº 2, artigo 6, Rio de Janeiro, jun. 2013, p. 311–339. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000200008>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MISSIO, F.; OREIRO, J. L. The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2, p. 247-266, 2015. ISSN: 0101-3157.

NISSANKE, M. Commodity market linkages in the global financial crisis: excess volatility and development impacts. **The Journal of Development Studies**, v. 48, n. 6, p. 732-750, 2012.

NUNES, W. Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 67-89, 2016. ISSN 1678-9873.

OLIVEIRA, A. U. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, Anais... 12, Montevidéo: Universidad de La Republica: 1 - 15 p. 2009.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. Campinas: Boitempo, 2012. p. 103-133.

PAULANI, L. M. **A dependência redobrada**: le monde diplomatique Brazil. 61 ed. 2012, in: https://diplomatique.org.br/a-dependencia-redobrada/.> Acceso em: 28 ago. 2017.

_____. **Mídia e mercado fazem terrorismo econômico, Brasil de Fato**, São Paulo, nov. 2014. Entrevista concedida a Bruno Pavan. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/537146-para-leda-paulani-midia-e-mercado-fazem-terrorismo-economico>. Acceso em: 19 mar. 2015.

_____. **Crise atual reflete dependência estrutural da economia brasileira**. Carta Maior, matéria publicada em 3 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Leda-Paulani-crise-atual-reflete-dependencia-estrutural-da-economia--brasileira/7/34150>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Com plano neoliberal de Temer, direitos vão para o buraco**, entrevista com Leda Paulani por Joana Rozowykwiat, publicada no Portal Vermelho, 3 de junho de 2016. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia/282905-1.> Acceso en: diciembre de 2016.

_____. Não há saída sem a reversão da financeirização. **Cadernos de Análises da Conjuntura**, São Paulo, Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes, n. 1., 2018. p. 47-88.

PAULANI, L. M.; PATO, C. G. G. Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PUGA, F. A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais. **Visão do Desenvolvimento**, v. 36, p. 1-8, 2007.

RADETZKI, M. The anatomy of three commodity booms. **Resources Policy**, v. 31, n. 1, p. 56-64, 2006.

RIGOTTO, R., Ed. **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe, CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. **Natural resource abundance and economic growth**. Cambridge, MA: Harvard Institute for International Development, 1997.

SCHAPER, M.; VÉRÈZ, V. O. **Evolución del comercio y de las inversiones extranjeras en industrias ambientalmente sensibles**: Comunidad Andina, Mercosur y Chile (1990-1999). Santiago de Chile: 2001.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2006.

SCOTTO, G. **Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina**. IN: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 4, 2011, Campos dos Goytacazes, Universidade Federal Fluminense.

SIKKINK, K. **Ideas and institutions**: developmentalism in Brazil and Argentina. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

SWARAY, R. How did the demise of international commodity agreements affect volatility of primary commodity prices? **Applied Economics**, v. 39, n. 17, p. 2253-2260, 2007.

TILTON, J. E.; HUMPHREYS, D.; RADETZKI, M. Investor demand and spot commodity prices. **Resources Policy**, v. 36, n. 3, p. 187-195, 2011.

TRINER, G. D. **Mining and the state in Brazilian development**. London: Pickering & Chatto, 2011.

UNCTAD. **Trade and development report 2009**. Genève: United Nations Conference on Trade and Development, 2009.

USDA. **Production, supply and distribution**. United States Department of Agriculture, 2017. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>. Acesso em: 8 maio 2017.

WORLD BANK. **Data. 2017a**. Disponível em: <http://data.worldbank.org/ >. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. **World Bank Commodity Price Data (The Pink Sheet)**. 03 Abr 2017b. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets >. Acesso em: 4 maio 2017.

WSA. Steel Statistical Yearbook. World Steel Association, 2017. Disponível em: <https://www.worldsteel.org/steel-by-topic/statistics/steel--statistical-yearbook-.html>. Acesso em: 6 maio 2017.

COLONIALIDADE, PENSAMENTO DECOLONIAL E CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Guilherme F. W. Radomsky [1]

INTRODUÇÃO

Para pesquisadores das áreas de ciências sociais e humanas, o estatuto dos autores considerados "clássicos" assume um caráter distinto de outros campos de conhecimento. Embora tema já conhecido, parece ser relevante recordar o que Alexander (1996) havia escrito a respeito, sugerindo que enquanto nas ciências exatas os estudos tendem a passar com o tempo e se amparam mormente em aspectos empíricos, nas humanidades seus autores fundadores são repetidamente ao longo dos anos reinterpretados e reconsiderados. Os clássicos são aceitos como tal por fornecerem critérios basilares de uma área de conhecimento e, muito acentuadamente, por apresentarem dimensões não empíricas ao empreendimento científico. Uma pergunta, portanto, consiste em indagar o que faz um autor se tornar um "clássico" ou, pelo menos, uma referência. Não cabe aqui recolocar determinadas discussões já realizadas, mas apontar um aspecto paralelo e conexo: se o campo de estudos é balizado enquanto um espaço epistêmico criado – e continuado – por grandes nomes, o que ocorre quando essas tradições de pensamento dizem pouco da realidade em que muitos de nós vivemos?

Em artigo recentemente publicado, Grosfoguel (2016) mostra, citando Boaventura de S. Santos, que a maior parte do conhecimento que historicamente forneceu as bases para as ciências no mundo, especialmente em seu período de formação, advém de um pequeno grupo de universidades localizadas em cinco países da Europa ocidental – e ainda dos Estados Unidos. Talvez seja razoável somar à lista alguns ou-

1 Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

tros países hoje, mas é certo que a produção de conhecimento legítimo é um campo de batalha no qual poucos são considerados realmente aptos a opinar. A indagação feita no parágrafo anterior se coloca como ponto de partida para pensarmos o quanto pesquisadores que vivem e trabalham em continentes tais como África, América Latina e Ásia se veem em dificuldades ao se confrontar com autores "clássicos". Isto é, o dilema que se apresenta é como dar conta do acúmulo de saber das áreas de conhecimento e simultaneamente buscar referências próprias e que façam sentido para essas realidades sociais.

É sob esse ponto de vista que Anjos (2014, p. 29) se permite perguntar: "Poderia outra formação discursiva emergir nas margens [...]" das orientações consideradas clássicas das ciências sociais? O quanto essas disposições no âmbito das ciências sociais e humanas se confundem com a (constituição histórica da) modernidade é um aspecto em debate candente. De outro lado, enquanto parte da intelectualidade vê a modernidade como um empreendimento interno à Europa, que se espalha para os diferentes cantos do planeta ao longo dos séculos, cada vez mais fica claro que as suas dimensões – tanto historicamente como nas relações contemporâneas – são inseparáveis dos processos de colonialidade. O acontecer da modernidade nos trópicos é um evento com muitas doses de violência e, neste caso, uma parcela do investimento para tal residiu em realizar planos, programas e projetos de desenvolvimento. Diferentes pesquisadores da área mostram, como será abordado a seguir, como no século XX as intervenções para o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos foram uma atualização dos processos coloniais, embora com características próprias e formatos precisos. Seguindo com Anjos (2014, p. 30), a "analítica do desenvolvimento é, sob esse prisma, também uma ontologia da colonialidade do ser e do poder".

Este capítulo examina as relações entre modernidade, colonialidade e desenvolvimento. O foco do texto é, todavia, mais preciso. Aborda elementos constitutivos do que tem sido chamado de pós-colonialidade e discorre a respeito de quais consequências teóricas, epistemológicas e metodológicas os pesquisadores se confrontam ao recorrer a esta perspectiva. Após articular elementos da crítica da modernidade com propostas teóricas, é realizado um panorama dos estudos críticos

sobre o desenvolvimento, focando novamente em questões analíticas e metodológicas, sempre buscando estabelecer quais são as relações entre uma discussão (pós-colonialidade) e outra (o desenvolvimento). Ao fim, elaboram-se as considerações finais recuperando estudos e tendências recentes que buscam conjugar essas proposições epistemológicas e metodológicas em esforços de pesquisa empírica.

PROBLEMAS DE INAUTENTICIDADE NACIONAL E DILEMAS DA MODERNIDADE

O problema antes abordado sobre os autores clássicos – ao qual voltarei em seguida – remete também a dilemas culturais e políticos, os quais alimentam certos sentimentos em relação à ciência produzida no Sul global. Tavolaro (2005) argumenta que muito do debate que se realizou sobre "o que faz do Brasil o Brasil", na conhecida expressão de Roberto Damatta sobre a tipicidade do país, procura medir o quanto nos aproximamos ou nos afastamos da modernidade europeia. Entendida como um modelo ideal encarnado no real, essa modernidade serve de parâmetro para sabermos se no Brasil – certamente em outros países a indagação é igualmente dilema – somos ou não somos de fato modernos ou se nosso percurso histórico realizou as etapas "corretas" da história. Ele denomina isso sociologia da inautenticidade nacional, ou seja, espelhar-se na modernidade europeia e concluir que via de regra nos afastamentos do caminho correto. Após problematizar essa cantilena nacional, suas conclusões mostram, antes, que o percurso histórico (de construção da cidadania, por exemplo) da modernidade (e suas instituições) é muito tortuoso e não linear sequer nos países europeus – então, a preferência do autor à ideia de modernidades alternativas com graus variados de organização da cidadania, das instituições, e que não obedece a critérios etapistas e progressivos.

Esta discussão certamente abre um horizonte distinto para as ciências humanas e sociais não somente na interpretação das histórias nacionais, mas igualmente nas formas de produção de saber. Escobar (2007a) mostra que importante crítica à noção de uma única modernidade, também comentada por Tavolaro, está em observar que a interpretação hegemônica se ancora no que ele denomina visão interna. Aqui

estamos diante do discurso mais comum sobre o advento da modernidade, compartilhado por autores de séculos atrás como Kant e Hegel e hoje ainda muito expressivo, pois repetido por referências contemporâneas da teoria social, tais como Habermas, Beck e Giddens. Para tais figuras, com o risco da generalização que uma afirmação dessas contém, pode-se dizer que os fatores determinantes do surgimento histórico da modernidade estão localizados e enraizados na Europa ocidental, e podem ser resumidos, conforme Mignolo (1995), na reforma protestante e nas revoluções científica, industrial e francesa. Para tal, contribuiriam para um processo crescente de racionalização do mundo e a prevalência de uma ordem capitalista orientada à igualdade (formal) e à liberdade. Essa provavelmente é uma das questões consideradas ponto de partida dos estudos decoloniais na América Latina. Para tais autores, a modernidade não é um processo surgido "intra-Europa", pois sendo tributária do colonialismo abarca uma série de dimensões que Escobar sugere ser ponto nuclear dos trabalhos do grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonial (MCD). Para Escobar, que comenta os trabalhos do MCD, há uma transmutação radical das interpretações acerca desse acontecimento histórico:

> (1) uma ênfase em localizar as origens da modernidade na conquista da América e o controle do Atlântico depois de 1492, ao invés dos marcos mais comuns e aceitos, tais como o Iluminismo ou o fim do séc. XVIII; (2) uma atenção persistente ao colonialismo no desenrolar do sistema capitalista mundial enquanto constitutivo da modernidade [...]; (3) consequentemente, a adoção de uma perspectiva global para explicação da modernidade, em lugar de uma visão enquanto um fenômeno interno à Europa; (4) a identificação da dominação dos outros externos à Europa como uma dimensão necessária da modernidade, com a concomitante subalternização do conhecimento e das culturas destes outros grupos; (5) uma concepção de eurocentrismo enquanto forma de conhecimento da modernidade/colonialidade [...] (ESCOBAR, 2007a, p. 7)[2].

2 Exceto quando explicado, todos os trechos de citação direta dos originais em língua estrangeira foram traduzidos pelo autor.

Antes do grupo se formar, havia iniciativas importantes em outras partes do mundo envolvidas em desestabilizar os modos mais comuns de compreensão da modernidade e do colonialismo. Os pesquisadores em geral têm mostrado que de um conjunto de iniciativas bastante diversas e espaçadas no tempo entre as décadas de 1970 e 1990 emergem grupos mais ou menos estáveis[3]. Essa é a relevância do que antes se afirmava sobre os autores clássicos, pois Ballestrin (2013) bem pontua que o que é considerado enquanto tal, na literatura pós-colonial é facilmente questionado. Trata-se de mover-se deste espaço cristalizado em torno de autores canônicos e buscar fundações analíticas próprias, nas quais surgem nomes tais como Aimé Cesaire, Albert Memmi, Amílcar Cabral, Frantz Fanon, José Carlos Mariátegui, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Paulo Freire, Leonardo Boff, Pablo González-Casanova, Darcy Ribeiro e outros – alguns dos quais considerados precursores do pós-colonialismo. Esses seriam autores que forneceram bases intelectuais e conceituais cruciais para o entendimento do colonialismo. É claro que isso nos leva ao duplo caráter da expressão "pós-colonialismo", que alude tanto ao período histórico após a independência dos países como ao movimento que gerou contribuições teóricas no fim do século XX, nas quais a crítica da colonialidade e da modernidade estava no epicentro (BALLESTRIN, 2013).

Convém sublinhar que o problema da modernidade como emergência "intra-Europa", como apontou Escobar, parte de uma ambiguidade. Enquanto de um lado é necessário afirmar que o mundo "deve" ao pensamento europeu pelas luzes por ele possibilitado (escondendo a faceta da violência colonial que lhe é constitutivo), de outro, entende-se que dali surgiu algo universal, pois representa uma etapa da história da humanidade. No âmago das contribuições em torno da pós-colonialidade, ao contrário, aquilo que é considerado como universal não passa de um conjunto de pensamentos e práticas que se universalizaram, co-

3 Além do MCD, antes mencionado, não serão abordados os grupos. Cabe somente registrar que o grupo de estudos subalternos surgido na Índia nos anos 1970 foi de importância capital – tanto de crítica da historiografia oficial indiana como do marxismo oficial e etapista naquele país (BALLESTRIN, 2013). Para detalhes, remete-se o leitor para Carvalho (2001), Restrepo e Rojas (2010) e Neske (2014), além do trabalho já citado de Ballestrin (2013).

mumente pelo uso da força. Ao se impor, ao submeter, outras formas de viver são destruídas ou tornadas invisíveis – e por isso que para tal crítica a relevância de descobrir a verdadeira heterogeneidade das práticas e dos saberes está em abrir o horizonte cognitivo para esse potencial de diversidade epistemológica. Tal como Boaventura de S. Santos (2008) tem escrito: o que não existe é sistematicamente *produzido* como não existente.

Em toda a sorte de prismas e focos[4], o que se pode afirmar é a relevância do "argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 91). É claro que nesse problema está colocada a dimensão da produção de conhecimento: como deslocar o lócus de enunciação? O duro problema posto por Spivak (2010) – "pode o subalterno falar?" – tornou-se lema e indagação constante, mostrando o quanto falar em nome de alguém pode ser manifestação de silenciamento e poder sobre o outro. Restituir a possibilidade da fala subalterna supõe sua capacidade de se representar e nisto minar a autoridade da dominação (CARVALHO, 2001). Assim, Rodrigues *et al.* (2016, p. 45) referem-se: "Deslocamento, tradução, hibridismo, interstícios têm sido recorrentes termos de uma renúncia intelectual em falar a partir da e para a subalternidade". Tanto quanto deslocar autores "clássicos" como propor conceitos que deslizam em relação à típica arquitetura categorial das ciências sociais (na qual o dúbio, o impreciso e o híbrido geralmente são vistos como denominações que levam à confusão analítica) convergem para a constatação de que as contribuições dos estudos pós-coloniais se adequam ao que Anjos (2014) denomina como "o fora" das ciências sociais tradicionais, aquele que nunca foi escutado, o sempre "outro" do ocidente, o lado de fora da modernidade. O movimento teórico em torno da pós-colonialidade se valeu enormemente da crítica produzida pelos movimentos sociais negros, indígenas, de mulheres e outros. Era por esses e com esses que as perspectivas analíticas

4 Quando se trata de nomear os importantes autores e autoras contemporâneos, a tarefa é muito mais difícil. Nomes como Enrique Dussel, Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Chandra Mohanty, Silvia Cusicanqui, Fernando Coronil, Paul Gilroy, Catherine Walsh, Rita Laura Segato, José Jorge de Carvalho, Dipesh Chakrabarty, alguns mais recentes e outros já consolidados, aparecem. Em especial a respeito dos latino-americanos, este capítulo abordará o pensamento de vários pesquisadores da área e, mesmo assim, corre-se sempre o risco de injustiça ao não mencionar outros tantos.

deveriam ser construídas e através delas o que se faz nas universidades poderia ser renovado.

A COLONIALIDADE DO PODER E SUAS DERIVAÇÕES: DIMENSÕES EPISTEMOLÓGICAS E INSTRUMENTOS ANALÍTICOS

No conjunto amplo, diverso e complexo de contribuições opta-se por concentrar a reflexão nos autores contemporâneos latino-americanos, uma vez que por nossa proximidade de problemas socioculturais e pelas constelações conceituais indicam um caminho teórico-metodológico profícuo. E também como instrumentos analíticos, embora já haja algumas investigações de sucesso e projetos promissores, muitas de suas formulações estão esperando para serem testadas com mais intensidade em pesquisas empíricas.

Colonialidade do poder é expressão-chave do vocabulário e, mesmo que seja difícil estabelecer marcos temporais sem recorrer a origens das categorias, ela é considerada um ponto de mutação que orienta – tal qual a dupla inscrição "modernidade/colonialidade" – outros conceitos, análises e proposições políticas. Colonialidade do poder foi expressão introduzida pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano nos anos 1990 e designa antes de tudo a manutenção de um sistema de poder tipicamente colonial entre países mesmo depois do fim do colonialismo. É um padrão de poder que funda o sistema moderno/colonial e se ampara na classificação da população do mundo a partir da hierarquia entre raças (QUIJANO, 2000, 2005)[5]. Raça e racismo vêm a ser categorias classificatórias centrais na modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013) e o importante, segundo Quijano, é sua naturalização para nossas relações cotidianas. Nesse sistema, a exploração do trabalho e a exploração de gênero também são eixos basilares, além da racialização das relações, e todas operam desde uma escala macro até às interações individuais.

> Com respeito à associação entre controle do trabalho e controle da subjetividade proposto analiticamente pela teoria da colonialidade do poder, vários autores contemporâneos argumentaram sobre como foram indissolúveis historicamente as modalidades

5 Ver também as origens históricas da noção em Restrepo e Rojas (2010).

> de controle do trabalho e a produção de sistemas imaginários de hierarquização social, seja na produção da ideia de raça, [...], de gênero, [...], de etnicidade [...] ou de todas juntas (QUINTERO, 2015, p. 93).

Dessa importância da raça e da etnia (portanto também cultura, conforme Mignolo, 2000) enquanto princípio articulador, portanto, não decorre menos relevância a exploração capitalista ou de gênero[6]. A todos os que viveram e vivem esse processo há uma marca indelével e dolorosa que Walter Mignolo denomina de *ferida colonial*.

Da categoria colonialidade do poder, emergiram diversas outras por parte de intelectuais latino-americanos, das quais destaco somente duas. *Colonialidade do saber* passa a ser consequência direta do fenômeno antes descrito, uma vez que dominação e imposição através da classificação a partir de raça/etnia não acontecem sem que seja criado um imaginário poderoso de que os sistemas de conhecimento da Europa sejam mais eficazes que outros. O eurocentrismo se organiza enquanto modo de colocar as experiências históricas e também as categorias de entendimento (a filosofia e a ciência moderna) da Europa enquanto aquelas que realmente podem explicar a natureza do mundo. Mignolo (2005, p. 44) considera que nesse processo ocorre o que ele denomina de geopolítica do conhecimento (ou geopolítica da epistemologia) que, sucintamente, o autor define como "a distribuição irregular do conhecimento". Faz referência não somente à distribuição do saber, mas à distribuição da capacidade de produzir conhecimento que seja considerado válido. Nessa ótica, os saberes dos povos dos continentes "descobertos" foram colonizados, invisibilizados e muitas vezes destruídos (LANDER, 2005).

Esses conceitos precisam ser sempre entendidos em sua relacionalidade. Conforme Restrepo e Rojas (2010, p. 133), a colonialidade do saber se compreende a partir do problema colocado pela colonialidade do poder, isto é, o problema da diferença colonial, a qual se refere "aos outros subalternizados da modernidade", a quem é dirigida uma

6 Para uma crítica de gênero envolvendo o trabalho de Aníbal Quijano, há a importante contribuição de Lugones (2008). Para uma possível prática de colonialidade de autores latino-americanos residentes no Norte Global, destaca-se o texto de Cusicanqui (2012).

exterioridade constitutiva – chamados comumente de "os outros". O padrão colonial de poder dos últimos cinco séculos inscreve uma diferença constitutiva que subalterniza a todos aqueles denominados de "outros". Assim, ainda conforme Restrepo e Rojas, o que se deseja com a categoria de colonialidade do saber é ressaltar o eixo epistêmico da colonialidade do poder e os modos de repressão de outras formas de construir o conhecimento, também examinado em Walsh (2002).

É nesse ponto que se faz importante destacar o quanto o eurocentrismo se apoiou na pretensa universalidade do conhecimento, neutro e objetivo. Os estudos pós-coloniais lograram o êxito em gerar críticas ao conhecimento científico, e com isso promovendo novas ansiedades, provocando as ciências humanas e sociais a assumirem posicionamentos político-epistemológicos.

Castro Gomez (2004) afirmou que o desejo dessa universalidade foi apoiado no modelo de Deus da teologia cristã, como aquele onisciente, observador neutro e acima do mundo; o observador que observa mas não influencia o observado. Esta *hybris del punto cero*, Castro Gomez continua, colocou Deus como metáfora do conhecimento científico moderno, mas que apesar de tentar não consegue nunca a visão do todo, somente por partes. Grosfoguel assinala:

> Trata-se, então, de uma filosofia na qual o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. Isto é, trata-se de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por nada nem por ninguém [...]. Será assumida pelas ciências humanas a partir do século XIX como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica do sujeito que produz conhecimento científico (GROSFOGUEL, 2007, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 104).

Como contracrítica do argumento acima em geral se coloca o problema da suposta aceitação da subjetividade ou de uma apologia ao

subjetivismo. É muito sugestivo, entretanto, o que escreve Donna Haraway sobre esse impasse. Defrontamo-nos em ciência não com a falta de poder explicativo, mas com a colaboração e a coerência ao aceitar que todos nós (indivíduos ou coletivos) somos sempre localizados, situados, posicionados no mundo (no espaço e no tempo). Além de evitar uma possível arrogância ou uma ingenuidade da suposta possibilidade de aceder à "visão de Deus", a perspectiva de que o conhecimento é parcial apela para as formas colaborativas como modo de se chegar à objetividade. São saberes que nunca são (nem podem ser) totalizantes; se realizam como coletivos, porém ambicionam objetividade justamente porque reconhecem sua posicionalidade. Haraway (1991, p. 187) afirma: "precisamos de uma rede global de conexões, incluindo a habilidade constituída na parcialidade de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes".

Ainda considerando a importância decisiva dos escritos de Quijano, alguns deles sobre os temas ambientais passaram a utilizar a noção de *colonialidade da natureza*, particularmente o de Escobar (2008). Se a noção geral de colonialidade, antes exposta, foi pensada inicialmente para o poder e para o conhecimento, por meio da colonialidade da natureza se reconhece o quanto natureza e selvageria se tornaram objetos de dominação humana, por um processo de objetificação (separação sujeito-objeto) que coloca o humano em uma esfera distinta e especial (separação natureza-cultura). A colonialidade da natureza inclui tanto a racionalização gerencial do ambiente como a "classificação em uma hierarquia [...] com os não modernos, primitivos e a natureza no patamar mais baixo da escala" (ESCOBAR, 2008, p. 121). Escobar ainda afirma que no mesmo rol de problemas encontramos a subordinação do corpo e da natureza à mente e os produtos da terra compreendidos como gerados somente pela força de trabalho humano (como se a natureza não possuísse uma dinâmica própria), além de outros relacionados ao ambiente e aos diferentes corpos-objetos de dominação (mulheres, negros etc.). Essa tem sido uma noção potente para reflexões e pesquisas relacionadas a conflitos socioambientais ao mostrar, entre várias facetas, o quanto os programas e projetos de desenvolvimento envolvendo atores (empresas, por exemplo) transnacionais atualizam a colonialidade em novos formatos de exploração da natureza em países da África, América Latina, Oceania e Ásia.

Nesse conjunto de noções e conceitos, a ênfase até agora foi examinar aqueles que potencializam interpretações do sistema moderno/colonial. Há ainda uma miríade de propostas que, para além da análise, empreendem esforços em construir possibilidades tanto políticas como epistemológicas.

Tal como manifestado por Haraway (antes citada), a capacidade de traduzir saberes entre pessoas e grupos sociais não evoca somente um princípio epistemológico (de como se conhece a realidade), mas ético e que aposta na diversidade. É justamente nesse prisma que outra importante noção é trabalhada no âmbito dos estudos pós-coloniais e decoloniais: a *interculturalidade*. Uma das razões pelas quais essa categoria (in) surgiu neste quadro está no quanto o tão falado multiculturalismo não ofereceu respostas concretas para problemas de diversidade sociocultural no mundo globalizado.

> Multicultural significa que princípios hegemônicos de conhecimento, educação, os conceitos de Estado e governo, economia política, moralidade, etc., são controlados pelo Estado, e abaixo do controle do Estado a população tem "liberdade" para seguir com suas "culturas" desde que não desafiem "os princípios epistemológicos" que fundamentam a política, a economia e a ética tal qual são administrados pelo Estado. "Interculturalidade", ao contrário, como utilizado em projetos políticos indígenas, significa que há duas distintas cosmologias em relação, a Ocidental e a Indígena (MIGNOLO, 2005, p. 118).

Mas foi Catherine Walsh (2002, 2010) quem ofereceu importantes avanços ao conceito sempre demarcando o quanto deve a movimentos sociais e povos indígenas pela elaboração dessa proposta. Tendo sido pensado para políticas educacionais em contextos de alteridade e diversidade, Walsh observou que as pretensões da interculturalidade podem também facilmente torná-la funcional partindo de um projeto moderno centralizador. Como incluir a diversidade em tais políticas e projetos sem que isso signifique controle de certos grupos sociais sobre outros? A interculturalidade implica o diálogo e a tradução constantes entre as culturas e formas próprias (sem a decisão final por parte do Es-

tado) de gestão dessas relações. Ter capacidade para estabelecer críticas às proposições de interculturalidade é fundamental para que esta não venha a se tornar o que é hoje o multiculturalismo.

Pode-se afirmar também que a interculturalidade é também uma aposta; arriscar a dialogar – o diálogo de saberes – e perceber que nosso mundo é incompleto (como qualquer cultura) e que na interação ganhamos ao nos deixarmos "contaminar" positivamente com aquilo que o outro nos fala e ensina. Encontramos eco ao que Santos (2008, p. 126) elabora sobre o trabalho de tradução: "[...] todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas".

Para finalizar esta seção, após ter realizado um sobrevoo por importantes contribuições, cabe afirmar que para os autores aqui citados o projeto moderno ocidental oferece poucas possibilidades. Santos afirma que para os problemas que a modernidade criou não há soluções modernas; estas devem estar em outras formas de viver no mundo. Em todas essas noções e categorias antes mencionadas, a sensação de que existe uma insurgência ou uma desobediência epistêmica não é casual. Consiste realmente em sugerir que é preciso se rebelar contra as formas canônicas da produção de conhecimento, ou seja, proceder a uma descolonização epistêmica (MIGNOLO, 2007). Portanto, *insurgência epistêmica* diz respeito a iniciativas que inovam nas formas de conhecer, sendo contestatórias, mas simultaneamente propositivas e criativas.

Não se pode, assim, evitar observar que boa parte do que se propõe consiste em um questionamento tão radical do que é a modernidade/colonialidade que leva ao que Mignolo denomina de *opção decolonial*, definida por:

> (1) Uma analítica e uma visão de futuro, quer dizer, uma compreensão do presente e uma formulação do que virá. (2) A confluência de múltiplos projetos políticos que são críticos do eurocentrismo (o qual é conformado por concepções cristãs, liberais ou marxistas). (3) Estes projetos políticos críticos provêm de nações indígenas, populações afrodescendentes, setores mestiços e imigrantes da América do Sul. (4) Uma intervenção muito diferente do que um simples giro à esquerda (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 162).

É preciso reconhecer, entretanto, e por fim, que nem todos os autores têm concordado quanto à pertinência desses conceitos e das propostas políticas que eles ensejam. A radicalidade da opção decolonial é constantemente vista como um abandono de todos os ganhos que o Ocidente constituiu historicamente; inclusive no âmbito acadêmico é assunto delicado ao supor que contribuições vindas de pessoas como Foucault, Deleuze, Derrida, Sartre, Butler e aqueles identificados com o marxismo sejam desprezadas por um mero sentimento de anticolonialismo a rejeitar o pensamento europeu. Isso é parte de uma disputa acadêmica central para as ciências sociais e humanas contemporâneas e, hoje, o que podemos considerar é que a instituição "universidade" foi forçada a se abrir a debates e questionamentos não previstos há algumas décadas, tarefa que uma instituição com muitos séculos de existência possui grande dificuldade de anuência.

O DESENVOLVIMENTO E A COLONIALIDADE

Em que medida a crítica da modernidade se desdobra em crítica do desenvolvimento? É algo complexo a ser discutido nesta seção. Trata-se de estabelecer a ligação entre colonialidade e desenvolvimento, numa trama em que a superação do subdesenvolvimento não é atingida nunca e, muitas vezes, torna-se motivo para manutenção de relações supostamente proveitosas (ajudar os outros a se desenvolverem) e concretamente problemáticas. Nelas, planos, programas e projetos de desenvolvimento são interpretados por muitos críticos como iniciativas do tipo "em nome de" (fazer algo *em nome* dos povos subalternos, *em nome* dos pobres, *em nome* das mulheres rurais etc.) que atualizam práticas de poder utilizando a necessidade do desenvolvimento para pouco realizar a um público beneficiário (mantendo uma relação de dependência).

Vejamos com alguns detalhes. Escobar mostrou em seus diferentes trabalhos (2007b [original em inglês de 1995], 2008) que a história do desenvolvimento passou por várias fases, e muitos dos períodos (tendências por determinados tipos de iniciativas programáticas) tiveram teorias conexas (algumas das quais comentadas brevemente a seguir).

O desenvolvimento não tem nada de natural e inerente ao ser humano, tampouco é o desenrolar do progresso ou da evolução desde

tempos imemoriais. Esta é certamente uma perspectiva em disputa, mas vários autores alinhados (Arturo Escobar, Gilbert Rist, Gustavo Esteva, Dominique Perrot, entre outros) sustentam que os planos de desenvolvimento são oriundos do período moderno, em que se instaura também a noção de tempo linear e de progresso cumulativo. Para Cowen e Shenton (1996), por exemplo, é a partir dos efeitos do capitalismo que se sentirá a necessidade de "corrigir" as mazelas sociais. Sempre houve pobreza e exclusão, mas é no capitalismo que ambas se tornam severas e sistemáticas, necessitando de programas de alívio e inclusão social. Mas para Escobar (2007b), Esteva (1992) e Rist (2008) só depois da Segunda Guerra Mundial que se pode falar em uma "era do desenvolvimento", quando os EUA entram com todo o peso político, econômico e militar no cenário internacional e também quando se criam organizações multilaterais, tais como a ONU, o Banco Mundial e outras. Será sobretudo por meio do Banco Mundial que grandes planos de intervenção econômica serão criados, tentando fazer com que o mundo ocidental, incluindo o "terceiro mundo" – depois da reconstrução da Europa arrasada pela guerra –, seja aliado dos americanos e também parte do mundo capitalista, em oposição ao Oriente mais propenso às investidas da URSS socialista.

O famoso discurso do então presidente dos EUA Harry Truman é um marco. A partir dele, em 1949, os EUA – e várias das organizações multilaterais – passaram a "ajudar os países subdesenvolvidos a se ajudarem" a sair do estado de pobreza. Segundo Escobar (2007b), nesse discurso, dois terços da humanidade foram reduzidos a subdesenvolvidos por artifício do uso de palavras classificatórias.

Esse período é marcado pelas teorias da modernização, que procuravam explicar e dar receituário sobre como os "terceiros-mundistas" deveriam fazer para abandonar esse estado. Teorias simples baseavam-se em combinação de fatores (geralmente econômicos) e fundamentavam-se em uma visão evolutiva e etapista das economias nacionais. Rostow foi o economista mais importante dessa vertente. Logo após, surgem as primeiras críticas, especialmente as de caráter marxista. Ainda que o desenvolvimento seja visto como necessário e que o caráter progressivo da história humana, assumido como um postulado, seja aspecto central, essa corrente questionou as teorias da modernização, mostrando que o

desenvolvimento não acontece simplesmente se houver combinação de fatores (capital, mão de obra, inovação etc.). O problema é que o desenvolvimento ocorre num ambiente capitalista e, assim sendo, sempre haverá desigualdade, particularmente quem lucra e quem usufrui dos resultados do desenvolvimento. A opção seria desassociar o desenvolvimento do sistema capitalista (ESCOBAR, 2005), criar uma sociedade distinta, quiçá socialista.

Várias correntes de pensamento no interior dessa vertente apareceram, não sendo possível detalhá-las aqui, mas cabe relatar as importantes contribuições latino-americanas da teoria da dependência. Ora de cunho marxista, ora de inspiração weberiana, um aspecto comum dos teóricos da dependência residia em mostrar que as economias dependentes só se desenvolvem sendo estimuladas por países do capitalismo central. Mas Cardoso e Faletto (2000) sugeriram aspectos mais sociológicos para as relações econômicas internacionais, mostrando em perspectiva histórica e comparada que o problema dos países latino-americanos estava também em uma elite que se voltava para o exterior e, ao dar as costas aos problemas nacionais, realizava alianças com elites internacionais.

Ainda assim, neste quadro teórico, o desenvolvimento continua sendo desejado. O problema é o que ele não faz, ou seja, ele não resolve problemas sociais porque o determinante é o capitalismo, que é excludente e concentrador de riqueza. Se não fosse este caráter do capitalismo, os processos de desenvolvimento gerariam bons resultados.

Em oposição a isso, Escobar (2007b) (e Ferguson, 1990, também) irá mostrar que o problema é justamente o que o desenvolvimento realiza. Afastando-se do marxismo, o que esses pesquisadores mostraram é aquilo que o desenvolvimento de fato executa, que não pode ser considerado uma contradição do capitalismo. O problema não consistiria se o desenvolvimento é capitalista ou socialista, mas do próprio modo de pensar e administrar os processos de desenvolvimento: aquilo que o desenvolvimento faz (FERGUSON, 1990; RADOMSKY, 2011). O desenvolvimento classifica as pessoas, os grupos e as regiões; promove a exotização das diferenças socioculturais ao mesmo tempo que as hierarquiza; cria realidades escalonadas (subdesenvolvidos, em desenvolvimento, desenvolvidos; competitivo, estagnado etc.); movimenta a vida

das pessoas e transforma as suas subjetividades como se fossem objetos; justifica de modo geral intervenção na vida cotidiana das pessoas supondo de antemão que elas precisam se transformar e que não sabem como fazer isso.

Por essa razão que Escobar e Rist, somente para citar dois exemplos, são considerados autores no âmbito do assim chamado *pós-desenvolvimento*. O livro de Escobar (2007b), em seu último capítulo, sugere pensarmos e imaginarmos uma sociedade pós-desenvolvimento, isto é, livre da narrativa e dos programas de desenvolvimento como a única guia-mestre de ações. Esta sociedade dificilmente será aquela em que a palavra desenvolvimento (e suas ações) deixará de existir. Sendo realistas em suas observações, aos autores importa a possibilidade de que uma sociedade menos orientada por planejamentos e intervenções de programas de desenvolvimento possa existir, na qual a narrativa do desenvolvimento seja somente mais uma a compor o mundo.

DIMENSÕES EPISTEMOLÓGICAS E OBSERVAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

É importante observar que as referências analíticas de muitos dos autores orientados por perspectivas críticas ao desenvolvimento são heterodoxas, indo de Ivan Illich a Michel Foucault, passando por Paulo Freire ou até mesmo retomando fundadores da Sociologia. Veja-se o caso de Gilbert Rist, pesquisador suíço. Gist orienta-se por referências bastante diversas, mas é curioso notar como Émile Durkheim – alguém tão distante dos estudos sobre desenvolvimento – assume posição importante. Rist sustenta que a discussão sobre religião em Durkheim é emblemática para entender a crença no desenvolvimento presente no Ocidente, dimensão também explorada por Ribeiro (2008). Ter o desenvolvimento verdadeiramente como uma religião da modernidade (RIBEIRO, 2008) permite entendê-lo como uma crença para além da crítica, o que dificulta muito para um público amplo colocá-lo em questão. Portanto, para uma área de estudos que foi dominada por referenciais das ciências econômicas, apostar nos escritos antropológicos das formas de crença é um tanto curioso e simultaneamente pode ser analiticamente potente.

Já em Escobar é sintomático que a introdução do seu livro (2007b) sobre o desenvolvimento e a invenção do terceiro mundo faça tantas referências a autores hoje consagrados do pós-colonialismo, tais como Edward Said, Homi Bhabha, Chandra Mohanty e V. Mudimbe, e nos seus escritos mais recentes referências como Mignolo, Walsh e Boaventura de Sousa Santos apareçam constantemente. Por essa razão, a importância de Escobar mostrar que há uma continuidade entre o colonialismo e a "era do desenvolvimento" no século XX, uma forma de colonialidade específica que se aproveita justamente da independência dos países da América Latina, África e Ásia, mas que os coloca em novas e atualizadas formas de dominação.

Um dos eixos privilegiados do autor em seu livro está na relação entre a obra de Michel Foucault e a de Edward Said. Se Said (1996) pode ser considerado um precursor dos estudos pós-coloniais ao demonstrar o quanto o Oriente é uma invenção do Ocidente, que detém um tipo particular de poder que representa os orientais numa trama que tipifica e estereotipa, criando uma imagem de verdade, ele mesmo utiliza-se de muitos dos argumentos de Foucault sobre discurso, ciência e representação. Ao utilizar-se da lógica de uma pesquisa supostamente objetiva e neutra, os especialistas em estudos orientais (e a literatura sobre o "oriental") criaram uma poderosa imagem do que seja este mundo; a escrita e a fala sobre o outro constroem este mesmo outro, com todos os problemas que disso derivam. Está nos escritos de Foucault – embora não somente realizado por ele – importante avanço a respeito do quanto o discurso é algo que possui materialidade e constitui "verdades" a respeito do mundo.

Retornemos ao desenvolvimento. Os discursos ressemantizam relações, ressignificam a realidade; portanto, para tal, o que Escobar chama a atenção é o fato de que textos e discursos falados – diagnósticos, análises científicas, discursos políticos, relatórios técnicos, proposições de programas de desenvolvimento em geral – constroem um mundo no qual se torna naturalizado o fato de existir uma porção do planeta chamada de "primeiro mundo" e outra parcela de "terceiro mundo". Ao se falar insistentemente em "subdesenvolvimento" e "nações subdesenvolvidas", esta se torna uma verdade socialmente aceita. Na sua aula inaugural no Collège de France em 1970, Foucault afirma:

> […] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996, p. 9).

Said (1996), antes mencionado, nos mostra o quanto a área de conhecimento acadêmico chamada de Estudos Orientais – comum em países como França e Inglaterra – "inventaram" um certo Oriente. Assim também é com o "terceiro mundo". Portanto, a abordagem epistemológica defendida por Escobar (2005) situa-se no que ele mesmo denomina de *interpretativa-construtivista*. Ela mostra que o mundo que conhecemos é aquele da fala e do discurso, resultado de articulações entre regimes de verdade e de poder. Toma-se a linguagem como ponto focal de análise e orienta-se por examinar as relações entre saber e poder, entre representação, discurso e verdade. É preciso atentar-se, desse modo, que verdade não é algo existente a ser descoberto por uma pesquisa adequada – ela é constituída em suas relações com o poder.

Para Quintero (2015), no entanto, as orientações de Escobar versam demasiadamente pela vertente pós-estruturalista – especialmente por Foucault – e pelo *caráter discursivo* do desenvolvimento. Retomando mais uma vez, isso significa que, tal como o discurso de Truman em 1949, o discurso organiza e constitui a realidade. Quintero não desconsidera esse caráter discursivo[7], mas pretende que é tanto no pensamento como na ação que o desenvolvimento opera, isto é, discursos e práticas:

> Desta maneira, o desenvolvimento representa um domínio ou campo de pensamento e ação, de tipo escalar, que se desenvolve tanto em nível global como local, constituído por: a) uma episteme generalizada que administra seus discursos e representações (re)produzindo as diretrizes da modernidade/colonialidade no âmbito da subjetividade; b) uma práxis sistemática (não sistêmica) que codifica suas práticas interventoras nas sociedades que se supõe serem subdesenvolvidas. Assim, o desenvolvimento ins-

7 Para um livro bastante focado nos problemas do discurso do desenvolvimento, ver Crush (1995).

> creve uma lógica epistêmica e uma lógica operacional mediante as quais funciona precisamente como um sistema estrutural de discursos e práticas (QUINTERO, 2015, p. 158).

Nesse trecho acima, percebe-se com clareza a problemática da colonialidade do poder como central para Quintero examinar o desenvolvimento. Uma parcela dos intelectuais envolvidos com a proposta da indissociação modernidade/colonialidade nunca deixou de observar as contribuições da teoria marxista. A "materialidade inelutável" (QUINTERO, 2015, p. 163) é um eixo fundamental operativo do desenvolvimento, que se concretiza pela organização do trabalho, da exploração econômica.

Tal conjunto de abordagens, embora com orientações distintas, nos conduz a formas específicas de fazer pesquisa. Os autores apresentados nesta seção do capítulo possuem em comum em suas análises a tendência a examinar criticamente os processos de desenvolvimento, colocando-os em relação com o problema da colonialidade. A partir disso, aqui seleciono um domínio de possibilidades de natureza epistemológica e prática para pesquisa sobre o tema, isto é, observações de caráter programático[8]. Assim, conexo ao que se segue, é necessário considerar particularmente o que antes se destacou sobre as dimensões epistemológicas (especialmente do pós-desenvolvimento) em convergência às discussões – igualmente antes apresentadas – referentes à matriz analítica oriunda da colonialidade do poder.

– Desnaturalizar a concepção de que o desenvolvimento seja intrínseco à história humana e que o progresso é linear e cumulativo. Esta condição é básica e supõe evitar quaisquer traços de evolucionismo, concedendo aos processos históricos dimensões reais de conjuntura e agência. Considerar a linearidade da história em sua naturalidade progressiva é o mesmo que concluir que os povos que têm outras concepções de tempo são atrasados, vivem em mundos míticos sem sentido ou não alcançaram a "idade da razão" (para este problema, ver Perrot (2008), sobre desenvolvimento e povos autóctones).

– Observar que ao desnaturalizar tal linearidade significa consi-

8 Parcialmente inspirado – e ampliado – em Radomsky (2014).

derar que o desenvolvimento é uma atividade intencional humana e suas ações sistêmicas apareceram num período histórico específico – associado à modernidade – e concebido em uma região particular do mundo.

– Conceder importância aos atributos culturais e às formas de conhecimento envolvidos nos processos de desenvolvimento, pois não se trata de acontecimentos em um plano puramente econômico. Nesta questão, a convergência dos estudos pós-coloniais e decoloniais com a crítica do desenvolvimento se torna muito fecunda, tal como antes apresentado.

– Atentar-se para o fato de que o Estado tem sido o agente principal do desenvolvimento e suas ações muitas vezes são desarticuladas e ambivalentes, uma vez que não se trata de um ente individual e sim de amálgama de relações. Ao administrar políticas e programas, a intenção dos propositores pode ser "fazer o bem" à população enquanto os efeitos problemáticos das políticas se multiplicam.

– Conexo ao item anterior, adicionando alguns elementos além do Estado, estudar os processos de desenvolvimento consiste também em examinar as racionalidades de governo, o gerenciamento da sociedade por parte dos Estados e de organizações ou agências internacionais. Racionalidades de governo e gestão da sociedade através de políticas de desenvolvimento podem ser aspectos paralelos. Como consequência, analisar o quanto os processos de desenvolvimento contribuem para moldar subjetividades (QUINTERO, 2015).

– Problematizar a racionalidade amplamente difundida que poderíamos intitular de "projetista", isto é, a concepção de que a vida das pessoas "beneficiárias" de programas de desenvolvimento deve se encaixar à lógica dos projetos, e não o inverso. Vianna (2014) demonstra que muitas vezes o sucesso de um programa no ponto de vista de seus financiadores ou gerentes reside na capacidade de organização e o quanto pode ser administrado o tempo de execução.

– Observar que o deslocamento dos programas e projetos para além do âmbito estatal não necessariamente condiz com menos problemas, pois formas de governança – palavra usada constantemente na política contemporânea – podem somente disfarçar formas atualizadas de governo supraestatal (ou paralela aos Estados), tal como proposto por estudo recente de Shore e Wright (2015).

– Examinar criticamente indicadores e índices de desenvolvimento, pois, tal como Ilcan e Phillips (2010) e Merry (2011) mostraram, sua disseminação gera simplificação da realidade e tende a substituir o debate político (por exemplo, sobre a pobreza) por instrumentos técnicos e expertise em seus usos. Índices de aplicação global são geralmente criados pelos "centros de cálculo" (organizações de atuação global) e são ferramentas tipicamente de síntese da realidade, apresentando problemas quando em face da diversidade cultural. Indicadores se adequam bem para setores que valorizam acima de tudo a objetividade científica. Podem, porém, ainda conforme Ilcan e Phillips (2010), propiciar o surgimento de "*developmentalities*"[9] tipicamente neoliberais, em que atores quaisquer (indivíduos, municípios, regiões, países) precisam se adequar ao índice numa espécie de corrida pelo desenvolvimento. Tal como Strathern (2000) comentou, o índice quantitativo se torna uma realidade pouco contestável que realiza ele mesmo o trabalho de crítica da sociedade, e os indivíduos precisam se ajustar aos números.

Esse conjunto de pontos programáticos está longe de esgotar possibilidades de investigação; eles podem ser pensados somente como pontos de partida, aspectos que a literatura recente em estudos críticos do desenvolvimento tem demonstrado. Talvez desnecessário dizer, são observações que devem ser testadas e validadas, e sua pertinência é sempre algo a ser experimentado.

Com a globalização, é certo que o desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960 se transformou enormemente, não obedecendo mais à lógica exclusivamente estatista e centralizadora de outrora, tampouco a seus planos, teorias e metas sociais específicos. Um dos desafios reside justamente nesta problemática, elaborada pela literatura do tema, de entender o quanto o desenvolvimento é um conceito e uma prática política com altíssima capacidade de metamorfose; tal condição é o que sustenta tanto tempo sua narrativa e a crença das populações em suas ações.

DILEMAS NAS CRÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO

Em que pese os programas e projetos de desenvolvimento serem tão disseminados ao redor do ("terceiro") mundo e seus fracassos para

9 *Developmentality* é termo usado por Ilcan e Phillips (2010) e designa um tipo de governo que utiliza políticas e programas de desenvolvimento.

transformação social serem evidentes, questionar o desenvolvimento parece muitas vezes o mesmo que se colocar em uma inércia social. É como se o fato de estabelecer uma crítica fundamentada em aspectos teórico-epistemológicos ou metodológicos fosse o mesmo que se posicionar contra qualquer tipo de mudança social, contra os investimentos econômicos, contra qualquer forma de governo. A necessidade está em mostrar através de pesquisa e articulação teórica como o desenvolvimento foi e tem sido pensado a partir de um conjunto de preceitos normativos, amparado em crenças e planejamento com intervenção nas economias nacionais ou locais e modos de objetificação das pessoas.

Sob o prisma de que o desenvolvimento se apresenta sempre enquanto algo bom – porque quer fazer algo pelas pessoas necessitadas –, sustenta-se a esperança em que um dia políticas corretas de desenvolvimento realizem mudanças sociais verdadeiramente desejadas. O panorama antes mostrado por meio dos trabalhos de Esteva, Rist, Perrot, Escobar, Ribeiro e outros sugere o inverso. Nesta trilha de debates, o campo acadêmico é altamente diversificado em torno do tema e vale a pena expor quais são as "críticas aos críticos" do desenvolvimento. Três dimensões merecem destaque.

Um primeiro ponto diz respeito a acusações de que muitos intelectuais que abraçaram a crítica radical ao desenvolvimento – tal como na perspectiva do pós-desenvolvimento ao propor *alternativas* ao desenvolvimento para nosso mundo – se viram enredados em como explicar que as pessoas queiram políticas de desenvolvimento, isto é, achem-nas benéficas e positivas mesmo com fracassos recorrentes. A resposta em alguns casos foi: "bom, as pessoas querem, mas não sabem o que é o desenvolvimento". Ziai (2007) mostrou que esse tipo de raciocínio pode ser contraditório, uma vez que se atribui capacidade de escolha aos indivíduos e simultaneamente os acusa de não compreender bem os processos. Justamente um dos problemas mais difíceis do marxismo resolver – a relação entre ideologia e verdade –, e que teria sido expurgado pelos autores associados ao pós-desenvolvimento, reaparece inesperadamente. O que Ziai parece não destacar ou manifestar claramente é o quanto as políticas de desenvolvimento se mantêm neste delicado espaço entre promessa e realidade, o sonho do desenvolvimento e sua concretização na prática. As pessoas podem saber o que ele seja, mas a

vivência prática de cada experiência, mostra a literatura, condiz com desilusões e fracassos.

Uma segunda dimensão, bastante próxima à anterior, refere-se a uma relação ambivalente entre ser entusiasta das iniciativas dos movimentos sociais e se tornar cético ou conservador quando estes recorrem à retórica da necessidade (ou desejo) do desenvolvimento. Storey (2000) sugeriu que o excesso de romanticismo com os movimentos sociais se tornava um problema ao pós-desenvolvimento, pois na ampla variedade de movimentos sociais há muitos que reproduzem práticas patriarcais e de dominação. Isso pode ser tomado a sério também quando se considera que para muitos céticos das críticas os escritos dos autores vinculados ao pós-desenvolvimento tornaram o próprio desenvolvimento uma narrativa monolítica e linear, enquanto na prática o desenvolvimento não seria assim tão consistente, unívoco e coeso.

Na terceira dimensão, o erro metodológico estaria em desconstruir o desenvolvimento em sua concepção, antes mesmo de realizar pesquisa empírica, enquanto um trabalho de desconstrução desejável consistiria em fazer uma consistente análise de projetos ou programas utilizando toda sorte de métodos e técnicas para mostrar o que quer que seja, sucessos e insucessos (MOSSE, 2005), ganhos, falhas, inconsistências, processos de dominação e resistência.

Boa parte dessa avaliação dos estudos críticos ao desenvolvimento foi tomada a sério pelos pesquisadores, que se mostraram simpáticos em manter o debate em andamento. Uma das respostas lúcidas, tanto de Escobar como Rist, foi sugerir que nunca se intencionou afirmar que o desenvolvimento não está propenso para adequações locais cada vez que um projeto for proposto, e sim que na arquitetura discursiva há uma ressonância impressionante entre o que se processa na sede do Banco Mundial e um pequeno vilarejo africano. Essa disseminação de uma ideia-força que importa para mostrar o efeito de poder do desenvolvimento e a coerência foi necessária para ele se espalhar pelo planeta. Para Rist (2008), o entrelaçamento entre capitalismo e desenvolvimento é evidente, pois a grande transformação impetrada está numa espécie de mercantilização universal, isto é, o desenvolvimento é um complexo mecanismo de tornar tudo mercadoria.

Nos aspectos de agência dos atores, a interessante resposta de Rist foi sugerir que os formuladores de políticas desenvolvimentistas não

aceitam quando movimentos sociais e comunidades se colocam contra o desenvolvimento, daí a acusação de romantismo que parece existir.

Por fim, a questão da desconstrução realmente não parece ter solução fácil, uma vez que ela recoloca o velho problema da objetividade em ciência. Apropriar-se de um conceito para assumir um ponto de vista político não é problema, somente será uma dificuldade se considera que haja sempre um purismo constitutivo no mundo, ou seja, incomensurabilidade e oposição entre ciência e política (para um balanço crítico a partir desses problemas, ver Corbridge, 2007). A questão é que para alguns dos pesquisadores críticos do desenvolvimento a própria universidade se tornou um espaço de política acadêmica, talvez única forma de que a aposta num diálogo de saberes se manifeste também como posicionamento crítico e eventualmente radical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PESQUISAS RECENTES E OUTRAS ABORDAGENS TEÓRICAS

O capítulo realizou um percurso pela discussão pós-colonial (com ênfase no debate latino-americano a respeito da crítica da modernidadade/colonialidade) e pelas questões que rondam as diferentes formas de crítica dos processos de desenvolvimento. Um dos argumentos principais se concentrou em destacar as relações entre ambas problemáticas.

Especialmente no que toca ao debate sobre as abordagens críticas de análise do desenvolvimento, há um conjunto amplo que não foi mencionado devido aos limites do texto em questão. Algumas perspectivas portam elementos analíticos e políticos relevantes, entre as quais o etnodesenvolvimento[10], a proposta do decrescimento e da convivialidade (LATOUCHE, 2012), as reconfigurações do desenvolvimento no âmbito das assim chamadas "modernidades alternativas" (ARCE; LONG, 2000) e as emergentes discussões sobre *buén vivir* (bem viver) como alternativa ao desenvolvimento e especialmente produzida pelos povos

10 O etnodesenvolvimento não é uma orientação recente no pensamento das ciências sociais, tendo em Rodolfo Stavenhagen um dos principais expoentes. É especialmente útil para contextos em que populações nativas procuram empreender seus próprios modos de conceber o desenvolvimento. O leitor pode encontrar os fundamentos nos próprios escritos do autor (STAVENHAGEN, 1985) e em balanços recentes, tal como o de Coelho-de-Souza e Kubo (2014).

andinos (WALSH, 2010; VILLALBA, 2013). Sob esse prisma, não se pode afirmar que faltam orientações analíticas e propostas práticas que se configurem como alternativas ao desenvolvimento; elas existem, algumas resistem, tamanha a força da ideia motriz do desenvolvimento e da sua capacidade de sedução ao permitir desejos e realizar promessas. Embora não tenham sido abordadas no capítulo, essas perspectivas abrem um conjunto enorme de possibilidades de ação, reflexão e pesquisa.

No Brasil, tanto no que tange aos estudos voltados aos problemas da colonialidade como ao pós-desenvolvimento (e abordagens conexas ou aproximadas), têm aparecido importantes trabalhos que testam categorias, experimentam modos de investigação de campo, aplicam conceitos e constroem novos ferramentais analíticos. Vários desses foram citados ao longo do capítulo (BALLESTRIN, 2013; CARVALHO, 2001; VIANNA, 2014, e outros) e outros merecem menção neste momento. Finokiet (2016) examinou processos de racialização no sul do estado do Rio Grande do Sul e suas articulações com estigmas e rótulos, tais como "região atrasada" e "estagnada". A linha de argumentação também aparece no trabalho de Neske (2014) e Benvegnu (2017). No primeiro caso, buscando elementos históricos de longa duração para tais problemas e, no segundo, abordando os problemas das sementes transgênicas e híbridas *versus* sementes crioulas na agricultura. Já o trabalho de Paredes Peñafiel (2016) recorre a um novo tema na agenda das ciências sociais, o dos desenhos cosmopolíticos, ao concluir que camponeses andinos desenham seus mundos (seus espaços, plantações, habitações, relações políticas) evitando aceitar que grandes corporações de mineração desenhem e construam minas que ponham em risco suas vidas.

Os trabalhos de Assis (2014) e de Cesarino (2012) também se encontram nessa maré de trabalhos em torno do tema. Assis ampara-se expressivamente no referencial proposto por Aníbal Quijano para sustentar que a agricultura brasileira vive um novo momento de colonialidade, especialmente no que tange à propriedade da terra e aos investimentos estrangeiros. Cesarino (2012) demonstra um lado inverso do problema, focando no papel do Brasil como agente de dominação em países africanos, especialmente nas áreas de cooperação agrícola, sugerindo que as formas de cooperação Sul-Sul nem sempre representam grandes mudanças nas relações de poder internacionais.

Há muitos trabalhos em andamento e outros tantos que não serão possíveis de mencionar aqui. O movimento tem mostrado que este eixo de investigações e reflexões tem tido um impacto crucial em diferentes campos do conhecimento, modificando não apenas aspectos do trabalho acadêmico, mas também das relações entre as universidades e a sociedade. O movimento sugere também que para a prática científica não basta que a crítica da colonialidade e do desenvolvimento esteja em torno de frases repetidas e palavras de efeito. É de importância capital a experimentação em pesquisa, a aplicação de categorias propostas e a eventual formulação de novos conceitos.

Há algumas décadas um expoente do pensamento pós-colonial, Homi Bhabha, teve a lúcida ideia de que a resistência ao colonialismo evoca uma interrogação, um tipo de interrogação ao texto colonial. Podemos certamente considerar que essa interrogação também se faz aos discursos e às práticas coloniais, passadas ou presentes. O que essa interrogação concretiza, escreve Bhabha (1998), é sobretudo questionar a autoridade. Cada vez que a colonialidade é questionada, ela precisa se reorganizar e o centro do poder se vê em face de um desafio, uma provocação, sugerindo por isso mesmo a força da interrogação. Interrogar a autoridade moderno/colonial, o que este capítulo buscou argumentar, associa-se profundamente ao questionamento do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 23-89.

ANJOS, J. C. dos. Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade. In: CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. v. 1. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 19-34.

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring Modernity and Development from an Anthropological Perspective. In: _____. (Ed.). **Anthropology, development and modernities**: exploring discourses, counter-tendencies and violence. London; New York: Routledge, 2000. p. 1-31.

ASSIS, W. O moderno arcaísmo nacional: investimento estrangeiro direto e expropriação territorial no agronegócio canavieiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 285-302, 2014.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BENVEGNU, V. C. **As sementes do lugar**: políticas locais e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul meridional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, p.107-147, 2001.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero**. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar, 2004.

CORBRIDGE, S. (2007) The (im)possibility of development studies. **Economy and Society**, v. 36, n. 2, p. 179-211.

CESARINO, L. Anthropology of development and the challenge of South-South cooperation". **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 9, n. 1, 2012.

COELHO-DE-SOUZA, G.; KUBO, R. R. Etnodesenvolvimento: a inserção da diversidade étnica no debate sobre desenvolvimento. In: CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. v. 1. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 153-165.

COWEN, M.; SHENTON, R. **Doctrines of development**. London: Routledge, 1996.

CRUSH, J. (Ed.). **Power of development**. Florence: Routledge, 1995.

CUSICANQUI, S. Ch'ixinakax utxiwa: a reflection on the practices and discourses of decolonization. **South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 1, p. 95-109, 2012.

ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2005. p. 17-31.

_____. Worlds and knowledges otherwise: the Latin American modernity/coloniality research program. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 179-210, 2007a.

_____. **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: El perro y la rana, 2007b.

_____. **Territories of difference**: place, movements, life, redes. Durham, Duke University Press, 2008.

ESTEVA, G. Development. In: W. SACHS (Ed.). **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1992. p. 6-25.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine**: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

FINOKIET, M. **Discursos e práticas sociais em escolas de Canguçu** – Rio Grande do Sul: articulações entre racialização e desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola. Leituras Filosóficas, 1996.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In:_____. **Simians, cyborgs,**

and women: the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991. p. 183-201.

ILCAN, S.; PHILLIPS, L. Developmentalities and calculative practices: the Millenium Development Goals. **Antipode**, v. 42, n. 4, p. 844-874, 2010.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LATOUCHE, S. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos IHU Idéias**, n. 166, p. 3-16, 2012.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Colômbia, n. 9, p. 73-101, 2008.

MERRY, S. E. Measuring the world: indicators, human rights, and global governance. **Current Anthropology**, 52 (suppl. 3), s83-s95, 2011.

MIGNOLO, W. **The darker side of the Renaissance**: literacy, territoriality, and colonization. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

_____. **Local histories/global designs**: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. **The idea of Latin America**. Malden, MA; Oxford: Blackwell, 2005.

_____. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007.

MOSSE, D. **Cultivating development**: an ethnography of aid policy and practice. Londres: Pluto, 2005.

NESKE, M. **Colonialidade e desenvolvimento**: a ressignificação do lugar em "zonas marginalizadas" no Sul do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PAREDES PEÑAFIEL, A. P. **Desenhos, relações e desenvolvimento**: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). **Cadernos de Campo**, São Paulo, 17, p. 219-232, 2008.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from the South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55. p. 9-31, 2005.

QUINTERO, P. **Antropologia del desarrollo**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Kula, 2015.

RADOMSKY, G. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de modernidades alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26. n.75, p. 149-162, 2011.

_____. Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa. In: CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. v. 1. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 167-182.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayan: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, 2008.

RIST, G. **The history of development**: from western origins to global faith. 3rd ed. London: Zed books, 2008.

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F.; ANJOS, J.C. Contribuição da sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da ciência contemporânea. **Sociologias**, ano 18, n. 41, p. 25-53, 2016.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SHORE, C.; WRIGHT, S. Governing by numbers: audit culture, rankings and the new world order. **Social Anthropology**, v. 23, n. 1, p. 22–28, 2015.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v. 84, p. 11-44, 1985.

STOREY, A. Post-development theory: romanticism and Pontius Pilate politics. **Development**, v. 43, n. 4, p. 40-46, 2000.

STRATHERN, M. **Audit cultures**: anthropological studies in accountability, ethics and the academy. London: Routledge, 2000.

TAVOLARO, S. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.

VIANNA, C. M. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, 41, 2014.

VILLALBA, U. Buen vivir vs development: a paradigm shift in the Andes? **Third World Quarterly**, v. 34, n. 8, p. 1427-1442, 2013.

WALSH, C. The (Re)articulation of Political Subjectivities and Colonial Difference in Ecuador Reflections on Capitalism and the Geopolitics of Knowledge. **Nepantla: Views from the South**, v. 3, n. 1, p. 61-97, 2002.

_____. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Ediciones Abya-Yala; Universidade Andina Símon Bolivar, 2009.

_____. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**, v. 53, n. 1, p. 15-21, 2010.

ZIAI, A. The ambivalence of post-development: between reactionary populism and radical democracy. In: _____. (Ed.). **Exploring post-development**: theory and practice, problems and perspectives, Londres: Routledge [s.d.]. p. 111-128.

UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DISPUTA HEGEMÔNICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LÓGICA DE MERCADO

Thiago Arruda Queiroz Lima [1]

Fernando Antônio Fontenele Leão [2]

INTRODUÇÃO

Qual a atual situação da educação superior e das universidades no país? Que modificações são sentidas a partir de novas legislações, como o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação? Compreendendo a universidade a partir do conceito de aparelho de hegemonia, que posições conflitantes têm estado no centro do debate? Quais as consequências da relação universidade-mercado? Essas são algumas das questões que intentamos responder ao longo deste capítulo.

Para compreendermos adequadamente a situação atual da educação superior no Brasil, é indispensável uma observação histórico-social do desenvolvimento da universidade no país. Para tanto, é preciso, de antemão, que nos afastemos de pontos de vista idealistas mais ou menos explícitos. Nas visões francamente calcadas nessa tradição filosófica, a universidade aparece como instância social em que a humanidade reflete sobre si da maneira mais lúcida e elevada, através da busca incondicional da verdade[3]. Não é difícil perceber que tal pressuposto pode,

---

1 Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor vinculado ao Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa).

2 Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2018. Professor substituto da licenciatura em Teatro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) entre os anos 2013 e 2015 e, entre 2011 e 2013, consultor na área de Arte/Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), realizando atividades na Unilab.

3 Ver, por exemplo, a referência que Santos (2013, p. 164) faz ao conceito de universidade de K. Jaspers: "Karl Jaspers, bem dentro da tradição do idealismo alemão, definia assim a missão eterna da Universidade: é o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria".

enganosamente, conduzir-nos a uma compreensão da instituição universitária enquanto ambiente imune aos vetores de poder.

Se as primeiras universidades, surgidas há quase mil anos na Europa, tinham por objetivos a preservação da cultura, a reflexão e a descoberta de novos conhecimentos, o que era entendido como "atividades empreendidas pelo prazer de dedicar-se às mesmas, não para alcançar algo extrínseco a elas", de acordo com Minogue (1981, p. 143) – o que ainda poderia ser contestado –, devemos considerar que já a partir do século XV as universidades foram criadas – primeiramente, por príncipes; depois, pelo Estado ou por frações burguesas da sociedade – com outros interesses.

Meneghel (2001), com base em Dréze e Debelle (1983), apresenta uma divisão da universidade moderna, no século XIX, em: a) Universidade Idealista, Liberal ou do Espírito, em que a produção do conhecimento favorece a formação intelectual do indivíduo e, em consequência, o desenvolvimento técnico e científico do país; b) Universidade Funcional ou do Poder, em que a produção do conhecimento cumpre uma função para o Estado. No primeiro grupo, estão as universidades da Alemanha (com o cerne no desenvolvimento e na aprendizagem da atitude científica), da Inglaterra (com a intenção de fornecer uma base cultural para iluminar os aspectos técnico-profissionais) e dos EUA (com o fito de ser um espaço de cultura e ciência capaz de fomentar a ação para o progresso da nação e da sociedade); no segundo grupo, estão as universidades da França (também chamada Universidade Napoleônica, com a incumbência precípua de formar o indivíduo moral, política e socialmente, a partir do ideal do imperador e prepará-lo profissionalmente para atender às demandas do Estado) e da URSS (com a finalidade de contribuir para o crescimento econômico da nação e difundir as ideias políticas do governo).

A separação entre processos de produção do saber e condições sócio-históricas implica em alguns problemas. Destaquem-se dois: primeiro, elementos contextuais importantes à reprodução teórica dos fenômenos relacionados à universidade são postos num "ponto cego", prejudicando a capacidade explicativa da pesquisa; depois, ganha força uma dimensão ideológica da teoria, qual seja, a noção de que a universidade produz um saber, em termos de relações de força, neutro, pois

calcado na já referida "busca incondicional da verdade". Isso é, sem dúvida, útil à reprodução de um poder simbólico que o acadêmico exerce sobre os "leigos", justificando de maneira absoluta a própria existência da distinção entre ambos.

Essa forma de apresentar o problema, no entanto, não nos parece admissível, nem eticamente desejável. Como Bourdieu (1989, p. 15 e ss.) aponta – recusando o que chama de modelos explicativos "energéticos" e "cibernéticos" –, não há produção simbólica destacada das relações de força, por mais que se lhe deva reconhecer determinado grau de autonomia.

Feitas essas considerações, passemos às três sessões que estruturam este capítulo. Na primeira sessão, apresentaremos os traços gerais do surgimento e do desenvolvimento da universidade e da educação superior no Brasil, de modo a oferecer aportes para uma análise nas sessões seguintes; na segunda sessão, tratamos da universidade como aparelho de hegemonia e das disputas que envolvem a universidade no Brasil; por fim, a terceira sessão aborda os impactos de legislações recentes sobre as universidades e a educação superior, como o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que terminam por submeter as instituições públicas a uma lógica de mercado.

SOBRE OS MARCOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS DO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A Coroa portuguesa nunca foi afeita à ideia de instituições de ensino superior no Brasil Colônia e controlou todas as iniciativas que pudessem denotar ou resultar em independência cultural e política da população. Os jesuítas tiveram todas as suas tentativas de criação de universidades no Brasil, entre os séculos XVI e XVII, abortadas; os inconfidentes não puderam cumprir os objetivos da Conjuração Mineira no século XVIII, entre os quais, a criação de uma universidade em Vila Rica; diversas outras investidas – inclusive o propósito de Dom Pedro II de criar duas universidades, expresso em sua última Fala do Trono, em 1889 – não obtiveram êxito. As elites culturais e políticas brasileiras, assim, eram formadas em Portugal, especialmente na Universidade de

Coimbra, onde se distinguia uma visão conservadora e estática (FÁVERO, 2006).

No período em que o Marquês de Pombal figurou como ministro do rei de Portugal – de 1750 a 1777 –, ocorreram mudanças que repercutiram sobre a organização da educação superior no Brasil. Influenciada pelo liberalismo que se difundia pela Europa e orientada pelo desenvolvimento industrial em Portugal, a política pombalina passou ainda por forte conflito com os jesuítas (acusados de terem compactuado com os que promoveram um atentado ao rei de Portugal). Os padres da Companhia de Jesus foram expulsos de Portugal, bem como das colônias portuguesas (CUNHA, 2007c, p. 38 e ss.).

Com isso, abriu-se espaço para que o governo metropolitano alterasse o tratamento de problemas pedagógicos, de modo a enfrentar o tradicional ensino dos jesuítas com uma proposta calcada, por exemplo, em maior ênfase nas ciências naturais; na formação de certo espírito científico, investigativo, no estudante; na mudança da abordagem dada a temas morais, como a cobrança de juros. Tratam-se de alterações ligadas a uma secularização e modernização iluminista da educação, referenciadas numa busca por "progresso" técnico-científico e ampliação dos horizontes ético-políticos da acumulação de riquezas (CUNHA, 2007c, p. 44 e ss.).

No século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior – de modo geral, escolas superiores para a formação profissional –, das quais constituem os principais exemplos o Curso Médico de Cirurgia, na Bahia, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro, ambos em 1808, e a Real Academia Militar, para os estudos de engenharia, no Rio de Janeiro, em 1810. Após a Independência do Brasil, em 1822, são criados os cursos de Direito, no Convento de São Francisco, em São Paulo, e no Mosteiro de São Bento, em Pernambuco, ambos em 1828 (FÁVERO, 2006). Importante destacar, porém, que a situação de dependência em relação a Portugal permaneceu, dado que as referências de educação superior continuavam a ser os valores e as instituições da metrópole (MENEGHEL, 2001).

É importante observar que, nesse período, o Brasil ainda não era um Estado laico. Os educadores deviam se adequar à doutrina católica,

de tal forma que se desenvolveu uma marcante discussão sobre a liberdade de ensino e sobre as condições em que operavam os estabelecimentos de natureza privada. Aqui, cabe uma breve digressão, estabelecendo-se um paralelo com o presente: naquele momento, a reivindicação liberal por maior liberdade para o funcionamento dessas instituições tinha, entre outras características, a marca de uma demanda anticlerical e antiautoritária. Se, contudo, observamos o contexto atual, percebe-se que a privatização da oferta de educação superior adquire significado muito distinto: vinculadas aos interesses de seus proprietários – o que significa, hoje, em alguns casos, num contexto de *financeirização*, um vínculo específico com o capital financeiro e os interesses a ele ligados –, as instituições de ensino superior (IES) privado-mercantis seguramente não oferecem maior liberdade e pluralidade à produção do conhecimento do que as IES públicas.

O eixo central em torno do qual se desenvolveu a educação superior entre o período de 1808 e 1889 (entre a chegada da família real portuguesa e a proclamação da República) foi a formação da burocracia estatal, com destaque para os cursos jurídicos inaugurados nesse ínterim. Os advogados formados nesse período depararam-se com uma demanda que atravessava toda a ordem política, o que desembocava frequentemente na ocupação de cargos legislativos por profissionais dessa área. Não se tratava apenas, logicamente, de uma função técnica: assimilando as normas que compunham o sistema jurídico e as formas correntes de interpretá-lo, os juristas também corroboravam com sua justificação, exercendo, por meio de um poder simbólico, importante papel para a sustentação das elites e de sua hegemonia.

O período da chamada República Velha (1889-1930) teve, entre suas principais características, uma expansão da educação superior e, para além da referida importância para a composição da burocracia estatal, o reforço de sua aderência aos propósitos de ascensão social. Se é verdade que, no Brasil contemporâneo, o diploma de bacharel representa o distanciamento do rechaçado e ultraexplorado trabalho manual, foi nesse período que tal representação ganhou toda sua força. Há quem fale, hoje, em tom crítico à formação em Direito voltada à aprovação

em concursos públicos, numa "pedagogia da prosperidade"[4]. Parece-nos uma analogia muito feliz, ilustrativa, com alguns tipos de doutrinas cristãs. Em contraponto àquela universidade idealizada – expressão da consciência de seu tempo, sedenta por "verdades", por "descobertas" –, desde nossa Primeira República, temos uma educação superior que funciona, por meio de uma cultura bacharelista, como um trampolim, capaz de lançar certo número de indivíduos para longe do "inferno" que é o mundo do trabalho manual, estigmatizado por sua tradicional associação ao trabalho escravo. Como afirma Cunha (2007c, p. 147):

> [...] todo esse processo de ampliação e constituição da burocracia pública e privada determinou o aumento da procura da educação escolar pela qual se processava a formação profissional necessária ao desempenho das tarefas que lhe eram próprias. Os latifundiários queriam filhos "doutores", não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestígio familiar, como, também, expediente para atenuar possíveis situações de destituição. Os trabalhadores urbanos e os colonos, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de estes ingressarem numa ocupação burocrática. Essa procura da educação escolar, instrumento para frear a velocidade de descensão ou para acelerar a de ascensão, aumentou bastante no fim do Império e no início da República.

4 A comparação entre a formação superior e a chamada "teologia da prosperidade", na qual o indivíduo estabelece uma espécie de contrato com a divindade com o objetivo de ter uma vida social e, sobretudo, economicamente próspera, foi feita, a título de exemplo, por Streck (2017): "Este é um debate que deve ser iniciado. Concurso é um meio; não pode ser um fim em si mesmo. Ah, alguém dirá: o meu cursinho não ensina isso ou desse modo. Ou: eu trabalho a partir de uma metodologia de memorização. Outros dirão, em defesa de 'métodos' tipo jus-jitsu, autoajudas, ninjas e correlatos, que se trata tão-somente de uma mera estratégia para passar em concurso, que não é uma pedagogia 'em si' e que não visa a ensinar, porque o conteúdo o aluno já deve trazer da faculdade. Ok. Muito bem. Eu até aceitaria a explicação, se o ensino nas faculdades não tivesse sido de há muito invadido pela mão invisível desse imaginário resumocrático. A 'pedagogia da prosperidade' chegou nas faculdades. De há muito. Esse é o problema".

Tais demandas (pelo "aumento da burocracia pública e privada") e tais anseios (de ascensão social) se ligam, assim, à própria expansão da educação superior no Brasil. De 2.300 alunos ao final do período imperial, teríamos saltado para cerca de 15 mil alunos em 1915, chegando a 20 mil ao final da República oligárquica, em 1930 (CUNHA, 2007c, p. 134).

A Constituição de 1891 – primeira constituição do sistema republicano – alterou a legislação educacional e retirou, em seu artigo 35, o caráter de exclusividade da União em relação à criação de instituições de ensino superior[5]. Alguns estados, então, passaram a reunir suas escolas e faculdades isoladas, formando universidades. O estado do Amazonas foi o primeiro a agrupar faculdades nas áreas de exatas, humanas e saúde, dando início, em 1909, à Universidade de Manáos. A Universidade de São Paulo[6] e a Universidade do Paraná, em 1911 e 1912, respectivamente, também foram resultado de uma agregação de diferentes faculdades. No entanto, uma reorganização do ensino secundário e superior na República, de 1915[7], chamada Reforma Carlos Maximiliano, criou requisitos mínimos para o funcionamento de universidades no Brasil, e essas instituições tiveram suas atividades encerradas com suas várias faculdades se tornando novamente independentes (FÁVERO, 2006).

A partir do início do século XX, o movimento operário passou a constituir um sujeito político importante no país. Em 1907, formou-se a Confederação Operária Brasileira, sob influência do anarcossindicalismo; em 1917, realizou-se a primeira greve geral da história nacional. Isso pôs problemas novos, com os quais discentes e docentes tiveram de se relacionar. A educação passou a ser mais fortemente atravessada pelos

5 Artigo 35 da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10606807/artigo-35-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891.

6 "A Universidade, criada em 1911, era uma escola particular, tinha como proposta a formação de alunos nos diferentes níveis de ensino. Fundou, entre outros estabelecimentos, a primeira Faculdade de Medicina de São Paulo, o Hospital de Caridade do Braz (Instituto Pereira Barreto). Formou, na área da Saúde, alunos nos cursos de odontologia, farmácia e medicina, até ser fechada em 1918" (MOTT; DUARTE; GOMES, 2007, p. 37).

7 Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html.

conflitos sociais, de modo que as disputas, por exemplo, entre capital e trabalho, vieram constituir, desde essa época, um forte vetor sobre os modos de organizar a vida acadêmica nas suas mais diversas dimensões – político-administrativa, pedagógica, de pesquisa etc. Os estudantes envolvidos com o incipiente movimento estudantil à época da Primeira República dividiram-se entre uma corrente ligada às aspirações dos setores médios (majoritária) e uma corrente que se aproximava das reivindicações do movimento operário. Não tardou para que a regulação da educação fosse alterada, de modo a suprimir o debate político-ideológico e coibir comportamentos politicamente "desviantes", como se fez através da reforma do ensino de 1925 (CUNHA, 2007c, p. 172 e ss.). Destaque-se aqui que mesmo os cursos oferecidos pelo Estado não eram de acesso gratuito: os discentes deveriam pagar uma série de taxas (por matrícula, por cadeira etc.), tendo inclusive os modos de seleção da concessão de gratuidade a um pequeno número (algo semelhante a bolsas de estudos) funcionado como forma de controle ideológico do corpo discente.

Com a chamada Revolução de 30 e o início da Era Vargas (que comporta o período de 1930 a 1945), pode-se dizer que a disputa em torno da concepção de universidade se intensificou no Brasil. A polarização envolveu propostas liberais e autoritárias, ao mesmo tempo que, nesse mesmo intervalo, as organizações estudantis deram início à elaboração de um terceiro campo político. Prevaleceram, no período destacado, os componentes autoritários, ainda que, em algumas unidades da federação, com destaque para São Paulo, uma política liberal fosse adotada (CUNHA, 2007c, p. 208 e ss.).

Setores importantes do Estado brasileiro – particularmente aqueles oriundos de um "tenentismo de direita" – inspiraram-se nos governos fascistas europeus. Ao longo dos anos 1930, ainda formaram-se movimentos políticos de massas de caráter autoritário, como a Ação Integralista Brasileira (CUNHA, 2007c, p. 215 e ss.). Embora houvesse oposições entre a mobilização social e a burocracia estatal, é preciso considerar a forma como esses dois movimentos expressam, num conjunto, a influência que o fascismo obteve no Brasil – especialmente quando se tem em vista que, nesse período, o país contou apenas com um governo eleito, entre 1934 e 1937, do governo provisório à imposição do Estado Novo.

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, pode ser considerada a primeira universidade do país. Isso porque compreendemos que a USP não apenas surgiu mediante uma justaposição de escolas superiores e faculdades isoladas, mas efetivamente vinculou atividades de pesquisa e de ensino e constituiu um núcleo orgânico e integrador – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) –, nos moldes das instituições universitárias europeias (MENEGHEL, 2001).

De acordo com Paula (2002), a criação da USP esteve ligada ao processo da Revolução Constitucionalista de 1932 e apontava para a preocupação das classes dominantes paulistas de formar quadros dirigentes no estado, não apenas com o intuito de confrontar o Governo Federal – que saíra vitorioso no Movimento de 32 –, mas antevendo mesmo possibilidades de conciliação com o governo de Getúlio Vargas que permitiria a concretização do projeto universitário paulista. A chamada "Comunhão Paulista" – grupo liderado pela família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de São Paulo* –, que regeu a fundação da USP, no entanto, enfatizava a necessidade de formação de uma elite esclarecida e de construção de um projeto cultural nacional acima de interesses partidários ou da prática política imediata.

Paralelamente à criação da USP, o Governo Federal, por meio do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, trabalhava para implementar um padrão único de ensino superior nacional e criar a Universidade do Brasil (UB), constituindo uma Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, com o foco no ensino profissionalizante, trazendo professores da França – assim como fez Júlio de Mesquita Filho, na USP –, mas com intenso controle do Estado[8] (PAULA, 2002).

Com a instalação do Estado Novo, a partir de 1937, houve uma série de repercussões produzidas sobre a vida universitária, como a redução da autonomia das instituições, a rígida proibição da atividade político-ideológica nas suas dependências (a ponto de se proibir o uso de trajes que expressassem qualquer vínculo político-partidário), as mudanças no modo de escolha dos dirigentes das instituições etc. O próprio Getúlio fazia questão de destacar, em seus discursos, a importância da educação superior para a unidade nacional e para a luta contra o comunismo (CUNHA, 2007c, p. 279).

8 Os professores franceses eram definidos levando em conta critérios ideológicos e apenas eram contratados após a expressa autorização de Getúlio Vargas.

Em 1938, foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar dos esforços de cooptação da entidade pela ideologia corporativista que predominava no Estado brasileiro, essa entidade estudantil conseguiu preservar sua autonomia – ainda que não sem contradições – e se engajar numa política antifascista no contexto da Segunda Guerra. A UNE trazia no seu estatuto o embrião de um projeto de reforma universitária, que, contrapondo-se à concepção autoritária, também se distanciava da proposta liberal, por trazer maior radicalidade em seu teor democratizante.

> Mas, além de apresentar o Estatuto da UNE, a proposta continha todo um projeto de política educacional que em nada coincidia com o da política autoritária, pois defendia a universidade aberta a todos; a diminuição das "elevadíssimas e proibitivas taxas de exame e matrícula [...]; a vigência nas universidades do "exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna"; o rompimento da dependência da universidade diante do Estado, propondo a eleição do reitor e dos diretores das escolas pelos corpos docente e discente, representados no conselho universitário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade, com representação paritária nos conselhos universitário e técnico-administrativo [...] (CUNHA, 2007c, p. 287-288).

Fávero (2006) afirma que, na década de 1950, o país – embalado por forte crescimento econômico devido à industrialização – viu nascer um movimento por mudanças na educação superior: denúncias acerca do estado precário das universidades, discussões sobre ensino público *versus* ensino privado, forte mobilização da UNE, tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a criação de universidades federais ou a federalização de universidades estaduais, entre as quais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em 1950, a Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1954, a Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1957, e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1958. O movimento atinge o seu auge no início da década de 1960, com planos de reformulação estrutural de universidades, seminários sobre a reforma universitária, aprovação da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional[9], criação do Conselho Federal de Educação (CFE) e, especialmente, a criação da Universidade de Brasília (UnB), que

> surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional (FÁVERO, 2006, p. 29).

O movimento estudantil se fortaleceu a partir da ampliação de sua base social (crescimento do número de estudantes) e de sua politização, o que por vezes implicou também numa relativa distância entre sua direção política e a base estudantil. A bandeira da reforma universitária ganhou espaço, recebendo maior elaboração e discussão nos fóruns da UNE e passando a ser apresentada como parte do conjunto das reformas de base. Tudo isso convergia para um contraponto ao projeto hegemônico de "modernização da universidade": o movimento estudantil apresentava como alternativa uma universidade ligada às classes trabalhadoras e a suas necessidades, inclusive regionais, reivindicando uma radicalização da democracia nas instituições – em termos de gestão e em termos de acesso (CUNHA, 2007a, p. 206 e ss.). Desse ponto de vista, não seria desejável um projeto de universidade que tinha como centro impulsionar o desenvolvimento tecnológico sob uma lógica de mercado.

O golpe empresarial-militar de 1964[10], no entanto, interrompeu o movimento democrático por reformas na educação superior do país e reorganizou as bases para a reforma universitária por meio de: a) assistência técnica da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)[11], nos conhecidos acordos MEC/Usaid; b) um estudo realizado por um consultor norte-americano, Rudolf Atcon, conhecido por Plano Atcon, para a implementação de uma nova estrutura administrativa nas universidades; c) criação de uma Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis[12], a fim

9 Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html.

10 Sobre esse período, ver também Cunha (2007b).

11 Do inglês *United States Agency for International Development.*

12 Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html.

de emitir pareceres, propor medidas e supervisionar ações relacionadas com as reivindicações dos estudantes, chefiada pelo coronel Meira Mattos. Uma das consequências do "Relatório Meira Mattos" foi o decreto-lei que definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares[13] (FÁVERO, 2006).

A busca por uma "modernização" da educação superior brasileira tratou-se da forma como ficou conhecida a tentativa de adaptá-la, sobretudo, a demandas de reprodução do capital, tendo como referência as universidades estadunidenses. Sob a perspectiva desenvolvimentista, a "modernização" era tida como a forma de romper com o papel periférico que a economia brasileira exercia no mercado mundial; sob a perspectiva liberal tradicional, era concebida como o caminho para reproduzir o saber nascido nas grandes potências econômicas da época (CUNHA, 2007a, p. 207). Perseguir a "modernização" assumiu o significado concreto de iniciativas voltadas à busca pelo desenvolvimento da pesquisa tecnológica, que serviria tanto ao crescimento econômico quanto aos fins bélicos, em meio ao contexto da Guerra Fria.

Em 1968, o governo militar implementou a Reforma Universitária (RU/68), caracterizada por uma visão tecnicista e burocrática de educação, pela adoção da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, pela implantação da pós-graduação e da extensão universitária, pela expansão de vagas. As IES passaram a ser regidas pelos princípios de produtividade e eficácia e uma "cúpula administrativa", formada por funcionários dos Ministérios da Economia e do Planejamento, era responsável por sua administração; o estabelecimento da pós-graduação e a inserção da pesquisa se deram com carência de investimento e de profissionais com formação para tal; a extensão universitária, de um modo geral, nasceu associada à ideia de prestação de serviços, direcionada a "atuar junto às 'comunidades desassistidas' de maneira mais sistemática, para direcionar a sua organização e adequar as mudanças à nova ideologia do desenvolvimento" (FAGUNDES, 1983, *apud* MENEGHEL, 2001, p. 170); a expansão de vagas se deu, apesar de significativa no setor público, fortemente no setor privado, não sendo acompanhada de

13 Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm.

índices de qualidade na formação ou de investimento em infraestrutura (laboratórios, bibliotecas etc.) (MENEGHEL, 2001).

Em meados dos anos 1980, surgiram os Planos Nacionais de Desenvolvimento da Nova República (PND-NR) com a proposta de resgate da "dívida social", dando origem ao Programa de Apoio à Educação Superior "Nova Universidade" (PNU), que estabelecia para as IES as tarefas de formação de consciência crítica nacional, redução da dependência científica e tecnológica, compatibilização de suas ações com o interesse social, recuperação dos padrões de qualidade, entre outras. Nesse período, o presidente José Sarney (1985-1990) decretou a criação da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (MENEGHEL, 2001).

Mais recentemente, na década de 1990, tem-se um período marcado por uma reforma do aparelho do Estado na perspectiva neoliberal – ajuste orçamentário e equilíbrio fiscal – com políticas de privatização e mercantilização da educação superior, a partir da expansão das instituições privadas e direcionamento das instituições públicas para a esfera privada por meio da criação de fundações de direito privado, cobrança de taxas etc. A descentralização e a flexibilidade são os pilares da reforma contida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)[14], promulgada em 1996 (PINHEIRO, 2013).

Pinheiro (2013) chama a atenção para o fato de que tais medidas estiveram sempre em consonância com o projeto de reestruturação capitalista e com as diretrizes para a educação superior para os países em desenvolvimento elaboradas por organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial. Meneghel (2001) corrobora esse pensamento ao afirmar que análises das possíveis implicações da RU/68 e da LDB/96 podem demonstrar a relação dessas políticas com o processo de "modernização" do país, associado à industrialização e ao ajuste às etapas de reprodução do capital.

Os anos 2000, a partir da primeira gestão do governo Lula, embora apresentem caráter de continuidade das políticas para a educação superior implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), merecem ser apontadas algumas medidas contrastantes com o período anterior:

14 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

> a descentralização, expansão e criação de universidades federais em todo o território brasileiro depois de um longo período de estagnação, sobretudo na região Nordeste e em especial no Ceará; aumento da oferta de vagas no ensino superior principalmente no turno noturno; fortalecimento e reestruturação da educação superior de caráter tecnológico a partir dos Institutos Federais de Educação Tecnológica; [...] ampliação, difusão e fortalecimento da educação superior à distância por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB (PINHEIRO, 2013, p. 125).

Para Trópia (2009), a adoção dessas medidas estariam justificadas por uma meta de expansão de vagas na educação superior acordada com organismos econômicos internacionais. Assim, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) pôde receitar como solução diante da crise a criação de um programa emergencial de apoio ao ensino superior e uma reforma universitária mais profunda, incluindo uma alteração na política de financiamento das universidades, com forte incentivo à entrada de recursos privados nas IES. Pinheiro (2013, p. 125) ratifica essa ideia ao afirmar que "há um fortalecimento das parcerias público/privadas [...] para o cumprimento de metas internacionais e atendimento das demandas locais".

Atualmente, de acordo com dados da Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2016), de 2015, o Brasil conta com 295 IES públicas (entre federais, estaduais e municipais), sendo 107 universidades, 9 centros universitários, 139 faculdades e 40 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com um total de 1.952.145 matrículas nos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura, tecnólogo, não aplicável). Esses números representam, em relação à rede privada de educação superior, o equivalente a 15,37% do total de IES e 25,25% do total de matrículas na graduação no país.

A UNIVERSIDADE COMO APARELHO DE HEGEMONIA E AS FEIÇÕES DA DISPUTA EM TORNO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA HOJE

Essa apertada apresentação do desenvolvimento histórico da universidade no Brasil é, evidentemente, lacunosa. Contudo, permite-nos, de acordo com os limites e propósitos deste texto, sedimentar a tese

segundo a qual não é possível observar a universidade a partir de uma abstração voluntarista, que busca instituir de antemão aquilo que a pesquisa deve explicar – conforme já comentado na introdução.

Falar em universidade, ao tempo que toca na produção de saber, que deve contribuir para uma compreensão mais precisa e sistemática da realidade (mundos natural e social), toca também nos fundamentos de poder, que estruturam essa produção do saber. Não se trata de resumir a universidade à sua relação com o poder, cedendo ao oposto do que criticamos; trata-se de considerar a produção do conhecimento acadêmico, ela mesma, incompreensível sem que sejam iluminados os pressupostos sócio-históricos que a condicionam, que a regulam. Saber e poder configuram assim uma totalidade, faces de uma mesma moeda, de forma que o modo como se orientam e são geridos o ensino, a pesquisa e a extensão é estruturado a partir de uma relação de forças sociais que atuam dentro e fora do cotidiano acadêmico.

A ideia de tomar a universidade como um aparelho de hegemonia, a partir de referenciais gramscianos, significa exatamente considerar essa dupla dimensão da universidade. Sob uma perspectiva teórica distinta, mas de maneira convergente com esse argumento, Bourdieu (1989) afirma que não há produção simbólica que não se refira a uma relação de forças. Na verdade, para esse autor, o poder simbólico provoca o que chama de "transubstanciação das relações de força" (BOURDIEU, 1989, p. 15), fenômeno que possibilita, entre outras repercussões, a dissimulação do exercício do poder e da violência. Esse processo se dá sob a base da "homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta das classes" (BOURDIEU, 1989, p. 13), uma vez que

> a homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes [...] (BOURDIEU, 1989, p. 13-14).

O "campo autônomo" a que o autor se refere é precisamente o campo de produção simbólica, tal como o campo científico.

Retornando a Gramsci, a noção de hegemonia nesse autor se refere à *direção* ético-política que determinados setores sociais exercem sobre outros. Assim, para além da *dominação* política, que tem como elemento correlato a *coerção*, a *hegemonia* remete à produção de *consenso*.

Gramsci argumenta acerca da necessidade de desenvolver o conceito de hegemonia realizando uma crítica ao que chama de "economicismo", o qual julga ser um problema comum ao marxismo de sua época. Há, pelo menos, três importantes sentidos da crítica gramsciana ao "economicismo" que devem ser mencionados aqui. Primeiro, ele aponta que o "economicismo" desconsidera a força de que é dotado o imaginário popular, o senso comum. Em segundo lugar, para Gramsci – e pode-se dizer que em decorrência mesmo da primeira crítica, mais abstrata –, o "economicismo" tende a enxergar apenas os elementos imediatos de força em uma análise política.

> Se ha olvidado además otra proposición de la filosofía de la praxis: aquella de que las "creencias populares" o las creencias del tipo de las populares tienen la validez de fuerzas materiales. Los errores de interpretación en el sentido de la búsqueda de los intereses "sórdidamente judaicos" fueron a veces groseros y cómicos e incidieron así negativamente sobre el prestígio de la doctrina originaria. Es por ello necesario combatir al economismo no sólo en la teoría de la historiografía sino también y especialmente en la teoría y en la práctica política. En este campo la lucha puede y debe ser conducida desarrollando el concepto de hegemonía, de la misma manera que lo fue prácticamente en el desarrollo de la teoría del partido político y en el desarrollo práctico de la vida de determinados partidos políticos [...] la hipótesis "economista" afirma un elemento inmediato de fuerza, es decir, la disponibilidad de un cierto aporte financiero directo o indirecto (un gran periódico que apoye el movimiento es también un aporte financiero indirecto) y eso es todo. Es demasiado poco. También en este caso el análisis de los diferentes grados de relación de las fuerzas sólo puede culminar en la esfera de la hegemonia y de las relaciones ético-politicas (GRAMSCI, 1980, p. 45-47).

Pode-se dizer que, como afirmado no parágrafo anterior, residem aí dois dos principais argumentos de Gramsci acerca da necessidade de desenvolver esse conceito para se analisar a política. O problema para Gramsci é, portanto, conhecer como coerção e consenso funcionam, desenvolvem-se praticamente. Mas não apenas isso. Trata-se também

de compreender como se articulam, como, numa unidade dialética, relacionam-se, de forma a produzir resultados nas relações entre forças sociais em disputa. Para Gramsci, na verdade, a forma como esses elementos se articulam é também historicamente mutável: naquilo que chama de sociedades do tipo ocidental, o desenvolvimento da sociedade civil faz com que cresça a importância do consenso perante a coerção quando tais sociedades são comparadas àquelas de tipo oriental.

> Concepto político de la llamada "revolución permanente", nacida antes de 1848 como expresión científicamente elaborada de las experiencias jacobinas desde 1789 hasta Thermidor. La fórmula es propia de un período histórico en el que no existían los grandes partidos políticos de masa ni los grandes sindicatos económicos y la sociedad estaba aún, en muchos aspectos, en un estado de fluidez: mayor retraso en el campo y monopolio casi completo de la eficiencia política-estatal en pocas ciudades o directamente en una sola (Paris para Francia); aparato estatal relativamente poco desarrollado y mayor autonomia de la sociedad civil respecto dc la actividad estatal; sistema determinado de las fuerzas militares y del armamento nacional; mayor autonomía de las economías nacionales frente a las relaciones económicas del mercado mundial, etc. En el período posterior al año 1870, con la expansión colonial europea, cambian todos estos elementos, las relaciones internas de organización del Estado y las internacionales se tornan más complejas y sólidas y la fórmula cuarentiochesca de la "revolución permanente" es sometida a una reelaboración, encontrando la ciencia política su superación en la fórmula dc "hegemonía civil". En el arte político ocurre lo mismo que en el arte militar: la guerra de movimiento se convierte cada vez más en guerra, en la medida en que la prepara minuciosa y técnicamente en tiempos de paz. Las estructuras macizas de las democracias modernas, consideradas ya sea como organizaciones estatales o bien como complejo de asociaciones operantes en la vida civil, representan en el dominio del arte político lo mismo que las "trincheras" y las fortificaciones permanentes del frente en la guerra de posición: tornan sólo "parcial"

> el elemento del movimiento que antes constituía "todo" en la guerra, etc. (GRAMSCI, 1980, p. 101).

Aqui, temos um terceiro argumento sobre a importância do conceito de hegemonia – esse de caráter sócio-histórico. Com o desenvolvimento de um mercado mundial (MARX, 2007, p. 40) e dos sistemas políticos baseados na fórmula da democracia moderna, restaria pouco espaço, no entendimento de Gramsci, para um modelo tipicamente jacobino de tomada do poder (ao qual ele se refere como o modelo de "revolução permanente") nas sociedades que passaram por essas transformações. Com uma sociedade civil desenvolvida, a luta política passa necessariamente pela "guerra de posição", pela conquista da hegemonia. Integrada a essa dinâmica da sociedade civil, encontra-se a sociedade política, cuja marca é seu potencial coercitivo[15]. A articulação entre hegemonia e dominação geraria a supremacia de uma determinada força – ou bloco de forças – social. O quadro abaixo, de autoria de Carlos Nélson Coutinho, possibilita uma melhor visualização do problema.

ESTADO (supremacia) = sociedade política + sociedade civil	
funções:	ditadura + hegemonia coerção + consenso dominação + direção
base material:	aparelhos coercitivos e burocrático-executivos + aparelhos "privados" de hegemonia

Fonte: Coutinho (2008, p. 56).

Como se vê no quadro, os "aparelhos 'privados' de hegemonia" configurariam o que Coutinho chama de "base material" para o exercício da direção política. Os aparelhos de hegemonia, assim, são exatamente aquelas instituições da sociedade civil nas quais ocorre a "guerra de posição", instituições essas que possibilitam a produção do consenso

15 A essa nova noção sobre o Estado presente em Gramsci, resultado da articulação entre sociedade civil e sociedade política, Glucskmann (1980) deu o nome, hoje largamente utilizado, de "Estado Ampliado".

– e, consequentemente, o próprio embate pela sua produção. O consenso (ou os pontos de consenso), por sua vez, gera coesão social ou "unidade dos fins econômicos e políticos", uma "unidade intelectual e moral" (GRAMSCI, 1980, p. 57-58). São os aparelhos de hegemonia as novas "trincheiras", as "fortificações" das sociedades de tipo ocidental, nos termos de Gramsci. Através da cultura – da produção, reprodução e embate – envolvendo os elementos ético-políticos, desenvolve-se a disputa hegemônica. Trata-se, como se vê, não apenas de pura reprodução de valores dominantes, mas precisamente de uma luta: a escola, os sindicatos, os partidos políticos, os meios de comunicação, por exemplo, são atravessados por contradições oriundas da visão de mundo e dos valores das diferentes forças sociais em conflito. Essa noção é importante para que se afaste qualquer relação economicista entre a produção material e o funcionamento dessas instituições. Nesse sentido, ver, por exemplo, a crítica de Glucksmann (1978, p. 88) a Althusser e aos "aparelhos ideológicos de Estado", sob um ponto de vista apoiado no pensamento de Gramsci:

> Preguntas: ¿Cómo puede ejercer esta clase su hegemonía em los aparatos? ¿Esta hegemonía es total? Sobre estos puntos el análisis debería ser más concreto y articulado. Porque para pensar en una lucha en los aparatos ideológicos de Estado es necesario todavía desarrollar una teoría de la contradicción que los atraviesa, y por tanto una teoría de los "sujetos" que pueden ser los agentes de esa lucha.

Em sentido semelhante, Coutinho destaca especificamente a disputa, por setores sociais subalternos, realizada nos aparelhos de hegemonia "tradicionais". Quer-se dizer, por exemplo, que, ao se falar numa sociedade cindida entre capital e trabalho, as classes trabalhadoras não participariam da disputa hegemônica apenas através de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, jornais e organizações por essas classes instituídas. O que se observa é que tal disputa se dá também através das escolas, das instituições religiosas etc.:

> Gramsci diria que, com o surgimento da sociedade civil como esfera relativamente autônoma, esse monopólio da propriedade dos meios de produção intelectual pela classe dominante cessa: criam-se entidades culturais ligadas às organizações das classes subalternas (jornais, revistas culturais, editoras etc.); além disso, a ideologia dessas classes encontra difusão no próprio seio dos aparelhos hegemônicos "tradicionais" (sistema escolar, Igrejas separadas do Estado etc.). Torna-se assim não só possível, mas até necessário (em função da tomada do poder) que a classe que se candidata ao domínio político já seja previamente a classe hegemônica no plano ideológico, ou, na terminologia gramsciana, já detenha a "direção intelectual e moral" da sociedade (COUTINHO, 2008, p. 56).

As referências ao sistema escolar já nos sugerem a aproximação com a instituição universitária[16]. A trajetória histórica que a universidade brasileira percorreu – e que aqui expusemos em suas linhas gerais – nos indica precisamente que a universidade se articula aos interesses e aos projetos societários que deles derivam, oferecendo-lhes não apenas técnicas úteis à sua viabilização, mas também determinada contribuição para a confecção de uma "unidade intelectual e moral" que lhes dê sustentação. É por isso que aqui estamos a tratar a universidade a partir do conceito de aparelho de hegemonia. Maria das Graças Tavares (1997)

16 Cabe aqui uma observação em relação ao adjetivo "privado" que qualifica os aparelhos de hegemonia em Gramsci. Não se trata de necessariamente afastar-se aquilo que, juridicamente, seria de propriedade do Estado; o critério não é jurídico, o que nos possibilita tratar o sistema escolar público ou privado como constitutivos do conjunto dos aparelhos de hegemonia, como de fato o faremos. Nesse sentido, Coutinho (2008, p. 53-54) afirma: "Em Gramsci, o termo 'sociedade civil' designa, ao contrário, um momento ou uma esfera da 'superestrutura'. Designa, mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. Essas duas esferas se distinguem, justificando assim que recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo, pela *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder".*

utilizou esse mesmo entendimento ao tratar da universidade e da extensão universitária, pesquisa cuja leitura recomendamos para um melhor entendimento da questão.

É ainda interessante destacar que Gramsci liga sua elaboração sobre o conceito de hegemonia com o papel dos intelectuais numa dada formação social, o que nos importa de maneira particular quando discutimos a função da universidade. Para Gramsci, o conceito de intelectual extravasa o mundo acadêmico; no entanto, não o exclui, sob uma forte articulação entre saber e poder, cultura e hegemonia:

> A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Seria possível medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado", planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é

> constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

É por essa razão – por se caracterizar como aparelho de hegemonia – que se observa o fato de que a própria vida universitária é também produzida pela luta por hegemonia entre grupos com interesses e valores distintos. Não falamos aqui da *pequena política*[17], da mera disputa por cargos de gestão dessas instituições, mas sim da *grande política*, ou seja, do embate entre projetos societários diversos e de suas implicações sobre o ambiente acadêmico.

São notáveis os episódios em que tal disputa se deu de forma franca, praticamente sem véus, como no ano de 1918, em Córdoba, na Argentina. Há exatos 100 anos, um movimento estudantil, que teve início na Universidade de Córdoba, assumiu a luta por uma reforma da universidade, por pensar e construir outro modelo institucional desde a América Latina. Em junho de 1918, os estudantes cordobeses aprovaram o Manifesto Liminar ou *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América*[18] e, cerca de um mês mais tarde, o I Congresso Nacional de Estudantes Argentinos, realizado também em Córdoba, retomou esse manifesto, o ratificou e acrescentou novas reivindicações. Entre elas,

> coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras; caráter público das sessões e instâncias administrativas; extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes; autonomia universitária; universidade aberta ao povo (FREITAS NETO, 2011, p. 67).

Após resistências, mudanças no reitorado, renúncia do novo reitor, carta do bispo condenando o movimento, reunião dos estudantes com o presidente da República, o próprio ministro da Educação as-

17 Sobre a distinção conceitual entre pequena política e grande política, ver Gramsci (1980, p. 169).

18 Conferir o site: http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm

sumiu a Universidade de Córdoba e conduziu a reforma com base na proposta dos estudantes.

Freitas Neto (2011) elenca uma série de legados do movimento estudantil de Córdoba para movimentos de outros países e para a constituição de universidades latino-americanas, entre os quais destacamos: a) a necessidade de discutir o modelo europeu como aquilo que é considerado avançado, moderno – sobretudo, pós-Primeira Guerra Mundial; b) o reconhecimento do papel dos jovens e do movimento estudantil nas transformações sociais; c) a democratização da universidade[19].

Também o movimento que se iniciou na França, em maio de 1968, e se espalhou como uma onda por diversos países, com importantes manifestações estudantis, e a atuação da UNE, nas décadas de 1950 e 1960, no Brasil, como trouxemos acima, expressam esse fenômeno.

O mais relevante aqui é que esse confronto não se encerra no passado: ele compõe o presente das instituições, não faltando exemplos capazes de demonstrá-lo. O processo em curso de privatização e financeirização da educação superior no Brasil; a crescente heteronomia das instituições públicas, como as universidades, no sentido de sua subordinação às demandas de mercado; as discussões em torno das chamadas "políticas afirmativas" e de sua implementação (no que se inclui não apenas a política de cotas, mas igualmente turmas especiais para acampados e assentados da reforma agrária, para magistério indígena, entre outros grupos sociais); a atuação do movimento estudantil, do movimento sindical docente e de servidores técnico-administrativos (em especial na universidade pública); o desenvolvimento da extensão universitária; os diversos sentidos assumidos pela pesquisa; e mesmo iniciativas que ganham destaque conjuntural, como o ultraconservador projeto "Escola sem partido", apontam que, para apreendermos adequadamente a dinâmica da universidade brasileira, é preciso considerar que, nela, o conhecimento se produz e se reproduz a partir de uma síntese (bastante desequilibrada em termos de relações de força) de tais provocações ou vetores de poder.

Sem dúvidas, os dois primeiros elementos que citamos estruturam toda a forma como se desenvolve a disputa hegemônica na univer-

19 Mais sobre o movimento estudantil e a chamada "Reforma de Córdoba" em 1918, ver Mariátegui (2008, p. 115-161).

sidade. As instituições privadas/mercantis[20] estão, evidentemente, muito mais próximas da reprodução de um sentido hegemônico atribuído à educação superior do que propriamente de se apresentarem como um lócus de embate. Se afirmamos anteriormente que os conceitos de "hegemonia" e de "aparelhos de hegemonia" nos permitiriam perceber as contradições e os conflitos (para além da mera reprodução de valores dominantes) que atravessam a produção de consenso, nas IES privadas/mercantis, o embate, ainda que existente, é reduzido ao máximo. Isso porque a própria pluralidade de pontos de vista é também reduzida, num ambiente em que a atividade docente e a auto-organização de estudantes e trabalhadores da educação é bloqueada por um modelo de gestão cujo fundamento é a propriedade privada e a dinâmica de mercado – embora não se deva ignorar a regulamentação existente, o que, no entanto, não anula tal afirmação. Acrescente-se a isso a predominância, após brutal expansão, do setor privado na oferta de matrículas, bem como a formação de grupos empresariais monopolistas ligados à educação superior, com importante posição no sistema financeiro, de tal modo que, em meio à financeirização dos diversos aspectos da vida social, também o modo como se educa e o próprio ambiente pedagógico fica subordinado, em última instância, à "atração de investidores" e, de modo geral, à lógica de mercado.

A pesquisa de Valdemar Sguissardi (2014) revela como se desenvolve no Brasil tal financeirização da educação superior, mediante a constituição da maior empresa ligada à educação do mundo (a nova Kroton, responsável por cerca de um milhão de alunos) e através de grupos empresariais "com capital aberto e captação de recursos em Bolsas de Valores", ocupando já 31% do mercado das matrículas privadas em educação superior (SGUISSARDI, 2014, p. 100). O controle das finanças sobre a educação não se resume a isso: nove das quinze maiores empresas do setor no Brasil trazem um banco de investimentos ou fun-

20 Aqui, referimo-nos de modo mais específico, a partir de Sguissardi (2005), às IES privadas/mercantis, ou seja, aquelas que funcionam como empresas. Quanto às IES comunitárias e/ou confessionais, também de regime jurídico privado, não se pode fazer uma afirmação como essa de maneira genérica, pois, segundo o próprio Sguissardi, há aquelas que seguem uma lógica própria à educação pública. Trataremos mais adiante da dicotomia entre público e privado-mercantil, a partir desse mesmo autor.

do em sua estrutura de gestão (SGUISSARDI, 2014, p. 111). Trata-se de um efetivo "mercado universitário" o que se constituiu no país,

> em que prevalecem *relações de compra e venda, produção/consumo, competição entre produtores, commodities, preços e intercâmbios monetários entre produtores e consumidores, e comportamentos e valores consistentes com o cálculo econômico.* E em que cada vez mais prevalece o *rentismo* típico do capital com predominância financeira de que se vale, para efeitos de acumulação, o setor financeiro da economia (bancos, fundos de investimento) ao se tornar o principal suporte das companhias ou *players* que disputam esse mercado (SGUISSARDI, 2014, p. 104, grifos do autor).

Para Sguissardi, o "subsistema privado-mercantil", ao ampliar seu poder econômico, ganha também importância política e capacidade de "interferir no modelo de regulação estatal" e no conjunto do sistema de educação superior nacional (2014, p. 104).

Em relação à universidade pública, o modelo institucional adotado também é capaz de estruturar a forma como as diferentes posições ético-políticas se movem (ou podem mover-se) para viabilizar seus interesses. A crescente heteronomia, caracterizada pela subordinação da própria universidade pública a demandas de mercado, tem limitado a função social da universidade, unilateralizando-a, assim como tem interditado o debate democrático entre os segmentos que compõem a universidade e o conjunto da sociedade. O subfinanciamento permanente, o modelo empresarial de gestão, a adoção de critérios produtivistas próprios ao cálculo econômico e a prioridade oferecida a pesquisas realizadas em empresas são alguns dos elementos (SGUISSARDI, 2014, p. 101-102) capazes de ilustrar a maneira como vem ocorrendo essa transformação.

Na verdade, mais do que o regime jurídico – que indica se uma universidade é estatal ou privada – é preciso observar, como afirma Sguissardi (2005, p. 208), que o ambiente estatal é um campo de disputas de interesses, no qual se reproduz o confronto entre a concepção da universidade e da educação enquanto bem público ou enquanto bem privado-mercantil – note-se que esse entendimento é plenamente com-

patível com o conceito de "aparelho de hegemonia". Assim, embora a universidade que pertence ao Estado propicie uma maior pluralidade de ideias e condições mais democráticas para o embate político em torno de sua função social, o polo macrossocialmente dominante do capital pode, nela, impor-se (como se impõe nas instituições privadas/mercantis) e assim o tem feito, com particular intensidade a partir da redefinição neoliberal do papel do Estado.

Apoiado em reflexão de Emir Sader, Sguissardi (2005) aponta ainda que a própria dicotomia discursivamente estabelecida entre o estatal e o privado tem o condão de invisibilizar a noção de público. Dessa forma, contrapondo-se uma gestão estatal apresentada como "corrupta" e "burocrática" (o que, frequentemente, pode ser tido como verdadeiro) e uma gestão privada dos negócios exibida como modelo de eficiência (sem que se apontem jamais seus vínculos com a corrupção e a burocracia), a razão neoliberal pode penetrar mais facilmente no senso comum – produzindo consenso. O público, ligado à generalização do acesso aos direitos (SGUISSARDI, 2005, p. 211) – no que se inclui a educação –, bem como à conformação de um ambiente democrático, resta sonegado, de tal forma que, também na universidade estatal, o vetor privado-mercantil adquire condições de prosperar.

> Tirando algumas conseqüências para a compreensão do dilema que hoje enfrenta a universidade estatal pública, o fato de ser estatal, do ponto de vista de seu regime jurídico e da sua manutenção exclusiva ou não por parte do tesouro do Estado, não é garantia de que ela possa ser definida como bem público, como universidade pública. Independentemente de seu estatuto jurídico-formal, pode estar sendo privatizada. E ao ser privatizada pelas diferentes formas de administração e financiamento, autonomia/heteronomia, avaliação/accountability, produção e transmissão do conhecimento, pode estar sendo conduzida a situar-se no espaço do privado/mercantil. A essência do público, diz Sader, é "a universalização dos direitos", ao passo que a do mercado é "a mercantilização do acesso ao que deveriam ser direitos: educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer, cultura". Que a educação e, em particular, a educação superior estão

> sendo, cada vez mais, tratadas como bens privados, commodities, não há necessidade de demonstração: as atividades de provedores privados/mercantis como o Consórcio Sylvan Learning Systems e o Grupo Apollo Internacional, Inc. seriam suficientes para ilustrá-lo, ou declarações como a atribuída a Klor de Alva, diretor desse segundo grupo, em recente conferência no Brasil: "A educação é um negócio e, como tal, deve ser gerenciada como um empreendimento do mundo corporativo, com base na busca de resultados" (SGUISSARDI, 2005, p. 210-211).

É oportuno recuperarmos aqui, como breve digressão, um comentário feito quando da apresentação do desenvolvimento histórico da educação superior no Brasil. Em algum momento da história de nosso país, defender que a educação deveria ser oferecida com maior liberdade para além dos limites do Estado representou uma demanda liberal e democratizante, diante de um Estado autoritário vinculado a instituições religiosas. Tratava-se de uma demanda democrática e publicizante, contra o Estado, sem uma delimitação marcadamente mercantil. Contudo, as demandas liberais contra o Estado, na medida em que se concentra o capital, convertem-se comumente, como é o caso da privatização da educação superior, num instrumento, ao contrário, de natureza antidemocrática e mercadológica. Isso não quer dizer, como vimos, que hoje a esfera estatal simplesmente resguarde interesses públicos, num confronto com a lógica mercantil. De forma alguma. Mas é no espaço estatal que, diante das formas através das quais se estrutura a universidade hoje, há um ambiente mais democrático para o confronto de interesses públicos e privados/mercantis.

O que se passa nas universidades brasileiras hoje é, de um lado, a *mercantilização direta*, ou seja, a privatização da educação superior no sentido da sua inteira conversão em mercadoria oferecida por organizações financeiro-empresariais; de outro, a *mercantilização indireta*, que se dá através daquilo (ou mediado por aquilo) que é estatal e se refere à crescente heteronomização das IES públicas em benefício do mercado. Afirmamos anteriormente que esses dois processos estruturam a própria forma como a disputa hegemônica ocorre nas instituições, pelo fato de que ambas criam condições muito específicas ao embate ético-po-

lítico. A mercantilização direta, como comentamos, impõe o controle empresarial sobre o processo educativo de maneira imediata, expressa e plenamente institucionalizada; já a mercantilização indireta tende a impor o mesmo modelo de gestão empresarial às IES públicas, de maneira frequentemente mais sutil, sob níveis parciais (embora crescentes) de formalização, mas de forma inegavelmente forte e sensível. Deslocando os referenciais de autonomia e democracia universitária, a heteronomização das IES públicas via mercantilização também faz com que a universidade introjete a lógica de uma empresa[21], na qual o debate democrático (que, na universidade, traria o pressuposto da autonomia, sem que isso excluísse participação dos diversos segmentos da sociedade civil) deve ser substituído por um "gerenciamento" que tem como fim a maximização da produtividade orientada por interlocutores privilegiados – os setores da economia aos quais é destinada sua atividade.

AS UNIVERSIDADES NO BRASIL, O NOVO MARCO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E A LÓGICA DE MERCADO

O Estado brasileiro tem, ao longo das últimas décadas, manobrado no sentido de se desresponsabilizar da educação superior, alinhando a universidade a projetos "modernizadores", a fim de disponibilizá-la para a pesquisa em inovação tecnológica nas entidades privadas, ora sob o argumento de que as IES precisam contribuir com o desenvolvimento econômico e social da nação, ora induzindo a uma crise institucional pela justificativa de crise financeira. Assim, nos últimos anos, uma crise fiscal tem sido alegada para justificar a desregulação de carreiras, a ampliação de funções terceirizadas, a diminuição de recursos de investimento, o subfinanciamento (LEHER, 2015a). E a tendência é que a crise se intensifique à medida que se cumpre o programa do governo Temer, "Uma ponte para o futuro"[22], que tem como um de seus pilares a desvinculação constitucional de gastos em educação e saúde[23].

---

21 Para alguns comentários sobre os riscos de se aproximar a produção universitária de uma produção fabril, ver Santos (2013).

22 Ver o site: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf

23 Vide PEC 55/2016, chamada PEC do teto dos gastos públicos, que gerou a EC 95/2016 – "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o

Nesses momentos, voltam à pauta a discussão acerca da extinção da gratuidade dos cursos nas IES públicas no país. Esse debate está latente desde a Reforma Universitária de 1968 (RU/68), tendo se fortalecido posteriormente no governo de FHC, entre 1995 e 2002 – quando a atual secretária executiva do MEC ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), durante toda a gestão, saído momentaneamente da agenda nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016 – embora recentemente tenha sido discutida uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC)[24] –, e, ao que tudo indica, será retomado fortemente no governo Temer.

É pertinente lembrar que a aproximação da universidade com os setores produtivos tem estado nas agendas dos governos desde a RU/68, nomeadamente com a criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ainda atuante, que objetiva integrar universidade e indústria, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[25], de 1996, a Lei de Inovação Tecnológica[26], de 2004, e o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação[27], de 2016.

Em agosto de 2011, no primeiro ano de governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), o Ministério da Ciência e Tecnologia

---

Novo Regime Fiscal, e dá outras providências". Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

24 PEC 395/2014 que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. A matéria aprovaria a cobrança por pós-graduação *lato sensu* nas IES públicas foi rejeitada pelo Plenário da Câmara durante a escrita deste trabalho e será arquivada. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611966>.

25 Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>.

26 Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10973-2-dezembro--2004-534975-normaatualizada-pl.pdf>.

27 Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 – Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973 etc. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>.

passou a se chamar Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como fruto de um ciclo de debates que se deu em Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, entre 2001 e 2010, ou seja, passando pelos governos FHC e Lula. A incorporação do termo "inovação" ao nome do ministério, bem como a promulgação do novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação são ações percebidas como o arremate de uma contrarreforma neoliberal, iniciada ainda no governo Collor (1990-1992), quando foram criados programas de Ciência e Tecnologia para fortalecer o parque industrial brasileiro (LEMOS; CÁRIO, 2013).

Há uma ênfase, cada vez mais forte, colocada sobre os princípios de produtividade, eficiência e eficácia, sendo esse processo compreendido como uma adequação da estrutura das universidades e dos institutos de pesquisa à premência de reprodução do capital (MENEGHEL, 2001).

O novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação apresenta importantes estímulos à aproximação, à cooperação e à interação entre os entes públicos – a universidade pública, entre eles – e as empresas privadas:

> i) a redução de impostos e a simplificação de regras, como a dispensa da obrigatoriedade de licitação para importação de material de pesquisa;
>
> ii) professores das universidades públicas, atualmente em regime de dedicação exclusiva, passam a poder exercer atividade remunerada de pesquisa também no setor privado, com o aumento de 120 horas para 416 horas anuais (8 horas/semana);
>
> iii) as universidades e institutos de pesquisa ficam permitidas a compartilhar o uso de estrutura física e humana com empresas, para fins de pesquisa;
>
> iv) a União federativa pode financiar, fazer encomendas diretas e até participar de forma minoritária do capital social de empresas com o objetivo de fomentar inovações e resolver demandas tecnológicas específicas do país, sendo que as empresas envolvidas nesses projetos podem manter a propriedade intelectual sobre os produtos das pesquisas (FONSECA, 2017, p. 117).

O novo Marco Legal, assim, consuma o processo de mercantilização, anteriormente apresentado, ao estimular que as ações de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico se deem junto aos setores produtivos.

De acordo com Amaral (2010), o que acontece é que à medida que o fundo público se revela insuficiente para atender às demandas das IES públicas, estas se veem obrigadas a se dirigir "às atividades de prestação de serviços, oferecendo cursos, assessorias, consultorias, além de demandarem editais que oferecem a possibilidade de financiar determinados projetos"[28], tornando-se, assim, suscetíveis ao que o meio externo – o mercado, aliás – considera relevante.

Mas seriam as universidades – e aqueles que as dirigem – apenas vítimas desse processo encabeçado pela associação Estado-mercado? Rigotto (2016) lembra que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), bem como o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Forprop) e outras entidades vinculadas às universidades públicas no Brasil constituíram uma *aliança em defesa do novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação*, assinando um manifesto[29] com frases do tipo: "é de conhecimento de todos que a Ciência, Tecnologia e Inovação são alicerces para o desenvolvimento econômico e social de um país", "há consenso, portanto, de que o Brasil precisa modernizar seu marco legal", ou ainda o tom lamentoso ao afirmar que "O Brasil está em 70ª posição no Índice Global de Inovação de 2015", o que – concordamos com a autora – não demanda nenhuma "análise de discurso aprofundada para identificar suas estratégias de generalização, universalização, unificação, reducionismo" (RIGOTTO, 2016, p. 42).

Para Fonseca (2017), o novo Marco Legal tem por base o imaginário ligado a países de capitalismo avançado que acreditam que o bem-estar social e o desenvolvimento econômico são balizados por um mercado cujas empresas inovam e são bem-sucedidas diante da concorrência e, nesse sentido, o benefício social da ciência e da tecnologia seria o de fortalecer – nomeadamente, por meio de transferência de conhe-

28 Publicação *on-line*, sem numeração de página. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes>.

29 ver o site: http://confies.org.br/institucional/entidades-cientificas-defendem-novo-marco-legal-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/

cimento – a competitividade das empresas privadas. Esse imaginário, de acordo com esse autor, em diálogo com Dagnino (2006), também respalda as concepções, os objetivos e os interesses do "alto clero das ciências duras" ou de "acadêmicos empreendedores", esses que impulsionam o discurso da relação universidade-empresa, dos parques e polos tecnológicos, da incubadora de empresas, do capital intelectual.

Se considerarmos que, no Brasil, a) vivemos um processo de reprimarização da economia, no qual se centram as forças na produção e exportação de *commodities* ao tempo que a industria é desmantelada; b) um percentual de 80% das empresas que são consideradas inovadoras apenas investe em aquisição de máquinas e equipamentos, não realizando atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D); c) as empresas inovadoras de alta tecnologia são, em geral, transnacionais e mantêm seus centros de P&D em suas matrizes, nos países de origem; d) é praticamente nula a absorção de pós-graduados pelas empresas privadas; podemos concluir que a "incorporação do discurso da inovação, da competitividade e do empreendedorismo pela própria comunidade científica, que vê neste uma oportunidade renovada para justificar a importância do lado ofertista do conhecimento" (FONSECA, 2017, p. 121), é o que tem orientado a elaboração de políticas públicas sobre Ciência e Tecnologia no país – o novo Marco Legal, entre elas –, tratando-se sempre de formas "adaptadas" de modelos de países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Reino Unido.

É importante enfatizar, no entanto, como aponta Leher (2015b), que o estudo das contrarreformas neoliberais para a educação superior no Brasil não pode ser feito partindo da análise de uma lei, seja o novo Marco Legal, seja a Lei de Inovação Tecnológica, seja a LDB. Desde a década de 1980, o meio de as classes dominantes, em conchavo com a classe política, encaminharem tais contrarreformas se baseia em uma "tática de guerrilha, ocupando aos poucos uma série de nichos por meio de Portarias, Decretos, Medidas Provisórias, Leis, configurando as medidas desejadas nos projetos mais abrangentes e temáticos apresentados na forma de leis gerais" (p. 27).

As consequências dessa miríade de ações são patentes. Sguissardi (2009) fala do rápido desaparecimento de uma universidade autônoma e o surgimento de uma universidade neoprofissional, heterônoma e com-

petitiva, associada ao mercado cambiante, dependente de critérios, valores e objetivos da produtividade e omissa nos interesses públicos.

Uma matéria do jornal *Folha de São Paulo*[30], em novembro de 2003, tratava de um projeto que havia sequenciado o DNA do eucalipto (*eucalyptus*). O projeto teve um investimento público, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), de US$ 530 mil, e um investimento privado, de um consórcio de quatro empresas – Votorantim, Ripasa, Suzano e Duratex – de cerca de US$ 100 mil. Argumentava o articulista que sendo a maior parte do projeto financiada por dinheiro público, os resultados da pesquisa deveriam ser disponibilizados à comunidade científica. No entanto, nem um único artigo havia sido publicado em periódicos especializados nos quase dois anos de conclusão do trabalho.

Porto-Gonçalves (2012, p. 112) aponta que

> Os congressos científicos já não são o lugar de trocas livres de conhecimento entre cientistas. O pesquisador já não faz parte de uma comunidade de conhecimento que tem no intercâmbio generalizado e livre de ideias uma condição para o desenvolvimento das suas investigações. Um outro pesquisador pode ser um concorrente potencial, quando a nova lógica de mercado passa a predominar no campo científico (a recente polêmica sobre quem isolou o vírus HIV mostrou-nos até onde pode ir a vaidade individual estimulada pela lógica empresarial, apesar das vítimas).

A lógica de aproximação com o mercado tem privatizado a universidade, mercantilizado a produção científica, criado diferenciações – em termos de condições de trabalho, incentivos financeiros, reconhecimento acadêmico – entre aqueles departamentos e cursos que são contratados e aqueles que não interessam às empresas, determinado o fim da isonomia da carreira do professor-pesquisador pelo processo de empresariamento desse profissional, enfim, criado uma situação que situa as universidades brasileiras num gradiente que vai de uma insti-

30 "Genomas públicos e privados", matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo*, no Caderno Ciência, em 2 de novembro de 2003, de autoria de Marcelo Leite. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0211200303.htm>.

tuição pública, gratuita e democrática a uma instituição privada, competitiva e mercadológica (RISTOFF, 2001, *apud* SGUISSARDI, 2009).

Ações de pesquisa e investigações em contexto de conflitos ambientais, como as realizadas por pesquisadores do Núcleo Tramas-UFC e diversos outros pesquisadores vinculados a grupos acadêmicos em universidades do país –, como a UFMG, UFMA, UFRJ e tantas outras –, envolvendo, de modo geral, empreendimentos de capital intensivo, com forte influência no/do sistema político, têm sido cerceadas em sua liberdade de pesquisar, atuar nas populações vulnerabilizadas e divulgar resultados das ações – por meio de processos judiciais por danos morais, notificação para a prestação de esclarecimentos, além de tentativas de desmoralização do pesquisador ante a opinião pública, perseguições, ameaças. Pinto (2014) elenca treze casos, ocorridos entre 2001 e 2012, de pesquisadores em universidades e centros de pesquisa no Brasil que sofreram constrangimentos à sua autonomia profissional por meio de assédios processuais ou coerções pessoais.

Para concluir este capítulo, pensamos que os sujeitos da universidade, num ato de contra-hegemonia, devem olhar de frente a sociedade, em seu conjunto – dado que a relação universidade-sociedade é muito mais ampla que a relação universidade-mercado –, retomar o conceito de inovação associado, simplesmente, à descoberta, à criação de novas ideias – e não em relação à apropriação de tecnologia pelas empresas privadas –, estar atentos aos movimentos sociais – inclusive aos movimentos sociais constituídos, plenos de reivindicações para uma melhor qualidade de vida das populações –, assumir a posição de quem luta contra as injustiças sociais e ambientais, de modo que essa mesma sociedade reconheça sua importância no sentido de construção de um projeto amplo, democrático e ético de país. Concebemos que essa lógica mercadológica pode ser desarticulada "na medida em que os atores sociais lhe fizerem frente, explorando as suas contradições, aumentando os custos políticos de sua aplicação" (SANTOS, 2013, p. 435), reavivando modelos de democracia direta, exigindo que muitas vozes, especialmente daquelas populações vulnerabilizadas por modelos econômicos excludentes, sejam consideradas em tomadas de decisões que dizem respeito à sua constituição como cidadão, como sujeito político de direitos, como ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, NC. Financiamento da Educação Superior. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.C.; VIEIRA, L.F. (Org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, v. CD-ROM, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci y el Estado**: hacia una teoria materialista de la filosofia. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.

COUTINHO, C.N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, L.A. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

_____. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora UNESP: 2007b.

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

DAGNINO, R. A comunidade de pesquisa e a política de ciência e tecnologia: olhando para os países avançados. **Revista CTS**, v. 3, n. 7, p. 43-58, 2006.

DRÈZE, J.; DEBELLE, J. **Concepções da universidade**. Fortaleza--Ce: Ed. UFC, 1983.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social**. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1983.

FÁVERO, M.L.A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba-PR, v. 28, p. 17-36, 2006.

FONSECA, P.F.C. Imaginários sociotécnicos e política de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: uma leitura crítica do novo Marco Legal. In: PEREIRA, R.; WINCKLER, S.; TEIXEIRA, M. M. **A governança dos riscos socioambientais da nanotecnologia e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil**. São Leopoldo-RS: Karywa, 2017. p. 112-128.

FREITAS NETO, J.A. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas-SP, p. 62-70, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno**. Madrid: Nueva Visión, 1980.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília. 2016.

LEHER, R. **Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade**. In: Reunião Nacional ANPEd. 37. Florianópolis: UFSC. 2015a.

_____. Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil. In: FERREIRA, A. V. *et al*. **Precarização do trabalho e saúde docente nas universidades públicas brasileiras**. Fortaleza: EdUECE, 2015b. p. 26-50.

LEMOS, D.C.; CÁRIO, S.A.F. A Evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação. **Conferência Internacional LALICS 2013** – 11 e 12 de novembro. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.

MARIÁTEGUI, J.C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEGHEL, S.M. **A crise da universidade moderna no Brasil**. Tese (Doutorado). Campinas-SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2001.

MINOGUE, K. **O conceito de universidade**. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOTT, M.L; DUARTE, I.G, GOMES, M.T. Montando um quebra-cabeça: a coleção "Universidade de São Paulo" do Arquivo Público do

Estado de São Paulo. **Caderno de História da Ciência**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 37-72, 2007.

PAULA, MFC. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 147-161, out., 2002.

PINHEIRO, C.H.L. **Percepções e trajetórias docentes**: mobilidade no contexto da interiorização do ensino superior público no estado do Ceará. Tese (Doutorado). Fortaleza-CE: Departamento de Ciências Sociais/UFC, 2013.

PINTO, R.G. A pesquisa sobre conflitos ambientais e o assédio processual a pesquisadores no Brasil. **Revista Antropolítica**, Niterói-RJ, n. 36, p. 49-82, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RIGOTTO, R.M. **Tramas 20 anos (memorial apresentado para progressão funcional a professora titular)**. Fortaleza-CE: Faculdade de Medicina/UFC, 2016.

RISTOFF, D. **A carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos**: apontamentos para o Projeto Educação, Ciência e Tecnologia para um Brasil Soberano. Florianópolis. 2001. [Instituto Cidadania].

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, Abril, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

STRECK, L. **Resumocracia, concursocracia e a "pedagogia da prosperidade"**. 11 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-maio-11/senso-incomum-resumocracia-concursocracia--pedagogia-prosperidade>. Acesso em: 16 jul. 2017.

TAVARES, M.G.M. **Extensão universitária**: novo paradigma da universidade? Maceió: EDUFAL, 1997.

TRÓPIA, P. O ensino superior em disputa: alianças de classe e apoio à política para o ensino superio no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 49/3, abr. 2009.

SUSTENTABILIDADE COMO PROCESSO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Julianna Malerba [1]

Maiana Maia Teixeira [2]

Ruben Siqueira [3]

INTRODUÇÃO

A partir de uma análise da trajetória da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) buscaremos demonstrar que algumas experiências de resistência têm obtido êxito em denunciar o caráter discriminatório do modelo de desenvolvimento brasileiro. Sustentamos que o processo de apropriação da noção de justiça ambiental tem resultado aqui na ampliação de agendas e alianças ao articular a dimensão da distribuição e da justiça à temática ambiental. Ao mesmo tempo, tem contribuído para sustentar as lutas no plano teórico e argumentativo ao evidenciar o modo pelo qual o capitalismo se reproduz expropriando os mais destituídos do acesso aos recursos e das suas condições de trabalho e existência.

O SENTIDO CONTRACULTURAL DA NOÇÃO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Ao discutir o processo de significação da questão ambiental, que emerge como questão social a partir da década de 1970, Acselrad

---

1 Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assessora da Fase. Entre 2002 e 2010, foi secretária executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

2 Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) em 2016. Assessora da Fase. Integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

3 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2002). Assessor da Regional Bahia e membro da Coordenação Nacional Executiva da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Membro do Colegiado Político da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

(2010) aponta dois sentidos – "ora contracultural, ora utilitário" – que, desde o princípio, teriam marcado as disputas em torno deste debate.

O primeiro, movido por uma razão cultural, estaria relacionado ao questionamento do estilo de vida que define e justifica o padrão dominante de apropriação do mundo material. O segundo, provido de uma razão e sentido utilitários, constituiria o cerne do pensamento hegemônico, que se preocupa em assegurar a continuidade da acumulação capitalista propondo adequações aos processos produtivos e de apropriação da natureza que economizem recursos escassos.

Para a razão utilitarista, o meio ambiente é compreendido como algo uno, desprovido de conteúdos socioculturais específicos e diferenciados, expresso apenas em quantidade e considerado como objeto instrumental da produção e acumulação de riqueza. Em sentido inverso, a discussão movida pela razão cultural compreende o meio ambiente como dotado de sentidos e lógicas múltiplas e como passível de apropriação por sujeitos igualmente diversos.

Se, sob a lógica que move a razão utilitária, não cabe questionamentos sobre os fins, apenas sobre os meios, sobre as formas como a sociedade se apropria dos recursos (mais ou menos degradantes, eficientes, racionais etc.), uma discussão sobre a questão ambiental movida pela razão cultural compreende um debate sobre as finalidades e razões que justificam essa apropriação. Sob essa perspectiva é possível evidenciar as desigualdades que perpassam também as disputas pela apropriação do meio ambiente e a desigual proteção aos riscos ambientais, reconhecendo, portanto, a natureza eminentemente política da questão ambiental, possibilitando articular a dimensão ambiental das práticas e dos conflitos sociais às questões relacionadas à construção da cultura dos direitos (ACSELRAD, 2010).

A experiência de constituição da RBJA se inscreve em uma perspectiva questionadora da racionalidade hegemônica utilitária. Sua inspiração nasce da experiência do movimento negro estadunidense, que, nos anos 1980, entrou para o campo do debate ambiental denunciando que os depósitos de lixo tóxico ou de indústrias poluentes concentravam-se nas áreas habitadas pela população negra. Ao denunciar a lógica desigual de distribuição dos riscos e impactos ambientais – que era claramente orientada pelo que eles definiram como um *racismo ambiental*

–, o movimento dava visibilidade à articulação existente entre degradação ambiental e injustiça social e ao fato de que não é possível separar os problemas ambientais da forma como se distribui o poder sobre os bens naturais.

Os movimentos por justiça ambiental sustentam que, ao contrário de certo "senso comum" ambiental que difunde a ideia de que todos estamos sujeitos aos impactos negativos da degradação ambiental, existe uma *lógica política* que distribui esses impactos sobre os grupos que têm menos poder. Ao cruzarem o perfil socioeconômico das populações que viviam próximas aos aterros sanitários e às indústrias mais poluentes nos Estados Unidos, eles evidenciavam uma dimensão da questão ambiental que permanecera até então submersa: o fato de que a poluição não é democrática, não atinge a todos da mesma maneira e não submete todos os grupos sociais aos mesmos riscos e incertezas.

A partir, então, do estabelecimento de uma agenda que passa a reivindicar políticas de proteção equânime diante dos riscos e danos ambientais e a reversão da lógica de distribuição desigual dos impactos ambientais, esse movimento elabora a noção de *justiça ambiental.* Tal noção reivindica que as decisões sobre os usos dados aos recursos ambientais devem ser orientadas pelo tratamento justo e pelo envolvimento pleno de todos os grupos sociais independentemente de sua renda, origem ou cor, de modo a impedir a concentração dos benefícios do desenvolvimento nos grupos mais privilegiados e concentração dos danos ambientais sobre os mais destituídos.

Ela contesta a representação dominante da questão ambiental ao questionar a distribuição de poder sobre os bens naturais, possibilitar a emergência de novos sujeitos e estimular debates sobre os fins que justificam os usos predominantemente dados aos bens naturais pela sociedade. Sob esse ponto de vista, a discussão sobre sustentabilidade não se subordina ao paradigma da eficiência e da modernização ecológica, está antes relacionada às escolhas políticas, à sustentabilidade das distintas práticas sociais que são confrontadas em meio às enormes desigualdades de poder sobre as quais se organiza a sociedade.

A EXPERIÊNCIA DE REAPROPRIAÇÃO DA NOÇÃO DE JUSTIÇA AMBIENTAL PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

No processo de suas lutas por justiça ambiental, os movimentos estadunidenses haviam construído uma leitura completamente contra-hegemônica no campo ambiental que compreendia que o modelo de desenvolvimento – a despeito da insustentabilidade ambiental de sua expansão – se mantém e se reproduz porque destina os danos da degradação ambiental a populações historicamente vulnerabilizadas. E, portanto, a proteção do meio ambiente só poderia ser alcançada na medida em que seus impactos negativos não pudessem mais ser transferidos para os grupos destituídos de recursos financeiros, políticos e informacionais, como de praxe ocorre com populações negras, pobres e grupos étnicos discriminados. No centro de sua argumentação estava a premissa de que, se todos fossem, de fato, igualmente protegidos dos custos do desenvolvimento, a pressão sobre o ambiente cessaria, pois aumentaria a propensão de todos os atores sociais, entre estes os que até então têm sido relativamente poupados dos custos da degradação, a identificar e superar ou minimizar práticas e fontes de dano ambiental (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009). Evitar a exportação das injustiças ambientais para locais onde as populações estão politicamente mais vulneráveis tornou-se uma estratégia central para os movimentos por justiça ambiental.

Em junho de 1998, pesquisadores e representantes de redes de movimentos por justiça ambiental dos Estados Unidos (*Southeast Regional Economic Justice Network, Southern Organizing Committee*, *Southwest Public Workers Union* e *Environmental and Economic Justice Project*) e das Filipinas (*Cordillera People's Alliance*) participaram de uma atividade no Brasil, organizada durante uma mobilização dos professores e funcionários na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que buscavam justamente construir relações com as organizações locais dispostas a articular alianças contra a "exportação das injustiças ambientais". De fato, desde o princípio, o processo de apropriação da noção de justiça ambiental no Brasil aproximou movimentos sociais, organizações não governamentais e núcleos de pesquisa de distintas universidades no país.

A constituição da Rede Brasileira de Justiça Ambiental ocorreria três anos depois, durante o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), em setembro de 2001, que contou com o apoio de redes semelhantes dos Estados Unidos, Chile e Uruguai e com a presença de sindicatos e outros movimentos sociais, além de organizações da sociedade civil e pesquisadores brasileiros.

A noção de injustiça ambiental no Brasil abrangeu desde o nascimento da RBJA um conjunto amplo de situações que caracterizam o modelo de desenvolvimento brasileiro marcadas por formas de expropriação permanente impostas a sujeitos historicamente vulnerabilizados. Processo que se relaciona à integração periférica do país ao circuito do capital mundializado e à repartição desigual de seus custos e benefícios, como enunciado na sua própria Declaração de Lançamento:

> Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d´água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva à periferização de grande massa de trabalhadores e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos. As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos

> rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e das condições de uso de unidades de conservação[4].

Ao longo de sua trajetória, a RBJA liderou campanhas e ações de solidariedade, organizou seminários e oficinas temáticas que resultaram na construção de algumas articulações mais permanentes com objetivos comuns (a exemplos da formação dos grupos de trabalhos temáticos[5]), organizou experiências de intercâmbios entre movimentos, organizações e grupos que vivenciam situações de injustiça ambiental com vistas a fomentar processos de resistência articulados, realizou mapeamentos de conflitos e injustiças ambientais e elaborou contrapareceres técnicos que objetivavam evidenciar a lógica sociopolítica da desigualdade ambiental.

A definição do foco de cada uma dessas ações esteve orientada pelo diálogo estabelecido entre seus membros em seus encontros nacionais[6], na lista virtual e durante as próprias atividades organizadas pela RBJA e seus membros, onde a circulação de informações e a formulação de análises permitiram a construção de compreensões comuns sobre as particularidades que a dinâmica expropriatória capitalista assume em um país periférico – particularidades que se relacionam às formas como são produzidas as injustiças ambientais e que têm a ver com o papel (presente ou ausente) do Estado e com as estratégias do capital para manter sua rentabilidade e auferir lucros concentrando os custos da degradação sobre os mais despossuídos. A identificação dessas estratégias – que lança luz sobre a agenda de incidência da RBJA – é um processo

4 Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Vide texto completo em anexo.

5 Até o momento a RBJA constituiu três grupos de trabalho articulando membros em torno de uma agenda comum de estratégias de incidência: Grupo de Trabalho sobre Químicos, Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental e Articulação Mineração e Siderurgia.

6 Desde sua fundação em 2002, a RBJA organizou seis encontros nacionais: em 2004 e 2007, no Rio de Janeiro; em 2009, em Fortaleza, no Ceará; em 2010, novamente no Rio de Janeiro; em 2013, em Vitória, no Espírito Santo, e, em 2014, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

que só é tornado possível pela articulação *em rede*, quando o diálogo e a construção de análises coletivas permitem que se reflita sobre as ligações entre processos que estão articulados, ainda que não sejam evidenciados pelo discurso político hegemônico.

Ao analisá-las, é possível perceber que tais estratégias estiveram orientadas à *elaboração teórica e argumentativa* e à produção de *evidências empíricas* da desigualdade ambiental, com o objetivo de reforçar a legitimidade das demandas em face de um discurso ambiental despolitizador, que ignora o nexo entre as questões sociais e ambientais.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS ARTICULADAS CONTRA A TRANSFERÊNCIA DE RISCOS EM RESPOSTA À PROTEÇÃO DESIGUAL AOS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

Em 2003, a RBJA se mobilizou contra a transferência de 3.800 toneladas de resíduos tóxicos, que a Rhodia mantinha em São Vicente, próxima a uma de suas unidades produtivas, para Camaçari, na Bahia, onde seriam incinerados. Convencidos de que a razão que motivara a transferência de organoclorados estava no fato de que a legislação paulista possuía exigências mais altas que a baiana quanto à emissão de dioxinas (um dos componentes liberados pela incineração dessa substância), a RBJA lançou uma campanha nacional com o objetivo de impedir que a transferência fosse feita sem que houvesse ampla discussão pública sobre os riscos da transferência e do método utilizado para o tratamento dos resíduos. Contrariando a lógica do Nimby (*Not in my back yard*)[7], a campanha contra a transferência significava para a RBJA um contraponto estratégico à tática do grande capital de desmobilizar movimentos e grupos em luta por direitos fazendo uso da facilidade de deslocamento locacional e da chantagem do desemprego.

Em setembro de 2004, a RBJA, em articulação com movimentos e organizações internacionais, deu início a uma campanha na sociedade

7 "Not in my back yard" (Não no meu quintal) é uma das respostas que comunidades e grupos sociais dão à instalação de empreendimentos poluentes em suas áreas de moradia. A perspectiva subjacente às ações norteadas por esse princípio, em uma sociedade com desigualdade de condições e acessos, tem como consequência perversa a destinação dessas plantas e atividades poluentes para áreas de populações pobres e grupos vulneráveis, graças à baixa capacidade de esses grupos pressionarem o Estado e a sociedade.

e no governo brasileiro que questionava a iniciativa da Petrobras de prospectar e explorar petróleo no Parque Nacional Yasuni, no Equador.

A motivação de seus membros estava na crítica ao comportamento extraterritorial de uma empresa brasileira que, a exemplo da prática de outras empresas transnacionais, aproveitava-se de uma legislação mais permissiva no Equador (onde, diferente do Brasil, era permitida a prospecção de petróleo em terras indígenas e Parques Nacionais) para iniciar uma atividade de reconhecido impacto socioambiental em territórios que no Brasil se vê impedida de operar.

A campanha reivindicava um compromisso público por parte da Petrobras de não desenvolver atividades em territórios indígenas e em áreas de reconhecida fragilidade socioambiental como parques nacionais. Nos países que possuem uma legislação com uma proteção ao meio ambiente e às populações menos rígida do que no Brasil, propôs-se que a Petrobras adotasse os parâmetros da legislação brasileira, no que se refere à garantia dos direitos sociais, culturais e ambientais dos grupos diretamente impactados pelas atividades petrolíferas. A campanha durou 4 anos e, embora a Petrobras não tenha aceitado assumir o compromisso público em não adotar um duplo padrão em suas atividades extraterritoriais, a empresa se retirou em 2008 de Yasuni, desistindo de iniciar suas operações no parque.

A perspectiva que embasa essas ações de resistência baseia-se no pressuposto de que há uma relação inversamente proporcional entre distribuição de poder e distribuição de riscos ambientais. Ao denunciar que lixões químicos concentram-se em áreas de populações pobres e que a naturalização dos riscos é imposta à população em geral, e aos operários de forma particular e mais violenta, os membros da RBJA discutem a desigualdade de classe existente na distribuição dos riscos como uma consequência da lógica econômica capitalista, que tanto distribui mercadorias e serviços com base na riqueza, quanto igualmente o faz com relação aos impactos ambientais da produção. Dessa maneira, eles se inscrevem em um ativismo que politiza a questão ambiental, uma vez que a debate de forma integrada às questões sociais. A preocupação com a saúde, com o emprego de trabalhadores e mesmo com a preservação ambiental e qualidade de vida das comunidades que vivem nas áreas de entorno das fábricas – que aparecem nas denúncias que formula contra a alocação de lixões

em áreas pobres ou nas campanhas pela reparação de direitos violados – a inscreve em um embate contra o capital com especificidades muito particulares em relação ao histórico movimento trabalhista, na mesma medida em que difere dos movimentos ambientalistas-conservacionistas.

A campanha contra a transferência de passivos ilustra o que foi dito. Ao protagonizarem uma ação para impedir que o lixo da Rhodia fosse queimado na Bahia, estavam seguros de que isso representava uma tentativa de a empresa solucionar o problema que gerou às custas de uma legislação mais permissiva existente na Bahia. De fato, a legislação baiana quanto à emissão de dioxinas (substância altamente tóxica liberada pela queima de resíduos organoclorados) em processos de incineração industrial segue uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que libera a emissão de dioxinas e furanos a taxas de 0,50 ng/Nm^3, enquanto no estado de São Paulo, graças ao histórico de contaminação e mobilização dos trabalhadores, tal emissão somente é permitida no limite de 0,14 ng/Nm^3. Dessa maneira, para a entidade, tal transferência representava uma estratégia do capital de transferir para locais onde a população se encontra menos organizada e menos amparada por legislações ambientais seus passivos e riscos.

Estratégia que, inclusive, vem há tempos impedindo uma aliança mais estável entre movimentos ambientalistas e sindicalistas, ao colocar os últimos sob a ameaça de perda de seus empregos, seja pela adoção de tecnologia limpa com custos altos e diminuição de mãos de obra, seja pela possibilidade de deslocamento do capital para regiões onde os trabalhadores ainda não estão mobilizados por questões socioambientais[8]. É certo que batalhas por saúde e segurança no local de trabalho uniram, por vezes, os movimentos operários e ambientalistas e, na maioria das vezes, fortaleceram as relações entre trabalhadores e as comunidades próximas às unidades produtivas. Porém, a disputa entre emprego e ambiente permaneceu sabotando as possibilidades de alianças mais permanentes e, principalmente, de base ampla entre os dois movimentos[9].

---

8 ACSELRAD, Henri. *Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente. O debate internacional,* 2000.

9 Para uma discussão sobre os obstáculos para a construção de alianças entre movimentos ambientais e trabalhistas, ver Timmons Roberts, Kenneth Gould e Tammy Lewis. *Blue green coalitions:* constraints and possibilities in the post 9-11 political envi-

As crises econômicas aliadas às ideologias de liberalização da economia e desregulação fizeram emergir com força um discurso de aceitação dos custos ambientais como alternativa à manutenção de postos de trabalho e geração de divisas. Mais que nunca o discurso ambientalista foi acusado de impedir o desenvolvimento e os trabalhadores se viram presos a uma agenda pela manutenção e geração de emprego, de forma a tornar a crise econômica uma vitória para o próprio capital, que pôde continuar poluindo e mantendo sua lucratividade.

A partir dos anos 1990, à chantagem do desemprego somou-se uma nova estratégia desmobilizadora das lutas entre capital e trabalho: a chantagem da localização.

Desindustrialização, desemprego estrutural, austeridade fiscal, combinados com um apelo à racionalidade do mercado e da privatização não apenas liberaram as empresas transnacionais de uma série de constrangimentos como redefiniram as condições da relação entre capital e sociedade. O declínio dos poderes do Estado no controle do fluxo monetário internacional fez com que os investimentos tomassem, cada vez mais, a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais passam a fazer o máximo para adequar suas atividades aos interesses do desenvolvimento capitalista na busca por geração de divisas e empregos[10]. Ao mesmo tempo, a revolução tecnológica colabora para que os capitais adquiram uma enorme fluidez e rapidez para se deslocarem no espaço produtivo. Esses fatores geram um movimento onde se potencializa a força política dos capitais de interferirem nas regulações ambientais e trabalhistas por meio da eminente ameaça de deslocamento para regiões que lhes ofereça melhores vantagens. Assim, a correlação de forças entre o capital e os atores sociais passa a ser pautada pelo "diferencial da mobilidade"[11] com uma clara desvantagem para os governos locais e movimentos sociais que,

---

ronment, 2004, e Daniel Faber e James O´Connor. *Struggle for nature:* environmental crisis and environmentalism in the United States, 1989.

10 Para uma análise das transformações na administração urbana em direção a uma dependência dos poderes locais em relação ao capital financeiro internacional, ver David Harvey. *Do gerenciamento ao empresariamento*: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio, 1996.

11 ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: há algo de novo que justifique a Rede? *Eco 21*, ed. 73, 2002. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=420>. Acessado em: 26 fev. 2018.

menos móveis, passam a ter menor poder de barganha sobre as grandes empresas. E acabam por ser responsabilizados pela perda dos postos de trabalho quando da saída de investimentos de seus territórios em função do estabelecimento de exigências trabalhistas e/ou ambientais. O que significa que, além da flexibilização nas normas sociais e ambientais, essa assimetria de poder entre o capital e a sociedade ainda gera uma enorme perda da base de apoio por parte dos governos e movimentos sociais locais. Se a chantagem do desemprego teve êxito em dividir ambientalistas e sindicalistas, a chantagem da localização consegue, a um só tempo, dividir a sociedade local e enfraquecer os atores comprometidos com a manutenção de direitos sociais e de um ambiente saudável.

Parece claro que a opção da Rhodia em transferir os resíduos tóxicos de sua unidade produtiva em São Paulo para a Bahia se inscrevia em uma lógica muito próxima da descrita acima. Ao buscarem uma legislação mais permissiva em um local onde não havia um nível de resistência como aquele construído pela ACPO em São Paulo, a empresa esperava evitar ceder às reivindicações da associação de discutir a opção de tratamento dos resíduos gerados. Com a vitória da campanha contra a transferência, a Rhodia se viu forçada a manter os resíduos em São Paulo e ter de dar a eles um tratamento que corresponda à legislação estadual que, pelo seu grau de toxidade presente nesses resíduos, não permite sua incineração.

Assim, os trabalhadores mobilizados na ACPO e em rede conseguiram criar uma estratégia de contraposição a uma das recentes estratégias do capital de obtenção de lucros às custas de direitos conquistados (sejam eles trabalhistas, sociais e/ou a um ambiente saudável) graças à construção de alianças e conexões espaciais. Se o capital tem conseguido obter vantagens pela facilidade em deslocar-se no território, os movimentos têm de ser capazes de integrar territorialmente suas resistências. Se a resposta à tentativa de exportação dos passivos e riscos das atividades industriais for a resistência conjunta de todos os grupos locais, será possível neutralizar a estratégia desmobilizadora adotada pelo capital através do que chamamos de chantagem da localização.

Assim como o diferencial da mobilidade tem levado à desregulamentação e à flexibilização, fragilizando as conquistas trabalhistas, esse mesmo processo tem sido capaz de aumentar a desigualdade de acesso

aos recursos ambientais, sobretudo pela facilidade de transferir riscos para locais onde os grupos sociais encontram-se menos mobilizados. Ao ser incorporada à agenda de embate contra o capital, a crítica às formas de apropriação dos recursos ambientais pelo processo produtivo adquire um enorme potencial para ser incorporada à agenda dos trabalhadores e revelar a falsa necessidade de escolha entre emprego e meio ambiente. Percebidos como resultantes de um mesmo processo, desigualdades ambientais e desemprego tornam-se pontos de uma agenda comum, capaz inclusive de unir lutas de movimentos distintos, representando um enorme avanço nas estratégias de embate entre capital e trabalho.

DESNATURALIZAR A INVISIBILIDADE E O ESVAZIAMENTO DA DIVERSIDADE DE FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS

A partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda durante o governo Lula, tem início uma ofensiva de setores do Governo Federal e de um fortíssimo *lobby* de empreiteiras e demais grupos interessados em favor da flexibilização das normas de licenciamento ambiental. Além de criar condições financeiras para a expansão das atividades agroindustriais, minerais e de infraestrutura via financiamento público, havia uma clara intenção em criar condições normativas para garantir essa expansão. Já nesse primeiro momento, as legislações ambientais que estabelecem reconhecimento e proteção da posse da terra em favor de indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais começaram a ser atacadas por uma articulação de forças situadas dentro e fora dos poderes Legislativo e Executivo. Nesse período, é proposta pelo PFL (atual DEM) a Ação de Inconstitucionalidade (ADI) 3.239/2004 que contesta o critério de autoatribuição fixado no Decreto nº 4.887/03, que regulamenta o procedimento de titulação das terras ocupadas por populações quilombolas. São lançadas as primeiras portarias do Ministério do Meio Ambiente que buscavam acelerar o licenciamento ambiental, reduzindo pela metade os prazos para a concessão das licenças, e o Código Florestal é modificado em favor dos interesses do agronegócio. A partir de então esse processo se acelera. A PEC 215, que pretende transferir para o Congresso Nacional a competência de demar-

car e homologar terras indígenas (TI), criar unidades de conservação e titular terras quilombolas, embora tenha sido elaborada no congresso no início dos anos 2000, torna-se prioridade da bancada ruralista. A Advocacia Geral da União (AGU) publica a Portaria 303 que coloca em vigor as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante julgamento que homologou a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e confirma para todas as demais terras indígenas o entendimento do STF de que os direitos dos índios sobre as terras não se sobrepõem ao interesse público da União, de forma que seu usufruto fica condicionado à política de defesa nacional, à expansão da malha viária, à exploração de alternativas energéticas e de riquezas de cunho estratégico para o país, como a mineração. Embora essa portaria tenha sido suspensa por pressão dos movimentos sociais, no governo Temer ela é republicada pela AGU na forma de parecer que, graças à Lei Complementar nº 73/1993, passa a ter força normativa, alcançando toda a administração federal. Atualmente, segundo levantamento do Cimi, há 33 propostas que buscam alterar os processos de demarcação de terras indígenas, sustar portarias demarcatórias, impedir a desapropriação de terras para demarcação de TI, autorizar seu arrendamento e estabelecer indenização para os invasores que ocuparem as terras depois de 2013.

Os membros da RBJA desde 2009 começam a se posicionar criticamente a esse processo, denunciando que a estratégia para garantir esse avanço se apoia na flexibilização da legislação de proteção ambiental e de garantia de direitos e na alteração de marcos regulatórios, a exemplo do Código Mineral, embora antes dele o Código Florestal também tenha sido modificado em favor dos interesses do agronegócio[12].

Por meio da elaboração de estudos de caso sobre processos de licenciamento ambiental de grandes projetos e da elaboração de contrapareceres técnicos aos Estudos de Impacto Ambiental, a RBJA acumu-

12 Entre os pontos mais polêmicos do texto aprovado na câmara do novo Código Florestal (PL 1.876/99), destacam-se a anistia dada aos proprietários rurais aos atos ilegais de desmatamento praticados sem que tenha de corrigi-los (beneficiando, portanto, quem desmatou em detrimento de quem cumpriu a lei) e a proposta de diminuição da dimensão das áreas que devem ser mantidas com vegetação nativa. Para mais detalhes sobre o conteúdo do PL 1.876/99, ver João Paulo Capobianco. O código do atraso. *Le Monde Diplomatique.* Edição 46, maio 2011. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=926>. Acesso em: 26 fev. 2018.

lou análises sobre o aspecto autoritário dessas medidas: muitas das ações de flexibilização e normatização, a exemplo das portarias do Ministério do Meio Ambiente que preveem a conclusão rápida dos Estudos Ambientais[13], tinham como objetivo central acelerar a implementação das ações que viabilizam a estratégia de desenvolvimento e crescimento econômico em detrimento da realização de um debate público e democrático sobre os fins que orientam essa estratégia e os seus custos sociais e ambientais, via de regra, desiguais[14].

Sob essa dinâmica naturaliza-se a perda sistemática de um conjunto de práticas espaciais, muitas delas fundamentais para a manutenção da biodiversidade, dos equilíbrios ecológicos que há dezenas de anos têm sido garantidos pelas práticas tradicionais de sobrevivência e reprodução de um conjunto de populações rurais e da diversidade e riqueza cultural do país.

Em seu posicionamento crítico diante do processo de flexibilização, a RBJA desconstrói o discurso modernizador do Estado e dos empreendedores, que localiza os problemas relacionados à liberação das licenças a limites de natureza gerencial que podem ser resolvidos com a "melhoria do marco regulatório"[15], demonstrando que ele tende a es-

13 Cf. MMA (Ministério do Meio Ambiente). Portarias MMA nº 204, 205 e 206, de 17 de julho de 2008.

14 Cf. Ivan Dutra Faria. *Ambiente e energia:* crença e ciência no licenciamento ambiental. Parte III: sobre alguns problemas que dificultam o licenciamento ambiental no Brasil. Junho 2011. Cf. no *website* da Confederação Nacional das Indústrias: Mais agilidade e eficácia para o licenciamento. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081272B58C0012730BE4EC87D7A.htm>. Acesso em: 26 fev. 2018.

15 Embora tenha afirmado que o aumento na liberação das licenças não represente maior permissividade nos processos de avaliação do impacto dos empreendimentos, algumas das respostas encontradas pelo Ibama para conseguir aprovar as licenças têm sido a criação de conceitos inexistentes na lei, como condicionantes "em cumprimento" ou "parcialmente atendidas" adotadas durante o processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. É o que também acontece com a alteração dos instrumentos de proteção que garantem o cumprimento de sua missão, como é o caso da proposta em discussão no órgão que reduz sete unidades de conservação no vale dos rios Tapajós e Jamanxim, no Pará, uma das áreas mais preservadas e mais biodiversas da Floresta Amazônica, para permitir a construção de outras seis hidrelétricas. Cf. Claudio Angelo. Por usinas, governo vai reduzir áreas de proteção na Amazônia. *Folha de SP*, 07/06/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/926381-por-usinas-governo-vai-reduzir-areas-de-protecao-na-amazonia.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2018.

vaziar o debate político no âmbito da sociedade. Isso porque tira o foco dos conflitos ambientais que emergem a partir da decisão de implementação de um determinado empreendimento e que revelariam os múltiplos sentidos – muitos deles contra-hegemônicos – que os recursos têm para os grupos sociais (RBJA, 2009).

Para a RBJA, os diferentes significados e as lógicas de uso dados ao meio ambiente, tantas vezes invisibilizados no processo de licenciamento ambiental, se considerados seriamente ofereceriam insumos para que a sociedade pudesse, permanentemente, discutir as razões pelas quais se apropria dos recursos naturais e em que medida esses processos de apropriação garantem a continuidade das relações sociais que fundam os distintos usos dados a tais recursos.

Nesse sentido, a proposta dos estudos esteve também orientada para oferecer insumos que contribuíssem para a incidência da RBJA no Estado no que se refere à elaboração e execução de políticas que promovam justiça ambiental. Tendo por base o diagnóstico formulado a partir dos estudos, seus autores estabeleceram um conjunto de recomendações e propostas para elaboração de um *instrumento alternativo* e *complementar* aos usuais Estudos de Impacto Ambiental denominado Avaliação de Equidade Ambiental (AEA), onde os critérios e as perspectivas dos grupos sociais impactados fossem considerados, privilegiando aspectos e dimensões sociais, culturais e econômicas que, em geral, são negligenciadas.

Outro campo de análise importante para a RBJA se deu no estabelecimento de conexões entre narrativas discursivas que buscam legitimar as estratégias do modelo extrativo brasileiro e os processos políticos e jurídicos que reforçam tais narrativas à custa da perda de direitos. É o exemplo dos discursos que, em nome de um suposto "interesse nacional" (recorrente no caso da mineração, por exemplo), legitimam uma determinada forma de apropriação e uso dos recursos em detrimento de outros modos de produção social dos territórios.

Combater e desnaturalizar a invisibilidade imposta aos grupos sociais e o esvaziamento simbólico dos espaços por eles ocupados tornou-se, por isso, uma das estratégias da RBJA, que no seu último encontro, em 2014, afirmou em sua carta política que:

> As riquezas naturais não são recursos para a exploração, mas bens comuns para a vida das comunidades. Nelas, nós atingidos nos consideramos sujeitos políticos com faces e corpos, ameaçados por atores sem rosto, que nos vêem como "entraves ao crescimento". Frente à aliança entre o Estado e o grande capital, a nossa luta não é somente resistência, mas *afirmação de uma outra existência possível*, profundamente enraizada na terra em que vivemos.
> Nós, os grupos sobre os quais são impostos os custos desse modelo, somos os sujeitos políticos das lutas por Justiça Ambiental, pautados pela valorização de pensamentos e práticas sociais coletivas e solidárias, de formas econômicas não predatórias, de experiências alternativas (novas e tradicionais) de produção, que aproveitam os bens naturais, considerando a capacidade de suporte e resiliência do ambiente, prezando pela promoção do bem estar da coletividade, do bem viver, pela defesa dos bens comuns e do livre exercício da diversidade étnica, racial e sexual[16].

Quando o Estado decidiu rever o seu Código Mineral, em 2013, alguns membros da RBJA que haviam participado do processo de construção do Movimento de Atingidos pela Vale[17] produziram uma análise, do ponto de vista da justiça ambiental, sobre a proposta que o governo estava formulando[18]. E se somaram a uma articulação de organizações

16 Cf. *Carta Política do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental* (grifos nossos). Disponível em: <http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/carta_politica_rbja.pdf>.

17 Os membros da RBJA que, em 2008, fundaram o GT Articulação mineração e siderurgia participaram ativamente do processo de construção de um movimento internacional de atingidos pela empresa de mineração Vale. O plano de trabalho que definiram em 2008 – baseado no fortalecimento da articulação política a partir da organização de caravanas e na produção de informações para elaboração de um dossiê sistematizando denúncias e violação de direitos e injustiças ambientais produzidas pela empresa nos países em que atua – ofereceu subsídios para o processo de articulação a nível nacional e internacional que, em 2010, deu origem ao movimento. Cf. o *site* da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale: https://atingidospelavale.wordpress.com/.

18 MALERBA, Juliana; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. *Novo marco legal da mineração no Brasil*: para que? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

da sociedade civil para incidir na discussão sobre o novo marco regulatório da mineração[19].

A percepção dos atores mobilizados em torno dessa articulação de que a possibilidade de revisão do código mineral "coincidia" com a paralisação dos processos de reconhecimento de direitos territoriais[20] aponta para a leitura, cara ao movimento por justiça ambiental, de que a lógica política que preside a distribuição desigual dos custos ambientais está em vigor no processo de expansão das atividades extrativas no país.

O comitê consensuou algumas reivindicações a partir das quais busca incidir na proposta do novo código mineral (ainda em debate no Congresso Nacional no momento de elaboração deste artigo) e os membros da RBJA contribuíram especialmente na elaboração de duas delas: a inclusão no texto da lei da definição de *comunidade afetada* e o estabelecimento de *áreas livres de mineração*. Em ambas, a motivação é construir ferramentas que possibilitem pôr em debate os critérios que legitimam a priorização da atividade mineral sobre outros usos dos territórios, desnaturalizando e ressignificando as prioridades que orientam a ação do Estado.

A experiência em curso de expansão das atividades minerais em toda a América do Sul e no Brasil, em particular, demonstra que a prioridade em nome de um suposto interesse público que é dada pelos governos a essas atividades em relação a outros usos econômicos e culturais dos territórios não tem sido construída através de processos democráticos (ACOSTA, 2009; FAPP, 2013). Em sentido inverso, elas

19 Essa articulação foi nomeada Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração e dela participam organizações de trabalhadores das minerações, quilombolas, assentados e agricultores familiares, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, cidadãos e comunidades atingidas e ameaçadas pela cadeia da mineração, organizações não governamentais, movimentos sociais, populares e ambientalistas.

20 Referimo-nos especialmente aos direitos a terra e território que povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e diversos grupos camponeses que mantêm práticas coletivas de uso da terra e de seus recursos) conquistaram ante o processo de desterritorialização e invisibilidade a que foram historicamente submetidos. Para assegurar tais direitos foram criados instrumentos de regularização fundiária e de conservação ambiental que garantem a posse coletiva das terras, protegendo-as da alienação e, em alguns casos, de atividades intensivas no uso da água e do solo (a exemplo da mineração em larga escala), como no caso de algumas unidades de conservação de uso sustentável.

tendem a provocar a perda das bases de reprodução socioeconômica dos grupos locais, dado o caráter de controle e reorganização autoritária do espaço que a dinâmica mínero-extrativa impõe aos territórios.

Não por acaso têm crescido em diversas regiões do país movimentos de atingidos pelas atividades extrativas minerais que ativam linguagens de valoração divergentes daquelas acionadas pelas grandes empresas e governos. São exemplos a Rede Justiça nos Trilhos (JnT), o Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e, mais recentemente, o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração.

Uma das reivindicações diante do novo marco, consensuada pelas entidades que compõem o referido comitê, é a inclusão na lei de artigos que prevejam a definição de "áreas livres de mineração", que incluiriam

> áreas protegidas, bacias de captação de água, locais de importância histórica, florestas primárias e [...] territórios onde as atividades econômicas, usos socioprodutivos e culturais sejam incompatíveis com a atividade mineradora e os impactos a ela associados [21].

A partir de um mapeamento de experiências internacionais de resistência, restrição e proibição à mineração, pesquisadores e organizações da RBJA que participam do comitê buscaram reunir argumentos que contribuam para alimentar e inspirar o debate no Brasil sobre o estabelecimento de critérios que definiriam "áreas livres de mineração". Critérios esses que considerem as dinâmicas socioespaciais e culturais e as estratégias produtivas existentes em face dos impactos irreversíveis dos empreendimentos minerais de larga escala sobre os territórios, assim como o compromisso com a manutenção da base material para a reprodução da população brasileira e mundial no futuro.

Diferente de uma sociologia do meio ambiente que "reduz os conflitos ambientais a uma luta interlocal movida pela recusa generalizada a se estabelecer relações de proximidade com fontes de danos ambientais" (ACSELRAD, 2014), a estratégia de propor mecanismos de restrição à atividade mineral pretende possibilitar a discussão em torno dos fins que orientam a expansão da atividade mineral. E assim desvelar quais interesses se beneficiam da naturalização e cristalização

21 Cf. texto-base do Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, julho de 2013, p. 15-16.

de determinadas prioridades que orientam a ação do Estado e em que direção a defesa desses interesses apontam em termos de sustentabilidade e garantia de direitos, visibilizando os projetos e sujeitos que são mantidos invisibilizados pela naturalização da demanda mineral sempre crescente que se viabiliza à custa das práticas espaciais e socioambientais dos grupos que possuem menos poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos que fundam a RBJA compreendem e afirmam que os recursos que compõem o que se define como natureza são dotados de sentidos e lógicas múltiplas de apropriação por sujeitos igualmente diversos. Se, sob a razão utilitária hegemônica, não cabe questionamentos sobre os fins, apenas sobre os meios, sobre as formas como a sociedade se apropria dos recursos (mais ou menos degradantes, eficientes, racionais etc.), a discussão sobre a questão ambiental reivindicada pela RBJA coloca em debate as finalidades e razões que justificam essa apropriação.

Os processos sociais expressos pelo movimento de justiça ambiental, tanto nas origens estadunidenses como na sua reapropriação no Brasil pela RBJA – em especial nos casos apresentados –, ressignificam, portanto, a questão ambiental e a sua solução em termos de sustentabilidade real, sendo de grande valia para o debate ecológico contemporâneo, em especial para a superação de caráter ideológico desse debate, na academia e na sociedade.

Datados do início da terceira quadra do século XX, esses processos correspondem – e como reação ativa – ao aprofundamento das ideias e das políticas do chamado neoliberalismo que, em reação ao Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra (cuja maior presença do Estado na economia garantia a produção e destinação relativamente mais equânime dos bens e serviços), conseguiu determinar a economia mundial e das nações sob o absoluto do mercado, do privatismo e de um Estado, não ausente, mas servil à nova orientação. As consequências logo se fizeram sentir, de um lado, na concentração da renda e da riqueza em corporações transnacionais minoritárias controladoras dos processos sociais e, de outro, na distribuição desigual dos riscos e danos socioambientais causados. Isso, vivido e compreendido coletivamente pelas populações e

grupos afetados como conflito e injustiça, desencadeou os movimentos contra o racismo ambiental e por justiça ambiental.

A expansão ilimitada da produção de bens e serviços configura-se em um novo extrativismo de matérias-primas, ou a continuidade do antigo extrativismo colonial – no Brasil e na América Latina travestido em um neodesenvolvimentismo como "estratégia de desenvolvimento"[22] –, e uma multiplicação das plantas de transformação industrial, produtoras de maior ou menor poluição, quase sempre nestes mesmos países, ou em regiões habitadas por populações vulnerabilizadas. Pretende-se justificar essa expansão com o discurso da necessidade, por um lado, pelo crescimento da demanda e, por outro, pelas medidas de sustentabilidade dos processos de produção, quase sempre como minimização de impactos e compensação de danos socioambientais. Dessa forma, tenta-se menosprezar e ocultar a conflitividade provocada por esses processos.

Podemos citar, a título de exemplo, o número crescente de conflitos sociais no campo documentados pela Comissão Pastoral da Terra no Brasil. Além do aumento dos conflitos e da violência, há mudança também quanto aos sujeitos e ao objeto em disputa. Relativos à terra, tornam-se mais evidentes no assédio violento contra os territórios de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, agroextrativistas, pescadores etc.), que resistem como podem, sem contar com o Estado, este não raras vezes atuante do lado contrário – uma resistência que se torna também reinvenção do seu existir e clamor por justiça ambiental[23]. Quanto ao objeto disputado, não só a terra para expansão do

22 MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. Pereira. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindoia. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf.> Acesso em: 25 fev. 2018.

23 "[...] desde 2010 em diante, os conflitos no campo vêm aumentando significativamente (CPT, LEMTO), sendo de se destacar que as principais categorias sociais envolvidas em conflitos passam a ser as chamadas populações tradicionais, qual seja, os grupos sociais que historicamente e à revelia do estado haviam se apossado de terras ao longo da história da conformação geográfica do Brasil, a saber, os chamados posseiros, camponeses de formação variada (seringueiros, retireiros, vazanteiros, ribeirinhos, pescadores, mulheres quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, comunidades de fecho de pasto, caiçaras, faxinalenses, os 305 povos indígenas que

agronegócio, mas também o subsolo (mineração), água, floresta, vento (energia eólica), luz solar (energia solar e fotossíntese), biodiversidade[24].

As experiências desses movimentos, protagonizados pelos pobres e pelas populações mais vulnerabilizadas no campo e na cidade, desnudam mais que outros a verdadeira face do neoliberalismo e seu (neo)extrativismo e, como tais, revestem-se de importância política na resistência, no enfrentamento e na superação dos conflitos e das injustiças socioambientais. Não cabe a essas experiências e seus sujeitos, por exemplo, a pecha de Zizek de que "a ecologia é o ópio do povo"[25], quando se rende ao alarmismo das catástrofes climáticas para colocar todos do mesmo lado, como se todos fossem atingidos igualmente, e para que o medo geral se preste a um ambientalismo compósito com o mercado, de falsas soluções e agravamento do quadro.

O que temos aprendido na RBJA, nos movimentos e nas entidades que a compõem, está mais próximo do que Martinez-Alier chamou de "ecologismo dos pobres"[26]. Como o (neo)extrativismo em sua expansão sem limites afeta as bases cotidianas de vida de comunidades e grupos sociais rurais e urbanos em quase todos os cantos do mundo,

---

ocupam cerca de 110 milhões de hectares de terras e falam outras 274 línguas distintas do português, além de mais de um milhão e 220 mil famílias assentadas e seus 88.619.077 de hectares de terras conquistados". PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Da política da terra arrasada à luta pela dignidade.* Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/02/20/da-politica-da-terra-arrasada-a-luta-pela-dignidade--por-carlos-walter-porto-goncalves1/.> Acesso em: 26 fev. 2018. Os relatórios anuais publicados pela CPT "Conflitos no Campo – Brasil" desde 1985 estão disponíveis em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao?Itemid=-1>. Acesso em: 26 fev. 2018.

24 "[...] num país/numa sociedade com uma formação territorial forjada na concentração das condições materiais vitais (terra/fotossíntese-solo-subsolo-água-ar) pela inscrição subordinada/periférica/dependente na geopolítica do sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal a questão da terra/do território ganha centralidade." (Idem, ibidem).

25 SIQUEIRA, Vinicius. *Ecologia, a nova religião segundo Slavoj Zizek. Obvius.* Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2013/03/perspectivas_sobre_ecologia_de_slavoj_zizek.html>. Acesso em: 15 fev. 2018. Dos *links* disponíveis na WEB em português para o vídeo em que Zizek trata do tema, este parece o mais completo, por quanto traz outras referências do autor sobre o mesmo tema.

26 MARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17910/11685>.

estes se rebelam com algum grau de organização e atitude comum de confronto com os empreendimentos degradantes, em defesa de seus territórios. São conflitos socioambientais vividos numa perspectiva que produz também a própria interpretação da questão ecológica e de sua solução, diferente e quase sempre em confronto com o ambientalismo compósito com o expansionismo neoliberal, de classe média e das corporações globais. Aquele que se limita a uma idealização da natureza e da vida silvestre e à ecoeficiência, saídas que não o são.

Perspectiva real está no que se vive e se propõe nessas lutas territoriais dos grupos e das comunidades em conflitos socioambientais, que fazem deles lutas de classes e por uma nova ordem social, em que a ecologia seja o eixo do modo de vida e das relações sociais em todos os níveis. Essas lutas e os saberes que emanam dão razão a Milton Santos, quando acenou para os territórios como sendo as derradeiras trincheiras contra a devastação neoliberal, liderada pelo mundo irreal das finanças[27]. O diferencial e o valor da RBJA e de seus integrantes de diferentes meios sociais – como o Tramas/UFCE – são os de, juntos a essas comunidades e grupos populares nessas lutas territoriais, sem abrir mão do instrumental científico-acadêmico, mas capazes de colocá-los em diálogo com os saberes populares, encontrar e propor esses processos sociais como sinalização do caminho de saída possível para a crise civilizacional atual, que é tão maior quanto não oferece real saída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **La maldición de la abundancia**. Quito: Swissaid, Abya-Yala 2009.

ACSELRAD, Henri. **Movimento sindical e defesa do meio ambiente**: o debate internacional. [s.n.:s.l.], 2000.

_____. **Justiça ambiental: há algo de novo que justifique a Rede?** Eco 21, ed. 73, 2002. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=420. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, 2010 p. 103-119.

27 SANTOS, Milton. O chão contra o milhão. **Folha de São Paulo**, 28 fev. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_8.htm>.

_____. **Notas para o Encontro Nacional da Rede de Justiça Ambiental** (Vitória). 2013 (Mimeo).

_____. MELLO, C. e BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. 2009. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANGELO, Claudio. Por usinas, governo vai reduzir áreas de proteção na Amazônia. **Folha de São Paulo**, 07 de jun. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/926381-por-usinas-governo-vai-reduzir-areas-de-protecao-na-amazonia.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BERMANN, Celio. **Energia para quê e para quem no Brasil**. [s.l.]: Fundação HBS, 2009 (Apresentação em ppt), 2009.

CAPOBIANCO, João Paulo. **O código do atraso**. Le Monde Diplomatique. Edição 46, maio 2011. Disponível em: http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=926.

CNI – Confederação Nacional das Indústrias. **Mais agilidade e eficácia para o licenciamento.** Disponível em: http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081272B58C0012730BE4EC87D7A.htm. Acesso em: 26 fev. 2018.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia, CEDOC (Centro de Documentação) D. Tomás Balduíno, Relatórios Anuais 1985/2016. Disponíveis em: https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao?Itemid=-1.

FASE e IPPUR. **Relatório síntese**: projeto de avaliação de equidade ambiental como instrumento de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: FASE, 2011. (No prelo).

FAPP – FÓRUM DOS AFETADOS PELA INDUSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUIMICA DAS CERCANIAS DA BAIA DE GUANABARA. **50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera do Brasil**: conflitos socioambientais no rio de Janeiro e desafios para o país na era do pré-sal. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

FARIA, Ivan Dutra. **Ambiente e energia**: crença e ciência no licenciamento ambiental. Parte III: sobre alguns problemas que dificultam o

licenciamento ambiental no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Junho de 2011. (Mimeo).

MALERBA. Julianna. **Belo Monte**: no limite da irresponsabilidade". Brasil de Fato. 17/06/2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6612/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. (Org.); MILANEZ Bruno e WANDERLEY, Luiz Jardim. (Org.). **Novo marco legal da mineração no Brasil**: para que? Para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17910/11685>.

MELLO, Cecília do A. Contra as "alternativas infernais". In: Rede Brasil sobre instituições financeiras multilaterais. **Contra Corrente**. [s.l.: s.n.], 2009. p. 28-30

_____. **Relatório do piloto de avaliação de equidade realizado em Altamira** (PA). Agosto de 2011. (Mimeo).

MILANEZ, Bruno e SANTOS, Rodrigo S. Pereira. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? Águas de Lindoia., ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da política da terra arrasada à luta pela dignidade**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/02/20/da-politica-da-terra-arrasada-a-luta-pela-dignidade--por-carlos-walter-porto-goncalves1/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

RBJA – REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Avaliação de equidade**: um instrumento de promoção da Justiça Ambiental. [s.l.:s.n.], 2009.

ROBERTS, Timmons; GOULD, Kenneth e LEWIS, Tammy. **Blue green coalitions**: constraints and possibilities in the post 9-11 political environment, 2004. Pittsburgh. Journal of World System Research. v. 10, n. 1, winter 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Kenneth_Gould2/publication/278328325_Blue-Green_Coalitions_Constraints_and_Possibilities_in_the_Post_9-11_Political_Environment/links/558218a008aeab1e4666e0ce/Blue-Green-Coalitions--Constraints-and-Possibilities-in-the-Post-9-11-Political-Environment.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SANTOS, Milton. O chão contra o milhão. **Folha de São Paulo**, 28 fev. 1999. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_8.htm.

SASSEN, Saskia. **Una sociologia de la globalizacion**. Buenos Aires: Katz, 2007.

SIQUEIRA, Vinicius. **Ecologia, a nova religião segundo Slavoj Zizek**. Obvius. Disponível em: http://obviousmag.org/archives/2013/03/perspectivas_sobre_ecologia_de_slavoj_zizek.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ANEXO 1

MANIFESTO DE LANÇAMENTO DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, organizações de afrodescendentes, organizações indígenas e pesquisadores universitários, do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai, reuniram-se no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado em Niterói de 24 a 27 de setembro de 2001. Nessa ocasião denunciaram e debateram a preocupante dimensão ambiental das desigualdades econômicas e sociais existentes nos países representados.

A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil foi o foco das discussões. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d´água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva a periferização de grande massa de trabalhadores e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos.

As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e

pouco participativa dos limites e das condições de uso de unidades de conservação.

Todas estas situações refletem um mesmo processo: a enorme concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história do país. Uma concentração de poder que tem se revelado a principal responsável pelo que os movimentos sociais vêm chamando de injustiça ambiental. Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. Por justiça ambiental, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que:

> a – asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
> b – asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
> c – asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
> d – favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Estamos convencidos de que a injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, mora-

dora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento. Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do poder. Enquanto as populações de maior renda têm meios de se deslocar para áreas mais protegidas da degradação ambiental, as populações pobres são espacialmente segregadas, residindo em terrenos menos valorizados e geotecnicamente inseguros, utilizando-se de terras agrícolas que perderam fertilidade e antigas áreas industriais abandonadas, via de regra contaminadas por aterros tóxicos clandestinos.

Os trabalhadores urbanos e rurais, por sua vez, estão frequentemente submetidos aos riscos de tecnologias sujas, muitas delas proibidas nos países mais industrializados, que disseminam contaminantes que se acumulam de maneira persistente no meio ambiente. Esses contaminantes, além de provocar doenças nos próprios trabalhadores, produzem "acidentes" por vezes fatais com crianças que circulam em áreas de periferia onde ocorrem os descartes clandestinos de resíduos. A irresponsabilidade ambiental das empresas atinge em primeiro lugar e com maior intensidade as mulheres, a quem cabe freqüentemente a lavagem dos uniformes de trabalho contaminados de seus maridos ou o manejo de recipientes de agrotóxico transformados em utensílios de cozinha. Esse ciclo de irresponsabilidade ambiental e social das empresas poluentes e de muitos gestores e órgãos governamentais, ameaça o conjunto dos setores sociais, haja visto que rios e alimentos contaminados por agrotóxicos e pela falta de tratamento de esgoto acabam por afetar as populações nas cidades.

A anencefalia nas crianças nascidas em Cubatão (SP), a presença das substâncias cancerígenas conhecidas como "drins" nas pequenas chácaras de Paulínia (SP), a estigmatização que perpetua o desemprego dos trabalhadores contaminados por dioxina no ABC paulista, a alta incidência de suicídio entre os trabalhadores rurais usuários de agrotóxicos em Venâncio Aires (RS) são exemplos que configuram as manifestações visíveis de um modelo fundado na injustiça estrutural e na

irresponsabilidade ambiental de empresas e governos. Apesar do fato de que a lógica deste modelo é sistematicamente negada por seus responsáveis, que alegam a ausência de causalidade entre as decisões políticas e produtivas e os efeitos danosos que têm sobre suas vítimas.

O enfrentamento deste modelo requer que se desfaça a obscuridade e o silêncio que são lançados sobre a distribuição desigual dos riscos ambientais. A denúncia do mesmo, por outro lado, implica em desenvolver articuladamente as lutas ambientais e sociais: não se trata de buscar o deslocamento espacial das práticas danosas para áreas onde a sociedade esteja menos organizada, mas sim de democratizar todas as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura. Pensamos que o tema da justiça ambiental – que indica a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça – representa o marco conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental. Por esse motivo criamos a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que tem os seguintes objetivos básicos:

Elaborar coletivamente uma "Declaração de Princípios da Justiça Ambiental no Brasil" – Essa declaração será objeto de um processo de discussão contínuo de médio prazo, servindo para aglutinar forças, afinar conceitos e suscitar estratégias. Nos EUA, o movimento de justiça ambiental foi estruturado nacionalmente a partir do programa dos "17 princípios" elaborado em 1991 na Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientais de Cor pela justiça ambiental. No caso brasileiro, assim como naquele país, espera-se que um tal processo ajude a disseminar as lutas e as estratégias associadas à noção de justiça ambiental.

Criar um ou mais centros de referências de Justiça Ambiental – Trata-se de uma proposta de democratização de informações, criando bancos de dados que contenham registros de experiências de lutas, casos concretos de injustiça ambiental, conflitos judiciais, instrumentos institucionais etc. Trata-se também de aglutinar peritos de diferentes especialidades dispostos a apoiar as demandas de assessoria dos movimentos. Os centros ajudarão a acompanhar e divulgar resultados de pesquisa acadêmica sobre desigualdades ambientais. Fóruns periódicos

debaterão e consolidarão as experiências dos diferentes tipos de lutas desenvolvidas.

Diálogo permanente entre atores - Promover o intercâmbio de experiências, idéias, dados e estratégias de ação entre os múltiplos atores de lutas ambientais: entidades ambientalistas, sindicatos urbanos e rurais, atingidos por barragem, movimento negro, remanescentes de quilombos, trabalhadores sem terra, movimento de moradores, moradores em unidades de conservação, organizações indígenas, ONGs, fóruns e redes. Além de encontros específicos por setores, pretende-se organizar encontros maiores que ampliem a cooperação e o esforço comum de luta. Um dos principais objetivos desse esforço é sensibilizar os meios de comunicação, os formadores de opinião e a opinião publica em geral.

Desenvolvimento de instrumentos de promoção de justiça ambiental – Produzir metodologias de "Avaliação de Equidade Ambiental", manuais de valorização das percepções ambientais coletivas, mapeamento dos mecanismos decisórios com vistas à democratização das políticas ambientais em todos os níveis, cursos para a sensibilização dos agentes do poder público envolvidos com a regulação do meio ambiente. Produzir argumentos conceituais e evidências empíricas em favor da sustentabilidade democrática e da justiça ambiental.

Pressionar órgãos governamentais e empresas para que divulguem informações ao público – Reivindicar a publicação sistemática de informações sobre as fontes de risco ambiental no país. As agências estaduais, em particular, deverão ser pressionadas publicamente para produzir dados sobre a distribuição espacial dos depósitos de lixo tóxico e perigoso.

Contribuir para o estabelecimento de uma nova agenda de ciência e tecnologia – Apoiar pesquisas voltadas para os temas da justiça ambiental realizadas sempre que possível através do diálogo entre pesquisadores, comunidades atingidas e movimentos organizados. Ajudar a formar técnicos e peritos que trabalhem dentro dessa perspectiva. Estimular o desenvolvimento de novas metodologias científicas e de novas tecnologias que ajudem a promover a luta contra a injustiça ambiental, sempre respeitando os direitos de cidadania e o saber das comunidades locais.

Estratégia de articulação internacional – Desenvolver contatos com parceiros internacionais no campo da estratégia política, da coo-

peração científica, da troca de informação sobre normas e padrões ambientais, da luta contra a exportação de processos poluentes e de depósitos de rejeitos perigosos. Preparar uma oficina sobre Justiça Ambiental no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2002.

Consideramos que o termo Justiça Ambiental é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, freqüentemente dissociados nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e restruturação produtiva que provocam perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como um todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos (como as barragens e várias substâncias químicas), ambientalistas e cientistas.

As entidades que promoveram e participaram do Colóquio farão reuniões para organizar a estrutura de funcionamento e as primeiras atividades da Rede, com base nos princípios acima descritos. Todos os que se sentirem de acordo com a proposta da Justiça Ambiental estão convidados a participar.

Setembro de 2001.

ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – SP

ACPO – Associação de Combate aos Poluentes – SP

AEIMM – Associação dos Expostos e Intoxicados por Mercúrio Metálico – SP

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-Rio e AGB-Niterói) – RJ

AMA – Amigos do Meio Ambiente – Movimento Voluntário - BA

AMBAJA – Associação de Moradores do Bairro Jardim América – RJ
Ambiental Acqua Bios – SC

AMPCVDO – Associação de Moradores de Porto das Caixas – Vítimas dos Danos Causados por Derramamento de Óleo pela Empresa Ferrovia Centro Atlântica S.A. – Itaboraí/RJ

APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – PR

APUP – Associação de Pescadores de Parati e Ubú – RJ

ATLA – Associação Terra Laranjeiras – SP

AVCésio – Associação das Vítimas do Césio 137 – GO

Bicuda Ecológica – RJ

CEA – Centro de Estudos Ambientais – RS

CEIPAC – Centro de Estudos Integrados e de Promoção do Ambiente e da Cidadania – SC

CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul – BA

CPP-BA – Conselho Pastoral dos Pescadores Regional – BA

ECOA – Ecologia e Ação – MS

ECONG – Organização Não Governamental de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Castilho e Região – SP

ETTERN/IPPUR/UFRJ – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ

FASE/Amazônia – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – PA

FIOCRUZ – RJ

Fórum Carajás – MA

Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba – RJ

Fórum Independente Popular do Madeira

GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia – BA

GEEMA – Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente – RJ

Geledés Instituto da Mulher Negra – SP

GESTA/UFMG – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – MG

GPEA – Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT) – MT

Grupo de Pesquisa TD – Tecnologia Democrática, Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense – RJ

HocT – Associação Civil Hoc Tempore – RS

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – RJ

IDA – Instituto para o Desenvolvimento Ambiental – DF

IMAH – RJ

INBRAVA – PR

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos – DF

Instituto Terramar – CE

IRN – International Rivers Network (Rede Internacional de Rios) – SP

LACTA (UFF/ICHF) – Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente – RJ

Liga Ambiental – PR

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens – DF

MAP – Mangrove Action Project – (USA/WA) Port Angeles

Movimento Cultural Arte Manha – BA

NINJA – Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental – MG

Núcleo Brasil Sustentável e Democrático – Alternativas à Globalização (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE) – RJ

OBFF – Observatório Fundiário Fluminense – RJ

ODESC – Organização de Desenvolvimento Sustentável e Comunitário – MG

ONG Sócios da Natureza – SC

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – RJ

REDE CUFA – Movimento Cultura de Rua – CE

Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente/Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, Sindicato dos Químicos Unificados – SP

SINSESP – Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo – SP
Terræ – SP

DESVELANDO AS TRAMAS ENTRE SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: APORTES EPISTEMOLÓGICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Raquel Maria Rigotto [1]

Ada Cristina Pontes Aguiar [2]

Andrezza Graziela Veríssimo Pontes [3]

Saulo da Silva Diógenes [4]

Edgar Manoel Bernardo [5]

INTRODUÇÃO

A humanidade encontra-se, atualmente, diante da emersão de diversas questões críticas para a vida e as sociedades, formuladas enquanto crises – ambiental, energética, alimentar, hídrica, política, econômica e ética – em magnitudes até então desconhecidas na história dos seres humanos, levando ao reconhecimento de que seus fatores determinantes estão cada vez mais complexamente articulados, o que coloca a existência humana diante de uma crise civilizatória (MÉSZÁROS, 2011).

---

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004). Professora titular (aposentada) do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina e dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC.

2 Mestra em Saúde Pública pela UFC (2017). Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Cariri.

3 Mestra em Saúde Pública pela UFC (2012). Professora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

4 Mestre em Saúde Pública pela UFC (2017). Médico do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da UFC.

5 Mestre em Saúde Pública pela UFC (2016). Docente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Lúrio, Moçambique, e coordenador da Plataforma Moçambicana de Saúde Pública.

No plano territorial, essa crise civilizatória se expressa nos denominados conflitos ambientais, deflagrados a partir das assimetrias instituídas entre os agentes dos grandes empreendimentos – apoiados, em sua maioria, pelo Estado – e as comunidades ameaçadas e afetadas por esses projetos, que são característicos do modelo neodesenvolvimentista em curso nos países do Sul Global, baseado em uma forma de concentração do capital cujo cerne é a "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004).

Esses conflitos, ao promoverem transformações da natureza e imporem mudanças nas formas das comunidades humanas se relacionarem com ela, encontram-se na gênese de alterações no processo saúde-doença de diferentes segmentos sociais. Apesar das evidências científicas acumuladas a respeito da interferência desses conflitos ambientais nos corpos e na saúde das pessoas, há um processo perverso de invisibilização dessas ameaças e nocividades, que já se iniciam no período que antecede à chegada dos empreendimentos do "desenvolvimento" nos territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de pescadores e vários outros – no contexto do extrativismo voltado para o agro-hidronegócio[6], a mineração, e para as obras de infraestrutura energética, hídrica, viária etc. que demandam.

Os estudos de impactos ambientais, que embasam os processos de licenciamento ambiental, comumente abordam de forma bastante restrita a dimensão da saúde, limitando-se muitas vezes a uma descrição do perfil de morbimortalidade e dos recursos da rede de serviços de saúde na região. A geração de empregos pelos empreendimentos é um argumento forte nas narrativas de legitimação social para sua implantação, mas os riscos impostos aos trabalhadores são frequentemente ocultados. Informações perversas – porque incompletas, distorcidas ou falsas – são divulgadas aos ameaçados e afetados por empresas e agentes do Estado a elas aliados.

Por seu turno, a invisibilização ou o insuficiente desvelamento do perfil de morbimortalidade impostos pelo desenvolvimento sobre a saúde terminam por contribuir para reforçar a ideologia desse modelo

6 Termo cunhado por Mendonça e Mesquita (2007, *apud* THOMAZ JUNIOR, 2016) no texto "O agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re)existências", mas consagrado por Thomaz Junior (2010) no texto "O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI".

de desenvolvimento e seus supostos "benefícios", retroalimentando esse ciclo. No cenário da limitada eficácia do Estado em lidar com essas questões de saúde, muitos desses problemas não são sequer identificados como possivelmente relacionados aos processos produtivos e de trabalho ou às transformações territoriais engendradas por estas empresas. Essas limitações envolvem, entre outras, a atuação dos órgãos institucionais implicados na vigilância dos agravos à saúde e ao ambiente, que deveriam atuar prioritariamente na prevenção das doenças e na promoção da saúde, e a formação dos profissionais de saúde no que diz respeito às inter-relações saúde-trabalho-ambiente. A essas se somam os limites epistemológicos e metodológicos legados pelo positivismo, linearidade e fragmentação característicos da ciência moderna, que muitas vezes impõem dificuldades em afirmar relações e associações entre contextos de riscos e agravos à saúde, principalmente quando partimos de contextos complexos como aqueles relacionados às doenças crônicas (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014; RIGOTTO; AGUIAR, 2015).

Contudo, a saúde é dimensão muito sensível na vida das pessoas, ocupando lugar prioritário em suas preocupações, e, muitas vezes, é a partir do conhecimento e da experiência do adoecimento pessoal e coletivo que os sujeitos locais vão tecendo pontes e elaborando reações ao novo contexto de risco a partir de seus saberes. Do ponto de vista da Saúde Coletiva, desvelar esse quadro ajuda a explicitar a distribuição desigual dos ônus e bônus do "desenvolvimento" e a desconstruir esse discurso, ao tempo que facilita sua denúncia na arena social, bem como a incidência sobre as políticas públicas responsáveis pela proteção de direitos, além de possibilitar a adequada atenção à saúde em cada caso, a partir do diagnóstico dos agravos. Assim, dialeticamente, esse despertar sobre os problemas de saúde nos conflitos ambientais tem se revelado como potente na construção de resistência e fortalecido os coletivos nas denúncias e lutas por seus direitos.

Nos últimos vinte anos, o Núcleo Tramas tem pesquisado e refletido acerca da centralidade ocupada pelas questões que dizem respeito aos problemas de saúde nas comunidades ameaçadas ou afetadas pelos grandes empreendimentos. Percebemos que, apesar das particularidades de cada região e dos setores produtivos, há um modelo-padrão inerente aos conflitos ambientais que impõe consequências nefastas à saúde das

populações. Tais formulações vêm sendo elaboradas também em alguns espaços nacionais, nos quais se articulam pesquisadores, movimentos sociais e comunidades, a exemplo da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). A partir delas, foi possível elaborar uma matriz de análise da dimensão da saúde nos conflitos ambientais, que tem como propósito facilitar aos profissionais de saúde, pesquisadores, militantes e sujeitos das comunidades afetadas uma leitura ampliada das implicações para a saúde desde o período que antecede a chegada do desenvolvimento/empreendimentos nos territórios.

Assim, o objetivo deste capítulo será contribuir na articulação de abordagens teóricas e metodológicas em torno da saúde nos conflitos ambientais. Na parte 1, nos debruçaremos sobre as questões epistemológicas e teóricas e, na parte 2, apresentaremos a matriz de análise, em diálogo com estudos empíricos.

ARTICULANDO "BASES" PLURIEPISTÊMICAS PARA A ABORDAGEM DA SAÚDE NOS CONFLITOS AMBIENTAIS

Se os conflitos ambientais se expressam no corpo das pessoas e se refletem na saúde-doença dos grupos sociais, eles demandam da Saúde Coletiva a construção de abordagens que possibilitem a leitura e visibilização desses processos em sua complexidade. Destacaremos neste texto concepções teóricas de base pluriepistêmica que propiciam a abordagem das inter-relações produção-trabalho-saúde-ambiente nos conflitos ambientais, reunidas na epistemologia política e no enfoque socioambiental crítico e transformador da teoria da determinação social da saúde (PORTO, 2011; PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014), por considerar que melhor iluminam e abrigam estudos e pesquisas diante dos desafios contemporâneos.

Essas concepções teóricas desenvolvem-se no leito aberto pela Medicina Social Latino-Americana (MSLA), constituída a partir de interações entre pesquisadores e profissionais do campo da saúde com movimentos populares, de trabalhadores e estudantes que identificam as insuficiências da saúde pública para compreender as consequências do desenvolvimentismo dos anos 1970 e seguintes sobre a saúde da po-

pulação (IRIART *et al.*, 2002). Os debates partem de conceitos como classe social e reprodução social e alimentam a crítica ao paradigma biomédico, centrado no biológico, no individual, na doença e nas especialidades; e à epidemiologia clássica, com seus modelos mono e multicausais descontextualizados e centrados em fatores de risco:

> Uma epidemiologia, mesmo feita com boas intenções, mas a partir de um modelo convencional de fatores de risco, acaba escondendo as profundas razões pelas quais temos ou não problemas de saúde. Então, eu diria que, por um lado, há os usos diretos da epidemiologia como ferramenta lucrativa ou política. E, por outro, há esse modelo epidemiológico causalista, sustentado pela teoria dos fatores de risco, que gera diagnósticos de saúde não relacionados com as profundas condições estruturais e de vida da população, mas que falam desse mundo dos fenômenos que cercam a doença e justificam uma prática monopolista e uma ação de saúde funcionalista (BREILH, 2015, p. 534, tradução nossa do espanhol).

A Epidemiologia Crítica, como corrente contra-hegemônica e plural gerada a partir dos anos 1970, incorpora subsídios teóricos latino-americanos de Rodriguez, Laurell, Breilh, Almeida-Filho, Samaja, Castellanos etc.; ou provenientes de países externos a essa região, como Berlinguer, Krieger, Wing, entre outros (BREILH, 2006). Assume um papel importante no que tange à concepção de saúde-doença como um processo dialético, e não como categorias dicotômicas, fomentando a construção da Teoria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença, segundo a qual:

> O processo saúde-doença é determinado pelo modo como o Homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação esta que se realiza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção (LAURELL, 1982, p. 16).

A ênfase em categorias como relação sociedade-natureza, modo de produção e processo de trabalho estimula (e é estimulada por) a

construção dos núcleos de saberes da Saúde do Trabalhador e da Saúde e Ambiente. Compreende-se que o processo saúde-doença constitui uma expressão do processo geral da vida social[7] (BREILH, 1991) e postula-se que o perfil epidemiológico de um coletivo social em uma determinada sociedade requer uma análise de múltiplos níveis para compreender por que e como as condições sociais, como a reprodução social, a reprodução econômica, a cultura, a marginalização e a participação política se organizam historicamente nos distintos modos de vida característicos de grupos situados em diferentes posições dentro de uma estrutura de poder, determinando acessos diferentes a condições favoráveis ou protetoras, ou a condições desfavoráveis ou destrutivas, estabelecendo assim a dinâmica do processo saúde-doença (IRIART *et al.*, 2002).

Dando importantes passos em relação às formulações da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, a Saúde do Trabalhador revisita a clínica e a semiologia médicas, assim como a toxicologia, para insistir na consideração do papel do trabalho no adoecimento dos trabalhadores; instiga a Higiene do Trabalho a ampliar suas conceituações e formas de avaliação de risco, reivindicando a consideração do saber operário e a participação dos trabalhadores (ODDONE, 1986); tensiona as bases teóricas e metodológicas da Epidemiologia em sua potência para desvelar os impactos do trabalho sobre o perfil de morbimortalidade das classes e segmentos sociais.

---

7 Registramos aqui o alerta de Jaime Breilh sobre a distinção entre as concepções que embasam os termos "determinação" e "determinantes" sociais da saúde "A partir de 2005, quando surge a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde da OMS, com o suporte intelectual basicamente dos textos de Michael Marmot, a OMS assumiu o conceito de determinantes sociais sem, contudo, reconhecer a contribuição de 30 anos de trabalho latino-americano. Isso representou uma mudança fundamental de conceitos porque é uma forma de dizer que os determinantes são uma maneira de melhorar a causalidade, ou seja, que agora vamos encontrar as causas das causas dos problemas de saúde. Eu acredito que isso foi uma distorção do conceito original que a Epidemiologia Crítica latino-americana estabeleceu. *Nós não estamos falando de fatores causadores, mas de processos históricos que geram os problemas de saúde coletiva.* Então, há uma diferença, um confronto de paradigmas que não é a primeira vez na história que se produz. *A visão dos determinantes está inscrita em uma epidemiologia social, ainda muito influenciada pelo positivismo, por uma visão linear e reducionista dos fatores que agora chamaremos de determinantes"* (BREILH, 2011).

Fortalecendo-se no âmbito do Movimento pela Reforma Sanitária, o campo da Saúde do Trabalhador traz contribuições relevantes à 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e incide na elaboração da Constituição Federal de 1988 e na construção do Sistema Único de Saúde, participando ativamente da concepção de políticas públicas como a Atenção Primária à saúde, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhadore (Renast), os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), a Vigilância em Saúde do Trabalhador, a definição dos agravos à saúde relacionados ao trabalho e sua notificação, o nexo epidemiológico, entre outras (DIAS *et al.*, 2009).

A Saúde do Trabalhador dialoga também com a Sociologia do Trabalho para melhor compreender a reestruturação produtiva em curso (ANTUNES, 2000) e seus impactos sobre a saúde, mediados pela precarização do trabalho, pela introdução de novos riscos tecnológicos e organizacionais nos processos produtivos – inclusive os relacionados à saúde mental no trabalho – e pela fragilização dos laços de solidariedade na classe trabalhadora (SELIGMAN-SILVA, 1994; BARRETO, 2012; RIGOTTO, 2004). Para além dessas transformações mais recentes, está a perversa configuração do trabalho humano na civilização do capital, em que "o trabalho é convertido em emprego e em meio de subsistência, torna-se estranhado; a força de trabalho converte-se, como tudo, em mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias" (ANTUNES, 1988, p. 181).

No cenário mais recente do capitalismo avançado, assistimos à emergência do desemprego estrutural, produzindo um crescente contingente de reserva de força de trabalho que pressiona os empregados a se subordinarem à precarização do trabalho e da própria vida, ao tempo que gera insegurança, instabilidade, desproteção social, destituição de direitos, sobretudo os trabalhistas e sociais (CARVALHO, 2008).

No contexto do neoextrativismo no Sul Global, que está no centro da gênese dos conflitos ambientais na contemporaneidade, observa-se a desterritorialização promovida pela implantação dos processos produtivos engendrados pelos grandes empreendimentos da mineração e do agronegócio, bem como das infraestruturas por eles demandadas.

Dessa forma, as pessoas que ali vivem são expostas a um processo de despossessão dos bens que dão sustentação às suas formas tradicionais de organização da vida social e da produção (SVAMPA, 2011).

Compõe este processo de desterritorialização um esforço de dominação simbólica, baseado na ideologia do desenvolvimento e da modernidade, que aponta como única saída para os despossuídos a alternativa infernal (STENGERS; PIGNARRE, 2005, *apud* ACSELRAD, 2013) do emprego precarizado, obrigando os sujeitos locais a abrirem mão da autonomia e da liberdade das formas de trabalho associadas à reprodução social nos diversos modos de vida que até então construíam. Isso nos leva a reconhecer os trabalhadores e trabalhadoras no centro das disputas territoriais e dos conflitos ambientais, também porque estarão eles subordinados às relações e condições de trabalho impostas nos "modernos" processos produtivos, e certamente serão os primeiros e os mais expostos aos riscos tecnológicos que as empresas difundem no território, atingindo inclusive suas famílias. Do ponto de vista da produção de conhecimento, esta leitura sublinha a importância da participação do campo da Saúde do Trabalhador nos estudos sobre os conflitos ambientais.

No Brasil, o pensamento da MSLA vem sendo desenvolvido na Saúde Coletiva, e a Teoria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença fornece as pistas para um encontro dos campos disciplinares da Saúde do Trabalhador e da Saúde e Ambiente (PONTES, 2012), articulados, no plano teórico, por uma visão integrada da relação sociedade-natureza e pela centralidade do *modo de produção* – que delineia o modelo de desenvolvimento de cada sociedade e impõe desigualdades de classe, gênero, raça e etnia – no desenho do processo saúde-doença (BREILH, 2006). Na categoria *processo produtivo*, a Saúde do Trabalhador e a Saúde e Ambiente têm mais um de seus elos (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998), a partir da qual é possível analisar as cadeias produtivas desde a obtenção de matéria-prima e seu transporte, a produção da mercadoria, o transporte e o consumo do produto, até a geração de resíduos.

Dessa forma, se a Saúde Ambiental se constitui em foco nos chamados "perigos tradicionais" – relacionados ao saneamento básico deficiente, à contaminação dos alimentos por organismos patógenos, ou aos vetores de doenças (OPAS, 2000) –, o campo da Saúde e Ambiente

toma em consideração os sistemas sócio-técnico-ambientais modernos (PORTO, 2007), que incidem não só internamente nas unidades produtivas – afetando a saúde de seus trabalhadores –, mas também em diferentes escalas espaciais, inclusive remotas, em que atuam sinergicamente com outros processos destrutivos, expondo ampliados e diversificados segmentos da população. Nessa perspectiva, tensionam-se os limites do paradigma biomédico e da epidemiologia clássica para identificar e compreender as consequências sobre a saúde da exposição de populações diversificadas a riscos heterogêneos ao longo dos ciclos da vida.

Em diálogo com a Ecologia Política[8], o campo da Saúde e Ambiente soma à leitura crítica da divisão internacional do trabalho e dos riscos – imposta pela mundialização da economia – o entendimento da disputa pela natureza e suas riquezas (CORONIL, 2005), permitindo desvelar o deslocamento de processos produtivos intensivos no consumo de recursos naturais, poluentes, insalubres e perigosos dos chamados países desenvolvidos para os países que ainda se subordinam aos ditames das agências multilaterais e grandes corporações econômicas para alcançar o suposto desenvolvimento[9].

8 A Ecologia Política reúne contribuições da economia política, das ciências sociais e da ecologia para analisar os conflitos socioambientais ou ecológico-distributivos, bem como as relações de poder que impõem os interesses de grandes corporações econômicas, muitas vezes globais, sobre as populações locais (MARTÍNEZ-ALIER, 2014; PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014). A obra clássica desse campo de estudos é *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*, publicada por Martinez-Alier em 2002, que revisita as relações entre natureza e sociedade, partindo do pressuposto de que o sistema econômico constitui, na verdade, um subsistema aberto do ecossistema.

9 "Em 1991, um memorando de circulação restrita aos quadros do Banco Mundial trazia a seguinte proposição: 'Cá entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar mais a migração das indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?'. Lawrence Summers, então economista chefe do Banco e autor do referido documento, apresenta três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente: 1) o meio ambiente seria uma preocupação 'estética' típica apenas dos bem de vida; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. Segundo ele, alguns países da África ainda estariam subpoluídos. Nesse sentido, lamentou que algumas atividades poluidoras não fossem diretamente transportáveis, tais como produção de energia e infraestrutura em geral; 3) pela 'lógica' econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 7).

Tais processos chegam aos espaços de vida de diferentes povos e comunidades tradicionais na forma de grandes empreendimentos: modificam a paisagem, pressionam as formas de organização social da produção e do trabalho, reconfiguram o tempo e as relações familiares e comunitárias, alteram os hábitos alimentares, repercutindo em graves violações de direitos – à terra e ao território, ao ambiente, ao trabalho digno, à participação política – fortemente expressas no processo saúde-doença.

É possível compreender assim que tais grupos sociais, mais que portadores de vulnerabilidade – categoria teórica associada ao paradigma biomédico e restrita a características de indivíduos ou grupos suscetíveis, como crianças, idosos, gestantes – estes amplos e diversos segmentos, estão submetidos a processos de vulnerabilização através de mecanismos de destituição e do déficit de proteção do Estado que tornam esses sujeitos vulneráveis (ACSELRAD, 2013; PORTO, 2011). Conformam-se, assim, os conflitos ambientais, conceito nucleador da Ecologia Política:

> Entendemos por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesse e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder. As linguagens de valoração divergentes em relação aos recursos naturais se referem ao território e, de maneira mais geral, ao meio ambiente, em relação a sua preservação ou proteção. Enfim, tais conflitos expressam diferentes concepções sobre a Natureza e sobre o que se entende por "desenvolvimento" (SVAMPA, 2016, p. 143).

As desigualdades ambientais engendradas pelo desenvolvimento são materializadas nos territórios através de grandes empreendimentos e muitas vezes são lidas por seus sujeitos como injustiças ambientais – um conceito nascido em movimentos sociais em luta por direitos civis, territoriais e ambientais nos Estados Unidos da América nos anos 1980 (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2014). Em oposição à concepção despolitizadora de que as causas e as consequências dos problemas ambientais atingem a todos indiscriminadamente, denunciam que essa distribuição

desigual é condicionada por recortes de classe social, etnia, raça e gênero – que denominam injustiça ambiental. Tal debate chega ao Brasil e, em 2001, é criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a qual define, em seu Manifesto de Lançamento:

> Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (RBJA, 2001).

De fato, sob a perversa intensidade do processo expropriatório de bens naturais e saberes no neoextrativismo contemporâneo – em que a produção de *commodities* agrícolas e minerais torna-se o centro dos modelos de desenvolvimento implementados, com a ajuda do Estado, nos países do Sul Global –, (re)surgem e reagem movimentos sociais na América Latina, de origem indígena, camponesa e afrodescendente, que encontram pontos de contato com setores do movimento ambientalista e se organizam em torno do que Porto-Gonçalves denomina de "reapropriação social da natureza". São novos atores que protagonizam a cena política, distintos dos sindicatos e partidos políticos convencionais, e reivindicam terra ressignificada enquanto território, territorialidades, "modos próprios de dar sentido à vida, politizando, deste modo, a cultura" (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 110).

O diálogo do campo da Saúde e Ambiente com as Teorias Descoloniais[10], por seu turno, tem nos convidado a revisitar a história da

10 As teorias ou os estudos descoloniais ou pós-coloniais abrangem um amplo conjunto de pensadores que revisitam, numa perspectiva crítica, os paradigmas eurocêntricos hegemônicos – supostamente universalistas, neutros e objetivos – que embasam a filosofia e as ciências ocidentais. Na América Latina, seguem o lastro da longa e valiosa tradição inaugurada por José Martí e José Carlos Mariátegui (LANDER, 2005, p. 8) e seguida por Darcy Ribeiro e Paulo Freire (RADOMSKY, 2011). Na vertente da crítica à colonialidade do saber, estão pensadores como Edgardo Lander, Enrique Dussel, Walter D. Mignolo, Fernando Coronil, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gómez, Alejandro Moreno, Francisco López Segrera, Aníbal Quijano – esses reunidos na obra *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, pu-

modernidade, do desenvolvimento e da ciência com as lentes das epistemologias do Sul, já que na América Latina ou na África a independência política não significou o fim da colonialidade do ser, do saber e do poder. Pensadores dessa vertente articulam as opressões de classe, gênero, raça e etnia sob a égide do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo e denunciam a linha abissal traçada entre a Europa em plena expansão colonial e o que estava do outro lado dessa linha: selvagens sub-humanos, indígenas cuja alma é um receptáculo vazio, carecendo da cristianização, num perverso epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010). Em contraposição à injustiça cognitiva global que dele resulta, estes autores propõem resgatar e valorizar a diversidade epistemológica do mundo, indo ao encontro de conhecimentos dotados de critérios diferentes de validade, explorando tanto "a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais", como promovendo a "interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos" – que os autores denominam ecologia de saberes (SANTOS; MENESES, 2010, p. 57).

Tais reflexões têm estimulado diferentes grupos de pesquisa a acolherem demandas sociais de produção de conhecimentos nos contextos de conflito ambiental – inclusive sobre a saúde, a assumir o diálogo entre os sujeitos/conhecimentos científicos e os sujeitos/saberes populares e tradicionais como formas de produzir conhecimentos de qualidade e úteis no enfrentamento das desigualdades em saúde, ao contribuir na visibilização das complexas mediações entre os modelos de desenvolvimento e o processo saúde-doença[11]. E, ainda, a ampliarem suas bases epistemológicas, incorporando também os aportes da Ciência Pós-Normal, já que reconhecem que estão configurados novos e complexos problemas de saúde, em escala planetária e com impactos de longa duração (FUNTOWICZ; RAVERTZ, 1997, p. 222).

Na crítica que fazem à ciência normal, esses autores consideram que sua racionalidade científica não é despojada de valores e nem neu-

---

blicada em 2005 através do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). No Brasil, Porto-Gonçalves é um dos pensadores que dialoga com tais teorias.

11 Criam, assim, práxis acadêmicas que podem ser denominadas como ciência orientada pelo ativismo (*activism-led science*), na concepção proposta por Martinez-Alier *et al*. (2011, 2014).

tra do ponto de vista ético, embora a tradição derivada do Iluminismo tenha contribuído para a disseminação da crença de que as decisões públicas devem apoiar-se na racionalidade e na *expertise* científicas – "autoridades supremas, detentoras e provedoras de sabedoria prática", ao tempo que destituem "de sua autoridade a experiência do senso comum e as habilidades herdadas que os povos usavam para viver e fazer coisas" (FUNTOWICZ; RAVERTZ, 1997, p. 221). Também Wynne, em seus estudos sobre a compreensão pública da ciência, postula que esta atua como autoridade pública, e aponta a falta de reflexividade das instituições e atores científicos, cuja *expertise* muitas vezes é "utilizada para legitimar práticas espaciais tidas por ambientalmente danosas" (WYNNE, 2014, p. 85). De acordo com Funtowicz e Ravertz, esses elementos comprometem a qualidade do conhecimento produzido e, portanto, das decisões públicas e políticas que embasam. Propõem, assim, a Ciência Pós-Normal:

> Adotamos o termo "pós-normal" para caracterizar a ultrapassagem de uma era em que a norma para a prática científica eficaz podia ser a rotineira resolução de quebra-cabeças (KUHN, 1962), ignorando-se as questões mais amplas de natureza metodológica, social e ética suscitadas pela atividade e por seus produtos. Os principais problemas científicos não podem mais derivar só da curiosidade dos cientistas ou dos interesses da defesa e da indústria (FUNTOWICZ; RAVERTZ, 1997, p. 222).

Esses aportes epistemológicos nos convidam a ressignificar a pesquisa e a reorganizar o trabalho acadêmico a partir de outros olhares e prioridades. Ao mesmo tempo, dialogam com saberes ancestrais que, a partir da crítica ao desenvolvimento e à modernidade-colonialidade, nos desafiam a "imaginar uma era pós-desenvolvimento" e "alternativas à modernidade" (RADOMSKY, 2011, p. 158), com base no *Buen Vivir*[12]. Trata-se de um conceito plural e multidimensional em

12 Importante iniciativa do Fórum Mundial de Alternativas, embasada no paradigma do *Buen Vivir*, está consignada no Projeto de Declaração Universal do Bem Comum da Humanidade, apresentado à Cúpula dos Povos, em 2012. Ela se organiza em torno de quatro eixos, como "possibilidade, capacidade e responsabilidade de produzir e

construção, que se origina em conhecimentos e saberes de povos andinos – *Sumak Kawsay* em quechua e *Suma Qamaña* em aymara –, cujos elementos podem ser identificados também em cosmovisões e culturas indígenas, camponesas e de comunidades tradicionais. Pode ser entendido enquanto complexo de práticas sociais que apontam para um modo alternativo de existência social,

> com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido [...]: a defesa das condições de sua própria vida [referindo-se aos povos originários da América Latina] e das demais neste planeta (QUIJANO, 2012, p. 47).

Assim, num contexto em que a crise socioambiental ganha espaço na agenda pública, seja pelo reconhecimento dos riscos ecológicos globais – centrais, por exemplo, nos debates da Rio-92 ou das mudanças climáticas –, seja pelo avanço do neoextrativismo na América Latina, acirrando as injustiças e os conflitos ambientais e repercutindo sobre a saúde dos diferentes grupos sociais, a Saúde Coletiva está desafiada a construir novas abordagens teóricas. É o que se propõe a Epistemologia Política, elaborada pelo grupo coordenado na ENSP/Fiocruz pelo pesquisador Marcelo Firpo Porto, articulando duas amplas perspectivas para enfrentar o desafio de integrar o campo acadêmico com processos sociais mais efetivos de transformação da sociedade diante dos problemas ambientais:

> (i) *a epistemológica*, pela via da complexidade, ou seja, a compreensão dos limites das várias áreas de conhecimento em torno de

---

reproduzir a existência do Planeta e a vida física, cultural e espiritual de todos os seres humanos no mundo":
(1) passar da exploração da natureza, como recurso natural, ao respeito à terra como fonte de toda a vida;
(2) privilegiar o valor de uso sobre o valor de troca na atividade econômica;
(3) introduzir o princípio da democracia generalizada em todas as relações humanas, incluídas as relações entre homens e mulheres e em todas as instituições sociais; e
(4) promover a interculturalidade para permitir a todas as culturas, os saberes, as filosofias e religiões esclarecer a leitura da realidade; participar na elaboração da ética necessária à sua permanente construção; e contribuir nas antecipações que permitem dizer que "outro mundo é possível" (FORO MUNDIAL DE ALTERNATIVAS, 2012, tradução nossa do espanhol).

> fenômenos específicos, os quais, em problemas complexos, não podem ser analisados separadamente; outro contributo se refere à explicitação das incertezas e dos valores em jogo, assim como ao papel da produção de conhecimentos na conformação de processos decisórios e políticas públicas;
>
> (ii) *a sociopolítica*, através dos referenciais da justiça ambiental, envolvendo a explicitação dos conflitos ambientais em contextos de vulnerabilidade nos quais há disputas no território por recursos, valores e modelos de desenvolvimento. Esta perspectiva também aponta para as estratégias de visibilização das vozes ocultas de populações afetadas na sua condição humana diante de conflitos ambientais que as vulnerabilizam (PORTO, 2011, p. 32).

Ao reunir e articular aportes da Teoria da Complexidade[13], da Ciência Pós-Normal, da Ecologia Política e das Teorias Descoloniais, a Epistemologia Política oferece abrigo teórico-metodológico para a produção de conhecimentos de qualidade no campo das inter-relações saúde-produção-trabalho-ambiente nos conflitos ambientais, permitindo, entre outros, "levar em conta o contexto social, econômico e político e, muito mais, as questões relacionadas à complexidade do viver humano, como valores, sentidos e dilemas do viver em cada cultura" (PORTO, 2011, p. 36).

Na esteira da Epistemologia Política encontram-se as bases para

13 A perspectiva epistemológica nos convida a fazer a crítica à simplificação, disjunção e redução do conhecimento trazida pela ciência moderna, que "destrói os conjuntos e as totalidades e isola todos os seus objetos do seu meio ambiente" (MORIN, 2011, p. 12) e valoriza o esforço de compreensão dos problemas de estudo em sua complexidade, em três vertentes: Discutir sem dividir: a palavra *complexus* retira daí seu primeiro sentido, ou seja, "o que é tecido junto". Pensar a complexidade é respeitar a tessitura comum, o complexo que ela forma para além de suas partes. A imprevisibilidade é a segunda linha fundamental – um pensamento complexo deve ser capaz de não apenas religar, mas de adotar uma postura em relação à incerteza. O terceiro ponto é a oposição da racionalização fechada à racionalidade aberta – a primeira pensa que é a razão que está a serviço da lógica, enquanto a segunda imagina o inverso. Os sistemas fechados, coerentes e consistentes não conseguem perceber as paixões, a vida, a carne dos seres humanos, é incapaz de fazer previsões quando surgem eventos inesperados (MORIN, 1998, p. 15).

o emergente Enfoque Socioambiental Crítico Transformador (ESACT) proposto por Porto, Rocha e Finamore (2014), tomando como base a Teoria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença e agregando ainda aportes da Geografia[14] e do estruturalismo-construtivista[15], além de apresentar pistas para a produção de conhecimentos que integrem questões de saúde e ambiente aos direitos humanos territoriais e sociais:

- o reconhecimento de que "problemas de saúde e sua determinação socioambiental são complexos e multidimensionais, pois envolvem simultaneamente questões sociopolíticas, econômicas, culturais e biológicas, dentre outras" (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014, p. 4075);
- a ressignificação dos sujeitos cognoscentes e da relação entre eles, que, ao contrário da pretensão de neutralidade, comporta envolvimento, sensibilidade diante do sofrimento e da injustiça, valorização dos diferentes conhecimentos e saberes, solidariedade na condição de humanos;
- o cuidado permanente pelo respeito à autonomia e ao pro-

14 A partir da Geografia Política e da Saúde, incorporam-se conceitos como o de território e territorialidade(s) que facilitaram pautar categorias fundamentais como o modo de vida e os sentidos atribuídos ao lugar pelos sujeitos (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

15 [...] uma lacuna importante para a compreensão sobre a determinação social da saúde é o fosso existente entre o plano macroestrutural e coletivo, e as condições e potencialidades dos sujeitos em planos mais pessoais e comunitários vinculados ao cotidiano e ao lugar. Um esforço importante tem sido a aproximação com o estruturalismo-construtivista, o que fornece elementos para compreendermos as diferentes possibilidades de interação entre os diversos sujeitos que participam na produção de conhecimentos e práticas. Por exemplo, Buzzelli utiliza o conceito de "espaço social" de Pierre Bourdieu como uma forma de reafirmar a multidimensionalidade da estrutura social na análise dos problemas de saúde. Rompe, simultaneamente, com a tendência de muitas teorias de base marxista em "reduzir o campo social unicamente ao campo econômico", e com o objetivismo "que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos". Além disso, o conceito bourdieuniano de *habitus* permite construir uma ponte epistemológica entre a estrutura social e a agência, recuperando a noção dos sujeitos como produtos de trajetórias individuais inseridas na História, mas não por ela exclusivamente determinada. O *habitus* reflete as disposições adquiridas mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e organizador dessa interação, sendo condicionante e condicionador das nossas ações. Tal perspectiva nos permite considerar a inovação sem ignorarmos os constrangimentos sociais à ação de cada indivíduo, ampliando a compreensão de autonomia e práticas emancipatórias em sintonia com as propostas pedagógicas de Paulo Freire (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014, p. 4073-4074).

tagonismo dos sujeitos políticos afetados pelo conflito para conhecer e transformar a realidade em que vivem, inclusive construindo e disputando argumentos nas controvérsias.

Evidentemente, o enfoque socioambiental crítico e transformador nos desafia a repensar a dimensão metodológica das pesquisas, apontando para processos de construção compartilhada de conhecimentos, a partir de metodologias participativas que permitam construir mais espaços de diálogo entre saberes – o que não significa abrir mão de uma pluralidade de técnicas e instrumentos que agreguem informações úteis. Porto, Rocha e Finamore (2014) se referem à Epidemiologia Popular[16], M. Akrich, Phil Brown e E. Haley, à Community-Based Participatory Research (CBPR)[17] (CORBURN, M.W. L.).

No Núcleo Tramas-UFC também temos encontrado, na pesquisa ação participativa, espaço para abrigar os caminhos metodológicos de nossos estudos, articulando abordagens qualitativas e quantitativas e integrando um leque variado de técnicas e instrumentos de pesquisa, das entrevistas estruturadas, em profundidade ou histórias de vida, às análises de contaminação da água ou do sangue humano. Em vários estudos realizados por nosso grupo, a observação participante, de inspiração etnográfica, tem permitido o registro sistemático e a análise dos aprendizados propiciados pela inserção do pesquisador em campo. Muito valorizamos as técnicas que facilitam o encontro e a construção coletiva, como a cartografia social[18] e os grupos focais, que podem ser organiza-

16 A Epidemiologia Popular é o "processo pelo qual 'leigos' coletam e organizam estatísticas e outras informações, ao mesmo tempo em que direcionam e refinam o conhecimento e os recursos de experts para entender a epidemiologia de uma doença" (AKRICH *et al*., 2010, *apud* PORTO *et al*., 2014, p. 1499). De acordo com a proposição de Phil Brown, sistematizada por Haley, o processo de investigação dessa abordagem perpassa desde a organização da própria comunidade e a sistematização de informações e conhecimentos locais até mobilizações para influenciar decisões e práticas de governos, políticos, indústrias, cientistas e a mídia (PORTO; FINAMORE, 2012).

17 A CBPR pode ser definida como uma investigação sistemática, conduzida com a participação daqueles afetados pelo problema estudado e envolvendo pesquisadores em relações de cooperação e aprendizado mútuo, por meio da qual os participantes podem aumentar o controle sobre suas vidas. Para Leung *et al*., a CBPR não seria um método em si, mas uma forma de orientação à pesquisa que pode empregar uma série de metodologias qualitativas ou quantitativas (PORTO; FINAMORE, 2012).

18 As experiências de cartografia social no Brasil estão associadas tanto à afirmação de

dos enquanto oficinas de construção compartilhada de conhecimentos.

Por fim, é importante sublinhar que os caminhos de produção de conhecimento fomentados pela Epistemologia Política e o Enfoque Socioambiental Crítico e Transformador demandam a mediação entre paradigmas científicos, saberes, experiências, valores, universos simbólicos e linguagens na busca de compreensão e ressignificação dos problemas diante das necessidades de mudanças, insatisfações, sonhos e busca de alternativas (GAMARRA; PORTO, 2015, p. 412). Num trabalho que Santos (2010) denomina de *tradução*, podem estar envolvidos lideranças comunitárias, pesquisadores engajados, ou ainda

> casos de fusão dos dois grupos anteriores, de cientistas provenientes de classes sociais, grupos raciais ou étnicos, ou ainda comunidades específicas (como portadores de certas doenças) que elegem como objetos de pesquisa questões provenientes de suas comunidades de origem e experiências de vida (GAMARRA; PORTO, 2015, p. 412).

Assinalamos, ainda, o desafio de compartilhar o conhecimento coproduzido com os grupos sociais para os quais ele pode ser útil na defesa de seus direitos e dignidade, o que nos convoca a aproximar do campo da Comunicação e criar formas de facilitar sua apropriação pelos sujeitos em luta.

AS TRAMAS ENTRE SAÚDE-TRABALHO-AMBIENTE NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: CONSTRUINDO UMA MATRIZ DE ANÁLISE

Ao falarmos em processos de desterritorialização, impostos pela chegada de grandes empreendimentos em comunidades tradicionais, deflagradores de conflitos ambientais, estamos partindo de uma compreensão que caracteriza a desterritorialização como parte

---

grupos subalternos com sua identidade e território, como às formas de explicitação de conflitos socioterritoriais ou de antecipação destes (ACSELRAD; COLI, 2008). É "uma ferramenta poderosa, tanto para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias quanto para transmitir as visões locais ao exterior. O mapeamento pode ajudar a trazer coerência para o seio da comunidade e reafirmar o valor e a relevância do conhecimento tradicional" (COLCHESTER, 2002, *apud* ACSELRAD; COLI, 2008, p. 19).

de uma precarização territorial, responsável por gerar "aglomerados humanos de exclusão" (HAESBAERT, 2014). O autor considera que, na sociedade capitalista, o sistema de concentração do capital nas mãos de poucos grupos econômicos é o principal determinante dos processos de desterritorialização.

Dessa forma, no mundo contemporâneo, o Estado neoliberal atua como um agente que não apenas aceita, como também incentiva, subsidia e atrai a implementação desses grandes empreendimentos, os quais, após a reestruturação produtiva e o acirramento dos debates ambientais nos países do Norte Global, deslocaram-se espacialmente para os países do Sul Global, em sua maioria para regiões onde há uma maior fragilização das políticas públicas e das legislações ambientais e trabalhistas. Percebe-se então que, nessas populações historicamente destituídas em relação aos seus direitos sociais, como educação, saúde, moradia, segurança pública e cultura, constata-se um agravamento das condições de vida ocasionado pela implementação dos grandes empreendimentos, responsáveis por desestruturar as dinâmicas territoriais e afetar diretamente essas comunidades.

Por isso, ao invés de procurarmos por vulnerabilidades nessas comunidades e nos indivíduos que fazem parte delas, propomos uma ampliação da compreensão dos contextos propulsores de riscos e impactos, os quais precisam ser analisados a partir de uma escala global de concentração do capital, até um nível nacional e regional de ausência do Estado na garantia dos direitos sociais e do protagonismo deste no alinhamento ao projeto neodesenvolvimentista em curso e, por consequência, na garantia das condições que possibilitem a atração dos grandes empreendimentos, para enxergar que, na verdade, essas comunidades e indivíduos estão submetidos a processos perversos de vulnerabilização, sobre os quais destacamos a reflexão proposta por Acselrad:

> O reconhecimento dessa condição de destituídos é, claro, fundamental para a constituição de sujeitos coletivos, mas desde que em confronto com as obrigações públicas que lhes são devidas como direitos e que devem, em primeiro lugar, ser cobradas; ou seja, não abstraindo o papel que desempenham os mecanismos de destituição. Isto não quer dizer localizar em processos estru-

> turais e incapturáveis a "causa" da vulnerabilidade, interessa, ao contrário, determinar e interromper os processos decisórios que impõem riscos aos mais desprotegidos [...]. Focalizar-se-á neste caso a proteção aos cidadãos como responsabilidade política dos Estados democráticos, em lugar apenas de se mensurar os déficits nas capacidades de autodefesa dos mesmos. No caso da denúncia da proteção desigual, a sociedade procura problematizar e demandar que se desfaçam os mecanismos de ***vulnerabilização*** (2013, p. 119, grifo nosso).

Em relação aos mecanismos de vulnerabilização, é necessário ressaltar o papel das políticas públicas no aprofundamento desses processos. Os projetos de desenvolvimento, atualmente em curso nos países do Sul Global, caminham para a efetivação de empreendimentos com vistas a favorecer isoladamente o setor econômico, abstraindo-se as consequências nefastas que esses projetos podem ocasionar nas dinâmicas de vida e na saúde das populações. Isso pode ser comprovado ao analisar-se os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) elaborados pelas empresas para a obtenção do licenciamento ambiental, nos quais há uma verdadeira omissão dos impactos sociais e à saúde que serão gerados pelos projetos.

O Estado, que deveria atuar na proteção dos cidadãos, através de ações que envolveriam o fortalecimento da legislação e dos mecanismos de fiscalização e monitoramento, tem, na realidade, construído as condições propícias para a aprovação e o funcionamento desses projetos, através de medidas que englobam desde a isenção de impostos e tarifas até a construção das infraestruturas necessárias à operação das empresas (como portos, aeroportos, estradas, adutoras, açudes etc.). Além disso, fazem parte do conjunto que compõe os mecanismos de vulnerabilização impostos a essas comunidades, a ausência do Estado na implementação de políticas públicas que deveriam proteger a saúde das pessoas. Muitas dessas políticas, entre elas, aqui no Brasil, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (BRASIL, 2012), são elaboradas democraticamente por instâncias do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS); no entanto, encontram enormes dificuldades e entraves na sua efetivação, pois existem muitos atravessamentos entre o

que é preconizado nas políticas e as realidades concretas dos territórios, submetidos a um sistema de saúde precarizado e a um modelo de desenvolvimento adoecedor (SANTOS; RIGOTTO, 2009).

Dessa forma, há que se reconhecer, nos territórios onde são deflagrados os conflitos ambientais, quais são os contextos circunscritos a eles que desencadeiam os mecanismos de vulnerabilização, proporcionando uma maior fragilização dessas comunidades e impactando diretamente o equilíbrio da vida, interferindo assim no processo saúde-doença. A teoria da determinação social do processo saúde-doença nos ajuda a refletir sobre essa proposta de síntese entre as análises que lançam olhares sobre os processos de desterritorialização e vulnerabilização relacionados à perpetuação de agravos à saúde, acidentes e mortes, conforme define Breilh:

> O paradigma da determinação social se situa no espectro político mais próximo à interface do materialismo crítico, a economia política e a ecologia política em seu diálogo com uma visão crítica das ciências da saúde, do ambiente e a sociedade, [...] em torno da acumulação como forma de reprodução social frente à qual pode mover-se, em sua autonomia relativa, uma gênese emancipadora saudável – como diria Samaja – criada pelas classes, povos e comunidades afetadas por esta forma de reprodução, em seu afã por construir um novo modelo civilizatório que implique um metabolismo sociedade-natureza protetor e promotor da vida (2006, p. 26, tradução nossa do espanhol).

Diante da complexidade que envolve as questões relacionadas à temática saúde nos conflitos ambientais, o que exige uma diversidade de olhares e diálogos de saberes para enriquecer o estudo dessas dimensões, iremos apresentar uma proposta de matriz de análise construída a partir do entrecruzamento das três categorias apresentadas neste item: **desterritorialização**, **vulnerabilização** e **processo saúde-doença**. Para isso, faremos uma discussão baseada nas diversas fases que fazem parte da implementação dos grandes empreendimentos, desde o período que **antecede a chegada deles**, a **fase de implantação**, o momento em que o empreendimento se encontra em **funcionamento** e, por fim, a etapa

na qual o empreendimento **abandona o território**. Para alimentar esta matriz, utilizaremos como referencial os estudos e as pesquisas realizados pelo Núcleo Tramas em setores diversos de atividade econômica[19], nos últimos 20 anos, além de estudos nacionais e internacionais da literatura científica, selecionados a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Fase de anúncio e licença ambiental/social

Ao analisarmos o histórico comum que faz parte da implementação dos grandes empreendimentos, nos diversos territórios, constatamos que as ameaças e as consequências negativas à saúde humana são percebidas desde o momento de anúncio desses projetos nas comunidades. A partir das notícias que chegam sobre os empreendimentos, muitas vezes por vias não oficiais, inicia-se um processo nos territórios que é potencialmente adoecedor, pois é capaz de gerar inseguranças, medos e conflitos, inclusive entre os próprios moradores. Nessa etapa, pode-se averiguar que as questões desencadeadoras de desarmonias fazem parte de um campo de dimensão simbólica, pois os interesses, na maioria das vezes antagônicos, entre as comunidades e os responsáveis pelos grandes empreendimentos começam a entrar em disputa, tanto nas esferas públicas como privadas, conforme podemos sistematizar no Quadro 1, apresentado a seguir:

19 Estudos desenvolvidos na indústria calçadista (RIGOTTO *et al*., 2010; BORSOI *et al*., 2008, 2009), na carcinicultura (NOGUEIRA; RIGOTTO; TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2008), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (BEZERRA *et al*., 2014, BEZERRA, 2010; GOMES, 2014), no agronegócio da fruticultura para exportação (RIGOTTO *et al*., 2011; ALEXANDRE, 2009; RIGOTTO *et al*., 2013; PESSOA, 2010; MARINHO, 2010; BRAGA, 2011; BARBOSA, 2016; DIÓGENES, 2017; AGUIAR, 2017) e no projeto de mineração de urânio e fosfato no Sertão Central do Ceará (TEIXEIRA; RIGOTTO, 2011; RIGOTTO; AGUIAR; COSTA, 2014; MONTEZUMA, 2015; COSTA, 2015; MELO, 2015; RIBEIRO, 2016).

Quadro 1 – A disputa simbólica

Processo de desterritorialização	Vulnerabilizando os afetados	Repercutindo sobre o processo saúde-doença
• Desqualificação do modo de vida local como "atraso" • Imposição do discurso do desenvolvimento • Estratégias empresariais e estatais de gestão da conflitualidade • Desinformação: ocultamento, distorção e informações perversas • Limitação da participação política dos ameaçados/afetados na tomada de decisões • Ameaça de perda da terra/ reassentamento	• Insegurança quanto ao futuro • Captura de subjetividades, especialmente entre a juventude • Criação do dissenso e ameaça da paz nas comunidades e famílias • Criminalização de sujeitos políticos	• Sofrimento psicossocial • Sofrimento psíquico: ansiedade, depressão, pânico, suicídio • Síndromes coronarianas agudas • Violência

O Núcleo Tramas, ao analisar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/Rima) do Projeto Santa Quitéria (que se encontra atualmente em fase de licenciamento ambiental/social), consórcio entre a empresa pública Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a empresa privada Galvani, interessadas em explorar os minérios de urânio e fosfato respectivamente, na região do Sertão Central do Ceará, com o intuito de produzir um Relatório Técnico a ser enviado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), constatou que a maior preocupação em relação à efetivação do projeto, em termos de Saúde Pública, Saúde e Ambiente e Saúde dos Trabalhadores, estava centrada na emissão de radiação ionizante proveniente da exploração do minério urânio e de toda a sua série de decaimento, em função da gravidade do risco, embora este não seja o único. Essa preocupação, apesar de não ter sido investi-

gada diretamente no EIA, é claramente trazida pela população da região ameaçada quando avaliada a sua percepção sobre o empreendimento:

> Entretanto, muitos apontaram outros **problemas que não estavam citados no roteiro de perguntas**. Dentre as outras respostas dadas houve *ênfase aos problemas de saúde* que os entrevistados acreditam que a exploração da mina poderá trazer aos moradores das localidades [...]. (EIA, v. III, p. 696, grifos nossos).

> **O grande temor das comunidades contatadas se refere aos potenciais problemas de saúde causados pela radiação, contaminação do solo, água** etc. (EIA, v. III, p. 698, grifos nossos).

Porém, essas informações foram excluídas do EIA, como declara o próprio documento:

> A identificação dos perigos foi realizada para o Projeto Santa Quitéria, **excluindo-se os riscos referentes à substâncias nucleares, no caso, o urânio**, o qual será avaliado por especialistas neste tipo de substância (EIA, v. IV, p. 534, grifos nossos).

Por meio da análise desses documentos oficiais (RIGOTTO; AGUIAR; COSTA, 2014), da participação ativa que o grupo de pesquisa teve nas audiências públicas do projeto e, também, após a realização de estudos e pesquisas envolvendo os diversos aspectos do projeto (TEIXEIRA, 2012; MONTEZUMA, 2015; COSTA, 2015; MELO, 2015; RIBEIRO, 2016), foi possível compreender que a empresa atua, nessa fase que antecede a implementação do empreendimento, de forma a constranger os moradores das comunidades a aceitar a chegada do empreendimento, para que esse processo se dê de forma passiva e sem questionamentos. Além disso, a presença da empresa afirma-se pela construção de um discurso permeado de ocultamento dos riscos, distorção dos perigos reais e divulgação de informações perversas, como, por exemplo, em relação à viabilidade hídrica do projeto. Apesar de a região do Sertão Central cearense estar submetida historicamente a processos de injustiça hídrica, comprometendo muitas das atividades desenvolvidas por agricultores da região, está em vias de ser aprovado um projeto

que consumirá uma enorme quantidade de água para o seu funcionamento; no entanto, nem a empresa, nem os órgãos responsáveis pela gerência desse bem, entre eles a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), esclarecem adequadamente à população, aos movimentos sociais e aos pesquisadores como será garantida a viabilidade hídrica desse empreendimento.

Assim, a presença e atuação do empreendimento no território, antes mesmo das etapas de construção e funcionamento, já são capazes de transformar as relações sociais e familiares, introduzindo preocupações, medos e inseguranças quanto ao futuro, em praticamente todas as faixas etárias e segmentos sociais. Essas mudanças, que podem parecer sutis em uma primeira análise, revelam-se intensas quando se estabelecem diálogos presenciais com os moradores e movimentos sociais atuantes na região e, também, ao presenciar as falas públicas proferidas por estes sujeitos nos espaços de discussão acerca do empreendimento, como, por exemplo, nas audiências públicas organizadas pelo Ibama para discutir o licenciamento ambiental (MONTEZUMA, 2015).

Dessa forma, acumulam-se os relatos de sofrimento psicossocial instalado nas comunidades, pois a insegurança quanto ao futuro preocupa os agricultores que vivem na região há muitos anos e dependem do cultivo da terra para obter uma fonte de renda que sustente suas famílias; os jovens que temem o tipo de emprego que será ofertado aos moradores locais, a maioria deles com um baixo nível de escolaridade, o que, provavelmente, significará a alocação em cargos e funções precarizados, com péssimas condições de trabalho e expostos a diversos riscos, entre eles o da radiação ionizante; os comerciantes locais que antecipam uma dificuldade futura para vender os seus produtos, pois, como a exploração do urânio pode ocasionar a contaminação dos bens naturais por este minério radioativo, é possível que a região fique estigmatizada como um local onde os produtos são de segurança duvidosa, principalmente as frutas, verduras e carnes; por fim, os movimentos sociais já anunciam publicamente a preocupação de que a poeira radioativa contamine as cisternas que existem nas comunidades, implicando na exposição direta das famílias ao urânio e demais produtos disseminados pelo vento, situação alarmante principalmente para as populações que vivem no entorno da mina, algumas delas a uma distância de poucos quilômetros do empreendimento.

Scott (2006), ao analisar o processo de implantação da barragem Luiz Gonzaga e do reservatório do Lago de Itaparica, em região localizada

no submédio rio São Francisco – entre os estados da Bahia e Pernambuco –, evidenciou que os problemas de saúde que afetavam as populações se intensificaram desde a fase de "planejamento e divulgação" do empreendimento. Para a concretização do projeto, muitas famílias de moradores e trabalhadores agrícolas precisaram ser reassentadas. De acordo com o autor, nesse período que antecedeu o início das obras,

> A intensificação do sofrimento psíquico, a ansiedade sobre o futuro, as sensações de desespero diante da perda imanente das raízes, o desconhecimento da nova moradia se juntaram e ofuscaram os outros sofrimentos (SCOTT, 2006, p. 81).

Rocha (2016), ao estudar os impactos causados à vida e à saúde de populações afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, localizada entre os estados do Maranhão e Tocantins, sublinhou o sofrimento trazido aos moradores da Ilha São José (Tocantins) pelo anúncio de construção da hidrelétrica, o qual chegou "como uma morte, um desastre, uma perca" (ROCHA, 2016, p. 55), sobretudo para os moradores idosos. Além disso, a autora destacou as estratégias de ocultamento e minimização dos riscos utilizados pela empresa durante essa fase, principalmente por meio da produção de materiais publicitários, como panfletos, e presença constante nos grandes meios de comunicação, com o intuito de divulgar a relevância do empreendimento e amenizar os riscos e impactos relacionados a esse tipo de atividade.

A região do Cariri, localizada no sul do Ceará, vivencia, desde 2010, conflitos ambientais em torno da construção da obra Cinturão das Águas do Ceará (CAC), a qual faz parte do grande projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Desde o anúncio sobre o empreendimento e as notícias a respeito da desapropriação de comunidades na região, observa-se uma série de repercussões negativas à saúde dos moradores. Em uma das principais comunidades ameaçadas pela obra, Baixio das Palmeiras (Crato/CE), os moradores afirmam que predomina neles o sentimento de indignação, ocasionado, principalmente, pela desinformação a respeito do projeto, geradora de preocupações e inseguranças nas comunidades. Há relatos de aumento na incidência de hipertensão arterial sistêmica nessas populações e uma percepção de que os moradores idosos estão sendo hospitalizados com uma maior frequência

(BRITO, 2016). Brito (2016) também retrata um episódio alarmante, no qual uma mulher, moradora do Baixio das Palmeiras, foi vítima de abortamento após receber o informe de que sua residência seria demolida para viabilizar a construção do canal. Percebe-se que as ameaças à saúde ocupam um lugar de preocupação na vida dessas pessoas:

> Dona Mocinha, ainda viva, tem 98 anos, filha de Manuela do Espírito Santo e mãe de Seu Assis Santos, acamada, após problemas de saúde, tem na porta de seu quarto, ao alcance de sua vista (mesmo deitada), uma imagem do Padre Cícero. Segundo os familiares, os problemas de saúde de Dona Mocinha se agravaram após as medições realizadas pelas empreiteiras responsáveis pelas obras do CAC. As mesmas passaram a rondar as propriedades, informando somente que as pessoas seriam removidas. Temerosa de sair do local onde seus pais moraram por décadas, indicados pelo Padre Cícero, ela e toda a família veem-se preocupados (BRITO, 2016, p. 184).

Ainda sobre os processos de vulnerabilização desencadeados por desapropriações impostas por grandes projetos de desenvolvimento, o parecer técnico intitulado "O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado", que trata dos principais impactos à etnia indígena Anacé, afetada pela implementação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará, visibilizou o sofrimento causado a essas comunidades pelo anúncio do deslocamento de famílias para os assentamentos. O segmento mais fragilizado por esses processos de desterritorialização foram os índios idosos, havendo relatos dos moradores da região inclusive de óbitos que ocorreram logo após a divulgação do deslocamento compulsório das famílias, as quais estariam vinculadas às "perdas de referenciais culturais, simbólicos, afetivos e ambientais relacionados ao território, com consequências diretas na qualidade de vida, em seus aspectos emocionais e físicos, das gerações mais velhas" (MEIRELES; BRISSAC; SCHETTINO, 2009, p. 81).

Fase de implantação e construção das instalações e infraestruturas

Após a fase de anúncio e obtenção do licenciamento ambiental/social do empreendimento, comumente na ausência de um debate de-

mocrático com a participação efetiva das comunidades ameaçadas por esses projetos, instaura-se a fase de implantação e construção das instalações e infraestruturas. Nesse período, há uma intensificação concreta dos processos de desterritorialização, ocasionando prejuízos que envolvem desde aspectos da perda de terra/territórios até o acirramento das disputas por bens naturais, como a água. Tais processos são precursores da vulnerabilização dessas populações, muitas vezes inviabilizando os modos de vida tradicionais, ameaçando a soberania alimentar e nutricional, além de promover a desocupação e, por consequência, comprometer as fontes de renda familiares. Dessa forma, o contexto assinalado é um importante pano de fundo para os desequilíbrios no processo saúde-doença, repercutindo em distúrbios nutricionais, comprometimento do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, aumento da mortalidade infantil e um comprometimento do sistema imunológico, ocasionando um aumento da vulnerabilização ao desencadeamento de doenças, conforme explicitado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – O comprometimento do acesso aos bens naturais

Processo de desterritorialização	Vulnerabilizando os afetados	Repercutindo sobre o processo saúde-doença
• Perda da terra/ território • Destruição/ desaparecimento de comunidades • Competição pelo uso da água e outros bens comuns • Implantação de novas infraestruturas e do próprio empreendimento	• Degradação da biodiversidade • Inviabilização do modo de vida tradicional • Ameaça à soberania alimentar e comprometimento da segurança alimentar e hídrica • Desocupação e comprometimento da renda familiar	• Aumento da incidência de arboviroses • Distúrbios nutricionais: desnutrição, subnutrição e obesidade • Comprometimento do desenvolvimento das crianças e adolescentes • Aumento da mortalidade infantil • Comprometimento do sistema imunológico e aumento da vulnerabilização ao desencadeamento de doenças • Contaminação química com produtos usados na fase de implantação do empreendimento, como mercúrio

Documento que trata dos impactos das hidrelétricas na Amazônia destaca o comprometimento da biodiversidade durante a construção das represas e sublinha duas consequências diretas à saúde humana: o aumento na incidência de malária, devido ao fato de os reservatórios funcionarem como criadouros do mosquito *Anopheles*, repercutindo nas taxas de transmissão da doença também nas regiões circunvizinhas ao empreendimento (TADEI *et al.*, 1983, *apud* FEARNSIDE, 2015); e a alta concentração de mercúrio no ambiente, desencadeada pelo processo de metilação que ocorre nos reservatórios, resultando na contaminação dos animais, principalmente os peixes, e dos seres humanos – trazendo sérias repercussões à saúde humana devido à bioacumulação desse metal ao longo da cadeia trófica, confirmada por análises realizadas em cabelos humanos de populações próximas ao reservatórios de Tucuruí, nas quais a concentração de mercúrio nesse material biológico ultrapassava o dobro do limiar a partir do qual se observa a ocorrência de danos fetais, associados a sérias repercussões no desenvolvimento psicomotor das crianças (FEARNSIDE, 2015).

Existe uma ampla literatura científica no Brasil que corrobora os achados acerca da invasão de terras indígenas por grandes empreendimentos, como o agronegócio, e o comprometimento dos modos de vida tradicionais desses povos, ocasionando repercussões negativas para a saúde deles, como, por exemplo, baixo peso ao nascer, desnutrição e sobrepeso em crianças, níveis antropométricos inadequados, fragilização da saúde materna, entre outras repercussões negativas impostas por mudanças drásticas em seus hábitos e estilos de vida (KÜHL *et al.*, 2009; PÍCOLI; CARANDINA; RIBAS, 2006; RIBAS *et al.*, 2001).

Na fase de implantação dos grandes empreendimentos, além do comprometimento do acesso aos bens naturais, também pode-se constatar, em diversos contextos, uma indução de deslocamentos de populações, trazendo repercussões tanto para as populações que são expropriadas das suas terras e dos seus territórios, compulsoriamente ou porque a permanência torna-se inviável, como para aquelas regiões que recebem uma grande quantidade de trabalhadores, em sua maioria homens, em um curto intervalo de tempo. Assim, essas populações estão propensas a processos de vulnerabilização que envolvem: migração compulsória com perda dos laços comunitários e da moradia, reassentamentos pre-

cários, exposição a novas formas de sociabilidade/relações comunitárias, ameaça às formas tradicionais de produção/trabalho e proletarização pelos empregos precarizados. Como consequência dessas transformações, as pessoas inseridas em tais cenários tornam-se vítimas de adoecimentos que podem ser enquadrados em um amplo leque de categorias, entre elas as doenças infectocontagiosas, o sofrimento psíquico e transtornos psiquiátricos (depressão, ansiedade, suicídio) e as doenças crônicas não transmissíveis (cardiovasculares, endócrinas etc.), conforme explicitado no Quadro 3.

Quadro 3 – A indução de deslocamentos de populações

Processo de des-territorialização	Vulnerabilizando os afetados	Repercutindo sobre o processo saúde-doença
• Expulsão das famílias pela expropriação da terra ou pela inviabilização da permanência na terra/ moradia • Atração da migração de trabalhadores pela oferta de emprego	• Migração compulsória com perda dos laços comunitários e da moradia • Reassentamentos precários • Exposição a novas formas de sociabilidade/relações comunitárias • Ameaça às formas tradicionais de produção/ trabalho • Proletarização pelo emprego precarizado	• Doenças infectocontagiosas • Violência • Exploração sexual • Gravidez indesejada e de adolescentes • Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) • Difusão do tráfico e uso de drogas • Desagregação da família • Sofrimento psíquico e transtornos psiquiátricos: depressão, ansiedade, suicídio • Doenças crônicas não transmissíveis: cardiovasculares, endócrinas etc.

Durante a fase de início das obras em Itaparica, para a construção de uma barragem e um reservatório de água, após o processo de deslocamento compulsório das comunidades, engendrado pela Chesf, observou-se uma intensificação do estresse e adoecimento dos moradores. A maioria deles foi reassentada em locais onde não havia condições reais para desenvolverem o trabalho agrícola, o que ocasionou um aumento

significativo de desocupação. Esse processo aconteceu de maneira tão traumática que "a mobilização e o reforço dos serviços de saúde do município e, sobretudo, a montagem de serviços especiais para tratar dos problemas decorrentes da mudança ocuparam parte do planejamento da CHESF e de seus colaboradores" (SCOTT, 2006, p. 83).

Grisotti (2016) traz à tona um debate importante em termos de saúde pública, ao visibilizar as questões em torno da problemática de aumento da incidência dos casos de sífilis em gestantes, na cidade de Altamira, após o início das obras da hidrelétrica de Belo Monte. A autora coloca em discussão os argumentos trazidos pelos envolvidos no projeto a respeito desse fato. De acordo com o agente responsável pelo consórcio Norte Energia, o aumento dos casos de sífilis em gestantes na região teria sido causado pelas falhas do Programa de Saúde da Família, incapaz de implementar ações de prevenção que evitassem o surgimento dessa infecção sexualmente transmissível (IST). O poder público, por outro lado, insistia na hipótese de que esses casos de sífilis teriam se avolumado por conta da intensa migração de homens para a região – o que, por consequência, provocou um incremento na prostituição – desencadeada pela geração de empregos com o início das obras relacionadas à hidrelétrica. A pesquisa, ainda em andamento, acrescenta a esse contexto complexo o fato de que o serviço de Vigilância Epidemiológica de Altamira só começou a notificar os casos de sífilis em gestantes a partir do ano de 2010, evidência que corrobora com a denúncia realizada pela autora de que não existem dados sobre o estado de saúde das populações que sejam anteriores ao empreendimento, o que dificulta sobremaneira a comparação entre indicadores de saúde potencialmente relacionados ao projeto (GRISOTTI, 2016).

Fase de operação

Durante a fase de operação dos empreendimentos, uma série de ameaças e riscos são introduzidos nos territórios e ambientes de trabalho. Esses perigos possuem peculiaridades de acordo com o ramo de atividade envolvido, no entanto se observa, principalmente quando essas empresas funcionam em pequenas localidades, que as comunidades e os trabalhadores passam a se deparar com processos produtivos e de tra-

balho anteriormente desconhecidos. Tais modificações nas dinâmicas de vida dessas populações, as quais alteram o perfil de ocupação delas e interferem diretamente nos modos de vida tradicionais, são potencialmente desencadeadoras de crimes ambientais, acidentes e agravos agudos e crônicos, conforme abordado no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Processos produtivos e processos de trabalho

Processo de desterritorialização	Vulnerabilizando os afetados	Repercutindo sobre o processo saúde-doença
• Implantação de novos processos produtivos • Introdução de novas relações e processos de trabalho	• Alteração do perfil de ocupação da população • Introdução de riscos tecnológicos nos ambientes de vida e trabalho, de natureza física, química, biológica, mecânica, ergonômica e psicossocial • Crimes ambientais, alterações e desequilíbrios nos ecossistemas	• Acidentes de trabalho • Acidentes de trânsito • Intoxicações agudas • Efeitos e agravos crônicos • Sofrimento psíquico e transtorno mental

Recentemente, no ano de 2015, o Brasil se deparou com o maior crime ambiental da sua história, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da empresa Samarco Mineração S. A., implantada no município de Mariana (MG). Zhouri *et al.* (2016), ao fazerem uma análise aprofundada a respeito do sofrimento social ocasionado por esse crime, destacam que, a partir do momento do rompimento da barragem, as pessoas que já eram afetadas pelo complexo minerário "sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além de bens materiais e do comprometimento permanente de seu território" (ZHOURI *et al.*, 2016, p. 49). Essa nova configuração do conflito ambiental, precipitada por um crime, transforma os sujeitos do território, outrora atingidos, em vítimas desse evento.

A magnitude dos impactos ambientais e à saúde humana ocasionados por esse crime é difícil de mensurar, devido à gravidade sem

precedentes de um acontecimento como esse. Apesar das numerosas tentativas da empresa de ocultar ou minimizar esses impactos, inclusive no debate em torno da toxicidade dos metais pesados presentes na lama tóxica que contaminou o rio Verde, poucas semanas após o rompimento da barragem, relatórios oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmavam que "50 milhões de toneladas de resíduos de minério de ferro continham altos níveis de metais pesados tóxicos e outros produtos químicos tóxicos" (ONU, 2015, *apud* ZHOURI *et al.*, 2016, p. 53), responsáveis por contaminar sistemas de água, rios e solos por mais de 850 quilômetros.

O Núcleo Tramas, desde 2007, pesquisa os impactos da chegada de empresas do agronegócio, voltadas para a fruticultura irrigada, implantadas na região do Baixo Jaguaribe (CE). Ao longo desses anos, foi possível reunir uma série de evidências sobre os danos ao ambiente e à saúde das populações inseridas nesse contexto de desterritorialização e vulnerabilização, no qual um dos seus maiores reflexos pode ser apreendido pela exposição dessas comunidades, outrora formada por agricultores familiares tradicionais, a riscos impostos por substâncias como os agrotóxicos.

As pesquisas realizadas na região demonstraram que a contaminação por agrotóxicos afeta tanto os trabalhadores que manipulam esses produtos direta e indiretamente dentro das empresas, como os moradores que vivem no entorno dessas fábricas, inclusive aqueles que nunca trabalharam no agronegócio, devido à comprovada contaminação dos bens naturais das comunidades por agrotóxicos (RIGOTTO *et al.*, 2011). Além disso, o agronegócio propala mitos[20], exerce poder de doutrinação e sedução para o uso dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, até mesmo sobre pequenos agricultores com seus supostos resultados exitosos. Tudo isso, somado à isenção de impostos sobre agrotóxicos, tem resultado em massificação e banalização do uso desses compostos, construindo um complexo cenário de *vulnerabilização* em que há maximização dos riscos ambientais e ocupacionais (DIÓGENES, 2017).

20 Diógenes (2017) destaca que "o efeito dos mitos de que 'os agrotóxicos são seguros' e 'o efeito do veneno é apenas no dia em que se pulveriza' pode estar sendo *eficazmente nocivo* para essas comunidades rurais, o que pode ser atribuído a trabalho *pernicioso* do agronegócio em parceria com o poder público para ocultar os riscos relacionados com essa exposição" (p. 148).

Em relação à contaminação ambiental por agrotóxicos na região, é importante sublinhar que o fornecimento de água para as famílias acontece pelo mesmo canal que atravessa as grandes plantações de fruticultura irrigada, o qual percorre aproximadamente 14 quilômetros a céu aberto da sua origem até as comunidades. Estudo realizado pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), em 2008, após coleta de poços da região, constatou a presença de ingredientes ativos de agrotóxicos em cinco das dez amostras de água coletadas. Uma segunda análise, realizada pelo Núcleo Tramas, no ano de 2009, a partir da coleta de 24 amostras de água dos canais que abastecem as comunidades, das caixas d'água e de poços profundos, revelou a presença de princípios ativos de agrotóxicos em todas as amostras analisadas (entre 3 e 10 compostos) (MARINHO; CARNEIRO; ALMEIDA, 2011).

A pulverização aérea dos agrotóxicos, prática agrícola utilizada na Chapada do Apodi (CE), principalmente a partir dos anos 2000, após a implantação das grandes empresas de fruticultura irrigada, tem agravado a contaminação ambiental das comunidades por agrotóxicos. Estudos comprovam que a aplicação de agrotóxicos por meio da pulverização aérea ocasiona a contaminação do ambiente e das populações nos arredores das plantações, por meio da denominada deriva técnica, pois já se constatou que apenas 32% das substâncias aplicadas permanecem nas plantas, enquanto 19% se disseminam pelo ar, atingindo as áreas que estão ao redor das plantações, e 49% ficam retidas no solo, informações essas disponibilizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007). Em relação à região da Chapada do Apodi (CE), especificamente, entre os anos 2000 e 2010, foi pulverizado um volume correspondente a 4 milhões de litros de calda extremamente tóxica ou muito tóxica, altamente persistente no meio ambiente e muito perigosa, somente por meio da pulverização aérea (TEIXEIRA, 2011).

Ainda sobre a contaminação ambiental por agrotóxicos na região, Sousa (2015) realizou estudo para verificar e quantificar a presença do ingrediente ativo Glifosato, um dos herbicidas mais comercializados e utilizados no Brasil e no mundo, no ar atmosférico do município de Limoeiro do Norte (CE), tanto em zonas rurais como urbanas, e encontrou valores de concentração dessa substância que devem ser considerados relevantes e preocupantes em termos de saúde humana e ambiental.

Sobre as inter-relações entre a exposição ambiental aos agrotóxicos e o surgimento de efeitos crônicos, pesquisa realizada por Barbosa (2016), ao analisar as taxas de mortalidade por câncer infantojuvenil no estado do Ceará, entre os anos de 2000 e 2011, constatou que nas regiões de Camocim/Acaraú, Baixo Jaguaribe e Cariri houve uma elevação na média anual desses agravos no período estudado. Foi verificado que as maiores concentrações de casos de câncer infantojuvenil estão nas microrregiões que apresentam polos de irrigação. Na região do Baixo Jaguaribe, especificamente, constatou-se que o fator de risco mais relevante para o desencadeamento dos casos de câncer entre crianças e adolescentes foi a exposição aos agrotóxicos.

Sobre a exposição ocupacional aos agrotóxicos na região, de acordo com Teixeira *et al.* (2011), a exposição aos agrotóxicos e fertilizantes químicos é uma realidade muito presente na região, sendo mais relevante no agronegócio (99,1%) e entre os agricultores familiares camponeses (93,9%). Os mesmos estudos mostraram que a exposição aos agrotóxicos é múltipla (em média 3,81 produtos comerciais diferentes por trabalhador), tanto porque, em geral, aplica-se uma mistura de ingredientes ativos e demais componentes nos cultivos, como também porque pode-se utilizar, de acordo com as características da plantação, produtos diversos ao longo do tempo (TEIXEIRA *et al.*, 2011).

Os estudos na região também constataram que muitos trabalhadores manifestam no dia a dia do trabalho em que estão expostos aos agrotóxicos sintomas francos de intoxicação aguda (43,3% dos trabalhadores entrevistados); no entanto, na maioria das vezes, os trabalhadores não recorrem aos serviços de saúde, ou, quando buscam atendimento, comumente, não se investiga as possíveis relações entre o surgimento dos sintomas e a exposição ocupacional aos agrotóxicos (MACIEL; RIGOTTO; ALVES, 2011). As análises bioquímicas realizadas pelo Núcleo Tramas em trabalhadores agrícolas da região mostraram alterações laboratoriais em sistemas diversos, sendo as principais no fígado e sistema hematopoiético (MACIEL; RIGOTTO; ALVES, 2011).

Estudos desenvolvidos por grupo de pesquisa da área de Hematologia da UFC, em trabalhadores das empresas de fruticultura da região, evidenciaram alterações cromossômicas e genéticas com características pré-neoplásicas nesses sujeitos e, de acordo com a análise dos ingredien-

tes ativos (IAs) aos quais eles estão expostos ocupacionalmente, essas alterações podem ser atribuídas aos mecanismos toxicológicos e mutagênicos dessas substâncias, os quais já foram extensamente retratados na literatura científica (FERREIRA FILHO, 2013; COSTA, 2017).

Pesquisa recente realizada na Chapada do Apodi (CE), para investigar as relações entre os casos de más-formações congênitas e puberdade precoce com a exposição aos agrotóxicos (ambiental e ocupacional) em crianças moradoras da comunidade de Tomé, evidenciou, por meio de um entrecruzamento de metodologias (histórias clínicas e ocupacionais; análises toxicológicos de IAs de agrotóxicos – sangue e urina – e uma extensa revisão de literatura sobre os IAs de agrotóxicos aos quais as famílias da região foram e ainda são expostas), relações positivas entre a exposição dessas famílias aos agrotóxicos e o surgimento dos agravos analisados (AGUIAR, 2017).

Por fim, em estudo com o banco de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no estado do Ceará, demonstrou-se que a clientela rural, composta majoritariamente por pequenos agricultores, tem recebido cinco vezes mais benefícios por câncer que a clientela urbana, destacando-se as Regiões de Saúde de Limoeiro do Norte, Russas e Icó, territórios com marcada presença do agronegócio. Além disso, os cânceres hematológicos, fortemente associados à exposição por agrotóxicos na literatura científica, são a segunda causa de benefícios por câncer para os homens da clientela rural, excluindo-se os cânceres de pele (DIÓGENES, 2017).

Fase de término do projeto e abandono do território

Os grandes projetos de desenvolvimento, de forma geral, funcionam dentro de um prazo determinado pela atividade a ser implementada. Observa-se que há uma intensa expropriação dos bens naturais e do trabalho humano enquanto as empresas estão em pleno funcionamento; no entanto, após o esgotamento da natureza e das comunidades, esses empreendimentos se deslocam espacialmente para outras regiões propícias aos seus respectivos ramos de atividade, obrigando o antigo território a conviver com as consequências nefastas acumuladas durante o curso e o término do projeto, pois, diferentemente das empresas, as populações e a natureza não possuem essa mobilidade locacional, o que

as torna herdeiras de uma "herança maldita" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Dessa forma, após o término dos projetos, as comunidades localizadas no entorno deles são obrigadas a conviver com essa herança, representada por processos de desterritorialização que se concretizam no acúmulo de lixo, produtos e rejeitos dos processos produtivos no ambiente onde as pessoas vivem; degradação do solo; perda de saberes sobre o trabalho tradicional; mudança de hábitos alimentares; violência etc., ocasionando repercussões a longo prazo, como o aumento na prevalência das doenças crônicas, entre elas neoplasias, más-formações congênitas e desregulações endócrinas. Além disso, o próprio deslocamento espacial da empresa faz parte da desterritorialização constatada nesse período, causando impactos diretos sobre as fontes de renda das pessoas, contribuindo para o aumento dos níveis de desemprego e, consequentemente, para a geração e agravamento de problemas relacionados à saúde mental, como transtornos psiquiátricos e episódios de violência.

Quadro 5 – A "herança maldita"

Processo de desterritorialização	Vulnerabilizando os afetados	Repercutindo sobre o processo saúde-doença
• Acúmulo de lixo, produtos e rejeitos derivados do processo produtivo no entorno das comunidades • Deslocamento espacial do empreendimento	• Contaminação dos recursos naturais (águas superficiais e profundas, solo, ar, alimentos) • Desemprego	• Doenças crônicas (neoplasias, más--formações congênitas, desregulações endócrinas etc.) • Transtornos mentais (depressão, ansiedade, dependência química, suicídios etc.) • Violência

Em relação a casos que envolvem o conceito de "herança maldita", globalmente conhecidos e reconhecidos na literatura científica, Herculano (2001) resgata dois eventos emblemáticos: um deles ocorrido nos Estados Unidos, o caso de Love Canal, em Niagara Falls, estado de Nova York; e outro ocorrido no Brasil, o caso da Cidade

dos Meninos, Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. Em relação ao primeiro caso, a construção mal-sucedida de um canal, com cerca de 9,6 km de extensão e 85 metros de profundidade, para interligar as partes alta e baixa do rio Niagara, resultou na transformação dessa obra em um reservatório de lixo até o ano de 1953. A Hooker Chemical Corporation era a principal indústria que despejava os seus dejetos nessa área e, no ano de 1953, depois de preencher toda a área do canal com resíduos tóxicos e cobri-la com terra, repassou a área, pelo valor simbólico de 1 dólar, à Coordenação de Educação de Niagara Falls, a qual inaugurou, em 1955, uma escola primária exatamente no mesmo retângulo em que havia sido o canal. Nesse mesmo período, a região ao redor do antigo canal começou a ser ocupada e urbanizada por residências familiares.

Ao longo dos anos, os moradores que habitavam essa região começaram a perceber uma maior concentração dos casos de doenças, principalmente na faixa etária infantil, o que os motivou a se organizarem para denunciar esses problemas em espaços públicos. De acordo com a pesquisa realizada por Herculano (2001), o ano de 1978 foi um marco para o início das denúncias realizadas pelos moradores, as quais motivaram algumas ações urgentes do poder público americano, culminando na evacuação permanente das famílias, devido à identificação de elevado sofrimento psicossocial, no ano de 1980. Nesse mesmo período, os estudos realizados na região:

> [...] encontraram 56% de nascimentos de crianças defeituosas em um período de 5 anos; as chances de abortos espontâneos estavam entre 50 a 70%; houve um aumento de doenças do sistema nervoso – epilepsia, colapsos nervosos, tentativas de suicídio, hiperatividade infantil; desordens urinárias, problemas renais e biliares, asmas. Das 15 mulheres que estavam grávidas durante o período da pesquisa, apenas duas crianças nasceram normalmente, tendo o resto abortado ou dado à luz crianças com problemas (HERCULANO, 2001, p. 7).

O segundo caso apresentado pelo autor foi o da Cidade dos Meninos, fundada no ano de 1946, vinculada à Fundação Abrigo Cristo

Redentor (criada pelo presidente Dutra) e composta inicialmente pelas seguintes estruturas:

> [...] padarias, escolas de pesca, oficinas de marcenaria, cestaria, mecânica, vassouraria, etc, para a educação profissionalizante de meninos e rapazes, que lá residiam em regime de internato. Havia ainda horta, pomar, avicultura, suinocultura, bovinos, não apenas para treinamento dos alunos em profissões agrícolas, mas para a sua própria alimentação. Compunham a Cidade dos Meninos quatro Institutos, onde as crianças se alojavam e duas escolas (uma estadual, outra municipal), onde estudavam não apenas os internos, mas também os filhos dos funcionários que lá moravam (HERCULANO, 2001, p. 10).

No ano de 1949, entretanto, instalou-se também, na Cidade dos Meninos, o Instituto de Malariologia, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde do governo brasileiro. Pouco tempo após essa instalação, construiu-se, nessa mesma área, uma fábrica destinada à produção de hexaclorociclohexano (HCH), também conhecido vulgarmente como "pó-de-broca", pesticida organoclorado altamente tóxico, com propriedades inseticidas. A principal justificativa do governo brasileiro para a instalação desse tipo de empreendimento era o desenvolvimento de tecnologias para a erradicação e o controle de doenças transmitidas por vetores. A fábrica funcionou produzindo grandes quantidades de produtos tóxicos até o ano de 1960, quando foi desativada; no entanto, o governo brasileiro não tomou os cuidados necessários para esse processo, resultando no acúmulo de muitos rejeitos tóxicos na região, os quais se concentraram no ambiente e contaminaram os moradores:

> Segundo relato dos moradores, a fábrica abandonada foi se arruinando e os tonéis de papelão nos quais o chamado BHC estava acondicionado se romperam com o tempo e foram se infiltrando pelo solo, contaminando pastagens e hortas, sendo espalhado pelo vento, pisado por pés descalços infantis, inalado. O pó foi também utilizado pelos moradores para a impermeabilização da estrada e nas cabeças das crianças para matar piolho; era ainda levado

> às feiras livres em pequenas porções para ser vendido como solução doméstica contra mosquitos (HERCULANO, 2001, p. 13).

Ao longo das últimas décadas, diversos estudos e pesquisas têm sido realizados para investigar o grau de contaminação ambiental e humana causado aos moradores da Cidade dos Meninos por esses produtos tóxicos acumulados na região. Sabe-se, inclusive, que algumas dessas substâncias, como o gama-HCH, apresentam características lipofílicas, ou seja, possuem afinidade elevada com tecidos adiposos, podendo acumular-se nos organismos durante muito tempo. Herculano relata os principais resultados de uma importante pesquisa sobre o tema:

> Em 1996, Braga apresentou seus resultados de uma avaliação de 184 amostras de soro sanguíneo de escolares remanescentes do Abrigo Cristo Redentor, encontrando uma correlação significativa entre as concentrações de HCH em soro sanguíneo e o tempo de exposição ao HCH, o que tinha a ver com o tempo de permanência das crianças distribuídas pelas diferentes séries e idades (0,5% para alfa-HCH, 29,35% para beta-HCH e 1,63% para gama-HCH). A autora definiu estes resultados como uma elevada taxa de contaminação (2001, p. 17).

Oliveira *et al.* (2003), ao analisarem o solo de uma das regiões da Cidade dos Meninos, constataram que, mesmo com o uso de óxido de cálcio no ambiente com o propósito de descontaminação, "Análises de solo coletadas superficialmente na área tratada, anos após o tratamento, mostraram ainda altas concentrações residuais de HCHs" (p. 447).

Os dois casos acima apresentados, apesar de estarem geograficamente distantes, refletem um mesmo modelo de desenvolvimento vigente, que prioriza o setor econômico e o lucro em detrimento da vida e da saúde das pessoas. Em ambas as situações, os empreendimentos comprometeram os bens naturais das regiões onde se instalaram; no entanto, mesmo após o término do projeto, as consequências negativas à saúde das pessoas podem ser detectadas até os dias de hoje, décadas após a retirada das empresas. É importante também comparar esses casos à luz da justiça ambiental, pois o histórico deles mostra que, enquanto nos Estados Uni-

dos a pressão realizada por lideranças comunitárias para mitigação dos danos teve resultados exitosos em um curto período de tempo (por volta de dois anos), estimulando, inclusive, o governo americano a adotar medidas em todo o âmbito nacional para impedir o surgimento de casos semelhantes posteriormente, aqui, no Brasil, o despertar para esses problemas de saúde foi muito tardio (no final da década de 1980), e muitas vezes as denúncias e reivindicações foram realizadas por lideranças solitárias, pois muitas famílias da Cidade dos Meninos temem ser despejadas da região e perder os seus direitos garantidos (moradia, água, energia, vínculos sociais e afetivos). Além disso, o governo brasileiro, até o momento, não conseguiu garantir medidas concretas de reparo a esses cidadãos, estando muito distante, então, de implementar políticas públicas que previnam a ocorrência de situações parecidas (HERCULANO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As temáticas discutidas ao longo deste capítulo, que perpassam as dimensões dos conflitos ambientais e da saúde, apesar de apresentarem-se como graves e urgentes a cada dia, ainda se encontram submetidas a mecanismos de invisibilização. Dessa forma, ao discuti-las e propor uma matriz de análise para compreendê-las melhor em seus diversos contextos de vulnerabilização, o nosso intuito é estimular os sujeitos sociais e de pesquisa a incorporarem essa compreensão em seus cotidianos de estudos, diálogos, formações, lutas e resistências.

Assim, ao propor como referencial teórico principal nas nossas análises o enfoque socioambiental crítico e transformador, partimos de uma compreensão pela qual os problemas e as necessidades de saúde oriundos dos territórios precisam ser enxergados e considerados por diversas áreas do conhecimento e do poder público, e não somente pelo setor de saúde, pois se tratam de questões complexas e desafiadoras, exigindo dos sujeitos envolvidos com ela reflexões e práticas criativas e coletivas, tanto para abordá-las como para enfrentá-las.

No atual momento em que vivemos, no qual os projetos de concentração do capital mundial e nacional avançam com enorme força, a lucidez a respeito dos grandes prejuízos que este cenário já está trazendo e anunciando em um futuro próximo para a vida e a saúde das popu-

lações, principalmente daquelas historicamente submetidas a processos de vulnerabilização, não deve ser um mote para nos desanimar e paralisar, pelo contrário, precisa nos impulsionar no sentido do desvelamento dessas ameaças, permitindo-nos acumular uma força coletiva suficiente para interromper a continuidade desses projetos adoecedores, na esperança de revertermos o caminhar das humanidades em direção a percursos potencializadores da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. **Em Pauta**, 2º semestre de 2013, nº 32, v. 11, p. 115-129.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: _____. (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2008, p. 13-44. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais).

_____. MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIAR, A. C. P. **Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos**: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE). 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ALEXANDRE, S. F. **Exposição a agrotóxicos e fertilizantes**: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte-CE. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista**. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **Os sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARBOSA, I. M. **Câncer infantojuvenil:** relação com os polos de irrigação no estado do Ceará. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medi-

cina, Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, 131 p. Fortaleza, 2016.

BARRETO, M. M. S. **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2012. v. 1. 270 p.

BEZERRA, M. G. V. **Do canto das cotias ao barulho do trem**: transformações no modo de vida e na saúde na comunidade de Bolso no Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010

BEZERRA, M. G. V.; RIGOTTO, R. M., PESSOA, V. M.; SILVA, F. V. E. Implicações do desenvolvimento econômico no trabalho, ambiente e saúde em comunidades portuárias no Ceará, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso). v. 19, p. 4023 - 4030, 2014.

BORSOI, I. C. F.; RIGOTTO, R. M.; MACIEL, R. H. Da excelência ao lixo: humilhação, assédio moral e sofrimento de trabalhadores em fábricas de calçados no Ceará. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, USP, v. 12, p. 173-187, 2009.

BORSOI, I. C. F.; RIGOTTO, R. M. É dando que se recebe: as políticas de benefícios de uma fábrica de calçados no Ceará. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, USP, v. 11, p. 41-50, 2008.

BRAGA, L. Q. V. **Agroecologia e Agronegócio no Semi-Árido Cearense:** Conflito Ambiental e Repercussões ao Modo de Vida na Comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas, Ceará. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRASIL. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília, DF, 23 ago. 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica:** ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 317 p.

_____. Epidemiología del siglo XXI y ciberespacio: repensar la teoria del poder y la determinacíon social de la salud. **Rev. Bras. Epidemiol**; v. 18, n. 4, out./dez. p. 972-982, 2015.

_____. **Epidemiologia**: economia, política e saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991.

BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no cariri cearense:** o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduação em Geografia. Recife, 2016. 308 f.

CARVALHO, A. M. P. **Mundialização do capital e seus impactos no mundo do trabalho**: desafios para a luta sindical. Série de debates sobre uma conjuntura. Fortaleza: Sindicato dos Bancários do Ceará, 2008.

CORBURN, J. **Street Science:** Community Knowledge and Environmental Health Justice. Cambridge: MIT Press; 2005.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. 2005. p. 80-88. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/. Acesso em: 25 de jun. de 2015. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

COSTA, D. S. **Saúde em contexto de conflito ambiental**: um direito ameaçado pela implantação da mina de urânio e fosfato no Sertão Central do Ceará. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: UFC, 2015.

COSTA, M. B. **Análise de expressão dos genes de reparo da lesão de fita simples do DNA de trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos**. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Medicina, Medicina Clínica. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

COSTA, R. H. da. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: _____. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. Cap. 2. p. 35-98.

DIAS, E. C.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S.; *et al*. Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, p. 2105-2112, 2009.

DIÓGENES, S. S. **(In)visibilização das causas de câncer na zona rural do município de Limoeiro do Norte-CE:** a vulnerabilização das comunidades rurais e os riscos dos usos dos agrotóxicos. 2017. Universidade Federal do Ceará, 2017.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia:** impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERREIRA FILHO, L. I. P. **Estudo das alterações citogenômicas da medula óssea de trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Medicina Clínica, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

FORO MUNDIAL DE ALTERNATIVAS. **Proyecto de Declaración Universal del Bien Común de la Humanidad**. Disponível em: http://alainet.org/active/55639. Acesso em: 23 mar. 2013.

FUNTOWICZ, S.; RAVERTZ, J. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 219-230, jul./out. 1997.

GAMARRA, T. P. N.; PORTO, M. F. S. Regulação em Saúde e Epistemologia Política: Contribuições da Ciência Pós-Normal para Enfrentar as Incertezas. **Revista o&s**, Salvador, v. 22 - n. 74, p. 405-422, jul./set. 2015.

GOMES, M. C. F. **Neodesenvolvimentismo x modos de vida Anacé:** impactos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém sobre povos indígenas no Ceará. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, 2014.

GRISOTTI, M. A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XIX, n. 2, p. 291-310, abr. 2016.

KÜHL, A. M. *et al*. Perfil nutricional e fatores associados à ocorrência de desnutrição entre crianças indígenas Kaingáng da Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 409-420, fev. 2009.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERCULANO, S. Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada. In: MELLO, M. P. de (Org.). **Justiça e sociedade:** temas e perspectivas. São Paulo: Ltr, 2001. p. 215-238.

IRIART, C.; WAITZKIN, H.; BREILH, J.; et al. Medicina Social Latinoamericana: aportes y desafios. **Rev. Panam. Salud Publica**, Pan Am J Public Health v. 12, n. 2, 2002. p. 128-136.

LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: _____. **Perspectivas latinoamericanas**. Argentina. Setembro 2005. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,

LAURELL, A. C. La Salud-Enfermidad como Proceso Social. **Revista Latinoamericana de Salud**, v. 2, p. 7-25, abr. 1982.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978.

MACIEL, R. H. M.; RIGOTTO, R. M.; ALVES, P. A.; Como está a saúde destes trabalhadores? In: RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011. p. 391-413.

MARINHO, A. P. (2010). **Contextos e contornos de risco da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. Tese (Doutorado) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil.

MARINHO, A. M. P.; CARNEIRO, F. F.; ALMEIDA, V. E. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC, 2011. Cap. 5. p. 166-214.

MARTINEZ-ALIER, J.; HEALY, H.; TEMPER, L.; *et al.* Between science and activism: learning and teaching ecological economics with

environmental justice organisations. **Local Environment,** v. 16, n. 1. January 2011, 17–36.

_____. Entre la Economía Ecológica y la Ecología Política. **Crítica y Emancipación**, n. 12, p. 263-276, segundo semestre de 2014.

_____. ANGUELOVSKI I.; BOND P., *et al.* Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. **Journal of Political Ecology**, v. 21, p. 19-60, 2014.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEIRELES, J.; BRISSAC, S.; SCHETTINO, M. P. **O Povo Indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado**. Parecer Técnico nº 1.15.000.001301/2008-38. Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Ceará. Fortaleza, 23 nov. 2009.

MELO, R. D. **Riscos Ambientais e Processos de Vulnerabilização**: diálogos e controvérsias em torno do Projeto de Mineração de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria, Ceará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: UFC, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEZUMA, T. F. P. F. **Licenciar e silenciar**: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do Projeto Santa Quitéria, CE. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: UFC, 2015.

MORIN, E. **Complexidade e liberdade**. Ensaios THOR, Associação Palas Athena, São Paulo, n. 7, p. 12-19, 1998.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120 p.

NOGUEIRA, F. N. A.; RIGOTTO, R. M.; TEIXEIRA, A. C. A. O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 34, p. 40-50, 2009.

OLIVEIRA, R. M. de *et al*. Concentração residual de hexaclorociclohexano em área contaminada na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil, após tratamento com óxido de cálcio. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 447-453, mar. 2003.

ODDONE, Ivar. **Ambiente de Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1986

OPAS. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **La salud y el ambiente en el desarrollo sostenible**. Washington, D.C.: OPS, 2000.

PESSOA, V. M. **Tecendo atenção integral em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à saúde em Quixeré - Ceará**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: UFC, 2010.

PÍCOLI, R. P.; CARANDINA, L.; RIBAS, D. L. B. Saúde materno-infantil e nutrição de crianças Kaiowá e Guaraní, Área Indígena de Caarapó, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 22, p.223-227, jan. 2006.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2007.

PONTES, A. G. V. **Saúde do trabalhador e saúde ambiental**: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural em conflito socioambiental. [Dissertação] Mestrado em Saúde Pública. Universidade Federal do Ceará, 2012.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos**. Editora: Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 31-58, 2011.

_____.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, 2012.

_____.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4071-4080, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O espírito de Cochabamba: a reapropriação social da natureza. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, 2010, p.104-123.

QUIJANO, A. **"Buen vivir": entre el "desarrollo" y la des/colonialidad del poder**. Viento Sur, n. 122, Mayo 2012, p. 46-58.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós--desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fevereiro de 2011, p. 149-163.

RBJA. REDE BRASILERIA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Manifesto de Lançamento**. Rio de Janeiro, 2011.

RIBAS, D. L. B. *et al.* Nutrição e saúde infantil em uma comunidade indígena Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p.323-331, mar. 2001.

RIBEIRO, L. A. D. **Risco e injustiça hídrica no semiárido**: contribuição à avaliação de Equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. [Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Ceará, 2016.

RIGOTTO, R. M. **"O progresso chegou":** E agora? A tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. Tese, [Doutorado em Sociologia]. Universidade Federal do Ceará, 2004.

_____. *et al.* **Estudo epidemiológico da população da região do baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos:** documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza, 2010.

_____. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 612p.

_____. *et al.* Trends of chronic health effects associated to pesticide use in fruit farming regions in the state of Ceara, Brazil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, p. 763-773, 2013.

_____.; AGUIAR, A. C. P; COSTA, D. S. **Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria em suas relações com a Saúde Pública, a Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e a Saúde Ambiental**. Parecer Técnico. Núcleo Tramas/UFC. Fortaleza, nov. 2014.

_____.; AGUIAR, A. C. P. Invisibilidade ou invisibilização dos efeitos crônicos dos agrotóxicos à saúde? Desafios à ciência e às políticas públicas. In: _____. **Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas:** estudos e análises 2. Brasília: UnB/ObservaRH/Nesp-Fiocruz/Nethis, 2015. p. 47-90.

ROCHA, J. da. **Usina hidrelétrica e determinação social da saúde**: o caso das famílias atingidas pela barragem de Estreito em Tocantins. 2016.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez; 2010.

SANTOS, B. S.; Meneses, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trab. Educ. Saúde** (Online), Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, nov. 2010.

SCOTT, P. Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 74-89. (2006). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7495>. Acesso em 29 jul. 2016.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Cortês, 1994. 322p.

SOUSA, M. G. de F. **Avaliação do herbicida glifosato presente na atmosfera. Estudo de caso: município de Limoeiro do Norte-CE**. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2015.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. Seminario Latinoamericano "Derechos de la Naturaleza y Alternativas al extractivismo". Colectivo Voces de Alerta, CLAES, Jóvenes por la Igualdad y CEPPAS. Buenos Aires, 2011.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J (Orgs). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 140-173.

TAMBELLINI, A. M. T.; CÂMARA, V. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, 1998, p. 47-60.

TEIXEIRA, A. C. A. **O trabalho no mangue nas tramas do (des)envolvimento e da (des)ilusão com "esse furação chamado carcinicultura"**: conflito socio-ambiental no Cumbe, Aracati-CE. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, 2008.

TEIXEIRA, M. M. "Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço": experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará. In: RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará.1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011, p. 525-546.

_____.; RIGOTTO, R. M. **Territorialização em saúde**: estudo das relações produção, ambiente, saúde e cultura na atenção primária ä saúde. (Relatório de Pesquisa). 2011.

TEIXEIRA, A. C. de A. *et al*. Tecendo aproximações entre o trabalho e a pluralidade da exposição dos trabalhadores a agrotóxicos e fertilizantes no Baixo-Jaguaribe- CE. In: RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011, p. 319-360.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010.

_____. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA POR QUÊ E PARA QUEM? 23, **Anais**... ANPUH-SP, 2016.

WYNNE B. "Elefantes nas salas" onde os públicos encontram a "ciência": uma resposta a Darrin Durant, "Refletindo sobre a expertise. Wynne e a autonomia do público leigo". **Revista Antropolítica**, n. 36, p. 83-110, Niterói, 1. sem. 2014.

ZHOURI, A. *et al*. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. Cap. 2. p. 45-65.

Parte II

Práxis acadêmicas em torno dos conflitos ambientais: universidade e emancipação

NA FORJA DE OFÍCIOS GESTANDO UTOPIAS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL NA UFMG[1]

Andréa Zhouri [2]

Raquel Oliveira [3]

Klemens Laschefski [4]

Marcos Zucarelli [5]

INTRODUÇÃO

Ao longo de 17 anos de existência do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, o Gesta-UFMG, pesquisadores e alunos têm se dedicado à reflexão crítica acerca da categoria desenvolvimento e a constelação semântica e discursiva que em torno dela gravita na composição do que denominamos de "campo ambiental"[6]. Com efeito, desenvolvimento surge como

1 O Gesta-UFMG, por meio dos autores, agradece ao CNPq, à Fapemig, à Capes e ao MEC-Sisu que, ao longo dos anos, através de diferentes editais, apoiaram os projetos de pesquisa e extensão do grupo relatados neste texto.

2 Doutora em Sociologia pela Universidade de Essex (1998). Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (UFMG) e Sociedade, Ambiente e Território (UFMG-Unimontes).

3 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2014. Professora do Departamento de Sociologia da UFMG.

4 Doutor em Geografia pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha (2002). Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (UFMG) e Sociedade, Ambiente e Território (UFMG--Unimontes).

5 Mestre em Sociologia pela UFMG (2006). Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

6 O conceito de campo ambiental é inspirado pela teoria de Pierre Bourdieu. Para uma discussão sobre o campo ambiental, enquanto espaço hierarquizado, estruturado e estruturante dos conflitos em torno das formas legítimas de apropriação simbólica e material da natureza, consultar Zhouri (1998), Carneiro (2003) e Acselrad (2002), entre outros.

uma das categorias centrais daquilo que Arturo Escobar (1995), Walter Mignolo (2003) e Anibal Quijano (2008) identificam como matriz da colonialidade do saber e do poder na contemporaneidade. Isso porque, na esteira do processo de colonização, desenvolvimento implica em transformações sociais que têm pelo menos duas características centrais: são muito rápidas e violentas. Violentas não apenas porque são essencialmente expropriadoras, mas porque o processo se faz a partir da negação da diferença e sua concomitante transformação em carência, a exemplo do que sucede historicamente aos grupos indígenas e quilombolas e também em relação a grupos destituídos de um marcador étnico específico, como o campesinato brasileiro.

Enquanto cientistas sociais atuantes nesse campo ambiental, realizamos nosso ofício[7] em um contexto crítico e estrutural, que envolve conflito social e crise, e no qual concorrem discursos e práticas diversas, cada qual produzindo efeitos modulares sobre nossa prática profissional. Esse foi o contexto dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Gesta ao longo dos anos. Atuações que implicaram na tomada de posição em pareceres e relatórios técnicos, sobretudo no contexto do licenciamento ambiental de grandes projetos e das ações como "assessoria"[8] aos atingidos por barragens, monoculturas agrícolas (cana-de-açúcar, eucalipto), conflitos ambientais urbanos (incineração de lixo hospitalar, avanço do setor imobiliário em áreas verdes e ocupações urbanas) e pela mineração. Nesta escrita deixamos o registro de como nos tornamos, a um só tempo, professoras, professores e aprendizes por meio do fazer e do

7 Empregamos o termo ofício como conjunto de atos que envolvem uma prática profissional e a manutenção de certa atitude de vigilância e reflexividade em relação a essa prática. Conforme argumentaram Bourdieu, Chamboredon e Passeron, trata-se de um "habitus que, sendo um sistema de esquemas mais ou menos controlados e mais ou menos transponíveis, é simplesmente a interiorização dos princípios da teoria do conhecimento sociológico" (2004, p. 14).

8 Utilizamos o termo "assessoria" entre aspas porque, conforme se refletirá neste texto, a atuação acadêmica de cunho extensionista do Gesta nunca pretendeu reproduzir posições hierárquicas comumente atribuídas ao conhecimento perito, portanto, dos assessores técnicos, conhecimento este que seria privilegiado e apartado da produção do conhecimento popular. A categoria assessoria dialoga, nesse sentido, com interlocutores que concebem o conhecimento acadêmico como o conhecimento legítimo e fora intencionalmente utilizada ao longo dos trabalhos do Gesta para fins de comunicação estratégica tanto dentro da academia quanto nos espaços de disputa política dentro do campo ambiental.

pensar gestado no âmbito da academia e, sobretudo, compartilhado com atores não acadêmicos cujos modos de vida se veem ameaçados. Em certa medida, fomos gestando nossas atuações na medida em que diferentes situações sociais nos desvelavam o processo de silenciamento e aviltamento de sujeitos sociais forçados à aceitação de projetos decididos previamente e alhures – em gabinetes de gestores, instituições financeiras e empresários –, sem nenhum tipo de compromisso com as condições ecológicas e sociais que constituem a vida nos lugares. O planejamento abstrato e centralizado, geralmente defendido em nome de entidades genéricas e supostamente mais importantes – a nação, o interesse público –, submete reiteradamente a sacrifícios aqueles grupos que, em certa medida, não se enquadram no imaginário de progresso e modernidade produzido pelo ocidente industrial: indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros. Nesse processo, a desqualificação do saber erigido a partir da experiência vivida é repetida e estrategicamente acionada como violência epistêmica, a qual naturaliza a expropriação como caminho inextricável à realização do desenvolvimento, forjando as condições de possibilidade para outras sucessivas e cumulativas violências.

Neste texto, retomando os fios de uma memória compartilhada, procuramos discutir as formas de engajamento e a responsabilidade social do profissional implicado em tais processos em que o ofício se realiza num campo de tensões e correlações de força. De forma breve e não necessariamente cronológica, resgatamos algumas situações etnográficas como fios condutores desse processo de caráter mneumônico e reflexivo, detendo-nos na experiência de longa duração no Vale do Jequitinhonha, por considerá-la como uma espécie de mito fundador do Gesta.

ETNOGRAFANDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE HIDRELÉTRICAS

Inspirações iniciais – o caso da PCH Aiuruoca

O tema do licenciamento ambiental de hidrelétricas surgiu como questão que "afetava" particularmente à Andréa Zhouri, ainda jovem professora na UFMG, em 1999. Uma linda mata ciliar, com farta ca-

choeira, estava ameaçada por um projeto de barragem em Aiuruoca, sul de Minas, sua terra natal. Procurada por conterrâneos que buscavam entender o processo de licenciamento ambiental dessa obra, bem como uma ajuda para defender a mata e o rio, Andréa, recém-chegada do doutorado no exterior, pouco conhecia à época as instituições e os processos de licenciamento ambiental envolvidos no caso. Foi pela experiência forjada na busca de informações sobre o licenciamento da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Aiuruoca que o tema entrou para a agenda acadêmica de forma sistemática. À medida que Andréa percorria os "corredores" institucionais e interagia com técnicos e gestores do meio ambiente, um universo instigante, ao mesmo tempo analítico e político, se descortinava. A dificuldade na obtenção de informações e o descaso com que moradores eram tratados pelos funcionários da agência ambiental contrastavam com a facilidade com que consultores e representantes das empresas acessavam documentos e outros dados do processo de licenciamento. As descobertas e experiências, assim como as indignações, eram compartilhadas em sala de aula com os alunos por meio das disciplinas sobre meio ambiente ministradas nesse período. A conexão entre as experiências relatadas e as abordagens teóricas provocava cada vez mais o interesse dos alunos por aquela estranha "novela do licenciamento ambiental da PCH Aiuruoca".

Foi nesse contexto que alguns se voluntariaram para ajudar com a leitura dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento e para participar das audiências públicas do Conselho de Política Ambiental (Copam) em que o caso era pautado. Klemens Laschefski, que havia trabalhado como consultor ambiental na Alemanha, contribuiu para o entendimento dos estudos ambientais e procedimentos técnicos e administrativos do licenciamento. Dessa forma, íamos desvendando juntos os mistérios da linguagem hermética, pretensamente tecnicista do EIA-Rima, e sua estratégia desqualificadora dos impactos, o *modus operandi* do Estado, o papel dos agentes ambientais, o campo de atuação das entidades ambientalistas, os espaços deliberativos pensados como participativos e, sobretudo, a assimetria política entre atingidos e empresários. Nascia, assim, um embrião do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) – que foi registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq em 2001, ano da inserção do primeiro grupo de alunos na equipe, entre eles Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli, ainda como estudantes de graduação.

O nome Gesta remete menos à ideia de gestão ambiental, espinha dorsal das pretensões tecnicistas do paradigma da modernização ecológica (BLOWERS, 1987), para se lançar à aspiração de ser *gestação*. Um laboratório de experiências e ousadias no fazer acadêmico, que navega pela transdisciplinaridade, flerta com a indisciplinaridade e estabelece diálogos entre saberes e fazeres próprios ao campo da Ecologia Política e dos movimentos sociais. Presentes no primeiro Encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, em 2001, participamos da sua criação e dos debates sobre justiça ambiental inspirados em autores como Bullard (1983) e Guha e Martinez-Alier (1997), que inserem as dimensões de classe, gênero e raça nos debates ambientais que visam à construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente saudável. Tratava-se da produção de ideias e ações que colocavam o *Gesta-em-ação*, entrelaçando pesquisa e extensão, utopias, inovações e resistências necessárias.

Foi através do "caso Aiuruoca" que experiências de resistência foram sendo gestadas: elaboração de pareceres técnicos que apontavam falhas no EIA-Rima, participação em audiências públicas no Conselho de Política Ambiental e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, campanhas de apoio via internet, entre outros. E foi nesse contexto que conhecemos o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sobretudo a resistência aos projetos localizados na bacia do alto rio Doce, e o movimento dos atingidos pela barragem de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, região para a qual estavam planejados ou previstos outros projetos hidrelétricos, como a barragem de Murta. Através das experiências de acompanhamento da resistência às barragens no Jequitinhonha pudemos apurar nossa percepção sobre as assimetrias sociais e políticas que envolvem a realização dos grandes projetos, assimetrias essas encetadas nas relações de poder em torno da produção do conhecimento e da validação de certos saberes em detrimento de outros.

A desacreditação da experiência vivida e dos saberes locais

Em 2001, fomos confrontados com uma circunstância que expunha, de forma particular, um contexto *crítico* (DAS, 1995)[9] que

9 Situações ou eventos em que as formas de violência interpelam as rotinas e o cotidiano dos agentes sociais levados à politização de suas perdas e sofrimentos, reconfigurando suas formas de interlocução/comunicação com outros atores, especialmente com a racionalidade burocrática dos diferentes setores do Estado, das corporações, técnicos, consultores, entre outros.

se repetiria em diferentes situações ao longo dos anos, revelando um componente estrutural (não acidental ou circunstancial) das relações de poder que perfazem o campo do licenciamento ambiental das grandes obras e do debate ambiental em geral. Tratava-se de uma audiência pública do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam) que deveria deliberar sobre a concessão de uma das licenças ambientais para a hidrelétrica de Irapé. Os atingidos se faziam representar por meio de membros da Comissão de Atingidos e contavam também com o apoio da assessoria técnica da ONG Campo Vale (ZUCARELLI, 2006). Ao microfone, os representantes das comunidades em processo de deslocamento compulsório expunham problemas diversos decorrentes de um licenciamento pautado pela *adequação ambiental*, ou seja, em que um conjunto de soluções tecnicistas e/ou mercantis aliadas às tecnologias de resolução de conflitos substitui o debate político acerca da natureza, da viabilidade e da finalidade do empreendimento. Nessa conjuntura, questões fundamentais como a indefinição do universo atingido e das terras para o reassentamento, a supressão das áreas e das atividades de lavoura e a escassez de água eram trazidas à pauta pelos atingidos. Mas foi a reação de um dos conselheiros que nos chamou a atenção. Após ouvir as denúncias dos atingidos sobre as graves dificuldades provocadas pelo início das obras na região, o referido conselheiro assim reagiu: "Não me venham com choramingas, a discussão aqui deve ser técnica".

Nesse diapasão, em outra reunião do mesmo conselho (Copam), ainda para discussão sobre o projeto de Irapé, uma conselheira designada como representante da sociedade civil, após ouvir relatos dramáticos dos atingidos sobre suas dificuldades e privações oriundas da falta d'água provocada pelas obras da barragem, assim se manifestou: "gostaria de saber qual é o projeto da CEMIG [Companhia Energética de Minas Gerais] para a educação ambiental dos moradores em relação à preservação das APPs" [Áreas de Preservação Permanente]. Surpreendeu-nos a indiferença e completa falta de sensibilidade para com o sofrimento alheio entre aqueles investidos do poder de decisão sobre a obra e, no limite, sobre a vida daquelas pessoas.

Numa direção semelhante, o representante do consórcio energético Murta S.A.[10], durante a audiência pública para o empreendimento,

10 O projeto da barragem de Murta foi previsto para a formação de reservatório imediatamente a jusante da barragem de Irapé. A implantação desse empreendimento envolve a inundação de um trecho de 20,6 km^2, sendo uma parcela significativa composta

havia destacado a estrita associação entre conhecimento e participação:

> Essas populações poderão participar desse passo importante para o desenvolvimento, na medida em que elas tenham conhecimento do que vai acontecer com elas [...] Eu sei que seria muito mais interessante para as populações que elas tivessem domínio, conhecimento daquilo que é feito na terra delas. Assim, poderiam desenvolver com muito mais facilidade e potencialidade as suas riquezas, as suas virtudes, em prol da própria comunidade[11].

Como os demais, esse enunciado faz emergir perniciosos efeitos de sentido e de poder, entre os quais destacam-se: a desacreditação das experiências e saberes locais tomados como inexistentes, quando não inválidos, e a reivindicação de autoridade dos peritos e consultores que se apresentam, implicitamente, como detentores e responsáveis por essa espécie ímpar de *"discurso competente"* (CHAUÍ, 2007). Retomaremos o tema da resistência ao projeto da barragem Murta mais adiante, para tecer considerações sobre a experiência de construção conjunta (Gesta e atingidos) do conhecimento. Por ora, cabe mencionar que a desacreditação da experiência vivida e dos saberes locais foi processo que observamos em diferentes situações sociais em que atuamos, para além dos casos das hidrelétricas.

AGROCOMBUSTÍVEIS, GOVERNANÇA GLOBAL E O PAPEL DO CONHECIMENTO

A partir de 2003, uma nova frente de trabalho se constituiu no Gesta envolvendo parcerias com a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ – *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*) e FIAN (*Food First Information and Action Network*). O trabalho visava à realização de pesquisas de campo sobre os efeitos econômicos, sociais e ecológicos no Brasil oriundos da liberalização acelerada do mercado europeu de

---

por "vazantes" e "tabuleiros", as mais importantes áreas de cultivo em uma região do semiárido. Destaca-se ainda o deslocamento compulsório de cerca de 900 famílias residentes nas áreas rurais sujeitas à inundação.

11 Diretor do consórcio Murta Energética S.A. em 22/10/2002 durante a realização da audiência pública para o empreendimento.

açúcar (HIRSCH *et al.*, 2003). Foram realizados estudos na Zona da Mata de Pernambuco e nas regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, a fim de compreender a diversidade tecnológica, econômica e social neste setor. Como grande parte das indústrias de processamento tem, desde o programa Proálcool dos anos 1970, uma estrutura dual para produzir ao mesmo tempo açúcar e etanol, o estudo se dedicou também às consequências desse estímulo adicional para a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar e os seus efeitos sociais e ambientais. Nessa época, como exigência da política europeia de importação, já se iniciara o debate sobre critérios e indicadores socioambientais para o setor sucroalcooleiro.

Coincidentemente, aconteceu no mesmo ano o processo da recertificação das plantações de eucalipto das empresas Plantar e Vallourec & Mannesman Florestal (V&M), localizadas em Curvelo, Minas Gerais. Tais empresas foram as primeiras a obter, em 1999, o selo do Forest Stewardship Council (FSC). A recertificação, em 2003, aconteceu no contexto da candidatura de ambas à obtenção de créditos de carbono através do Prototype Carbon Fund, do Banco Mundial, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Atendendo à demanda do World Rainforest Movement (WRM) e da Fern – entidades civis que acompanham a política da União Europeia nesse setor –, o Gesta acompanhou o processo de reavaliação através das reuniões da certificadora SGS junto aos produtores rurais da região. Devido aos inúmeros problemas ambientais e às violações de direitos humanos envolvidos, a certificação foi contestada. Como a certificação pelo FSC era condição para a elegibilidade ao Protype Carbon Fund, os projetos da Plantar e da V&M foram questionados por uma delegação de camponeses das comunidades atingidas de Bocaiúva e Curvelo em sua visita à sede do FSC internacional, em Bonn, e durante a Primeira Feira do Carbono – a Carbon Expo – realizada em Colônia, Alemanha[12].

12 Em relação a essa temática, em 2003 o Gesta ofertou na UFMG uma oficina do Fórum Social Brasileiro intitulada "Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: hidrelétricas e plantações de eucalipto"; participou da Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre Silvicultura em 2004 e de uma mesa-redonda no Congresso McPlanet na Alemanha em 2007. Em 2009, o Gesta registrou uma queixa formal no âmbito do processo de validação do projeto MDL "Reforestation as renewable source of wood suppliers for industrial use in Brazil" (TÜV SÜD/WORLD

A partir de 2005, a temática da certificação alcançou também os cultivos para a produção de agrocombustíveis, a exemplo da soja e da cana-de-açúcar. Nesse contexto, a experiência da Plantar e sua certificação no FSC foi ventilada como modelo. Em 2007, as iniciativas organizadas nessa direção contavam com o apoio de entidades como a WWF, representantes do governo e academia que, juntos, constituíram a "Mesa-redonda sobre biocombustíveis sustentáveis" (RSB), com vistas à adaptação dos critérios e indicadores do FSC para o ramo dos biocombustíveis.

Nesse contexto, o Gesta atuou no GT Energia do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), problematizando a questão dos agrocombustíveis através de pesquisas que alertavam para os efeitos de uma expansão acelerada das monoculturas de cana-de-açúcar e soja, sobretudo no contexto de valorização de alternativas energéticas. Diante de divergências entre os posicionamentos do FBOMS e do Fórum das ONGs e Movimentos Sociais da Alemanha (Forum Umwelt und Entwicklung), o Gesta foi convidado, em 2007, pela Kobra (Kooperation Brasilien) e pelo Centro de Pesquisa e Documentação Chile e Latinamerica (FDCL, Berlim) para debater o assunto[13]. Nessa conjuntura, pesquisadores integrantes do Gesta (Marcos Zucarelli e Wendell Ficher) realizaram estudos de campo abrangentes em áreas de cultivos de agrocombustíveis avaliando seus efeitos sobre os modos de vida locais (ASSIS; ZUCARELLI, 2006).

Em todas essas situações conflitivas, observamos a mobilização de supostos discursos técnicos abstratos, acionados com o intuito de desacreditar e deslegitimar as constatações e reivindicações de responsabilização apresentadas pelos lavradores e outros atingidos. A título de exemplo, relatamos um episódio em que os moradores denunciavam os efeitos da expansão das monoculturas de eucalipto no entorno de suas comunidades. Com o objetivo de debater os impactos da mono-

---

BANK, 2010). Tais atividades, na interface pesquisa/extensão, foram relevantes para entender a ascensão do esquema do FSC como estrutura de governança global, no âmbito de políticas ambientais internacionais (LASCHEFSKI, 2005).

13 Foi realizado um ciclo de palestras em sete cidades, uma mesa-redonda no congresso internacional McPlanet na Universidade Técnica de Berlim e em um evento no parlamento Europeu em Bruxellas.

cultura de eucalipto no estado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu, no ano de 2004, uma audiência pública. Na plenária, centenas de agricultores do norte de Minas ouviam os expositores de uma mesa composta por especialistas (engenheiros florestais, agrônomos e geógrafos). Discutia-se sobre a contribuição do eucalipto para o agravamento da seca no semiárido. Durante os debates, a palavra foi franqueada a um agricultor que passou a denunciar o desaparecimento de um poço antes existente e que fornecia água para a sua família. A partir de sua vivência, o agricultor fazia uma associação precisa entre a chegada do eucalipto nas terras cedidas pelo estado, nos idos de 1970, e a secagem das nascentes e veredas. Esse depoimento suscitou a seguinte reação por parte do engenheiro florestal que tinha assento à mesa: "este episódio, caso seja verdadeiro, está relacionado ao fenômeno global do El Niño e não ao eucalipto". Afirmações semelhantes são encontradas em inúmeros relatórios técnicos do setor para deslegitimar as experiências e saberes locais. Conforme observamos, o tratamento dispensado aos mesmos pelos representantes das empresas e dos órgãos públicos não foi distinto daquele relatado nos processos de licenciamento de barragens. Em ambas as frentes de trabalho, observamos que os discursos articulados pelos agentes hegemônicos revelam estratégias de apagamento dos danos, desqualificação da população local, além das tentativas de apagamento ou marginalização da resistência política. Em contraponto, as comunidades atingidas lutam pela afirmação da sua qualidade de sujeitos políticos e interlocutores legítimos, portadores de direitos.

Fotos 1 e 2 – Camponês no entorno das plantações de eucalipto em busca de água (2004)
Fonte: Acervo Gesta.

O testemunho de situações como essas nos fez refletir sobre o lugar da técnica e da ciência no projeto colonizador-modernizador contemporâneo e o nosso próprio papel, como pesquisadores e cientistas, nesse contexto. O ato violento de *silenciar o outro* – ação expressa na desqualificação do "discurso local", pautado na *experiência do vivido, assim como na dor e no sofrimento* –, por meio de um discurso abstrato e global, pretensamente objetivo, científico e técnico, portanto, válido universalmente, revelou-nos o universo político do campo ambiental composto por uma intricada rede de atores sociais, incluindo nela a figura do pesquisador e do *sujeito atingido* que é, no processo, um sujeito submetido a uma política do silenciamento e da aceitação (ZHOURI; GENEROSO; CORUJO, 2016).

No discurso das empresas e do estado, o atingido não fala a partir do lugar que ele reivindica, ou seja, o lugar da diferença, do direito, do dissenso, da política. Ao contrário, ele é falado pelos consultores, funcionários e muitas vezes pelos próprios pesquisadores. Conforme já observamos (ZHOURI; OLIVEIRA, 2013), a fala do atingido é adstrita ao lugar em que se espera que ele fale, o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso (reparação de danos). Os constrangimentos estruturais reservam-lhe esse lugar. "Não me venham com choramingas, o debate aqui é técnico", disse o conselheiro do Copam. O efeito desse discurso está na desautorização daqueles que se veem passivamente representados. O perigo do ventriloquismo, no sentido discutido por Donna Haraway (1997), envolve diferentes atores, incluindo também o profissional que se coloca como colaborador do atingido, comprometido na tarefa de tradução do universo social nativo para o contexto da avaliação de *impactos,* categoria do marco regulatório ambiental que desloca o enfoque das considerações sobre *danos, perdas e sofrimentos* para a constituição de paisagens e objetos governáveis.

Conforme já argumentamos em outros textos (OLIVEIRA, 2012), escapar ao risco do ventriloquismo e da tutela exige a construção e a vigilância contínua de uma posição *coadjuvante*. A assessoria pode emergir como possibilidade de subverter a correlação de forças presente no campo ao acrescer às mobilizações locais capitais técnico e político. Impõe-se aí, contudo, o desafio da promoção de *políticas de articulação* (HARAWAY, 1999) em que a prática do "assessor" não pode se furtar, nessas condições,

a operar como registro textualizado do próprio conflito e da perspectiva de seus interlocutores-sujeitos de pesquisa, refazendo continuamente o compromisso do conhecimento produzido em sua *accountability* e responsividade (*answerability*) em relação ao "Outro" (SCHEPER-HUGUES, 1992). Segundo enfatizou Haraway (1999, p. 122), o propósito das *políticas de articulação* é produzir *"não tanto efeitos de distanciamento, mas de conexão, de encarnação e de responsabilidade"*. Nesse diapasão, cabe refletir que nós somos também capturados pelas interpelações que nos fazem nossos interlocutores em campo. Suas reivindicações conduzem a prática de nossas tarefas de *olhar, ouvir e escrever* (OLIVEIRA, 1996), de modo que as condições estruturais do campo se apresentam também como estruturantes do ofício da pesquisa. As experiências de campo, igualmente sensoriais, corpóreas, afetivas e emocionais, configuram posicionamentos que são, em última instância, políticos.

É nesse contexto que trazemos em maior detalhe a situação etnográfica que talvez seja definidora da convocação constitutiva, nossa e do Gesta-UFMG. Recuamos para o ano de 2002 e recordamos a primeira visita realizada ao Jequitinhonha que fizemos como Gesta propriamente dito.

O MITO DE ORIGEM: A EXPERIÊNCIA NO JEQUITINHONHA-MG

Éramos "10 pessoas e um motorista", conforme observou um morador local; uma frase que suscitou inumeráveis comentários jocosos ao longo da viagem. No povoado de Barra de Salinas fomos chamados à casa do Seu Prudêncio, um senhor de 81 anos, que estava se recuperando de um derrame recente, segundo familiares, por causa da preocupação com a barragem de Murta, projeto que os ameaçava.

Foto 3 – Na casa do Seu Prudêncio, na comunidade de Prechedes, município de Coronel Murta (2001)
Fonte: Acervo Gesta.

De pé, na sua sala, Seu Prudêncio nos inspecionava e falava com dificuldades. De repente, em meio à tensão do momento, ele se dirige à Andréa, na qualidade de professora e coordenadora do grupo. Em explícita súplica, nos convoca a ajudar sua comunidade diante da ameaça do projeto de barragem hidrelétrica. Tempos mais tarde, após alguma familiaridade com o Jequitinhonha, nós pudemos refletir sobre quão difícil deve ter sido aquele momento para o ancião, patriarca de uma família numerosa, diante de uma jovem mulher, a professora, e seus alunos. De volta à sala de Prudêncio, Andréa observava os alunos, entre eles, Raquel e Marcos. Todos jovens ainda, éramos tomados de surpresa e emoção. Por um instante, nos interrogávamos, apreensivos, sobre o sentido da visita e das expectativas por ela geradas. Então, retornando ao interlocutor, Andréa finalmente pronunciou as seguintes palavras: "Seu Prudêncio, o senhor entende que eu sou uma professora e que esses são os meus alunos? O senhor compreende que eu não sou do governo ou da empresa? Que eu não tenho o poder de decisão sobre essa barragem? Eu sou apenas uma professora". Ao que Seu Prudêncio retrucou: "Eu sei. Mas a senhora tem um conhecimento que eu não

tenho. A senhora pode nos ajudar". Confronto e convocação, fato é que Seu Prudêncio tinha razão. Nós tínhamos um conhecimento que ele não tinha, e ele, por sua vez, juntamente com os demais moradores atingidos tinham o conhecimento que nós, da academia, não tínhamos sobre aquele lugar, o que seria essencial para o embate que se travaria sobre o projeto da barragem. Ademais, a clareza sobre as assimetrias sociais, econômicas, técnicas e políticas próprias do licenciamento ambiental das hidrelétricas exigia de nós um posicionamento para além da mera observação sistemática de fatos, pessoas e instituições.

O compromisso foi selado. A partir desse encontro, fomos sendo convocados, implicados e capturados.

Foram anos de viagens de campo, inicialmente voltadas para a extensão, e que renderam ao mesmo tempo as principais análises sobre barragens e licenciamento ambiental realizadas por alunos e professores no Gesta. Dedicamos meses de leituras compartilhadas dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA-Rima) e trabalho colaborativo com os atingidos para a defesa dos seus direitos, resistência à barragem e participação na audiência pública, ocorrida em outubro de 2002.

Foto 4 – Reunião preparatória para a audiência pública da UHE Murta na comunidade de Lavrinha, município de Virgem da Lapa (2002)
Fonte: Acervo Gesta.

Os deslocamentos de Belo Horizonte para o vilarejo de Barra de Salinas, distrito de Coronel Murta, duravam em média treze horas. Lá fizemos amigos e parceiros. Os recursos de pesquisa e extensão eram escassos, assim como a infraestrutura do vilarejo. Os moradores nos hospedavam em suas casas e com eles dávamos boas risadas nos momentos de descontração, assim como compartilhávamos sentimentos de angústia, indignação e alegrias pelas conquistas no processo de resistência ao projeto hidrelétrico. Aprendemos com eles sobre as complexas formas de se viver no semiárido, as diferentes maneiras de se plantar e de colher, as normas do trabalho partilhado, do gerenciamento da terra e da água, a sua organização social, enfim.

> Tem a área da vazante que é uma área úmida. É plantio nessa época de mês de abril, época que não chove. E tem o tabuleiro que a gente planta, sempre é vingado o mantimento porque também tá perto da umidade da água. **Quer dizer que as terras são uma pela outra** [...] Agora essa terra que faz parte, acompanhando essa área do tabuleiro, já é uma terra de terceira classe. Quer dizer, ela é uma terra escorrida, de terceira classe [...] Agora a cabeceira em cima já demetre boa, não é igual a de baixo. **Questão da água, né? Agora, todas elas são produtivas. Dá de baixo a cima.** O tempo que vem a chuva das nuve, que Deus manda para nós, ela produz (Morador da Comunidade de Morrinhos, abril de 2003, *apud* ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2010).

Foto 5 – Zé Pequeno e sua vazante de abóboras na comunidade da Barra do Salinas, município de Coronel Murta (2002)
Fonte: Acervo Gesta.

Por meio dos conhecimentos compartilhados, pudemos juntos identificar as falhas grosseiras dos estudos de impacto ambiental que teimavam em reduzir "a pó" – pela absurda mensuração de 0,0% para a produtividade do solo – a "terra mãe", nos dizeres de Seu Zé Loyola, que permitiu por séculos a existência das gentes bravias do Jequitinhonha profundo.

Denunciamos, indignados, a arrogância vestida em técnica que, em ato de violência sumária, sentenciava no EIA que "as propriedades são passíveis de migração compulsória" (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005). Compreendemos, então, a política das violências que se exerce por meio da técnica, que desqualifica o saber local enquanto implementa o esforço de produção de paisagens e objetos governáveis. A padronização do tecido social promovida pela linguagem prototécnica do EIA-Rima subjuga a diferença, as suas formas de expressão, suas reivindicações, sua interação com o meio. É nesse contexto que as "choramingas", narrativas de dor e de sofrimento, são desqualificadas como discurso político e reformatadas pelas categorias administrativas do impacto e do atingido, sujeito quantificável, portanto, disciplinável: "a terra apresenta 0,0% de produtividade; as propriedades são passíveis de migração compulsória...", conforme o discurso "técnico" do EIA-Rima que, não obstante a violência epistêmica, é contestado de forma altiva e veemente pelos moradores do lugar:

> Nossas terras são produtivas, nossas baixas, nossos rios, onde fazemos nossas hortas: plantamos de tudo, tudo isso que está aqui [vide foto adiante] a nossa terra produz e nunca necessitamos de barragem. Não queremos ser invadidos por essa barragem...
> ... o melhor lugar do mundo para nós é aqui. Plantamos roça, milho, feijão, engordamos porco...
> (Depoimento de atingidos pela barragem de Murta durante a audiência pública em 2002, *apud* ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 59).

Fotos 6, 7, 8 e 9 – Estratégias de participação na audiência pública da UHE Murta, comunidade de Barra do Salinas, município de Coronel Murta.
Nota: Os produtos agrícolas contestam os dados do EIA e o cartão vermelho, as falsas promessas de desenvolvimento. Outubro de 2002.

Foram meses de aprendizado conjunto até a participação na audiência pública. Muitas vezes, a travessia do rio Salinas era feita a pé, com a água pelo joelho, ao sol do meio-dia, com aparelhos de TV e videocassete (antigos e, portanto, pesados) nos ombros. A equipe motivada se empenhava para discutir o que era uma audiência pública e estratégias para nela participar.

Em outros momentos, as intervenções eram feitas em Belo Horizonte, em audiências públicas na Assembleia Legislativa, no Conselho de Política Ambiental (Copam) ou no Ministério Público. De fato, essa experiência exemplifica, então, um tipo de "compromisso" a que os pesquisadores estão sujeitos ao fazerem efetivamente pesquisa de campo em um contexto de crise. Destacamos essa espécie de compromisso/comprometimento gestado na relação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa acadêmica, em que condições de desigualdade socioambiental e política definem decisões e submetem certos grupos a deslocamentos forçados. Seu Prudêncio já partiu desta vida e seu filho, que era uma espécie de liderança da resistência, também se foi tempos depois.

A barragem ainda não saiu do papel, para a alegria da maioria dos moradores. Outros atores permanecem, novos emergem e o Gesta continua como um parceiro que pode ser acionado ao ritmo dos processos, quando movimentações para o licenciamento da obra venham eventualmente demandar, por meio dos atingidos, alguma colaboração.

Fotos 10,11 e 12 – Travessia do rio Salinas com equipamentos de videocassete e televisão para reunião sobre a audiência pública, em Mutuca de Baixo, município de Virgem da Lapa (2002)

As experiências no Gesta nos mostraram que as novas formas de engajamento etnográfico que associam pesquisa, assessoria e produção compartilhada de conhecimento deslocam os termos do tradicional método da observação participante. Conforme discutido em Zhouri e Oliveira (2013), a participação a que nos referimos pressupõe, além de uma "descrição circunstanciada de eventos e pessoas", como já bem apontou Oliveira (2009, p. 5), um olhar *situado* em que o discurso

do antropólogo é sempre realizado a partir de *condições de produção* específicas associadas aos *efeitos das relações de lugar*. Essa abordagem nos remete tanto ao contexto mais imediato da enunciação, qual seja, a situação etnográfica, quanto ao espaço social que estrutura as relações interdiscursivas, isto é, o campo, no sentido do Bourdieu (1998).

Trata-se, pois, de atentar para os efeitos que derivam do fato de que laudos, estudos e relatórios, enquanto modalidades de discurso técnico, são textos produzidos e apropriados num movimento de correlações de forças, ou seja, num campo político. Se colocamos no nosso horizonte reflexivo esse conjunto de relações, esboçamos tentativas de nos tornarmos responsivos sobre aquilo que aprendemos a ver a partir do lugar em que nos situamos, social e cognitivamente, nas experiências e nas interações que desenvolvemos com nossos sujeitos de pesquisa (ZHOURI; OLIVEIRA, 2013).

Com efeito, em oposição às tentativas de silenciamento e rarefação das diferenças no interior desse campo de lutas, procuramos elucidar as racionalidades distintas sobre o meio ambiente, enfatizando a dimensão propriamente política (RANCIÉRE, 1996) das disputas em curso. Estas, por sua vez, se refletem nas diferentes formas técnicas, sociais e culturais da apropriação simbólica e material da natureza (ACSELRAD, 2002) presentes nos contextos de licenciamento ambiental, certificação e outros processos decisórios ditos participativos. Entendemos que, para democratizar o processo, faz-se necessário elucidar e traduzir as "visões de mundo" em disputa (Quadro 1).

Quadro 1 – Racionalidades conflitantes nos processos de licenciamento da UHE-Irapé e da UHE Murta

Categoria	Racionalidade hegemônica	Racionalidade das comunidades locais
Território/ territorialidade	A territorialidade abstrata do sistema urbano-industrial-capitalista	As territorialidades construídas a partir das práticas sociais em condições ambientais específicas

Pobreza/miséria	A pobreza abstrata, definida pela falta de renda monetária	A pobreza concreta circunscrita pela falta de acesso à terra e aos recursos naturais
Bem público/comum	As necessidades e demandas de uma suposta maioria da sociedade	Os usos coletivos nas comunidades locais
Meio ambiente	A natureza como categoria distinta do meio social	O meio ambiente como categoria social
Desenvolvimento	A imposição de estabelecimentos industriais como aceleradores do crescimento econômico e, assim, o crescimento dos setores do comércio e dos serviços	O melhoramento das condições de vida a partir das potencialidades culturais, sociais e ambientais no local

Fonte: Laschefski (2007, 2011).

OS CASOS SE MULTIPLICARAM: MAPAMENTOS E VISIBILIDADES

Na esteira dos conflitos ambientais envolvendo a política energética brasileira – sobretudo hidrelétrica e agrocombustível –, chegaram demandas para a colaboração em diferentes casos. Entre os mais significativos, destacamos o licenciamento ambiental dos projetos de mineração nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar (ZHOURI, 2014) e um empreendimento imobiliário na Mata do Planalto, localizado no município de Belo Horizonte (Considerações sobre o licenciamento do empreendimento Rossi/Direcional/Petiolare na Mata do Planalto)(GESTA, 2010).

Um conflito ambiental urbano relevante, e que resultou na tese de doutorado de Raquel Oliveira (2014), foi a mobilização dos moradores do bairro Camargos, em Belo Horizonte, em sua luta pelo reconhecimento do dano provocado pela operação de um incinerador de lixo industrial e hospitalar nas proximidades de suas moradias. O bairro está localizado no extremo noroeste do município de Belo Horizon-

te em área adjacente ao Parque Industrial Juventino Dias, construído durante a década de 1940 para dar impulso ao projeto de modernização industrial do estado. Hoje, conhecemos esse distrito industrial pelo nome de Cidade Industrial. A implantação desse parque industrial atraiu milhares de migrantes em busca de trabalho para suas redondezas durante as décadas de 1940-1960. Grande parte da população investigada é constituída por operários aposentados, em sua maior parte metalúrgicos, no passado, empregados nas diversas instalações do parque industrial e habitantes das ocupações irregulares que se formaram ao redor do parque. Em sua maior parte, essas pessoas se encontram, hoje, enfrentando diversos problemas de saúde, destacando-se casos de neoplasias. Complicações essas que os moradores atribuem à convivência e proximidade com as fábricas e, recentemente, à exposição a emissões derivadas do incinerador de resíduos hospitalares e industriais instalado no bairro. Após a percepção da mudança ambiental e com a crescente suspeita da correlação entre as emissões do incinerador e o aumento dos eventos de adoecimento no bairro, os moradores organizaram uma investigação extensiva contemplando a busca e a reunião de notícias veiculadas pela imprensa, estudos e bibliografia sobre impactos da incineração, além do inventário da ocorrência de doenças respiratórias e casos de câncer entre a população do bairro. Contudo, à medida que progrediam as mobilizações, os moradores se viam enredados em um debate estritamente técnico relativo à mensuração das emissões, aos critérios e aos limites de toxicidade.

Em todos esses casos observamos procedimentos semelhantes de subalternização dos mais afetados por meio de processos participativos que impõem uma *política do silêncio* através da "harmonia coerciva" (NADER, 1996) nas reuniões, audiências, assembleias e demais fóruns institucionais, enquanto sofrem das mais variadas ameaças aos seus modos de uso dos seus territórios e às suas próprias vidas.

Atualmente, as ações de pesquisa e extensão do grupo também estão dedicadas ao desastre da Samarco em Mariana-MG. Não obstante a magnitude e a extensão dos danos ainda desconhecidos, já se encontram em andamento levantamentos conduzidos pela própria empresa que realiza também medidas emergenciais de atendimento às vítimas. No presente momento, observa-se a inserção de uma miríade de ins-

tituições e agentes atuantes na região. Nesse caso, as atividades desenvolvidas têm se voltado à análise das interações entre as vítimas e as instituições envolvidas no tratamento do desastre, ao exame crítico dos encaminhamentos institucionais e dos instrumentos de reparação acionados[14], além da realização de oficinas de cartografia social em algumas comunidades afetadas. Centrando-se nos municípios mais próximos ao local do rompimento da barragem, a saber, Mariana e Barra Longa, nosso propósito tem sido investigar o conjunto dos efeitos e danos sofridos e, em especial, o que temos chamado de *política das afetações*, domínio que compreende as classificações administrativas assim como as ações por elas engendradas e adotadas por parte do Estado e das empresas responsáveis pelo desastre. Nossas pesquisas e ações têm ressaltado a produção do sofrimento social e a perpetuação das injustiças socioambientais sob o manto da mitigação, da mediação e do acordo, que, por vezes, operam imposições excludentes, cujo efeito é a flexibilização de direitos já garantidos pela Constituição Federal brasileira (ZHOURI *et al.*, 2016). A gestão da crise a partir dos termos e instrumentos ordinários mobilizados nos processos de licenciamento ambiental enseja não somente o agravamento de vulnerabilidades desencadeadas pelo desastre, mas também a marginalização das linguagens e das formas de mobilização dos atingidos com a consequente redução das possibilidades de participação social.

Em decorrência da proliferação dos conflitos ambientais ao longo dos anos e das demandas apresentadas ao Gesta pelos grupos atingidos, movimentos sociais e órgãos públicos, o Gesta se propôs a realizar um projeto ambicioso: o mapeamento dos conflitos ambien-

14 Entre as ações de extensão do Gesta, cabe mencionar uma representação feita no Ministério Público Federal em dezembro de 2015, em que se discorre sobre situações de violência vivenciadas pelas vítimas, hospedadas àquela época em hotéis de Mariana. A representação contesta a adequação de tecnologias de resolução de conflito ambiental para o caso do desastre, a exemplo das mesas de negociação envolvendo vítimas e empresas propostas por diferentes instâncias institucionais (ZHOURI *et al.*, 2016). Em 2017, o Gesta foi demandado a avaliar o instrumento criado pelas empresas para cadastramento dos danos e das vítimas. Esse relatório crítico sobre o cadastro dos atingidos subsidiou questionamentos feitos pela comissão de atingidos e ações do Ministério Público. Vale ressaltar que os trabalhos realizados são custeados por projetos de pesquisa e extensão via candidaturas em editais públicos.

tais em Minas Gerais, trabalho realizado desde 2007 em parceria com o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental (Ninja-UFSJ) e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (Niisa-Unimontes). O objetivo principal do mapeamento dos conflitos ambientais tem sido o de registrar a existência de lutas sociais espacializadas. Ao colocar determinadas lutas "no mapa", procura-se conferir visibilidade aos protagonistas marginalizados.

Mapa 1 – Conflitos ambientais de Minas Gerais
Fonte: Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br.

Em 2012, procuramos ir além da proposta inicial ao transformar o mapa em uma plataforma interativa e dinâmica que visa à troca e ao compartilhamento de informações, bem como ao estabelecimento de redes de resistência. O Observatório dos Conflitos Ambientais é estruturado em um sítio na internet, que oferece, além da cartografia dos conflitos, um portal de notícias e um canal de comunicação através do qual usuários podem contribuir para a atualização dos casos registrados

ou inclusão de novos registros (ZHOURI, 2014; ZHOURI; ZUCARELLI, 2010). O intuito é a constituição de uma tecnologia que auxilie na constituição de redes entre as lutas, os movimentos e as organizações sociais atuantes para a promoção da justiça ambiental. A intenção é a de que tal mapeamento funcione como um instrumento de defesa dos direitos e também de elaboração e execução de políticas públicas voltadas à democratização da apropriação dos territórios, inclusive suas condições naturais, por grupos política e economicamente vulnerabilizados.

PEQUENOS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA UTOPIA

Os trabalhos de extensão universitária realizados pelo Gesta se concentraram inicialmente em duas linhas: (a) leitura e análise dos estudos de impacto ambiental e a elaboração de pareceres sobre as suas lacunas e falhas; (b) discussão e formulação de estratégias conjuntas de atuação política no campo ambiental, visando ao empoderamento com vistas à participação e defesa dos direitos das populações atingidas. Ao longo desses 17 anos de atuação, observamos que nos órgãos deliberativos, como o Conselho de Política Ambiental em Minas Gerais (Copam), o Conselho do Meio Ambiente Municipal (Comam) e os demais fóruns e espaços institucionais, operam padrões e dinâmicas regulares e/ou sistemáticas de silenciamento. Mobilizando os temas da participação e da mitigação dos impactos, produz-se a deslegitimação ou marginalização das vozes da heterodoxia. Como vimos, revela-se particularmente importante e eficaz a mobilização do discurso competente que por meio da roupagem técnico-científica produz o apagamento dos sujeitos e da política.

Com efeito, as pesquisas desenvolvidas pelo Gesta buscaram apontar o *modus operandi* do campo ambiental, visando identificar como tais espaços são compostos e como se estruturam suas hierarquias ao longo do tempo (CARNEIRO, 2005). Nesse sentido, procurou-se entender o jogo de interesses aparentemente divergentes entre os "adversários-cúmplices" e as mudanças nas correlações de força desse campo. Enquanto a assessoria contribuiu para os avanços e as lutas específicas, em que os atingidos das barragens de Aiuruoca, Irapé e Murta conseguiram se apropriar cada vez mais do aparato institucional em

defesa dos seus direitos, observou-se ao mesmo tempo a gradativa flexibilização da legislação ambiental. As barragens de Aiuruoca e de Murta permanecem ainda em fase de projeto e licenciamento e suas intervenções físicas não se concretizaram até o momento. Já no caso de Irapé, apesar dos apontamentos pela inviabilidade ambiental da usina, indicados, desde a concepção do projeto, tanto pelos técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente, quanto pela Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé e assessorias, incluindo o Gesta, o licenciamento teve prosseguimento através da utilização dos mecanismos *flexibilizantes* – medidas de mitigação, compensação, condicionantes e termos de acordo (ZUCARELLI, 2006). Percebemos ao longo desses anos que muitas das estratégias adotadas no licenciamento assumem a tarefa de tornar a obra possível do ponto de vista de algumas normas ambientais, desde que essas exigências não inviabilizem o empreendimento.

No caso específico do licenciamento da hidrelétrica de Irapé, as três licenças ambientais (LP, LI, LO) concedidas pela Câmara de Infraestrutura do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais tiveram o cumprimento de exigências legais prorrogadas para as etapas seguintes. Até mesmo a última licença ambiental (LO) foi concedida sem que o empreendedor resolvesse todas as exigências pertinentes e assumidas durante o licenciamento. A intervenção do Ministério Público Federal, nesse caso, foi imprescindível e trouxe para o processo duas importantes significações: a primeira refere-se ao teor simbólico do documento (TAC), que reflete a existência de uma conduta transgressora daquele que descumpriu um direito fundamental da coletividade; e a segunda é o reconhecimento das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha enquanto atingidas pelo projeto hidrelétrico e, como tal, portadoras do direito ao reassentamento para continuidade da reprodução social das famílias.

Com o desenrolar do processo e a experiência adquirida na pesquisa e na extensão com os atingidos, percebeu-se que a intervenção do ente federal, que naquele momento era sinônimo de garantia dos direitos transindividuais dos atingidos e da especificidade da comunidade quilombola Porto Corís, culminou em um processo de negociação de direitos sociais. Enquanto a assinatura do Termo de Acordo intermediado pelo Ministério Público Federal propiciou à empresa o aval para prosseguir com seus investimentos, por outro lado houve perdas significativas para as famílias

dos atingidos. Com o processo de "conciliação" característico dos Termos de Acordo e das deliberações da Câmara de Infraestrutura do Copam, o resultado das negociações implicou no rompimento de laços sociais, perdas de safras agrícolas, dúvidas quanto à sustentabilidade das comunidades nas novas áreas de reassentamento, além do deslocamento forçado da primeira comunidade quilombola de Minas Gerais, oficialmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares.

Em resposta às tentativas de esvaziar os processos participativos através da "resolução negociada dos conflitos", a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) procurou estabelecer parcerias entre pesquisadores e movimentos sociais, visando à elaboração de propostas para democratizar os processos de licenciamento. Um dos desdobramentos dessas atividades foi o convite feito ao Gesta para participar no projeto "Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de modernização e democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento", sob coordenação de Jean Pierre Leroy e Henri Acselrad. No referido projeto, o Gesta apresentou as conclusões dos casos dos atingidos pelas barragens de Murta e Irapé, que se inserem em um contexto de duas décadas de resistência das comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha. O "Relatório síntese do Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento", contendo quatro estudos de casos (Fase/ETTERN-IPPUR, 2012), foi apresentado ao Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, no ano de 2012.

Ao longo dessas experiências de assessoria, surgiram, também, em decorrência do levantamento dos conflitos, demandas das comunidades ou de órgãos públicos que extrapolaram os objetivos originais previstos para as atividades de pesquisa e extensão universitárias. Um exemplo foi a demanda da Associação Cooperativista Regional dos Agroextrativistas e Defensores do Meio Ambiente e da População do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas (Acravan), entidade formada por atingidos pela barragem de Murta, que apresentou um projeto de desenvolvimento alternativo à hidrelétrica, centrado nas demandas e dinâmicas das comunidades locais atingidas. A proposta delineada pela Acravan tornou-se a base para a formulação do projeto "Gestão dos recursos naturais e geração de renda no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais" com apoio do CNPq (2004-

2006). Esse projeto objetivou então a implementação de técnicas de convivência com o semiárido baseadas na agroecologia, nos municípios de Coronel Murta e Virgem da Lapa, no médio Vale do Jequitinhonha. Foi implementada uma área modelo de recuperação de um "pelador" – como dizem os camponeses –, ou seja, de uma área completamente degradada, por meios agroecológicos (fossas em curvas de níveis, plantio de leguminosas para revigorar e enriquecer o solo com nitrogênio, plantio de frutíferas nativas para evitar o deflúvio, um sistema de irrigação de gravidade, entre outros) e por técnicas de convivência com a seca[15]. Destaca-se, nesse contexto, o aprimoramento do modelo das caixas de captação d'água de chuva utilizadas pelo Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC, do Governo Federal em cooperação com as organizações da Articulação Semiárido (ASA). O modelo desenvolvido pelo Gesta, juntamente com os moradores da região, tinha como diferencial a coleta da água através da própria tampa da caixa, que apresenta melhores condições para a manutenção e limpeza do que os telhados das moradias, os quais nem sempre estão em condições adequadas para a captação.

Fotos 13 e 14 – Comunidade da Mutuca de Cima, município de Virgem da Lapa. Caixa de captação d'água de chuva aprimorada pelo Gesta (2006)

15 O trabalho resultou em uma cartilha, com instruções da construção da cisterna, realizada com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, no âmbito do Programa Polo do Jequitinhonha (LASCHEFSKI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é constituída pelo jogo entre lembrança e esquecimento, como ensinaram Michel Pollack, Alessandro Portelli e tantos outros. Por certo, foram muitos os esquecimentos inscritos neste texto escrito a muitas mãos, entre duas gerações de profissionais que gestaram as tramas do Gesta-UFMG.

Buscamos enfatizar os tempos de forja e de gesta que marcaram os primeiros anos do Gesta como núcleo de pesquisa da UFMG. Segundo o *Dicionário Aurélio,* "forja" significa oficina de ferreiro, mas também trabalho, preparação, imaginação. Estar na forja é estar em preparação. Foram anos de labuta, de um artesanato intelectual intenso. E foram anos de "gesta", principalmente. Essa palavra, ao mesmo tempo que remete às narrativas épicas de acontecimentos ou façanhas históricas, contempla igualmente o significado de "dar origem a", ou seja, fazer brotar e crescer dentro de si, criar. Nesse sentido, nos gestamos como orientadores, pesquisadores, assessores, companheiros de lutas, escritores, colegas, intelectuais, militantes e cúmplices, enfim, pelas incontáveis vivências experimentadas ao longo desses anos. As experiências acumuladas nos revelaram que as conexões da extensão com a pesquisa apresentam enormes potencialidades no que se refere à articulação da produção do conhecimento com a transformação social. Destacamos o aprendizado recíproco entre professores e alunos de várias faculdades, comunidades locais, órgãos ambientais, instâncias políticas de decisão, bem como movimentos sociais. Na perspectiva aqui apresentada, os projetos de pesquisa/extensão representam um esforço empreendido para se forjar uma maior transversalidade entre saberes acadêmicos e não acadêmicos dispersos pela sociedade, assim como gestar caminhos para a democratização, não apenas da universidade pública, mas também do acesso à natureza e ao meio ambiente, rumo a futuros de justiça ambiental e do bem viver.

Através dos estudos sobre licenciamento ambiental de grandes obras, sobretudo as hidrelétricas, evidenciamos, como coletivo Gesta, a consagração do "Paradigma da Adequação Ambiental" (ZHOURI *et al.*, 2005), questionando as medidas mitigadoras e compensatórias como formas reais de reparação de danos e política de sustentabilidade.

Problematizamos as falácias do discurso técnico e da participação, ao etnografar as formas políticas oligárquicas de tomada de decisão ambiental em Minas Gerais. Com o tema das hidrelétricas, também contribuímos com aportes teóricos e etnográficos para o questionamento do modelo energético brasileiro, centrado majoritariamente na geração de energia hidraúlica. Salientamos a necessidade da análise de contexto (etnográfico) para o estabelecimento de comparações e fizemos reverberar na academia o tema das desigualdades e das injustiças ambientais.

Durante o mapeamento de tantos (des)casos em relação às condições de vida de grupos "subalternizados" ameaçados pelo avanço do modelo de "desenvolvimento" hegemônico, percebemos que tais injustiças ambientais podem se revelar em torno da distribuição desigual de recursos ambientais (conflitos ambientais distributivos), da poluição e contaminação da água, do ar e do solo (conflitos ambientais espaciais) ou pelas distintas formas da apropriação do território (conflitos ambientais territoriais). Enquanto as duas primeiras categorias de conflitos ambientais – os distributivos e espaciais – em princípio podem ser amenizados através dos meios técnicos e administrativos, os conflitos ambientais territoriais, por sua vez, indicam contradições profundas do próprio modo de produção capitalista do espaço e a distribuição do poder sobre o território (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), que apontam para a necessidade de se repensar as formas hegemônicas de ordenamento socioespacial. Acreditamos que a verdadeira democratização desse espaço de lutas implica em dinâmicas profundas de transformação que visem à efetiva atenção às distintas territorialidades existentes. Justiça ambiental significa, neste contexto, a garantia para esses grupos de autodeterminação e autonomia, das escolhas próprias relativas aos caminhos possíveis para o futuro.

Dito isso, cremos ter avançado, sempre na interlocução com outros pesquisadores e núcleos de pesquisa, como o Ninja, o Niisa, o Ettern, o Tramas, o Gedmma, entre outros, na conceituação de conflitos ambientais e na crítica ao desenvolvimento. Embora a linguagem dos "impactos" e "problemas" permaneça hegemônica, como modo de aferição pretensamente "objetiva" da realidade, tensões provocadas pelos debates acadêmicos na esfera pública têm revelado certas apropriações por parte de setores empresariais e governamentais. Estes, numa dispu-

ta simbólica e política, não mais negam a existência de conflitos, mas empregam essa categoria a fim de, pelo reconhecimento de situações concretas, apresentarem saídas "pacificadoras", frequentemente perversas do ponto de vista socioambiental. Sobre esse novo movimento devemos empreender esforços de pesquisa daqui para frente.

No campo da geopolítica do conhecimento, os desafios persistentes têm sido, de um lado, suplantar a invisibilidade estabelecida pela posição de gênero, que teima em reproduzir a divisão do conhecimento entre teoria e empiria, relegando à mulher (e, de certa forma, à antropologia) a posição de mera produtora de dados (etnográficos). O mesmo pode ser dito a propósito de um certo regionalismo provinciano, que reitera divisões coloniais, tais como aquela entre centro e periferia, em que à periferia se destina igualmente o lugar da provisão dos danos etnográficos a serem teorizados pelos homens dos "grandes centros" acadêmicos do país e/ou do mundo.

Na extensão, nos expomos a batalhas com os atingidos. Obviamente toda essa movimentação foi, muitas vezes, acompanhada de perto por agentes do setor elétrico que, acostumados a outras formas de parceria com a universidade pública, estranhavam a atuação do Gesta e se sentiam de algum modo prejudicados por ela. Alguns chegaram a interpelar extrajudicialmente a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) e a Reitoria da UFMG sobre a atuação do Gesta junto aos atingidos pelas barragens[16]. Do mesmo modo, deve ser dito que a autonomia acadêmica foi respeitada pela administração da universidade nesses casos. Certamente, o apoio social ao grupo, o zelo pelo rigor acadêmico, a seriedade nas reflexões e pronunciamentos públicos, a produção de conhecimento registrada em monografias de conclusão de curso, dissertações e teses, assim como em artigos e livros publicados, são fatores que contribuíram para a manutenção das atividades extensionistas, visto que a universidade também apoiava iniciativas de colaboração e parcerias com as empresas privadas.

Algumas conquistas compartilhadas muito nos honram: as barragens de Aiuruoca e Murta ainda não se concretizaram. No âmbito do Observatório dos Conflitos Ambientais, conquistas foram celebradas

16 Esse tipo de assédio processual a pesquisadores não é exclusividade daqueles que atuam no Gesta-UFMG, sendo objeto de reflexões por Acselrad (2014) e Giffoni (2014).

com os moradores do bairro Camargos, que, após seis anos de resistência, conseguiram retirar a empresa incineradora do bairro. A luta continua para o reconhecimento e a reparação dos danos à saúde causados pela atividade contaminadora. Ainda em BH, moradores do bairro Planalto lutam há anos pela preservação da mata diante da especulação imobiliária. No tema da mineração, nos solidarizamos com a resistência ao mineroduto Minas-Rio, projeto que, embora tenha conseguido licenças para operar, continua a revelar a truculência da "parceria" das empresas com o Estado. No caso do desastre de Mariana, um longo caminho ainda há de ser percorrido para o mínimo restabelecimento da dignidade fraturada pela lama.

Vivemos a utopia de um projeto de sociedade ambientalmente justa e uma universidade comprometida com a igualdade socioambiental, racial e de gênero. Nessa perspectiva, a utopia repousa ainda na possibilidade de, por meio da desobediência epistêmica, fraturarmos a colonialidade do saber (que se exerce como poder), fazendo emergir outras categorias de pensamento que permitam perceber as outras experiências do ser no mundo como válidas e possíveis, socialmente densas e legítimas, ou seja, outros caminhos possíveis para a construção de um mundo mais generoso e variadas formas do bem viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. as práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

_____. A Crítica do "Ambiente" e o Ambiente da Crítica. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, 2014.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira; ZUCARELLI, Marco. **Despoluindo incertezas**: impactos territoriais da expansão das monoculturas energéticas no Brasil e replicabilidade de modelos sustentáveis de produção e uso de biocombustíveis. Fevereiro 2007. Núcleo Amigos da Terra / Brasil, Instituto Vitae Cívilis e ECOA - Ecologia e Ação.

BLOWERS, A. Environmental policy: ecological modernization or the risk Society. **Urban Studies**, v. 34, 1987, 845-71.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1998.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1994, p. 122-156.

BULLARD, R. D. Solid waste sites and the black Houston community. **Sociological Inquiry**, v. 53, 1983, p. 273–228.

CARNEIRO, Eder Jurandir. "Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento Sustentável". In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental. desenvolvimento e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHAUÍ, Marilena. O Discurso Competente. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2007.

DAS, Veena. Critical events. **An anthropological perspective on contemporary India**. Delhi: Oxford University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. The making and unmakig of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FASE; ETTERN, IPPUR (Orgs.). **Relatório-síntese**: projeto avaliação de equidade ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. 2012.

FIOCRUZ -Fundação Oswaldo Cruz; FASE- Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil**. [s.l: s.n.] 2010.

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Observatório de conflitos ambientais**. 2014. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/.

GIFFONI, Raquel**.** A pesquisa sobre conflitos ambientais e o assédio processual a pesquisadores no Brasil. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, 2014.

GUHA, R.; MARTINEZ-ALIER, J. **Varieties of environmentalism**. London: Earthscan, 1997.

HARAWAY, Donna. Las Promesas de los monstruos: uma política regeneradora para otros inapropiados/bles. **Politica y Sociedad**, v. 30, p. 121-163.1999.

_____. Situated Knowledges: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. In: McDOWELL, Linda & SHARP, Joanne (Eds.). **Space, Gender, Knowledge**: feminist readings. London, New York, Sydney, Auckland: Arnold, 1997, p.53-72.

HIRSCH, Thomas; LASCHEFSKI, Klemens; RIBEIRO, Bruno; SCHNEIDER, Vilmar. **Economic, social and ecological impacts on Brazil of accelerated liberalisation of the European sugar market.** 2003. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>. Acesso em: 15 set. 2015.

LASCHEFSKI, K., Agrocombustíveis – a caminho de um novo imperialismo ecológico? In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p 63-91.

_____. **Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de modernização e democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**: Estudo de caso UHE Irapé. 2006a.

_____. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A., (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011a, p. 21-60.

_____. (Coord). **Água na caixa é vida com a seca**: aperfeiçoamento da construção de cisternas de placas para captar água de chuva. Belo Horizonte: GESTA/UFMG, 2016.

MIGNOLO, Walter. "Os esplendores e as misérias da "ciência": Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In. SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

NADER, Laura. Coercive Harmony: The Political Economy of Legal Models. **Kroeber Anthropological Society Papers**, v. 80, 1996, p. 1–13.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 1, n. 1, 2009, p. 2-27.

OLIVEIRA, R.C. O. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 39, n. 1, 1996.

OLIVEIRA, R. S. T. Etnografia como Pesquisa e Assessoria: construindo políticas de articulação. **Teoria & Sociedade**, 20.2, 2012.

_____. **"A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar" A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte - MG**. Tese (Doutorado), Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/08/tese-raquel.pdf>. Acesso em: 30 set 2015.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

PORTELLI, Alessandro**.** O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de juno de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA M. e AMADO Janaina (Orgs.). **Usos e absusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. [Coleccion Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires], Argentina. Setembro 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death Without Weeping**: the violence of everyday life in Brazil. Berkeley: University of California Press, 1992.

ZHOURI, A. **Trees and people**: an anthropology of British campaigners for the Amazon Rainforest. PhD Thesis – Department of Sociology, University of Essex, 1998.

_____. e OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais. In. ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K;PEREIRA,

D.(Org.). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. M. T. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental. O caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 89-116.

_____. e ROTHMAN, F. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: Franklin Rothman (Org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: editora da UFV, 2008.

_____. LASCHEFSKI, K., Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 11-33.

_____. OLIVEIRA, Raquel & LASCHEFSKI, Klemens. **A Supressão da vazante e o início do vazio**: água e insegurança administrada no Vale do Jequitinhonha-MG. Anuário Antropológico, 2010/II, p.23-53.

_____. e OLIVEIRA, Raquel. Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil. Desafios para a antropologia e os antropólogos. In: FELDMAN-BIANCO Bela (Org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasilia: ABA, 2013.

_____. Mapeando Desigualdades Ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: _____. & VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 111-141.

_____.; *et al.* 2016. "O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social". **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40.

_____. ZUCARELLI. Visões da Resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João & HENRIQUES, Márcio (Org.). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: Editora PROEX/UFMG, 2010. p. 209-236.

ZUCARELLI, M. **Estratégias de viabilização política da usina de Irapé**: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, 236 fls.

GRUPO DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE (GEDMMA) E MOVIMENTOS POPULARES: HERANÇAS E TRAJETÓRIAS DA RESISTÊNCIA

Elio de Jesus Pantoja Alves [1]
Bartolomeu Rodrigues Mendonça [2]
Cíndia Brustolin [3]
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior [4]
Tayanná Santos de Jesus Sbrana [5]

INTRODUÇÃO

No ano de 2004, estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), embora ainda por serem apresentados às "Teses sobre o conceito da História", de Walter Benjamim (1987, p. 227), de onde se tira: "os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes", ou aos ensinamentos do mestre Florestan Fernandes (1995, p. 29), que dizia: "o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados", entenderam que se fazia necessária a organização

1 Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Departamento de Sociologia e Antropologia, desde 2004.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 2017. Professor da UFMA, no Departamento de Sociologia e Antropologia, desde 2010.

3 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2009. Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

4 Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2002. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Departamento de Sociologia e Antropologia (Desoc). Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e em Políticas Públicas (PGPP).

5 Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 2017. Professora da UFMA.

de um espaço em que as memórias das gerações vencidas no *continuum* da história passassem a compor, também, as narrativas elaboradas pelas penas daqueles que escrevem na academia. Foi daí então que propuseram a criação do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma).

O Gedmma, portanto, é um grupo de estudos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que atua em pesquisa, extensão universitária e assessoria a movimentos populares e instituições públicas. Seu surgimento, em 2004, e seu registro oficial no Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA e no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2005, estão diretamente relacionados aos conflitos produzidos em decorrência do projeto de instalação de um polo siderúrgico, proposto pelo Governo do Maranhão em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce (hoje autodenominada Vale S.A.) e com a participação da maior siderúrgica chinesa, a Baosteel Shanghai Group Corporation, além da siderúrgica francesa Arcelor, da sul-coreana Pohang Steel Company-Posco e da alemã ThyssenKrupp. Tal empreendimento seria composto por três unidades de beneficiamento de placas de aço e duas indústrias de produção de ferro gusa que seriam instaladas em uma área de 2.471 hectares, localizado na zona rural de São Luís. O polo siderúrgico, se instalado, implicaria no deslocamento compulsório[6] de 12 comunidades rurais, totalizando aproximadamente 14.400 pessoas. Essa perspectiva de deslocamento provocou uma resistência envolvendo tanto moradores da área sob ameaça quanto movimentos sindicais e populares, profissionais liberais, lideranças religiosas, professores, estudantes que, juntos, formaram o Movimento Reage São Luís.

6 Deslocamento compulsório, segundo Almeida (1996, p. 30), é o "conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos". De forma semelhante, para Magalhães (2007, p. 14), esse é "o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa".

Foi nesse contexto de conflito territorial entre as comunidades tradicionais da Zona Rural II de São Luís e os patrocinadores do projeto de siderurgia (Estado e empresários) que, em 2004, os estudantes de graduação do curso de Ciências Sociais da UFMA Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Márcio de Jesus Azevedo de Matos e Fabiano Rocha Soares buscaram compreender os processos conflituosos relacionados ao projeto de instalação do polo siderúrgico. Entre eles, alguns eram militantes de movimentos populares e já acompanhavam as discussões sobre o empreendimento em audiências públicas e em reuniões nas comunidades. Desse processo, surgiu a indignação a partir da percepção, por parte dos estudantes, de que as empresas buscavam atuar na universidade, interferindo em currículos e propondo a criação de cursos que atendessem a suas necessidades. Além disso, percebiam também a cooptação de lideranças nas comunidades ameaçadas de deslocamento, conflitos internos provocados por agentes das empresas, intervenção empresarial na organização das associações locais, promessas de emprego e aliança do Estado com as empresas. Aqueles estudantes, por sua inserção no processo de debates e confrontos, apresentavam um panorama da disputa política em torno daquele grande empreendimento.

Tais inquietações os levaram a buscar apoio e orientações, ainda em 2004, propondo a formulação de projetos de pesquisas e extensão, juntamente com os professores Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (então recém-chegado do doutorado) e Elio de Jesus Pantoja Alves (então recém-nomeado professor efetivo), ambos do Departamento de Sociologia e Antropologia (Desoc) da UFMA e com trajetórias de participação em movimentos sociais e estudos sobre povos tradicionais na Amazônia. A esse grupo se juntou os também estudantes de Ciências Sociais Ana Caroline Pires Miranda, Rafael Bezerra Gaspar e Allan de Andrade Sousa[7], iniciando-se as primeiras reuniões do que viria a ser o

7 Esses estudantes, juntamente com o professor Horácio Antunes, participaram anteriormente de extensa pesquisa sobre segurança alimentar de povoados rurais do município de Alcântara que passaram por processos de deslocamento compulsório para instalação de um centro de lançamentos de artefatos espaciais, o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). A pesquisa foi realizada no âmbito do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (Gerur) da UFMA, coordenada pelos professores Maristela de Paula Andrade, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Benedito Sousa Filho, e produziu o livro *Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcân-*

Gedmma. O engajamento dos estudantes permitiu uma maior interlocução com as organizações de base, quando foram iniciadas algumas visitas nas comunidades do Cajueiro, Mãe Chica, Taim, Rio dos Cachorros e Porto Grande. As intervenções foram discutidas em trabalhos acadêmicos, artigos científicos e monografias de final de curso de graduação.

A percepção inicial da situação orientou o grupo a estabelecer pressupostos teóricos e metodológicos que levassem a uma reflexão ampliada na qual a crítica não poderia limitar-se às circunstâncias da ameaça às comunidades. Nessa perspectiva, logo nas primeiras reuniões, aquele grupo de estudantes e professores chegou a uma compreensão de que, para aprofundar o conhecimento sobre o que ocorria em termos locais, era necessário considerar pelo menos dois aspectos.

O primeiro aspecto corresponderia às políticas de desenvolvimento do Governo Federal para a Amazônia Oriental[8], cuja meta teria sido a "integração" da região à política econômica nacional dentro da ótica do regime ditatorial (1964-1985): os chamados "Grandes Projetos de Desenvolvimento da Amazônia", em especial o Projeto Ferro Carajás (PFC)[9], que delineou, em grande medida, as políticas de desenvolvimento, estendendo-se aos anos de 1980 quando foi concluída

---

tara (PAULA ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006). Ainda no âmbito do Gerur, o professor Horácio Antunes e os estudantes Ana Caroline Pires Miranda e Bartolomeu Rodrigues Mendonça participaram de pesquisa sobre conflitos resultantes da ocupação de faixas de servidão de linhas de transmissão da Eletronorte, coordenada pelos professores Benedito Souza Filho, Maristela de Paula Andrade, Ednalva Maciel Neves e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, que resultou na publicação do livro *Alta tensão: conflitos, representações e dinâmicas de uso e ocupação de faixas de servidão de linhas de transmissão da Eletronorte* (SOUZA FILHO *et al*., 2006).

8 A Amazônia Oriental é composta pelos estados do Pará, Amapá, Tocantins e parte do estado do Maranhão.

9 O PFC foi concebido no âmbito da então Companhia Vale do Rio Doce, no final dos anos 1970, para garantir as condições de extração e exportação das gigantescas jazidas de minério de ferro descobertas no sudeste do estado do Pará, através de um sistema de exploração e transporte caracterizado como mina-ferrovia-porto. Na esteira no PFC, o Governo Federal do Brasil decretou, em 1980, a criação do Programa Grande Carajás (PGC), que se constituiu num gigantesco programa interministerial de desenvolvimento regional, abrangendo aproximadamente 900.000 km², que visava integrar a Amazônia Oriental brasileira à expansão capitalista no país, incentivando atividades minerárias, agropecuárias, industriais, madeireiras etc. (SANT'ANA JÚNIOR; CARDOSO, 2016).

a estrada de ferro Carajás, instalada a fábrica de alumínio do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e RioTintoAlcan, e a expansão da logística portuária do Complexo Portuário de São Luís-MA[10].

Remontar a esse contexto das políticas de desenvolvimento e às suas formas de operação implicava também na discussão de um segundo aspecto, que seria a produção de uma crítica à racionalidade instrumental capitalista, percebendo "a contra-face da modernização contemporânea" (ALVES, 2010). Nesse esboço de pesquisa bibliográfica inicial, o grupo incorporou algumas reflexões sobre a modernidade, revisitando leituras sobre a noção de progresso, seus discursos e suas premissas. Reflexões que permitiram, por outro lado, colocar na tônica do debate e da própria modernização o protagonismo e o modo de vida das comunidades, coagidas ao "tempo do aço", metáfora que serviu de base para interpretar o processo de tentativa de imposição da lógica produtiva capitalista na comunidade do Cajueiro[11] (MENDONÇA, 2006).

Nesse quadro, refutando a narrativa da modernidade, cujo olhar é de que as comunidades rurais seriam estruturas obsoletas que deveriam dar lugar a projetos desenvolvimentistas, o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma) inverteu a lógica da percepção e investiu numa literatura que buscaria reconhecer o protagonismo dessas comunidades, dando visibilidade às suas formas e modos de viver, às narrativas e aos saberes localmente constituídos, rechaçando, assim, a "ideologia do vazio demográfico". Ou seja, considerando que memórias subterrâneas acerca dos processos de territorialidade e de vida digna possam emergir nas arenas de disputa, fomentando discussões sobre os "projetos para a nação" que superem a percepção

10 O Complexo Portuário de São Luís é formado por três grandes portos: Porto de Itaqui (administrado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária – Emap), Terminal Portuário da Ponta da Madeira (pertencente à Vale S.A.) e Porto da Alumar (pertencente ao Consórcio de Alumínio do Maranhão) e alguns portos menores (MOREIRA, 2015).

11 Cajueiro é uma comunidade que forma a zona rural de São Luís. Em grande medida, é composta por pescadores, agricultores e extrativistas. Se o processo de construção do polo siderúrgico tivesse obtido sucesso, seria deslocada em favor da fabricação de aço. Mais recentemente, desde 2014, essa comunidade vem resistindo a nova ameaça de deslocamento compulsório, agora pelo projeto de construção de um porto privado.

formulada do lugar de atraso que precisa dar espaço ao progresso, buscando valorizar o lugar de vida digna que merece respeito e que contém em si formulações importantes para pensarmos políticas e processos sociais.

O OLHO DO FURACÃO

No bojo da disputa em torno do polo siderúrgico envolvendo as empresas, instituições estatais e as comunidades diretamente atingidas, os membros do Gedmma iniciaram um conjunto de atividades de pesquisa: visitas exploratórias, levantamentos de dados, de notícias de jornais, de registros de festividades, realização de entrevistas, participação em reuniões nas comunidades. E, em 2005, após os primeiros levantamentos, o grupo foi cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, quando elaborou o projeto de pesquisa "Modernidade, desenvolvimento e consequências socioambientais: a implantação do polo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA", aprovado pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Esse projeto, em linhas gerais, buscou investigar o processo que pretendia garantir a implantação do polo siderúrgico no município de São Luís e suas consequências socioambientais. Procurou também mapear os variados agentes, coletivos e individuais, envolvidos; suas posições, os conflitos envolvendo instituições e distintos segmentos sociais, além dos instrumentos de divulgação de suas posições. Para tanto, contou com apoio financeiro do CNPq (Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) e de bolsas de iniciação científica financiadas pelo Programa de Iniciação Científica (Pibic/CNPq/UFMA), pelo Edital de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (BIC/Fapema/UFMA), e do Programa Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia do Instituto Internacional de Educação do Brasil (Beca/IIEB).

Concomitantemente ao projeto, foram realizadas as primeiras monografias de membros do grupo, entre 2005 e 2008, enfocando diferentes aspectos dos conflitos acerca do polo siderúrgico. Versando a respeito dessas temáticas, já apontando o saber que seria construído no decorrer dos anos pelos pesquisadores e pesquisadoras do Gedmma, preocupados com uma atuação acadêmica e social voltada para a

construção da crítica e da ação em relação aos temas desenvolvimento, modernidade e meio ambiente em São Luís e outros lugares do Maranhão, podemos destacar as monografias de Bartolomeu Mendonça, intitulada "Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço", defendida em 2006; de Márcio de Jesus Azevedo de Matos, intitulada "O polo siderúrgico de São Luís e o modelo de desenvolvimento aplicado ao Maranhão", defendida em 2007; de Rafael Bezerra Gaspar, intitulada "O Taim e a criação da Reserva Extrativista: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente", defendida também em 2007; de Elizângela Maria Barbosa, com o título "Reserva Extrativista do Taim e a educação ambiental: o povoado Rio dos Cachorros – São Luís-MA", defendida em 2008, no curso de Geografia; e de Alan de Andrade Sousa, intitulada "O ambiente, a política, o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís", defendida em 2008. Depois dessas, muitas outras monografias de conclusão de curso foram escritas, compondo um significativo acervo de informações e reflexões sobre os conflitos ambientais no Maranhão.

Ainda em 2008, foram defendidas as duas primeiras dissertações de mestrado no grupo: "'É mina, não acaba nunca': os moradores da baía do tubarão e seus sistemas ecológicos", de Bartolomeu Rodrigues Mendonça, e "Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre os processos de ambientalização dos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão", de Renata dos Reis Cordeiro. Depois dessas, mais 11 dissertações de mestrado foram defendidas por estudantes do Gedmma. Desde 2014, a partir da tese de Elio de Jesus Pantoja Alves, "Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA", começaram a ser produzidas as teses de doutorado do grupo, que já contabilizam um total de oito.

É válido destacar que, durante a consolidação do grupo e as primeiras atividades de pesquisa, estavam ocorrendo as audiências públicas a respeito da implantação do polo siderúrgico. Houve um grande investimento político por parte do então prefeito de São Luís, Tadeu Palácio, na tentativa de converter parte da zona rural em zona industrial, cujo objetivo era a viabilidade legal da transferência da área para a instala-

ção da siderurgia sem, no entanto, realizar a devida discussão pública do processo de revisão da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís, como exige a legislação urbanística brasileira (SOUSA, 2009). O questionamento dessa "manobra" do executivo municipal pelos movimentos de resistência no Ministério Público Federal forçou a realização de 13 audiências públicas. Coube ao Movimento Reage São Luís, constituído no processo de mobilização da zona rural e de redes de movimentos sociais e da sociedade civil da cidade de São Luís, denunciar as manobras, o que contribuiu decisivamente na inviabilização do polo siderúrgico (ALVES, 2014). No calor desse debate e na disputa relacionada ao polo siderúrgico, o Gedmma, dizia o professor Horácio Antunes, líder do grupo, encontrava-se "no olho do furacão", diante de tantas incertezas e inseguranças por parte das comunidades ameaçadas, de notícias, de boatos, de investidas do empresariado, de especulações e de conflitos surgidos a cada momento no dilema da vinda ou não do empreendimento.

Foi nessas condições que o Gedmma, enquanto grupo de pesquisa, encontrou "terreno fértil" para um tipo de produção acadêmica que foi sendo realizado, aliando à trajetória de seus membros uma produção científica engajada. Dessa forma, o Gedmma foi se constituindo enquanto grupo de estudos, institucionalizado, sem, no entanto, abrir mão da participação direta de seus membros na reflexão crítica e nos processos de mobilização e resistência.

Dessa produção engajada, sobressaem duas características do grupo: uma visão da produção científica como um instrumento a ser apropriado pelas comunidades no sentido de buscar seus direitos e, também, a participação das lideranças comunitárias na concepção e elaboração de seus projetos e de suas ações. Essas características, presentes desde os anos iniciais de atuação do grupo, o acompanham até o momento presente, pois, entre outras questões, o grupo conta com a presença em seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras lideranças das comunidades em que atuam, numa parceria que tem suscitado bons frutos, pois pautada no diálogo entre saberes. Nas reuniões semanais administrativas e de estudos, nas oficinas anuais de planejamento, nos seminários internos de pesquisa, em eventos acadêmicos promovidos pelo grupo, a participação das lideranças tem sido de extrema importância na medida em que colaboram nos debates e na autocrítica das ações das pesquisas.

O grupo afirmou sua trajetória de pesquisa em contextos de conflitos e luta por direitos territoriais de comunidades rurais de São Luís. As possibilidades reflexivas que emergiram nesse cenário e a proximidade com a luta social das comunidades rurais ante os grandes projetos estão relacionadas à opção por uma produção acadêmica comprometida com a crítica social dos processos de exploração que assolam nossa sociedade. Uma produção social crítica que permita a emergência de contradiscursos num regime de produção de verdade que tende a reproduzir, a partir de um sistema de classificação social, estruturas de dominações econômicas, políticas e culturais que legitimam discursos como o desenvolvimentista. Muitos desafios são colocados a um grupo que prima por esse tipo de trabalho comprometido socialmente com as lutas sociais por cidadania, direitos territoriais e vida digna, como as tentativas de deslegitimação da luta por parte de setores majoritários na academia, historicamente comprometida com os poderes instituídos, setores do Estado antagônicos a essa forma de crítica e ainda indivíduos com interesses variados.

PRODUÇÃO DE SABERES

Nesse processo, em 2009, o Gedmma ampliou seu campo de investigação e aprovou o projeto de pesquisa e extensão Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão. Esse projeto pretendeu compreender como os desdobramentos das iniciativas desenvolvimentistas do Programa Grande Carajás levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos e como todo esse processo afetou povos e comunidades tradicionais, provocando conflitos socioambientais.

A elaboração do projeto partiu de algumas análises, como a de que desde os anos de 1970 a zona rural de São Luís, primeiro foco de pesquisas do grupo, e o Maranhão como um todo têm sofrido alterações em sua paisagem e modos de vida derivadas da implantação de estruturas, como uma extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país: a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral

maranhense (de propriedade da Vale S.A.), o Complexo Portuário de São Luís (ver nota 10), a hidrelétrica de Estreito e a termelétrica do Porto do Itaqui. Paralela e associadamente a essas grandes obras de infraestrutura, foram instalados nesse mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da estrada de ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale S.A.) na Ilha do Maranhão[12]; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura (soja, sorgo, milho, eucalipto) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; e projetos de carcinicultura, no litoral.

Lado a lado da transformação do mosaico de comunidades que compõe o Maranhão por grandes projetos de desenvolvimento, também surgiram resistências variadas, e o Gedmma, enquanto grupo de pesquisas, buscou compreender esses processos interligados, especialmente aqueles que ocorrem na zona rural de São Luís, tendo como a área de estudo a Zona Rural II, onde estão localizadas as comunidades diretamente impactadas por empreendimentos industriais e portuários. Ao longo dos anos, uma série de relatórios de pesquisas, laudos socioantropológicos, monografias, dissertações, teses e outras produções foram sendo realizadas, numa busca constante por diálogo entre o Gedmma e membros das comunidades, de forma que as pesquisas apresentassem dados, críticas e ainda ferramentas nas lutas das comunidades, produzindo um saber engajado.

Nos últimos anos as pesquisas voltaram-se também para a compreensão do processo de reivindicação pela instalação de uma reserva extrativista (Resex) na zona rural de São Luís, demandada por organizações comunitárias de 12 comunidades tradicionais como forma de salvaguardar o território e seus modos de vida mediante as intrusões de

12 "Ilha do Maranhão é o nome oficial da ilha onde se situa o município de São Luís. É também chamada de Upaon-Açú (Ilha Grande), nome que seria designado pelos povos indígenas antes do período colonial, e de ilha de São Luís. A Ilha do Maranhão é constituída por um arquipélago com mais de cinquenta ilhas com variadas origens e dimensões. A maior delas é onde se localiza a capital do Maranhão. Na Ilha do Maranhão estão localizados os municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar" (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2017).

empreendimentos na região. Desde 1996, conforme relatado pela liderança Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, membros de comunidades como Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro e Porto Grande começaram a discutir formas de resguardar suas terras juridicamente, chegando à proposta comum de constituição de uma reserva extrativista (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009). Inicialmente com denominação de Reserva Extrativista do Taim, era composta por comunidades localizadas na Ilha do Maranhão, como as referidas anteriormente. Foi feito um abaixo-assinado e a demanda direcionada ao órgão responsável pela criação de unidades de conservação naquele momento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2009).

Em 2006, após uma série de visitas, estudos e reuniões, o Ibama produziu o Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim (IBAMA, 2006) e foi apresentado às comunidades no mesmo ano. Na audiência pública de discussão do laudo surgiu uma demanda de inclusão de comunidades localizadas na Ilha de Tauá-Mirim na proposta de Resex. Em 2007, foram realizados novas visitas e estudos, gerando um novo laudo (IBAMA, 2007), quando foram inclusas as comunidades da Ilha de Tauá-Mirim, totalizando 12 no traçado da então Resex do Taim: Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Cajueiro, Vila Maranhão, Jacamim, Portinho, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim.

O pedido da Resex, seguindo o processo legal, foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente. Após a verificação dos laudos, o Ministério do Meio Ambiente orientou que o nome da reserva fosse alterado, já que foi detectado existir, no Rio Grande do Sul, uma reserva biológica com o nome Taim. Após consulta a representantes das comunidades, optou-se por alterar o nome da unidade de conservação para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Nos anos posteriores, a proposta de Resex foi angariando apoiadores e também recebendo recusas advindas do Estado, a partir de secretarias, como a Sedinc (Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), do próprio gabinete do Governo Estadual, e do meio empresarial. Em 2013, o Governo Estadual, na pessoa da então governadora Roseana Sarney, enviou ao Ministério do Meio Ambiente

uma carta contrária à criação da Resex, apontando haver incompatibilidade entre os interesses das comunidades e do Governo Estadual, pois a área em questão era pleiteada também como Distrito Industrial (STEINHORST DAMASCENO, 2016).

Em 2009, como resultado das pesquisas de seus integrantes, o Gedmma produziu o livro *Ecos dos conflitos socioambientais*: a Resex de Tauá-Mirim (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2009), comtemplando análises sobre a situação das comunidades da Zona Rural II de São Luís, com ênfase nos conflitos ambientais, e a demanda pela Resex de Tauá-Mirim. O livro conta inclusive com a publicação de entrevistas concedidas por Alberto Cantanhede e Máxima Pires, respectivamente, lideranças das comunidades do Taim e do Rio dos Cachorros, o que de certa forma reflete a participação dessas lideranças na produção das pesquisas e o diálogo e a inserção do grupo nas comunidades. Em função de seu engajamento e participação direta sobre os processos políticos envolvendo as comunidades, o Gedmma passou também a realizar, circunstancialmente, levantamentos e relatórios atendendo às demandas de órgãos públicos relacionadas com interesse das comunidades estudadas.

No ano de 2009, o grupo realizou um levantamento que resultou no "Relatório de Pesquisa de Campo: Vila Madureira e Camboa dos Frades" (GEDMMA, 2009), servindo de base para contestações e ações judiciais do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal com relação à instalação da Termelétrica Porto de Itaqui e o deslocamento da comunidade de Vila Madureira. Em 2014, o grupo produziu o "Relatório Socioantropológico. Resex de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil" (GEDMMA, 2014). Em 2015, foi realizado um levantamento por pesquisadores do Gedmma em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (Nera), o Núcleo de Estudos Geográficos (Nego) e o Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade (Nupedd) e com participação de lideranças das comunidades na área do entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, partindo da solicitação feita pelas pastas do Meio Ambiente do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público Estadual (MPE) no Maranhão, tendo como produto o "Relatório Sucinto de Levantamento de Comunidades Tradicionais no entorno da Reserva

Extrativista de Tauá-Mirim". Esse relatório apresenta aspectos socioambientais relevantes sobre a área no entorno da Resex de Tauá-Mirim e indica a existência de "assentamentos" de terreiros de mina, entre estes os que se originaram do Terreiro do Egito, território sagrado de relevância histórica para a memória de praticantes do Tambor de Mina, religião de matriz africana presente no Maranhão, como também para a comunidade de Cajueiro, onde o terreiro está localizado.

Desde 2006, como forma de apresentação pública dos resultados de suas pesquisas e de ampliação das discussões realizadas no âmbito do grupo, o Gedmma realiza o Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Sedmma), que sempre conta, em suas composições, com pesquisadores, membros de comunidades e movimentos sociais, englobando os saberes produzidos pelo grupo e as redes de atuação em que ele se insere. O I Sedmma foi realizado entre os dia 10 e 12 de julho de 2006 e foi importante para tornar o Gedmma conhecido pela comunidade acadêmica da UFMA, além de ser um momento de atração de muitas pessoas que passaram a participar do grupo. O II Sedmma aconteceu em conjunto com a VI Jornada Maranhense de Sociologia, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, entre os dias 6 e 9 de outubro de 2009. O III Sedmma ocorreu entre os dias 23 e 25 de maio de 2012 e o IV Sedmma entre os dias 11 e 13 de novembro de 2015.

O Gedmma, entre os anos de 2013 e 2014, foi um dos grupos organizadores do Seminário Internacional Carajás 30 anos. Naquela ocasião, dividiu a coordenação geral do evento com as Cáritas Brasileiras Regional Maranhão, o Forúm Carajás, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e a Rede Justiça nos Trilhos (JnT). O seminário foi concebido numa parceria que envolveu movimentos sociais e comunitários, sindicatos, pastorais, programas de pós-graduação e grupos de pesquisa universitários. Constituiu-se em um processo que culminou num evento, na Universidade Federal do Maranhão, entre os dias 5 e 9 maio de 2014. Desde 2013, foi precedido de Seminários Preparatórios Locais realizados em Imperatriz–MA (16 a 18 de outubro de 2013), Santa Inês–MA (20 a 22 de março de 2014), Marabá–PA (21 a 23 de março de 2014) e Belém–PA (9 a 11 de abril de 2014). Outro instrumento preparatório do Seminário Carajás 30 anos foi a realização

do videodocumentário "A peleja do povo contra o dragão de ferro", dirigido pelo cineasta Murilo Santos, que trata das consequências e dos desdobramentos da implantação do Programa Grande Carajás desde meados dos anos 1980.

Além das 5 entidades da coordenação geral, o evento contou com 28 entidades promotoras, advindas do Maranhão e do Pará, com 8 entidades parceiras, nacionais e internacionais, e 9 organizações de apoio financeiro e institucional. Participaram do evento cerca de 1.250 pessoas, com representantes de 11 povos indígenas (Guajajara/Tentehar, Gavião/Pukobyê, Krikati, Awa Guajá, Ka'apor, Suruí, Atikum, Xikrim, Akrãtikatêjê, Guarani Mbyá, Kaingang) e de 10 países diferentes (Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, França, Itália, Moçambique, Peru, Uruguai).

Além de voltar-se para a zona rural de São Luís, o grupo também realizou e/ou realiza pesquisas no município de Bacabeira, onde três comunidades foram deslocadas para implantação da Refinaria Premium I da Petrobras, empreendimento que não se efetivou, deixando o município e a região circunvizinha com aspecto de cidade fantasma (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013); na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, localizada no litoral oeste do Maranhão (PEREIRA; FERREIRA, 2016); na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, no município de Itapecuru (BRUSTOLIN, 2015); na baía do Tubarão (MENDONÇA, 2008), cuja luta das comunidades garantiu, no mês de junho de 2017, a criação da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, o que demonstra a ampliação dos estudos para outros contextos de conflito no estado, enfatizando a opção do grupo em buscar compreender o desenvolvimento em suas várias facetas e as resistências ao discurso hegemônico.

A partir de 2006, o Gedmma participa de projetos de cooperação acadêmica envolvendo instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras. Entre 2006 e 2010, o grupo participou de um Projeto de Cooperação Acadêmica (Procad) intitulado "Amazônia e paradigmas de desenvolvimento". O projeto foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Governo Federal, e envolveu pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA) e do

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Tinha como principal objetivo compreender e analisar o processo de implantação de projetos de desenvolvimento na Amazônia e seus efeitos sobre o ambiente e as populações locais. O projeto foi coordenado pelos professores Sergio Figueiredo Ferretti (UFMA) e José Ricardo Ramalho (UFRJ), resultando na publicação do livro *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural* (FERRETTI; RAMALHO, 2009).

Como desdobramento desse projeto, entre 2010 e 2015, além de pesquisadores do PPGCSoc/UFMA e do PPGSA/UFRJ, juntaram-se pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA) para realização do projeto de cooperação intitulado "Territórios emergentes da ação pública local e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira", também financiado pela Capes, através do Projeto de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras (Procad-NF). O projeto foi coordenado pelos professores Maria José Aquino Teisserenc (UFPA), Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (UFMA) e Neide Esteci (UFRJ) e resultou na publicação dos livros *Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro* (RAMALHO; CARNEIRO, 2015) e *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental* (TEISSERENC; SANT'ANA JÚNIOR; ESTERCI, 2016).

De 2014 a 2016, foi realizado o primeiro projeto de cooperação internacional do Gedmma, envolvendo uma equipe de pesquisadores da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). O projeto foi intitulado "Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil" e teve como objetivo estudar projetos de desenvolvimento e de modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais sobre populações locais, em uma perspectiva comparada. Foi coordenado pelos professores Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e José Carlos Gomes dos Anjos e resultou na publicação do dossiê "Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil" na *Revista Pós Ciências Sociais* (ANJOS; SANT'ANA JÚNIOR; BRUSTOLIN, 2016). Além desse dossiê, encontra-se em fase de elaboração um livro que, também, apresentará resultados das pesquisas realizadas no âmbito dessa cooperação.

Desde 2015, encontra-se em andamento o projeto de cooperação "Mineração, territórios e desigualdades ambientais no Brasil: diversidade sociocultural e luta por direitos", financiado pela Fapema, e envolve, além de pesquisadores do Gedmma, o Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, e o Laboratório de Geoprocessamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC); o Grupo de Estudos Amazônicos (Geam), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF); o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e o Grupo de Pesquisa Temas (Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ainda financiado pela Fapema, a partir de 2015, o Gedmma realiza junto com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questões Agrárias (Nera), vinculado ao Departamento de Geociências (Degeo) da UFMA, o projeto "Plataforma digital 'Memória de Comunidades Quilombolas e Tradicionais do Maranhão'", que tem como um de seus principais encaminhamentos a produção da plataforma digital "Cofo de Memórias", que sistematizará e disponibilizará informações sobre comunidades quilombolas e tradicionais do Maranhão que têm sido interlocutoras nas pesquisas realizadas pelos dois grupos.

Desde 2016, com financiamento da Fapema, outro projeto de cooperação internacional vem sendo realizado pelo Gedmma. O projeto "Resistências e conflitos socioambientais frente aos megaprojetos no México e no Brasil: os casos de Oaxaca e Maranhão" visa estudar as formas de resistências das populações locais em face de ditos megaprojetos de cunho neodesenvolvimentista (sobretudo os vinculados à minero-siderurgia, à produção de energia, à agropecuária e às grandes estruturas de turismo) e vislumbra dar a ver o quadro de outras possibilidades de organização socioeconômica e cultural em contextos específicos no estado de Oaxaca (México) e no estado do Maranhão (Brasil). Além dos membros do Gedmma, reúne pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa mexicanas, como o Instituto de Antropología e Historia (Inah), o Colegio San Luís e a Universidad del Mar.

No âmbito da extensão universitária, o Gedmma tem prestado assessoria às comunidades nas quais realiza suas pesquisas, acompanhando as situações de conflito e colaborando na divulgação de suas demandas e na articulação com outros movimentos sociais e instituições. Entre os anos de 2011 e 2014, executou o projeto de extensão "Educação ambiental e cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA", que contou com apoio financeiro da Fapema e, além do trabalho de assessoria, permitiu a realização de um curso de educação ambiental para jovens das comunidades da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Desde 2014, em conjunto com a Rede Justiça nos Trilhos, vem realizando o projeto de extensão "Programa Grande Carajás, cidadania, direitos humanos e educação ambiental", que conta com apoio financeiro da Fapema e da Fundação Ford e visa atender à demanda de realização de um curso que discuta direitos humanos, cidadania e educação ambiental com um grupo de 40 agentes sociais de São Luís, Santa Rita, Itapecuru, Arari, Igarapé do Meio, Buriticupu e Açailândia, municípios que compõem a área de abrangência do Programa Grande Carajás no Maranhão. O curso é itinerante e acontece a cada dois meses, em um final de semana.

Os membros do Gedmma têm mantido presença permanente nos grupos de trabalho (GTs) referentes a conflitos ambientais na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Muitas vezes, participam da organização desses GTs e em outras apresentam seus trabalhos.

As articulações em rede com grupos de pesquisa, entidades de classe e redes de resistências fizeram com que o grupo mantivesse um profundo e profícuo diálogo como membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), da qual faz parte do Conselho Político, e da Rede Justiça nos Trilhos (JnT). Alguns de seus membros ainda fazem parte da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e do Movimento de Defesa da Ilha.

Nesse sentido, o grupo tem se constituído como referência no Maranhão e no Brasil no que concerne a pesquisas a respeito de conflitos ambientais, categoria que tem acompanhado os estudos desde o seu início, em 2004. O diálogo entre saberes, a busca pelo conhecimento

crítico e também a necessidade de atuação social enquanto agente no processo político são algumas das características do Gedmma. Os membros do grupo têm não somente participado de debate público sobre o processo de revisão do Plano Diretor de São Luís, como também, em função do engajamento do grupo nos movimentos sociais, dois de seus integrantes são conselheiros da Resex de Tauá-Mirim, cujo Conselho Gestor foi politicamente criado em 17 de maio de 2015, e também conselheiros do Conselho da Cidade de São Luís (Concid). Ademais, em grande medida, a presença dos membros do Gedmma nos espaços públicos tem gerado frutíferas discussões e contestações criticamente fundamentadas.

Nos últimos anos, os membros do grupo, na condição de pesquisadores, têm atuado nos contextos de conflitos, a exemplo da situação de ameaça à comunidade do Cajueiro, a partir de 2014, em função da tentativa de instalação de um porto privado na praia de Parnauaçu. Os pesquisadores do Gedmma apoiaram as lideranças da comunidade que resistem à construção do porto, acionando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua assessoria jurídica para acompanhar a situação, o que levou à realização de audiências públicas e audiências populares que deram visibilidade ao caso, reforçando a luta e a resistência das comunidades contra a articulação de setores do próprio Estado com empresas como a WPR, subsidiária da WTorre, e que atende a interesses da Suzano Papel e Celulose.

Membros do Gedmma, em 2014, iniciaram sua participação na discussão sobre as alterações do Plano Diretor de São Luís. Nesses processos, o Gedmma tem sido crucial na articulação com outros grupos de pesquisa da UFMA e com redes de movimentos sociais de São Luís para a retomada e demarcação simbólica do Terreiro do Egito, além de outras ações em defesa dos territórios tradicionais. Nessas articulações, o grupo contribuiu decisivamente para ampliar as mobilizações das comunidades e destas com outras redes de movimentos que desaguaram na formação do Movimento de Defesa da Ilha, criado em 2015, pautando em sua agenda de mobilização não somente o município de São Luís, mas toda a Ilha do Maranhão e seus municípios. O MDI, criado no processo de mobilização das comunidades com redes de movimentos sociais diversos, conta com a colaboração do Gedmma desde seu

surgimento. O MDI tem discutido sobre o Estatuto da Cidade, a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís, o processo de metropolização e, sobretudo, as comunidades rurais diretamente afetadas pelos empreendimentos industriais e portuários.

Entre os anos de 2015 e 2016, o Gedmma recebeu a professora Raquel Maria Rigotto, do Núcleo Tramas da UFC, para realização de seu pós-doutorado, a partir de um projeto intitulado "A questão do conhecimento nos conflitos ambientais: ciência, saberes e práxis acadêmicas emancipatórias", o que possibilitou a ampliação das relações de cooperação entre o Gedmma e o Tramas, além de contribuir significativamente para a produção de conhecimentos nos dois grupos.

Como desdobramento e reconhecimento dessa participação nas mobilizações e, principalmente, pela alta qualidade de sua produção acadêmica, membros do grupo têm recebido vários prêmios nos últimos anos: Prêmio Maria Aragão, em 2016, da Fapema, na categoria Dissertação de Mestrado (Ciências Humanas) para o trabalho "Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro", de Jadeylson Ferreira Moreira; Medalha de Mérito Acadêmico, na categoria Melhor Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Humanas, em 2015, pelo trabalho "Violência, memória e resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996-2013)", de Tayanná Santos Conceição de Jesus, concedido pela Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Federal do Maranhão; Distinção Honorífica – Palmas Universitárias, em 2014, concedida ao professor Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior pela Universidade Federal do Maranhão; Prêmio Fapema 2014, na categoria Jovem Cientista, Modalidade Ciências Humanas, concedido a Tayanná Santos Conceição de Jesus pelo trabalho "RESEX de Tauá-Mirim: alternativas ao *desenvolvimento* do Maranhão a partir da garantia de direitos territoriais de grupos sociais tradicionais"; 3º Lugar Ciências Humanas pela Comunicação Oral "Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim", de Tayanná Santos Conceição de Jesus, em 2013, no 25º Seminário de Iniciação Científica (Semic) da Universidade Federal do Maranhão; Prêmio Fapema, em 2012, na categoria Dissertação de Mestrado, Modalidade Ciências Humanas, concedido a Ana Caroline Pires

Miranda pelo trabalho "'Povos e comunidades tradicionais': análise do processo de construção sociológica e jurídica da expressão".

Ao todo, são 12 anos de atuação, e o Gedmma possui uma produção acadêmica que comporta variados estudos relacionados a contextos de conflito, pois esse era seu objetivo inicial, quando os estudantes de Ciências Sociais Bartolomeu Mendonça, Márcio Matos e Fabiano Soares, inquietos com o que ocorria na Zona Rural II de São Luís, provocaram os professores Horácio Antunes e Elio Pantoja com o objetivo de compreender os conflitos desencadeados na Zona Rural II de São Luís em função da iminente instalação de um polo siderúrgico e a ameaça ao deslocamento de pelo menos 12 comunidades rurais.

Atualmente, o Gedmma conta com uma coordenação composta por seis professores doutores da UFMA, sendo quatro do Departamento de Sociologia e Antropologia (Cíndia Brustolin, Elio Pantoja, Madian Frazão, Horácio Antunes), um professor do Departamento de Geociências (Samarone Marinho) e um professor do Colégio Universitário, Colégio de Aplicação da UFMA (Colun/UFMA) (Bartolomeu Mendonça). A Coordenação Colegiada também conta com a participação de dois representantes dos estudantes membros do grupo, sendo um de graduação (Hemerson Herbet de Sousa Pereira) e outro de pós-graduação (Ronyere Sarges Rêgo). O grupo conta com sete bolsistas de iniciação científica, seis estudantes de mestrado e quatro estudantes de doutorado. Ainda fazem parte do grupo oito professores da Universidade Federal do Maranhão e do Instituto Federal do Maranhão, que estão localizados em diferentes *campi* da capital e do interior do estado, além de profissionais e estudantes voluntários de vários cursos de graduação.

CONSIDERANDO PARA NÃO FINALIZAR

De fato, ao longo desse período e desde seu início, o Gedmma tem não somente estudado os conflitos decorrentes de projetos de desenvolvimento e seus efeitos sobre as comunidades, como também tem se inserido no debate público como ator político, sem, no entanto, abrir mão do uso social de sua produção científica como ferramenta de contestação à produção hegemônica de se fazer ciência. Talvez esta seja uma das marcas mais evidentes do grupo e também demarcador de sua traje-

tória: a busca por compreender a realidade envolvente, com seus projetos hegemônicos de poder, discursos dominantes, resistências e projetos de futuro, numa opção pela atuação crítica. Essa trajetória, entretanto, não tem ocorrido sem grandes desafios. Desafios desde o ponto de vista do reconhecimento de uma forma distinta de se fazer ciência, em que se coloca a produção acadêmica numa relação dialógica e horizontal com outras formas de saberes, assim como desafios de reconhecimento dessa forma de produção de novos saberes do ponto de vista institucional e operacional dentro das próprias entranhas burocráticas acadêmicas. Desafios que, pelo menos em parte e de certa forma, têm sido suplantados com a criatividade e a criticidade, advindas, sobretudo, do aprendizado contínuo entre seus membros e entre estes, fundamentalmente com os saberes das comunidades, suas lutas, seus sentimentos, suas racionalidades, suas emoções, continuamente compartilhadas.

Como nos ensinam Ianni (2000) e Fernandes (1995), a elaboração do conhecimento acadêmico/científico é sempre parcial e militante; há os intelectuais orgânicos do capital, do Estado subsumido no lucro, das corporações capitalistas, mas há também os intelectuais da crítica, da contestação do modelo de colonização do tempo presente em favor das vidas e dos territórios do bem viver. Essa foi e é a opção do Gedmma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização". **Travessia**, maio/ago., 1996, p. 30-35.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís - MA - a contraface da modernização contemporânea. In: BURITY, Joanildo A.; RODRIGUES, Cibele M.; SECUNDINO Marcondes de (Org.). **Desigualdade e justiça social**: dinâmica Estado-Sociedade. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2010. p.

_____. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA. XX. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

_____; SANT`ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de desenvolvimento, impactos sócio-ambientais e a Reserva do Taim. **Ciências Humanas em Revista**, Universidade Federal do Maranhão, v. 5, p. 29-40, 2007.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). Dossiê: projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.13, n. 26. p. 13-180, 2016.

BENJAMIN, Walter**. Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3.ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. 1).

BRUSTOLIN, Cíndia. **Reconhecimento e desconsideração**: a regularização fundiária dos territórios quilombolas. São Luis: EDUFMA / Café e Lápis, 2015.

STEINHORST DAMASCENO, Elena. **A resex de Tauá-Mirim e seus rizomas**: uma experiência coletiva e etnografia do processo. 2016. Tese (Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.

GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD. **Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva extrativista de Tauá-Mirim, São Luís/MA**. São Luís: Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA); Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO); Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade (NUPEDD), 2015. (Mimeo).

_____. **Relatório de pesquisa de campo**: Vila Madureira e Camboa dos Frades. São Luís: Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), 2009. (Mimeo).

_____. **Relatório socioantropológico**. Resex de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA. São Luís: Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), 2014. (Mimeo).

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBAMA. **Laudo sócio-econômico e biológico para criação da reserva extrativista do Taim**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA-MA. São Luís: CNPT-MA, 2007.

MAGALHÃES, S. Barbosa. **Lamento e dor**: uma análise sócioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MENDONÇA, Bartolomeu. **A natureza "é mina, não acaba nunca"**: uma avaliação da sustentabilidade na Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2008.

_____. Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. 2006. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais. São Luís Universidade Federal do Maranhão, 2006.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiâna Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In: SANT'ANA JÚNIOR; Horácio Antunes *et al.* (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a resex de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís, 2015. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão.

PAULA ANDRADE, Maristela; SOUZA FILHO, Bentido. **Fome de farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; TEIXEIRA, Gercilene. Institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada. In: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ESTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 187-219.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio (Orgs.). **Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos**: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro. São Luís: EDUFMA, 2015.

SANT`ANA JÚNIOR, H. A. *et al*. **Projeto de pesquisa e extensão**: projetos de desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais no Maranhão. São Luís: Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente; Universidade Federal do Maranhão, 2009. (Mimeo).

_____. ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mina-ferrovia-porto: no "fim de linha", uma cidade em questão. **Vibrant**. 2017 (aceito para publicação – no prelo).

_____. MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva; RABELO, Bruno Henrique Costa. **Refinaria premium**: presença da petrobrás no Maranhão. In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baia de Guanabara (Org.). **50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil**: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 239-252.

_____. CARDOSO, Rosiana Mendes. O sistema mina-ferrovia-porto e lutas territoriais no Maranhão In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO; Edna. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p. 181-201.

SOUSA, Alan de Andrade. O ambiente, a política, o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís. In: SANT'ANA JÚNIOR; Horácio Antunes *et al.* (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a resex de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

SOUZA FILHO, Benedito; NEVES, Ednalva Maciel; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; ANDRADE, Maristela de Paula. **Alta tensão**: conflitos, representações e dinâmicas de uso e ocupação de faixas de servidão de linhas de transmissão da Eletronorte. São Luís: EDUFMA, 2006.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ESTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

CONTRIBUIÇÕES DA CARTOGRAFIA SOCIAL PARA ASSEGURAR SOBERANIA TERRITORIAL DE COMUNIDADES CAMPONESAS

Antonio Jeovah de Andrade Meireles [1]

Adryane Gorayeb [2]

Brenda Gaudino Rocha [3]

Francisco Otávio Landim Neto [4]

INTRODUÇÃO

As relações espaçoterritoriais dos povos indígenas e das comunidades camponesas e tradicionais reestruturam as dinâmicas sociais e da natureza para conceber *territórios-exemplo* de modo de vida sustentável. As ancestralidades espacializadas na diversidade de usos, bem como nas estruturas organizacionais de planejamento coletivo e de manejo dos sistemas ambientais para a produção de alimento e empregos diversificados da água e do solo, representaram configurações fundamentais para enfrentar modos produtivos relacionados à lógica socialmente excludente do desenvolvimento hegemônico. Bem assim o fizeram para demonstrar à sociedade opções evidentes de soberanias territorial, hídrica, alimentar, étnica e cultural.

As práticas relacionadas à Cartografia Social foram voltadas ao contexto de propiciar o empoderamento de sujeitos sociais. E, tam-

1 Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona (2001). Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema).

2 Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Rio Claro) em 2008. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

3 Pesquisadora do Laboratório de Cartografia Social da Universidade Federal do Ceará (Labocart/UFC).

4 Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2016. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amapá (Unifap), *campus* Oiapoque.

bém, mediante a representação do território em suas diversas dimensões – social, ambiental, econômica, simbólica, cultural –, para proporcionar visibilidade aos conflitos sociais e instrumentalizar, por meio das cartografias, as ações propositivas de enfrentamento pela agroecologia, quintais produtivos, usos diversificados e comunitários da água e do solo. A Cartografia Social materializa um instrumento de poder popular para espacializar as atividades coletivas de planejamento e gestão dos sistemas ambientais – produção de alimentos consorciados com a biodiversidade e livres de agrotóxicos e transgênicos –, muitas vezes em disputa com o agro-hidro-minero-negócio que causa perdas regionais de biodiversidade, contaminação das pessoas, da água e do solo por agrotóxicos, disseminação de alimentos transgênicos e degradação do modo de vida das comunidades camponesas, tradicionais e indígenas.

É nesse contexto que este artigo objetiva realizar apontamentos teóricos e metodológicos sobre o mapeamento constituído por agricultores e agricultoras do município de Apodi no Rio Grande do Norte. As representações cartográficas dos sistemas ambientais do território de domínio das práticas camponesas iniciaram com a sistematização dos conflitos socioambientais vivenciados no campo, culminando com as ações propositivas voltadas à garantia dos direitos sociais e melhoria da qualidade de vida da população campesina.

É importante evidenciar o fato de ter sido por intermédio do Núcleo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde), da Universidade Federal do Ceará (UFC), e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN, que foram iniciadas as atividades de mapeamento social. Foram desenvolvidas pela equipe de pesquisadores e estudantes do Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social do Departamento de Geografia da UFC (Labocart) e do Núcleo Tramas. Dessa forma, ressalta-se também como objetivo das atividades de mapeamento social a formação de jovens pesquisadores em atividades de ensino-aprendizagem por meio da produção do conhecimento em profunda relação com o modo de vida e a autonomia dos camponeses.

Os procedimentos metodológicos foram relacionados por via da integração dos saberes popular e étnico com o conhecimento acadêmico, evidenciando práxis fundamentada na investigação-ação-participação. Tais procedimentos metodológicos, um desafio para elaboração de

sínteses de complexas relações espaçoterritoriais ancestrais, foram materializados pelos mapas elaborados pelos campesinos. Foram também vinculados a um conjunto de pesquisas – Gorayeb e Brannstrom (2016), Rocha *et al.* (2016), Evangelista *et al.* (2016), Leite *et al.* (2016), Costa *et al.* (2016), Pinto *et al.* (2015), Gorayeb, Meireles e Silva (2015), Bargas e Cardoso (2015), Sousa *et al.* (2015), Lima *et al.* (2014), Meireles *et al.* (2013), Landim Neto (2013), Mendes *et al.* (2015) e Freitas (2013) – que representaram a diversidade de instrumentos metodológicos, as variadas elaborações das cartografias pelas comunidades tradicionais e povos indígenas e os distintos modos e processos de conflitos e resistências nas disputas pelos sistemas ambientais.

ABORDAGEM TEMÁTICA E METODOLÓGICA

A cartografia social, termo largamente utilizado no Brasil, pode ser vista na literatura internacional no modo de expressões como "mapa de pesquisa participativa" (*participatory research mapping*), "mapa participativo" (*participatory mapping*), "*power mapping*" ou mesmo "mapa social" (*social mapping)* (HERLIHY, 2003). Portanto, é uma proposta metodológica que integra diversas categorias das ciências cartográfica, geográfica, antropológica e sociológica e tem como base abordagens inter e multidisciplinares que representam o conhecimento de povos indígenas, camponeses e populações tradicionais em sistemas cartográficos formais, por meio da produção de mapas temáticos e do zoneamento dos territórios coletivos (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015).

Pode-se considerar como mapa social a transformação do mapa mental desde a concretização do conhecimento do lugar de vivência individual e coletiva em um produto visual com padrão cartográfico reconhecido internacionalmente, o que resulta em modalidades, símbolos e cores facilmente compreensíveis entre o próprio grupo mapeador e por terceiros, com suporte na utilização das convenções universais (HERLIHY, 2003). Nesse sentido, a Participatory Action Research Mapping (PARM), que Herlihy e Knapp (2003) conceituaram como mapeamento de pesquisa-ação participativa, é uma atividade voltada ao domínio popular de geotecnologias para a resolução de problemas e a visibilidade de conflitos socioambientais nas disputas territoriais e por sistemas ambientais,

revelando-se como importante instrumento de pesquisa para a prática do mapeamento social comunitário. Assim, possibilita a capacitação das comunidades para que tomem decisões de maneira reflexiva, relacionadas com abordagem coletiva e elaboração de estratégias para assegurar o domínio territorial. Nesse caso, e especialmente na Cartografia Social de Apodi, os camponeses foram agentes ativos na pesquisa e nela reconheceram relevância social e política e a possibilidade real de seu uso para o planejamento e a gestão dos sistemas ambientais de fruição comunitária.

No Brasil, o conceito de Cartografia Social apareceu no início dos anos 1990, com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Esse projeto obteve experiências de mapeamento social realizadas na área do Programa Grande Carajás (exploração mineral iniciada em 1980 pela Empresa Vale S.A.), na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro (ALMEIDA; FARIAS JUNIOR, 2013).

A elaboração social e participativa é o princípio básico metodológico da Cartografia Social. Os procedimentos introdutórios foram relacionados com a materialização das representações espaciais – definidas pelo conhecimento, pelas vivências e pelas ancestralidades das relações sociais com os sistemas ambientais coletivos – para, inicialmente, visibilizar os conflitos e as representações afirmativas de domínio territorial.

Aspecto importante sobre a elaboração dos mapas é saber quem mapeia quem. Muitas vezes são agentes externos, como ONGs, entidades ambientalistas, antropólogos que convidam os ocupantes de um determinado território para participar da elaboração de seus mapas, mas os próprios sujeitos têm questionado se devem participar de mapeamentos conduzidos por terceiros, em processos nos quais não têm autonomia. Os agentes, cada vez mais, entendem que eles próprios devem conduzir o mapeamento de seus territórios (ACSELRAD, 2012).

A Cartografia Social é elaborada de modo a atuar como um importante instrumento de garantia de justiça ambiental e social e de delimitação de territórios com os sistemas ambientais, culturais e socioeconômicos ancestralmente produzidos por povos indígenas e comunidades tradicionais (ALMEIDA; FARIAS JUNIOR, 2013). Diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se mundialmente, desde os anos 1990 (ACSELRAD; COLI, 2008).

A Cartografia Social representa um meio para intervenção coletiva fundamentada nas atividades de identificação e representação cartográfica (mapas temáticos, etnomapas, etnozoneamento) das diversificadas categorias (formas de apropriação material e simbólica) espacializadas no território. Processo que dá início aos primeiros procedimentos para organização de um banco de dados, no caso da Cartografia Social de Apodi, representado pelo Sistema de Informações Geográficas (SIG) elaborado.

As comunidades que elaboraram a Cartografia Social de seus territórios proporcionaram avanços metodológicos desde as diversas maneiras de representação dos sistemas ambientais e dos conflitos evidenciados pela disputa dos espaços camponeses, de comunidades tradicionais (pescadores, ribeirinhos, quilombolas) e de povos indígenas.

A elaboração das cartografias é efetivada, prioritariamente, em três etapas (MEIRELES *et al.*, 2016, p. 23):

i) A primeira etapa é iniciada com a mobilização das comunidades para as oficinas de cartografia. São atividades relacionadas com discussões sobre a diversidade de componentes ambientais, sociais, econômicos, culturais e simbólicos e as escolhas para as representações cartográficas (*diagnóstico* e de integração entre saberes popular e técnico-científico). Constitui a etapa de definição dos temas a serem configurados espacialmente e descritos nos mapas. Nessa fase, são abordados temas relacionados com as técnicas da Ciência Cartográfica e os instrumentos necessários para a representação da diversidade de unidades territoriais.

ii) A segunda é relacionada com a elaboração dos mapas sociais (*construção* e *sistematização* cartográficas) e, inicialmente, vinculada à elaboração de croquis (desenhos das espacialidades dos sistemas ambientais configurados na síntese dos saberes ancestrais e com a evolução dos diversos usos do território). É por intermédio dessa representação que se inicia a configuração dos primeiros elementos territoriais de uso comunitário e representativos dos vínculos dos camponeses com o solo, as matas, os rios, riachos, lagoas e açudes; a delimitação dos setores produtivos e as modalidades de acessos

aos sistemas naturais e à produção de alimentos. As legendas são elaboradas e abrangem os complexos e diversos modos de apropriação coletiva do território, além de dialogarem com as práticas culturais e simbólicas de luta e resistência para a continuidade do domínio territorial. A etapa é constituída de configuração espacial com as relações do lugar, a dinâmica territorial e as distintas maneiras de apropriação dos sistemas ambientais. Nessa fase de elaboração da cartografia, são também espacializados os impactos ambientais e conflitos (principalmente os relacionados com o agronegócio, mineração, especulação imobiliária, entre outros), que interferem na qualidade dos sistemas ambientais e na soberania territorial.

iii) Esta vincula-se à revisão e às devidas correções (*avaliações*) dos mapas elaborados na etapa imediatamente anterior. Com os mapas sociais vetorizados em ambiente SIG (com a utilização do *software free open source* QGIS), origina-se um banco de dados para a continuidade das cartografias, quando das representações de redimensionamentos e de novas práticas de uso e ocupação do território (monitoramento), fruto da dinâmica ambiental e das transformações socioeconômicas e culturais.

Há que se considerar, todavia, dois pontos de relevância. O primeiro é o mapa como instrumento de poder, ao passo que o outro se configura na importância da experiência colaborativa de trabalho, na perspectiva da compreensão mútua de que os conhecimentos científico, popular, religioso, filosófico, étnico e tradicional são igualmente relevantes e potencialmente importantes para que o resultado do trabalho de mapeamento social tenha um caráter transformador para os mapeadores locais e a sociedade envolvida. Nessa perspectiva, os mapas sociais devem ser instrumentos de autorreconhecimento territorial, de socialização comunitária, atualização cartográfica, empoderamento técnico-científico e aprofundamento social das discussões referentes aos problemas e às potencialidades no plano local, nas comunidades e entre as comunidades rurais e urbanas e seus respectivos níveis de governo, no

sentido de servirem como objetos de reivindicação, com procedência no apoio jurídico especializado, ou mesmo com vistas a educar geograficamente e ampliar a reflexão crítica de uma determinada população perante pontos relevantes socialmente.

Os mapas sociais do território camponês de Apodi/RN foram construídos pelos trabalhadores rurais, auxiliados pela equipe de pesquisadores do Labocart e do Núcleo Tramas e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Apodi/RN. Tal partilha deu-se em torno da elaboração dos mapas que visibilizaram os sistemas produtivos de fruição comunitária e dos problemas e conflitos do território. Dessa forma, foram especializados os usos da terra, as distintas modalidades de apropriação dos sistemas ambientais para a produção de alimentos, as variadas especificidades de manejo e gestão do solo e da água, os instrumentos e processos de beneficiamento da produção camponesa e as concretas alternativas econômicas associadas às práticas agroecológicas e aos quintais produtivos.

Para a representação das diversificadas territorializações das práxis camponesas, a elaboração sociopolítica e a feitura dos mapas sociais, as etapas de elaboração definidas acima foram distribuídas em cinco procedimentos metodológicos específicos na CS de Apodi (ROCHA *et al.*, 2016):

- Diagnóstico – as ações referentes ao *diagnóstico* corresponderam ao mecanismo introdutório de aproximação e início do aprofundamento das relações entre os pesquisadores e os camponeses para a partilha introdutória de vivências – sínteses entre os conhecimentos popular e acadêmico – das relações sociais, conflitos e sistemas ambientais comunitários no território. O diagnóstico ocorreu por meio das várias oficinas (nas comunidades e na sede do sindicato), onde foram realizados debates nitidamente relacionados a variadas manifestações de resistências comunitárias diante dos conflitos proporcionados pelo uso da água prioritário para o monocultivo de frutas para a exportação;
- Formação – uma das intenções principais no processo de elaboração dos mapas sociais foi o intercâmbio e a integração dialógica entre os saberes popular e acadêmico. As atividades denomina-

das de *formação* foram realizadas de modo a vincular as práticas comunitárias delimitadas aos espaços territorializados pelos camponeses com a utilização dos instrumentos cartográficos e as geotecnologias;

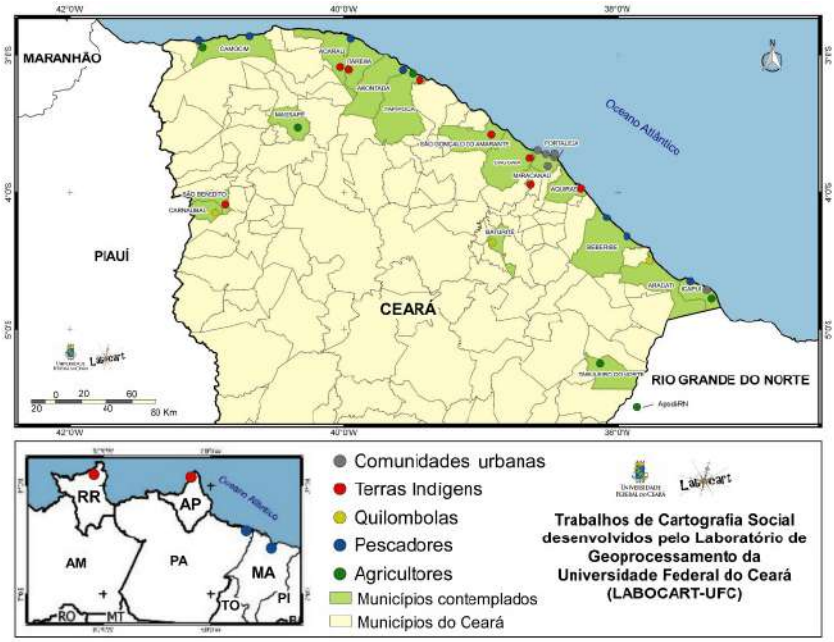
- Elaboração dos mapas – a elaboração dos mapas sociais deu-se inicialmente por meio da utilização de elementos primordiais da cartografia, a exemplo, as imagens de satélite e sistemas globais de orientação (GPS), como grade de coordenadas, escala (preferencialmente gráfica) e norte geográfico. Elenca-se a importância das feições e legendas representando as informações geradas pelos sujeitos sociais que participaram do mapeamento. A técnica utilizada correspondeu ao *overlay* (sobreposição de folhas de papel poliéster) sobre as imagens de satélite representativas dos limites dos territórios focalizados;
- Sistematização – após a confecção das representações territoriais definidas pelos camponeses, a *sistematização* das informações ocorreu nas dependências do Labocart/Geografia UFC, com a utilização do Sistema de Informação Geográfica Livre (QGIS 2.8). Essa etapa foi relacionada com a transposição das informações mapeadas utilizando as três entidades básicas do geoprocessamento (ponto, linha e polígono), com a efetiva digitalização das informações mapeadas e, assim, padronização e validação dos mapas elaborados pelos agricultores e agricultoras no Município de Apodi/RN.
- Avaliação e Validação – etapa de fundamental importância na consolidação dos mapas sociais. Foi efetivada mediante a reflexão coletiva sobre os processos, produtos cartográficos e expectativas sobre a diversidade das representações territoriais. Foram estabelecidos novos encontros e oficinas no contexto dos mapas elaborados e do banco de dados disponibilizados em SIG. As correções e novas representações foram avaliadas coletivamente por meio de debates conduzidos pela diversidade de concepções territoriais e práticas camponesas. O Quadro 1 descreve etapas de elaboração dos mapas, objetivos, metas alcançadas e fotografias das oficinas.

Quadro 1 – Etapas de elaboração dos mapas sociais, objetivos, metas alcançadas e imagens representativas

Etapa	Objetivo	Meta alcançada	Fotografias das atividades
Diagnóstico	Diálogos entre os camponeses e pesquisadores do Núcleo Tramas e do Labocart sobre conflitos socioambientais, diversidade de usos e de práticas camponesas, potencialidades dos sistemas ambientais de domínio comunitário, formas de representação espacial das atividades agroecológicas e dos quintais produtivos.	Debates críticos em mais de 10 oficinas nas comunidades representantes de cada um dos territórios e visitas em campo. Reconhecimento empírico das espacialidades e territorialidades. Definidos os variados sistemas de apropriação camponesa e a diversidade de usos e os saberes na produção de alimentos e configuração regional das soberanias alimentar e hídrica.	
Formação	Transferência dialógica de tecnologias, intercâmbio e integração dos saberes popular e acadêmico. Iniciada na mobilização comunitária para a realização das oficinas.	Capacitação – cartografia social, instrumentos de poder comunitário e conflitos no campo – para o reconhecimento dos elementos territoriais básicos para a cartografia e a fim de evidenciar as dimensões sociais dos mapas elaborados pelos camponeses.	
Elaboração	Etapa de caracterização espacial das informações e reivindicações inerentes ao território elaboradas pelos agentes sociais e as práxis camponesas.	Elaboração dos mapas sociais das representações territoriais regionais e locais do município de Apodi/RN. Desde a delimitação espacial dos diversificados componentes de fruição comunitária nas bases cartográficas, definição das legendas dos componentes territoriais, à integração cartográfica dos quatro territórios para a elaboração de mais uma cartografia denominada de mapa geral propositivo.	
Sistematização	Padronização cartográfica dos mapas sociais por meio das geotecnologias e constituição de banco de dados georreferenciados em formato de SIG.	Produtos cartográficos legítimos e formalmente sistematizados de acordo com as convenções cartográficas.	
Avaliação e validação	Consolidação da relevância e aplicabilidade no processo de elaboração e definição da Cartografia Social de seus territórios.	Fóruns e encontros para publicitar os mapas sociais com discursos esperançosos dos camponeses referentes à Cartografia Social como meio de luta comunitária para a garantia do território e do usufruto dos recursos naturais disponíveis.	

Fonte: Modificado de Rocha *et al.* (2016).

A Cartografia Social do Município de Apodi foi vinculada ao aprimoramento metodológico realizado pelo Labocart na elaboração de aproximadamente 70 mapas sociais em comunidades tradicionais e povos indígenas, em seis estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Foram relacionados a projetos de pesquisa e extensão universitárias iniciados em 2005, quando os índios Jenipapo-kanindé elaboraram 6 mapas temáticos da Terra Indígena Lagoa da Encantada (Aquiraz/CE). Em continuação, foram realizadas as cartografias da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú (Itapipoca/CE), do Quilombo Três Irmãos (Carnaubal/CE) e da Terra Indígena Tapuia-Kariry (São Benedito/CE), elaboradas entre os anos 2009 e 2011. A partir de então, surgiram diversas demandas de grupos sociais que se encontravam, de alguma forma, com os limites territoriais em disputa, com a permanência no território ameaçada por conflitos com agroindústrias de exportação, empreendimentos de turismo de massa (*resorts*), fazendas de camarão e, mais recentemente, a construção dos parques de energia eólica.



Mapa 1 – Localização geográfica do município de Apodi/RN e dos territórios camponeses
Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se, ainda, que em 2014 foram aprovados dois projetos com financiamento do edital ProExt do Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de desenvolver Cartografia Social e fomento à justiça ambiental nas comunidades urbanas atingidas por megaprojetos da Copa do Mundo de 2014. Foram também objeto de estudo os impactos socioambientais de projetos de geração de energia eólica em grande escala no litoral cearense: cartografias sociais nas comunidades Quilombola do Cumbe (Aracati), de pescadores de Amarelas e Xavier (Camocim) e do Assentamento Maceió (Itapipoca).

Esses projetos foram um marco para a produção de Cartografias Sociais no Ceará e estimularam a aproximação de diversas comunidades à universidade. Nesse sentido, o Labocart conta com três professores efetivos que desenvolvem pesquisas e orientam trabalhos de iniciação científica, conclusão de graduação (monografias) e de pós-graduação (várias dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas); em sua biblioteca conta também com publicações temáticas (artigos científicos, livros e cartilhas), que abordam os métodos, as técnicas e as proposições teóricas voltadas para consolidação da cartografia social.

O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO CAMPO EM APODI/RN

Os mapas elaborados foram demonstrações de domínio das relações consolidadas de usos específicos, da multidiversidade de ocupações dispostas em distintos domínios ambientais e das variadas funções da dinâmica da paisagem e da ecodinâmica dos sistemas de uso ancestral. Foi possível elaborar um conjunto de mapas que representaram cartografias da soberania territorial e dos vínculos culturais e ambientais de cada uma das glebas.

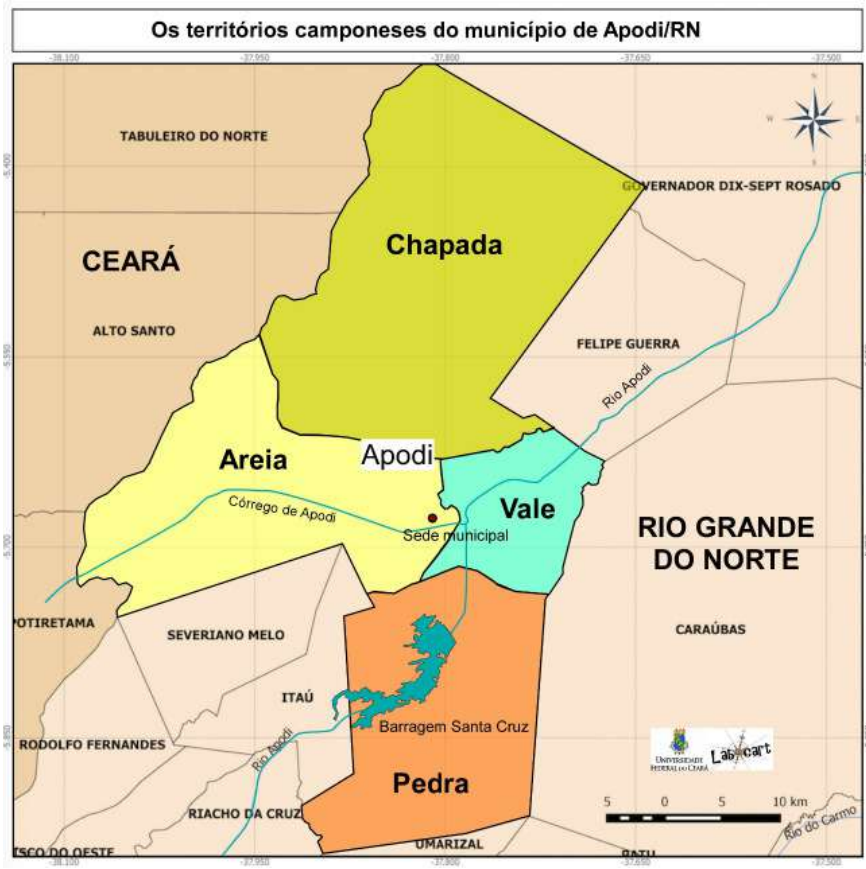
Ao elaborar a cartografia de seus territórios, os grupos envolvidos iniciaram um processo coletivo de representação da diversidade dos espaços conduzidos pelo poder identitário, étnico e de domínio comunitário. Os mapas foram elaborados de modo a definir e orientar as medidas necessárias para a garantia da qualidade ambiental e a fim de determinar as ações e estratégias para denunciar e enfrentar os conflitos relacionados com a ancestral posse coletiva da terra e seus limites com

posseiros e agroindústrias, mineradoras, latifúndios e expansão urbana desordenada. Neles também foram evidenciadas as maneiras de fazer a gestão dos sistemas produtivos e a recuperação de áreas degradadas, além de terem definidas as áreas utilizadas para as práticas culturais e os vínculos socioambientais e econômicos com os ecossistemas.

Para a representação das relações territoriais, de modo a sistematizar um conjunto de informações georreferenciadas, foi necessário delimitar as áreas de proteção e conservação dos recursos naturais, as de prevenção contra processos erosivos e contaminação do solo, as destinadas à recuperação dos recursos naturais e as de produção de alimentos. Um componente indutor da integração entre as áreas delimitadas foi definido pela espacialização dos recursos hídricos, evidenciando disponibilidade, qualidade e modos de apropriação. Foi por via do mapeamento dos sistemas hídricos e relações com o monopólio e a privatização da água (política de uso dos recursos hídricos prioritários para os monocultivos na Chapada do Apodi) que os camponeses visibilizaram os conflitos e os representaram como práticas hegemônicas e de injustiça hídrica.

Para cada cartografia, os grupos organizaram-se de acordo com as práticas de usos e as identidades territoriais. Com efeito, foi possível definir os espaços de representações territoriais aos agricultores das áreas de vazantes, roçados e quintais produtivos com agroecologia; à juventude, com as manifestações culturais e suas relações com as atividades nas escolas e associações comunitárias. E as mulheres foram protagonistas, evidenciando profundo conhecimento da dinâmica dos sistemas ambientais e das espacialidades dos territórios produtivos e de manifestações culturais. As crianças proporcionaram ambiente de descontração e de envolvimento nas discussões durante a etapa de elaboração das cartografias, sendo, em várias comunidades, as responsáveis pelo colorido dos mapas e a elaboração de legendas específicas.

O município de Apodi expressa um dinamismo à medida que se diferencia em compartimentos territoriais denominados por seus habitantes e que confluem com as condições físico-naturais diferenciadas, a saber: Chapada, Pedra, Areia e Vale (Mapa 2) (ROCHA *et al.*, 2016).



Mapa 2 – Localização geográfica do município de Apodi/RN e dos territórios camponeses
Fonte: Rocha *et al.* (2016).

Respeitando tal diferenciação, o mapeamento social de Apodi foi planejado seguindo os limites e as singularidades de cada um dos quatro territórios. Assim, como resultante do envolvimento de aproximadamente 400 sujeitos sociais, construíram-se mapas regionais referentes aos territórios específicos e um mapa geral propositivo. O mapa propositivo representou a síntese das propostas e integração dos territórios por meio dos conflitos, dos diferenciados usos, da apropriação coletiva dos sistemas ambientais e da água e a espacialização das políticas públicas necessárias para consolidar a soberania alimentar. Ressalta-se que os quatro territórios foram integrados de modo a abranger a unidade mu-

nicipal, reafirmando-a como uma só categoria política reivindicatória e para a territorialização dos direitos e justiça sociais aos camponeses.

Convém ressaltar o fato de que os mapas elaborados foram instrumentos estratégicos de enfrentamento diante das pressões exercidas pelo agro-hidronegócio e, de tal modo, optou-se por mostrar as legendas, evidenciando, portanto, as variadas modalidades de representação da diversidade territorial e suas complexas maneiras de apropriação dos sistemas ambientais. Tal formato de publicação de parte dos resultados da Cartografia Social elaborada pelos pequenos agricultores e agricultoras do Apodi foi relacionado, inicialmente, à pertença coletiva dos mapas e ao domínio da propriedade intelectual dos camponeses, e por cautela, pois os mapas sociais representaram instrumentos de resistência repletos de espacializações e com os processos e instrumentos de organização das estratégicas que estruturaram os modos de produção camponesa. Isso visou evitar as possíveis ações hegemônicas, como as práticas de "espionagem social" (*social spionage*) (HERLIHY, 2003).

O mapa social do território Chapada revelou um dos conflitos socioambientais mais preocupantes em Apodi. Por seu solo potencialmente adequado e com elevada qualidade para as práticas agroecológicas, as grandes empresas multinacionais do agronegócio ampliaram monocultivos, encurralando as terras dos camponeses, com a privatização e arrendamento de terras. Essa expansão, relacionada a um modo de produção distinto do desenvolvido pelos pequenos agricultores, foi relacionada com interferências diretas aos sistemas ambientais. De acordo com os camponeses, promoveram desmatamentos extensivos e ampliaram poços profundos com uso intensivo de água subterrânea e emprego de agrotóxicos, fomentando conflitos socioambientais em nítida assimetria de poder.

A legenda do mapa (Figura 1) revelou problemáticas que se configuraram no território após a chegada das grandes empresas. Como ações coletivas e de resistência ao agronegócio, os assentados destacaram a organização comunitária e as diversas culturas produtivas semeadas sem insumos ofensivos, refutando o discurso hegemônico de que as comunidades nada produzem e que não semeiam um modo de produção valoroso, social e ambientalmente sustentável. A legenda evidencia os preceitos fundamentais camponeses de soberanias territorial e alimentar.

Figura 1 – Legenda do mapa social da região da Chapada, em Apodi, RN
Fonte: Cartografia Social de Apodi realizada em 2016.

O território Areia foi, talvez, o que revelou menor relação conflituosa na apropriação dos sistemas ambientais por parte dos camponeses. A espacialização caracterizou-se, fundamentalmente, pela precariedade e inexistência de políticas públicas para o pequeno produtor do campo, evidenciando, especificamente, inter-relações desse território com as práticas vinculadas ao uso de agrotóxicos e à contaminação das águas superficiais e subterrâneas pelas agroindústrias de exportação instaladas no território da Chapada. A legenda do mapa social do território de Areia (Figura 2) demonstrou as diversificadas modalidades de apropriação sustentáveis do solo, o manejo dos sistemas produtivos e as organizações comunitárias do pequeno produtor do campo, mesmo ante as adversidades ao território de domínio camponês pela expansão do agronegócio.

Figura 2 – Legenda do mapa social do território da Areia, em Apodi, RN
Fonte: Cartografia Social de Apodi realizada em 2016.

No território Pedra, a problemática socioambiental espacializada na Cartografia Social centrou-se na disponibilidade, no acesso e na qualidade da água. Como a nomenclatura desse setor já evidencia, caracteriza-se ambientalmente por expressar características pedológicas, sistemas hídricos superficiais e subterrâneos e sazonalidade climática relacionados ao semiárido, com afloramentos rochosos, solos rasos e pedregosos. Em conjunto, representam fatores que, quando atuam juntamente com a escassez hídrica prolongada, dificultam o armazenamento de água e interferem no sistema produtivo (Figura 3). Nessas condições ambientais, foi representado como importante elemento para as atividades produtivas camponesas a Barragem Santa Cruz, reserva estratégica de água superficial para o abastecimento dos municípios vizinhos e para as comunidades próximas devido à excelente reserva hídrica. Entretanto, esse açude foi construído de modo a potencializar o uso da água por meio de adutoras destinadas às empresas instaladas no território da Chapada. Em razão dessa nítida manifestação de injustiça hídrica configurada na Cartografia Social, os agricultores e as agricultoras espacializaram nos mapas os distintos modos de organização comunitária, as tecnologias de convivência com o semiárido e o que produzem de

modo coletivo quando o acesso à água lhes é permitido (normalmente nos períodos chuvosos). De efeito, foi possível evidenciar os vínculos entre as práticas agroecológicas e a necessidade de uso regular da água disponível na barragem.

Figura 3 – Legenda do mapa social do território da Pedra, em Apodi, RN
Fonte: Cartografia Social de Apodi realizada em 2016.

No território do Vale também se acentuaram problemas inerentes ao acesso à água, entretanto, em outras dimensões (ver legenda do mapa social do território do Vale). Esse setor é drenado pelo rio Apodi, importante recurso hídrico para a pecuária e a produção de diversos insumos pelos agricultores, destacando-se o arroz vermelho. Nesse quadro, no rio Apodi (no trecho que mais se aproxima da borda da Chapada), estão em fase de implantação as obras que objetivam a construção e uma barragem para direcionar as águas às grandes empresas do território da Chapada. Ao mesmo tempo, camponeses do Vale foram notificados por

não possuírem a outorga do uso da água. Mais uma vez, o pequeno produtor sofre com as condições e consequências desiguais em relação aos grandes empreendimentos, priorizando instrumentos administrativos, processos políticos e econômicos para o uso da água pelos empresários do agro-hidronegócio.

Figura 4 – Legenda do mapa social do território do Vale, em Apodi, RN
Fonte: Cartografia Social de Apodi realizada em 2016.

Foi possível constatar que os mapas sociais envolveram a construção de produtos significados que extrapolaram a mera representação física das problemáticas e potencialidades do território (ROCHA *et al.*, 2016).

Nesse sentido, em seu conjunto, os mapas sociais dos quatro territórios do Apodi materializaram na unidade municipal o domínio comunitário e as articulações entre as práticas camponesas com a necessária disponibilidade de solo e água. Como efetivo instrumento de poder comunitário, os mapas também evidenciaram as distintas modalidades de resistência e estratégias para a continuidade dos arranjos produtivos locais e comunitários. Tal dimensão estratégica também ficou representada na elaboração de um mapa geral propositivo – ações de planejamento, gestão e monitoramento dos sistemas ambientais e de garantia da continuidade das relações territoriais camponesas – para subsidiar as articulações comunitárias e proporcionar pautas de políticas públicas. As propostas elencadas pelos sujeitos individualizam-se em cada território, dispostas resumidamente no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações propositivas para os territórios camponeses do município de Apodi/RN

Territórios camponeses	Síntese das ações propositivas
Areia	Produção de ração animal tendo como matéria-prima o caju, aumento do plantio da palma forrageira, aproveitamento integral do caju (doces, compotas, poupas, suco), quadra de esporte e praça para a juventude.
Pedra	Sistema de abastecimento de água para consumo e produção, aumento da quantidade de água distribuída por carros-pipa em período de estiagem (medida emergencial), continuação da construção da Unidade Básica de Saúde (UBS), reforma e construção de casas, regularização do selo SIM, posto policial na comunidade de Melancias, acesso ao crédito PAA e PNAF, construção de abatedouro público de animais, capacitação e acompanhamento dos produtores de animais e da agricultura familiar.

Continuação

Vale	Perenização do rio Umari, Unidade de Beneficiamento de Frutas nas comunidades Baixa Verde I e II, acesso ao DAP para a juventude, assistência técnica e extensão rural em Baixa Verde I, II e em Água Fria, reforma e reativação do centro comunitário da comunidade Água Fria, educação contextualizada no campo, adaptação de cursos do instituto federal à realidade do campo, projetos voltados à reforma e construção de casas, escavação de poços nas comunidades de Baixa Verde I e II, coleta seletiva de lixo, implantação de iluminação pública, construção de escola em Baixa Fechada I, comercialização dos produtos da comunidade de Água Fria, trazer a escola técnica Jundiaí para Água Fria, reativar o projeto Dom Helder.
Chapada	Acesso ao crédito bancário destinado à produção e geração de renda na comunidade de Cruzeiro, ampliação da adutora municipal até a comunidade de Cruzeiro, reativação dos poços presentes nas comunidades de Cruzeiro e Soledade, escavação de um poço na comunidade de Moacir Lucena, construção de uma unidade de beneficiamento de leite para a região da Chapada, construção de um poço para irrigação na comunidade de Aurora, construção de escola de ensino fundamental e médio na comunidade Sítio do Góis, construção de espaço adequado para a rádio comunitária do Sítio do Góis, recapeamento das estradas e calçamento nas comunidades, divulgação dos dados da agricultura familiar, apoio para a realização do torneio leiteiro no Sítio do Góis, fortalecimento do manejo da caatinga, criação de coleta seletiva no Sítio do Góis.

Fonte: Cartografia Social do Município de Apodi realizada em 2016.

De tal maneira, a Cartografia Social configurou-se como mecanismo e instrumento que buscou a promoção da justiça ambiental, refutando a "imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartografias elaboradas pelos camponeses e em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), envolvendo pesquisadores e estudantes do Labocart do Departamento de Geografia, e do Núcleo Tramas, representaram instrumentos de afirmação territorial e visibilidade das injustiças ambientais e sociais que ocorrem cotidianamente na zona rural do município de Apodi, Rio Grande do Norte. Foram realizadas atividades de mapeamento social com amplo envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que possuem modo de vida comunitário

arraigado no trato coletivo e no uso solidário com a terra, enfrentando conflitos diários com as formas de produção predatórias e genuinamente desiguais do agro-hidronegócio de monocultura para exportação.

As etapas metodológicas foram relacionadas a um conjunto de atividades: *diagnóstico* integrado abrangendo os territórios Chapada, Pedra, Areia e Vale; *formação* em técnicas de cartografia e de elaboração de banco de dados georreferenciados (SIG); *elaboração* dos mapas dos quatro territórios e do mapa síntese com proposições de políticas públicas e gestão territorial; *sistematização* com padronização cartográfica na confecção das legendas; e *avaliação e validação*, etapa final da elaboração cartográfica com consolidação das unidades mapeadas e integradas com os quatro territórios que dialogaram entre si por meio de proposições que visaram assegurar a soberania territorial, alimentar, hídrica e cultural da região atingida pelo agronegócio.

Nesse sentido, a Cartografia Social foi um instrumento poderoso de apropriação coletiva dos elementos naturais, humanos, sociais e culturais que compõem o território do Apodi. Foram integradas as técnicas científicas e padronizadas da ciência cartográfica com o saber popular e a rica vivência das comunidades camponesas que sabiamente utilizam a terra e as águas como fonte de vida e não para o consumo mercantilista. As cartografias elaboradas registraram a vivência ancestral com os sistemas ambientais que a natureza oferece, delimitando as espacialidades e experiências únicas dos lugares que proporcionam a soberania alimentar, a convivência coletiva, os festejos, as brincadeiras de crianças e dos simbolismos que permeiam a vida camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Descaminhos do 'ambientalismo consensualista'**. Observatório Social de América Latina, v. XIII, p. 39-49, 2012.

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. *et al.* (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008, p. 13-43.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.

ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JUNIOR, E. A. (Org.). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013. 173p.

AUBRY, A. Otro modo de hacer ciencia. Miseria y rebeldía de las ciencias sociales. *In*: BARONNET, B; BAYO, M. M; STAHLER-SHOLK, R. **Luchas "Muy Otras" Zapatismo y autonomia en las Comunidades Indígenas de Chiapas**. Cayoacán: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011. 59-78p.

BARGAS, J. K. R; CARDOSO, L. F. C. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**., Belém, v. 10, n. 2, 2015, p.469-488.

COSTA, N. O.; GORAYEB, A.; *et al*. A. Cartografia social: instrumento de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na reserva extrativista marinha-costeira da Prainha do Canto Verde, Beberibe- Ceará. **Revista Equador**, v. 5, p. 43-55, 2016.

EVANGELISTA, A. N. A.; et al. A construção de mapas sociais para o reconhecimento dos problemas ambientais e a busca da qualidade de vida da comunidade da Praia das Fontes, Beberibe/CE. **Revista Geografar**, (UFPR), v. 11, p. 84-98, 2016.

GALDINO, B. T.; SOUSA, A. K. O.; CAPISTRANO, F. R. B.; GORAYEB, A. A Cartografia Social como Ferramenta Geoecológica na Gestão Territorial da Comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará. In: 2014, Porto Velho. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA E GESTÃO TERRITORIAL: ÁGUA E AGRICULTURA FAMILIAR, **4 Resumos**. Porto Velho: AICSA, 2014. v. 1. p. 36-38.

GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C. Caminhos para uma gestão participativa dos recursos energéticos de matriz renovável (parques eólicos) no Nordeste do Brasil. **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 15, p. 101-115, 2016.

_____. MEIRELES, A. J. de A.; SILVA, E. V. **Cartografia social e cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015. 196p.

_____. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). **Cartografia social e cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. p. 9 -24.

HERLIHY, P. H. Participatory Research Mapping of Indigenous. Lands in Darién, **Panama Human Organization**, v. 62, n. 4, 2003.

_____.; KNAPP, G. Maps of, by, and for the Peoples of Latin America. **Human Organization**, v. 62, n. 4, 2003.

LEITE, N.; et al. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **Acta Geográfica**, Edição Especial, p. 73-86, 2016.

LIMA, A. P. S.; CARNEIRO, R. N.; MEIRELES, A. J. A. Ecossistema banco de algas e identidade territorial no município de Icapuí/CE: comunidade tradicional pesqueira e meio técnico-científico-informacional. **Rede**: **Revista Eletrônica do Prodema**, v. 8, p. 35, 2014.

MEIRELES, A. J. DE A.; GORAYEB, A. Elementos para uma cartografia socioambiental dos territórios em disputa. In: CARVALHO, Alba Maria Pinho de; HOLANDA, Francisco Ubiratan Xavier de. (Org.). **Brasil e América Latina**: percursos e dilemas de uma integração. Fortaleza: Edições UFC, 2014, v. 1, p. 373-405.

_____. LIMA, G. S.; SILVA, D. R. F. Impactos socioambientais da energia eólica no litoral cearense. In: CORREIA, Luiz José de Almeida; OLIVEIRA, Válida Pinto Vidal de; MAIA, Judária Augusta. (Org.). **Evolução das paisagens e ordenamento territorial de ambientes interioranos e litorâneos**. v. 1. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015. p. 156-169.

_____. Elementos para uma Cartografia Socioambiental dos Territórios em Disputa. In: CARVALHO, Alba Maria Pinho de; HOLANDA, Francisco Ubiratan Xavier de. (Org.). **Brasil e América Latina**:

percursos e dilemas de uma integração. Fortaleza: Edições UFC, 2014, p. 373-405.

_____. SILVA, D. R. F.; LIMA, G. S. Socio-environmental impacts of wind farms on the traditional communities of the western coast of Ceará, in the Brazilian Northeast. **Journal of Coastal Research**, v. 65, p. 81-86, 2013.

_____.;SOUZA, W. F.; LIMA, A. P. S. Atlas socioambiental de Icapuí. Fortaleza, CE. Fundação Brasil Cidadão. v.1. p. 145. 2016.

MENDES, J. S.; GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C. Diagnóstico participativo e cartografia social aplicados aos estudos de impactos das usinas eólicas no litoral do Ceará: o caso da praia de Xavier, Camocim/CE. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, p. 243-254, 2015.

PINTO, M. F.; et al. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território**? Gaia Scientia** (UFPB), n. especial, p. 271-288, 2015.

ROCHA, B. G.; LANDIM NETO, F.O.; MEIRELES, A. J. A.; GORAYEB, A. Conflitos socioambientais no campo em Apodi/RN: Contribuições propositivas da Cartografia Social. **Revista Geografar** UFPR, v. 11, p. 99-112, 2016.

SOUSA, A. K. O.; GALDINO, B. T.; PEREIRA FILHO, N. S.; GORAYEB, A. Mapeamento colaborativo na otimização da gestão territorial: cartografia social da comunidade Poço da Draga - Fortaleza - Ceará. In: ZUIN, Aparecida Luzia Alzira e CHAHAIRA, Bruno Valverde. (Org.). **Do Inferno Verde ao Inferno Urbano**: Perspectivas para o País, o Estado e a Cidade do Futuro. v. 1. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2015, p. 357-369.

HISTÓRIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA CIÊNCIA ENGAJADA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Grupo Temático de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva:

Anamaria Testa Tambellini [1], *André Campos Búrigo* [2]

Ary Carvalho de Miranda [3], *Cheila Nataly Galindo Bedor* [4]

Fernando Ferreira Carneiro [5], *Gabriel Eduardo Schütz* [6]

Guilherme Franco Netto [7], *Hermano Albuquerque de Castro* [8]

---

1 Pós-doutora pela Universitá Degli Studi da Perugia em 1992. Professora (aposentada) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

2 Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2010. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

3 Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2012. Médico e docente da Fiocruz – Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).

4 Doutora em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2008. Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológica da Univasf.

5 Doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2007. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professor colaborador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.

6 Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) desde 2008. Professor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador colaborador do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS) da ENSP/ Fiocruz.

7 Doutor em Epidemiologia pela Tulane University of Louisiana em 1998. Médico do Ministério da Saúde. Pesquisador visitante do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília.

8 Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2000. Pesquisador da Fiocruz.

Karen Friedrich [9], *Lia Giraldo da Silva Augusto* [10]
Marcia Sarpa de Campos Mello [11], *Luiz Roberto Santos Moraes* [12]
Marcelo Firpo de Souza Porto [13], *Marla Fernanda Kuhn* [14]
Nelson da Cruz Gouveia [15], *Raquel Maria Rigotto* [16]

O Grupo Temático de Saúde e Ambiente (GTSA) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) tem praticamente a mesma idade do Núcleo Tramas e isso não é um mero acaso. A construção de espaços de pesquisa e ensino na academia no tema da "saúde e ambiente" tem sido desafiador e contra-hegemônico. Há muitos pontos de intersecção entre os dois grupos em termos conceituais e de práxis. Os membros de ambos os grupos comungam dos mesmos compromissos no campo da saúde coletiva e da luta social. É, pois, com muita alegria que participamos da celebração dos 20 anos do Núcleo Tramas mediante este

---

9 Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2008. Pesquisadora da Fiocruz. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

10 Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1995. Professora visitante da Universidad Andina Simón Bolívar Quito. Pesquisadora (aposentada) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora (aposentada) da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco.

11 Doutora em Vigilância Sanitária pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2007. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisadora do Instituto Nacional do Câncer do Ministério da Saúde (Inca/MS).

12 Doutor em Saúde Ambiental pela University of London – UK em 1996. Professor em Saneamento (aposentado) e colaborador do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento da Escola Politécnica, do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da Bahia e da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

13 Pós-doutor em Medicina Social na Universidade de Frankfurt em 2003. Pesquisador do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fundação Oswaldo Cruz.

14 Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2008. Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

15 Doutor em Saúde Pública pela London School of Hygiene and Tropical Medicine – University of London em 1998. Professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

16 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2004. Professora titular (aposentada) do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina e dos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva e em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC.

capítulo e deixamos registrado o nosso agradecimento ao convite para colaborarmos com este livro.

Neste capítulo vamos resgatar a trajetória do GTSA, seus desafios perante a área de conhecimento do campo da saúde coletiva e as perspectivas históricas de sua ressignificação diante do aguçamento das crises sociais, ambientais, políticas, econômicas e éticas. Tudo isso ante a globalização e a reconfiguração do capitalismo em nova onda na divisão internacional do trabalho, em que o Brasil, por um lado, retorna à reprimarização de sua economia e, por outro, se desindustrializam as regiões Sul e Sudeste, processo que tem implicado na migração de parques industriais para o Nordeste e Centro-Oeste em situações socioambientais ainda mais precárias.

"SAÚDE E AMBIENTE" NA ABRASCO: UM PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

No Brasil, a invasão dos portugueses, em 1500, impulsionada pelo capitalismo comercial europeu nascente, inaugura o processo de dominação sobre os povos locais, no qual a relação com a natureza foi mediada pelos interesses estritamente comerciais, e tudo passou a ser transformado em mercadoria. Desse modo, as riquezas existentes e a exuberância de nossas terras e seu potencial para cultivos de produtos tropicais, antes buscados na Ásia e África, passam a ser comercializados em escala, destinados ao mercado europeu.

Em 1850, decorrente da pressão inglesa para substituição da força de trabalho escrava pelo trabalho assalariado, é definido o primeiro marco jurídico de propriedade da terra no país: a Lei nº 601, que, para impedir que os futuros escravos livres se apossassem da terra, institui a propriedade privada da terra, constituindo-se como o batistério do latifúndio, o qual regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, o qual é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005, p. 23).

Esse seria, digamos, o elemento seminal do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, que hoje está marcado pela inserção do país na ordem econômica internacional, cujo componente de destaque o coloca como produtor de *commodities* agrícolas, pecuárias, minerais e do

petróleo, no qual os processos produtivos são responsáveis por enormes impactos socioambientais, acentuados a partir da chamada globalização, iniciada nos anos 1980.

Esse processo veio acompanhado, por um lado, pela valorização primária das terras, representada pela implementação da infraestrutura, de estradas, pavimentação de vias e difusão de rede elétrica, condições que favoreciam atividades econômicas, da exploração madeireira ao agronegócio. Por outro lado, operou-se a valorização secundária, acelerando processos de compra e venda, numa lógica semelhante à dos mercados financeiros, por acréscimo de juros à renda capitalizada que regula custos do capital fundiário. A partir de 1996, o Banco Mundial, sob o pretexto de que a distribuição desigual de terras e a carência de investimentos privados em áreas rurais contribuem para restringir o crescimento econômico, passa a dar maior prioridade à política agrária brasileira. A partir, então, dos anos 2000, a entrada do capital estrangeiro, envolvendo agências imobiliárias internacionais, além da grilagem, faz aquecer o mercado de terras (ACSELRAD, 2010).

A reafirmação da reprimarização da economia brasileira na ordem econômica internacional, sob a égide do neoliberalismo erigido a partir das eleições de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979), de Ronald Reagan, nos EUA (1980), e de Helmut Kohl, na Alemanha (1982), que acentua o poder dos mercados financeiros e deságua no Consenso de Washington[17], impulsiona também um significativo processo de desindustrialização em nosso país, principalmente no setor de produção de bens de capital, fazendo com que a indústria passe a representar menos de 10% do PIB, quando nos anos 1980 respondia por um terço de nossa economia (POCHMANN, 2016).

Essa dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro traz consigo contradições importantes que impactam a luta de classes. A desindustrialização, no escopo da chamada reestruturação produtiva, atingiu duramente o mundo do trabalho, fazendo com que nossa taxa de sindicalização, que era em torno de 32%, nos anos 1980, caísse para menos da metade, nos dias atuais, contribuindo significativamente para

17 Expressão adotada para um conjunto de medidas preconizadas pelo FMI e Banco Mundial para estabilizar a economia de países capitalistas periféricos com o intuito de adaptá-los à nova ordem econômica mundial centrada na globalização (ALCOFORADO, 1997).

o enfraquecimento da luta sindical. Por outro lado, os processos produtivos característicos da reprimarização cursam com extrema violência. No decorrer do ano de 2009, foram registradas, pela Comissão Pastoral da Terra (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016), 528 ocorrências de conflitos de terra em todo país. Em 2016, esse número chegou a 1.295, com 61 assassinatos, 172 conflitos por acesso e uso da água, atingindo 44.471 famílias. Ainda, 2.639 famílias foram expulsas de suas terras, o que representa um número 232% maior que em 2015, além de prisões, destruição de casas, torturas e mutilações. Hoje, segundo o MST, existem 120.000 famílias acampadas à espera de assentamento.

Todos esses episódios têm um componente comum: a exploração da força de trabalho, a apropriação dos bens naturais pelo grande capital e a resistência das populações atingidas, que incluem, além dos trabalhadores urbanos, indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, ribeirinhos, faxinais e de fundo de pasto, assim como diversas outras expressões de trabalhadores do campo e das florestas. São formas identitárias de uso comum das riquezas naturais por famílias agroextrativistas.

Tais identidades coletivas fazem surgir um conjunto de movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 1980, em defesa da manutenção e reprodução de seus modos de vida, como: MST, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Coordenadoria Indígena Brasileira, Coordenação Nacional Quilombola, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Atingidos pela Base de Lançamento, Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas, Movimento Nacional dos Pescadores, Central de Fundo de Pastos, além de várias outras organizações. São movimentos que, em algumas de suas faces, também se internacionalizam. A Via Campesina é uma expressão dessa internacionalização. Composta por 164 entidades de 73 países, na África, Ásia, Europa e nas Américas, representa em torno de 200 milhões de camponeses (MIRANDA, 2012).

A grande disputa sobre os bens naturais incide sobre as políticas públicas, em um movimento crescente de desregulação do Estado, de privatização, de corrupção empresário-governamental, de criminalização de lutas populares e movimentos sociais e de organizações mediante processos de judicialização.

Nesse cenário, os problemas ambientais também repercutem sobre a saúde dos povos da cidade, do campo, da floresta e das águas[18]. Os perfis de morbimortalidade, com diversas especificidades presentes, são uma clara demonstração de que no Brasil não houve uma transição epidemiológica, como se observa nos países do norte do planeta. Pelo contrário, o Brasil tem um perfil sobreposto de agravos à saúde relacionados com as enormes desigualdades sociais decorrentes da pobreza, da violência, da contaminação ambiental, dos modos produtivos, da falta de saneamento básico, da precarização das políticas públicas, de consumo insustentável, da insegurança alimentar, entre outros.

A saúde coletiva tem sido uma trincheira pelas lutas democráticas desde a década de 1970. Em 1979, foi criada a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, que com o surgimento de cursos de graduação em Saúde Coletiva mais recentemente passa a ser chamada de Associação Brasileira de saúde coletiva (Abrasco), constituindo-se até os dias atuais como um dos mais importantes espaços de construção de resistência, de enfrentamento e de proposições firmadas pela democracia e pelo enfrentamento das iniquidades sociais em saúde. A entidade agrega o pensamento crítico de intelectuais e de profissionais da saúde que vivenciam o cotidiano desses desafios em seu fazer.

Em seus primeiros 20 anos, a Abrasco aplicou sua energia na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), sob a égide do princípio orientador de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Tese vitoriosa na Constituição Federal de 1988 mediante emenda popular. Teve como pressuposto o entendimento de que saúde é a resultante de uma complexa determinação social, que depende de educação, trabalho, renda, habitação, saneamento básico, meio ambiente, liberdade, democracia, respeito aos direitos humanos, entre outros. Esse conceito ampliado de saúde orientou os princípios e as diretrizes do SUS, que definiu um novo arcabouço jurídico-institucional abrangente a todo território nacional com seus 5.570 municípios.

A Abrasco foi inicialmente constituída por acadêmicos da chamada saúde pública ou medicina preventiva/comunitária/social unificadas sob a

18 A origem do conceito relacionado às populações do campo, da floresta e das águas não é acadêmica, mas sim dos movimentos sociais que não se reconhecem somente na categoria rural ou campo, a exemplo das populações extrativistas e de pescadores.

insígnia "Saúde Coletiva", denominação que faz parte do movimento inaugural pela reforma sanitária, no interior do qual se discutia concomitantemente os paradigmas da determinação social do processo saúde-doença e a necessidade de se enfrentar o biopoder instaurado por corporações profissionais e mercadológicas, como a indústria farmacêutica e hospitalar.

Foi um período rico de construção crítica no qual a Abrasco se organizou basicamente em três áreas do conhecimento (Epidemiologia, Planejamento, Ciências Sociais) para auxiliar a organização interna das estruturas acadêmicas na área de conhecimento agora reconhecida como saúde coletiva pelos Órgãos Superiores de Educação e Pesquisa. Epidemiologia, Planejamento e Ciências Sociais se constituíram em diversas subáreas que dão suporte às áreas de concentração da pós-graduação e das disciplinas na formação em saúde coletiva.

Mesmo antes da Constituição Federal de 1988, em alguns territórios pôde-se experimentar uma nova práxis nos serviços de saúde pública que foi exitosa e serviu de sentinela para as mudanças que a VIII Conferência Nacional de Saúde apontou. Citamos como exemplo as experiências em saúde mental, saúde do trabalhador, saúde da mulher, saúde indígena, educação popular em saúde, entre outras, como o enfrentamento da poluição industrial, a luta pelo saneamento básico, contra a violência, pela segurança alimentar. Um verdadeiro desejo coletivo de mudanças criou o terreno fértil para fazer avançar as reformas no processo constituinte de 1988 e nos anos que se seguiram.

O estado de São Paulo marca um papel especial nessa história, quando em meados da década de 1970 amplia massivamente a formação dos chamados sanitaristas, inicialmente médicos, com uma perspectiva crítica que foi fundamental para deflagrar esses processos nacionalmente na década de 1980. Como exemplos, tivemos o movimento denominado Renovação Médica e a criação do Departamento Intersindical de Estudos em Saúde do Trabalhador (Diesat). O primeiro enfrentou o debate no interior dos sindicatos, das associações médicas e dos conselhos de medicina, para reduzir a resistência corporativa dos médicos à reforma sanitária, a qual vinha com a proposição da saúde como direito do cidadão e dever do Estado; e o segundo introduziu o tema do enfrentamento das más condições de trabalho e o da proteção da saúde do trabalhador na luta social.

Avançando a história, vamos falar dos campos do ambiente e do desenvolvimento, que também vinham sendo alvo de um vigoroso movimento nacional e internacional e que também conseguiram, no Brasil, conquistar avanços importantes na Constituição Federal de 1988. Diga-se de passagem que, embora antropocêntrica, a legislação ambiental no Brasil, especialmente no que tange ao monitoramento e ao controle, tinha como seu propósito principal a proteção da saúde humana.

Vinte anos depois da realização em Estocolmo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1972), é realizada no Rio de Janeiro (1992) a segunda conferência conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Nesse evento, os países signatários aprovaram a Agenda 21, composta de 40 capítulos orientadores aos governos para o chamado desenvolvimento sustentável.

O Brasil, nesse período, já tinha um movimento sanitarista e ambientalista que atuou pró-ativamente nesse evento e nos paralelos a ele, a exemplo da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fiocruz, que produziu um livro em dois volumes, que refletiu as teses da conferência à luz do entendimento da saúde coletiva.

Na busca de orientar as políticas públicas em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e as metas estabelecidas pela Agenda 21, em 1995, o Ministério da Saúde do Brasil realiza oficinas, em diversos estados da federação, para elaborar o Plano Nacional de Saúde e Ambiente (BRASIL, 1995) a ser apresentado na Conferência Pan-Americana sobre Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Humano (PORTO, 1998), que teve como objetivo realizar um plano regional para implementar o tema da "saúde ambiental" nas políticas de saúde.

Ainda no campo das políticas públicas no país, no ano 2000, no âmbito do Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi) da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), inicia-se um processo de capacitação nacional no tema da "vigilância em saúde ambiental". Um grupo de pesquisadores-docentes reconhecidos de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa contribuiu com esse processo na elaboração de material didático dos Cursos Básicos de Vigilância Ambiental em Saúde (CBVAS) e como professores no seu fomento nos dois primeiros anos, estratégia também para formação de um pensamento crítico e para contribuir na estruturação da área de "vigilância em saúde ambiental" no âmbito do SUS.

Esse processo foi indutor de ações de "vigilância ambiental em saúde" nos estados e municípios, pois colocava a saúde pública para atuar em temas ambientais para além da tradição do saneamento básico, trazendo o tema do ambiente em uma nova perspectiva em relação à água, ao ar, ao solo, aos produtos perigosos e aos desastres ambientais e suas repercussões na saúde.

Nesse mesmo ano, foi realizado o VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (CBSC), na cidade de Salvador, Bahia, com o tema "O sujeito na saúde coletiva". Um tema bastante sensibilizador para o acolhimento do "outro", a diversidade de saberes, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade, sobre a alteridade e a subjetividade. Nesse congresso, também foi eleita a nova diretoria da Abrasco, para o triênio 2000-2003, que resolveu inovar seu plano de gestão ampliando o seu colégio gestor e estimulando a criação de novos grupos temáticos. A nova Diretoria da Abrasco recebeu uma demanda oriunda do VI CBSC para criação de um GT específico para o tema do saneamento. Após reflexão colegiada, deliberou-se por um GT mais amplo denominado de "saúde e ambiente", e é óbvio que essa denominação foi resultado de um debate epistêmico estabelecido na Diretoria com o apoio de intelectuais da área que atuavam nessa interface. O GT assim constituído foi formalizado no ano de 2001.

Um primeiro grupo foi formado, cujo critério de participação foi o de que o pesquisador deveria ter uma produção crítica na área da "saúde e ambiente" na saúde coletiva. Além desse aspecto, também se levou em consideração a diversidade de enfoques disciplinares e a representação regional. Buscando a autonomia dos membros, desde o início o convite foi dirigido a pessoas associadas à Abrasco e não às instituições. O Grupo Temático Saúde e Ambiente (GTSA) se constituiu com 22 membros. Interessante lembrar que praticamente a metade desses membros vinha da experiência de atuação no tema da saúde do trabalhador na interface saúde-trabalho-produção-ambiente.

O GTSA planejou suas atividades inicialmente em dois eixos no âmbito da Abrasco: o da produção de conhecimento e de subsídios que auxiliassem políticas públicas para o SUS e o de formação em saúde e ambiente, enfatizando a pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

A preocupação inicial do GTSA foi de examinar as articulações entre saúde, ambiente e produção-trabalho no campo da saúde coletiva em uma perspectiva socioecológica, sendo o diferencial inovador na saúde coletiva. Trouxe a reflexão da ecologia política para se pensar o tema da determinação social da saúde, mostrando claramente como a saúde pública, mesmo depois da reforma sanitária, ainda via o tema do ambiente como uma externalidade.

O GTSA, ao propor um modelo de análise da causalidade em saúde que internaliza o ambiente, passou a reforçar os campos da promoção, prevenção e proteção da saúde, uma vez que os aspectos de contexto, de exposição e de vulnerabilidades evidenciam a necessidade de ações integradas e a superação das iniquidades sociais. Mais do que isso, trouxe uma reflexão civilizatória sobre temas relacionados aos territórios de vida e de produção de saúde no contexto da globalização e do atual estado do desenvolvimento capitalista no qual o país é impactado.

Foi necessário então trabalhar teorias, conceitos e métodos e dialogar com outros campos de conhecimento da saúde coletiva. Por essa razão, houve um esforço dedicado aos diálogos interdisciplinares com a Epidemiologia, a Geografia, a Toxicologia, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Ética. Com esses diálogos, foi possível examinar criticamente os diversos conceitos correntes e um novo e necessário entendimento do papel do ambiente na determinação do processo saúde-doença. Foram revisitados assim temas e conceitos, como os de risco, de causa, de determinação, de vulnerabilidade, princípio da precaução (e sua aplicação), território (como unidade de análise), injustiça ambiental, indicadores (produção e aplicação) entre outros (CÂMARA; TAMBELLINI, 2003; LIEBER, 2008).

Debates pré-congressuais e corredores temáticos nos congressos da Abrasco foram utilizados para esses "diálogos interdisciplinares". Por meio deles, promoveram encontros entre diversos outros grupos temáticos que também tinham preocupações comuns. Participaram desses grupos temáticos da Abrasco: Saúde do Trabalhador, Educação Popular em Saúde, Promoção da Saúde e Vigilância Sanitária. Estratégia inicialmente exitosa para o balizamento do debate e para a construção de agendas comuns, sempre celebrados com muita alegria. Acabaram sendo um embrião e amálgama de processos posteriores de produção de

conhecimento e de ação como veremos (AUGUSTO; CANCIO; CAMARA, 2003; AUGUSTO *et al.*, 2014). Com essa efetiva contribuição foi possível aprofundar a dimensão socioecológica na saúde coletiva, como vimos acontecer nos escritos de autores consagrados como Breilh (2008) e em organizações internacionais como a Organização Panamericana de Saúde (2010a).

"Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar" [19]

A seguir vamos atualizar na linha do tempo como o GTSA construiu uma identidade singular no âmbito da Abrasco, que o distingue por sua crítica ante a ciência, a política e a educação. Esses foram constructos do desejo de seus membros mediados pelo contexto social e político do país. Assim uma mutação permanente e dialética de *Aufbung* (expressão da dialética de Hegel), que significa ao mesmo tempo "supressão, superação e conservação", recorre a novos enfoques, novas agendas e naturalmente novos embates epistêmicos, ideológicos e de valorização de um saber que já não podia se sustentar apenas na academia e nos serviços de saúde. Para demarcar os pontos de mutação, apontaremos a seguir os momentos mais emblemáticos da atuação do GT, separados em dois períodos: o primeiro de 2001 a 2009 e o segundo de 2010-2017.

Saúde, ambiente e produção-trabalho: perspectiva socioecológica para o campo da Saúde Coletiva (2001 a 2009)

Nos primeiros nove anos de existência o GTSA, ao reconhecer a complexidade dos processos de causalidade, ensaiou modelagens eco-sócio-sanitárias para a pesquisa de problemas de saúde pública que se apresentam articulados à saúde, ao ambiente e ao processo produtivo/trabalho (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998), temas que também foram tratados na literatura internacional por autores que pensam a complexidade na temática da ecologia (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1993; RAVI *et al.*, 2013). Uma série de publicações foi realizada para expor

19 "*Caminante no hay camino, se hace camino al andar*" – Poesia Cantares, de Antônio Machado, e tradução de Maria Teresa Almeida Pina.

e demonstrar a potência investigativa dessas triangulações metodológicas (AUGUSTO *et al.*, 2005; CARNEIRO *et al.*, 2006; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007). Por essa razão, desde esse período já estava claro que não estávamos atuando sobre uma questão adjetiva, mas sobre uma questão epistêmica, isto é, a articulação da saúde e do ambiente mediada por processos de produção e de consumo.

Em 2007, o governo anunciou seu Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que contradizia todos os compromissos com o desenvolvimento sustentável (ABRASCO; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007), levando o GTSA a um processo de debate crítico desse modelo de desenvolvimento que resultou em uma avaliação do quanto o GTSA discordava do mesmo e o quanto desperdiçava suas energias em parcerias governamentais não favoráveis aos princípios com os quais se alinhava, especialmente após a realização da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA) em 2009 (MIRANDA *et al.*, 2009), quando os Ministérios da Saúde, das Cidades e do Meio Ambiente criaram dificuldades para sua realização.

Conferência essa que o GTSA esteve representado na elaboração de teses e na comissão organizadora. Essas contradições e desacordos com o Estado levaram a um afastamento da agenda governamental para manter sua autonomia intelectual e política.

Com o tema "A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis", houve a realização da I CNSA, a qual estava inserida em um contexto de esforços intersetorial e transversal da agenda política para uma Política Nacional de Saúde Ambiental (PNSA) que ao mesmo tempo era contraditório em relação à agenda do governo brasileiro. A conferência reuniu trabalhadores e militantes da saúde, do meio ambiente e do direito à cidade, para refletir e debater sobre as conexões entre saúde e ambiente em pleno avanço da execução do PAC. Nesse evento, foram aprovadas diretrizes a serem sugeridas na construção do PNSA, que ficaram como letra morta, como testemunha a inclusão abaixo citada:

> Mudança no modelo de desenvolvimento econômico de modo a promover a qualidade de vida e a preservação do ambiente, e a saúde desta e das futuras gerações com a proteção da agrobio-

> diversidade e da biodiversidade urbana e rural, visando à sustentabilidade socioambiental responsável (BRASIL, 2010, p. 52).

A produção de números temáticos para revistas brasileiras no campo da saúde coletiva, como *Cadernos de Saúde Pública*, *Ciência e Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia*, também marcou as atividades do GTSA.

Nesse período, assim como nos períodos subsequentes, o GTSA, mediante realização de oficinas em Curitiba, Belém, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília, procurou debater a conceituação da área e os caminhos metodológicos no campo da saúde coletiva, as abordagens de saúde e ambiente nas políticas públicas, nos programas e nos serviços de saúde, o ensino e a pesquisa em saúde e ambiente e o financiamento para viabilização das agendas, sempre vislumbrando a autonomia diante de interesses corporativos de gestões e de governos.

Uma abordagem conceitual que teve forte influência na leitura da(s) realidade(s) e de tomadas de decisões do GTSA, até mesmo de tensões internas, que no contexto brasileiro tem componente intrínseco da práxis política, foi a da injustiça ambiental, especialmente trabalhada pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, na qual diversos membros do GTSA militam. Isso permitiu acesso a um conjunto de análises sobre as características que se repetiam em vários conflitos ambientais que se multiplicavam pelo país.

Podemos considerar esse período do GTSA como aquele de construção de uma identidade no campo da saúde coletiva, no qual não se diferencia a produção do conhecimento da ação política. A especificidade do GTSA é a articulação produção-ambiente-saúde na perspectiva crítica ao capitalismo e à ordem econômica global, às metodológicas a partir da internalização do ambiente na análise da causalidade em saúde e a participação social, bem como às axiológicas, pela opção ética inicialmente dedicada ao processo de inclusão no campo da saúde dos territórios e populações vulneradas e pela injustiça ambiental.

Também como marca desse período estão as contribuições do GT e de seus membros para o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde no sentido de apoiar com bases teóricas e metodológicas a construção da proposta de estruturação da vigilância em saúde ambiental no SUS.

Para além do Estado: construção de articulações com os movimentos sociais (2010-2017)

Em dezembro de 2010, na cidade de Belém, no estado do Pará, foi realizado o I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental (I Sibsa), com o tema "Ciência e saúde ambiental – teorias, metodologias e práxis" (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2010b). Esse I Sibsa contou com predominante participação de trabalhadores e gestores de áreas de vigilância em saúde, em especial de "vigilância ambiental em saúde" de secretarias municipais e estaduais de saúde, além de trabalhadores do próprio Ministério da Saúde, Funasa, pesquisadores e estudantes de saúde coletiva.

Nesse evento, consolidaram-se a reflexão crítica do conhecimento científico e suas implicações éticas e políticas nas questões de saúde e ambiente que vinham sendo amadurecidas há nove anos no GTSA. Houve novo embate com o governo, em oposição à tentativa de flexibilizar os parâmetros de qualidade da água (BRASIL, 2011). Com esses posicionamentos afirmativos de independência e de coerência ética com os princípios do SUS e da democracia, o GTSA assumiu como prioritário o caminho de fortalecer as iniciativas na sociedade civil organizada, sobretudo nos movimentos populares. Essa opção tem base sobretudo na consciência de que o GTSA teria e tem contribuições a aportar nas análises e lutas, mas sobretudo tem a apreender, enquanto processos de construção horizontalizados que colocam questões que também desafiam a produção do conhecimento e a saúde coletiva a se reinventarem.

Uma estratégia adotada pelo GTSA foi utilizar os espaços congressuais da Abrasco para construir sua base conceitual e de articulação interdisciplinar. A Abrasco organiza seus congressos temáticos anualmente e a cada três anos há, por essas ocasiões, uma oportunidade para se debater temas candentes. São eventos que reúnem milhares de pessoas todos os anos, e em algumas edições do Abrascão chegam a mais de 10 mil participantes entre docentes, pesquisadores, estudantes e profissionais da área da saúde pública. E, desde 2006, organizam-se as Tendas de Educação Popular em Saúde, muitas vezes homenageando Paulo Freire. É um espaço que procura garantir protagonismo dos movimentos sociais e organizações populares como algo

essencial para a saúde coletiva, estratégia importante na construção de uma nova forma de se produzir conhecimento científico, valorizando diferentes tipos de saberes.

Há mais de uma década cresce a presença dos movimentos reivindicatórios nos congressos da entidade, pressionando por maior participação nos congressos da Abrasco. Portanto, a saúde coletiva precisa reafirmar sua constituição histórica, no campo científico e ao mesmo tempo de ator político comprometido com a transformação social.

Estas não são questões menores, pois dizem respeito à vida democrática da entidade e foram também pensadas pelo GTSA. Como mudar o formato dos congressos para atender a essas legítimas demandas? Veremos adiante que uma solução criativa foi desenvolvida na ocasião da realização do II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (II Sibsa).

O GTSA, pelas razões já expostas, em relação aos limites de ações realizadas na agenda governamental, e em especial diante dos impactos do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, a partir da década de 2000, pela militância de vários de seus membros com os sindicatos de trabalhadores e organizações populares e também por razões epistêmicas, metodológicas e éticas, passou a ter uma posição mais radicalizada no sentido de pautar sua ação priorizando uma agenda com os movimentos sociais. Assim, foi sua iniciativa propor à Abrasco participar da Comissão da Verdade no sentido de apurar o envolvimento e as consequências sobre a saúde decorrente da violência promovida pelo Estado no período da ditadura militar-empresarial entre 1964 e 1985 (TAMBELLINI *et al.*, 2015). Uma iniciativa acatada e que ficou com a coordenação de um dos membros do GTSA.

Outra ação de destaque tem sido a de assessoria à própria Abrasco na elaboração de notas técnicas e de representação em fóruns, conselhos, comissões e grupos de trabalho diversos nos quais o tema saúde e ambiente está em discussão, sempre mantendo sua independência para se colocar livremente na defesa da saúde e da vida das populações e de proposição de uma perspectiva cidadã para a ciência.

Entre os anos 2009 e 2012, o GTSA foi convidado a participar de duas iniciativas organizadas por movimentos populares que apontam para inovações importantes na articulação entre grupos de pesquisa e movimentos sociais por justiça ambiental e dignidade: Encontro Na-

cional de Diálogos e Convergências e Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Ambos tiveram grande influência para as ações futuras do GT, que produziu o "Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde", organizou o II Sibsa, lançou a ideia força do "Sibsa em movimento" e participou das Caravanas Territoriais em Bacias Hidrográficas realizadas nos últimos dois anos. O detalhamento dessas experiências aqui interessa no sentido de apresentar exemplos que podem trazer ensinamentos valiosos tanto no campo teórico como metodológico para servir de inspiração para a realização de práticas de construção de conhecimento compartilhado e crítico, visando à transformação da realidade em parceria com os movimentos populares.

Dessas atividades, destacamos pressupostos e metodologias empregadas e o papel de reflexão e ação sobre as iniciativas de desmonte das instituições do Estado brasileiro que regulam agrotóxicos e transgênicos, de cooptação de agentes e instituições públicas e de sucateamento de programas e políticas públicas, da violência crescente induzida por ações ou conivência do Estado brasileiro. Essas ações são inovações preciosas para a saúde coletiva no enfrentamento das iniquidades sociais e na construção de resistências e de ações transformadoras. Todas essas ações estão documentadas e podem ser acessadas (SANTOS, 2007; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2012, 2015; RCSC, 2016). Algumas delas serão melhor ilustradas a seguir.

Entre os anos 2009 e 2011, o GTSA participou do processo de construção do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, realizado em 2011 em Salvador/BA (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014; MONTEIRO; LONDRES, 2017). A iniciativa partiu da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que vinha fazendo um debate sobre as necessidades de ampliação de alianças para leituras da realidade compartilhadas com outras redes e atuação conjunta[20].

20 Participaram desse processo, além da ANA e Abrasco, a Associação Brasileira de Agroecologia, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Alerta contra o Deserto Verde, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Marcha Mundial de Mulheres, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.

Foram algumas reuniões de debates e reflexões entre representantes de várias organizações para a formulação metodológica que de fato permitisse os diálogos em que as redes pudessem expressar suas contribuições para a identificação das convergências. Dessas reuniões se avançou para a realização de etapas preparatórias que resultariam no encontro nacional. Essas etapas consistiam em conhecer experiências territoriais concretas, nas quais a agroecologia está em construção e ocorriam em biomas distintos. Nas preparações, todos os temas do encontro deveriam ser contemplados.

Reconhecemos o acerto metodológico-pedagógico da "Pedagogia do Território", assim como a importância de se trabalhar de forma articulada e associada à denúncia crítica, denunciando os impactos, as injustiças e a falta de democracia real do modelo de desenvolvimento hegemônico, mas ao mesmo tempo destacando a necessidade de se construir alternativas. Assim, nesse processo se produziu o InterMapas, uma ferramenta dos movimentos sociais, redes e organizações para apoiar lutas nos territórios em torno dos movimentos e agendas envolvidos no encontro, que integra quatro sistemas de informação georreferenciados[21] e conta com participação ativa de movimentos sociais.

Esses aprendizados, bem como outros, vão depois ser replicados em outra escala e complexidade para a preparação do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), com a realização de 13 Caravanas Agroecológicas que precederam o ENA que aconteceu em Juazeiro/BA, em 2014. E os caminhos escolhidos na construção do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (Foto 1), de estar aberto à construção coletiva e horizontal, de buscar consenso a partir das diferentes formas de organização, bandeiras e linguagens das redes e fóruns, buscar coerência entre teoria e prática, possibilitaram outros *insights*, com implicações políticas, práticas e epistemológicas, cujos resultados estão expressos na Carta de Salvador, que finaliza com a seguinte mensagem: "Estamos apenas no início de um processo que se desdobrará em *ambientes de diálogos e convergências* que se organizarão a partir dos territórios, o lugar onde nossas lutas se integram na prática" (CARTA POLÍTICA DO

21 Agroecologia em Rede, Farejador da Economia Solidária, Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil e mapa dos projetos financiados pelo BNDES.

ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS, 2011, p. 34).

Foto 1 – Momento do encontro entre os grupos e redes
Fonte: Acervo "Diálogos e Convergências".

Importante também ressaltar que o GT, ao ser convidado para esse processo, viu que a complexidade temática exigia a participação de outros GTs da Abrasco. Foi realizada uma busca ativa de coordenadores dos GTs Saúde do Trabalhador, Promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição, Vigilância Sanitária e Educação Popular em Saúde (EPS) que acabaram contribuindo no processo e participando do encontro de Salvador, com exceção do GT de EPS. Parafraseando o grupo da agroecologia, havíamos criado informalmente o grupo de "diálogos e convergências da Abrasco", estimulando uma integração que na nossa avaliação deveria ser o cotidiano do trabalho da secretaria executiva da Abrasco em relação aos GTs. Os resultados dessa articulação foram pouco a pouco conquistando novos membros do GT de Saúde e Ambiente para participar dessa chamada do movimento agroecológico, contribuindo para consolidar o ponto de inflexão e ruptura das relações mais estreitas com a gestão federal do SUS para uma aliança com novas articulações de movimentos sociais do campo, da floresta e das águas.

Em setembro de 2010, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza um seminário na Escola Nacional Florestan Fernandes onde reúne um conjunto de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e representantes de movimentos populares para refletir sobre a grave situação que o Brasil atingira em 2009: o país tinha se tornado o maior mercado de agrotóxicos agrícolas do mundo. Desse seminário, resulta a criação da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, lançada em 2011, da qual o GTSA é parceiro de primeira hora.

Estimulado pela participação na Campanha contra os Agrotóxicos, o GTSA realiza uma oficina no Congresso de Epidemiologia da Abrasco, em 2011, que apontou a magnitude dos problemas causados pelo uso de agrotóxicos no Brasil e a relevância desse tema para a saúde pública, mediante a falta de políticas públicas ágeis, adequadas e eficazes e as dificuldades do Estado em garantir o direito à saúde nesse campo. Dessa oficina surge a ideia da construção de um dossiê sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (CARNEIRO *et al.*, 2015).

O processo decorrente do Encontro de Diálogos e Convergências criou as condições para envolver vários GTs da Abrasco na construção do dossiê. Foi um esforço coletivo que objetivou "registrar e difundir a preocupação de pesquisadores, professores e profissionais com a escalada ascendente de uso de agrotóxicos no país e a contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos sobre a saúde pública", e de expressar o compromisso da Abrasco com a saúde da população (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 37).

O dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde" (CARNEIRO *et al.*, 2015) foi lançado primeiramente em três partes temáticas, organizadas a partir de eventos de repercussão nacional e internacional que ocorreram em 2012. A primeira parte do dossiê, intitulada "Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde", foi lançada no World Nutrition, em abril de 2012. Nessa parte são discutidos os riscos da ingestão de alimentos com agrotóxicos, a utilização massiva de agrotóxicos para a produção de alimentos no Brasil e os desafios para a ciência, a partir de uma revisão da literatura e dos dados oficiais disponíveis. Ainda, apresentam-se os conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional

como centrais para um debate que envolva os nexos entre alimento e saúde e, por fim, defende-se a agroecologia como alternativa ao uso desses venenos.

A segunda parte, "Agrotóxicos, saúde e sustentabilidade", lançada na Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, em junho 2012, trata das consequências do agronegócio para os povos do campo e das florestas, da insustentabilidade socioambiental do agronegócio brasileiro e relata alguns exemplos dos impactos do agrotóxico na saúde ambiental em diversas partes do Brasil, abordando inclusive a omissão do Sistema Único de Saúde em relação às políticas de enfrentamento dos impactos dos agrotóxicos na saúde. Nessa parte, avançamos no diálogo dentro da Campanha contra os Agrotóxicos, para que as formas de resistência ao modelo agrícola químico dependente ganhassem visibilidade.

Já o lançamento da terceira parte, "Agrotóxicos, conhecimento e cidadania", ocorreu no X Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão), em novembro de 2012. Essa parte traz uma reflexão crítica sobre a importância da ciência moderna como balizamento da formulação de políticas públicas e como sustentação do agronegócio. Nela, reflete-se sobre as práticas de produção de conhecimento na saúde coletiva como campo da ciência moderna, problematiza-se a suposta neutralidade científica e apresenta-se um conjunto de práticas que buscam contribuir para a construção de um novo paradigma de ciência. Nessa parte do dossiê, avançou-se para uma inovação metodológica na prática do diálogo de saberes e para o fortalecimento da Campanha contra os Agrotóxicos em distintos territórios. A proposta metodológica denominada "Vozes dos Territórios" consistiu em estimular, através dos núcleos da Campanha contra os Agrotóxicos em todo o Brasil, que comunidades e grupos atingidos por agrotóxicos pudessem contar suas histórias e que essas histórias recebessem uma contextualização técnico-científica de pesquisadores de instituições próximas a elas. Foram 20 as "vozes" recebidas, todas elas publicadas na íntegra no dossiê, seguidas de uma síntese costurando o que elas nos revelam, reforçam e desafiam (CARNEIRO *et al.*, 2015).

As três primeiras partes serviram para derrubar os mitos empiristas que impõe o modelo químico-dependente na agricultura. Também encerrou com um conjunto de proposições para enfrentar a grave situa-

ção da nocividade dos agrotóxicos. Entre 2013 e 2014, foram muitos os acontecimentos relacionados aos agrotóxicos no Brasil, dos quais citamos alguns: a intoxicação coletiva de crianças em uma escola rural em Goiás, a deposição de um gerente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que denunciou esquema de corrupção na agência para burlar a regulação, e as muitas estratégias distintas de pressão do agronegócio para ampliar ainda mais o consumo de agrotóxicos no Brasil. Nesse período também crescem as reações da sociedade, e vários fóruns foram criados pelos Ministérios Públicos do Trabalho, Federal e Estaduais com o propósito de combater os efeitos dos agrotóxicos. Algumas vitórias históricas na Justiça envolvendo intoxicações por agrotóxicos foram indicadores de resultado da luta travada. Nesse período, no Brasil, conquista-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

Em função dessa complexidade de acontecimentos, decide-se por publicar o dossiê no formato de livro, reunindo as três partes. Foi realizada a revisão de centenas de mensagens à Campanha contra os Agrotóxicos, por onde muitos pesquisadores e militantes trocavam informações à época. Além disso, em função da conquista da Pnapo, e a necessidade de se apresentar com maior profundidade o tema da agroecologia, foi convidada a ANA para participar da elaboração da quarta parte do dossiê, intitulada "A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia". A construção compartilhada com a ANA resultou em um texto primoroso que permitiu compreender a partir de diferentes aspectos a construção da agroecologia no Brasil e no mundo (CARNEIRO *et al.*, 2015).

A publicação do dossiê repercutiu em mais envolvimento da Abrasco na luta contra os agrotóxicos no Brasil. Convites para palestras, para pareceres técnicos, para aulas e cursos não pararam de chegar e o acúmulo sobre o tema foi avançando. Uma estratégia de sucesso foi criar um grupo de *e-mails* dos mais de 45 autores e distribuir as demandas de lançamentos para esse coletivo, o que permitiu dar oportunidades para todos participarem dos desdobramentos do livro e otimizar nossa presença em todo o território nacional. Buscamos otimizar a presença dos autores nas regiões convidadas a partir de seus próprios lugares de atuação. Outro grande desafio encontrado no processo foi agregar um grupo tão heterogêneo de autores, desde epidemiologistas e

toxicologistas até militantes do movimento popular, num processo de redação coletiva, debate e reflexões, sem perder uma unidade na diversidade, o enfoque crítico e comprometido, buscando gerar alterações concretas na realidade enfrentada. Isso tudo ajudou para a geração de novos desdobramentos. Em 2013, por exemplo, membros de alguns GTs da Abrasco, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Nacional de Câncer (Inca) participaram da investigação do desastre químico provocado por pulverização aérea de agrotóxicos sobre escola rural na cidade de Rio Verde, em Goiás. A participação da Abrasco e de outras instituições contribuiu para tirar o caso da invisibilidade, embora o acompanhamento dos atingidos tenha sido precário.

Estreitamos um trabalho com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), que é a organização acadêmica do campo agroecológico, de participação mútua em congressos de ambas as associações. Representantes da ABA-Agroecologia têm participado de mesas organizadas em eventos da Abrasco e pesquisadores e militantes da saúde coletiva têm participado de congressos brasileiros de agroecologia. Processo esse fecundo, que permite formular novas questões sobre as conexões entre saúde e agroecologia, assim como refletir sobre a organização dos eventos das associações.

O processo de elaboração e divulgação do *Dossiê Abrasco* trouxe aprendizados importantes. Diversas instituições, com pesquisadores que haviam acompanhado ou participado do processo desde o ano 2012, como o Inca e a Fiocruz, fortaleceram suas ações em torno do tema dos agrotóxicos. Com isso, não somente contribuíram para a viabilidade da elaboração e capilaridade do *Dossiê Abrasco*, como também mobilizaram outros atores e setores para discutir o tema.

O livro *Dossiê Abrasco: um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde* foi lançado em 2015. Há pelo menos três aspectos que merecem ser destacados desse trabalho. O primeiro deles é pelo conteúdo reunido, que comprova cabalmente que: a) há conhecimento científico suficiente que justifica ações imediatas do Estado para reduzir os agrotóxicos e proteger a saúde da população e do ambiente; b) o Estado brasileiro tem impulsionado um modelo de desenvolvimento que agrava as condições de vida e de saúde da população, reproduzindo situações de injustiça ambiental, sofrimento e mortes; c) há resistências na so-

ciedade, muitas pessoas estão engajadas nessas lutas; d) há alternativa concreta a esse modelo de desenvolvimento e precisamos nos envolver cada vez mais com a construção da agroecologia.

O segundo diz respeito ao processo. Exercitamos o esforço dos diálogos e das convergências para dentro da Abrasco, num desafio de construirmos coletivamente aquilo que nossas instituições nos pressionam muitas vezes para agir no sentido oposto. Incorporamos um conjunto de metodologias e aprendizados do Encontro de Diálogos e Convergências na construção do dossiê. As metodologias da pedagogia do território e da articulação necessária entre denúncia-resistência-anúncio de alternativas confirmaram suas importâncias estratégicas. O resultado foi o fortalecimento da Abrasco, enquanto acúmulo coletivo do GTSA, relações interGTs e diálogo com a sociedade.

Por fim, o terceiro aspecto é de que esse trabalho atende aos três passos estratégicos propostos por Porto em 2007, enquanto contribuição do SUS e da saúde coletiva para a superação do modelo de desenvolvimento agrícola do agronegócio. Ainda sobre essas estratégias, continua sendo necessário socializar essa experiência com outros pesquisadores, trabalhadores e estudantes da saúde. O projeto gráfico desenvolvido no livro teve o objetivo de facilitar esse processo de socialização e incorporou aprendizados da articulação com o campo agroecológico como a utilização de painéis de facilitação gráfica. A ideia é que o livro sirva tanto como apoio de estudo de pesquisadores, estudantes, trabalhadores da saúde e da agricultura, como de lideranças comunitárias, pois esses painéis e as outras inserções gráficas podem funcionar como elementos de tradução do conhecimento para uma linguagem mais popular e acessível (Figura 1).

Figura 1 – A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia. *Dossiê Abrasco*, Parte 4
Fonte: Síntese Gráfica Camila Rigo.

Como consequência do dossiê, três das instituições envolvidas na sua elaboração (Abrasco, Fiocruz e Inca) foram alvo de ataques de setores e pesquisadores vinculados ao agronegócio. Para ilustrar, citamos a publicação no *site* da revista da editora Globo, *Galileu*, nº 266, edição de setembro de 2013, que contém citações que atentam contra a qualidade científica das pesquisas desenvolvidas nessas instituições Dado o ataque sofrido, foi necessária uma resposta conjunta das três instituições (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2013).

Em 2014, a Fiocruz toma outra iniciativa ao publicar uma carta aberta sobre as mudanças na regulação de agrotóxicos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014) e, em 2015, o Inca (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2015) lança um importante posicionamento institucional sobre o tema dos agrotóxicos em sua relação com o câncer e a saúde de modo geral. Certamente esses eventos reforçam como os agrotóxicos são um perigo para a saúde pública e para a vida.

O Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (FNCIAT), coordenado pelo Ministério Público do

Trabalho e Ministério Público Federal, também tem contado com os aportes de estudos técnicos e científicos apresentados pela Abrasco e membros do GTSA para organizar seus planos de ação.

Por outro lado, as incursões do agronegócio para defender seus lucros se intensificaram nesse período. Além das tentativas de desqualificação de pesquisadores e pesquisas citadas no dossiê, uma série de propostas de desregulamentação sobre o tema dos agrotóxicos passou a ter urgência na pauta do Legislativo e do Executivo, o que faz com que a Abrasco se posicione contra essas investidas.

Nesse período, de 2012 a 2016, a Abrasco participou de fóruns públicos de discussão no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas, no Ministério Público e na Anvisa, para discutir as propostas de fragilização da legislação de agrotóxicos, de desmonte de programas importantes, como o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa, ou de políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

Outro fato marcante na regulação, acompanhado e denunciado pelo GTSA e outros GTs da Abrasco, foi a divulgação do Relatório do Para dos anos de 2013 a 2015. O relatório, divulgado durante o 7º Simbravisa, provocou uma série de debates por conta do potencial impacto para a saúde dos consumidores por conta do elevado grau de contaminação dos alimentos analisados e da postura não somente acrítica, como também desinformativa da Anvisa perante os resultados.

Recentemente, a Abrasco entrou como *Amicus curiae* na ação de inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sob o nº 5.553 (2017). Nessa ADI, a Abrasco apresenta justificativas importantes sobre o impacto dos agrotóxicos sobre a saúde.

Nesse contexto, membros do GT têm sido alvo de processos de judicialização conduzidos pelo capital, seja industrial, como no caso da TKCSA (ASFOC, 2012), seja do agronegócio, como o caso com a Faec do Ceará (CARNEIRO, 2018), em função de estudos e declarações públicas em defesa da saúde da população.

Já a temática dos transgênicos, tecnologias intimamente vinculadas ao aumento do uso de agrotóxicos, também tem sido motivo de debate nos espaços e eventos da Abrasco, e, nesse sentido, o GTSA também vem propondo reflexões e posicionamentos institucionais.

Um exemplo dessa atuação foi no processo de liberação comercial dos mosquitos transgênicos, debatido amplamente no âmbito desse GT, desencadeando a elaboração e publicação de duas notas técnicas sobre o processo em 2014 e 2015 (ABRASCO, 2014, 2015).

Também os debates promovidos pelo GTSA sobre a problemática das arboviroses não se restringiram à escassez de estudos sobre eficácia e segurança da biotecnologia transgênica aprovada pela CTNBio. Abordamos ainda a obsolescência do programa de prevenção dessas doenças centrada no mosquito. Esse modelo, há décadas, mostra sua ineficácia e riscos para a saúde humana, com destaque para os trabalhadores e trabalhadoras dos setores de controle de endemias, no caso da dengue e atualmente da zika e suas consequências (microcefalia e outras alterações sindrômicas) e da chicungunya. Os governos insistem na aplicação de inseticidas perigosos para o controle vetorial, como o malation (classificado pelo IARC como provável cancerígeno – classe 2A).

O GTSA, juntamente com outros GTs da Abrasco, publicou, então, três notas técnicas se posicionando sobre essas questões. A primeira, em fevereiro de 2015, problematiza o modelo e ressalta a importância de adoção de medidas de controle mais eficazes, duradouras e seguras, como o investimento em ações de saneamento (ABRASCO, 2016a). A convite do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Saúde, o GTSA esteve em uma reunião ordinária para debater o posicionamento da Abrasco na questão do controle vetorial. A nota técnica teve importante repercussão para gestores dos níveis municipais e estaduais que apresentam diferentes contextos ou mesmo experiências de controle de vetores. O setor da indústria química faz manifestações de assédio e tentativas de desqualificação mediadas por pesquisadores de vínculo suspeito com o setor. A Abrasco, de acordo com sua responsabilidade, publicou uma segunda nota problematizando o papel da ciência (ABRASCO, 2016b).

Ainda em 2016, o presidente [ilegítimo] da República, atendendo a interesses do sindicato da aviação agrícola, contrariando todos os pareceres técnicos do próprio Ministério da Saúde, conselhos de saúde e diversas entidades técnico-científicas, sanciona uma lei absurda que permite a pulverização aérea com agrotóxicos em áreas urbanas, em geral densamente habitadas, para o controle vetorial, em mais uma

investida do *lobby* da indústria do agrotóxico. A Abrasco, então, assessorada pelo GTSA, faz outra nota técnica com forte repercussão social (ABRASCO, 2016c).

Em outra frente de atuação do GTSA, o trabalho de consolidação de disciplinas e cursos com essa temática nos programas de pós-graduação em saúde coletiva se soma às críticas ao processo de avaliação da produção científica de docentes, pesquisadores e dos próprios cursos no fórum de coordenadores dos programas *stricto sensu* no país (ABRASCO, 2013). Trata-se de um tema relevante para a valoração desse campo de investigação científica, que busca partilhar a produção do conhecimento científico com outros saberes, mas que ainda encontra resistências no interior da academia.

Esse processo de articulação com redes e fóruns de movimentos sociais possibilitou a partilha da leitura da crise civilizatória que se agudiza pelo distanciamento cada vez maior da humanidade da natureza e dialeticamente de sua própria natureza. Foi possível estabelecer estratégias de enfrentamento da fragmentação do campo democrático e popular no Brasil contemporâneo construindo convergências na sociedade civil organizada. Tratou-se de um processo pedagógico muito interessante no diálogo com os sujeitos que vivenciam a agroecologia e que, além de terem uma concepção complexa das questões biossociais, congruente com a concepção do GTSA, apresentavam um diferencial mais claro de atuação, com trajetória histórica de militância e engajamento político.

Dado o acúmulo coletivo dos últimos anos e dadas as permanentes análises que permitiram compreender o agravamento dos conflitos ambientais e suas repercussões sobre a saúde, o GTSA propõe a realização do II Sibsa, em 2014, em Belo Horizonte, que significou um marco de construção conjunta com representantes de vários movimentos sociais, retomando a discussão na Abrasco sobre o papel da ciência e seus avanços e tendo como sujeitos transformadores os movimentos sociais e suas práxis acumuladoras de conhecimento. Como princípio organizativo que permitisse maiores avanços para a viabilização de uma construção compartilhada, buscou-se paridade quanto aos convidados oriundos da academia e de movimentos sociais para participarem da comissão científica do encontro, bem como às diferentes atividades previstas na programação científica e avaliação do simpósio.

O II Sibsa teve como tema "Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde: ciência e movimentos sociais para a justiça ambiental nas políticas públicas", que se desdobrou em três eixos:

a) Desenvolvimento socioeconômico e conflitos territoriais: a luta pela saúde e ambiente nos territórios com o avanço do capital sobre a natureza, o adoecimento e morte, em especial para os grupos tradicionais e sociais vulneráveis;

b) A função social da ciência, ecologia de saberes e outras experiências de produção compartilhada de conhecimento: o enfrentamento do modelo hegemônico de ciência, que acaba por contribuir para a visão mercantilista da natureza, no qual a exploração da vida se intensifica e agudiza o sofrimento. Esse enfrentamento passa pela relação da academia com os movimentos sociais, seus saberes e experiências;

c) Direitos, justiça ambiental e políticas públicas: o tema traz ao debate a visão da justiça social e o combate às iniquidades no campo, na floresta e nas cidades, bem como o combate às violências que se abatem nos territórios.

Cada um dos eixos orientou a construção da programação de um dia do simpósio.

No entanto, não havíamos conseguido territorializar o simpósio em terras mineiras; esse era ainda desconhecido de um conjunto de organizações populares e grupos acadêmicos locais. Simultaneamente a isso, a poucos meses da realização do II Sibsa, aconteceu o III ENA em Juazeiro. O grupo do GTSA que esteve presente nesse encontro viabilizou uma reunião com um grupo de pessoas que participam da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e colocou o convite para a constituição de uma comissão local organizadora do simpósio.

Partindo-se de aprendizados valiosos, que foram vivenciados no III ENA, como o fortalecimento da pedagogia do território com a apresentação dos acúmulos das caravanas agroecológicas; a valorização da cultura popular de diferentes formas, permitindo que de fato fosse possível um ambiente pedagógico que viabilizasse o diálogo de saberes; o cuidado com a construção coletiva como quem sabe que o processo é tão importante quanto o produto; as inovações como instalações pedagógicas e sistematizações gráficas; e o envolvimento de algumas lideranças de Belo Horizonte, estabelecemos um processo de trabalho que envolveu crescentemente dezenas de entidades.

As contribuições desse processo podem ser sistematizadas em três aspectos: 1) de pensar caminhos metodológicos para que de fato as vozes dos movimentos populares, de quem sofre diretamente os impactos dos conflitos ambientais, fossem colocadas na centralidade das reflexões, onde é formulada a proposta de Fórum de Diálogo de Saberes, detalhado mais abaixo; 2) da viabilização de estratégias que permitissem que o simpósio fosse ambiente acolhedor e provocasse as reflexões desejadas também a partir de outras formas para além dos debates agendados. Daí foram organizadas: exposições fotográficas sobre casos de conflitos ambientais e sobre a vida no campo, na floresta e nas cidades; feira agroecológica e de economia solidária, através do Fórum Mineiro de Economia Solidária e da AMA; e toda uma programação cultural planejada para promover a integração entre os participantes de forma coerente com o tema do simpósio, valorizando experiências de resistência de Minas Gerais; 3) da viabilização financeira da participação de movimentos populares. Pela primeira vez a Abrasco se vê diante da necessidade de garantir as condições concretas para tal: deslocamento, alojamento, alimentação e preço diferenciado/isenção da taxa de inscrição.

O Fórum de Diálogos de Saberes foi o caminho formulado para se iniciar o encontro, orientando metodologicamente os trabalhos sobre o primeiro eixo do simpósio. Definiu-se como método partir de um olhar mais amplo sobre os conflitos ambientais no Brasil e na sequência poder debater a partir de falas de quem vivencia os conflitos em seu cotidiano, sempre buscando revelar os impactos dos conflitos, as estratégias de resistência e o que anunciam os povos como alternativa ao modelo hegemônico.

Em plenária, ouvimos pesquisadores e coordenadores dos Mapas de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil e de conflitos ambientais no estado de Minas Gerais para logo na sequência refletir sobre as falas de representantes do MST e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Também foram realizadas rodas de conversa provocadas por falas de três pessoas a partir de suas experiências de vida, em oito grupos simultâneos, organizados em temas distintos: 1) **Mineração e Saúde** (conflitos relacionados com mineração, minerodutos e portos de exportação); 2) **Minas, Energia e Saúde** (conflitos relacionados com petróleo, termoelétrica e energia nuclear); 3) **Questão Ener-**

gética e Saúde (conflitos relacionados com hidroelétricas e eólicas); 4) **Agronegócio e Saúde** (sobre os diferentes impactos do agronegócio); 5) **Agroecologia e Saúde** (abrange as concepções de relação humanidade-natureza presentes em experiências agroecológicas, estratégias de resistência e conexões com a saúde); **6) Transgênicos, Biodiversidade e Saúde** (que envolveu plantas transgênicas e introdução de vetores transgênicos na saúde pública); 7) **Questão Urbana e Saúde** (com foco em saneamento, mobilidade, nas periferias e favelas, na luta pelo direito à cidade); 8) **Questão Urbana e Saúde (**relacionados com grandes empreendimentos)[22].

A programação do fórum descrita acima foi precedida, enquanto análise conceitual e empírica, por uma conferência de Jean Pierre Leroy – membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental –, assim como por uma apresentação artística de sensibilização sobre o tema do eixo organizada pelos movimentos sociais. Dos quase 600 participantes do simpósio, tivemos dois terços formados por pesquisadores, trabalhadores e estudantes da Saúde e um terço de representantes de dezenas de movimentos sociais.

Outro destaque foi a programação cultural, que não foi um apêndice, mas um elemento de fortalecimento dos debates, o que gerou aprendizados para a própria Abrasco, como o estabelecimento de cotas de desconto no seus eventos para movimentos sociais.

Os métodos que buscamos colocar em prática, o diálogo de saberes – convite à construção coletiva e trabalho cooperado, vozes dos territórios, InterMapas, mediados também por cuidados com a sensibilização estética, pela arte e a promoção do encontro (Foto 2) –, viabilizam que novas questões sejam colocadas como temas de atuação para a saúde coletiva, e novos conceitos e perspectivas de produção do conhecimento são apresentados ou somos desafiados a formular.

22 Para mais informações ver: http://www.sibsa.com.br.

Foto 2 – Plenária de encerramento do II Sibsa, símbolo dos compromissos assumidos
Fonte: Abrasco.

A avaliação do simpósio apontou para a necessidade de não aguardarmos para a realização de um III Sibsa para voltarmos ao trabalho sobre saúde coletiva e movimentos sociais, mas, sim, deveríamos avançar para um trabalho cooperado de forma permanente, de colocar o "Sibsa em Movimento", contribuindo inclusive para a construção do próximo simpósio. Nesse sentido, alguns territórios emblemáticos foram sugeridos para a realização de caravanas, jornadas, seminários ou encontros territoriais regionais que permitam o aprofundamento e amadurecimento de questões a serem enfrentadas.

Essa agenda resultou em um novo plano de trabalho do GTSA a partir: a) do acúmulo e da articulação de registros, pesquisas, demandas, de forma a contribuir com conhecimentos úteis ao fortalecimento das lutas e das alternativas em construção; b) do diálogo sobre formação e educação popular, valorizando experiências como a extensão e a pedagogia do campo; c) da reflexão sobre a adoção de um código de ética de pesquisa para orientar a relação entre comunidades e movimentos sociais com a academia; e d) da publicização dos debates acadêmicos e políticos e sua incidência na construção de futuros dossiês e livros a serem elaborados.

Entre diversos temas prioritários sugeridos para atuação conjunta no fortalecimento de diálogos e convergências, o da água produziu maior consenso, por suas diversas conexões no plano territorial, regional e mesmo internacional com um conjunto de questões de grande relevância: bens comuns, crise hídrica, convivência com o semiárido, saneamento básico rural e urbano, contaminação hídrica pelos agrotóxicos e outros poluentes advindos de cadeias produtivas como a mineração, o agronegócio e o petróleo, entre outros.

O rompimento da Barragem do Fundão em novembro de 2015, em Mariana/MG, foi considerado a maior catástrofe socioambiental do Brasil, e talvez a maior da mineração de ferro no mundo. Envolveu a empresa Samarco, que pertence por sua vez às maiores empresas de mineração de ferro do mundo: Vale e BHP Billiton. Essa tragédia-crime, que matou 20 pessoas e desalojou centenas de suas casas destruídas pela lama de rejeitos, ainda, prejudicou, contaminou e destruiu a vida da bacia do rio Doce, uma das mais importantes da região Sudeste e do país, afetando milhões de pessoas que vivem e dependem dessa água e dessas terras.

Como resposta a essa situação, o GTSA, em diálogo com organizações do campo agroecológico, propôs a organização de uma caravana à bacia do Rio Doce. A realização de caravanas em parceria com outros grupos e movimentos, que objetivou analisar situações críticas envolvendo conflitos ambientais com repercussões na saúde e condições de vida, no contexto de bacias hidrográficas, foi uma outra dinâmica da triangulação ciência-política-ação desenvolvida pelo GTSA enquanto "Sibsa em Movimento", aproveitando-se mais uma vez dos acúmulos do movimento agroecológico no Brasil.

Essas são viagens de aprendizados, intercâmbios e criação de laços de solidariedade e luta política que exercitam um olhar conjunto e popular a respeito do território. Também buscam dar visibilidade às denúncias e aos anúncios, aos conflitos sociais e ambientais, às experiências de resistência e de autonomia, de valorização da cultura regional e popular, de organização que marcam os locais por onde as rotas passam e ao final se encontram num local de culminância (CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE, 2016).

A Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, realizada em abril de 2016, foi organizada em quatro rotas simultâneas, cobrindo desde

o município de Mariana, no estado de Minas Gerais, onde ocorreu o rompimento da barragem, até a foz do rio Doce no Oceano Atlântico, no estado do Espírito Santo (Foto 3). Após três dias de vivências, todas as rotas se encontraram na cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, para trocar experiências, protestar e fortalecer articulações em defesa do rio Doce. Dezenas de organizações nacionais, regionais e locais, populares e acadêmicas, participaram do evento e foram envolvidos cerca de 150 caravaneiros e mais de mil pessoas nas inúmeras atividades realizadas (CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE, 2016).

Foto 3 – Microfone aberto em Regência Augusta, no ato organizado pela rota que percorreu a foz do rio Doce a Valadares
Fonte: Foto de Rafael Segatto.

A outra caravana realizada foi a Caravana Territorial do Semiárido Baiano: no Caminho das Águas do São Francisco, que também envolveu dezenas de organizações em um processo de construção que durou 10 meses até sua realização em junho de 2017. A programação foi feita em duas rotas simultâneas, abordando conflitos envolvendo mineração, água, uso da terra, uso e impactos dos agrotóxicos, além de um olhar para o saneamento e as experiências agroecológicas na região (SIQUEIRA,

2017). Uma das rotas percorreu parte da bacia hidrográfica do rio Salitre, que já foi um importante afluente do rio São Francisco (Foto 4). A outra percorreu municípios do entorno da Barragem de Sobradinho. Nesses percursos, foram identificados muitos impactos perversos causadores de intenso sofrimento para a população decorrentes da agricultura irrigada e da mineração, além de muita resistência em dezenas de comunidades, quilombolas e fundo de pasto, que defendem seus territórios na região, mas não contam com apoio do Estado brasileiro.

Foto 4 – Atividade na praça central da comunidade Brejão da Caatinga, Campo Formoso/BA, na rota que percorreu a bacia do Salitre
Fonte: Foto de Arthur Diniz.

As caravanas possibilitam reflexões e interrogações para uma ciência crítica e comprometida com as lutas populares. Muitas interrogações nasceram daí, tais como: que desenvolvimento é esse que mata e destrói? Quem é quem neste modelo? Que alternativas temos para construir uma sociedade mais soberana, justa, que respeite a natureza, a cultura e o trabalho de homens e mulheres? Qual o papel da ciência nesse contexto e o da saúde coletiva, em especial? Essas interrogações constituem formas de construir coletivamente saberes e fazeres, essenciais para a perspectiva dessa ciência que nos encanta enquanto dirigida para a vida.

Outra frente de atuação foi protagonizar com algumas organizações uma série de encontros compreendidos como o processo de Diálogos e Convergências das Águas, que parte da necessidade de articular um conjunto de lutas em torno do tema. Citamos como exemplo a Assembleia Popular da Água, que tem articulado um conjunto de organizações pra resistir à privatização dos serviços de saneamento no Rio de Janeiro, mas que contempla uma visão muito mais ampla sobre as lutas em torno das águas.

A realização no Brasil, em março de 2018, do Fórum Mundial das Águas, também chamado de Fórum das Corporações por ser organizado por multinacionais que têm atuado para a privatização das águas no mundo, e, por consequência, da organização de um Fórum Alternativo Mundial das Águas (Fama), enquanto espaço de denúncia dos interesses do Fórum Oficial, de articulação entre os movimentos, redes e fóruns em defesa das águas, propiciou que o tema das águas entrasse na pauta de muitas organizações ao longo de 2017.

Nos encontros de Diálogos e Convergências das Águas, o GTSA tem amadurecido com um conjunto de redes e movimentos a proposta de um Dossiê das Águas, no intuito de que o processo fortaleça as relações entre diferentes setores da academia e movimentos sociais, que contribua com a troca de compreensões sobre as águas e que visibilize as denúncias, as resistências e as alternativas que muitas comunidades e povos constroem de proteção e até de produção de águas. E, ainda, que unifique a ação na diversidade, possibilitando avançar na saúde coletiva uma agenda sobre as águas.

APRENDIZADOS E DESAFIOS: É PRECISO CORAGEM PARA ATUAR EM PROCESSOS DE MUDANÇA

Enquanto grupo temático de uma associação científica, o GTSA tem características distintas de um grupo acadêmico de uma universidade. O GT é formado atualmente por 16 sanitaristas e pesquisadores da área da saúde coletiva, com especialidades distintas (Epidemiologia, Saúde do Trabalhador, Toxicologia, Ecologia Política, Clínica Médica, Saneamento), que estão inseridos em 6 universidades brasileiras e instituições que fazem parte do Sistema Único de Saúde. Portanto, são

características de composição do GT a diversidade de formação, diversidade de instituições onde estão inseridos seus membros e a diversidade de contribuições em relação à trajetória descrita neste texto. Outros sanitaristas fizeram parte do GT no passado e também colaboraram com as histórias descritas aqui.

Além da composição, os objetivos também são distintos da maioria dos grupos de pesquisa de uma universidade. O GTSA tem por propósito contribuir para o avanço do campo de saúde e ambiente na saúde coletiva brasileira, o que traz a necessidade de um conjunto de ações simultâneas que, pelas dificuldades inerentes de um grupo que não possui encontros presenciais cotidianos, consegue viabilizar menos do que deseja, avançar mais lento do que sonha. Mesmo assim, o exercício da escrita deste texto nos possibilitou perceber que a trajetória é rica e que reconhecer aprendizados e desafios contribui para enfrentar o caminho a ser percorrido.

Este texto foi escrito no momento histórico em que se aprofunda uma das maiores crises da história da sociedade brasileira em um contexto internacional também de avanço de forças conservadoras. Os aspectos de crise ambiental, econômica, ética, política e social compõem a crise civilizatória que devemos enfrentar com maior vigor daqui para frente. O ajuste fiscal seletivo que sucateia as instituições científicas e agudiza a fragilização estrutural de políticas sociais no Brasil certamente resultará – e já está demonstrando suas consequências – em aumento da fome, da pobreza, das desigualdades sociais, da violência, que resultam em iniquidades em saúde. O golpismo que levou à ditadura empresarial-militar, que teve início em 1964, volta a corroer as estruturas democráticas da sociedade brasileira: resistiremos! Como nos anos de fundação da Abrasco, lutaremos contra o autoritarismo e por um país democrático, contribuindo com nossa parcela de articulação entre sanitaristas no diálogo permanente com as lutas populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: **Acselrad--cartografia social e dinâmicas territoriais**: Henri marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALCOFORADO, F. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997

ASFOC. Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz. Vitória na luta pelo direito à informação em saúde ambiental. **Boletim Informativo para o Fórum Social Mundial Temático**. Porto Alegre: [s.n.], 2012.

_____; CANCIO, J; CAMARA V. Saúde e Ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 6, n. 2, p. 87-94, 2003.

_____. *et al.* Subsídios ao Plano Diretor de Saúde e Ambiente no Âmbito do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 295- 15, 2005.

_____. *et al.* Desafios para a construção da 'Saúde e Ambiente' na perspectiva do seu Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4081-89, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano nacional de saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável**. Conferência Pan-Americana sobre saúde e ambiente no desenvolvimento humano sustentável (Washington, 1995:). 1995. 104 p. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Planonac.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. In: **Oficina de Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva no Campo da Saúde e Ambiente. Relatório Final**. 3, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/ckfinder/userfiles/files/RELATORIO%20III%20OFICINA%20PG%20SC%20-%20SA%202013%20vf.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Nota Técnica da Abrasco frente à liberação comercial de mosquitos transgênicos pela CTNBio**. 2014. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-tecnica-da-abrasco-frente-a-liberacao-comercial-de-mosquitos-transgenicos-pela-ctnbio/6638/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Rati-retificação da Nota Técnica da Abrasco frente à liberação comercial de mosquitos transgênicos pela CTNBio, após interpelação administrativa da empresa Oxitec**. 2015. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/rati-retificacao-da-nota-tecnica-da-abrasco-frente-a-liberacao-comercial-de-mosqui-

tos-transgenicos-pela-ctnbio-apos-interpelacao-administrativa-da-oxitec/9149/> Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Nota técnica sobre microcefalia e doenças vetoriais relacionadas ao Aedes aegypti**: os perigos das abordagens com larvicidas e nebulizações químicas – fumacê. 2016a. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-tecnica-sobre-microcefalia-e-doencas-vetoriais-relacionadas-ao-aedes-aegypti-os-perigos-das--abordagens-com-larvicidas-e-nebulizacoes-quimicas-fumace/15929/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Nota Inter GTs: Estudos científicos e conflitos de interesse: por uma ciência a favor da vida.** 2016b. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-estudos-cientificos-e-conflitos-de-interesse-por-uma-ciencia-a-favor-da-vida/16699/>. Acesso em: 16 jan. 2018

_____. **Nota contra pulverização aérea de inseticidas para controle de vetores**. 2016c. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-contra-pulverizacao-aerea-de-inseticidas--para-controle-de-vetores-de-doencas/17430/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Resumo executivo da Conferência Nacional de Saúde Ambiental**: saúde e ambiente, vamos cuidar da gente. Distrito Federal, 2010.

_____. Portaria n. 2.914, de 12 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso: 16 jan. 2018

_____. ABRASCO; Para garantir o Direito à Saúde no PAC. In: Seminário Sobre Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e suas interfaces com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Brasília. 2007. Disponível em: < http://www.abrasco.org.br/site/gtsaudeeambiente/wp-content/uploads/sites/9/2014/04/Para-garantir-o-direito-a--saude-no-PAC.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BREILH, J. Uma Perspectiva Emancipadora da Pesquisa e da Ação Baseadas na Determinação Social da Saúde. 2008. Extraído de: <http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf>, página do "Taller Latinoamericano de Determinantes Sociais de la Salud", de 30 de setembro a 2 de outubro de 2008, na Universidade Autônoma do México, Cidade do México. Disponível em: <http://www.enfermagem.ufpr.br/paginas/areas/TEXTO_DO_BREILH_em_portugues.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE. **Carta Política**. Governador Valadares 2016. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/carta-politica-da-caranava-territorial-da-bacia-do-rio-doce/17344/ Acesso em: 18 jan. 2018.

CÂMARA, V; TAMBELLINI, A.T. Considerações sobre o uso da epidemiologia nos estudos em saúde ambiental. **Rev. Bras. Epidemiol**. v 6, n. 2, p. 95-104, 2003. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Consideracoes_sobre_o_uso_da_epidemiologia_nos_estudos_em_sa.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

CARNEIRO, F. F. *et al*. Meeting Report: Development of Environmental Health Indicators in Brazil and Others Countries in the America. **Environmental Health Perspectives**, v. 114, p. 1407-08, 2006.

_____. *et al*. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde 1a Parte**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. pp. 98. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos--na-saude/9898/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Dossiê contra a censura e intimidação de pesquisador da Fiocruz Ceará**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@fernandocarneirofiocruz/dossi%C3%AA-contra-a-censura-e-intimida%C3%A7%C3%A3o-de-pesquisador-da-fiocruz-cear%C3%A1-a28bbda6bf83> Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. (Org.). **Dossiê ABRASCO uma alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPJV Fiocruz; São Paulo/SP: Expressão Popular, 2015. 624p.

CARTA POLÍTICA DO ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS. Salvador: 2011. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias.pdf> Acesso em: 19. fev. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Notícias. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOLOGIA DE SABERES. 2013. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/noticias/encontro-internacional-ecologia-saberes>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Em nota conjunta, Fiocruz, Inca e Abrasco alertam para o risco do uso de agrotóxicos. **Portal Fiocruz**, 2013. Disponível em: < https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/em-nota-conjunta-fiocruz-inca-e-abrasco-alertam-para-o-risco-do-uso-de-agrot%C3%B3xicos>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Notícias. Carta aberta da Fiocruz frente às atuais mudanças na regulação de agrotóxicos e perdas para saúde pública.** 2014. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/carta-aberta-da-fiocruz-frente-%C3%A0s-atuais-mudan%C3%A7as-na-regula%C3%A7%C3%A3o-de-agrot%C3%B3xicos-e-perdas-para-sa%C3%BAde>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FUNTOWICZ, S; RAVETZ, J. **Epistemologia politica**: ciencia con la gente. Centro Buenos Aires: Edit. Am. Latina, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Posicionamento do instituto nacional de câncer José Alencar gomes da silva acerca dos agrotóxicos. 2015. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/inca_lanca_documento_e_promove_debate_sobre_maleficios_dos_agrotoxicos. Acesso em: 18 jan. 2018.

LIEBER, R. R. **Teoria e metateoria na investigação da causalidade**: o caso do acidente de trabalho Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-

-digital/acervodigital/detalhe/2012/5/teoria-e-metateoria-na-investigacao-da-causalidade-o-caso-do-acidente-de-trabalho>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MIRANDA, A. C. **Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana**: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

_____., *et al.* Cadernos de Textos de Saúde Ambiental. **Primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/1239>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Ed. GALVÃO, L. A. C; FINKELMAN, J; HENAO, S. **Los determinantes Ambientales y Sociales de la Salud**. Washington DC. 2010a. Disponível em: <http://www.paho.org/blogs/paltex/wp-content/uploads/2010/11/Finkelman_Cap00_semifinal_27.09.10_bis.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. I **Simpósio de Saúde Ambiental. Belém – Pará**. 2010b. Disponível em: <http://www.paho.org/bra.../index.php?option=-com_content&view=article&id=1346:i-simposio-brasileiro-de-saude-ambiental&Itemid=839>. Acesso em: 16 jan. 2018.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

PORTO, M. F. S. Saúde, ambiente e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD – Conferência Pan-Americana de Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.3, n. 2, p. 33-46, 1998.

_____. ROCHA, D. F; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico**.** **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

RCSC. Red Colombina de Salud Colectiva. Actividades. **Nodo Agrotóxicos**. 2016. Disponível em: <https://redcolsaludcolectiva.wordpress.com/?s=Agrot%C3%B3xicos>. Acesso em: 18 jan. 2018.

RAVI, A. *et al*. Invisibility Cloak: Science Fiction Transforming into Reality. **International Journal of Computer Applications**, (0975 – 8887). v. 82, n. 13, 2013.

RIGOTTO, R. M., AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniqüidade social. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, sup.4, p. S475-S485. 2007. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001600002>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estud. CEBRAP**. v. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>. Acesso em: 16 jan. 2018.

STEDILE, J. P. História da Questão Agrária no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo, 2005. Editora Expressão Popular.

SIQUEIRA, R. Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco, **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf**., v.5, n. 2, p. 5-21, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1051>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TAMBELLINI, A. T; CAMARA, M. V. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7150.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. et al. Abrasco e os Anos de Chumbo: a Comissão da Verdade no campo da saúde. In: LIMA, N. T; SANTANA. J. P; PAIVA, C. H. A (Org). **Saúde coletiva**: Abrasco em 35 anos de história. Rio Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015.

A PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO: DESOBEDIÊNCIAS EPISTÊMICAS E INSURGÊNCIAS ACADÊMICAS NA PRÁXIS DO NÚCLEO TRAMAS

Raquel Maria Rigotto [1]

Fernando Antônio Fontenele Leão [2]

Rafael Dias de Melo [3]

INTRODUÇÃO

O Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Tramas-UFC) vem se constituindo desde 1997 enquanto comunidade acadêmica de formação, pesquisa e ação. Insere-se institucionalmente no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC). Articula-se também ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), no campo das ciências ambientais.

Professoras, pesquisadoras(es) e estudantes de graduação e de pós-graduação compõem o grupo. Até 2010, esses últimos provinham mais fortemente da área da Saúde, como Enfermagem, Medicina, Far-

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2004. Professora titular (aposentada) do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina e dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC.

2 Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2018. Professor substituto da licenciatura em Teatro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) entre os anos 2013 e 2015 e, entre 2011 e 2013, consultor na área de Arte/Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), realizando atividades na Unilab.

3 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC) em 2015. Residente em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE).

mácia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Odontologia, Psicologia, e também Educação Física e Biologia. A partir de então, foram se somando pessoas do Direito, Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Comunicação, Teatro e Serviço Social. Articulamo-nos ainda com outros(as) professores(as) que, pelas afinidades e confiança no grupo, se dizem "trameiros(as) de coração", afiliados(as) aos Departamentos de Geografia, Direito, Educação e Ciências Sociais da UFC e da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A palavra *tramas* reúne, ao modo de um acrônimo, as letras iniciais de categorias centrais para nosso núcleo: trabalho, meio ambiente e saúde. Porta o significado de fios que se entretecem, lembrando a teia da vida, para evocar as inter-relações não só entre essas categorias, mas também entre natureza e sociedade, entre conhecimentos e saberes, o global e os lugares; o corpo, a subjetividade, a cultura e a política; as teorias e as práticas; a universidade, os movimentos sociais e os moradores e moradoras das comunidades nas quais trabalhamos e muitas outras. Guarda também a ideia de tessitura da insurgência contra o instituído, que brota da opressão e do desejo de libertação.

A teoria da determinação social do processo saúde-doença (LAURELL, 1982; LAURELL; NORIEGA, 1989; TAMBELLINI; CÂMARA, 1998; TAMBELLINI; SCHUTZ, 2009) e a proposta da epidemiologia crítica (BREILH, 2006), fundantes do campo da Saúde Coletiva[4], nos ajudam a compreender a premência de centrar nossos esforços no desvelamento das graves consequências do modelo de desenvolvimento extrativista (SVAMPA, 2012; GUDYNAS, 2016) sobre a saúde dos grupos sociais afetados.

São indígenas, afrodescendentes, camponeses, ribeirinhos, pescadores e outras comunidades tradicionais os sujeitos sociais mais afetados pelo modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2003) imposto

4 Como sujeitos na permanente construção do campo da Saúde Coletiva, a partir da questão ambiental, também trabalhamos pela expansão de suas fronteiras de diálogo. Consideramos, em sintonia com colegas da área, que "a crise socioambiental impõe novos desafios e exige uma reatualização das bases teórico-metodológicas da Saúde Coletiva e dos determinantes sociais da saúde", ao lado de "movimentos sociais que trazem novas bandeiras e sujeitos políticos à luta social: o enfrentamento de questões de gênero e sexualidade, étnicas, contra o racismo e o machismo, pela reforma agrária, direito à cidade, dentre outros" (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014, p. 4071-4072).

pelas grandes corporações aos Estados (pluri)nacionais da América Latina e África: expandem-se as fronteiras do chamado "desenvolvimento" sobre espaços supostamente "vazios", "improdutivos" ou "atrasados", mas que são, na verdade, os territórios onde diferentes grupos sociais e etnias constroem, há muito, uma relação singular com os ecossistemas, constituindo formas próprias de organização social e culturas diversificadas, controlando e gerindo seus bens naturais, baseados em outras cosmovisões e valores.

Assim, a tessitura de nossa trajetória no Ceará nos levou a organizar nosso trabalho acadêmico a partir da inserção em dois territórios em conflito ambiental no estado: o Baixo Jaguaribe, onde se concentram empresas transnacionais e nacionais em torno da fruticultura irrigada, majoritariamente voltada para a exportação; e o Sertão Central, onde pretende se instalar um projeto de mineração de urânio e fosfato. Trata-se, portanto, de territórios tensionados pelo capital para a conformação em espaços produtores de *commodities* agrícolas e minerais, exatamente os dois principais focos do modelo de desenvolvimento extrativista contemporâneo no Brasil, fomentado pelo Estado. Em ambos, tais projetos de desenvolvimento disputam com o modo de vida tradicional e conformam conflitos ambientais.

Como necessidade metodológica da proposta da epidemiologia crítica, temos nos empenhado em compreender o papel desempenhado pela ciência e pela ideologia da sociedade moderna na determinação social da saúde em contextos de conflitos ambientais, a partir do que se tem tornado evidente como tais conflitos são expressões da profunda *crise civilizatória* produzida pela modernidade. Norteada pelas ideias de crescimento, progresso e desenvolvimento, ela deixa em seu legado sérias ameaças à vida no Planeta, às quais se associa um amplo e perverso conjunto de desigualdades sociais, e que hoje nos coloca *face a face com a barbárie*. Como situa Isabelle Stengers (2015), química e filósofa da ciência, estamos diante do enorme desafio coletivo de "pensar no que deve ser feito para que exista a possibilidade de um futuro que não seja bárbaro" (p. 16).

Decerto a ciência e suas instituições não estão isentas de responsabilidade na crise contemporânea, nem nos devires possíveis. Estamos colocados diante de questões de natureza ética, epistemológica e política: quais as implicações de reservar à ciência o monopólio da racio-

nalidade e da enunciação da verdade, em detrimento de outros conhecimentos, como a filosofia e as artes, e de outros saberes, como os dos povos originários da América Latina ou das comunidades tradicionais? Como enfrentar os complexos problemas modernos nos trilhos cartesianos da simplificação, da redução e da fragmentação? Onde tem nos levado a forma como a ciência moderna concebe a relação sujeito-objeto e a noção de neutralidade científica? Que papéis o campo científico tem desempenhado na arena social? Que novos caminhos estão sendo antevistos e experimentados? Que novos modelos de ciência e de universidade podem ser construídos?

É o que pretendemos abordar neste texto, balizados pelas reflexões e aprendizados em nossa trajetória de produção de conhecimento e co-labor-ação com os processos de luta em defesa de direitos, em curso nos territórios onde nos inserimos, levando em conta tanto a reflexão sobre a ciência (primeira seção) como sobre a universidade (segunda seção). É a partir dessas reflexões e experiências que estamos construindo nosso método de práxis acadêmica, ao qual temos denominado *Pedagogia do Território.*

DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA COMO IMPERATIVO ÉTICO-POLÍTICO DO COMPROMISSO COM A VIDA E A EMANCIPAÇÃO DESDE *EL SUR*

> Vivemos um mundo em que os maiores perigos já não mais advêm da peste ou da fome, mas, sim, das próprias intervenções feitas por meio do sistema técnico-científico. O efeito estufa, a ampliação da camada de ozônio, a erosão genética e de solos, a doença da vaca louca, a gripe asiática (Sars), o vírus ebola, a doença do frango, o DDT, o ascarel, o amianto, o césio, o pentaclorofenato de sódio (o pó da China), o agente laranja (Tordon 45), entre tantos riscos que se nos apresentam, não são obras da natureza e, sim, efeitos de nossa ação por meio de poderosos meios técnicos e científicos (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 122-123).

O alerta desses autores nos possibilita situar, inicialmente, de onde parte a nossa reflexão sobre a ciência moderna: exatamente do registro, no

ambiente e no corpo das pessoas – mormente da classe trabalhadora e dos povos e comunidades tradicionais –, das agressões induzidas por venenos sintetizados em laboratórios, por metais radioativos retirados do solo pela mineração, por processos de trabalho extenuantes e insalubres, entre outros. Atrás dessas ameaças e riscos à saúde e ao ambiente estão o sistema técnico-científico e as relações de poder, já que "a revolução tecnológica não é externa às relações sociais e de poder, é parte delas" (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 106). É desse lugar que falamos – das ciências da saúde, das ciências humanas, das ciências sociais aplicadas –, o que certamente traz limites à nossa abordagem, por exemplo, em relação às ciências tidas como exatas ou "duras".

Vale lembrar que o nascimento da ciência moderna é concomitante ao do projeto burguês e ambos se expandem juntos, conformando a modernidade a partir do Renascimento, nos séculos XV e XVI, da Revolução Científica do século XVII e do Iluminismo, no século XVIII, para seguir na sustentação que a tecnociência traz ao desenvolvimento nos dois últimos séculos (CASTORIADIS, 1976). Ao lado de criações que ampliaram as possibilidades humanas e aliviaram pesos do trabalho, o paradigma científico da modernidade contribuiu para o avanço de um modelo civilizatório hegemônico que se coloca como

> um projeto global de reorganização de toda a diversidade cultural planetária em função de um modelo único de vida, um modelo totalitário de plena primazia do mercado em função dos interesses do capital transnacional (LANDER, 2005, p. 8).

Entretanto, pensamos que é preciso olhar a história da modernidade, do desenvolvimento e da ciência com as lentes das epistemologias do Sul, já que, na América Latina, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade do ser, do saber e do poder. As ideias de racionalidade, desenvolvimento, progresso, expansão e crescimento inspiraram as viagens ultramarinas e cruzaram a linha do equador, inaugurando a colonização das Américas, África e Ásia, discursivamente legitimadas por um "nobre" ideal civilizatório. Uma máxima do século XVII – "para além do Equador não há pecados" – talvez ilustre bem as distinções traçadas pelo pensamento ocidental moderno para acomodar as diferenças

entre a Europa em plena expansão colonial e o que estava do outro lado dessa linha: selvagens sub-humanos, indígenas cuja alma é um receptáculo vazio, carecendo da cristianização. Para o lado de lá, o paradigma da regulação/emancipação; para o lado de cá, o da apropriação/violência: pilhagem de recursos naturais, trabalho forçado, destruição das culturas nativas (SANTOS; MENESES, 2010, p. 37).

Neste leito das teorias descoloniais, Lander enfatiza que o pensamento científico moderno foi eficaz para fincar nas ciências sociais a noção de que finalmente nos encontramos numa linha de chegada, já que "as características da sociedade chamada moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade" (LANDER, 2005, p. 10), a ordem social desejável e também a única possível:

> Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a ideia de modernidade, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a "naturalização" tanto das relações sociais como da "natureza humana" da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz ("ciência") em relação a todos os outros conhecimentos (LANDER, 2005, p. 13).

Segundo Santos e Meneses (2010), é sobre essa linha abissal que se constrói a epistemologia ocidental dominante: abissal porque não possibilita a copresença entre a humanidade moderna e a sub-humanidade moderna que esta mesma epistemologia engendrou. Tal negação radical da existência percorre os séculos para além da independência das colônias e termina por fortalecer o monopólio da ciência moderna na distinção universal entre o verdadeiro e o falso, condenando ao passado (simultaneidade sem contemporaneidade) todas as outras formas de conhecimento dos povos originários do Sul Global, consideradas incomensuráveis e incompreensíveis: um violento processo de racismo e de epistemicídio.

Decorre desse monopólio da produção dos conhecimentos considerados válidos não somente a sujeição de todas as demais epistemes, como também a arrogância que não reconhece os limites e as incertezas da ciência moderna e, por conseguinte, a crença de que o conhecimento científico permite controlar sempre, e com segurança e eficácia, o mundo natural. Especialmente nos temas que envolvem riscos tecnológicos e saúde, os quais dizem respeito diretamente à nossa práxis acadêmica, essa perspectiva suscita importantes questões de natureza ética e epistemológica.

Funtowicz e Ravertz (1997) questionam essa crença, sublinhando que na alta modernidade estão configurados novos tipos de problemas, em que o controle e a previsibilidade da ciência sobre os riscos estão questionados: "os fatos são incertos, os valores, controvertidos, as apostas, elevadas e as decisões, urgentes" (p. 222):

> Os problemas atuais de saúde – ao nível individual, comunitário e ambiental – têm características comuns que os distinguem dos problemas científicos tradicionais. Sua escala é planetária e seu impacto, de longa duração. Os fenômenos são novos, complexos, variáveis e, com frequência, mal compreendidos. Dados sobre seus efeitos, e dados para determinar as linhas de base de sistemas "não perturbados" mostram-se totalmente inadequados. Em geral, a ciência não fornece teorias bem fundamentadas em experimentos para explicar e prever esses problemas novos. Com freqüência, só é capaz de prover modelos matemáticos e simulações computadorizadas que não podem ser testados por métodos científicos tradicionais (FUNTOWICZ; RAVERTZ, 1997, p. 222).

Na crítica que fazem à ciência normal, os autores consideram que a tradição derivada do Iluminismo contribuiu para a disseminação da crença de que as decisões públicas devem apoiar-se na racionalidade e na *expertise* científicas – "autoridades supremas, detentoras e provedoras de sabedoria prática" (FUNTOWICZ; RAVERTZ, 1997, p. 221)[5].

5 Stengers (2015, p.19), entretanto, afirma com convicção que "há cinquenta anos, na época em que as grandes perspectivas da inovação técnico-científica eram sinôni-

Reconhecem, entretanto, que essa racionalidade científica não é despojada de valores e nem neutra do ponto de vista ético, quando a própria definição dos problemas é coagida por considerações e interesses políticos e a composição do campo científico é enviesada pelos grupos sociais que têm acesso à formação científica.

De acordo com Funtowicz e Ravertz (1997), esses elementos comprometem a qualidade do conhecimento produzido – e, portanto, das decisões públicas e políticas que este embasa – e propõem, assim, a *Ciência Pós-normal* como "estratégia de resolução de problemas adequada a esse contexto", baseada no "reconhecimento da incerteza, da complexidade e da qualidade", especialmente na abordagem de "decisões tecnológicas e ambientais urgentes, em escala local e global", envolvendo questões de equidade e até de sobrevivência.

Também Wynne (2014), em seus estudos sobre a compreensão pública da ciência, postula que esta atua como autoridade pública e aponta a falta de reflexividade das instituições e atores científicos, cuja *expertise* muitas vezes é "utilizada para legitimar práticas espaciais tidas por ambientalmente danosas" (p. 85), "mediante a exclusão dos sujeitos sociais na tomada de decisões pela negação e não reconhecimento de outros modos de conhecimento produzidos pelas suas experiências de vida" (O'DWYER, 2014, p. 15).

Discutindo o conhecimento sobre o ambiente, em produção no Brasil entre os anos 2008 e 2012, Acselrad (2014) também caracteriza um "ambiente do conhecimento" "pouco propício ao exercício da reflexão e da capacidade crítica" (p. 28). O autor assinala o crescente entrelaçamento entre políticas "de desenvolvimento" com as políticas de conhecimento, destacando o crescimento das táticas que são acionadas pelos grupos dominantes para invisibilizar conflitos, denúncias e injustiças, que perpassam, inclusive, por constrangimentos às abordagens investigativas que dão visibilidade à perspectiva dos sujeitos contra-hegemônicos em contextos de conflitos ambientais.

---

mas de progresso, teria sido quase inconcebível não se voltar com confiança para os cientistas e os técnicos, não esperar deles uma solução para problemas concernentes a esse desenvolvimento do qual se orgulham tanto de ter sido o motor. Mas aqui também – mesmo sendo menos evidente – a confiança foi profundamente abalada, não se pode dar como certo que as ciências, ao menos como as conhecemos, tenham capacidade para responder às ameaças do futuro; em compensação, em relação à chamada 'economia do conhecimento', é relativamente certo que as respostas que os cientistas hão de propor não nos permitirão evitar a barbárie".

Diversos problemas que faceamos no Núcleo Tramas podem ser caracterizados como complexos, especialmente no que diz respeito a riscos tecnológicos em suas relações com a saúde, perpassados que são por incertezas e ignorâncias. Stengers (2015) traz instigante reflexão que dialoga com nossos aprendizados nestas experiências de buscar nexos entre riscos gerados pelos empreendimentos e agravos à saúde: o primeiro papel do refrão "não está provado" – que a autora equipara ao "não merece ser levado em conta" –

> é fazer calar, separar o que será considerado objetivo e o que será rejeitado como subjetivo, ou ilusório, ou manifestação de apego irracional a modos de vida infelizmente-condenados-pelo-progresso (STENGERS, 2015, p. 96).

No caso da antecipação de riscos à saúde na mineração de urânio, colocam-se desafios em relação às características de sua cadeia de decaimento, às elevadas meias-vidas de seus componentes, às dificuldades de estabelecer relações dose-resposta e aos altos interesses envolvidos na questão nuclear. O mesmo se verifica no que toca à exposição humana aos agrotóxicos; a geração de efeitos de desregulação endócrina, de más-formações ou de cânceres, ou ainda a definição dos limites de tolerância ou valores máximos residuais de ingredientes ativos em alimentos são exemplos significativos – como comentado no *box* abaixo.

Para dar concretude ao conceito de incerteza científica, um bom exemplo pode ser a análise dos impactos da ingestão de alimentos contaminados por agrotóxicos sobre a saúde humana. Trazemos aqui trechos do capítulo:

Invisibilidade ou invisibilização dos efeitos crônicos dos agrotóxicos à saúde? Desafios à ciência e às políticas públicas, elaborado por Rigotto e Aguiar, e publicado no livro Observatório Internacional de Capacidades Humanas – Estudos e Análises, organizado por Roberto Passos Nogueira et al. (2015):

De acordo com dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no ano 2012, apenas 35% das amostras analisadas não apresentaram quaisquer resíduos de agrotóxicos, o que significa que 65% dos produtos continham venenos

agrícolas (quando se somam os 29% de resultados insatisfatórios – por apresentarem resíduos de produtos não autorizados ou autorizados, mas em concentrações acima do LMR – com os 36% que apresentaram resíduos, mas em concentrações abaixo do LMR).

Tais análises baseiam-se em parâmetros definidos pela ciência, que fragmenta a complexidade do problema – envolvendo relações econômicas, políticas, sociais, ecológicas e técnicas – e responde com o reducionismo e a simplificação: debruça-se na definição de quantidades máximas de agrotóxicos, que supostamente seriam compatíveis com a saúde e o ambiente, e estabelece números para a IDA (ingestão diária aceitável), o VMR (valor máximo de resíduo) e o LT (Limite de Tolerância). Sobre essa perspectiva e esses "números", são construídas normas e regulações que possibilitariam o "uso seguro" de agrotóxicos, apoiado pelo monitoramento e rastreamento de alimentos contaminados, o uso de equipamentos de proteção individual por trabalhadores "treinados" e a fiscalização ambiental.

Levando em conta as críticas de Funtowicz e Ravertz (1997) à ciência normal, vamos explicitar em seguida alguns aspectos relacionados à incerteza e aos valores e interesses em disputa, comumente ocultados pela abordagem hegemônica também no que se refere à avaliação de toxicidade dos agrotóxicos. Friedrich (2013) analisa os limites dos sistemas de regulação no estabelecimento de níveis considerados seguros para o ambiente e a saúde humana (como a IDA, o LMR e o LT):

– avaliação do risco baseada em estudos toxicológicos realizados a partir de animais de laboratório ou de sistemas in vitro, cujos resultados são extrapolados para os efeitos sobre a saúde humana;

– avaliação em separado de um único IA, desconsiderando os efeitos à saúde nas condições de múltipla exposição a diferentes misturas e suas possíveis interações, inclusive sinergismos, seja no ambiente, seja nos tecidos vivos. Ressalte-se que a exposição múltipla é a situação mais frequente tanto para os trabalhadores, que manipulam caldas tóxicas complexas, como para os consumidores de alimentos, já que a presença de vários IAs tem sido identificada em uma única amostra;

– desconsideração dos efeitos produzidos por baixas doses de agrotóxicos, que não são capazes de disparar os mecanismos protetores de detoxificação, inativação ou reparo, mas que já podem desencadear efeitos tóxicos de desregulação endócrina e sobre o sistema imunológico, principalmente em estágios considerados críticos para o desenvolvimento;

– desconsideração do risco agregado resultante da exposição total a um ou mais IAs por diferentes fontes, como o ambiente, a ocupação e os alimentos;

– desconsideração da interação entre os ingredientes ativos e outras substâncias químicas, como medicamentos veterinários, fertilizantes, metais pesados, organismos geneticamente modificados etc.

Tais limites dos parâmetros estabelecidos para a exposição aos agrotóxicos não são informados à sociedade; pelo contrário, os parâmetros são apresentados como padrões científicos, verdadeiros, neutros e seguros. Também não são explicitadas as incertezas relacionadas ao fato de que tais padrões refletem o conhecimento disponível naquele momento, podendo ser alterados quando surgirem técnicas de detecção mais precoce de efeitos ou novos estudos que alertem para riscos não considerados. É o caso do herbicida glifosato, que obteve registro há duas décadas como classe IV – pouco tóxico – e, recentemente, foi reconhecido como provável cancerígeno pela IARC (quanto terá lucrado a Monsanto com suas vendas até agora? Quantos casos de câncer podem ter sido causados? Como defende Petersen (2015)[6], constrói-se assim uma blindagem epistemológica, que produz a confiança pública de que estamos protegidos e da qual resulta também uma blindagem jurídica para as corporações responsáveis pela disseminação dos agroquímicos, ao possibilitar que a responsabilização pelos agravos e impactos seja transferida para as próprias vítimas. Mais que isso, essa abordagem científica, aparentemente neutra e enunciadora da verdade, constitui-se como base para a elaboração de políticas públicas que deveriam proteger os direitos constitucionais à saúde, ao trabalho e ao ambiente equilibrado (RIGOTTO; AGUIAR, 2015, p. 66; 68-9).

Assim, o reconhecimento e a crítica a esses limites epistemológicos e éticos da ciência moderna para a abordagem dos complexos problemas que ela contribuiu para criar têm nos trazido elementos para problematizar essas situações tanto no intuito de avaliar criticamente os pressupostos e métodos de pesquisa, como de incidir nos debates públi-

6 PETERSEN, P. Prefácio – um novo grito contra o silêncio. In: CARNEIRO, F. F. *et al*. (Orgs.). *Dossiê Abrasco*: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 27-36.

cos e enfrentar situações de controvérsia com outros membros do campo científico, onde a manipulação da incerteza é estratégia de poder.

No Ceará, diante da omissão de uma série de riscos e potenciais impactos da exploração do urânio, constatada na análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) e dos materiais informativos distribuídos pelo consórcio empresarial proponente do empreendimento, o Núcleo Tramas, atendendo à demanda da Articulação Antinuclear do Ceará, e em parceria com um físico nuclear, professor e pesquisador da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), preparou um parecer técnico e o apresentou ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública da União (DPU), requerendo ações para a garantia do direito a informações seguras e à participação das comunidades situadas no entorno da jazida de Itataia no processo de tomada de decisão. Nosso coletivo participou das audiências públicas integrantes do licenciamento ambiental da mineração de urânio no Ceará[7], visibilizando controvérsias científicas importantes para a avaliação da viabilidade socioambiental do projeto e que vinham sendo sistematicamente omitidas e, posteriormente, negadas não somente pelo consórcio, como também pelos agentes do Estado, inclusive da agência responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização dos usos da energia nuclear no Brasil – a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

Em controvérsias científicas como esta, constituídas em contexto de constrangimento à crítica, de baixa reflexividade e de ocultamento de interesses e valores, assistimos ao desvelamento da crescente subordinação do campo científico ao campo econômico, rumo à mercadorização da ciência. Nessas controvérsias, sujeitos do campo científico usam de uma suposta "institucionalidade científica" para atuar como "autoridade pública", e deste lugar desqualificar e excluir "as 'preocupações públicas' do 'debate e das decisões dos especialistas sobre uma questão do conhecimento como 'o que são os riscos' (ambientais, à saúde e à vida)" (O'DWYER, 2014, p. 15).

Esses processos evidenciam de forma muito clara o que nos ensina Bourdieu:

> A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutrali-

7 Cf. Montezuma (2015).

> zada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social (1976, p. 98).

Diante de uma ciência que nega os outros saberes e outras formas de conhecimento de forma sistemática, ao mesmo tempo que omite sua ignorância, as incertezas e a complexidade, e realiza ambos os movimentos para melhor desempenhar o papel de instrumento de poder para imposição de um projeto global de dominação e submissão da diversidade da vida às dinâmicas de acumulação do capital, a desobediência epistêmica se impõe como imperativo ético-político para desviar nossa história da direção da barbárie. E torna-se cada vez mais evidente que em nosso continente esse movimento somente será possível superando os desafios à emancipação impostos pela continuidade do colonialismo.

Linhas de fuga para o exercício da desobediência epistêmica

Na busca por caminhos alternativos para uma ciência sensível e eticamente comprometida com a vida e com a emancipação de nosso continente, temos nos inspirado nos postulados epistemológicos das teorias críticas e descoloniais, realizado leituras de mundo mediadas pelos conceitos da Ecologia Política e compreendido o processo saúde-doença à luz do enfoque socioambiental crítico e transformador da teoria da determinação social da saúde (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014), afastando-nos da crença na neutralidade científica e identificando-nos, progressivamente, com a *ciência orientada pelo ativismo*, como proposta por Martinez-Alier *et al.* (2011, 2014).

A elaboração crítica na perspectiva da descolonialidade do ser, do saber e do poder tem nos estimulado no Núcleo Tramas a romper radicalmente com a ideologia do desenvolvimento, semeada no Sul global como imperativo de seguir o caminho dos "países centrais" para um dia, quem sabe, atingir seu suposto Estado de bem-estar social. Ao contrário, está cada vez mais evidente que este sonho é irrealizável, por razões que vão desde a entropia do planeta – que não dispõe de recursos naturais para sustentar o mesmo padrão de vida de um norte-americano, por exemplo, em todas as sociedades (ALTVATER, s.d.)

– até a desigualdade nas relações econômicas e políticas internacionais: o "subdesenvolvimento"[8] é a outra face da moeda do desenvolvimento; o desenvolvimento de alguns segmentos de classe se nutre do subdesenvolvimento dos diferentes segmentos da outra classe social (RIST, 1996).

Os estudos descoloniais e epistemologias do Sul também têm nos desafiado a considerar perspectivas pluriepistêmicas, que acolham inclusive outros saberes, para além dos científicos. Em contraposição ao epistemicídio trazido pelo pensamento abissal, e enfatizando as relações entre a injustiça social global e a injustiça *cognitiva* global que ele gera, Santos e Meneses (2010) propõem resgatar e valorizar a diversidade epistemológica do mundo. Através de uma *sociologia das ausências*, podemos ir ao encontro de conhecimentos dotados de critérios diferentes de validade, explorando tanto "a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais", como promovendo a "interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos" – que os autores denominam *ecologia de saberes* (p. 57).

Assentada numa concepção pragmática de conhecimento, em que "a credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede" (SANTOS; MENESES, 2010, p. 57), a ecologia de saberes opõe à monocultura da ciência moderna o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos e das possibilidades de interação entre eles. Compõe, assim, uma *contra epistemologia*, impulsionada pela denúncia da vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, mas que também se alia na resistência ao capitalismo globalizado e contribui para visibili-

8 "[...] a industrialização é um luxo exclusivo de parcelas da população mundial, mas não para a maioria de seus 6,25 bilhões de habitantes na virada do milênio. É impossível simplesmente dar continuidade às estratégias de desenvolvimento e de industrialização das décadas passadas. É uma ilusão, e por isso uma desonestidade, difundir a ideia de que todo o mundo poderia atingir um nível industrial equivalente ao da Europa Ocidental, da América do Norte e do Japão, bastando para isso que as sociedades menos desenvolvidas "aprendam com a Europa". A industrialização constitui um bem oligárquico. Portanto, as sociedades industriais só podem reivindicar para si as benesses da afluência industrial enquanto o mundo ainda hoje não industrializado assim permanecer" (ALTVATER, s.d., p. 28).

zar e promover as alternativas em construção na globalização contra-hegemônica. Implica, assim, em reconceber a relação sujeito-objeto numa perspectiva ampliada:

> Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos. Todos os conhecimentos são testemunhais porque o que conhecem sobre o real (a sua dimensão ativa) se reflete sempre no que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (a sua dimensão subjetiva). Ao questionarem a distinção sujeito/objeto, as ciências da complexidade dão conta desse fenômeno, mas confinam-no às práticas científicas. A ecologia de saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos, de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e o não científico, alargando desse modo o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa (SANTOS; MENESES, 2010, p. 58).

Ainda na perspectiva da sociologia das emergências e da descolonialidade, nos caberia perscrutar as sementes portadas nas culturas milenares dos povos originários de Abya Yala[9], que nos trazem pistas importantes para conceber outra civilização e outro sentido para nossas existências. Mais que isso, estar atento às formas de resgate, reapropriação e atualização dessas pistas que vêm sendo criadas a partir das novas conexões entre movimentos indígenas, camponeses, afrodescendentes, ambientalistas, ecossocialistas, feministas, e tantos outros.

Radomsky (2011) enfatiza a importância da construção de pontes entre a crítica ao desenvolvimento e a crítica à modernidade/colo-

9 Denominação dada ao continente americano pelo povo Kuna, antes da chegada dos europeus. Na língua do povo Kuna, Abya Yala significa "terra madura", "terra viva" ou "terra em florescimento". Enrique Dussel (1993) já nos havia advertido que o denominado "descobrimento da América" foi, na verdade, o encobrimento dos povos que aqui habitavam. Abya Yala é, assim, o verdadeiro descobrimento da América. Assim, atualmente, diferentes organizações, comunidades, instituições indígenas e seus representantes em todo continente adotaram seu uso para referir-se ao território continental, no lugar do termo "América", como símbolo de identidade e de respeito pela terra que habitamos. (Disponível em: <http://www.ecoportal.net/temas-especiales/pueblos-indigenas/abya-yala-el-verdadero-nombre-de-este-continente/>. Traduzimos do espanhol. Acesso em: 3 mar. 2016.)

nialidade, iniciada com os trabalhos de Ferguson e Escobar nos anos 1990, para abrir possibilidades de se "imaginar uma era pós-desenvolvimento" e alternativas à modernidade[10]. Indo muito além da discussão sobre um suposto "desenvolvimento econômico mais justo", este pensamento desenha nova geopolítica da epistemologia e busca resgatar práticas, saberes, epistemologias e cosmologias ancestrais:

> O deslocamento, portanto, é pensar o problema do desenvolvimento como um processo que naturalizou a versão modernizante para a qual o saber científico constitui o eixo de conhecimento válido. Por essa razão, a crítica do desenvolvimento pode se efetivar na insurgência epistêmica, na valorização da ancestralidade, na performance das ontologias-outras que não a ocidental (RADOMSKY, 2011, p. 158).

Nosso núcleo está atento a esse processo, especialmente aos saberes reunidos no *Buen vivir*[11]. Alimenta-nos também a proposição da

10 Vários pensadores, considerando o mundo nas últimas décadas do século XX, afirmam que a noção de desenvolvimento ocupa um lugar central nas sociedades ocidentais modernas: além de Castoriadis (1976), Rist (1996) defende que ela é uma crença da religião moderna; Veiga (1993) postula que, se utopia, é a visão de futuro sobre a qual uma civilização rege seus projetos, funda seus ideais e suas esperanças, então talvez não haja noção que mais concentre a utopia da sociedade moderna que a noção de desenvolvimento (RIGOTTO, 2008, p. 43). Entretanto, Stengers (2015), refletindo, no contexto europeu, sobre as consequências de acontecimentos como o furacão Katrina em New Orleans, o debate sobre os organismos geneticamente modificados na União Europeia, a questão da energia nuclear na França ou os migrantes ilegais, considera que esta crença ou utopia moderna já não sobrevive às evidências críticas socialmente acumuladas e reconhecidas: "o caráter intrinsecamente 'insustentável' desse desenvolvimento, que alguns anunciavam há décadas, tornou-se agora um saber comum. E é precisamente esse saber, hoje comum, que cria o sentido distinto de que outra história começou. O que sabemos agora é que, se aguentarmos firme e continuarmos a ter confiança no crescimento, vamos, como se diz, 'dar de cara com a parede'" (STENGERS, 2015, p. 9, grifos nossos). Não nos parece, contudo, que esse "desencantamento" com o desenvolvimento e a modernidade esteja difundido em nossas sociedades latinas e africanas a ponto de se tornar um "saber comum"; pelo contrário, esta ideologia aparece com força e desnuda nos discursos oficiais, e a crítica a ela ainda surpreende estudantes de pós-graduação, pesquisadores e cidadãos presentes em debates públicos.

11 Para Aníbal Quijano, o *Buen vivir*, enquanto complexo de práticas sociais, aponta para um modo alternativo de existência social, "com seu próprio e específico horizonte his-

Epistemologia Política, elaborada pelo grupo de pesquisa coordenado por Marcelo Firpo Porto no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Considerando que "o modelo de ciência especializada que participou da criação dos principais riscos ambientais modernos não será o mesmo que os resolverá" (PORTO, 2011, p. 36), a Epistemologia Política apoia-se nas abordagens da Ciência Pós-Normal e da Ecologia Política, articulando as contribuições destas duas perspectivas:

> (i) *a epistemológica*, pela via da complexidade, ou seja, a compreensão dos limites das várias áreas de conhecimento em torno de fenômenos específicos, os quais, em problemas complexos, não podem ser analisados separadamente; outro contributo se refere à explicitação das incertezas e dos valores em jogo, assim como ao papel da produção de conhecimentos na conformação de processos decisórios e políticas públicas;
> (ii) *a sociopolítica*, através dos referenciais da justiça ambiental, envolvendo a explicitação dos conflitos ambientais em contextos de vulnerabilidade nos quais há disputas no território por recursos, valores e modelos de desenvolvimento. Esta perspectiva também aponta para as estratégias de visibilização das vozes ocultas de populações afetadas na sua condição humana diante de conflitos ambientais que as vulnerabilizam (PORTO, 2011, p. 32).

A proposta da *ciência orientada pelo ativismo* tem apresentado experiências no sentido da articulação entre essas perspectivas. Martinez-Alier

---

tórico de sentido [...]: a defesa das condições de sua própria vida [referindo-se aos povos da América Latina] e das demais neste planeta" (QUIJANO, 2012, p. 47). Eduardo Gudynas, intelectual uruguaio ligado ao Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES), em Montevidéu, e Alberto Acosta, da Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (FLACSO), no Equador, debruçam-se sobre a crítica ao desenvolvimento e também encontram alternativas nos saberes originários do Buen vivir (GUDYNAS; ACOSTA, 2011). Enquanto conceito plural e multidimensional em construção, o Buen vivir se origina em conhecimentos e saberes de povos andinos – Sumak Kawsay em quechua e Suma Qamaña em aymara –, percorre debates teóricos e avança também nas práticas políticas dos movimentos indígenas e sociais. Sustentando-se numa atitude descolonial, questionam as próprias bases ideológicas, conceituais e éticas da modernidade e, mais que novas opções de desenvolvimento, realizam rupturas e insistem na construção de alternativas a ele.

et al. (2014), enfatizando a potência de produção de conhecimentos das organizações por justiça ambiental, no projeto Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT), concluem que "os principais conceitos usados pelo movimento global da justiça ambiental desde a década de 1980, incluindo o da própria justiça ambiental, não vêm de pesquisa acadêmica, mas das estratégias e das batalhas dos próprios movimentos" (p. 20), após reunir e descrever a sociogênese e o conteúdo de dezoito conceitos: justiça ambiental, dívida ecológica, epidemiologia ambiental, racismo ambiental, justiça climática, ambientalismo dos pobres, justiça hídrica, biopirataria, soberania alimentar, desertos verdes, o slogan "a agricultura camponesa esfria a terra", grilagem de terras, Ogonización e Yasunización, limites ao uso de recursos, passivos ambientais, responsabilidade ambiental corporativa, ecocídio e direitos territoriais indígenas.

A partir de amplo espectro de abordagens e métodos, a ciência orientada pelo ativismo propõe um novo processo de produção de conhecimento, que envolve pesquisadores e ativistas "leigos" num engajamento cooperativo muito relacionado à investigação ação participativa, em que as pessoas e organizações envolvidas nos conflitos contribuem na definição do problema de estudo, seu desenho e desenvolvimento, a partir do consenso de que todos têm muito a aprender uns com os outros e do compromisso com a transformação – como já postulavam Paulo Freire e Fals Borda nos anos 1970.

Essa comunicação de mão dupla exige deixar a "torre de marfim", rumo aos territórios em conflito, e eleva em muito a relevância da pesquisa científica para as preocupações da sociedade, porque "os esforços estão centrados em mudar o sistema político, econômico e cultural em direção à sustentabilidade", ao tempo em que constroem também uma *ciência social da sustentabilidade* (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2011, p. 19; MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2014, p. 50).

Assim, esse conjunto de teorias tem nos instigado a voltar os olhos para os diversos saberes negados pelo racismo ao longo da História, especialmente os dos povos originários das colônias de ontem e seus descendentes de hoje. Na convivência com os sujeitos dos territórios onde atuamos, cada vez mais nos convencemos da fecundidade do exercício de dialogar horizontalmente com eles, em processos de construção compartilhada de conhecimentos.

No Núcleo Tramas, mesmo antes de tomar contato com o conceito de Ecologia de Saberes e a teoria que o abriga, já vínhamos experimentando, inspirados em Paulo Freire, relações de pesquisa em que os saberes populares – o "saber de experiência feito" (FREIRE, 2014) – são reconhecidos, respeitados e valorizados. Esse caminho tem nos levado a uma ressignificação dos sujeitos cognoscentes, que acolhe a pluralidade, a diversidade e a diferença. As pessoas que vivem nos territórios onde nos inserimos, assim como as que se engajam em movimentos de resistência e construção de alternativas ao desenvolvimento (RADOMSKY, 2011), não podem ser objetos para os sujeitos pesquisadores. São, igualmente, sujeitos, com os quais precisamos dialogar de forma horizontal.

Essa opção, claro, implica em buscar tecer desenhos metodológicos que facilitem e fomentem processos de construção compartilhada de conhecimentos. Esse cuidado tem nos levado a uma definição dinâmica dos caminhos e das técnicas de pesquisa, que vai acontecendo na medida em que os diálogos com os sujeitos vão apontando necessidades de conhecimento e possibilidades de aproximação do real vivido. Corresponde, assim, a uma pluralidade metodológica que rompe a tendência do campo da Saúde Coletiva em compartimentalizar falaciosamente os estudos entre os "quantitativos" e os "qualitativos".

Por exemplo, quando as comunidades da Chapada do Apodi, na região cearense do Baixo Jaguaribe – afetadas pelas "fábricas de frutas" do agronegócio e por seu modelo produtivo dependente de fertilizantes químicos e agrotóxicos –, nos trouxeram a preocupação com os numerosos casos de câncer que vinham percebendo surgir entre os moradores e questionaram sobre a sua relação com os venenos agrícolas, foi útil recorrer a sofisticados métodos quantitativos que, a partir dos (limitados) dados oficiais, nos permitiram mostrar que a taxa de mortalidade por câncer naquela região era superior em 38% à de outras regiões do estado onde não há monocultivos intensivos (RIGOTTO *et al.*, 2013), ou que há uma concentração de cânceres infantojuvenis nos polos de irrigação do Ceará (BARBOSA, 2016), ou que os trabalhadores rurais têm cinco vezes mais câncer que os demais segurados da Previdência Social no estado (DIÓGENES, 2017). Mas também foi importante o estudo de Aguiar (2017) que, com base em estudo de casos múltiplos, realizados através de anamneses sobre a exposição ocupacional e ambiental das

famílias aos agrotóxicos, análises toxicológicas e da contaminação da água, permitiu, com ousadia epistemológica e apoiando-se no conjunto de dados gerados em pesquisas anteriores sobre a contaminação da região, afirmar a relação entre oito casos de más-formações congênitas e de puberdade precoce e os agrotóxicos impostos à comunidade.

Também as epistemologias feministas têm nos inspirado na proposição de dinâmicas que facilitam vencer silenciamentos e opressões e promovem o diálogo entre saberes, como no estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe. A construção de linha do tempo permitiu explicitar para todos os participantes as transformações provocadas pelo conflito ambiental ali instalado. Já no trabalho de Silva (2014), as histórias de vida permitiram analisar "as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente, a saúde e o trabalho" (p. 10), problematizadas por mulheres inseridas no agronegócio, na agricultura camponesa e no trabalho doméstico.

Nesta virada epistemológica que se abre para perspectivas teóricas e metodológicas plurais e para o diálogo profundo com os sujeitos dos territórios estudados, há ainda uma dimensão que merece ser refletida, no que diz respeito ao processo de ressignificação dos sujeitos cognoscentes. Não apenas os sujeitos das epistemologias leigas se ressignificam como protagonistas na produção de conhecimentos afetos aos contextos de conflitos ambientais em que vivem, mas também os próprios sujeitos da academia, na medida em que somos desafiados também a adotar novas atitudes. Somos demandados a abrir mão do lugar autoritário e arrogante de portador da verdade e nos trabalharmos no sentido de superar a cultura elitista em que fomos criados, para vencer a distância que nos separa do Outro, para então operar um *deslocamento* que nos permita uma escuta sensível[12]. Estamos desafiados a novas relações intersubjetivas que, para além da racionalidade científica, nos mobilizam também no plano ontológico. Concordamos com Santos e

12 Não significa, por outro lado, fundir-se ao Outro: há que reconhecer sim as diferenças entre nós e os sujeitos com os quais nos relacionamos nos processos de produção de conhecimento – porque temos trajetórias, conhecimentos, valores e, essencialmente, papéis sociais distintos nesta relação –, mas que elas não nos hierarquizem, não ofusquem, não silenciem e não oprimam o Outro.

Meneses (2010) quando ressaltam que a ecologia de saberes aposta em outros devires, os quais se alimentam não apenas da razão, mas também da vontade, da indignação, suscitando práticas desviantes, "inconformistas, desestabilizadoras e mesmo rebeldes" (p. 63):

> [...] a subjetividade capaz da ecologia de saberes é dotada de uma especial capacidade, energia e vontade para agir com *clinamen* (no sentido de capacidade de desvio). A própria construção social de uma tal subjetividade implica necessariamente recorrer a formas excêntricas ou marginais de sociabilidade ou subjetividade dentro ou fora da modernidade ocidental (SANTOS; MENESES, 2010, p. 64-65).

Esse clinâmen/capacidade de desvio vem se tornando, ao longo do tempo, constitutivo da identidade do Núcleo Tramas-UFC: cada vez mais somos um espaço de encontro e trabalho coletivo de pessoas – jovens, em sua maioria – que estão construindo em suas trajetórias de vida processos de negação e ruptura com os caminhos do "sucesso" prescritos na sociedade burguesa, marcados pelo individualismo, a competição, o consumismo, a alienação em relação à natureza e aos Outros etc. Ao contrário, com todos os limites da condição humana e toda a dor e a alegria que acompanham as escolhas contra-hegemônicas, esses jovens buscam a solidariedade, a cooperação, o re-ligar-se com a natureza, a desalienação e, com isso, vão assumindo outros valores, outras formas de comer, vestir-se, morar e transportar-se e, essencialmente, outros projetos de vida e de futuro. Nosso coletivo cumpre um papel humano (e estético) de acolher e abrigar essas pessoas, constituindo-se num espaço de sociabilidade em que é possível nos protegermos e apoiarmos para experimentar novas possibilidades, perscrutar devires, reconhecer e reconhecer-se no outro – também desviante, contestador, rebelde, transformador, insurgente.

Diferentemente de uma ciência desinteressada, descompromissada e desterrada, nossa desobediência epistêmica nos leva a uma práxis enraizada em territórios, para a qual importam o cotidiano daqueles que lutam, as histórias de vida, aqueles que constroem territórios de esperança no dia a dia. Daí que não nos dedicamos somente às ativi-

dades de pesquisa a partir das necessidades de conhecimento para enfrentamento dos projetos do modelo hegemônico de desenvolvimento. Atividades de construção de outros projetos de futuro para os territórios e de reafirmação dos modos de vida locais também constituem nosso lócus de atuação.

Nesse sentido é que realizamos nos territórios onde atuamos os projetos Núcleo de Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental do Baixo Jaguaribe/CE (Núcleo Reeaja) e o Projeto Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – Transformações Territoriais e a Juventude no Sertão Central Cearense. Através deles, nos dedicamos ao fortalecimento dos projetos autônomos das comunidades para seus territórios, identificando e fortalecendo potencialidades, ousando afirmar outras possibilidades para além da mineração ou do agronegócio, postos como destinos irremediáveis. Nesse último projeto, ao nos despir da arrogância acadêmica e reconhecer nossas limitações de conhecimentos para a atuação com as juventudes camponesas, pudemos, guiados por uma curiosidade ativa para conhecer as identidades dos jovens do campo, suas perspectivas sobre o trabalho, o território e o futuro, coordenar um projeto que proporcionou a construção da identidade desses jovens com o campo, o reconhecimento do seu papel social no contexto do conflito ambiental instaurado em torno da mineração de urânio, contribuindo para o desenvolvimento do protagonismo deles na construção de seus projetos de vida e de território.

INSURGÊNCIA ACADÊMICA NA PRÁXIS DO TRAMAS

Contra quais ideais de universidade nos insurgimos? O que nos conduz à insurgência? Por quais meios temos insurgido? Que concepção de universidade propomos? É a essas perguntas que iremos nos dedicar nesta segunda seção do capítulo.

Nosso coletivo se opõe e reage a dois principais ideais de universidade: a "Universidade Torre de Marfim", alheia à sociedade, dedicada à teoria, reivindicando independência e autonomia para definir seus objetos de estudo; e a "Universidade Operacional", em relação direta com uma parcela da sociedade, as entidades privadas – entre as quais, empresas, fundações de direito privado, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público etc. –, se organizando e produzindo conhecimento para atender às demandas do mercado.

Diante do primeiro modelo de universidade, insurgimos por meio da elaboração de uma práxis acadêmica que se pauta na relação com a sociedade – notadamente com os sujeitos dos territórios com conflitos ambientais –, na confluência entre teoria e prática, no diálogo com os saberes, as preocupações e os propósitos das comunidades vulnerabilizadas para a construção compartilhada dos problemas de estudo, do conhecimento em si, da avaliação acerca da pertinência do conhecimento coconstruído. Em relação ao segundo modelo, nos contrapomos ao realizar ações (publicações de artigos, teses e dissertações, projetos de extensão, seminários etc.) com objetivos que extrapolam aqueles vinculados às temáticas específicas, sendo acrescidos de outros relacionados com a denúncia e o anúncio, alinhados à proposta freiriana de pronunciar e transformar o mundo (FREIRE, 2005), e numa perspectiva intertransdisciplinar.

Certamente, não há modelos puros dessas ideias de universidade, e características de um e de outro modelo permeiam os diversos departamentos das instituições de ensino superior (IES) públicas no Brasil. Também os meios pelos quais nosso coletivo vem insurgindo são adaptados às circunstâncias, e nem sempre todos os aspectos citados acima são efetivamente realizados. Logo, se os apresentamos neste capítulo de forma ideal e simplificada, é meramente por fins didáticos.

A "Universidade Torre de Marfim" e o Compromisso com as Populações Vulnerabilizadas

A instituição universidade surgiu, no declinar do medievo europeu, com o intuito da preservação da cultura, da reflexão e da descoberta de novos conhecimentos. Kenneth Minogue (1981), economista e teórico político conservador, afirma que essas atividades humanas, assim como os jogos e as brincadeiras, a amizade, o casamento etc., são atos espontâneos e "desinteressados", no sentido em que os interesses – que os há, logicamente – não estão relacionados a um propósito específico. São atividades em que as pessoas se dedicam pelo prazer que proporcionam, e, desse modo, assim como não faz sentido perguntar o motivo pelo qual as pessoas brincam ou têm amizades, também não o faria esperar uma finalidade para as atividades de contemplação, ponderação, juízo, pesquisa.

Esse autor é categórico ao afirmar que as compreensões de que a universidade

> deva obrigatoriamente ser o instrumento de alguma coisa externa ao mundo acadêmico, são estratagemas para negar a independência acadêmica (ou sua autonomia intelectual) e, por conseguinte, impõem valores alienígenas à universidade (MINOGUE, 1981, p. 144).

Ou seja, como esclarece Santos (2013, p. 397), "do ponto de vista conservador, a vocação da universidade seria o investimento intelectual de longo prazo, a investigação básica, científica e humanística, uma vocação por natureza isolacionista e elitista". Foi desse modo que os acadêmicos se puseram inalcançáveis à maior parte da sociedade, resguardados na pureza de sua "torre de marfim".

Para Minogue (1981), o ato de observar, de refletir, de descobrir conhecimentos novos está em divergência com os anseios do homem prático; isso porque, segundo ele, a atitude prática limita a imaginação, enquanto a impulsão teórica, não restrita a este mundo do imediato, alça voos em direção à liberdade. Para ilustrar tal dissonância, lembra a famosa história de Tales de Mileto, filósofo, inventor da matemática, que caiu em um poço, enquanto admirava os astros.

Nosso coletivo de pesquisadoras e pesquisadores contesta o ideal de universidade que separa teoria e prática, que estabelece clara distinção entre sujeito e objeto, que defende liberdade e autonomia em relação às preocupações da sociedade. Em nossa práxis acadêmica, o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão é reconcebido, de modo a situar o pilar da extensão, recriado em co-labor-ação social, como ponto de partida para a pesquisa/construção compartilhada de conhecimentos que, em si, já integra o eixo de ensino/formação.

Tomar os três pilares da universidade realmente como indissociáveis, uma ação de trabalho conjunto – daí, co-labor-ação – entre sujeitos sociais diversos, é o que suscita os problemas de estudo, dialogados com diferentes propósitos e demandas por conhecimento acerca da defesa da vida, dos bens comuns, do ambiente e da saúde. Em seguida, organizam-se as atividades para a construção compartilhada dos conhecimentos – onde se observa, pondera, suspeita, indaga, critica, supõe, imagina, sistematiza, conclui –, sendo esse o principal espaço-tempo para uma formação integral (não reduzida ao pilar do ensino, em geral, diretivo, autoritário, limitado e descontextualizado).

A noção de Pedagogia do Território, modo como temos denominado nossa práxis acadêmica, vem sendo construída em reflexões e ações que se dão a partir dos encontros com os territórios com conflitos ambientais, nomeadamente com os movimentos sociais e com as comunidades que sofrem processos históricos de vulnerabilização, aprofundados pelas injustiças ambientais, parcela da sociedade com a qual nos relacionamos diretamente.

Como no método da Investigação-Ação Participante (FALS BORDA, 2007), três eixos de tensão, desde o início, mostraram-se muito claros: i) a teoria e a prática; ii) o sujeito e o objeto; iii) os conhecimentos, os saberes e os propósitos da universidade e os conhecimentos, os saberes e os propósitos dos territórios vivendo em contexto de conflito ambiental. O desafio, então, era desfazer as dicotomias e complexificar as tensões, fazer pensamento e ação caminharem conjuntamente, "coração e cabeça para propor técnicas e procedimentos que satisfaçam nossas angústias como cidadãos e cientistas" (p. 17)[13].

A Pedagogia do Território foi se constituindo como práxis intercultural e pluriepistêmica, fazendo dialogar sujeitos, conhecimentos, saberes e fazeres da universidade, da militância dos movimentos sociais, da experiência de moradores e moradoras das comunidades atingidas por injustiças ambientais. Essa práxis, pois, é o que tem embasado nossas escolhas ético-epistemológicas, nos impulsionado na gestação de novas formulações teóricas e metodológicas, fundamentado nossa concepção de formação acadêmica, docente e de pesquisadores críticos e solidários, que atuam na construção de uma ciência e um saber emancipatórios (RIGOTTO, 2016).

Assim, insurgimos contra o ideal de universidade "Torre de Marfim" ao nos aproximar dos territórios camponeses com os quais trabalhamos e, conjuntamente, identificar os preconceitos presentes nas interpretações de pesquisadores (mesmo naqueles mais críticos, identificados, no campo político, com a esquerda) sobre as populações vulnerabilizadas e as injustiças que as atingem; construir conhecimentos

13 "Recordemos cómo mis colegas y yo, de países del Tercer Mundo, fuimos articulando desde los años de 1970 nuestro pensamiento y acción, combinando, como decíamos, corazón y cabeza para proponer técnicas y procedimientos que satisficieran nuestras angustias como ciudadanos y como científicos sociales" (FALS BORDA, 2007, p. 17).

e elaborar formas de validar e comunicar esses conhecimentos, procedendo – na prática – com uma denúncia acerca das relações de poder presentes nas formas dominantes de ação acadêmica.

Martins (1989) afirma que, de modo geral, há graves equívocos de interpretação, entre os intelectuais, sobre as classes subalternas, notadamente acerca das populações camponesas, e os aponta: a) a compreensão do subalterno como uma condição que seria extinta com o desenvolvimento capitalista – como pensou Lênin; b) a desconsideração pelas especificidades no interior das classes subalternas, dado que há uma diversificação de lutas, de dilemas, de possibilidades históricas: "há coisas que um camponês, que está sendo expropriado, pode ver e que um operário não vê. E vice-versa" (p. 108); c) a depreciação dos conhecimentos e saberes desses segmentos sociais, tidos como interpretações deformadas e incompletas da realidade; d) o entendimento dos movimentos camponeses como movimentos pré-políticos e a ideia, em Hobsbawn (1971), de que "a consciência de classe dos camponeses é normalmente muito ineficaz, exceto quando organizados e dirigidos por não-camponeses" (*apud* MARTINS, 1989, p. 106).

A Pedagogia do Território que, a princípio, se referia simplesmente aos aportes de conhecimentos e saberes contextualizados que as visitas a essas comunidades nos proporcionavam, foi nos permitindo desvelar preconceitos, antes assumidos como verdades, a partir do encontro e do diálogo com culturas silenciadas historicamente, e, sobretudo, desconstruir relações de poder assentes na relação entre sujeito (o que pesquisa, o que conhece) e objeto (o que é pesquisado, o que é conhecido). Essa práxis foi nos proporcionando conhecer o que dissera Foucault (1979), em 1972, em uma conversa com Deleuze:

> [...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber (p. 71).

O papel que antes foi prescrito aos intelectuais, de agentes da "conscientização", de esclarecedores da realidade das coisas, de intérpretes

e "porta-vozes" do discurso do povo, mostrava-se claramente identificado como parte de um sistema de poder que distinguia, hierarquizava, autorizava/desautorizava. E, ali, no encontro e no diálogo com os movimentos sociais e com as comunidades camponesas, reais – e não os hipotéticos que só existem nas impulsões teóricas dos acadêmicos –, esse papel perdia todo o sentido, e em seu lugar outro papel ia sendo revelado.

Nossa práxis acadêmica foi sendo organizada em quatro etapas: a) construção dialogada dos problemas de estudo; b) formação de Grupo de Pesquisa Ampliado (GPA); c) engajamento solidário nas lutas dos sujeitos vulnerabilizados; e d) validação e comunicação do conhecimento construído (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016).

A construção dos problemas de estudos e de temáticas para projetos de extensão passa por um processo dialógico, que parte da escuta e do reconhecimento de demandas reais dos sujeitos dos territórios com conflitos ambientais, e segue com reflexão e interrogações sistemáticas acerca das questões levantadas. Objetos como "riscos ambientais e processos de vulnerabilização de um projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria" (MELO, 2015), "Desconfiança e recusa dos agricultores e agricultoras do Apodi diante do perímetro irrigado de Santa Cruz" (TEIXEIRA, 2016), "Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – transformações territoriais e a juventude no Sertão Central cearense" (LEÃO; MELO; GOMES, 2016; COSTA; BRASILEIRO; RIBEIRO, 2016) foram construídos de forma dialogada com os sujeitos dos territórios.

Experimentamos, para isso, perguntar às comunidades sobre suas necessidades de produção de conhecimento. Registramos, a título de exemplo, uma reunião com várias comunidades da Chapada do Apodi em que, colocada a pergunta sobre suas necessidades de conhecimento – aparentemente abstrata e secundária para quem tem tantas necessidades – pudemos listar trinta problemas, posteriormente organizados como linhas de pesquisa, as quais vêm balizando as prioridades de estudos de nosso grupo desde 2012. Um desses problemas foi o levantado por Dona Maria de Fátima, poetisa e artesã: "*eu quero saber é quando é que eu vou poder tomar um copo d'água sem me preocupar com os minutos de vida que eu perco em cada gole!*". Nessa enunciação, que reflete preocupações que angustiam toda a comunidade, ela traz uma riqueza de sa-

beres: a consciência do problema da contaminação da água que consumia, da relação disso com a saúde humana, do sofrimento psíquico que esta consciência e o medo vinham trazendo às comunidades. E somava a cobrança do direito à água de qualidade e à saúde, já introduzindo um indicador popular de saúde ambiental: tomar, tranquilamente, um copo d'água.

Vale destacar que não se trata de responder, de forma imediata, uma demanda apresentada por moradores ou integrantes dos movimentos sociais. Há sempre uma mediação que trata de compreender: a) o viés da demanda dos sujeitos do território diante da formação do(a) pesquisador(a) que estará à frente do processo. Ainda que tenhamos espaço para que o coletivo lance olhares interdisciplinares sobre o objeto, é fundamental que o problema de estudo seja compatível com o interesse e com as condições (culturais, da área de formação etc.) do pesquisador-responsável; b) o contexto em que essa demanda está sendo gerada e a pertinência do estudo em relação ao que pode oferecer de elementos para dar visibilidade à situação de injustiça ambiental e para construir um conhecimento-emancipação, ético, solidário, prudente, direcionado para a libertação dos sujeitos que são mantidos vulnerabilizados por um conhecimento-regulação (SANTOS, 1991).

Percebamos que se faz necessário o desprendimento dos pesquisadores, jovens ou experientes, da segurança e da sedução dos objetos de estudo previamente definidos, mormente exigidos nos processos seletivos para os cursos de pós-graduação. Essa construção dos problemas de pesquisa a partir da interação com sujeitos dos territórios em conflitos ambientais não é tarefa simples, demanda tempo que, por vezes, é obtido a duras penas nos intervalos dos 24 ou 48 meses dos cursos de mestrado e doutorado. Para superação desses entraves, têm sido fundamental o mútuo apoio e a elaboração sobre as necessidades de conhecimento apresentadas, a convivência em coletivo, permeada de afetividade, de compromisso, de companheirismo, através dos quais, no Núcleo Tramas, temos resgatado sentidos emancipatórios para o trabalho na academia.

Ainda sobre a construção dialógica dos problemas de estudo, compete-nos destacar que ela implica em nos colocarmos no campo de forças estabelecido nos conflitos ambientais onde, por vezes, nos depa-

ramos com a desqualificação das ações do Núcleo Tramas, promovida por empresas do agronegócio ou da mineração; as divergências políticas entre os movimentos sociais que compõem as frentes de atuação onde estamos inseridos; e as divisões produzidas nas comunidades pela própria dinâmica dos conflitos ambientais. Essas situações nos exigem a clareza de nos assumirmos enquanto sujeito político nessas disputas. A partilha de experiências sobre esses desafios à atuação com outros grupos de pesquisadores, movimentos sociais e comunidades em espaços como os encontros nacionais da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) ou os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) tem sido importante para acumularmos coletivamente um repertório de estratégias para nos colocarmos diante dessas situações.

Por fim, queremos ressaltar a contribuição das frentes com movimentos sociais, comunidades e grupos acadêmicos, em que estamos inseridos, para mediação das necessidades de produção de conhecimento, das prioridades e da definição conjunta dos problemas de estudo. Na região da Chapada do Apodi, pesquisadores das Universidades Federal e Estadual do Ceará, militantes de movimentos sociais e moradores e moradoras das comunidades compuseram o Movimento 21 de Abril (M21), e, a partir da discussão sobre a dimensão estratégica da produção de conhecimentos para defesa dos territórios ante o agronegócio, foi formado o Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GP-M21), que integrou diferentes ações de pesquisa desenvolvidas no território aos principais desafios para a resistência. Na região do Sertão Central, algo semelhante ocorria durante os momentos de planejamento da Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), onde as linhas gerais de atuação da frente eram discutidas, sendo que a identificação das necessidades de produção de conhecimento/pesquisas em curso no território/divulgação dos resultados compunha um dos eixos de atuação da AACE. Essas experiências colocaram na agenda dos movimentos sociais a reflexão sobre a importância da produção de conhecimentos para as lutas sociais. Reflexo disso foi a recente reunião convocada pelo nascente Movimento em Defesa da Soberania Popular na Mineração (MAM) no Ceará com diferentes pesquisadores para discutir necessidades de produção de conhecimentos das muitas lutas contra os impactos da mineração de ferro, de rochas ornamentais e de água no estado[14].

14 MAM – Encontro com professores pesquisadores, ocorrido em 9/12/2017, no Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza-CE. Programação: apresentação do MAM e

Eleito o problema de estudo, de modo geral, caminhamos para a constituição do Grupo de Pesquisa Ampliado (GPA)[15]. Notem: nem sempre os sujeitos que participaram da definição do objeto são os mesmos que participam do GPA. Nesse momento, sujeitos da universidade e do território – nomeadamente moradores das comunidades e militantes dos movimentos sociais – deverão se aproximar do contexto vivido com a finalidade de construir novos conhecimentos que favoreçam a transformação desse mesmo quadro que se tornou conhecido. Essa noção de conhecer para transformar está presente em Santos (2006) ao compreender a ecologia de saberes como uma "ecologia de práticas de saberes" (p. 154), ou seja, a conjugação de conhecimentos e saberes diversos para um fim prático, para a realização de uma ação emancipadora; e também em Freire (2005), ao afirmar que "a resposta aos desafios da realidade problematizada é já a ação dos sujeitos dialógicos sobre ela para transformá-la" (p. 193).

No caso do conflito relacionado ao projeto de mineração de urânio e fosfato no Sertão Central do Ceará, uma primeira experiência, coordenada por Teixeira (2013), reuniu 14 sujeitos locais de quatro diferentes comunidades para um processo participativo de territorialização em saúde que permitiu desvelar quais elementos, na perspectiva das comunidades, ameaçam e quais promovem a vida, a saúde, os modos de vida de comunidades situadas no entorno da jazida de Itataia.

Posteriormente, essa experiência inspirou outros três pesquisadores do Núcleo Tramas a propor a formação do GPA Vigilância Popular em Saúde e Ambiente, que foi vivenciado por 24 participantes, entre agricultores, agentes comunitários de saúde, lideranças comunitárias e jovens estudantes, de seis localidades, e gerou três dissertações (MELO, 2015; COSTA, 2015; RIBEIRO, 2016). Em uma série de oficinas, pudemos compartilhar uma análise crítica do EIA elaborado a expensas do consórcio empreendedor e dialogar com os moradores de diferentes comunidades, que aportaram a essa análise o seu profundo conhecimento do território, a dinâmica das águas, dos ventos, da produção agrícola,

demandas para pesquisa, partilha dos professores e pesquisadores, encaminhamentos.

15 Por vezes, a depender do tipo de estudo, a proposta do GPA é substituída por outros métodos participativos de construção de conhecimento, como oficinas com técnicas de educação popular, pedagogia feminista etc.

bem como suas representações. Como técnicas de pesquisa, nos foram úteis o grupo focal e a cartografia social, envolvendo o exercício de territorialização *in loco* das estruturas previstas para o empreendimento, o mapeamento de atores sociais e a elaboração de mapa comunitário (posteriormente georreferenciado) das comunidades ameaçadas pelo projeto, na perspectiva dos moradores.

Em relação ao GPA, dialogamos ainda com diferentes iniciativas no campo da Saúde Coletiva, como a Epidemiologia Popular (BROWN, 1992), a Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade (LEUNG; YEN; MINKLER, 2004) e as Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação (PORTO *et al.*, 2016), por igualmente reconhecermos a necessidade do protagonismo das populações vulnerabilizadas na construção do conhecimento voltado para a promoção da justiça ambiental e da emancipação humana.

Paralelo ao GPA, é organizada uma série de ações de engajamento solidário nas lutas dos sujeitos vulnerabilizados, onde assumimos, claramente, diante do conjunto da sociedade – e não apenas diante do território atingido – o nosso posicionamento político ao lado das populações vulnerabilizadas. Afirma Martins (2012, p. 16-17) que "a pior coisa que pode acontecer ao cientista social envolvido num projeto de pesquisa sobre situações conflitivas é deixar-se cercar por indefinições e ambiguidades, para ficar bem com todas as partes envolvidas".

É preciso não perder de vista que, para os sujeitos dos territórios com conflitos ambientais, o sujeito da universidade é um "estrangeiro"; suas ações representam "o advento do estranho, aquele que modifica o significado das coisas" (MARTINS, 1993, p. 41), e isso gera, certamente, reações diversas das comunidades.

Em pesquisa recente (LEÃO, 2018), uma moradora da comunidade do Tomé, na Chapada do Apodi, comenta a reação de alguns vizinhos à presença da universidade na comunidade: "*as pessoas [da comunidade] torciam a cara quando a gente andava com elas [as pesquisadoras] aqui na rua, diziam que era 'um pessoal esquisito*'". O esquisito é o incomum, o diferente, o que pertence a outro mundo social, diverso daquele mundo da comunidade, e que, sendo de outro mundo, chega para tratar de um problema – sobretudo relacionado às injustiças ambientais –, o qual parte dos moradores ainda não tinha percebido ou não estava convencida de que se tratava de um problema.

Nesse sentido, consideramos fundamental que, desde o início da ação, haja um posicionamento político claro. Assim, conhecendo o processo histórico de vulnerabilização dessas populações e reconhecendo camponeses e camponesas como sujeitos políticos, protagonistas de suas lutas, assumimos o seu lado – ao seu lado, como parceiros – por dois motivos: 1) porque é ética e moralmente mais justo, e podemos incidir sobre a dissimetria de poder presente no território – em que, de um lado, figuram o poder institucional e econômico do Estado e do mercado e, do outro lado, o conhecimento e o saber deslegitimados ou ignorados das populações camponesas – e fortalecer a autonomia das comunidades; 2) porque é metodologicamente necessário, a fim de que os sujeitos vulnerabilizados dos territórios possam sentir confiança, inclusive, para partilhar suas percepções, compreensões, experiências e conhecimentos em torno dos conflitos dos quais são protagonistas.

Assim, uma relação dialógica vai se contrapor à relação antidialógica do poder hegemônico do Estado e do mercado; este que prescinde das preocupações, dos significados, dos saberes e dos modos de vida das populações camponesas, subalternizando as culturas populares, e busca atrair a atenção desses sujeitos a partir de narrativas que giram em torno do progresso, da geração de emprego e renda, do desenvolvimento local, com o intuito de impor outra cultura àquele território.

As ações de engajamento solidário, então, acontecem em duas frentes: 1) participação do Núcleo Tramas em audiências públicas, elaboração de laudos, representações jurídicas e contrapareceres, organização conjunta de jornadas e seminários, facilitação de atividades em ações formativas organizadas pelas associações comunitárias e movimentos sociais, cessão de entrevistas para videodocumentários e programas de rádio e televisão, posicionamento em controvérsias científicas com especialistas, produção de textos acadêmicos etc., de modo a aportar conhecimento e capital simbólico da universidade em benefício das comunidades vulnerabilizadas; e 2) organização de debates, seminários, oficinas, cursos de média e longa duração, intercâmbios e vivências em territórios com conflitos e com sujeitos diversos, criando espaços de formação com o intuito de favorecer processos de construção do conhecimento pelos próprios sujeitos atingidos (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016).

Por fim, além do privilegiamento de metodologias que permitam o diálogo entre saberes para a construção compartilhada de conhecimentos e da ênfase na definição dos problemas de estudo a partir das demandas dos sujeitos afetados por conflitos ambientais, consideramos ainda parte constituinte de nossa práxis acadêmica o cuidado com as formas de validação e de difusão do conhecimento coconstruído.

Há claro descompasso entre as formas participativas de produção do conhecimento e as convencionais formas de avaliação do conhecimento científico – restritas aos espaços da academia e aos doutores – e também de socialização desses conhecimentos, em publicações técnico-científicas pouco ou nada acessíveis ao público em geral.

Assim, na perspectiva de possibilitar que os sujeitos dos territórios se reconheçam em condições de avaliar os resultados das pesquisas e suas repercussões no contexto dos conflitos ambientais, bem como de refletir sobre as formas mais adequadas para a comunicação desses resultados, temos nos dedicado a todo um trabalho que envolve a comunicação e certa perspectiva da educação popular.

A validação dos resultados, bem como sua avaliação, se dá por meio de visitas às comunidades para apresentação dos resultados da pesquisa, seguida de uma roda de conversa; participação de sujeitos do território na defesa do TCC, da dissertação ou da tese na universidade, chegando em alguns casos a comporem a banca examinadora, o que temos denominado de banca acadêmica e popular. Se a construção do conhecimento é compartilhada, sua avaliação também o deve ser.

Juntamente a essa validação, onde podemos, entre outros aspectos, mensurar a repercussão das contribuições das pesquisas para o enfrentamento dos problemas vividos nos territórios em conflito, buscamos pensar conjuntamente a construção de materiais de comunicação que possam potencializar a apropriação dos resultados pelas comunidades, de modo a contribuir com o fortalecimento de sua autonomia e com a ampliação de sua capacidade argumentativa nas lutas travadas.

Destacamos, para análise desses aspectos, a construção compartilhada da comunicação sobre os resultados do "Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe", apoiado pelo CNPq e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e realizado entre 2013 e 2015, que teve como foco as inter-relações entre gênero, saúde, trabalho e ambiente, para analisar os

processos de vulnerabilização provocados pelo agronegócio na Chapada do Apodi/CE e suas repercussões sobre o trabalho e a saúde das mulheres. Dele resultaram o videodocumentário

> *No tempo dos mussambês, não tinha do que ter medo: impactos do agronegócio sobre a vida das mulheres na Chapada do Apodi*[16] e o caderno de formação *Mulheres em diálogo: saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi-Ceará*[17].

Nessa experiência, foi possível observar que a participação ativa dos sujeitos dos territórios na definição e construção dos materiais de comunicação amplia a potência comunicativa desses produtos. Os sujeitos dos territórios estão em melhores condições de avaliar quais os elementos que mais dialogam e atendem às preocupações e demandas de conhecimento em torno dos conflitos que vivem, assim como também são os mais aptos a balizar conteúdos, linguagens, formas e meios utilizados para comunicar os conhecimentos produzidos. Negociações de sentido vão sendo realizadas na construção conjunta desses materiais e nelas vamos – pesquisadores e sujeitos da pesquisa – nos traduzindo uns aos outros e efetivamente construindo as leituras conjuntas sobre os conflitos e definindo as formas de comunicar o real interpretado. Destacamos, por fim, que nesses processos de comunicação emergem novas narrativas das populações camponesas, sobre si mesmas e sobre os conflitos, rompendo com a tentativa de invisibilização e silenciamento das vozes dos territórios e contribuindo para a afirmação de seus saberes.

Nossa práxis acadêmica, certamente, gera reações de acadêmicos conservadores que a qualificam como ideológica, que lançam dúvidas sobre se os objetos de estudo estão alicerçados em bases sólidas e se são capazes de produzir conhecimento científico. Tal reação está em conformidade com a percepção de Minogue (1981), para quem é necessário atentar para duas doutrinas perniciosas que rondam a universidade: a) doutrina da adaptação social, que defende mudanças na universidade a partir de mudanças – ou supostas mudanças – na sociedade; b) doutrina da transformação social, que "começa a aparecer no momento em

16 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cE0P0LbaAKY>.
17 Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/?page_id=57>.

que a educação é atrelada à política e interpretada como instrumento dentro de uma luta fundamental" (p. 155).

Para Minogue (1981), essas doutrinas partem do desejo de alguns que querem destruir a universidade ao tempo que ensejam converter a sociedade num "rebanho de irmãos"; tal expressão é utilizada para dar ênfase à sua compreensão de que, embora esses pensamentos tenham formulação e aparência políticas, tratam-se fundamentalmente de uma religião: "o Reino dos Ceús e a sociedade pós-revolucionária, em ambas as quais reinará o amor fraternal, representam, expressamente, situações muito além da política" (p. 156). É requerido, portanto, aos conservadores – os verdadeiros defensores do espírito da universidade, segundo o autor – a refutação imediata de tais doutrinas.

Nosso posicionamento é, portanto, de confrontação com o modelo exposto por Minogue (1981). Pensamos que nossa práxis, sem desconsiderar a dimensão crítica do fazer científico, está voltada para gestar um conhecimento-emancipação (SANTOS, 1991), nomeando um tipo de conhecimento que se faz alicerçado na ética, na solidariedade, na prudência com suas consequências, sendo direcionado para a justiça ambiental e o fomento de uma nova concepção de ciência e de universidade, mais democrática, socialmente referenciada, comprometida ética e politicamente com as transformações sociais, ao mesmo tempo que denunciamos que aquele isolamento defendido pelos conservadores "fora tão só aparente e que o envolvimento que ele ocultava, em favor dos interesses e das classes dominantes, era social e politicamente condenável" (SANTOS, 2013, p. 395).

Na pesquisa que realizamos sobre o olhar dos moradores de uma comunidade com conflitos ambientais acerca das ações das universidades (LEÃO, 2018), alguns entrevistados, partindo do campo associativo, relacionaram o nome "universidade" com "união" e "universo". Realmente, o termo *universitas*, do latim, de onde se origina "universidade", guarda relação com *universo, conjunto, associação, corporação.* Assim, nos é suscitada a ideia que aponta para uma instituição que possa reunir o maior número de pessoas em torno do conhecimento – incluindo a construção coletiva desse conhecimento – e que, ao mesmo tempo, possa produzir um conhecimento pensando em um universo ampliado de pessoas, desde que um conflito ambiental na Chapada do

Apodi, por exemplo, reúne um problema local (alto índice de câncer entre os moradores e moradoras), um problema nacional (o modelo hegemônico de desenvolvimento no país) e um problema mundial (a utilização de agrotóxicos na produção agrícola).

A "Universidade operacional" e nossa busca por um conhecimento emancipatório

Ainda que possamos considerar o modelo de universidade prenunciado pela Reforma Humboldt, na Alemanha, em 1810 – cujo intento era aumentar, por meio da ciência, o poder moral alemão em relação aos outros Estados –, o passo decisivo para o fomento de uma tecnociência é dado no modelo da "multiversidade"[18], fenômeno ocorrido na universidade dos Estados Unidos que forjou uma instituição bastante diferente daquela idealizada com propósito único e bem definido na Idade Média, onde vamos encontrar de forma evidente a gênese da relação universidade-mercado.

> Num organismo, as partes e o todo estão indissociavelmente ligados. A multiversidade não é assim: muitas partes podem ser-lhe acrescentadas ou dela subtraídas com um mínimo de efeito no todo ou mesmo sem que isto se note e sem que haja qualquer derramamento de sangue. Ela é mais um mecanismo: uma série de processos que produzem uma série de resultados; um mecanismo interligado por normas administrativas e cujo poder deriva do dinheiro (KERR, 1982, p. 31).

Fruto de uma ação de um grupo de industriais – barões do petróleo e das ferrovias – que resolveu patrocinar uma avaliação sobre o ensino superior estadunidense e serviu de base à chamada Reforma Flexner, que alterou desde a arquitetura curricular acadêmica (criação

18 A palavra "multiversidade" se tornou conhecida pelos escritos do reitor da Universidade da Califórnia, Clark Kerr, nos primeiros anos da década de 1960, embora, ele mesmo tenha afirmado em escritos posteriores que ele apenas a popularizou, e que a palavra já tinha sido utilizada em algumas ocasiões, mais ou menos simultâneas, por pessoas ligadas à universidade (KERR, 1982, p. 112-116).

de formação básica e flexível anterior à graduação – *undergraduate college* – e de mestrados profissionais ou de transição para o doutorado) até o plano organizativo da instituição (organização de departamentos, institutos e centros de pesquisa autônomos), a "multiversidade" reuniu funções divergentes ao buscar atender públicos internos e externos, formar o cidadão culto e o profissional competente, pesquisar para o desenvolvimento da indústria agrícola nas associações de agricultores e da indústria bélica ao lado das forças armadas e da Central Intelligence Agency (CIA), sendo uma escrava da sociedade ao mesmo tempo que pretendia lhe fazer a crítica autônoma (KERR, 1982; SANTOS, 2013).

Questiona Derrida (2003), e com ele também questionamos: "em que medida a organização da pesquisa e do ensino deve ser sustentada, ou seja, direta ou indiretamente controlada, digamos de maneira eufemística 'patrocinada', visando a interesses comerciais e industriais?" (p. 21). Concordando com tal questionamento, Chauí (1999) denuncia o que ela chama de "universidade operacional"; esta que procede com a adaptação dos currículos às necessidades dos setores produtivos, a diminuição do tempo de mestrado e doutorado, a permissão à apropriação privada dos bens públicos, a pressão para a elaboração de editais de financiamento de ações na universidade em que se estabelece critérios de pontuação pertinentes à associação universidade-entidades privadas (empresas, fundações de direito privado, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público etc.), a perda da concepção de formação integral do ser humano, o desvio das funções de pesquisa, ensino e extensão, bem como da indissociabilidade desse tripé.

A relação universidade e sociedade – ou seria melhor dizer, a relação universidade e mercado – tem se dado, em grande medida, a partir dos convênios de pesquisa, de inovação tecnológica, de consultoria, de estágio para estudantes no mercado e nos setores produtivos da sociedade, incluindo empresas que são geradoras de injustiças ambientais.

Recentemente, em 2016, a UFC celebrou parceria com a Bayer para a realização de um projeto de pesquisa sobre polinização de culturas agrícolas[19]. Ao mesmo tempo, somos informados de que os pes-

19 Disponível em: <http://ufc.br/noticias/noticias-de-2016/8982-polinizacao-de-culturas-

ticidas fabricados por essa indústria agroquímica e farmacêutica alemã têm sido os principais responsáveis pela morte de colônias de abelhas em várias partes do mundo. Em outubro de 2015, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) assinou um protocolo de intenções com a Samarco Mineração S.A.[20], com o propósito de viabilizar o intercâmbio de conhecimentos entre professores, alunos e empresa, financiar pesquisas de pós-graduação e aportar verbas para reformas de laboratórios na universidade. Paralelo a isso, testemunhamos os prejuízos que essa mineradora tem imposto às comunidades ribeirinhas e de pescadores artesanais das margens do Rio Doce, sobretudo – mas não só – após o rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, considerado o maior desastre ambiental do país e ocorrido menos de um mês após a assinatura do protocolo.

A "universidade operacional" (CHAUÍ, 1999) perde sua autonomia em relação à definição dos objetos de investigação, às abordagens utilizadas, às discussões realizadas, à divulgação dos resultados, à eleição de estudos e práticas extensionistas socialmente relevantes, e, nesse sentido, o que acompanhamos é a criação de um modelo de universidade cujas compreensão e ação sobre a realidade se encontram privatizadas.

Santos (1991) afirma que a modernidade compreende duas formas de conhecimento: conhecimento-emancipação e conhecimento-regulação.

> O conhecimento-emancipação é uma trajetória ou progressão entre um estado de ignorância, que designo por colonialismo, e um estado de saber, que designo por solidariedade. O conhecimento-regulação é uma trajetória ou progressão de um estado de ignorância que designo por caos e um estado de saber que designo por disciplina (p. 9-10).

Emancipação e regulação são dois pilares presentes no paradigma da modernidade que deveriam estar em equilíbrio, oferecendo tensões

---

-agricolas-e-objeto-de-parceria-entre-ufc-e-bayer>.

20 Samarco assina protocolo de intenções com a UFOP para parceria e investimentos. Disponível em: <http://www.ouropreto.com.br/noticia/1352/samarco-assina-protocolo--de-intencoes-com-a-ufop-para-parceria-e-investimentos>.

dinâmicas constantes, a fim de oferecer possibilidades de desenvolvimento sem se descuidar da segurança. Essa era a oferta da modernidade. Isso, porém, não aconteceu. Os princípios do Estado e, sobretudo, do mercado (regulação) colonizaram a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (emancipação) e deslegitimaram a solidariedade enquanto saber.

O conhecimento-regulação – não custa enfatizar, refém do Estado e do mercado – tornou-se hegemônico nos últimos duzentos anos; e, em vez de superar os déficits de conhecimento e possibilitar uma vida mais adaptada do ser humano no planeta, promessa feita pela modernidade, acabou por multiplicá-los e agravá-los.

> A promessa de uma paz perpétua assente na racionalização científica dos processos de decisão e na institucionalização dos conflitos redundou no desenvolvimento tecnológico da guerra e no aumento, sem precedentes, do poder destrutivo desta. No séc. XVIII morreram, em 68 guerras, 4,4 milhões de pessoas; no séc. XIX, em 205 guerras, morreram 8,3 milhões de pessoas; no séc. XX já morreram, em 237 guerras, 98,8 milhões de pessoas (SANTOS, 1991, p. 4).

Em dois séculos, o número de mortos em guerra cresceu mais de vinte vezes. Também, a despeito das inovações científicas e tecnológicas que possibilitaram o aumento da produção de alimentos, o problema da fome no mundo não foi resolvido, como revela a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que estima que um terço da população mundial (1,02 bilhão de pessoas) está subnutrida, o que representa mais pessoas com fome no mundo do que em qualquer outra época (FAO, 2009).

Santos (1991) propõe, então, que utilizemos estratégias capazes de "propiciar um desequilíbrio a favor do conhecimento-emancipação" (p. 15), distribuindo o conhecimento equitativamente na sociedade, alterando, assim, o grau de privilégios (sociais, políticos, culturais) que são conferidos àqueles que o detêm, fomentando a solidariedade comunitária a

partir da construção de um saber emancipatório (SANTOS, 2006).

Assim, fomos incorporando às nossas ações, sobretudo nas publicações, para além dos objetivos vinculados às temáticas específicas, uma série de objetivos comuns, com perspectiva intertransdisciplinar: 1) identificar contradições e fazer a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento; 2) denunciar as injustiças ambientais e os diferentes tipos de violência engendradas por entidades privadas, estatais e/ou organismos multilaterais; 3) reconhecer e anunciar estratégias de resistência dos movimentos sociais e das comunidades atingidas por injustiças ambientais; 4) demonstrar as limitações da ciência moderna; 5) apontar elementos para a construção de uma ciência com base emancipatória, que passamos a exemplificar com trabalhos de nosso coletivo de formação, pesquisa e ação.

1) Identificar contradições e fazer a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento:

Em pesquisa recente, Aguiar (2017), pesquisadora e médica, examinando as relações entre os casos de más-formações congênitas e puberdade precoce, ocorridos na comunidade de Tomé (Chapada do Apodi/CE), e as exposições ambientais e ocupacionais aos agrotóxicos nessa localidade, elenca entre suas perguntas de partida uma que aponta para a gênese e a manutenção das injustiças ambientais associadas ao modelo de desenvolvimento:

> O que o distrito de Tomé tem a ver com os conceitos de "modernização agrícola", "Revolução Verde", "reprimarização da economia", "herança maldita", e tantos outros que nos ajudam a constatar que o que está acontecendo nessa comunidade não é um fato isolado, faz parte de um projeto mais amplo, de ordem global, o qual reproduz em muitos lugares os mesmos pressupostos travestidos de "desenvolvimento"? É diante dessas inquietações que vamos introduzir o nosso trabalho, a partir da construção contínua de pontes entre o lugar de onde falamos (Tomé) e o mundo globalizado em que todos(as) vivemos (AGUIAR, 2017, p. 13).

2) Denunciar as injustiças ambientais e os diferentes tipos de violência engendradas por entidades privadas, estatais e/ou organismos multilaterais:

Ribeiro (2016), bióloga de formação, em sua pesquisa de mestrado, com o objetivo de contribuir com a construção de uma Avaliação de Equidade Ambiental[21] do Projeto Santa Quitéria, a partir da discussão das controvérsias relativas aos riscos e impactos possíveis no abastecimento hídrico local, assim denuncia as injustiças testemunhadas – o Estado que assume o lado do empreendimento e despreza as preocupações das comunidades – em seu encontro com as comunidades atingidas:

> As experiências de lutas pelo acesso à água e a lida com o Estado para que sejam consolidadas as políticas públicas capazes de resolver os problemas de indisponibilidade de água, refletem nesses momentos conflitivos a desconfiança e a injustiça que são sentidas pela população com relação à institucionalidade, como governos, órgãos públicos e agentes privados. No caso do projeto Santa Quitéria, essa desconfiança é reforçada pelos argumentos e fatos apresentados ao debate com o público e que destoam da realidade, bem como o sentimento de injustiça prevalece quando essa mesma população percebe a indisponibilidade do Estado para com suas demandas de ter acesso à água de qualidade, à medida que movimenta-se para garantir água para o empreendimento, e em grandes quantidades. A grande questão sobre ter ou não água para o empreendimento carrega essas contradições, e aqui não falamos só da disponibilidade física da água, mas do que esse processo protagonizado pelo Estado, e com empenho, simbolicamente significa. Apontamos, com isso, para o posicionamento do Estado sobre a comprovação de que há disponibilidade de água, em grande quantidade, para abastecer o empreendimento, e sobre a garantia de construção da adutora pelo Estado para levar água do açude até o local da indústria (RIBEIRO, 2016, p. 128).

21 Cf. FASE; ETTERN; IPPUR/UFRJ. *Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento:* Relatório Síntese. Rio de Janeiro, 2011.

3) Reconhecer e anunciar estratégias de resistência dos movimentos sociais e das comunidades atingidas por injustiças ambientais:

Teixeira (2016), com formação em Direito, admitindo o propósito de denunciar e reverter a desqualificação epistêmica de que agricultores e agricultoras do Apodi, no sertão do Rio Grande do Norte, são alvo na expansão de projetos ditos de desenvolvimento, analisa estratégias associadas à organização e socialização de informações, como resistência das comunidades camponesas, que se contrapõem aos expedientes de comunicação do empreendimento e do Estado:

> [...] a resistência no Apodi se utiliza de um complexo sistema de produção de conhecimento que disputa e organiza informações sobre o projeto, formula contrainformação e fomenta processos de troca e formação, utilizando-se para tanto de uma série de parceiros que ajudam a dinamizar esse sistema, abrangendo uma diversidade de fontes e se capilarizando no aprofundamento a diversos temas, e nas relações entre eles, traduzindo essas informações para várias arenas, de forma, enfim, a preencher conteúdo sobre o projeto que se anuncia e, assim, consolidar um posicionamento em relação a ele. Nesse sentido, tem se mostrado especialmente potente as experiências de intercâmbio dos agricultores e agricultoras do Apodi com os agricultores e agricultoras da porção cearense da Chapada do Apodi, pela habilidade que se atribui a essa metodologia na produção de Recusa (TEIXEIRA, 2016, p. 159-160).

4) Demonstrar as limitações da ciência moderna:

Analisar o conflito ambiental e as disputas de poder nas audiências públicas do licenciamento ambiental do projeto Santa Quitéria foi o objetivo de Montezuma (2015), pesquisadora do Núcleo Tramas, também com formação em Direito. A pesquisadora, no entanto, tece críticas à ciência, inclusive, de modelos críticos:

> [...] a Teoria da Complexidade, de Edgar Morin, que contribui na formulação de um pensamento amplo, inter-relacional e integrado, ainda que não nos pareça o melhor referencial para esta

> pesquisa também por não explorar a dimensão das assimetrias de poder. [...] Embora tenhamos acordo com as críticas que faz à Ciência Normal, com a importância do reconhecimento das incertezas científicas e com a ampliação da democratização das decisões ambientais, a proposta da Ciência Pós-Normal não nos parece adequada por não considerar as relações de poder envolvidas no que designou, genericamente, enquanto "comunidade de pares" [...]. Nesta "comunidade" irão existir sujeitos sociais com seus interesses, racionalidades, poderes, acessos diferenciados às instâncias econômicas, institucionais etc., e isto precisa ser evidenciado. A proposta também pode encontrar dificuldades em relação aos nós de uma concepção voluntarista da "participação na tomada de decisões" e os obstáculos que se observam nos espaços de gestão e participação oficiais para uma real valorização das vozes e das deliberações dos sujeitos sociais em processo de vulnerabilização (MONTEZUMA, 2015, p. 183).

5) Apontar elementos para a construção de uma ciência com base emancipatória e uma universidade democrática:

Em artigo sobre o desenho metodológico da pesquisa Estudo Epidemiológico da população exposta à contaminação ambiental em áreas de uso de agrotóxicos, Rigotto e Ellery (2011), respectivamente médica e psicóloga, ao refletirem sobre a construção do conhecimento, identificam princípios para a constituição de uma ciência sensível e eticamente comprometida com a vida e com a emancipação do ser humano:

> [...] alguns elementos já estavam colocados, como o reconhecimento da necessidade (e o desejo) de diálogo com outras áreas do conhecimento e com outros saberes. [...] nos une a cosmovisão – da indignação com a injustiça, a desigualdade e a destruição da natureza à convicção de que este estado do mundo foi produzido historicamente pela sociedade humana, como resultado de uma correlação de forças que é preciso e possível alterar, em favor dos mais vulneráveis, do permanente processo de emancipação das pessoas, grupos e classes sociais, em profunda consciência da interdependência entre nós e a natureza. Estes elementos de uma

> cosmovisão demandam a construção de uma trajetória coerente no mundo, seja na forma como damos vida à nossa intervenção no espaço acadêmico – bem além do discurso da neutralidade; seja na relação Universidade-Movimentos Sociais – num diálogo que não cabe na noção clássica de "extensão"; seja nas escolhas que norteiam nossas vidas de cidadãos, familiares ou pessoais. Em suma, situando-nos enquanto um grupo no caudal da contra-hegemonia, tivemos colocado no centro do trabalho de pesquisa o compromisso de contribuir no processo de emancipação e bem viver destes grupos sociais (RIGOTTO; ELLERY, 2011, p. 74-75).

É, pois, por meio de ações de pronúncia e de transformação do mundo, de denúncias e de anúncios (FREIRE, 2005) e pela compreensão de que é legítimo colocar uma instituição pública, financiada com os impostos do povo, disponível e disposta à participação política e democrática desse mesmo povo, ampliando a "sociedade" presente na relação universidade e sociedade – de modo que tal relação não seja reduzida à relação universidade e mercado –, que insurgimos contra o modelo de "Universidade Operacional".

BREVES CONSIDERAÇÕES

Os aportes teóricos críticos e descoloniais e a experiência nos territórios têm nos impulsionado num movimento de desobediência epistêmica em relação a certos pressupostos da ciência moderna e à construção de práxis acadêmicas que buscam a coerência com esses aportes e com a escuta e aprendizados que nos brindam os sujeitos dos territórios, em diálogo e sintonia com outros grupos acadêmicos que se autorizam a processos de insurgência epistêmica para perscrutar caminhos ainda pouco explorados na universidade, mas que tenham potência para ajudá-la a se (nos) engajar (mos) em processos coletivos de criação de futuro.

Temos observado que nossa práxis acadêmica tem contribuído para a maior apropriação dos conhecimentos produzidos e para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos nas ações. Ou seja, não somente os pesquisadores ampliam a confiança nos conhecimentos

construídos de modo participativo, como também as comunidades apresentam seus conhecimentos e saberes com maior segurança nas arenas de embate público, contribuindo na ampliação de sua capacidade argumentativa nos processos de luta em defesa de seus territórios e de suas vidas. Além disso, esses grupos veem aperfeiçoados seus instrumentos de percepção dos riscos e dos impactos implicados pelos empreendimentos extrativos – o que assume especial importância no contexto dos conflitos ambientais, onde à medida que crescem as denúncias de populações atingidas pelos projetos de desenvolvimento, aumentam também os esforços empregados pelos grupos dominantes para despolitizar essas denúncias.

Na perspectiva da justiça ambiental, a partir do instante em que as populações afetadas pelos projetos de desenvolvimento se constituem enquanto sujeitos coletivos e passam a expressar suas vozes – estas que estiveram ausentes, historicamente – nos processos e espaços de decisão sobre os empreendimentos nos seus territórios, estas reduzem a sua vulnerabilidade (PORTO, 2011). Torna-se possível a denúncia da clara desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, decorrente, por sua vez, da desigual distribuição do poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Esse momento do enfrentamento da degradação do meio ambiente é, portanto, também o momento da obtenção de ganhos de democratização (ACSELRAD, 2002).

As linhas de fuga que identificamos até agora têm nos aberto possibilidades, no Núcleo Tramas, de enfrentarmos o debate público de crítica ao desenvolvimento e à modernidade, em que a grande maioria das pessoas, embora muitas vezes compreendam e se impressionem com a gravidade das evidências já reunidas sobre as consequências deste modelo, sofre a introjeção da cultura hegemônica amplamente difundida e, com a mente colonizada, tem dificuldade de abrir a imaginação a possibilidades outras, frequentemente detendo-se em questões da ordem do pragmático e desqualificando a busca de alternativas. Retomamos aqui Stengers, quando desabafa: "Que não me venham perguntar que 'outro mundo' será possível", e nos adianta que a resposta "cabe a um processo de criação cuja enorme dificuldade seria insensato e perigoso subestimar" (STENGERS, 2015, p. 44). Sim, concordamos com a autora nesse ponto: há que problematizar a pergunta e compartilhar o desafio da construção criativa e social de caminhos alternativos de

futuro, o que certamente percorrerá décadas de nossa história, se é que Gaia nos vai ainda concedê-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. A crítica do "ambiente" e o ambiente da crítica. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 36, p. 27-47, 1º. sem. 2014

_____. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Ed. UFPR, v. 5, p. 49-60, 2002.

AGUIAR, ACP. **Exposição aos agrotóxicos e efeitos crônicos sobre a saúde humana**: uma "herança maldita" do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)? (Dissertação Mestrado) [Mestrado em Saúde Coletiva] Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza – pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: UNESP, [s.d.].

BARBOSA, IM. **Câncer infantojuvenil:** relação com os polos de irrigação no estado do Ceará. Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva] Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de Ia Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 317 p.

BROWN, P. Popular Epidemiology and Toxic Waste Contamination: Lay and Professional Ways of Knowing. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 33, n. 3, p. 267-281, September 1992.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de São Paulo / Caderno Mais**, São Paulo, 9 maio 1999.

COSTA, DS. **O desafio da garantia do direito à saúde em contexto de conflito ambiental**: construindo estratégias de vigilância da saúde no sertão central cearense em um contexto da possível implantação da

mineração de urânio e fosfato. Dissertação. [Mestrado em Saúde Pública]. Universidade Federal do Ceará, 2015

_____. BRASILEIRO, LAM.; RIBEIRO, LAD. Juventudes do campo e Justiça Ambiental: uma experiência formativa com as juventudes do sertão central no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO. 2, **Anais...** Natal-RN: UFRN, 2016.

DERRIDA, J. **A universidade sem condição**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DIÓGENES, SS. **(In)visibilização das causas de câncer na zona rural de limoeiro do norte, a vulnerabilização e os riscos do uso dos agrotóxicos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

FALS BORDA, O. La Investigación-Acción en convergencias disciplinarias. **Latin American Studies Association – LASA Forum**, v. XXXVIII, n. 4, p. 17-22, 2007.

FAO. **The State of Food Insecurity in the Word**: economic crises: impacts and lessons learned. Roma: [s.n.], 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FUNTOWICZ, S; RAVERTZ, J. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Saúde**, v.4, n.2, p.219-230, jul./out. 1997.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América Del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Org.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, CW. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003

HOBSBAWN, E. Class consciousness in history. In: MÉSZAROS, I. **Aspects of history and class consciousness**. London: Routledge & Kegan Paul, 1971.

KERR, C. **Os usos da universidade**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

LAURELL, A.C. La Salud-Enfermidad como Proceso Social. **Revista Latinoamericana de Salud**, v. 2, p. 7-25, abr., 1982.

LAURELL, A.C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEÃO, FAF. **A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais**: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará Dissertação (Mestrado). Redenção-Ce: Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, 2018.

_____. MELO, R.D.; GOMES, J. F. Pedagogia do Território e juventudes do campo no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO, 2, **Anais...** Natal-RN: UFRN, 2016.

_____. ROCHA, MM. O conhecimento no contexto dos conflitos ambientais e a Pedagogia do Território como práxis acadêmica emancipatória. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS) 40, **Anais...** Caxambu-MG: [s.n.], 2016.

LEUNG, MW.; YEN, IH.; MINKLER, M. Community based participatory research: a promising approach for increasing epidemiology's relevance in the 21st century. **International journal of epidemiology**, v. 3, n. 33, p. 499-506, June, 2004.

MARTINEZ-ALIER J., ANGUELOVSKI I., BOND P., *et al*. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. **Journal of Political Ecology**, v. 21, p. 19-60, 2014.

_____. *et al*. Between science and activism: learning and teaching ecological economics with environmental justice organisations. **Local Environment**, v. 16, n. 1, January 2011, 17–36.

MARTINS, J.S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

_____. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, R.D. **Riscos ambientais e processos de vulnerabilização**: diálogos e controvérsias em torno do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema); Universidade Federal do Ceará (UFC), 2015.

MINOGUE, K. **O conceito de universidade**. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MONTEZUMA, TFPF. **Licenciar e silenciar**: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do projeto Santa Quitéria, Ce. [Dissertação] Programa de Pós Graduação em Direito. Universidade Federal do Ceará, 2015.

NOGUEIRA, R. P. *et al.* (Org.). **Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas**: estudos e análises 2. Brasília, DF: UnB; Fiocruz, 2015.

O'DWYER, E. Apresentação. Conflitos ambientais: saber acadêmico e outros modos de conhecimento nas controvérsias públicas sobre grandes projetos de desenvolvimento. **Revista Antropolítica**, n. 36, p. 11-25, Niterói,1. sem. 2014.

PORTO, MFS. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 31-58, 2011.

_____; *et al*. Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1747-1756, 2016.

_____; ROCHA, DF; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4071-4080, 2014.

RADOMSKY, GFW. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fevereiro de 2011, p. 149-163.

RIBEIRO, L.A.D. **Risco e injustiça hídrica no semiárido**: contribuição à avaliação de Equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. [Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Ceará, 2016.

Rigotto, R. M. **Tramas 20 anos**: memorial apresentado para progressão funcional a professora titular. Fortaleza-CE: Faculdade de Medicina/ UFC, 2016.

_____., ELLERY, AEL. Caminhos na produção do conhecimento: cuidados, incertezas e criação. In: RIGOTTO, RM. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC / Expressão Popular, 2011. p. 71-110.

_____., SILVA, AMC; FERREIRA, MJM; ROSA, IF; AGUIAR, ACP. Trends of chronic health effects associated to pesticide use in fruit farming regions in the state of Ceara, Brazil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, p. 763 - 773, 2013.

RIST, G. **Le Développment – Histoire d'une croyance occidentale**. Paris: Presses de Sciences Po., 1996.

ROCHA, MM. **Das águas que calam às águas que falam:** opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/ CE (dissertação de mestrado). Fortaleza: Programa Regional de Pós--Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2013.

SANTOS, BS. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política

(Para um novo senso comum. A Ciência, o Direito e a Política na transição paradigmática, v. IV). Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____. **A transição paradigmática**: da regulação à emancipação. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 1991.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

_____; MENESES, MP. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M.L.V. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-retterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE (dissertação de mestrado). Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC, 2014.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO "DERECHOS DE LA NATURALEZA Y ALTERNATIVAS AL EXTRACTIVISMO". Colectivo Voces de Alerta, CLAES, Jóvenes por la Igualdad y CEPPAS. Buenos Aires, 2011.

_____., SCHUTZ, GE. Contribuição para o debate do Cebes sobre a determinação social da saúde: repensando processos sociais, determinações e determinantes da saúde. **Saúde em Debate**, v.33, p. 371-379, 2009.

TAMBELLINI, A.M.T; CAMARA, VM. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 3, n.2, p. 47-59, 1998.

TEIXEIRA, A.C.A. **Territorialização em Saúde**: estudo das relações produção, ambiente, saúde e cultura na atenção primária à saúde. Relatório de Pesquisa. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com Participação de Recém Doutores – CAPES/UFC, 2013.

TEIXEIRA, M.M. **A volta do cativeiro e a (r)existência como permanência**: desconfiança e recusa dos agricultores e agricultoras do Apodi

diante do perímetro irrigado de Santa Cruz (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.

WYNNE, B. "Elefantes nas salas" onde os públicos encontram a "ciência"?: Uma resposta a Darrin Durant, "Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo". **Revista Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 36, p. 83-110, 2014.

Parte III

Aprendizados no diálogo com os territórios nos 20 anos do Núcleo Tramas/UFC

JUVENTUDES DO CAMPO E JUSTIÇA AMBIENTAL NO CEARÁ: UM PROJETO DE EXTENSÃO DO NÚCLEO TRAMAS

Lais Alves Moreira Brasileiro [1]

Camila Aguiar de Oliveira Lopes [2]

Fernando Antônio Fontenele Leão [3]

INTRODUÇÃO

O Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde (Tramas), núcleo de pesquisa e extensão do Departamento de Saúde Comunitária, da Universidade Federal do Ceará (UFC), pauta suas ações de formação, construção compartilhada de conhecimentos e co-labor-ação social nos princípios e nas práticas estabelecidos pelos movimentos por justiça ambiental no Brasil[4]. A luta pela equidade ambiental e pela garantia de que nenhum grupo social suporte parcelas desproporcionais das consequências do

1 Mestranda em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB).

2 Bacharela em Comunicação Social e mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

3 Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2018. Professor substituto da licenciatura em Teatro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) entre os anos 2013 e 2015 e, entre 2011 e 2013, consultor na área de Arte/Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), realizando atividades na Unilab.

4 Os debates sobre injustiça e justiça ambiental, originados nos Estados Unidos na década de 1980, começaram a chegar ao Brasil nos fins da década de 1990, e no ano de 2001 nasceu a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), por ocasião do Seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania, realizado em Niterói-RJ. O seminário foi um marco para a consolidação do movimento no Brasil, onde mobilizou uma rede de sujeitos e entidades sociais (movimentos sociais, entidades ambientalistas, ONGs, associações de moradores, sindicatos, pesquisadores universitários e núcleos de instituições de pesquisa/ensino) para a reconstrução da "questão ambiental" por meio de uma leitura ampla, contextualizada e territorializada, acerca das desigualdades sociais e ambientais no Brasil. Ver mais em: <https://redejusticaambiental.wordpress.com/>.

modelo de desenvolvimento hegemônico passa pelo esforço de assegurar acesso à informação e participação democrática para a consolidação de sujeitos políticos e coletivos de direitos e protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009).

Destacamos a importância da construção de outro ideal de ciência e de universidade, com pesquisadores, professores e estudantes a engajar-se ética e solidariamente nas lutas de sujeitos vulnerabilizados por um modelo de desenvolvimento que discrimina e exclui grande parte da sociedade. Assim, concebemos que novas práticas poderiam se orientar, em princípio, por: a) proceder com uma crítica à ciência moderna e explicitar os riscos, as indeterminâncias e a ignorância do conhecimento científico atual diante dos complexos problemas ambientais (PORTO, 2011); b) assumir criticamente o lado das comunidades atingidas por grandes empreendimentos econômicos, por ser moralmente mais justo e por oferecer percepções mais ricas dos conflitos protagonizados por essas populações (MARTINS, 2012); c) reconhecer a necessidade e o desafio de uma construção intertransdiciplinar, buscando fazer dialogar criativamente sobre conhecimentos diversos – não só aqueles que integram os campos científicos –, inaugurando uma "ecologia de saberes", de modo a ampliar a compreensão da realidade e dispor tal compreensão para um fim prático, que seja transformar a realidade na direção da emancipação humana (SANTOS, 2006).

Tais princípios implicam escolhas metodológicas que evitem o reducionismo técnico e/ou social, que sejam contextualizadas e com estratégias de investigação e avaliação territorializadas e que utilizem formas participativas de produção do conhecimento associadas ao incremento do poder técnico e político das comunidades nos processos decisórios (FREITAS *apud* ACSELRAD *et al.*, 2004).

Ao longo de vinte anos, o Núcleo Tramas tem buscado avançar na crítica à ciência moderna e na elaboração de caminhos para uma ciência contra-hegemônica e emancipatória, constituindo uma práxis acadêmica pautada na diversidade e no diálogo entre sujeitos, saberes e propósitos. A Pedagogia do Território, conceito que vem sendo refletido e sistematizado pelo grupo, é práxis intercultural e pluriepistêmica que tem por base o diálogo de conhecimentos, saberes e fazeres da uni-

versidade, dos movimentos sociais constituídos e das comunidades em contexto de conflitos ambientais, e assenta escolhas ético-epistemológicas, fomenta construções teórico-metodológicas e respalda novas concepções de formação de pesquisadores e professores críticos e solidários (RIGOTTO, 2016).

Um dos elementos da Pedagogia do Território é a constituição do Grupo de Pesquisa Ampliado (GPA), envolvendo sujeitos da universidade e do território – nomeadamente moradores das comunidades e militantes dos movimentos sociais – que assumem o desafio de juntos conhecer a realidade e buscar estratégias para transformá-la (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016).

A partir de 2014, encontros entre sujeitos da universidade e do território de Santa Quitéria, no Ceará, foram organizados para a discussão dos possíveis riscos e impactos da atividade mineradora à saúde, ao meio ambiente e ao modo de vida das populações da região, no caso de se efetivar a implantação de um complexo mineroindustrial para a mineração e o beneficiamento de urânio e fosfato – Projeto Santa Quitéria – entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira (jazida de Itataia). Esses encontros concretizaram um Painel Acadêmico-Popular – reunindo pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e instituições acadêmicas e moradores das comunidades locais para se dedicar ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Santa Quitéria – e o GPA, que serviu de base a três dissertações de mestrado de integrantes do Núcleo Tramas (COSTA, 2015; MELO, 2015; RIBEIRO, 2016).

O Painel Acadêmico-Popular e o GPA possibilitaram a identificação não somente dos possíveis riscos da mineração e de estratégias de resistência, mas também de outros aspectos problemáticos presentes na realidade das comunidades. Entre estes, a preocupação com a participação acanhada das juventudes nas discussões e nas lutas populares no território. Como fomentar o envolvimento dos jovens no debate sobre a mineração, as transformações territoriais e a necessidade de resistência para a manutenção da saúde do ambiente e das populações locais?

Compreendíamos que a juventude era, correntemente, um dos segmentos sociais mais vulnerabilizados por esses empreendimentos econômicos, posto que, além de atingida pelas injustiças ambientais e a degradação do modo de vida local, expressa, em casos de violência, de exploração se-

xual, de migração compulsória etc., sua subjetividade. Era também (e é, usualmente) disputada para que legitime o projeto empresarial perante seus familiares, os convença em caso de desapropriações e impulsione o discurso do desenvolvimento e da geração de emprego e renda.

A demanda apresentada ao Núcleo Tramas era bastante desafiadora; em primeiro lugar, porque o grupo nunca havia trabalhado com o tema da juventude; depois, porque para atrair esses jovens e fortalecer-lhes a sua autonomia se exigia um projeto com dimensão educacional e eixos temáticos não trabalhados pelo coletivo até aquele momento (a citar, como exemplo, o eixo de arte e cultura); por fim, um tal projeto requeria recursos e dedicação integral de uma parte do grupo.

Ainda assim, considerávamos a demanda muito importante, o que nos exigia aceitar o desafio pelo engajamento solidário nas lutas dos sujeitos vulnerabilizados – outro elemento da Pedagogia do Território –, objetivando incidir sobre a assimetria de poder no território e fortalecer a autonomia das comunidades, por meio da criação de um espaço de formação (curso de extensão) com o intuito de formular processos pedagógicos cujos conhecimentos acerca das injustiças ambientais pudessem ser construídos pelos próprios sujeitos atingidos (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016).

Os desafios foram trabalhados um a um: o diálogo com parceiros do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Cáritas Diocesana de Sobral, do Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com lideranças das associações comunitárias da região, com educadores e arte/educadores próximos ao Núcleo Tramas; um projeto foi elaborado, submetido e aprovado por meio da chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq nº 19/2014 – Fortalecimento da juventude rural; parceiros foram convidados a integrar o grupo; alguns integrantes começaram a se dedicar aos estudos sobre educação dialógica e educação contextualizada, pedagogia da alternância, juventude rural; e foram organizadas duas videoconferências com importantes pesquisadores na área de juventude rural[5].

5 Videoconferências com Elisa Guaraná de Castro (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ) e Nilson Weisheimer (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB).

O PJC

O projeto Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – transformações territoriais e a juventude no Sertão Central cearense, chamado abreviadamente de Projeto Juventudes do Campo ou, simplesmente, PJC, foi uma experiência formativa de dois anos (2015-2016) com 35 jovens de 8 localidades de Santa Quitéria, Itatira e Canindé, municípios situados no entorno da jazida de Itataia.

O projeto, cujo objetivo principal foi o de contribuir com o fortalecimento da autonomia de jovens na região, notadamente no que trata da garantia dos direitos de saúde, territoriais, socioambientais, econômicos e culturais, teve como principal ação um curso de formação em comunicação, saúde, produção cultural e agroecológica, num total de 400 horas de atividades.

O curso, com base nos objetivos e pressupostos teórico-metodológicos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e no conjunto de princípios e práticas da justiça ambiental (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009), buscou fazer uma interpretação crítica e inter-transdisciplinar da realidade com foco em ações transformadoras, considerou os conhecimentos e os saberes das comunidades participantes e se pautou na flexibilidade e criatividade pedagógicas, com diversidade metodológica, enfatizando temas relacionados às juventudes do campo, às injustiças ambientais, à justiça ambiental, ao direito à informação, à organização popular, à solidariedade e à disposição para a luta em favor dos modos de vida no território.

Pelo menos, três aspectos demarcam a interseção entre os debates sobre juventudes do campo e justiça ambiental no caso da mineração de urânio em Santa Quitéria. O primeiro parte de uma compreensão de como os grandes empreendimentos que se instalam no campo – e, em nosso caso específico, o Projeto Santa Quitéria – afetam fortemente as juventudes, principalmente no que concerne às condições de trabalho e à forma de permanência no campo tão fatalmente atrelada às "oportunidades" do modelo de desenvolvimento. O segundo ressalta a percepção de sujeitos do território sobre os rumos da resistência às injustiças ambientais, que deveria considerar uma maior inclusão dos jovens. O terceiro aspecto, considerando os dois primeiros, identifica

nesse segmento da população um grupo para o qual o desenvolvimento de processos formativos que visem à formação de sujeitos coletivos, que são reconhecidos como tal, capazes de intervir politicamente para a constituição de um território pleno de direitos, revela-se de grande importância.

A singularidade de fazer parte de uma experiência como essa lançou ao coletivo o desafio de aprofundar-se de forma teórico-metodológica nos temas da educação e das juventudes do campo para conseguir delinear os caminhos que seriam percorridos.

Um dos nossos primeiros desafios foi o de compreender quem eram os sujeitos com os quais iríamos trabalhar. Afinal, quem são esses jovens? O que os diferencia, ou os une, enquanto juventude? E, ainda, quais são as particularidades em se tratando de jovens do/no campo?

A imersão de integrantes do Núcleo Tramas nesse tema, nos primeiros meses do projeto, se deu a partir de leituras e reflexões compartilhadas no coletivo acerca de conceitos como o de invisibilidade social das juventudes rurais, a noção de juventude/juventudes (no plural), os conflitos geracionais que nos levam a refletir sobre o lugar que esses jovens ocupam dentro da própria comunidade ou da família, a migração e a sucessão rural, os conflitos que contribuem para processos de vulnerabilização dessas juventudes.

As reflexões resultantes de diálogos com professores, com parceiros, com sujeitos dos territórios e com os próprios jovens nos mantiveram em um movimento constante de descoberta – e redescoberta – das conexões existentes entre as juventudes do campo e os conflitos ambientais. Partilhávamos com os jovens o lugar de aprendizes e isso nos possibilitou uma construção mais horizontal, coletiva e a realização de uma experiência democrática e plural com o grupo.

Decidimos utilizar a categoria juventudes, no plural, por considerar que não se pode unificar a multiplicidade desse grupo, composto de diversas individualidades que formam um segmento social contendo diferentes realidades econômicas, sociais, políticas, históricas, culturais e subjetivas. A cultura tem um importante papel na determinação do que é ser jovem ou não, em diferentes espaços e tempos. Os indivíduos que são considerados como jovens em um grupo social podem ser vistos já como adultos em outros. Dessa forma, é preciso considerar as juventudes "como uma construção histórica e social, permeada pelas lutas e

contradições que movem a sociedade" (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013, p. 406).

Essa multiplicidade de identidades, subjetividades e coletividades também são observadas quando falamos das juventudes do/no campo. Elas não compõem um grupo homogêneo só por serem oriundas ou estarem inseridas em um território não urbano. Conforme Caldart (2004), os camponeses são diversos, mas se conhecem e reconhecem enquanto parte de um povo, do campo, que se integra para lutar e resistir contra as discriminações e as injustiças. E há, em grande medida, por parte dos adultos no território, principalmente aqueles que militam em movimentos sociais constituídos, um desejo de instigar os jovens à manutenção dessa identidade camponesa.

Discordamos de abordagens que reduzem os jovens a algo que "ainda será", que compreende a juventude apenas como um "período de transição" entre a criança e o adulto, ao tempo que lança esses sujeitos na lógica – única – de se planejar para conseguir emprego e "se tornar alguém" no futuro. Esse é um pensamento que tem impulsionado muitos jovens do campo no Brasil a migrarem para as capitais, notadamente para o Sudeste do país, em busca de empregos, em geral, precários no corte de cana, na construção civil, em restaurantes ou como empregados em "casas de família". Afirmamos que os jovens e as juventudes do campo "já são", e no contexto dos conflitos ambientais são, como afirmam Leão, Melo e Rocha (2016), plenamente

> capazes de se reconhecer sujeitos históricos, conscientes de seu papel de pronunciar o mundo, aptos também – assim como outros homens e mulheres – a criar estratégias de resistência, a construir argumentos, a ponderar riscos, a realizar vigilância popular, a lutar para que seu posicionamento seja considerado em decisões que envolvem a sua vida e a de sua comunidade (p. 21-22).

Assim, o PJC foi planejado nos moldes da Pedagogia da Alternância (BOF, 2006), com atividades de tempos-escola (atividades formativas, com todos os jovens do projeto em imersão de 8 a 10 dias, com periodicidade semestral) e tempos-comunidade (estudos e ações comunitárias realizados pelos jovens em suas comunidades, no inter-

valo entre os tempos-escola, com supervisão bimestral da coordenação do PJC), intentando fortalecê-los enquanto sujeitos políticos diante de um contexto de transformações e violações de direitos. Para tanto, pensamos atividades que pudessem ampliar a compreensão sobre seu território, sobre os reflexos da conjuntura política, econômica e social do país em suas comunidades, sobre a identidade de jovens do campo, sobre a importância da resistência e defesa de sua cultura, de sua gente, de seu lugar.

Com as ações de formação e produção de conhecimento, tínhamos como objetivo central contribuir para o fortalecimento da autonomia desses jovens e de seu protagonismo na busca da garantia dos direitos à saúde, territoriais, socioambientais, econômicos e culturais. Nos campos temáticos específicos (saúde, ambiente, trabalho, agroecologia, arte e cultura, comunicação e direitos humanos), visamos promover uma diversidade de experiências que possibilitassem o desenvolvimento individual e coletivo dos educandos, de modo a contribuir na construção de perspectivas de atuação profissional e comunitária. Objetivamos incentivar o desenvolvimento cultural e artístico estimulando práticas culturais, produtivas e organizativas de grupos juvenis na perspectiva de promover a diversidade cultural, o fortalecimento identitário e contribuir com a geração de renda e a permanência da juventude no campo; promover o acesso a ferramentas de comunicação visando ao fortalecimento da comunicação comunitária nos territórios envolvidos estimulando a atuação em rede e o compartilhamento de experiências como estratégias para o monitoramento das transformações territoriais provocadas por projetos de desenvolvimento; promover formação em Agroecologia visando à inclusão socioprodutiva da juventude e ao fortalecimento da sustentabilidade socioeconômica e cultural dos territórios envolvidos; fomentar o diálogo da juventude rural com as políticas públicas de saúde, incentivando a pesquisa e a produção de conhecimento sobre as especificidades e necessidades de saúde do território e formando jovens multiplicadores que atuem em estratégias de vigilância popular em saúde que visem à redução de riscos e agravos à saúde decorrentes dos projetos de desenvolvimento na região.

As escolhas metodológicas foram elencadas em consonância com uma compreensão de educação dialógica (FREIRE, 2014), que nos

apresenta uma concepção problematizadora e libertadora de educação, cujo primeiro objetivo está em constituir uma reflexão-ação sobre o mundo a fim de fortalecer a luta pela emancipação dos homens. A leitura crítica da "situação limite" – no caso, o conflito ambiental em torno do empreendimento de mineração – instiga à reflexão-ação em torno do "inédito viável", no sentido do fortalecimento da autonomia dos sujeitos e transformação da realidade na direção da justiça ambiental. A dialogicidade está presente em todas as fases do PJC, desde a seleção dos educandos, a discussão do Projeto Político-Pedagógico (PPP), a realização do curso e a avaliação; tudo se fez com a participação dos jovens e de parceiros dos movimentos sociais e das comunidades participantes.

Uma breve sistematização das atividades realizadas no PJC

Uma importante decisão para atingir os objetivos a que o projeto se propunha foi a de realizar não só atividades dos tempos-comunidade, mas também atividades de tempos-escola (dois deles, dos três realizados) nas comunidades. Essa experiência de imersão de jovens e equipe de coordenação e facilitadores do PJC nas comunidades possibilitou a aproximação dos jovens com outros sujeitos e realidades de comunidades semelhantes à sua, permitindo observar e refletir sobre semelhanças e diferenças; o envolvimento nas ações e na organização do PJC dos moradores das comunidades, gerando sentimentos de respeito, admiração e confiança, tão necessários para uma ação com jovens em sua maioria com idade inferior aos 18 anos; a territorialização do projeto, com atividades relacionadas às narrativas, às práticas produtivas e de saúde, às expressões artísticas culturais, ao contexto social e político-econômico e ao cotidiano da comunidade. O terceiro tempo-escola foi realizado em Fortaleza com o intuito de possibilitar diálogos dos jovens do campo com jovens da periferia urbana, também vivendo conflitos sociais e ambientais e construindo estratégias territorializadas de resistência.

Tempo-escola I

O primeiro tempo-escola aconteceu no Assentamento Todos os Santos, município de Canindé, Ceará, no período de 11 a 19 de julho

de 2015. Teve por temática "Descobrindo o Território", assumindo por propósito situar os jovens enquanto sujeitos daquele território e aprofundar suas relações com os elementos materiais, simbólicos, políticos e subjetivos do lugar – em relação com a região, com o estado do Ceará, com o país. Privilegiamos atividades relacionadas a narrativas, expressões artísticas e culturais, leitura de imagens, contexto social, político e econômico e o cotidiano da comunidade, a participação dos moradores locais, a discussão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso.

1º dia: acordos coletivos, mesa de abertura, apresentação artística

Foto 1 – Apresentação artística do grupo Acadêmicos da Casa Caiada[6]

2º dia: oficina de percussão, narrativas da comunidade

Foto 2 – Oficina de percussão

6 Todas as imagens são do Acervo do Núcleo Tramas.

3º dia: seminário sobre a água no semiárido, apresentação do Núcleo Tramas

Foto 3 – Seminário sobre a água no semiárido

4º dia: oficina Convivendo com o Semiárido

Foto 4 – Oficina Convivendo com o Semiárido

5º dia: oficina Laboratório Criativo de Imagens + CineJovem – Diz Aí Juventude Rural

Foto 5 – Oficina Laboratório Criativo de Imagens

6º dia: o PPP do curso, socialização das ideias, círculo de debate

Foto 6 – Apresentação de propostas para o tempo-escola II

7º dia: oficina Juventudes do Campo, construção coletiva da "Noite Cultural"

Foto 7 – Apresentação "Noite Cultural"

8º dia: apresentação das atividades para o tempo-comunidade, avaliação geral, mística de agradecimento ao assentamento

Foto 8 – Atividade de avaliação

9º dia: café de confraternização, retorno às comunidades

Foto 9 – Café da manhã de confraternização

Tempo-comunidade I

A primeira visita da equipe de coordenação às comunidades para acompanhar a realização das atividades dos jovens se deu em setembro de 2015 e contou com atividades relacionadas à apresentação do projeto para a comunidade; elaboração de um memorial descritivo "Você e a comunidade", cartografia social, indicação de leitura e elaboração de resumo de um texto sobre juventude rural (WEISHEIMER, 2011) e recebimento dos relatórios mensais.

Foto 10 – Jovens se dedicam a construir uma cartografia social, em Riacho das Pedras

Tempo-comunidade II

Em novembro de 2015, a equipe de coordenação do PJC realizou a segunda visita de acompanhamento das atividades realizadas pelos jovens em suas comunidades. A ação contou com debate do texto entregue na visita anterior (WEISHEIMER, 2011), oficina sobre elaboração de questionários/entrevistas e a construção do conhecimento, explanação sobre a construção de um diagnóstico social, econômico e cultural e recebimento dos relatórios mensais.

Foto 11 – Equipe de coordenação com jovens e moradores do assentamento Ipueira da Vaca

Tempo-escola II

No período de 14 a 23 de janeiro de 2016, ocorreu, na Vila Riacho das Pedras, Santa Quitéria, Ceará, o segundo tempo-escola do PJC. Sua temática foi "Agindo no Território", intentando aprofundar o vínculo das atividades do projeto com os debates em torno das injustiças ambientais e as ações para a justiça ambiental, com atividades relacionadas às práticas produtivas e de saúde na comunidade, debate sobre a utilização de agrotóxicos, estratégias de comunicação popular e pintura de um mural temático na sede da associação comunitária.

1º dia: acordos coletivos, mesa de abertura, apresentação artística

Foto 12 – Mesa de abertura, com representação da CPT, do Núcleo Tramas e da comunidade

2º dia: partilha das atividades realizadas no tempo-comunidade, oficina Direito à Terra e ao Território, narrativas da comunidade

Foto 13 – Jovens de Saco do Belém falam das atividades realizadas no tempo-comunidade

3º dia: seminário Saúde na Comunidade & Saúde da Comunidade: estratégias de defesa da saúde na comunidade, pintura de mural temático, cinedebate

Foto 14 – Jovens em frente ao mural pintado na sede da associação comunitária

4º dia: seminário Democratização da Comunicação: estratégias de comunicação popular com as juventudes camponesas, reuniões dos grupos de trabalho

Foto 15 – Jovens falam sobre estratégias de comunicação popular

5º dia: visita a projetos agroecológicos, seminário sobre Agroecologia, cinedebate

Foto 16 – Visita a uma produção de mudas

6º dia: oficina Produção de Defensivos e Fertilizantes Naturais, reunião de acompanhamento pedagógico, diálogos sobre o protagonismo das juventudes

Foto 17 – Oficina de Produção de Defensivos e Fertilizantes Naturais

7º dia: seminário Expressões Artísticas e Culturais do Sertão Central Cearense", oficina de teatro

Foto 18 – Jovens participam do seminário

8º dia: oficina Relações de Gênero no Campo, diálogos sobre o Observatório das Transformações Territoriais, construindo laços de solidariedade internacional (com LAG – Noruega)

Foto 19 – Oficina Relações de Gênero no Campo

9º dia: apresentação das atividades para o tempo-comunidade, “Noite Cultural”

Foto 20 – Moradores da comunidade aguardando a “Noite Cultural”

10º dia: café de confraternização, retorno às comunidades

Foto 21 – Jovens do PJC após o café

Tempo-comunidade III

A terceira visita da equipe de coordenação às comunidades para acompanhar a realização das atividades realizadas pelos jovens em suas comunidades se deu em março de 2016 e contou com atividades relacionadas à avaliação do 1º ano do curso, avaliação da atividade de entrevistas/aplicação dos questionários, oficina de Elaboração de Projetos (parte 1) e recebimento dos relatórios mensais.

Foto 22 – Avaliação do 1º ano de projetos, com jovens de Saco do Belém

Tempo-comunidade IV

Em junho de 2016, a equipe de coordenação do PJC realizou a quarta visita de acompanhamento das atividades realizadas pelos jovens em suas comunidades. A ação contou com orientações sobre entrevista acerca de expressões artísticas e culturais da comunidade e experiências agroecológicas e da agricultura familiar da comunidade (para elaboração de um catálogo), oficina de Elaboração de Projetos (parte 2) e recebimento dos relatórios mensais.

Foto 23 – Jovens do assentamento Todos os Santos apresentam sua horta

Tempo-escola IV

O terceiro tempo-escola ocorreu em Fortaleza, entre 22 e 31 de julho de 2016. A temática deste módulo foi "Dialogando com Outros Territórios" e se pautou pela proposta de colocar os jovens camponeses, educandos e educandas do PJC, em contato com outros territórios, podendo descobrir pontos semelhantes e diversos em relação ao seu território, além de conhecer outros jovens que também vivenciam diferentes conflitos em suas comunidades, de modo a partilharem estratégias de resistências. Organizamos uma série de atividades relacionadas a visitas a bairros da periferia de Fortaleza e a espaços de cultura e educação, intercâmbios, participação em feira agroecológica e oficinas.

1º dia: mesa de abertura, oficina sobre a feira agroecológica

Foto 24 – Mesa de abertura com representação do Núcleo Tramas, do Incra e do MST

2º dia: Feira Agroecológica do Benfica, partilha das atividades do tempo-comunidade, atividade cultural no Theatro José de Alencar

Foto 25 – Jovens do PJC vendem produtos de suas comunidades na feira agroecológica

3º dia: oficina de Elaboração de Projetos (parte 3), oficina Identidade e Corporalidade Afro

Foto 26 – Oficina Identidade e Corporalidade Afro

4º dia: seminário Saúde, Território e Justiça Ambiental, oficina Rádio--teatro

Foto 27 – Um grupo de trabalho debatendo saúde, território e justiça ambiental

5º dia: contextos e conflitos – conhecendo a Barra do Ceará e a Rede Cuca

Foto 28 – Jovens conhecendo a Barra do Ceará

6º dia: contextos e conflitos – conhecendo a Sabiaguaba, oficina de fanzines

Foto 29 – Prof. Dr. Jeovah Meirelles (UFC) explica o ecossistema manguezal

7º dia: oficinas de Técnicas Agroecológicas e Farmácia Viva, conhecendo a permacultura

Foto 30 – Oficina de Técnicas Agroecológicas

8º dia: oficina Economia Solidária, contextos e conflitos – juventudes do campo, das cidades e suas lutas, "Noite Cultural"

Foto 31 – "Noite Cultural"

9º dia: avaliação geral, atividade cultural no Centro Dragão do Mar e no Teatro Sesc Iracema

Foto 32 – Jovens do PJC visitam o Museu da Cultura Cearense

10º dia: café de confraternização, retorno às comunidades

Foto 33 – Preparação para a mística antes do café

Tempo-comunidade V

A última visita da equipe de coordenação às comunidades para acompanhar a realização das atividades realizadas pelos jovens ocorreu em outubro de 2016 e contou com atividades relacionadas à autoavaliação e avaliação da coordenação (individual), atividades referentes às expressões artísticas e culturais, experiências agroecológicas e da agricultura familiar, elaboração de projetos e recebimento dos relatórios mensais.

Foto 34 – Jovens de Itatira e Lagoa do Mato conduzem oficina na comunidade

Seminário Juventudes do Campo e Justiça Ambiental

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 2016, aconteceu no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, do MST, o Seminário Juventudes do Campo e Justiça Ambiental: o campo como lugar de vida, uma síntese de temas relacionados às juventudes camponesas trabalhados no PJC. O seminário promoveu o debate sobre os desafios enfrentados por jovens do campo no Ceará, considerando aspectos ligados à autonomia, identidade e formação de sujeitos políticos, para ampliação das lutas por justiça ambiental e pelo reconhecimento do campo como lugar de vida. Em sua programação, contamos com mesas de debate, espaços de diálogos, socialização de resultados de projetos do Residência Agrária Jovem (MDA) e atividades culturais.

Foto 35 – Profa. Márcia Machado, Pró-Reitora de Extensão (UFC), fala aos jovens do PJC

Importante destacar o papel do Núcleo de Reflexões, Estudos e Experiências em Justiça Ambiental e Agroecologia (Reeaja), outro projeto do Núcleo Tramas no biênio 2015-2016, atuando no território da Chapada do Apodi, no Ceará, e no Rio Grande do Norte. A equipe de coordenação do Reeaja participou da construção desse seminário e do eixo temático "Agroecologia e Meio Ambiente", do PJC, elaborando propostas, indicando textos, facilitando debates e atividades práticas e integrando jovens do PJC em seus seminários e cursos.

Foto 36 – Equipe do Reeaja apresenta os resultados do projeto, com a participação de jovens do PJC

Os resultados do processo de fortalecimento da autonomia e do protagonismo das juventudes do campo para as lutas de resistência nas comunidades foram diversos, entre os quais podemos citar a reativação da Casa de Sementes Comunitária, o engajamento dos jovens na Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) e no Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a elaboração de projetos voltados para as suas comunidades, com implantação de hortas comunitárias, viveiros de mudas, canteiros e manejo de plantas medicinais, e a participação ativa nas reuniões das associações comunitárias.

Resultados sob à luz da justiça ambiental: a vulnerabilização das juventudes e os caminhos para a sua superação

Em 2014, tínhamos a clareza de que as juventudes eram objeto de disputa dos empreendimentos que, a partir da exploração do discurso ideológico sobre desenvolvimento e geração de emprego e renda, tentam capturar suas subjetividades em torno da legitimação e do apoio ao projeto de mineração. À mesma época, ouvíamos recorrentes queixas dos movimentos sociais e de lideranças comunitárias acerca da ausência – ou da insignificante – participação de jovens nos movimentos de resistência ao Projeto Santa Quitéria.

É nesse sentido que os sujeitos vulnerabilizados pelo empreendimento organizam suas preocupações em uma demanda de envolver jovens nos debates sobre a mineração, para o fortalecimento das comunidades e da própria autonomia das juventudes diante do conflito. É importante ressaltar que o trabalho com as juventudes nos possibilitou uma compreensão mais apurada de suas realidades, levando-nos a perceber que a falta de envolvimento de jovens tem relação, entre outros aspectos, com a falta de autoreconhecimento da identidade de juventudes do campo e com certa invisibilização e preconceitos por parte dos adultos, não havendo um pleno reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos políticos, o que atingiu a dimensão da organização e da participação política desses sujeitos nos assuntos da comunidade, para além da resistência antimineração.

Os jovens foram demonstrando que as ausências e a falta de engajamento estariam, em alguma medida, relacionadas à falta de estímulos à sua participação e a um sentimento de não pertencimento aos espaços

coletivos de decisão, espaços estes em que, no atual contexto de conflitos ambientais, suas presenças eram requeridas.

Interpretamos essa falta de estímulos como uma consequência das representações sociais hegemônicas acerca da juventude, percebida como desinteressada, incapaz, em formação. Tais representações criam ambientes nos quais os jovens não se sentem convidados a participar, o que torna ainda mais forte o processo de vulnerabilização da juventude, criando uma espécie de abandono mútuo (BRASILEIRO, 2017).

O PJC teve êxito em ampliar a visibilidade e instigar a participação política desses jovens em espaços de organização e de decisão em suas comunidades (reuniões da associação comunitária; apresentação, oficinas e debates sobre ações do projeto conduzidos pelos jovens; os jovens como representantes de suas comunidades em programas de rádio, fóruns, assembleias, cursos etc.).

As ações dos tempos-comunidade foram, em grande medida, a criação de espaços de socialização de discussões e aprendizados realizados durante os tempos-escola, organizando momentos coletivos de trocas e diálogos, construindo parcerias, sendo reconhecidos e se reconhecendo como sujeitos daquele lugar. Uma jovem do assentamento Todos os Santos, de 15 anos, comenta:

> *A gente foi perceber que lá, no assentamento, a maioria dos assentados não sabiam dos males que [a mineração] ia trazer. A gente quando chegou, a gente apresentou tudo, focou no projeto de mineração e acho que não só a nossa mente que a gente abriu, mas também a de boa parte da comunidade, isso com os conhecimentos que a gente trouxe e que a gente repassou para eles. O curso sempre tocou muito nisso: aprender e repassar. Não guardar todo o conhecimento para gente, mas repassar para as outras pessoas.*

Tais estratégias possibilitaram um envolvimento mais orgânico das juventudes nos espaços decisórios de suas comunidades, partindo da abertura ao reconhecimento e ao acolhimento das contribuições que os jovens tinham a oferecer para o fortalecimento de seu lugar. A mesma jovem do assentamento Todos os Santos fala da importância dessa aproximação dos jovens com a comunidade:

> *Acho que para a gente se sentir ouvido, se sentir acolhido. Para não se sentir como esquecidos, mas como jovens que querem e só precisam de uma abertura porque são jovens capazes. Acho que mostrar pra a sociedade que somos jovens do assentamento, mas somos jovens que queremos, que sonhamos. O projeto* [PJC] *ajudou muito a gente ter isso, de ser jovem protagonista. Isso porque na visão de algumas pessoas, jovens não têm a cabeça pronta. Tipo, isso das pessoas não acreditarem em jovens. Mas o projeto passou uma força para a comunidade reconhecer a gente como jovens que estão ali para somar, somar com eles.*

Uma educanda, do assentamento Ipueira da Vaca, de 18 anos, ratifica o pensamento da colega:

> *Eu acho que melhorou bastante nossa vontade de ficar no campo e melhorou nossa comunicação com as pessoas que moram aqui também. Porque a gente tinha um pouco de receio de se aproximar das pessoas* [das reuniões] *porque tínhamos o medo de não ser ouvidos. A gente aprendeu que a gente precisa mostrar que a gente tá ali não só para questionar, mas para ajudar, resolver os problemas, dar nossas ideias.*

A partir do fortalecimento da identidade dos jovens como jovens do campo e como sujeitos políticos, os educandos se encontraram mais aptos a desenvolver percepções e compreensões mais críticas e solidárias da realidade. Isto é, as discussões que aconteceram no PJC sobre a mineração de urânio na região, seus riscos, as injustiças, os impactos à saúde, ao meio ambiente e ao modo de vida das populações da região se dão, agora, no plano de uma realidade compartilhada, que provoca nos jovens uma reflexão acerca do reconhecimento de suas presenças no mundo, como um tempo de construção ativa e responsável de possibilidades e alternativas, cujas escolhas repercutem para além da condição de indivíduos. Um jovem do assentamento Ipueira da Vaca, de 20 anos, fala da capacidade de se posicionar a partir do acesso à informação e à participação democrática.

> *A partir do momento que eu fui para aquela comunidade* [Riacho das Pedras] *e que eu comecei a conhecer os perigos da implantação daquele empreendimento, conhecer a vida daquelas pessoas, conhecer todo o contexto social em que as pessoas vivem, eu comecei a perceber o quão desastroso pode ser esse empreendimento lá, né? E eu não tô dizendo isso porque eu vi só o lado bom da coisa ou só um lado. Não! Eu vi os dois lados! Eu conheci o lado que era repassado por eles e eu conheci o lado que vocês* [do curso] *passaram de estudo, de conhecimento daquela área. Então, não é que me mostraram um lado e que eu estou de um lado. Não é isso. É porque eu acredito que eu entendi os dois lados e eu entendi os impactos que aquele empreendimento pode ter naquela comunidade.*

Um jovem do distrito de Saco do Belém, de 27 anos, comenta como o mais frequente era a divulgação dos benefícios do projeto de mineração.

> *A gente sempre ouviu falar pelos professores* [da escola] *que o Projeto Santa Quitéria ia acontecer, e que ia abrir muitas oportunidades, principalmente para os jovens que tavam terminando o terceiro ano, e que ia ter muita oportunidade de emprego, que seria muito bom para a comunidade, que a comunidade ia se desenvolver. Depois do curso* [do PJC], *a gente teve um olhar totalmente diferente, eu principalmente, em relação ao Projeto Santa Quitéria. A gente viu que não vai ser bom para nossa comunidade, como para as outras também e para Santa Quitéria* [município] *em geral. Tanto para a gente quanto para os outros moradores não vai ser legal. A gente viu os riscos que esse projeto traz para todas as pessoas, se prejudica a gente, se prejudica o meio ambiente, e como antes do curso eles não falavam. Porque ninguém chegava para a gente e falava os riscos, né?*

Nas falas acima é possível identificar elementos dos princípios que constituem a noção de justiça ambiental. Educandos do assentamento Ipueira da Vaca, localizado no município de Canindé, não conviverão com os mesmos riscos e impactos que outros educandos do PJC, residentes em comunidades de Santa Quitéria e Itatira, conviverão. Porém,

percebemos que o jovem do assentamento, ao conhecer a Vila Riacho das Pedras, localizada a 25 km da jazida de Itataia, identifica os impactos que podem atingir aquela população e se solidariza, a partir de uma reflexão com base nos conhecimentos que pode acessar, um importante resultado da metodologia utilizada no PJC que apostou na aproximação e no intercâmbio entre as comunidades e na disponibilização de informação ampla sobre o Projeto Santa Quitéria e de conhecimento técnico-científico.

Os educandos problematizam a falta de acesso a informações relevantes e de interesse dos jovens e dos moradores da região e apontam que usualmente apenas os discursos legitimadores do Projeto Santa Quitéria vêm à tona, reforçando uma ideologia que entende o desenvolvimento apenas como desenvolvimento econômico. Isso demostra que a disputa cognitiva no conflito perpassa até mesmo as escolas, deixando claro o poder de grandes empreendimentos na produção e divulgação de narrativas.

Outra educanda de Ipueira da Vaca, de 17 anos, preocupa-se com os rejeitos deixados pela atividade da mineração: *"o mal da poluição que deixam os restos nas comunidades. Vai ficar ali. Se uma barragem daquela romper, destrói a comunidade e vai trazer um monte de mal para a comunidade"*, identificando aí o aspecto injusto da concentração da poluição próximo às comunidades, bem como os processos perigosos que isso desencadeia para as populações.

Reconhecemos que as juventudes do campo, ainda que afastadas dos espaços coletivos de suas comunidades, vivenciavam a realidade do conflito ambiental em diferentes esferas sociais. Devemos, então, ter o cuidado de não atribuir aos jovens a identidade passiva de receptáculos dos discursos ideológicos espalhados pelo empreendimento.

Barcelar e Castro (2016), referindo-se aos jovens de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, vivendo um conflito ambiental com a instalação do Projeto Minas-Rio, afirmam entender "que os jovens do Mato Dentro não irão apenas aproveitar ou sofrer passivamente com o que acontece; eles são atores que ativamente sentem, refletem e se posicionam acerca dos conflitos que se desdobram no cenário local" (p. 465). É necessário, porém, reconhecer que esse processo particular de subjetivação se dá num plano de disputa material e simbolicamente

desigual. Sendo possível, assim, considerar limitações reais nessas reflexões e posições dos sujeitos que ocupam lugares de maior vulnerabilização em meio ao conflito.

É por esse motivo que valorizamos as estratégias de como os educandos do PJC passaram a reconhecer suas vulnerabilidades, politizá-las e buscar superá-las a partir da construção autônoma de discursos e posições críticas, enquanto jovens do campo diante de um contexto de conflito ambiental. Principalmente quando esses discursos enunciam reflexões, questionamentos e rupturas com questões tão centrais a esses jovens como a questão do emprego e da possiblidade de renda própria, como expressa a fala da educanda do distrito de Lagoa do Mato, de 20 anos:

> *Aí, depois do projeto, é que nem eu disse, eu não saberia o que eu seria se não tivesse aparecido* [o PJC]*, porque a minha opinião hoje é "não", e eu sei dizer o porquê agora. É porque, assim, não vale a pena você querer que cresça uma cidade pequena em tamanho, população, se vai trazer muita coisa ruim. Porque não é só as doenças, em si, que ela vai trazer, ela vai trazer mais assaltos, mais mortes, prostituição. Não que não tenha, mas não tem muito. Mas o tanto de jovem que vai vir iludida pensando que é uma coisa e chegar aqui ser outra totalmente diferente. E, assim, antes tinha uns colegas da minha sala que eram muito a favor e hoje ainda são, mas você pergunta para cada um deles por que que eles são a favor e eles vão dar a mesma resposta. É a mesma resposta, não muda. "Vai trazer muito dinheiro para cá, vai se desenvolver mais e vai ter empregos". Mas o que esses empregos vão custar?*

A educanda traz em sua fala um importante questionamento: qual o custo – de saúde, ambiental, social – desses empregos? Isso nos aponta que no movimento dos jovens que decidem romper com o discurso da inexorabilidade do empreendimento e refletir criticamente sobre a implementação do Projeto Santa Quitéria há também uma descoberta daquilo que não querem para si nem para seus territórios (BRASILEIRO, 2017).

Essa descoberta, que se dá concomitante à consolidação dos jovens enquanto sujeitos políticos, os lança em uma redescoberta de si, de

seus lugares, das novas relações com o outro e com o ambiente, isto é, um movimento de transformação da realidade, movimento de construção de modelos alternativos de desenvolvimento, nos quais as ideias de trabalho, de crescimento e de riqueza estejam isentas da barbárie e repletas da possibilidade de um mundo mais justo ambiental e socialmente, em que a emancipação humana é uma consequência do ser-estar em ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

_____.; MELLO, C.C.A; e BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARCELAR, R.P., CASTRO, L.R. Modos de Subjetivação de Jovens em um território de conflito socioambiental. **Psicologia & Sociedade**, 2016, v. 28, n. 3. p. 463-372, 2016. Disponível em:

BRASILEIRO, L.A.M. **Educação para a transformação**: uma experiência com juventudes do campo em contexto de conflito ambiental. Monografia. Fortaleza,Universidade Federal do Ceará, 2017.

BOF, A.M. (Org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: INEP, 2006.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COSTA, D.S. **Saúde em contexto de conflito ambiental**: um direito ameaçado pela implantação da mina de urânio e fosfato no Sertão Central do Ceará. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2015.

_____.; BRASILEIRO, L.A.M.; RIBEIRO, L.A.D. Juventudes do campo e justiça ambiental: uma experiência formativa com as juventudes do sertão central do Ceará. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO – ENAPPE. **Anais...** Natal: UFRN, 2016.

DETOGNI, A.A; ZANCANELLA, Y. Juventude e juventudes do campo - aproximações Iniciais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. **Anais...** Maringá-PR: UEM, 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C.; PORTO, M.F.S. Justiça ambiental e saúde coletiva. In: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 2004.

LEÃO, F.A.F.; MELO, R.D.; ROCHA, M.M. O conhecimento no contexto dos conflitos ambientais e a pedagogia do território como práxis acadêmica emancipatória. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40, **Anais...** Caxambu (MG), 2016.

_____., GOMES, J.F. Pedagogia do território e juventudes do campo no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO – ENAPPE, 2, **Anais...** Natal: UFRN, 2016.

MARTINS, J.S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, R.D. **Riscos ambientais e processos de vulnerabilização**: diálogos e controvérsias em torno do Projeto de Mineração de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria, Ceará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2015.

PORTO, M.F.S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 93. jun.2011, p. 31-58. Disponível em https://rccs.revues.org/133?lang=pt. Acesso em 07 set. 2016.

RIBEIRO, L.A.D. **Risco e injustiça hídrica no semiárido**: contribuição à avaliação de Equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. [Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Ceará, 2016.

RIGOTTO, R.M. MEMORIAL TRAMAS 20 ANOS. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

_____.; ROCHA, M.M. **Da crítica à ciência moderna à construção de novas práxis academicas**: a pedagogia do território e a Ecologia de Saberes. International Coloquium Epistemologies Of The South, Coimbra, 2015.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo**: para um novo senso comum. A Ciência, o Direito e a Política na transição paradigmática, v. 4. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, M.R; PELISSARI, L.B; STEIMBACH, A.A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educ. Pesqui**., São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, abr./jun., 2013.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar gaúcha. **Bahia Analise & Dados**, v. 21, p. 177-193, 2011.

ÁGUAS E NEOEXTRATIVISMO: INJUSTIÇA HÍDRICA E R-EXISTÊNCIA DOS COMUNS

Renata Catarina Costa Maia [1]
Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma [2]
Lívia Alves Dias Ribeiro [3]
João Alfredo Telles Melo [4]

INTRODUÇÃO

O Brasil é o terceiro país do mundo com maior número de conflitos ambientais (EJOLT, 2016, *on-line*). Esses conflitos envolvem, majoritariamente, a apropriação e o uso da terra e da água e estão vinculados a atividades caracterizadas como neoextrativistas. Afetando, de forma direta, povos indígenas e comunidades tradicionais, eles têm sido responsáveis por um aprofundamento sem precedentes de violações à dinâmica das relações ambientais e socioculturais, como demonstram as mudanças climáticas, a contaminação de alimentos, o hiperconsumo, o agravamento da violência e a precarização das relações de trabalho no campo e na cidade.

Ao longo de seus vinte anos, o Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Tramas) acompanhou alguns desses conflitos nos estados brasileiros do Ceará (CE) e do Rio Grande do Norte (RN). Nesse tempo, realizou pesquisas e atividades de formação e cooperação social relacionadas à investigação dos impactos de atividades como a carcinicultura,

1 Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará.
2 Doutoranda em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
3 Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. Residente em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE).
4 Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. Professor da Faculdade 7 de Setembro (FA7).

o agronegócio, a mineração e a operação de parques eólicos, complexos industriais, usinas termelétricas e perímetros irrigados. Em todas elas, destacaram-se violações ao sentido, ao acesso, ao uso, à distribuição e à renovação das águas.

A partir da articulação com os povos e as comunidades diretamente atingidos, assim como os movimentos e as organizações sociais que com eles atuam, foi possível identificar que, apesar das especificidades, as violações estão inscritas em estratégias semelhantes. Essas estratégias conformam arranjos políticos, jurídicos e econômicos que traduzem, na expropriação da água e na consequente injustiça hídrica, uma forma de racionalidade perversa quando se observa a possibilidade de que a vida continue a existir no planeta e de que diferentes espécies, ecossistemas, biomas e comunidades humanas compartilhem um futuro democrático.

Apesar dessas evidências, os trabalhos realizados pelo Núcleo também demonstram que existem caminhos solidários, interdependentes e politicamente éticos na relação com as águas e com os demais elementos viabilizadores da vida e que esses caminhos, quando tensionados pelos conflitos ambientais, são pedagogicamente potencializados na construção de alternativas de defesa da Terra.

O objetivo do presente capítulo, portanto, é apresentar o conjunto dessas sínteses relacionadas às implicações decorrentes do neoextrativismo sobre os conflitos em torno das águas nos territórios com os quais o Núcleo Tramas partilha a vivência constitutiva do saber. Nesse sentido, ele evidencia o contexto a partir do qual a água vem se tornando *commodity*, os sujeitos que têm sido responsáveis por esse quadro – destacando a associação entre Estados Nacionais e grandes corporações – e os elementos específicos que caracterizam a operacionalização dessa associação, com as respectivas violações ao direito à água. Em paralelo, apresenta os aprendizados coletivos em torno das r-existências[5] (PORTO-GONÇALVES, 2012) criativas dos povos e das comunida-

5 Porto-Gonçalves (2012, p. 9, tradução nossa) evidencia que "a modernidade-colonialidade não se inscreveu em um espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza mais cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios (MIGNOLO, 2003, p. 215). Por isso, mais que resistência, o que se encontra é R-Existência, posto que não se reage, simplesmente, à ação alienígena. Algo preexiste e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, imediatamente resisto. R-Existo".

des que afirmam relações de cuidado e complexidade com os bens hídricos, manejando seus conhecimentos e valores ancestrais para fazer frente aos mecanismos de injustiça ambiental.

NEOEXTRATIVISMO E INJUSTIÇA AMBIENTAL: O CONTEXTO DA EXPROPRIAÇÃO HÍDRICA

A compreensão dos riscos e das injustiças ambientais não pode ocorrer de forma fragmentada dos processos de globalização econômica, financeirização do capital e concentração de riquezas. Em virtude disso, a atuação do Tramas tem demonstrado a necessidade de analisar o contexto em que se situa a expropriação das águas e os principais sujeitos responsáveis por sua definição.

Importa ressaltar que esse contexto se inscreve na reorganização do capitalismo, especialmente a partir da década de 1990, e no acirramento do papel extrativista das economias do Sul Global. Percebe-se uma pressão internacional para que os países dessa região retomem a extração intensa de bens naturais que, em sua maior parte, são exportados sem processamento ou com processamento limitado (GUDYNAS, 2013). Incluem-se aqui, então, não apenas a mineração e a retirada de hidrocarbonetos, mas atividades como o agronegócio, a pesca predatória e a carcinicultura (GUDYNAS, 2013).

Essas atividades produtivas se inscrevem em um ritmo de produção que desrespeita a resiliência e a capacidade de suporte dos ambientes em que se inserem. Consequentemente, operam em uma lógica violadora de direitos políticos, sociais, culturais, ambientais e territoriais, na qual se verifica uma distribuição social e espacial da contaminação. Trata-se da dialética produção-destruição (PORTO; SCHUTZ, 2012).

Terra, água, sementes, ventos, minérios, carbono, biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados, portanto, são utilizados para atender a uma demanda crescente de consumo; transformados em *commodities* a serem negociadas no mercado financeiro internacional e retirados de diferentes territórios que recebem sobre si a expropriação do acesso aos bens da vida.

Destaca-se que as atividades econômicas aqui mencionadas – assim como os bens a elas consorciados – se relacionam, ainda, à construção de empreendimentos e obras de infraestrutura e à viabilização de

políticas públicas que proporcionam as condições materiais para que o neoextrativismo seja operacionalizado. Nesse sentido, é relevante evidenciar que, no atendimento às demandas dessa divisão internacional do trabalho, dos riscos e das injustiças ambientais, aprofunda-se a relação entre Estados Nacionais do Sul Global e capital financeiro internacional, inclusive com o financiamento de políticas sociais ou redistributivas e com a formulação de um discurso progressista e até mesmo anti-imperalista por parte daqueles Estados (LANG, 2013).

De acordo com Marques (2015), essa relação entre o aparelho estatal contemporâneo e as corporações é física, política e financeiramente tão imbricada que os limites entre ambos começam a ser borrados, a ponto de, muitas vezes, "ser impossível precisar onde termina o Estado e onde começa o grande capital corporativo" (MARQUES, 2015, p. 29). Caracteriza, então, uma mudança qualitativa na natureza do próprio Estado – tornando-o "Estado-Corporação".

Isso traz para a análise do contexto e de seus sujeitos viabilizadores elementos importantes, como os referentes às categorias de interesse público, democracia e soberania. Também denota os limites da discussão da proteção dos comuns – como as águas – quando se realiza esse debate dentro dos contornos político-jurídicos do Estado. No caso de alguns países, a análise do contexto e de seus sujeitos denuncia, ainda, o papel subimperialista que têm assumido a partir da "exportação" de sua prática neoextrativista para outras nações do Sul Global, como é possível exemplificar através do apoio do Brasil ao ProSavana[6] e da específica atuação da multinacional brasileira Vale em Moçambique[7].

6 Lançado em 2009, o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana) consiste em uma "cooperação triangular entre os governos de Moçambique, Japão e Brasil, cuja estrutura compreende a execução de projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento agrícola da região norte de Moçambique. Tendo como base a experiência adquirida com o Programa de Cooperação Brasileira e Japonesa para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecer), o ProSavana busca gerar mudanças estruturais no sistema socioeconômico da região conhecida como Corredor de Nacala" (PERIN, 2016, p. 1). O programa "pode levar à perda progressiva dos direitos dos camponeses sobre suas terras" e os vincula "à cadeia produtiva do agronegócio através de regimes de trabalho sob contrato", conectando-se, ainda, a outros impactos socioambientais produzidos pela mudança no modelo agrícola moçambicano (PERIN, 2016, p. 17).

7 Para a análise dessa atuação, recomenda-se a leitura de Bernardo (2016).

Devido às características contemporâneas e políticas dessa relação entre Estados Nacionais e corporações, alguns pesquisadores acrescentam o prefixo "neo" ao termo "extrativismo" (LANG, 2013) – conceito adotado ao longo deste capítulo. É no contexto político e econômico do neoextrativismo, portanto, que se desenham as disputas pela água acompanhadas pelo Núcleo Tramas e é a partir da relação entre Estado e empresas nacionais e internacionais que se processam essas disputas.

ESTADO, CORPORAÇÕES E DISPUTA DAS ÁGUAS

A análise do contexto neoextrativista sinaliza que os Estados Nacionais e as corporações têm papéis fundamentais na formulação de arranjos que viabilizam as diferentes formas pelas quais as águas são expropriadas nos países do Sul Global. É preciso pontuar, entretanto, que cada um desses sujeitos realiza determinadas ações e que, no caso dos Estados Nacionais, há elementos específicos que caracterizam sua atuação ora como regulador, ora como empreendedor, ora como representante simultâneo das duas categorias.

Essa observação é imprescindível quando se analisam as estratégias políticas, econômicas e jurídicas utilizadas para mercantilizar e violar o direito à água – estratégias que, por sua vez, têm sido verificadas nos territórios acompanhados pelo Tramas. Também é relevante quando se vislumbram as possibilidades de articulação de r-existências no enfrentamento a esse processo. Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, os principais elementos que identificam as interfaces entre Estado, corporações e regulação da apropriação da água no Brasil.

O Estado enquanto regulador da expropriação hídrica

De início, importa destacar que, nos conflitos ambientais estudados pelo Núcleo, verifica-se, por parte do Estado enquanto agente regulador, o financiamento público para a viabilização de atividades econômicas hidrointensivas e poluentes. Isso ocorre, entre outros aspectos, através de empréstimos concedidos por bancos públicos e de apoio direto dos próprios governos por meio de políticas públicas e programas

específicos destinados a facilitar a construção das infraestruturas necessárias à instalação e à operação daquelas atividades[8].

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, pretende financiar a exploração de urânio e fosfato no município cearense de Santa Quitéria[9] com o montante de US$ 350 milhões (ARCADIS LOGOS, 2014, v. 1, p. 140). Em paralelo, o Governo do Estado do Ceará comprometeu-se com o financiamento de estruturas essenciais à operação desse empreendimento, oferecendo subsídio direto de 110 milhões de reais. Destes, 85 milhões pretendem ser destinados à construção de uma adutora para o fornecimento hídrico necessário à mineração e ao beneficiamento do urânio e do fosfato. Os outros 25 milhões pretendem ser direcionados à construção de infraestruturas, ao fornecimento dos serviços de eletricidade, à ampliação e à reestruturação de estradas. Além desses subsídios diretos já quantificados, o governo anuncia também o investimento na capacitação de mão de obra através de cursos profissionalizantes da rede estadual de ensino básico (PGE, 2009, *on-line*).

No caso do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)[10],

8 No Brasil, uma das obras representativas desse contexto em termos de extensão e geração de conflitos ambientais é a transposição do rio São Francisco.

9 O Projeto Santa Quitéria objetiva realizar a mineração e o beneficiamento de reservas de urânio e fosfato da jazida de Itataia, localizada no município de Santa Quitéria (CE). Proposto pelo Consórcio Santa Quitéria (formado pelas empresas Indústrias Nucleares do Brasil – INB – e Galvani Indústria, Comércio e Serviço S.A), o empreendimento prevê a produção anual de 1.600 toneladas de concentrado de urânio (destinadas à geração de energia nuclear) e 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados (destinadas à produção de fertilizantes para o agronegócio). O projeto tem uma previsão de vinte anos de funcionamento, entre instalação e operação, com uma infraestrutura que engloba um Complexo Nuclear (Unidade de Urânio); um Complexo Mineroindustrial (Unidade de Fosfato); uma pilha de estéril (depósito de resíduos da produção de concentrado de urânio que alcançará 90 metros de altura e terá 29.533.272 metros cúbicos de volume total); uma pilha de fosfogesso (depósito de resíduos da produção de ácido fosfórico que alcançará 70 metros de altura e terá 24.960.000 toneladas de material); e uma barragem de rejeitos (com capacidade de 27.961.900 m^3 para estocar rejeitos sanitários e industriais provenientes de todas as unidades de operação). Atualmente, o projeto está em fase de licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para maiores informações sobre os riscos e os impactos que representa, recomendam-se as leituras de Montezuma (2015), Mello (2015) e Ribeiro (2016).

10 "Localizado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (CE), o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) foi criado em 1995, no governo de Tasso

também é importante destacar a instalação de infraestruturas pelo Governo Estadual, visto que, para garantir a viabilidade do consumo hídrico do empreendimento, foi inaugurado, em 2014, o quinto trecho do Eixão das Águas – medida de transposição de águas e interligação de bacias que retirou reservas do Açude Castanhão para o abastecimento do complexo.

Em relação aos conflitos relacionados à expansão do agronegócio no Ceará e no Rio Grande do Norte, observa-se, ainda, a atuação incisiva do Estado no financiamento à construção de perímetros públicos irrigados e no favorecimento a projetos privados do agronegócio brasileiro[11]. No contexto da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), por exemplo, a meta estabelecida é investir recursos públicos da ordem de 6,9 bilhões de reais para a expansão desses projetos irrigados em todo o Brasil. O objetivo é ampliar a área abrangida pelos perímetros já existentes em 193.137 hectares e instalar novos perímetros em 200.000 hectares (PONTES *et al.*, 2013). Para tanto, o Estado formulou – sem discussão com os povos do campo e a partir de uma adesão às propostas elaboradas por instituições centradas no agronegócio – a nova Política Nacional de Irrigação (PNI), instituída pela Lei nº 12.787/2013.

Entre os objetivos da nova PNI, destacam-se os de "ampliar a área irrigada", "incentivar projetos privados" (BRASIL, 2013, artigo 4º, VII) e "concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio

---

Jereissati. Com um total de 13.337 hectares, o CIPP possui localização estratégica, estando distante 50 km da capital do estado, e compreende um terminal portuário e um retroporto, onde fica o distrito industrial (PORTAL PECÉM). Dentre as indústrias ali instaladas, estão uma siderúrgica e uma usina termelétrica. [...] Em operação desde 2012, a termelétrica utilizada como matéria-prima para a produção de energia, o carvão mineral, fonte considerada "a mais impactante do ponto de vista ambiental e da saúde humana, desde a sua extração das minas subterrâneas, que, entre outros efeitos, leva a quadros severíssimos de insuficiência respiratória, além da poluição atmosférica nas comunidades do entorno". O carvão mineral apresenta ainda os piores padrões de emissão de poluentes atmosféricos quando comparado a outras fontes de combustível para usinas termelétricas" (RIGOTTO, 2009, p. 2052).

11 Para mais informações sobre o tema, recomenda-se a análise do "Dossiê perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido" (RIGOTTO; FREITAS, 2014, *on-line*). Para uma leitura condensada do dossiê, indica-se o artigo de Rigotto *et al*. (2016, *on-line*).

brasileiro" (BRASIL, 2013, artigo 4º, IV). Para isso, a Política Nacional de Irrigação disciplina, entre outros aspectos, que os projetos irrigados poderão prever a transferência da propriedade (ou a cessão) das unidades parcelares, das infraestruturas de uso comum e das infraestruturas de apoio à produção (BRASIL, 2013, artigo 27), o que corresponde, na prática, à possibilidade legal de completa privatização dos perímetros construídos com recursos públicos[12].

No caso do setor eólico, destaca-se o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que objetiva aumentar a participação da energia elétrica produzida por fontes consideradas alternativas no Sistema Interligado Nacional (SIN). Através desse programa, que iniciou o processo de expansão do setor eólico no Brasil, foram implantados 54 parques eólicos no país – 34 projetos concentrados na região Nordeste, entre os quais 14 estão localizados no estado do Ceará (ARAÚJO, 2015).

Além dos empréstimos e do financiamento direto às infraestruturas por meio de programas e políticas públicas, importa evidenciar, ainda, que o apoio do Estado também se revela através das isenções fiscais concedidas às empresas hidrointensivas e poluentes – com a consequente criação de aparatos jurídicos que as viabilizam.

A Termelétrica do Pecém, por exemplo, além de ser responsável por 11% da emissão de CO^2 do Ceará, conta, devido à Lei Estadual nº 4.920/2011, com um desconto de 50% sobre o valor da tarifa de água que consome (COSTA, 2016, *on-line*). A Lei nº 16.024/2016, por sua vez, também concedeu benefício tributário para outra unidade do CIPP a ser construída, reduzindo em 58,82% a base de cálculo do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente nas operações internas e de importação com gás natural destinado à usina termelétrica (MELO; MONTEZUMA; MARQUES, 2017).

Um outro exemplo emblemático é a face perversa do consumo intensivo, perigoso e criminoso de agrotóxicos no Brasil. No oposto do discurso do "Estado Mínimo", o agronegócio brasileiro é profundamente dependente dos subsídios estatais, entre eles a isenção de impostos para sua aquisição, comercialização, importação e exportação.

12 Para uma análise mais detalhada sobre a nova PNI, recomenda-se a leitura de Maia (2016).

Nesse sentido, é relevante destacar os subsídios fiscais concedidos aos agrotóxicos[13] nacional e estadualmente, revelando a intencionalidade de estímulo ao seu consumo em negligência à saúde da população e ao meio ambiente.

Exemplo disso é o Convênio 100/97, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reduziu a base de cálculo dos produtos agrotóxicos em 60% e autorizou os estados a concederem até 100% de isenção para os agrotóxicos no ICMS. Da mesma forma, o Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, concedeu isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os venenos no país. No caso específico do Ceará, a isenção fiscal chega a 100%[14].

A isenção de impostos também desempenha papel importante na expansão do setor eólico, como evidencia a análise do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) – instituído pela Lei nº 11.488/2007 (ARAÚJO, 2015). Esse regime desonera o PIS/Cofins (Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) tanto para a importação de partes que integram a fabricação de aerogeradores como para a operação nacional. As usinas eólicas São Caetano e São Caetano I – que pretendem operar no município de Itapipoca (CE), por exemplo – "foram enquadradas no REIDI e terão redução de cerca de R$ 17 milhões nos gastos com investimentos" (ARAÚJO, 2015, p. 90).

No Ceará, destaca-se, ainda, o Decreto nº 27.951, de 10 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica (Proeólica). O programa assegura, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), "incentivos destinados à implantação de sociedades empresariais que pretendem atuar no setor, com o diferimento equivalente a 75% do valor do ICMS recolhido mensalmente" (ARAÚJO, 2015, p. 90).

---

13 Esse financiamento forma um contraste quando se observa o financiamento destinado às políticas públicas para comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, pesqueiras e demais comunidades tradicionais.

14 Atualmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.553, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), questiona, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), as normas jurídicas que viabilizam essas isenções fiscais. Pode-se consultar a ação e as respectivas movimentações processuais no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal (STF, 2018, *on-line*).

Ao passo que é possível observar o envolvimento direto do Estado enquanto agente da injustiça, via financiamento público de atividades hidrointensivas, outra face perversa de sua atuação reguladora é revelada, a fragilização da legislação ambiental, com apelos constantes à flexibilização da proteção ambiental e dos direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais. No caso brasileiro, o licenciamento ambiental é um dos maiores alvos desses ataques, com sucessivas tentativas de torná-lo menos rígido e até mesmo desnecessário em alguns casos[15].

O próprio licenciamento ambiental, por sua vez, mesmo não flexibilizado, já apresenta fragilidades quanto à sua eficácia enquanto processo de avaliação e tomada de decisão. Na prática, os instrumentos nos quais o Estado se fundamenta para autorizar ou não a instalação e a operação de obras e atividades hidrointensivas (como os Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente – EIA-RIMAs) ainda são centrados em análises produzidas pelos próprios empreendedores, em espaços limitados de discussão pública e em uma abordagem técnico-científica fragmentada e insuficiente do ponto de vista do que se objetiva, ou seja, analisar riscos e impactos possíveis. Além disso, tais instrumentos operam desconsiderando os conhecimentos dos povos e das comunidades potencialmente atingidas no processo de decisão sobre a implantação da obra ou da atividade econômica.

Como pano de fundo, portanto, há uma racionalidade que orienta o processo de avaliação de impactos e riscos na legislação ambiental brasileira. Essa racionalidade está vinculada ideologicamente à ideia de desenvolvimento enquanto expansão ilimitada das forças produtivas e

15 Em julho de 2015, foi aprovada pela Câmara Municipal de Fortaleza um projeto de lei que previa a flexibilização do licenciamento ambiental para atividades, obras e empreendimentos no município. A proposta era de simplificar o licenciamento para atividades de "baixo impacto" e possibilitar a licença por autodeclaração – "sem prejuízo de análise ambiental adequada" –, com vistas a dar "celeridade" aos processos de concessão de licença. Em âmbito nacional, destaca-se, também, a Proposta de Emenda Constitucional nº 65/2012. A referida PEC prevê que "a mera apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) de um empreendimento implicará sua autorização e que, daí em diante, ele não poderá ser suspenso ou cancelado" (ISA, 2016, *on-line*). Caso a proposta seja aprovada, portanto, não haverá análise aprofundada da viabilidade socioambiental de qualquer obra no país (ISA, 2016, *on-line*).

enquanto caminho inexorável para a humanidade[16]. Aliada dessa racionalidade e dessa ideologia, a ciência moderna destaca-se como ferramenta política de imposição de riscos e legitimação da injustiça ao mobilizar *provas científicas* elaboradas por *especialistas* para argumentar a viabilidade de empreendimentos hidrointensivos.

Nesse sentido, importa enfatizar que a aplicação do licenciamento ambiental brasileiro desconsidera as incertezas e mobiliza o poder simbólico da ciência na construção de atestados de verdade, na ausência de análise de riscos associados, no pretenso gerenciamento de impactos e na associação da imagem de neutralidade e justiça àqueles que são agentes de poder e injustiça (especialistas/empreendedores/Estado). Dessa forma, valendo-se de uma autoridade construída com base na violência epistêmica, o atual licenciamento é utilizado majoritariamente para justificar a escolha de determinados empreendimentos e atividades econômicas e reduzir problemas sociais complexos a "questões técnicas".

Importa ressaltar, ainda, que, além da fragilidade do licenciamento ambiental e da tentativa de flexibilização desse instrumento, existe, por parte do Estado enquanto regulador, uma precária fiscalização das atividades licenciadas, o que acarreta um quadro de ampla exploração de reservas hídricas (além dos limites formalmente permitidos pela própria Administração Pública) e de não responsabilização dos empreendedores, inclusive em casos de contaminação das águas.

Pinto *et al.* (2014) sintetizam, por exemplo, que, do total de fazendas de carcinicultura localizadas no rio Jaguaribe (CE), 46 (35,15%) foram instaladas de forma clandestina (sem licença ambiental) e exploram uma área de 309,085 hectares. Destacam, também, que, do total de fazendas sem licença, 28,9% estão desativadas (89,325 hectares), 70,6% (218,221 hectares) em operação; e 0,50% (1,539 hectares), em processo de instalação. Apontam, ainda, que 70,31% das fazendas localizadas às margens do rio Jaguaribe não contam com lagoas de estabilização.

16 Conforme denota Gudynas (2013), a ideia de desenvolvimento integra um conjunto de conceitos, institucionalidades e práticas dominantes que se materializam em diferentes planos (vinculados entre si), como o crescimento econômico, o avanço da ciência e da tecnologia e a construção de uma imagem política e cultural relacionada aos países industrializados. Nesse sentido, é um dispositivo de poder que consolida as hierarquias Norte-Sul (LANG, 2013).

Em paralelo, é relevante destacar a desigualdade na aplicação de determinados instrumentos e institutos legais e a consequente utilização de mecanismos jurídicos como reforço do poder das corporações sobre os Estados Nacionais (MARQUES, 2015).

Nos casos acompanhados pelo Tramas, ganhou destaque a seletividade da utilização da desapropriação, ao se constatar que esse instrumento foi utilizado preferencialmente para retirar comunidades camponesas e outras comunidades tradicionais de seus territórios a fim de que esses dessem lugar à instalação de perímetros irrigados no Ceará e no Rio Grande do Norte.

O Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (CE), por exemplo, foi implantado por meio da invasão de áreas pertencentes à etnia Tremembé de Queimadas (LOPES, 2014) e da desapropriação de 150 famílias. A mesma prática também foi exercida no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (CE), com a desconsideração da existência de 22 comunidades que teciam um conjunto de práticas reconhecidas pelo Ministério Público Federal como *tradicionais* por promoverem, entre outros aspectos, o uso sustentável dos bens da natureza (ALVES, 2012).

De forma semelhante, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte evidencia que 70% da população diretamente atingida pelo Perímetro Irrigado Baixo-Açu (RN) não dispunha de título de propriedade da terra e que as poucas indenizações efetivadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) foram quantias pagas com desvalorização de dois anos em relação ao período de avaliação dos imóveis, em uma época (1979) em que a desvalorização mensal da moeda era da ordem de 15% a 20% em virtude do processo inflacionário (ALBANO, 2008).

No caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (CE), as indenizações pagas às comunidades desapropriadas, além de terem sido extremamente baixas e desconsiderarem as ocupações constituídas desde a década de 1930, revelam que, dos 268 expropriados, 201 possuíam minifúndios; 52, pequenas propriedades; 14, médias propriedades; e apenas 1 possuía uma grande propriedade (FREITAS, 2010).

Além da desapropriação, as pesquisas realizadas pelo Núcleo denotam que o Estado também tem utilizado as outorgas de direito de uso da água como instrumentos seletivos para viabilizar atividades hidrointensivas e poluentes.

No caso do projeto de mineração de urânio e fosfato proposto para o município de Santa Quitéria (CE), por exemplo, a viabilidade hídrica é ponto central para a análise e a avaliação acerca da concessão ou não das licenças ambientais. Nesse caso, mesmo diante de um cenário desfavorável do ponto de vista hídrico – considerando o período de déficit prolongado no estado e as características ambientais da região semiárida – e de um processo de licenciamento ambiental ainda em curso, o Ceará concedeu previamente a autorização para uso de água em um possível cenário de operação do empreendimento. Com a outorga, esse mesmo estado forja enunciados controversos para favorecer o projeto, colocando-se como "parceiro" e expondo os municípios ao risco aumentado de racionamento hídrico, contaminação ambiental e comprometimento das tecnologias sociais de convivência com o semiárido (RIBEIRO, 2016).

Nesse ponto, importa destacar que, em 2016, o Ibama emitiu parecer técnico através do qual analisa as complementações do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria. Esse parecer conclui que a concepção atual do empreendimento, "principalmente no que se refere ao tratamento das questões hídricas e energéticas, não se insere no necessário contexto de sustentabilidade ambiental" (IBAMA, 2016, p. 89), o que acentua as contradições do Estado quando se observam os posicionamentos adotados pelo Governo Estadual, que concedeu previamente a outorga de direito de uso da água e atua junto aos empreendedores em defesa da viabilidade do projeto, e pela autarquia federal responsável pelo licenciamento do projeto[17], que atesta sua inviabilidade hídrica.

No caso do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, também é relevante citar que estão em vigor inúmeras concessões para o uso de água e que só a Companhia Siderúrgica do Pecém obteve outorga de 1.500 litros por segundo. As termelétricas do Pecém são portadoras, ainda, de vultosas vazões de água outorgada. Disponibilizadas no Portal Hidrológico do Estado do Ceará, algumas dessas vazões são sistematizadas abaixo:

17 Para uma análise mais detalhada sobre as controvérsias que envolvem o tema hídrico no contexto de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria, recomenda-se a leitura de Ribeiro (2016).

Outorga nº 041 – Volume outorgado: 9.460.800 m³ – Vazão – 300 l/s – Beneficiário: Porto do Pecém Geração de Energia S/A; Outorga nº 136 – Volume outorgado: 15.768.000 m³ – Vazão 500 l/s – Beneficiário: MPX Mineração e Energia LTDA; Outorga nº 454/2016 – Volume outorgado 9.460.800 m³ – Vazão 300 l/s – Beneficiário: MPX Pecém II Geração de Energia S/A; Outorga nº 577 – Volume outorgado 2.578.944 – Vazão 89 l/s – Beneficiário: Termoceará LTDA.

É válido pontuar, ainda, que, apesar de alguns Estados Nacionais estarem vinculados à construção do direito humano à água que tem sido formulado no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), essa construção também apresenta fragilidades que ainda não conseguem fazer frente à expansão de atividades hidrointensivas e poluentes no Sul Global.

Com efeito, em 2002, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais[18] (CDESC) da ONU, por meio do Comentário Geral[19] nº 15/2002, citou, pela primeira vez, a existência de um direito humano – e independente – à água (BULTO, 2015). Em setembro de 2010, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, através da Resolução A/HRC/RES/15/9, também confirmou por consenso a existência do direito humano à água e ao saneamento, tornando nítidos seus fundamentos e sua condição juridicamente vinculante (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012). De acordo com a referida organização, o conteúdo da água como direito humano envolve cinco grandes critérios: a disponibilidade, a qualidade (segurança), a aceitabilidade, a acessibilidade física e a acessibilidade financeira[20]

18 Esse comitê é o órgão "responsável por supervisionar o cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) por parte dos Estados" (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012, p. 30).

19 Os Comentários Gerais são interpretações oficiais dos órgãos de monitoramento de direitos humanos; têm a finalidade de apresentar o conteúdo de tais direitos e, apesar de serem bastante persuasivos, não criam obrigação jurídica (BULTO, 2015; ALBUQUERQUE; ROAF, 2012).

20 A disponibilidade refere-se ao fato de que os Estados são responsáveis por garantir sistemas e estruturas que assegurem os "serviços de água e saneamento em todas as esferas da vida, inclusive no trabalho" (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012, p. 41, tradução nossa). A qualidade (ou a segurança), por sua vez, vincula-se ao fato de que "a água

(ALBUQUERQUE; ROAF, 2012).

Em que pese a importância política de reconhecer a água como direito humano e de relacioná-la ao saneamento básico (enquanto abastecimento, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de recursos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, como preleciona a Lei nº 11.445/2007), é importante lembrar que esse processo de reconhecimento internacional evidencia os bens hídricos em termos de uso individual e doméstico e não os compreende para a agricultura, a pecuária ou a manutenção dos sistemas ecológicos[21] (ACNUDH; ONU-HÁBITAT; OMS, 2011, p. 12, tradução nossa).

Assim, por mais que o Comentário Geral nº 15/2002 reconheça que deva ser priorizada a água necessária para evitar a fome e as enfermidades, assim como para cumprir as obrigações fundamentais do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc)

---

não deve conter contaminantes orgânicos ou químicos que possam ser prejudiciais à saúde". Refere-se, também, à necessidade de que "os banheiros sejam bem construídos, de forma que não suponham perigo à saúde física, tragam facilidade para a sua manutenção limpa e ofereçam acesso descomplicado a qualquer pessoa, inclusive à noite" (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012, p. 41, tradução nossa). Já a aceitabilidade remete ao fato de que "os serviços de água e saneamento devem ser aceitáveis para qualquer pessoa do ponto de vista cultural" (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012, p. 41, tradução nossa). A acessibilidade física, por seu turno, associa-se ao fato de que "os serviços de água e saneamento devem ser facilmente acessíveis para qualquer pessoa, incluindo crianças, idosos(as) e pessoas com deficiência" (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012, p. 41-42, tradução nossa). A acessibilidade financeira, por fim, vincula-se ao fato de que o pagamento por serviços de água e saneamento, "em nenhum caso, deve se constituir como um fator limitante para que as pessoas desfrutem de outros direitos humanos, como a moradia, a alimentação e a saúde" (ALBUQUERQUE; ROAF, 2012, p. 42, tradução nossa).

21 No âmbito do que se convencionou chamar de neoconstitucionalismo latinoamericano, em especial nos estados plurinacionais em que se constituíram a Bolívia e o Equador – tributários da tradição indígena e andina do Bem Viver –, destaca-se que a formulação do direito à água está inscrita na concepção de que a natureza é portadora de direitos. Na Bolívia, a Lei da Mãe Terra reconhece, por exemplo, os direitos da Terra como um sistema vivente. A Constituição da República do Equador, por sua vez, também contempla dispositivos semelhantes. Convém lembrar, ainda, que, em março de 2017, importantes decisões proferidas na Índia (onde os rios Ganges e Yamuna obtiveram o estatuto de "entidade humana viva") e na Nova Zelândia (onde o rio Whanganui obteve os mesmos direitos de um ser humano) se relacionam àquela concepção e trazem contribuições relevantes para a interpretação do direito à água (PÚBLICO, 2017, *on-line*).

(CDESC-ONU, 2002), esse reconhecimento não tece necessariamente um vínculo entre a água, os diferentes modos de vida que a ela se relacionam e a participação concreta dos territórios que elaboram esses modos de vida nas políticas que podem impactar o uso e a apropriação dos bens hídricos (MAIA, 2016).

Para exemplificar tal realidade, pontua-se que, embora a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2008, *on-line*) ressalte o direito que esses povos têm de manter e fortalecer sua própria relação espiritual com as águas, os mares costeiros e os outros bens que tradicionalmente utilizam, ela representa, na prática, um reconhecimento formal que infelizmente não tem sido respeitado[22]. Isso demonstra que, se o reconhecimento do direito humano à água não vem acompanhado do compromisso dos poderes públicos de implementá-lo corretamente – com a adoção de medidas políticas e econômicas que respeitem a efetiva participação popular –, ele se torna inoperante (SÁNCHEZ BRAVO, 2017).

Importa considerar, então, que o processo constitutivo do significado da água como direito humano universal "é inseparável do processo de constituição de uma categoria de agentes que se apropriam desse universal", que o monopolizam e que desapropriam os sujeitos que constroem aquele significado em escala territorial (BOURDIEU, 2012, p. 1-2).

Assim, apesar da construção normativa do direito humano à água no âmbito da ONU e do seu reconhecimento formal por diferentes países[23], reitera-se que esses mesmos Estados são responsáveis por ou-

22 No Brasil, provas disso são os impactos da construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio (Rondônia), Jirau (Rondônia) e Belo Monte (Pará) ao direito à água e aos demais direitos territoriais das comunidades indígenas e ribeirinhas que vivem nas regiões dos Rios Madeira (no caso das duas primeiras usinas) e Xingu (no caso da última). Para uma análise detalhada desse tema, recomendam-se as leituras de Almeida (2009) e Oliveira e Cohn (2014).

23 A Constituição do Uruguai foi a primeira no mundo a positivar o acesso à água como direito fundamental, o que ocorreu a partir de um plebiscito realizado em 2004. Depois dela, os textos constitucionais de países como o Quênia, a África do Sul, a República Democrática do Congo, as Maldivas, o Equador, a Bolívia, a Nicarágua e o México promoveram tal positivação e alguns deles também reconheceram como direito fundamental o acesso ao saneamento (CASTRO; HELLER; MORAIS, 2015; ALBUQUERQUE; ROAF, 2012).

tros arranjos políticos e jurídicos. Na prática, tais arranjos subsidiam financeiramente a instalação e a operação de atividades hidrointensivas e poluentes, selecionam a aplicação de determinados institutos jurídicos, tentam flexibilizar as legislações ambientais nacionais, interpretam-nas a partir de pressupostos centrados nos empreendedores e precarizam a fiscalização estatal daquilo que foi – ou deveria ter sido – licenciado.

Essas condições, portanto, viabilizam um conjunto de violações à água, causado por grandes empresas e pelo próprio Estado – que, além de regulador, também funciona como empreendedor de atividades econômicas hidrointensivas e poluentes.

Estados e corporações enquanto empreendedores da expropriação hídrica

No contexto do neoextrativismo, a produção de *commodities* agrícolas e minerais e a construção de infraestruturas de suporte se instalam nos territórios e produzem diferentes violações à água. Nessa disputa, as relações estabelecidas entre o Estado – agora, como empreendedor – e as empresas nacionais e internacionais protagonizam os processos de conflito ambiental e injustiça hídrica identificados.

Na análise dos conflitos relacionados ao agronegócio, à carcinicultura, à mineração e à instalação de complexos industriais, termelétricas, parques eólicos e perímetros irrigados, as pesquisas do núcleo destacam que uma das principais violações observadas é a apropriação desigual das águas, com sua consequente exportação virtual[24].

O projeto de mineração de urânio e fosfato que pretende ser instalado no município de Santa Quitéria (CE), por exemplo, prevê a utilização de 1 milhão e 100 mil litros de água por hora para produzir, anualmente, 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) toneladas de derivados fosfatados e 1.600 (mil e seiscentas) toneladas de concentrado de urânio que planejam atender aos mercados de fertilizantes, ração animal e energia nuclear. Esse consumo hídrico pretende ser retirado de

24 A água virtual corresponde àquela envolvida no processo produtivo de qualquer bem industrial ou agrícola. Para estimá-la, considera-se a água relacionada a toda a cadeia de produção (desde a matéria-prima até o consumo energético), os usos e os impactos gerados por essa cadeia e as características específicas de cada região produtora (CARMO *et al*., 2007).

uma região semiárida – que vivencia o sexto ano consecutivo de seca – e equivale a um gasto de 125 carros-pipa por hora, enquanto as comunidades e os assentamentos do entorno da jazida sobrevivem, em média, com o equivalente a 14 carros-pipa por mês.

Caso receba as licenças ambientais necessárias à sua operação, o Projeto Santa Quitéria elevará a demanda sobre o açude Edson Queiroz (identificado como o principal abastecedor do empreendimento) em 400% (MPF, 2014, *apud* RIBEIRO, 2016). Todavia, o referido açude atualmente se encontra com apenas 22,30% de sua capacidade (PORTAL HIDROLÓGICO DO CEARÁ, 2018a, *on-line*). Tal fato coloca em questão, portanto, a viabilidade hídrica do empreendimento, seja pelo excessivo consumo de água pela mineração, seja pela incompatibilidade dessa atividade com a conservação da caatinga e dos ecossistemas locais e com a perspectiva sociopolítica de convivência com o semiárido.

Na comunidade quilombola do Cumbe (localizada no município cearense de Aracati), um cenário semelhante também é experienciado desde a década de 1970. Com efeito, a partir da chegada da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), "os moradores perderam o livre acesso à água, que passou a ser encanada, vendida e fornecida para todo o município de Aracati" (PINTO *et al.*, 2014, p. 277), enquanto o próprio Cumbe começou a sofrer com a falta desse bem (NASCIMENTO, 2014).

Hoje, além de vivenciar a cobrança indevida pela Cagece e a falta de infraestruturas hídricas que deveriam ser garantidas pelo próprio Estado – como uma caixa d'água para o abastecimento local (PINTO *et al.*, 2014) –, o Cumbe também presencia a apropriação de suas águas pela carcinicultura (que utiliza 50 mil litros de água para produzir um quilo de camarão)[25] e pelos complexos eólicos, que têm sido responsáveis, entre outros aspectos, pelo assoreamento de lagoas temporárias, pela destruição de sítios arqueológicos e pelo avanço das dunas na direção da comunidade[26].

No caso das empresas de fruticultura instaladas nos perímetros irrigados do Ceará e do Rio Grande do Norte ou nas áreas adjacentes a esses projetos, percebe-se, também, a desigualdade de acesso hídrico a partir da produção intensiva de frutas como abacaxi, melão, melancia, mamão e banana. Esse quadro é ressaltado pelas comunidades atingidas quando es-

25 Malvezzi (2006, *on-line*).

26 Essas informações são sistematizadas por Nascimento (2014) e Pinto *et al.* (2014).

tas observam a velocidade do processo de extração hídrica pelas empresas e o contraste com a realidade de acesso à água para os camponeses.

No município de Apodi[27] (RN), por exemplo, mais de vinte comunidades da região camponesa da Pedra são abastecidas por carros-pipa enquanto as atividades neoextrativistas instaladas no município (como as relacionadas ao agronegócio, à mineração e à carcinicultura) são abastecidas pelas águas do Aquífero Jandaíra e da barragem de Santa Cruz.

Os agricultores da região camponesa da Chapada, por sua vez, enfatizam que, apesar de a principal demanda das comunidades ser a perfuração de poços para a produção coletiva e a construção de infraestruturas destinadas ao transporte da água até os lotes dos assentamentos, o que se verifica é a omissão e o tratamento desigual do Estado, que não viabiliza essas demandas dentro da política de reforma agrária:

> Olhe, a gente luta, briga... pede um poço pra nossa comunidade pra fazer nosso abastecimento de acordo com o que a gente necessita. Não tem. Aí vem uma empresa dessa, fura um montão de poço, aí tem água suficiente pra o que eles querem fazer e a gente fica muito triste porque [...] a gente sabe [...] que tem apoio de todos os Poder, né, é... municipal, estadual, federal... A gente fica triste por isso, porque [...] a gente tanto que luta, mas não tem aquele apoio. [...] *Pau-brasil* (camponês da região da Chapada), 10 de março de 2016 (MAIA, 2016, p. 202).

27 O município de Apodi "conta com aproximadamente metade de sua população residindo em quatro grandes regiões camponesas – o Vale, a Chapada, a Areia e a Pedra. Nelas, existem mais de cem comunidades que se constituíram, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, a partir de processos de luta pela terra. Tais processos foram elaborados com a contribuição de organizações e movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Apodi, e envolveram a conquista de assentamentos de reforma agrária, tecnologias de convivência com o semiárido, diferentes práticas agroecológicas e variados métodos de ação política" (MAIA, 2016, p. 31). Assim, cumpre especificar que as quatro regiões camponesas do município são distintas em termos geomorfológicos, mas guardam uma intensa proximidade do ponto de vista socioeconômico, político e cultural (no sentido da dinâmica do modo de vida que exercem). Formam, portanto, um território camponês identificado a partir de três grandes características: a autonomia, a diversidade e a organização (MAIA, 2016; SANTOS, 2016).

Quando se analisa o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), o mesmo cenário de apropriação desigual é evidenciado, visto que, para gerar um megawatt por hora, a Termelétrica Energia Pecém gasta o equivalente a 30.000 litros de água (COSTA, 2014, *on-line*).

Juntamente com a desigualdade de acesso, as pesquisas realizadas pelo Tramas demonstram que uma outra violação identificada a partir do neoextrativismo é a exploração das reservas hídricas à exaustão, com a consequente geração de áreas com escassez de água.

Os dados oficiais revelam, por exemplo, que o Reservatório de Sítios Novos (CE) – que, em 2015, fornecia para a Usina Termelétrica do Pecém o volume de 600 litros por segundo – está esgotado, contando com um volume de 1,85% em fevereiro de 2018 (PORTAL HIDROLÓGICO DO CEARÁ, 2018b, *on-line*).

Sem o Reservatório de Sítios Novos e com o açude Castanhão no volume morto, o Governo do Estado do Ceará avançou sobre as águas do Complexo do Rio Cauípe (formado por rio, açude e lagamar), instalando bombas para canalizá-las até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e causando um grande conflito hídrico com as comunidades locais, entre as quais se encontram comunidades indígenas da etnia Anacé (JORNAL O POVO ON-LINE, 2017) (Foto 1). Percebe-se, então, o aprofundamento das violações provocadas pela associação Estado-empresas, pois a apropriação desigual e a exportação virtual da água geradas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém desencadearam o comprometimento de reservas hídricas e, por sua vez, a criação de novos projetos públicos que pretendem comprometer outras reservas e outros territórios em um movimento contínuo de desigualdade de acesso e destruição.

Foto 1 – Comunidades montam barracas e tendas nas extensões do canteiro de obras que pretende retirar água do Lagamar do Cauípe e convidam mais pessoas a permanecerem resistindo
Fonte: Rede Brasil Atual (2017, *on-line*).

No caso da instalação dos complexos eólicos, importa lembrar que a disponibilidade de água doce no lençol freático também tem sido uma das principais preocupações das populações locais. Nesse sentido, Araújo (2015) explica, com base na pesquisa de Meireles (2008), que o soterramento e a compactação das dunas tendem a dificultar a infiltração das águas, o que pode gerar alterações significativas na dinâmica hidrostática local, como a redução da abrangência espacial das lagoas interdunares e a redução do volume disponível para consumo humano. Além desses efeitos, o autor chama a atenção, ainda, para as significativas quantidades de água que são utilizadas nas vias de acesso para compactar o solo (ARAÚJO, 2015).

Na mesma linha dos impactos verificados pelos complexos eólicos às reservas hídricas, está o agronegócio. No município de Baraúna (RN), por exemplo, a exploração crescente do Aquífero Jandaíra para atender ao Perímetro Irrigado do Baixo-Açu produziu, em 2004, rebaixamentos excessivos de seus níveis estáticos e dinâmicos, o que comprometeu os poços tubulares e desencadeou problemas de abastecimento às comunidades urbanas e camponesas (MANOEL FILHO *et al.*, 2011).

Em Limoeiro do Norte (CE) e Quixeré (CE) – municípios atingidos pelo Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi –, o número de poços

perfurados para atender às demandas do agronegócio provocou o mesmo cenário de rebaixamento do Aquífero Jandaíra e comprometeu a soberania alimentar das comunidades cearenses residentes na área de influência do perímetro[28], conforme ressaltam Rigotto *et al.* (2010):

> Nos 50 poços monitorados atualmente pela COGERH na região da Chapada do Apodi, constatou-se que houve um **rebaixamento acentuado dos níveis de água nos períodos secos** que compreendem os meses de julho a janeiro, **períodos onde a irrigação acontece de forma mais intensiva** nas fazendas. [...] A estimativa de balanço hídrico, com base em dados de parte dos poços em funcionamento, indicou que, **no ano de 2008, a água extraída excedeu em 4 milhões de metros cúbicos a capacidade de recarga do Aquífero, estimada em 10 milhões de metros cúbicos**. Esta tendência traz **importantes implicações para a segurança alimentar das atuais e futuras gerações** (RIGOTTO *et al.*, 2010, p. 21, grifos nossos).

A dinâmica de apropriação desigual, exportação virtual, comprometimento das reservas e escassez em algumas regiões alia-se, ainda, a uma outra violação: a contaminação das águas.

Em 2009, por exemplo, em parceria com o Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Tramas coletou 24 amostras dos canais de abastecimento, das caixas d'água e dos poços profundos situados no lado cearense da Chapada do Apodi. A análise do material revelou a "presença de princípios ativos de agrotóxicos em todos os locais amostrados" (MARINHO; CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 196). Nas 13 amostras colhidas em diferentes pontos ao longo do canal, destacou-se, ainda, a identificação de "três a 12 princípios ativos [de venenos] que variaram em quantidade e diversidade de classes" (RIGOTTO *et al.*, 2010, p. 13).

A contaminação ambiental das águas e a exposição dos trabalhadores às caldas tóxicas utilizadas pelas empresas têm promovido im-

28 Para uma análise das representações sociais da água na comunidade do Tomé (localizada na porção cearense da Chapada do Apodi) e das relações dessas representações com os conflitos ambientais ocasionados pelo Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (CE), recomenda-se a leitura da pesquisa de Rocha (2013).

pactos à saúde da população da Chapada do Apodi. Nesse sentido, é importante evidenciar que já se comprovou o óbito de um trabalhador por hepatopatia tóxica e que foram identificadas alterações na função hepática (RIGOTTO *et al.*, 2010) e nas células da medula óssea (FERREIRA FILHO, 2013) de um significativo contingente de trabalhadores expostos a agrotóxicos.

Na carcinicultura, infelizmente, o quadro é semelhante. No caso das fazendas instaladas no Ceará, Pinto *et al.* (2014) sintetizam – com base em relatório elaborado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias da Câmara Federal – que o cultivo de camarão em viveiros ocasionou, em relação à água: a) artificialização e extinção de setores de domínio das marés, com fragmentação, perda, mudança de *habitat* e modificações na diversidade genética; b) alterações no regime hídrico, no fluxo e na disponibilidade da água a partir da construção de diques, canais e vias de acesso em área de domínio das marés e dos exutórios dos aquíferos; c) demanda de água doce pela impermeabilização do solo; d) bloqueio da entrada das marés em locais antes destinados a essa dinâmica, com a extinção de canais sobre o apicum (planícies hipersalinas); e) descarte direto de efluentes no rio, como o metabissulfito, utilizado durante a despesca do camarão; e f) artificialização de gamboas ("canais de maré") para a implantação de canais de abastecimento.

No caso do projeto de mineração de urânio e fosfato previsto para o Ceará, evidencia-se um contexto de contaminação que caminha no mesmo sentido dos demais conflitos aqui assinalados, acentuando-se, todavia, por seu potencial radioativo.

Com efeito, o próprio parecer emitido pelo Ibama em relação às complementações do Estudo de Impacto Ambiental entregue pelas empresas destaca que elas não apresentaram esclarecimentos suficientes sobre a hidrogeologia das áreas diretamente afetadas e que o refinamento de informações sobre esse tema é imprescindível para avaliar o potencial de contaminação dos recursos hídricos advindos das atividades de mineração, especialmente em virtude da cava, das pilhas de estéril e fosfogesso e da barragem de rejeitos previstas para o projeto (IBAMA, 2016). O parecer salienta, ainda, que, devido à condição de déficit hídrico da região, esse refinamento de informações hidrogeológicas passa a ter "maior importância na avaliação dos impactos ambientais, parti-

cularmente, daqueles relacionados ao comprometimento de possíveis áreas de recarga (sistemas fissurais)" (IBAMA, 2016, p. 87).

As pesquisas do Tramas, por sua vez, apontam a possibilidade de contaminação das águas de três bacias hidrográficas e mais de 60 municípios caso a mineração de urânio e fosfato seja viabilizada – fora o risco de contaminação pela dispersão de urânio no ambiente através da utilização de fertilizantes fosfatados não isentos de radiação, que, por ser um risco em escala global, não teve sua dimensão quantificada.

Além disso, as pesquisas identificaram em parte do perímetro considerado no EIA/Rima como sendo de área de influência do empreendimento cerca de 150 comunidades camponesas que foram invisibilizadas nos estudos realizados pelo consórcio empreendedor, ou seja, desconsideradas no processo de análise de riscos do empreendimento (MELO, 2015; RIBEIRO, 2016). Estima-se que esse quantitativo de comunidades de existência ignorada nos estudos de análise de impacto seja maior.

Relatório técnico formulado pelo Núcleo explica, ainda, que as pilhas e a barragem de rejeitos que pretendem fazer parte do empreendimento serão depósitos de resíduos radioativos que continuarão no Sertão Central do Ceará por cerca de 80.000 anos (RIGOTTO *et al.*, 2014). Com a ação dos ventos e das chuvas sobre essas estruturas, somadas às nuvens de poeira radioativa fruto das explosões para retirada dos minérios, o material radioativo poderá ser continuadamente espalhado pelo solo, pelas águas e pela vegetação de diferentes áreas do estado, principalmente quando se verifica que, com ventos de apenas 16 quilômetros por hora, o urânio é capaz de se propagar por mais de 1.000 quilômetros. Tal fato representa um risco grave às comunidades locais, visto que poderá comprometer a captação e o armazenamento de água nas diferentes variedades de cisternas, importante tecnologia social de convivência com o semiárido.

Em paralelo, os estudos do Tramas chamam a atenção para a possibilidade de vazamentos, derramamentos e desastres semelhantes ao rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, no município de Mariana (MG). No caso de Santa Quitéria, Rigotto *et al.* (2014) indicam que, em períodos inferiores a 10 anos, chuvas torrenciais podem atingir o território e tanto a barragem de rejeitos como as pilhas de estéril e fosfogesso

poderão perder massa e extravasar para além dos limites do empreendimento – fato já verificado na mineração de urânio realizada no município de Caetité (BA) e operacionalizada pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a mesma empresa que planeja se instalar no Ceará.

Eventos como vazamentos e derramamentos, por exemplo, levariam ao carreamento de Rádio-226 e Rádio-228, ambos solúveis em água, ampliando a contaminação do solo e dos veios de água subterrânea, já que inexiste ação mitigatória prevista no Estudo de Impacto Ambiental que não seja o aterramento, e esse procedimento não consta sequer no projeto para a pilha de fosfogesso, por exemplo (RIGOTTO *et al.*, 2014).

Em sua atuação no caso do Projeto Santa Quitéria (CE), o Núcleo sistematiza, também, as violações hídricas já identificadas em Caetité, destacando a contaminação da água para consumo humano (GREENPEACE, 2008)[29], o não monitoramento do Radônio, do Polônio-210 e de outras substâncias químicas na água subterrânea (CRIIRAD, 2015) e o ocultamento, por parte da INB, dos resultados do monitoramento da contaminação da água da chuva (CRIIRAD, 2015).

Todas as violações aqui descritas, portanto, compõem um quadro mais amplo de mercantilização e privatização das águas, visto que as atividades neoextrativistas realizadas pelo Estado e por empresas nacionais e internacionais expropriam reservas superficiais e subterrâneas, comprometendo o consumo humano, a dessedentação animal, a renovação dos ciclos hidrológicos de determinados biomas (como a caatinga) e ecossistemas (como o manguezal) e as atividades produtivas que caracterizam os territórios atingidos (como a agricultura camponesa, a

29 Embora a contaminação da água tenha sido negada de forma recorrente, em agosto de 2015, representante das Indústrias Nucleares do Brasil reconheceu a contaminação de poços da região, o que gerou repercussão nacional e motivou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a anunciar que, com apoio da Secretaria de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde, tomaria medidas para auxiliar o órgão estadual de vigilância a levantar a situação dos riscos à saúde da população, identificando quais poços estariam contaminados com urânio (ESTADÃO, 2015, *on-line*). A desqualificação, por parte do empreendedor, das denúncias suscitadas por mais de uma década levanta o problema da credibilidade das informações prestadas à população. Para mais informações, recomenda-se a leitura do Relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (2011).

pequena criação de animais, a coleta, a caça, a pesca artesanal, a mariscagem, o artesanato e o turismo de base comunitária).

Para concluir esse processo, destaca-se que as empresas aplicam uma chantagem locacional com o objetivo de permanecer nos territórios até a pilhagem total dos bens naturais – ou até novos investimentos se mostrarem mais "rentáveis" e justificarem seu deslocamento (ACSELRAD; BEZERRA, 2009). Essa chantagem, por sua vez, retroalimenta a atuação do Estado enquanto agente regulador da política neoextrativista. É com base nesse conjunto de expressões que se caracteriza, então, a injustiça hídrica evidenciada neste artigo.

R-EXISTÊNCIAS DOS COMUNS

Apesar das violações apresentadas no tópico anterior, a atuação do Núcleo Tramas nas comunidades que vivenciam conflitos ambientais marcados pela injustiça hídrica demonstra que, enquanto existe uma racionalidade que trata as águas como mercadoria, que tenta saquear os territórios para explorá-la e que está expressa na associação Estados-corporações, também existem diferentes culturas das águas que partem de outros pressupostos para interpretá-las (SHIVA, 2006). Os povos que tecem essas culturas se fundamentam em princípios comuns, como

> a colaboração em vez da concorrência que o capitalismo promove; a valorização da convivencialidade; a importância da autonomia, da autogestão e dos processos construídos localmente a partir de baixo; o respeito à diversidade e o valor central da deliberação; a democratização da economia e da tecnologia; a transformação da propriedade privada em propriedade social (que não é o mesmo que propriedade estatal) ou em comuns; a soberania alimentar; a solidariedade e a reciprocidade (ACOSTA, 2016, p. 34).

Trabalhar os afetos e os modos de vida inscritos nesses princípios – com toda a potência subversiva que eles carregam – envolve implicar nossos olhares com os acenos que são feitos a partir dos povos do Sul Global para se pensar, reinventar e reinserir os princípios dos comuns enquanto possibilidade de esperança subversiva, como uma propos-

ta política plural, inacabada (e por isso não menos fértil), situada nos chãos e no sul do pensamento, que alberga princípios e modos de vida integrativos e não hierárquicos com o outro e com os demais elementos do ambiente.

Aqui, os comuns não emergem como um conceito dado, homogêneo ou universal. Não são retratáveis na ortodoxia da forma jurídica. Não são relativos aos "bens comuns" ou aos "bens de uso comum do povo" inseridos na gramática jurídica, embora possam dialogar com seu conteúdo, visto que inalienabilidade, solidariedade intergeracional e justiça ambiental representam conceitos forjados na tensão entre modernidade e antimodernidade, que são úteis para entender os passos que nos trazem até aqui.

De fato, a produção dos comuns envolve um processo criativo, socialmente contextualizado, não mercantil, tecido a várias mãos. Essa produção forja novas ontologias. Não se refere, portanto, a um bem ambiental por si – a água, os oceanos, o ar, a floresta. Ao mesmo tempo, refere-se necessariamente a todos eles, mas a uma relação politicamente situada de comunalidade. Envolve, também, a produção intersubjetiva, criativa e não reificante entre si e com a natureza.

A compreensão das águas enquanto comuns, porém, encontra desafios políticos e epistêmicos entrelaçados. Quando o Fórum Mundial das Águas, liderado por corporações que conduzem as práticas neoextrativistas, lança como tema "Compartilhar a água"[30], por exemplo, revela o ímpeto das forças expropriatórias para disputar sentidos e intersubjetividades nas tensões que orientam o horizonte de possíveis.

Nesse sentido, algumas distinções conceituais tornam-se importantes. A primeira observação diz respeito à superação entre público e privado, economia e sociedade, Estado e povo. Os comuns apareceriam, para alguns, como uma proposta de superação desse modelo binário, justificada em critérios utilitários e ocidentais de eficiência, o que culmina em mais privatizar o público do que irromper com a distinção e em desregular o acesso e o uso para que os mais fortes compartilhem entre si as riquezas de nossas terras. Assim, recusamos uma concepção de comuns que parte de argumentos centrados na essência do bem, na eficiência dos custos de transação (HERSCOVICI , 2013) ou nas prá-

30 Oitavo Fórum Mundial da Água (2018, *on-line*).

ticas predatórias neoliberais, para defender a multiplicidade de singularidades de relações de apropriação que promovem justiça ambiental.

Em paralelo, cumpre lembrar que, nas comunidades acompanhadas, mostra-se desafiador pensar políticas de acesso, uso e gestão das águas efetivamente conduzidas pelos próprios territórios, não porque sejam estes os sujeitos proprietários do bem, mas sim pela relação de cuidado ético e aproveitamento da potência vital dos bens hídricos. Esse desafio existe porque um dos grandes nós críticos enfrentados pelas comunidades ainda é o do acesso à água – e à água com qualidade.

Em Apodi (RN), por exemplo, os agricultores e os movimentos sociais que com eles se articulam apontam o desafio de políticas que desconcentrem o acesso hídrico, de forma a reorientar as intervenções estatais – ainda marcadas por um paradigma de grandes obras concentradoras de águas e terras, a exemplo da transposição do rio São Francisco, ou de destinação de infraestrutura para atividades econômicas privatizantes, como as que se relacionam ao agronegócio, à carcinicultura e à mineração.

De acordo com as comunidades, isso consiste em ampliar os sistemas de abastecimento comunitário e viabilizar as tecnologias de descentralização da água até as áreas de produção das famílias assentadas, por exemplo. Consiste, ainda, na proteção do direito de acesso à água – atualmente ameaçado pela exigência estatal de outorgas aos camponeses:

> [A principal pauta] é a questão do acesso à água. É o acesso, que não tem [enfatiza]. Quem tem o acesso à água tá sendo tirado porque, quando cê chega no Vale, cê vê que o povo é tudo sendo notificado porque tão usando a água! Então, o desafio é o acesso à água... *Macambira* (camponesa da região da Chapada e membro do STTRA), 27 de janeiro de 2016 (MAIA, 2016, p. 251).

Já no território de Santa Quitéria (CE), o acesso à água também é apontado como um desafio para as práticas de convivência com o semiárido. Nas idas a campo em 2014, por exemplo, o presidente da associação comunitária do Assentamento Morrinhos apresentou com orgulho os projetos de quintais produtivos, cisternas, poços e melhorias para a comunidade, ressaltando que eles não estavam parados, mas que havia séria dificuldade relacionada à escassez hídrica e à manutenção

da produção comunitária. Essa dificuldade foi atribuída à "decadência" de quatro – dos cinco quintais produtivos – e à ausência de adutoras e políticas hídricas, "tendo em vista que a nossa área aqui é muito produtiva" – para ser fiel às palavras que ele apresentou a Montezuma (2015, p. 109). Nessa região, a escassez hídrica torna-se mais dura diante da ausência de políticas de acesso à infraestrutura hídrica e da ameaça de abastecimento para as mineradoras.

Durante pesquisa elaborada em 2012 com a comunidade de Riacho das Pedras, Teixeira (2013, p. 78) destaca, ainda, que os moradores afirmaram que gostariam "de ter água de boa qualidade, água que fosse tratada", o que revela, portanto, que a preocupação com a qualidade da água consumida é uma outra dimensão caracterizadora dos desafios aqui apontados.

O campo fértil das pesquisas demonstra, também, que os caminhos de luta pelas águas não se desatrelam das lutas pela terra e pelo território. Nesse sentido, as comunidades atingidas pelo agronegócio, pela mineração, pela carcinicultura, pelos complexos eólicos e pelos complexos industriais foram uníssonas ao afirmar que a permanência na terra depende do acesso justo e saudável às águas e que a expropriação fundiária corresponde à apropriação hídrica desigual, da mesma forma que cultivar a terra e cultivar a água são faces de um mesmo sistema de vida.

Logo, desconcentração das terras, desconcentração das águas, convivência com os biomas e os ecossistemas locais e participação popular caminham, nos territórios, como propostas integradoras da possibilidade de políticas de justiça hídrica que viabilizem as relações de comunalidade com as águas.

Esses desafios nos impulsionam a pensar as relações de apropriação fora dos marcos proprietários, as relações de regulação fora dos marcos estatais (quando estes se mostrem violadores nas opções entre colonialidade e capital) e as relações de poder desenvoltas das assimetrias e das violências simbólicas, viabilizando a existência de povos que exercitem uma alteridade radical, fora dos marcos de inclusão ou desaparecimento lento sob a expansividade do capital (MORENO, 2005). Dialogam, por seu turno, com o fortalecimento das categorias e das políticas de valorização dos povos indígenas, do campesinato e das demais comunidades tradicionais, como as quilombolas, as marisqueiras, as

pescadoras, as apanhadoras de flores, as quebradeiras de coco babaçu, as faxinalenses e as de fundo de pasto, apenas para citar alguns exemplos.

Assim, na relação com as contradições do Estado e na consciência de sua hegemonização pelo projeto neoextrativista, acreditamos que faz sentido anunciar os princípios dos comuns também na disputa pelo fortalecimento de políticas públicas para a reforma agrária e a produção camponesa e na afirmação da proteção e da demarcação de terras indígenas, quilombolas, pesqueiras e demais terras tradicionais como caminhos irrenunciáveis para a defesa da vida. Esse fortalecimento e essa afirmação revelam-se imprescindíveis à medida que as vivências nos territórios nos mostram que o enfraquecimento daquelas políticas e a não garantia daqueles direitos permitem que os povos e as comunidades sejam vulnerabilizados e mais facilmente aprisionados no regime mercantil, colonial e degradador do neoextrativismo.

Seguindo no campo dos desafios políticos e epistêmicos, outra nota deve ser realizada. Do ponto de vista das ideias, a tese da tragédia dos comuns (HARDIN, 1968) afirmou a propriedade privada como eficiente e ainda consiste um desafio superar esse imaginário. Entretanto, sua crítica apresenta dois grandes problemas. O primeiro, de pressuposto, quando parte da tese de um jogo de concorrentes não comunicantes entre si, no qual os participantes buscariam o máximo de exploração individual dos bens comuns disponíveis, o que contraria a observação relatada por Luxemburgo (2015) sobre os sistemas comunitários e identificada nos territórios da Chapada do Apodi (CE-RN), do Cumbe (CE) e de Santa Quitéria (CE), além de ignorar a existência de valores e regramentos específicos dessas organizações comunitárias e societárias.

Em Apodi (RN), por exemplo, nas décadas de 1980 e 1990, o processo de organização das comunidades foi responsável pela criação de associações, pela instalação de sistemas de abastecimento comunitário (Foto 2) e pela consequente garantia do acesso à água para a agricultura.

Foto 2 – Sistema de Abastecimento Comunitário de Bamburral (região do Vale do Apodi-RN)
Fonte: Acervo do Núcleo Tramas. Foto de Renata Catarina Costa Maia.

A próxima dimensão da luta comum foi a reivindicação por sementes, novamente inserida em uma dinâmica de coletividade e autonomia para a produção, conforme destaca a entrevista a seguir:

> Qual era o primeiro desafio? A gente venceu, que foi ter água, mas aí começou a gente discutir que o problema não era só água [...]. Nós acabava de sair de uma seca, foi três ano de seca e nós tinha perdido todas sementes que se tinha e não tinha semente nem pra plantar. O inverno tava chegando e era necessário a gente ver uma forma que a gente pudesse fazer, ver se adquiria alguma semente pra gente fazer um banco de semente, que butemo o nome de "banco", que eu acho que foi o nosso erro até hoje [riso]. Se fosse "casa de semente", né, tinha sido muito legal. [...] Aí a semente a gente conseguiu num projetinho [...] que a assistente social [Irene] conseguiu lá da Alemanha e através da Diocese. Semente de feijão, semente de milho, semente de todas

> variedade e semente da região, nera [não era] semente transgênica não. E isso continuou por muito tempo. O pessoal "tirava o inverno" [e depois] devolvia. *Rio Apodi* (camponês da região do Vale e membro do STTRA), 28 de janeiro de 2016 (MAIA, 2016, p. 187).

Com a conquista da água e das sementes e o fortalecimento do processo organizativo, as comunidades também constataram que a luta por direitos trazia consigo uma nova dimensão: o necessário acesso à terra e, por conseguinte, ao trabalho livre. Novas lutas, então, formularam a conquista desses direitos e, a partir delas, muitos camponeses da região da Pedra, por exemplo, passaram a residir nos assentamentos da Chapada e lá conquistaram, além da moradia adequada, a energia elétrica e o acesso à assistência técnica (MAIA, 2016).

As atividades produtivas organizadas com a conquista da terra fortaleceram, ainda, outras dimensões, associadas, no universo jurídico, aos direitos à alimentação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Isso é percebido, por exemplo, com a soberania alimentar e a utilização de técnicas de conservação do solo e da água nos assentamentos (MAIA, 2016).

A conquista desses direitos, por sua vez, não ficou restrita apenas às áreas de reforma agrária, mas também foi vivenciada pelas comunidades de outras regiões de Apodi, que também passaram a contar com a atuação de entidades de assistência técnica e com o apoio à formulação de tecnologias de convivência com o semiárido (MAIA, 2016).

Todo esse processo de reivindicação e conquista de direitos, portanto, acentuou a compreensão de que água, semente, terra, trabalho, moradia, alimentação, participação, saúde, modo de vida e convivência com o semiárido estão inscritos em uma dimensão coletiva e indissociável (MAIA, 2016), nutrida a partir de laços de solidariedade e intercâmbio de experiências. Com esse exemplo – presente em outras pesquisas do Tramas –, pode-se comprovar que a ausência de propriedade privada não implica na ausência de organização do uso, do acesso e da extração dos comuns.

O segundo problema da tese da tragédia dos comuns corresponde a sua inadequação do ponto de vista histórico: não é o regime comum

que impõe os riscos ambientais em dimensões cada vez mais assustadoras, mas sim a abstração excessiva da propriedade privada associada à função da acumulação primitiva e por espoliação para o capital e à máxima exploração do ambiente para a dinâmica produtiva global. São as grandes corporações as responsáveis pela extração em larga escala de minérios, pela expansão do agronegócio sobre as florestas, pela contaminação de manguezais por fazendas de carcinicultura, pela destruição de sítios arqueológicos e reservas hídricas por complexos eólicos, pela apropriação dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade e pelo impulsionamento do consumo e das desigualdades mundiais.

Importa evidenciar, então, que, hoje, os comuns no mundo resistem invisibilizados no cuidado que as comunidades tradicionais realizam com seus territórios, nas trocas e nas economias lastreadas no valor de uso, na solidariedade na gestão do tempo, nas partilhas dos frutos do trabalho em organizações locais e na produção livre e distribuída de afeto, criatividade e saberes.

Nos casos acompanhados pelo Tramas, essas dimensões são percebidas em diferentes exemplos, pois os povos e as comunidades diretamente atingidos pelos conflitos ambientais estudados constroem alternativas nas quais águas, terras, sementes, trabalho, conhecimento, arte, espiritualidade e ação política estão interligados em sabedoria, ainda que não sejam visibilizados pelo Estado nem apoiados no âmbito de políticas públicas. Uma dessas **alternativas é a própria produção camponesa**, profundamente vinculada à **convivência com o semiárido**.

As comunidades do Sertão Central do Ceará, por exemplo, mantêm quintais produtivos (Foto 3), consorciam atividades de agricultura, pecuária (Foto 4), coleta, caça e pesca e elaboram diferentes tecnologias de convivência com o semiárido, como cisternas (Foto 5) e casas de sementes. Essas tecnologias são formuladas a partir da articulação com entidades da sociedade civil (como a Cáritas Diocesana de Sobral) e construídas com base em trabalhos coletivos (como os mutirões).

Foto 3 – Agricultor cuida de quintal produtivo no assentamento Morrinhos (Santa Quitéria-CE)
Fonte: Acervo do Núcleo Tramas. Foto de Rafael Dias de Melo.

Foto 4 – Agricultor cuida de criação de animais no assentamento Queimadas (Santa Quitéria-CE)
Fonte: Acervo do Núcleo Tramas.

Foto 5 – Moradora da comunidade de Riacho das Pedras (Santa Quitéria-CE) capta água em cisterna de placa
Fonte: Ribeiro (2016, p. 76). Foto de Lívia Alves Dias Ribeiro.

A comunidade quilombola do Cumbe (CE), por sua vez, também apresenta uma relação diferenciada com os ecossistemas que a integram, como o manguezal, os campos de dunas e o carnaubal (PINTO *et al.*, 2014). Essa relação proporciona vínculos socioambientais e culturais profundos com as águas e os outros elementos da biodiversidade da região, que podem ser identificados em suas principais atividades econômicas – a catação do caranguejo e dos mariscos, a pesca artesanal de peixes no estuário do rio Jaguaribe e a confecção de artesanatos – e na relação espacial que as famílias estabelecem entre suas áreas de moradia, produção e práticas comunitárias cotidianas (PINTO *et al.*, 2014). É com as águas que as famílias experimentam espaços de diversão (como os banhos e as refeições no mato) e é com elas que também caminham, pois o rio é a "estrada" através da qual atracam os barcos e navegam para as áreas de pesca, as ilhas pluviais e as comunidades vizinhas.

As comunidades camponesas de Apodi (RN) destacam-se, de forma semelhante, por essa relação contextualizada com as águas. No cultivo de diferentes culturas agrícolas; nas práticas de caprino, ovi-

no, suíno, avino e bovinocultura; no plantio de algodão em consórcio agroecológico; no manejo da caatinga; na produção de mel e polpas de frutas; nos grupos de jovens, mulheres e guardiões de sementes (Foto 6); na utilização de tecnologias de convivência com o semiárido (como barragens subterrâneas e projetos de bioágua familiar); no artesanato confeccionado a partir da carnaúba; nos vínculos com a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária; na realização semanal da feira agroecológica (Foto 7); na organização do Fórum da Agricultura Familiar e no cuidado com uma enorme quantidade de plantas nativas (utilizadas como banco de proteínas nos lotes), suas quatro regiões vivenciam a apropriação e o uso da água enquanto dimensões da construção de um território camponês (MAIA, 2016).

Foto 6 – Parte da coleção de sementes de Golinha, guardião de sementes e poeta do assentamento Tabuleiro Grande (região da Chapada – Apodi-RN)[31]

Fonte: Santos (2016, p. 85). Foto de Emanuelle Rocha dos Santos.

31 Golinha guarda há quatro gerações as sementes que seu pai também mantinha desde o seu tataravô. Elas estão na família, portanto, há cerca de 361 anos (SANTOS, 2016).

Foto 7 – Feira agroecológica em Apodi (RN)
Fonte: Acervo do Núcleo Tramas. Foto de Lígia Alves Viana.

Por isso, as pesquisas do Tramas identificam que as comunidades interpretam a água como uma possibilidade de **emancipação** e **autonomia** em relação a qualquer forma de opressão:

> Isso [refere-se aos sistemas comunitários de abastecimento] dá uma maior autonomia às famílias também, sabe? De não tá mais dependendo, não tem mais pra que ter amizade com o dono do poço porque eles têm um poço que é da comunidade. [...] São quase 100 associações; então, todas elas têm um poço comunitário [...] e, assim, é o pertencimento, a pessoa mesmo diz: "é da comunidade, eu posso usar". Não tem aquele negócio de dizer que não vai usar porque não é amigo do dono. Tem o presidente da associação, mas o presidente nunca é o dono. O poço não é do presidente. O poço é da comunidade. Então, acho que é uma das características forte e importante com relação ao acesso à água. *Bamburral* (camponês da região do Vale e membro do STTRA), 27 de janeiro de 2016 (MAIA, 2016, p. 247).

Importa evidenciar, nesse ponto, que os territórios também constroem **alternativas específicas para o uso e a gestão das águas**. Em Apodi (RN), por exemplo, destacam-se as propostas relacionadas à adutora da Pedra, à perenização do rio Umari, à irrigação por gravidade e à elaboração do Projeto Padre Pedro Neefs – este último como um contraponto à construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz. Em Santa Quitéria (CE), por sua vez, existe o projeto de uma adutora para a agricultura camponesa, não para a mineração de urânio e fosfato. O Cumbe (CE) também apresenta projetos concretos para o abastecimento local, embora a Cagece nunca os tenha implementado (NASCIMENTO, 2014). Os territórios afetados pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, ao mesmo tempo, articulam-se em marchas e Gritos dos Excluídos com o objetivo de defender as águas.

Desse modo, os aprendizados de campo mostram que a afirmação do cuidado – assim como da reciprocidade, da interdependência e da incomensurabilidade – revela, na construção dos comuns, a **diversidade na ação política** dos povos e das comunidades.

Durante as pesquisas, essa diversidade foi identificada nos intercâmbios de experiências entre comunidades atingidas pela mineração, pelo agronegócio, pelos complexos eólicos e pela carcinicultura; nas ações diretas de retomada dos territórios; na construção de eventos como Jornadas Antinucleares (em Santa Quitéria-CE) (Foto 8) e Festas do Mangue (no Cumbe-CE) (Foto 9); na criação do Comitê Popular das Águas (em Apodi-RN) e na articulação com outros povos e organizações (Foto 10).

Foto 8 – Imagem do I Encontro Estadual do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e da III Jornada Antinuclear do Ceará, evento realizado no município de Santa Quitéria (CE) entre 10 e 12 de novembro de 2016
Fonte: MST (2016, *on-line*).

Foto 9 – Folder da IV Festa do Mangue, comemoração anualmente realizada pela comunidade quilombola do Cumbe (CE)
Fonte: Quilombo do Cumbe (2017, *on-line*).

Foto 10 – Movimentos sociais, articulações de mulheres e participantes do curso de formação "Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental" (UFC) denunciam conflito e prestam solidariedade à comunidade quilombola do Cumbe (Aracati)
Fonte: Núcleo Tramas (2016, *on-line*). Foto de Eduardo Souza.

Embora não adotemos a teoria da ontologia imaterial de Negri, pensamos que as experiências aqui sinalizadas dialogam com sua obra sobre princípios instituintes dos comuns como

> base e meta das lutas – não só o comum como um fato dado, como a terra ou os recursos naturais, mas também, e mais importante, o comum como um resultado, como as redes de relações sociais ou formas de vida (NEGRI; HART, 2016, p. 138).

Por fim, para pensar esses comuns, não podemos renunciar à perspectiva da geopolítica do conhecimento. Não porque queiramos afirmar um *locus* especial de anunciação, ou reificar uma identidade, ou forjar sujeitos que detenham exclusivamente a potência de constituição das r-existências criativas. Não se trata de reproduzir as hierarquias do conhecimento, invertendo o centro para o Sul. Trata-se de revelar essas hierarquias e desconstruí-las a partir do conjunto de experiências desprezadas na geopolítica colonial do saber (MIGNOLO, 2007).

Nesse ponto, o Tramas também identifica um exercício epistemológico que tem sido elaborado pelos territórios em sua articulação com o próprio Núcleo. De fato, as comunidades situam o uso, a apropriação, os significados e **a defesa das águas no campo da construção de conhecimento**. Por isso, são protagonistas de instrumentos como pesquisas participantes e cartografias sociais (Fotos 11-13) que têm sido reivindicadas em defesa das águas, preocupando-se, inclusive, com as formas através das quais esses instrumentos podem se comunicar com os próprios territórios, com os movimentos sociais, com a universidade e com os demais segmentos da sociedade.

Foto 11 – Grupo de pesquisa ampliado, às margens do açude Quixaba, realiza atividade com o objetivo de observar a territorialização proposta pelo projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria (CE)
Fonte: Melo (2015, p. 185). Foto tirada em 13/12/2014.

Foto 12 – Oficina de cartografia das águas realizada no assentamento Milagres (região da Chapada-Apodi-RN)
Fonte: Maia (2016, p. 65).

Foto 13 – Fotos da pesquisa de campo realizada com a comunidade do Tomé (Limoeiro do Norte-CE)
Fonte: Silva (2014, p. 112). Fotos de Maria de Lourdes Vicente da Silva e Socorro Oliveira.

Essas diferentes culturas contra-hegemônicas da água demonstram, portanto, que os povos e as comunidades acompanhados pelo Núcleo formulam sua relação com as águas a partir de conceitos muito mais amplos do que aquele de "direito humano à água" elaborado pela ONU, pois interpretam essa relação não apenas do ponto de vista do uso individual e doméstico, mas com base em um conjunto de elementos que compõem territórios e modos de vida. Como ressalta Aroeira, membro da CPT no Rio Grande do Norte e um dos parceiros das comunidades de Apodi (RN), "o camponês não vê a água separada da terra, separada da sua família, separada dos seus animais. Então, é um processo, é uma dinâmica" (MAIA, 2016, p. 244).

Por todos esses aspectos, é comum que os povos e as comunidades aqui mencionados se refiram à água "como se fosse o nosso sangue correndo nas veias" (MAIA, 2016, p. 248). Essa expressão, utilizada pelo território de Apodi (RN), por exemplo, também é evidenciada pela comunidade do Cumbe:

> A vida corre nas veias das levadas do Cumbe, como o sangue corre no corpo humano levando vida a todas as partes do corpo, animais, vegetais, humanos e seres encantados. O respeito e o cuidado com a água eram passados de geração a geração, todos cuidávamos das fontes de águas do Cumbe como cuidamos de um membro da família – irmão, filho, pai e mãe (NASCIMENTO, 2014, p. 47).

Aparece, ainda, nos relatos de lideranças locais que, em diferentes partes do Brasil, enfrentam a injustiça hídrica:

> Então, a água para a gente é tudo. Não dá para fugir desse debate. "Esse negócio que a água é vida está batido". Não, a gente tem que reforçar isso. Água é vida. Sem água a gente não tem praticamente nada. [...] (LIDERANÇA A, 2017).

> É aquela água que nossos avós nos banharam no mar, aquela água que nos refresca no verão, aquela água que traz nosso sustento, aquela água que traz a vida, aquela água que [dá] pos-

> sibilidade hoje a gente navegar. Então, a importância da água para nós, pescadores artesanais da Baía de Guanabara, é a mesma coisa da importância da própria vida, do próprio fôlego que nós temos no nosso corpo (LIDERANÇA B, 2017)[32].

Assim, é possível concluir que, mais do que inventar novas categorias, a proposta dos comuns busca o resgate das ancestralidades dos povos e de seus saberes, emergentes de suas lutas resistentes, criadoras, dinâmicas e enraizadas. É um processo em aberto, constituído no campo das possibilidades. Certamente, não consiste na única chave mobilizadora dos movimentos de ruptura com as violências da modernidade, mas, talvez, uma contribuição ou uma pista para esses caminhos que procuram romper com a imposição de um significado monolítico e mercantil ao mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, procuramos observar as tessituras que organizam padrões de expropriações sobre os territórios marcados por conflitos ambientais e que tentam avançar na mercantilização da água e dos demais bens da vida. De forma entrelaçada, organizamos, também, os aprendizados coletivos em torno das r-existências criativas das comunidades que afirmam relações de cuidado e complexidade com as águas, manejando seus conhecimentos e valores ancestrais para fazer frente aos mecanismos de injustiça ambiental e viabilizar o anúncio de caminhos solidários, interdependentes e politicamente éticos na relação com o ambiente.

Um eixo comum, transversal e explicativo dos conflitos apresentados consiste nas heranças reproduzidas e atualizadas da colonialidade como posição de subalternidade dos povos do Sul na esfera econômica, na produção e na valoração de saberes, na importação de instrumentos jurídicos de regulação e gestão, na violência simbólica e na desqualificação sobre seus modos de vida e, sobretudo, na retirada da potência

32 Relatos partilhados no evento "Encontro das águas: oficina de diálogos e convergências entre redes", realizado pela organização Solidariedade e Educação (Fase) nos dias 12 e 13 de julho de 2017, no Rio de Janeiro.

subversiva de suas r-existências – dinâmicas sociais alternativas que confrontam a mercantilização e a homogeneização do mundo.

Essa posição subalternizada a qual os povos do Sul são conduzidos não prescinde, portanto, de olhares que reconheçam a imposição de projetos de desenvolvimento arraigados a imaginários colonizadores. Dessa forma, rejeitamos uma leitura que percebe a colonialidade e o racismo como "acidentes" de um projeto moderno racional que precisa ser completado; ao contrário, são dimensões constitutivas deste projeto que viabilizaram a constituição do sistema-mundo, da globalização, da expansividade dos mecanismos de acumulação de capital e da própria afirmação do capital enquanto relação social produtora de subjetividades. Situar a questão em termos de quais as potencialidades de subversão dessa relação de poder constitutiva do moderno parece mais adequado do que supor a necessidade de completar sua proposta de mundo, assumindo enquanto moderno apenas seu aparato de justificação e não suas consequências políticas, sociais e ambientais.

De fato, nos conflitos analisados, os impactos do neoextrativismo sobre as águas atravessam os eixos da apropriação desigual, da contaminação, da aniquilação de reservas e aquíferos e da exportação virtual de águas, comprometendo a capacidade de recarga dos ecossistemas e dos biomas e ameaçando a reprodução material e simbólica das comunidades onde se localizam. Essas dimensões revelam a fragilidade da legislação ambiental vigente e a captura dos instrumentos legais participativos de gestão das águas.

Nesse quadro, o Estado oferta subsídios financeiros, infraestrutura e capital institucional para a legitimação de projetos hidrointensivos e poluentes, ora movidos por grandes corporações, ora movidos pelo próprio Estado. Suas fissuras revelam possibilidades de contradições, como no caso em que a concessão da outorga de água ao Projeto Santa Quitéria por um órgão estadual se confronta com a conclusão técnica de ausência de viabilidade hídrica do empreendimento pelo órgão ambiental federal.

Denunciar a captura do Estado e as assimetrias de poder não implica, entretanto, em renunciar à esfera pública e coletiva de realização da política. Ao contrário, na potência da ação política local, consciente das tessituras que a conectam com as ações globais, podemos encontrar

r-existências criativas, que a um só tempo reinventam e resgatam dinâmicas sociais de cuidado e interdependência com o ambiente.

Tais dinâmicas revelam distintas culturas das águas que tensionam o projeto mercantil. Reconhecer a diversidade das relações dos povos com as águas consiste, portanto, em aprendizado primordial para desestruturar o discurso colonizador que mistifica seu projeto de desenvolvimento. É imprescindível, ainda, para visibilizar experiências de produção camponesa e convivência com o semiárido que estão vivas. Vivas na construção de cisternas, barreiros, barraginhas e barragens subterrâneas; no consórcio entre atividades de agricultura, pecuária, coleta, caça e pesca; na utilização de cultivos adaptados às condições ecológicas dos biomas e dos ecossistemas onde se inserem as comunidades; nos sistemas de abastecimento comunitário; nas feiras agroecológicas; nas pesquisas participantes que têm sido reivindicadas em defesa dos bens hídricos; nos comitês populares das águas e nas articulações com novos territórios.

Essas relações incorporam dimensões da água enquanto direito, cujas políticas de acesso, qualidade e permanência no território são desafiadas pelo neoextrativismo. Entretanto, não se confinam a uma definição ortodoxa e universal dos sentidos das águas, tampouco podem caminhar sem considerar sua dimensão coletiva, produtiva, existencial, sagrada e ecossistêmica – interrelacionadas e distintamente qualificadas a partir de cada contexto social.

A isto estamos compreendendo um anúncio das águas enquanto comuns, proposta de ação ética e política de enfrentamento à mercantilização da vida. Os aprendizados de campo mostram a afirmação do cuidado, da reciprocidade, da interdependência, da incomensurabilidade e da diversidade na ação política dos povos e das comunidades ao se relacionarem com esse bem. Em suas lutas pela liberdade das águas e da vida que pulsa com elas – contra a contaminação e a expansividade da mineração, da carcinicultura, dos complexos eólicos, das termelétricas e dos monocultivos químicos do agronegócio –, encontra-se uma potência de aprendizado não restrito à produção de resistências, mas, sobretudo, à produção criativa de alternativas potentes a partir do que podemos ser e, na esteira do pensamento descolonial, a partir também da diversidade ancestral do que somos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUDH (Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos); ONU-HÁBITAT (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos); OMS (Organização Mundial da Saúde). **El derecho al agua** [O direito à água]. Folleto Informativo nº. 35. Genebra: Nações Unidas, 2011.

ACOSTA, ALBERTO. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: _____. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al*. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010, p. 179-210.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura**: uma análise comparativa entre duas cidades com fruticultura irrigada para exportação no RN, Ipanguaçu e Baraúna. 425f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ALBUQUERQUE, Catarina de; ROAF, Virginia. **Derechos hacia el final**: buenas prácticas em la realización de los derechos al agua y a saneamiento. Madri: ONGAWA Engenharia para o Desenvolvimento Humano; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Escritório de Direitos Humanos do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Water/BookonGoodPractices_sp.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Conflitos sociais no "complexo madeira"**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009.

ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e Estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. 341f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ARAÚJO, Júlio César Holanda. **As tramas da implementação da energia eólica na zona costeira do Ceará**: legitimação e contestação da "energia limpa". 194f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

ARCADIS LOGOS. **Estudo de impacto ambiental projeto Santa Quitéria**. 1º Volume. São Paulo, 2014.

BERNARDO, Edgar Manuel. **Extrativismo em Moçambique**: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito à saúde da população. 250f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, 2016.

BOURDIEU, Pierre. As duas faces do Estado. **Le Monde Diplomatique**, 4 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080>. Acesso em: 02 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº. 12.787, de 11 de janeiro de 2013. **Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BRASIL. (Ministério Público Federal). 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. **Laudo Técnico nº 030/2014 – 4ª CCR**. Brasília, 2014.

_____. (Movimentos dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra). **MAM realiza I Encontro Estadual em conjunto com a III Jornada Antinuclear do Ceará**. Edição: Iris Pacheco. Texto publicado em: 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/11/13/mam-realiza-i-encontro-estadual-em-conjunto-com-a--iii-jornada-antinuclear-do-ceara.html>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BULTO, Takele Soboka. Muito familiar para ignorar, muito novo para reconhecer: a situação do direito humano à água em nível global. *In*: CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade (Editores). **O direito à água como política pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, 2015, p. 25-56.

CARMO, Roberto Luiz do *et al.* Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande "exportador" de água. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 83-96, jan.jun., 2007.

CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade. Introdução. In: _____. HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade (Editores). **O direito à água como política pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, 2015, p. 13-24.

CDESC – Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. **Comentário Geral nº 15/2002**. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

COSTA, Alexandre Araújo. **Não basta banho curto, nem reza para São Pedro**. Disponível em:<http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com.br/2014/12/em-intervencao-realizada-napraca-do.html>. Texto publicado em 9 de dezembro de 2014. Acesso em: 14 fev 2018.

_____. **Porque somos contra o incentivo fiscal para termelétricas no Ceará**. Texto publicado em 23 de junho de 2016. Disponível em: <http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com.br/2016/06/porque-somos-contra-o-incentivo-fiscal.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CRIIRAD (Comissão de Pesquisa e Informação Independente sobre Radioatividade). **O impacto radiológico da mina de urânio da INB em Caetité** (Bahia/Brasil). CHAREYRON, Bruno (Autor). Valence, 2015, 25p.

EJOLT – Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade. **Environmental Justice Atlas**, 2016. Disponível em: http://ejatlas.org/. Acesso em: 20 jul. 2017.

ESTADÃO. Após nova análise, Bahia confirma contaminação de água por urânio. Matéria de André Borges, do **Jornal O Estado de São Paulo**. Publicação em: 02 de outubro de 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,apos-nova-analise--bahia-confirma-contaminacao-de-agua-por-uranio,1773470>. Acesso em: 13 fev. 2018.

FERREIRA FILHO, Luiz Ivando Pires. **Estudo das alterações citogenômicas da medula óssea de trabalhadores expostos a agrotóxicos**.

76f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Médicas) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GREENPEACE. **Ciclo do perigo**: impactos da produção de combustível nuclear no Brasil. Denúncia: contaminação da água por urânio em Caetité, Bahia. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2008/10/ciclo-do-perigo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GUDYNAS, Eduardo. Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedad civil. In: LANG, Miriam; LÓPEZ, Claudia; SANTILLANA, Alejandra (Org.). **Alternativas al capitalismo del siglo XXI**. Quito: Edições Abya Yala e Fundação Rosa Luxemburgo, 2013. p. 189-221.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the commons. **Science**, v. 62, 13. dec., 1968: Issue 3859, p. 1243-1248.

HERSCOVICI, Alain. Escolha coletiva, governança e direitos de propriedade: uma análise econômica dos commons. **Nova Economia**, v.23, n.1, 2013.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer Técnico 02001.003419/2016-12 COMOC/_____. **Análise Técnica das complementações do Estudo Ambiental do Projeto Santa Quitéria** – mineração de fosfato e urânio. Proc. IBAMA 02001.005454/2004-24. Origem: Coordenação de Mineração e Obras Civis, 08 de setembro de 2016, 90p.

ISA – Instituto Socioambiental. **Congresso volta à ativa e as ameaças aos direitos socioambientais continuam**. Matéria publicada em 02 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/congresso-volta-a-ativa-e-as-ameacas-aos-direitos-socioambientais-continuam>. Acesso em: 13 fev. 2018.

JORNAL O POVO ONLINE. **Comunidades ingressam Ação Popular para barrar retirada de água do Lagamar do Cauípe**. Matéria: Amanda Araújo. Publicação: 06 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2017/12/comunidades-ingressam-acao-popular-para-barrar-retirada-de-agua.html>. Acesso em: 17 fev. 2018.

LANG, Miriam. ¿Por qué buscar alternativas? A manera de introducción. In: LANG, Miriam; LÓPEZ, Claudia; SANTILLANA, Alejandra (Organizadoras). Quito: Edições Abya Yala e Fundação Rosa Luxemburgo, 2013, **Alternativas al capitalismo del siglo XXI**. p. 7-24.

LIDERANÇA A. Depoimento concedido em julho de 2017, durante o **"Encontro das Águas**: oficina de diálogos e convergências entre redes", promovido pela Fase nos dias 12 e 13/07/2017.

_____. Depoimento concedido em julho de 2017, durante o **"Encontro das águas**: oficina de diálogos e convergências entre redes", promovido pela Fase nos dias 12 e 13/07/2017.

LOPES, Ronaldo Santiago. **"A cultura de índio, seu menino, vem de longe aqui"***:* formação histórica e territorialização dos Tremembé/CE. 189f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A sociedade comunista primitiva e sua dissolução**. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

MAIA, Renata Catarina Costa. **"Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias":** a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MALVEZZI, Roberto. **Consumo de água pela carcinicultura é inviável**. Entrevista concedida a Rogéria Araújo (da Agência de Informação Frei Tito para América Latina - Adital) em 28 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article426>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MANOEL FILHO, João; CASIUCH, Marcelo; MIRANDA, Tiago; FEITOSA, Edilton; SANTIAGO, Maria Marlúcia; VIDAL, Carla Salgado; KIRCHHEIM, Roberto Eduardo. **Gestão interestadual compartilhada de água subterrânea na Chapada do Apodi, entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte**. 2011. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/968/Evento_Gestao_Kirchheim.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MARINHO, Alice Maria Pequeno; CARNEIRO, Fernando Ferreira; ALMEIDA, Vicente Eduardo. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 166-214.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Parecer Técnico. **Impactos ambientais em áreas de preservação permanente (APP's) promovidos no campo de dunas da Taíba pela usina eólica Taíba Albatroz**: Bons Ventos Geradora de Energia S/A, 2008.

MELO, João Alfredo Telles; MARQUES, Geovana de Oliveira Patrício. O direito à água e sua violação pelas políticas públicas de desenvolvimento no Ceará: escassez e injustiça hídrica. Os casos da mina de urânio de Itataia e das indústrias sedentas do Pecém. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 8, n.2, p. 64-76, 2014. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/revista/index.php/rede/article/view/300/65> Acesso em: 14 fev. 2018.

_____., MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado; MARQUES, Geovana de Oliveira Patrício. Direito à água e injustiça hídrica um estudo sobre a (in)constitucionalidade dos benefícios tarifários às indústrias hidrointensivas no Complexo Industrial do Porto do Pecém/Ceará. In: SIMPÓSIO DE DIREITO AMBIENTAL DO INSTITUTO "O DIREITO POR UM PLANETA VERDE", 3, junho de 2017.

MELO, Rafael Dias de. **Processos de Vulnerabilização e Controvérsias em torno do Projeto de Mineração de Urânio e Fosfato em Santa**

Quitéria, Ceará. 209p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramón Grosfoguel (Ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. [s. l.] Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado. **Licenciar e silenciar**: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do Projeto Santa Quitéria, CE. 341p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, 2015.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidade no âmbito social. In: LANDER, Edgar (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos**: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. 119f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2014.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

NÚCLEO TRAMAS. **Movimentos sociais, articulações de mulheres e participantes do curso de formação "Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental (UFC)" denunciam conflito Comunidade Quilombola do Cumbe - Aracati e prestam solidariedade**. Matéria publicada em 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/?p=795>. Acesso em: 17 fev. 2017.

OITAVO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA. **Clipping de notícias** - 8º Fórum Mundial da Água. Disponível em: <http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/clipping-de-not%C3%ADcias-8%C2%BA-f%C3%B3rum-mundial-da-%C3%A1gua>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco; COHN, Clarice (Orgs). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

PERIN, Vanessa. O ProSavana: transferência de tecnologia agrícola para "repetir" em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA (REA) E REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE (ABANNE). 5, **Anais...** Disponível em: <http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Vanessa%20Parreira%20Perin%20-%201020644%20-%203956%20-%20corrigido.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018.

PINTO, Marcia Freire; NASCIMENTO, João Luís Joventino do; BRINGEL, Paulo Cunha Ferreira; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?. **Gaia Scientia**, Volume Especial: Populações Tradicionais, p. 271-288, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/index>. Acesso em: 12 fev. 2017.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (DHESCA Brasil). **Relatório da Missão Caetité**: violações de direitos humanos no ciclo do nuclear. Marijane Vieira Lisboa, José Guilherme Carvalho Zagallo (Relatores); Cecília Campello do A. Melo. (Assessora). Curitiba: Expressão Gráfica, 2011.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo *et al*. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3213-3222, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n11/12.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2015.

PORTAL HIDROLÓGICO DO CEARÁ. **Volume armazenado-reservatórios**. Açude Edson Queiroz. 2018a. Disponível em: <http://www.hidro.ce.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. **Volume armazenado-reservatórios.** 2018b. Açude Sítios Novos. Disponível em: <http://www.hidro.ce.gov.br/#>. Acesso em: 13 fev. 2018.

PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6. Rio de Janeiro, jun/2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes y de Territorios - diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana [De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latinoamericana]. **Polis**, 22|2009, publicado em 08 de abril de 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/2636>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PGE – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Contrato para exploração da Usina de Itataia é assinado**. Texto da Coordenadoria de Imprensa do Governo, publicado pela Procuradoria-Geral do Estado em 2009. Disponível em: <http://pge-ce.jusbrasil.com.br/noticias/1584763/contrato-para-exploracao-da-usina-de-itataia-e-assinado>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PÚBLICO. **Agora, foram os rios Ganges e Yamuna a conseguir os direitos de um ser humano**. Matéria publicada em 21 de março de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/03/21/mundo/noticia/foi-a-vez-dos-rios-ganges-e-yamuna-conseguirem-os-direitos--de-um-ser-humano-1765964>. Acesso em: 13 fev. 2018.

QUILOMBO DO CUMBE. **Folder da IV Festa do Mangue**. Disponível em: <http://quilombodocumbe.blogspot.com.br/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

REDE BRASIL ATUAL. **Em meio à grande seca no Ceará, comunidades lutam em defesa da água**. Publicado por Cida de Oliveira em 09 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/12/em-meio-a-grande-seca-populacoes-tradicionais-no--ceara-lutam-em-defesa-da-agua>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.

RIBEIRO, Lívia Alves Dias. **Risco e injustiça hídrica no semiárido**: contribuição à Avaliação de Equidade Ambiental do Projeto de Mine-

ração de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria, Ceará. 189p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

RIGOTTO, Raquel Maria *et al*. **Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos**: documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Edital MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/ CT-Saúde - Nº. 24/2006. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

_____. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso da termelétrica a carvão mineral no Ceará. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2049-2059, 2009.

_____. FREITAS, Bernadete Maria Coêlho (Orgs). **Dossiê perímetros irrigados**: perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. Documento publicado eletronicamente em maio de 2014. Disponível em: <http://dossieperimetrosirrigados.net/>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria em suas relações com a Saúde Pública, a Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e a Saúde Ambiental - **Parecer Técnico**. Documento anexado ao Inquérito Civil nº. 1.15.001.000235/2012-55, em trâmite no Ministério Público Federal – Sobral. Fortaleza-Sobral, 2014, 35p.

_____. Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: "por que a água chega e a gente tem que sair?". **Revista Pegada**, v.17, nº 02, dezembro de 2016, p.122-144. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4684/3594>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ROCHA, Mayara Melo. **Das águas que calam às águas que falam**: opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi. 230 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro A. Derecho Humano Al Agua. In: FI-

GUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Direito ambiental, recursos hídricos e saneamento:** estudos em comemoração aos 20 anos da Política Nacional dos Recursos Hídricos e aos 10 anos da Política Nacional de Saneamento. São Paulo: Letras Jurídicas, 2017.

SANTOS, Emanuelle Rocha dos. **Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN** – caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. 2016. 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23820/1/2016_dis_ersantos.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água**: privatização, poluição e lucro. Tradução de Georges Kormikiaris. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Processo**: **ADI/5543**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5011612>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. **Relatório projeto territorialização em saúde**: estudo das relações produção, ambiente, saúde e cultura na atenção primária à saúde do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC/CAPES). Universidade Federal do Ceará, 2013.

A INSURGÊNCIA DOS SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS NO CONTEXTO DE CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NA CHAPADA DO APODI

Maria de Lourdes Vicente da Silva [1]

Bernadete Maria Coêlho Freitas [2]

> *Quando o avião passava expurgando nossa comunidade parecia que estava nevando [...] Quatro horas da tarde, a gente olhava pra comunidade, via tudo branco. Nem a igreja a gente não via. Muitas galinhas faleceram, muitos animais faleceram. Eu digo isso porque eu tinha no meu quintal, com 120 galinhas e 80 galinhas morreram numa tarde só, quando o avião passou expurgando. Isso aconteceu no quintal da minha casa. Por isso é que a gente fala contra os agrotóxicos. E a gente tem ainda o caso de doença. E aí eu lembro do companheiro Zé Maria que ele dizia – daqui a dez anos talvez eu não esteja vivo, mas vocês vão estar pra ver o número de câncer em nossa população; o número de crianças que vão nascer com má-formação. E a gente já tem um número altíssimo de casos de câncer em nossa comunidade. De janeiro até março nasceram quatro crianças com má-formação* [...] (Socorro, comunidade do Tomé, fala em audiência pública, 24 de abril de 2015).

INTRODUÇÃO

O olhar acerca do processo de construção das insurgências gestadas pelos sujeitos sociais locais (camponeses e trabalhadores assala-

1 Mestra pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC) em 2014. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

2 Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) em 2017. Desenvolve atividades de pesquisa e extensão na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará (Fafidam/UECE).

riados) da Chapada do Apodi[3] constitui e alimenta a premissa deste artigo. A fala da camponesa Socorro, acima, repleta de aprendizagens e zelo pela vida, é uma expressão concreta desse ensejo, ao passo que demonstra o exercício de desocultamento das problemáticas relacionadas à expansão do capital na comunidade e a preocupação dos sujeitos com a transformação daquela realidade. A mesma faz referência a Zé Maria do Tomé, liderança local que evidenciou a questão fundiária e os efeitos dos agrotóxicos na Chapada, sendo assassinado em 21 de abril de 2010. Nossa pretensão é a de mostrar o papel relevante desses sujeitos em defesa do território camponês, por vida digna para os trabalhadores assalariados e pela contra-hegemonia ao capital, unindo-se a diferentes movimentos, entidades e universidades nesse propósito. Nesse processo, coexistem hegemonia e contra-hegemonia, eclodindo conflitos territoriais e ambientais.

Os conflitos territoriais e ambientais têm ampliado nas últimas décadas não somente na Chapada do Apodi, mas em todo país, ante o avanço do capital no campo, sob o incentivo do Estado. A Chapada do Apodi, leste do Ceará, constitui-se um desses territórios, marcado pelos conflitos em torno da terra, da água, do trabalho e dos impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente. A implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi pelo estado na Chapada do Apodi favoreceu a inserção do agronegócio, que impulsionou a concentração fundiária, o uso de agrotóxicos e a precarização das relações de trabalho. Nesse contexto, os sujeitos sociais e políticos assumem o desafio fundamental, por meio das lutas e resistências dos camponeses e trabalhadores rurais, construindo alianças com movimentos sociais, universidades, entidades sindicais e Igreja católica (vinculados à teologia da libertação) em defesa do território e da vida.

O território é entendido, aqui, "como a síntese da relação entre espaço, tempo e relações sociais" (BOMBARDI, 2004, p. 123) e um "produto concreto da luta de classes" (OLIVEIRA, 1999, p. 74). O estudo toma como referência a análise da multiescalaridade espaço-tem-

3 A Chapada do Apodi, no estado do Ceará, incorpora parte dos municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama. Neste artigo, será dado ênfase à parcela que corresponde aos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré.

poral e da multidimensionalidade territorial (REFFESTIN, 1993), isto é, da articulação da realidade concreta da Chapada com a *totalidade* e suas manifestações em diferentes dimensões do território: econômica, política, cultural e ambiental. Utilizou-se estudo bibliográfico, pautado no pensamento crítico e nos procedimentos metodológicos vinculados à pesquisa-ação (THIOLENT, 2004) e à Pedagogia do Território (RIGOTTO; ROCHA, 2014).

Partimos da premissa de que no contexto de uma sociedade extremamente desigual e de conflitos ambientais, desencadeiam-se processos de formação da consciência e construção de diferentes formas de resistências diante das ameaças e tentativas de imposição de modelos de desenvolvimento e dos impactos que recaem especialmente sobre comunidades camponesas. Visibilizar esses processos e os sujeitos neles envolvidos constitui-se em motivação na elaboração deste artigo.

Trata-se de exercício contra a invisibilização dos sujeitos sociais que vivem na Chapada do Apodi e de seus papéis na luta cotidiana em defesa dos modos de vida, do ambiente e da saúde. Ao longo de mais de 10 anos, vimos a região da Chapada do Apodi passar por profundas transformações num entrecruzamento entre as questões ambientais, sociais, familiares, religiosas e de trabalho; ouvimos relatos de vida, memórias, histórias; aprendemos com seus diferentes e complexos saberes; ressignificamos o campo e reaprendemos com o campesinato.

O exercício de diálogo mútuo nos permitiu observar o processo de inserção dos sujeitos no que tange ao exercício de desocultamento dos problemas sociais e ambientais quando passam à convivência com projeto do agronegócio, externo à vida do campo em que enfrentam o difícil e permanente desafio de *aceitar/legitimar* ou *negar* esse projeto.

> **As águas, tudo o que a gente consumia, tudo era sadio. Agora com esses agrotóxicos, tudo é contaminado**. Muito por causa dessas empresas porque antes a gente não via isso não. A gente plantava, a gente colhia, a gente não via esse tipo de coisa. Hoje não, hoje todo mundo usa [agrotóxicos] porque **as empresas foi quem incentivou, e até por causa das empresas fazerem isso, os agricultores também fazem.** Se o pequeno agricultor plantar e não tomar providência, não dá mais nada porque a praga bate

> em cima. Aí é horrível, eu acho que **piorou muito a situação dos agricultores e dos moradores da Chapada do Apodi. Só enriqueceram eles mesmos** [se referindo aos empresários]. Que a gente não sabe quem são eles, muitas vezes, não é? São de fora. E o pior, quando chegam aqui, invade o terreno alheio, aí é que é pior mesmo. Não aconteceu aqui mesmo em nós, não. Graças a Deus que não, mas tem muita gente que sofre e **eles inventam de fazer indenização e no fim não faz**, não dão o que a pessoa merece. E daí por diante. Teve muitas coisas que piorou a situação (DONA ODETE, *apud* SILVA, 2014, p. 150).

Entre a aceitação e a negação, há um processo político pedagógico potencializador e formador de consciências em que se observa uma combinação de fatores e relações sociais que dialogam entre si e constroem simultaneamente hegemonias e ações contra-hegemônicas. Nesse ínterim, entre a imposição do capital e a construção de resistências, vozes foram se juntando, as comunidades foram construindo alianças na formulação de alguma estratégia de defesa da sua cultura e das suas relações sociais e ambientais.

A inserção política das comunidades em lutas locais carrega práticas sociais de resistências que constroem novas formas de fazer política no cotidiano da vida social e comunitária desses sujeitos. Por isso, a possibilidade de adentrar, compreender e problematizar a vida cotidiana do campesinato nessa encruzilhada histórica de ameaça de desaparecimento e desqualificação de seus modos de vida e da negação de seus saberes, aliada aos mecanismos de produção de invisibilidades a partir de outro olhar sobre o território e externo a eles, tem-se o questionamento: legitimar ou negar? Medos, silenciamentos, promessas, cooptações e capturas de subjetividades foram algumas das estratégias de expansão do agronegócio para a região, realizadas a partir das promessas de melhoria na qualidade de vida para o campo.

No entanto, como um dos indícios da cultura camponesa, o olhar da totalidade sobre as inter-relações permitiu aos camponeses observar as transformações, até então, externas à sua realidade e a realizar o exercício da criticidade sobre o movimento do real, buscando diferentes formas de denúncia e de superação de alguns dos seus problemas. Assim,

ao perceberem o problema dos agrotóxicos, as comunidades se aliam aos movimentos sociais e à academia para a produção de evidências "científicas" dos problemas reais vividos no cotidiano, a partir de seus saberes e sua percepção sobre as transformações no ambiente. A estratégia de publicização dos problemas fortalece a construção de uma consciência coletiva da questão dos agrotóxicos e seus efeitos na saúde.

> No canteiro nós não usamos veneno de jeito nenhum. Nós arrancamos o mato de mão. **Porque o que a gente não quer pra gente, não quer para os outros, não é?** Você vai e compra um cheiro verde e é só veneno, aquilo ali vai lhe prejudicar. Lhe prejudica, prejudica a terra e prejudica muito mais a nós que produzimos e lhe vendemos aquele produto envenenado, não é? A gente tem que ser honesto, não pode ser assim (DONA BRÍGIDA *apud* SILVA, 2014, p. 161).

A repercussão desse problema dos agrotóxicos estende-se além da Chapada do Apodi, atingindo alguns municípios da região do Baixo Jaguaribe que incorporam a política pública de perímetros irrigados e, por conseguinte, o agronegócio. A política pública de irrigação (através de seus órgãos como Dnocs, Ministério da Integração Nacional) incentiva não somente o uso de agrotóxicos pelo agronegócio, como também (em conjunto com o agronegócio) dissemina esse uso com os camponeses, ampliando a contaminação e as intoxicações etc., ao passo que coexiste o processo de *in-sujeição do território camponês ao capital (*FREITAS, 2017)[4].

O papel dos sujeitos sociais tem sido fundamental nesse contexto da problemática dos agrotóxicos. Exemplo disso foi a atuação e as denúncias de Zé Maria do Tomé, cuja luta resultou na elaboração e aprovação da Lei nº 1.478/2009, que dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras. A referida lei, sob a pressão das empresas do agronegócio, foi revogada pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, logo após o assassinato desse ativista, em 21 de abril de 2010, que também denunciava a invasão (grilagem) de terras,

4 Conforme mostra a tese da autora.

principalmente pelo agronegócio, no projeto Jaguaribe-Apodi, questão evidenciada pelo Dnocs (2009).

A partir do ano de 2015 um novo projeto de lei (nº 18/2015), de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL), tramita na Assembleia Legislativa do Ceará e pretende proibir a pulverização aérea dos venenos agrícolas. A nova lei questiona, ainda, as isenções relacionadas ao comércio de agrotóxicos no estado, conforme foi discutido em uma audiência pública, realizada na referida assembleia, em abril de 2015.

Como continuidade da luta de Zé Maria do Tomé, em maio de 2014, cerca de mil famílias da Chapada (camponeses e trabalhadores rurais) ocuparam a segunda etapa do Projeto Jaguaribe-Apodi, constituindo o acampamento Zé Maria do Tomé, resistência que obteve 1.700 hectares de terras da segunda etapa – *fração* do território camponês que seria destinada às empresas do agronegócio, em acordo efetivado por meio de portaria emitida pelo Ministério da Integração e Ministério do Desenvolvimento Agrário, em janeiro de 2015. Até o presente, entretanto, os camponeses lutam contra uma reintegração de posse, efetivada pela Federação das Associações do Projeto Jaguaribe-Apodi (Fapija), juntamente com o Dnocs. O acampamento Zé Maria do Tomé – coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e apoiado por um conjunto de entidades, movimentos sociais e universidades – é uma das expressões dos conflitos territoriais, ambientais e das resistências na Chapada do Apodi.

O acampamento materializa a luta contra a expropriação, privatização da água e os impactos dos agrotóxicos. Trata-se de uma luta por terra, água, por território, isto é, por um modo de vida que respeite o ambiente e os trabalhadores que da terra obtêm a sustentação de suas vidas, através de experiências de produção mais saudável, voltadas à transição agroecológica. O acampamento é também o lugar do retorno de proletários (trabalhadores assalariados) à sua condição camponesa, do mesmo modo que em momento anterior o inverso aconteceu. Essa transformação mostra a luta contra a exploração do trabalho e o sonho da autonomia e de se apropriarem do resultado do seu trabalho (FREITAS, 2017).

A exploração do trabalho é, nesse sentido, outro fenômeno presente na Chapada, verificado no trabalho precarizado e na *violência*

silenciosa dos agrotóxicos (BOMBARDI, 2012) e das empresas do agronegócio. Com o avanço das empresas nacionais e multinacionais, as condições precárias nas relações de trabalho se aguçaram. Duas greves dos trabalhadores da empresa Del Monte Fresh Produce materializaram a luta por trabalho digno, ao passo que as pautas muitas vezes incluíam reivindicações extremamente básicas como refeitórios, o não uso de facões por técnicos de segurança para assegurar o cumprimento de metas de produção, entre outros. A exposição aos agrotóxicos, que gera a contaminação e intoxicações dos trabalhadores, constitui outra face dessa precarização. As greves construídas pelos sujeitos sociais (trabalhadores assalariados das empresas), com o apoio, posteriormente, de diversas entidades e sujeitos políticos (Cáritas, Renap, MST, Fafidam etc.), são reveladoras dos conflitos e asseguram o papel e o protagonismo dos sujeitos sociais na Chapada do Apodi, questões que serão tratadas mais adiante.

Novos personagens começaram a entrar em cena para esse fim: articulações e lutas coletivas. O Movimento 21 (M21), a luta das organizações em defesa do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador e Ambiental (Ceresta), a greve de 2012 e a criação do Comitê Popular das Águas são expressões da luta coletiva em defesa do território, da saúde e do ambiente na Chapada do Apodi CE/RN, temas que discutiremos ao longo deste texto.

"QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA": O PROCESSO DE INSERÇÃO DOS SUJEITOS EM DEFESA DO TERRITÓRIO DA CHAPADA DO APODI/CE

O processo de territorialização do capital no campo e os conflitos ambientais são as bases para o surgimento dos chamados "novos camponeses". Armando Bartra (2014), em seu livro *Os novos camponeses: identidades multinacionais dos camponeses em movimento*, faz uma atualização do conceito de camponês a partir das mudanças ocorridas na sociedade capitalista na contemporaneidade.

Uma das grandes questões de seu livro é a diversidade – histórica, econômica, ética e produtiva –, que define a verdadeira face do campesinato. O camponês é trabalhador autônomo e, portanto, com algum acesso à terra, que produz o que necessita. Dedica-se a outros trabalhos

(artesanato, comércio) e, quando necessário, vende sua força de trabalho. Por outro lado, de acordo com o autor, eles têm sido os mais atingidos pelas crises do capital e são os que têm feito muitas lutas, a exemplo da luta contra o Nafta. São eles, define o autor, que encarnam "a mais rica experiência social frente às classes subalternas".

Utilizamos as ideias de Armando Bartra para pensarmos as diferentes formas de resistências e constituição de novos sujeitos sociais na contemporaneidade, as quais desafiam a academia a pensar sobre o diálogo de saberes construído nessa teia de relação entre comunidades, movimentos sociais e academia, que se juntam para desvendar e recriar o cotidiano dos camponeses e suas diferentes formas de resistência.

No caso brasileiro, na contemporaneidade, diversos movimentos camponeses vêm questionando a propriedade da terra em nome da defesa dos bens comuns, do direito à moradia, a demarcação dos territórios, sua autonomia e sua cosmovisão. Nesse contexto, atualmente, vivemos um momento de reformulação da ação política em diversos espaços, envolvendo diferentes sujeitos políticos e diferentes formas de luta que tecem novas formas de fazer política.

É o que vem ocorrendo na região da Chapada do Apodi, Ceará, após a chegada de um novo modelo produtivo baseado no agronegócio da fruticultura irrigada: potencializadas a partir de enfrentamentos e disputas territoriais, surgem novas formas de resistências e novos sujeitos políticos.

Para compreender o movimento de resistência que vem se construindo nessa região, retomamos as ideias do pensador Eder Sader, no livro *Quando novos personagens entram em cena: o encontro com a voz do outro*. Em seu estudo, publicado em 1988, o autor analisa as origens da organização de trabalhadores que viram a urgência de renovar suas formas de luta e resistência através da força do sindicato, dos partidos e da igreja. "Nessa representação a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública" (1988, p. 29).

De acordo com a releitura da professora Kênia Rios, do Departamento de História da UFC, naquele período, a crise das instituições fomentou a reformulação de práticas políticas de grupos menos favorecidos em busca de saídas próprias para garantir a dignidade daqueles

que se viam, mais do que nunca, diante da necessidade de se unirem e se rebelarem[5]. Através da análise da prática desenvolvida no bojo da teologia da libertação e do novo sindicalismo, que surgiu naquele período, o autor passa a entender a força da tradição popular como uma dimensão fundamental na formação da consciência de classe e como potência política dos pobres.

De acordo com a professora Kênia Rios[6], muitos intelectuais brasileiros assumiram politicamente o compromisso de compreender os novos sujeitos, suas novas vias e métodos:

> Em nome da recusa aos silenciamentos experimentados amargamente pelos vários sujeitos políticos em nosso país, nos vários anos de ditadura, os pesquisadores despertaram para um "outro". Esse outro imprescindível, marcado pela timidez, pela perseguição, pela tortura, pela morte.

Durante muitos anos, esse "outro" foi ocultado, negado, excluído pela academia nas análises históricas. E a professora acrescenta: "esse estranho redescoberto pela história era a *voz.* A *voz c*omo fenômeno que ultrapassa a oralidade, a marca dos 'sem escrita' manifestada com a força do corpo, o corpo do falante. A voz é muito mais do que a palavra oral". Assim, os movimentos sociais produzem um novo sujeito, o coletivo, que tem no sindicato sua forma de expressão. No relato da professora, Sader vê, no cotidiano popular, novos lugares para o exercício da política. Por isso, entender e estudar o cotidiano é entender e fazer um certo alargamento da política.

Utilizando esse exercício proposto pelo autor e tão bem resgatado pela professora Kênia Rios, a oralidade traz consigo novas formas de produção de conhecimento e impõe um novo jeito de fazer política. Assim, alguns trabalhadores e trabalhadoras, preocupados com os problemas sociais e ambientais, passaram a fazer denúncias públicas de problemas que começaram a surgir a partir de transformações perceptíveis na cultura camponesa. Foi o que aconteceu com o ativismo político de Zé

5 Palestra proferida durante o encerramento do Encontro Nacional de História no auditório Rachel de Queiroz, na UFC, em 2017.

6 Idem.

Maria do Tomé em Limoeiro do Norte. Desafiando os poderes locais e sendo desacreditado por parte da população local, liderou numerosos processos de denúncias sobre a mortandade de peixes, a contaminação das águas e a pulverização aérea de agrotóxicos. Sozinho? Não.

Durante um bom período, seu ativismo era convencer a população da região sobre a problemática, e para isso passou a reunir evidências e denunciar que a população estava sofrendo sérios problemas de saúde com a mudança no modelo produtivo baseado na fruticultura irrigada. Essa mudança é a gênese dos conflitos por terra, água e território na disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa na Chapada do Apodi.

Em relação à questão da terra, as resistências emergiram, principalmente, após a implantação do Perímetro Jaguaribe-Apodi (1989). Embora demarcada pela concentração fundiária, havia um número significativo de posseiros (camponeses) na chapada, conforme apresentado em trabalho anterior (FREITAS, 2010). No momento da desapropriação para implantação do perímetro irrigado, a prefeitura de Limoeiro do Norte assegurou o repasse das terras aos posseiros, momento em que médios e grandes proprietários (vinculados ao poder político local) fizeram usucapião coletivo das terras, incorporando as áreas de pequenos posseiros, porém, sem repassar parte das benesses da desapropriação para os camponeses.

Essa questão demarcou a gênese dos conflitos por terra na chapada, posteriormente retomada por novos e velhos sujeitos sociais e políticos, após o desenvolvimento do perímetro. Primeiro, em meados da década de 1990, com a expropriação dos camponeses e a inserção das empresas no âmbito do Perímetro Jaguaribe-Apodi (FREITAS, 2010), processo resultante do redirecionamento político-econômico no país. Essa mudança favoreceu a entrada das empresas nacionais e multinacionais no contexto da *mundialização do capital na agricultura* (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2016), ao qual o país optou pelo agronegócio como modelo predominante de agricultura e em atendimento aos interesses hegemônicos neoliberais. Na chapada, nesse período, foi criada a Associação dos Ex-Irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi (Aija) reivindicando o retorno à terra, reclamando da expropriação sofrida.

Além dessas mudanças externas, a expropriação ocorreu também por problemas internos, em função de ingerência da cooperativa (pre-

sidida por antigo proprietário e integrante do poder político), e pelas dificuldades de adaptação ao novo modo de produzir, totalmente mercadológico, diferente do modo de vida camponês ao qual estavam habituados. Foi nesse contexto de luta contra expropriação, conflitos por terra e denúncia de contaminação da água (para consumo humano) por agrotóxicos que Zé Maria do Tomé (ex-integrante da Associação dos Ex-Irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi e ex-presidente da Associação dos Desapropriados e Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi) foi assassinado, em 21 de abril de 2010, por denunciar os problemas relacionados à questão fundiária e aos agrotóxicos.

Essas questões podem ser percebidas em algumas falas de Zé Maria do Tomé em seminários, audiências e na própria comunidade, publicadas em documentário produzido por pesquisadora da Universidade de Brasília, em parceria com o Tramas, o Movimento 21 e outras instituições e movimentos, no ano de 2011:

> *Meu nome é Zé Maria, lá da Chapada do Apodi, presidente da Associação do Desapropriados e Trabalhadores Rurais Sem Terra e estamos numa luta por um pedaço de terra na Justiça Federal. E eu quero dizer sobre os agrotóxicos, estou muito preocupado com os agrotóxicos lá em cima. Hoje é impossível, ninguém consegue mais produzir nada sem o agrotóxico. E o agrotóxico faz mal e muito mal. E o cidadão fica trabalhando com aquele produto, se molha, derrama na roupa dele. E quando chega em casa, sabe o que ele faz, ele joga lá. A mãe dele, a esposa. Volta pra máquina, vai lavar junto com as outras roupas dele. Aí faz mal, é toxico* (ZÉ MARIA DO TOMÉ, 2015).

> *Nós estamos vivendo lá na Chapada uma verdadeira guerra, guerra civil contra o agronegócio. Até porque não somos contra o agronegócio, somos contra a maneira de que o vendedor age naquela chapada.*

> *Nós aqui na Chapada nós temos detectado por a COGERH de Fortaleza três poços aqui na comunidade comprometida com agrotóxicos em altíssimo grau de agrotóxicos. Que nós estamos consumindo uma água superperigosa. E chegou notícias aqui que de onde nós*

bebemos nossa água tiraram uns cinco ou seis sacos de peixe morto, contando que a quatro ano, em 2004 aconteceu a mesma coisa na piscina a qual abastece a comunidade de Tomé, onde morreram peixe, galinha, cachorro e outros. Então gente, vamos levantar, vamos se erguer, que a coisa é séria. Nós não vamos correr com empresa, nós não vamos ser contra empresa, mas vamos ser contra o que elas fazem. Vamos se levantar, vamos dar a mão ao outro, vamos viver, porque nossos filhos são novinhos, eu já tenho 45 anos, você já tem 60, tá do meio pra frente, mas tem os nossos filhos, tem nossos netos, vamos lutar, vamos brigar, vamos erguer a mão, pedir a Jesus Cristo força e coragem, vamos pedir ao poder público e a quem quer que seja para nós vencer essa luta.

Zé Maria contribuiu com a organização dos camponeses que perderam suas terras com a desapropriação por parte do governo e depois por conta da invasão de suas áreas do perímetro pelas empresas. A luta pela terra e a denúncia sobre os impactos da pulverização aérea de agrotóxicos foram, segundo a denúncia do Ministério Público, a motivação do seu assassinato. As organizações sociais que atuam na região afirmaram que o assassinato do Zé Maria não poderia ficar impune e passaram a pressionar os órgãos para apuração do caso, a qual já dura mais de 7 anos. Com diferentes formas de luta, convocaram a união dos movimentos com o grito de ordem: "Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós, falando por você já que calaram sua voz", afirmando que só o fortalecimento da organização dos trabalhadores poderia efetivar os enfrentamentos necessários para garantir o grito que ecoa na região: "a chapada é nossa, a Chapada é do povo".

Nesse ínterim de organização das lutas, de estudos sobre os agrotóxicos, de articulações políticas, outras lideranças foram surgindo e foram fundamentais no processo de luta e de mobilização. Militantes sociais do MST e do Sindicato de Servidores Públicos de Limoeiro do Norte, ligado ao CSP – Conlutas, tiveram a tarefa de articular os trabalhadores das empresas, como os mais de 500 que participaram da pesquisa sobre agrotóxicos feita pelo Núcleo Tramas – UFC. Paralelo a isso, organizaram as mobilizações públicas de denúncias e negociações de órgãos públicos associadas às ações da academia, bem como visitas a

locais de trabalho e acompanhamento de processos jurídicos e problemas de saúde dos trabalhadores.

Nas comunidades, diversas pessoas foram fundamentais para fazer articulação entre moradores e servidores da área da Saúde para participarem dos processos e das pesquisas, da apresentação do território e suas transformações, do acompanhamento dos problemas sociais e de saúde e acompanhamento das transformações no ambiente. Famílias abriram suas casas para acolher pesquisadores; organizaram espaços e mobilizaram moradores para participação em atividades culturais, enfrentaram outros moradores e foram, aos poucos, modificando sua própria visão sobre o conflito na região.

Através das pesquisas foi possível, nesse período, adentrar na ampliação do universo dos diferentes sujeitos que compõem o território e a cultura camponesa: as mulheres. Historicamente invisibilizadas nos estudos acadêmicos e como sujeitos políticos, elas tiveram um papel decisivo na visibilização dos impactos dos agrotóxicos e no desocultamento dos problemas ambientais e de agravos à saúde na Chapada do Apodi. Duas pesquisas foram realizadas na região, coordenadas pelo Núcleo Tramas: a dissertação de Silva (2014), que teve como tema a problematização acerca das repercussões da modernização agrícola sobre o trabalho e a vida das mulheres da chapada, e o estudo sobre direitos sexuais e reprodutivos e os agrotóxicos finalizado em 2015, sob autoria do Núcleo Tramas, da UFC.

Nesses estudos, envolvendo as mulheres como sujeitos da pesquisa, colocamos as lentes dos estudos de gênero para compreender os conflitos no território e suas diferentes formas de resistências a partir dos olhares e das percepções das mulheres. Com elas aprendemos que, em seu cotidiano, as mulheres desenvolvem práticas populares de saúde, baseadas em teias de relações que perpassam valores de solidariedade, de visibilização, de nexos e de aferidores, numa espécie de integralidade de saberes e sentidos para superação da realidade de medos e sofrimentos em que estão vulnerabilizadas, no que diz respeito à reorganização do trabalho no campo e da vida das mulheres camponesas. Assim, o território foi ressignificado:

> Se antes conhecíamos a Chapada divulgada pelos graves problemas dos agrotóxicos, da imposição e do domínio das empresas de fruticultura irrigada sobre os territórios e os/as trabalhadores/as, a denominada "Chapada do Agronegócio", as mulheres apresentaram-na como um território camponês reapropriado e recriado – um território onde coexistem hegemonia, contra-hegemonia e conflitualidades (SILVA, 2014, p. 194).

A partir de depoimentos, a experiência das mulheres mostrou-nos que existe um processo de afirmação camponesa vivenciado por elas, através do vínculo com a terra, o trabalho, a produção e o território, de valorização das formas não capitalistas de produção e de participação no processo produtivo e na organização familiar da produção. Criam diferentes maneiras de averiguação dos processos de saúde e de adoecimento e constroem mecanismos de superação dos problemas postos no seio do trabalho, da família e das relações comunitárias (SILVA, 2014).

Nos espaços de articulações locais e inserções políticas por onde circulam os poderes e saberes das mulheres – como as escolas, as igrejas, os espaços da cozinha, o quintal, a relação de vizinhança, dentro das empresas, nos grupos específicos que participam –, as mulheres constroem o *movimento do cotidiano* (SILVA, 2014) que, de acordo com os resultados do estudo, institui a luta por soberania alimentar, pela defesa do alimento e pela manutenção dos laços comunitários de divisão do trabalho. Fortalecem a cultura fundamentada na ética camponesa e nos valores de solidariedade. Articulam as diversas dimensões – indissociáveis – entre ambiente, trabalho, relações familiares, convivência social e saúde das pessoas, numa visão sistêmica do cuidado na defesa do bem comum, do trabalho e da saúde.

A participação das mulheres em diferentes espaços de diálogos de saberes permitiu uma ampliação de sua inserção política e elevação no nível de consciência por parte de algumas delas e de transformação do seu olhar e sua intervenção sobre os conflitos e sobre o seu cotidiano de vida.

De acordo com Silva (2014), o fio da meada inicia-se em 2004, a partir de problemas de coceiras na pele de crianças de várias famílias, que foram relacionados pelas mulheres aos agrotóxicos. Observaram

que, mesmo seguindo a recomendação médica, o quadro de intoxicação se agravava e supuseram então que o problema poderia ser proveniente da contaminação da água, já que, com a utilização de água mineral para o banho, foi amenizado. O episódio ocorreu na mesma época da mortandade de peixes e outros animais nos canais do perímetro irrigado. As mulheres testemunham que, por conta desse episódio e da pressão que exerceram, foi feita a primeira análise da água. Começa, assim, a descoberta da contaminação da água consumida, que vinha pelo canal do perímetro que abastecia a comunidade. Essa situação familiar desencadeou a busca de Zé Maria pelas respostas ao problema das intoxicações das pessoas.

Ele chegou a pressionar os órgãos e descobriu que a contaminação ocorreu por um "acidente" de uma das empresas do agronegócio: o funcionário foi abastecer o trator com veneno para pulverizar a plantação e, nos procedimentos, colocou primeiro o veneno no tanque do trator e, depois, a mangueira para abastecer com a água do canal. Todavia, deitou-se no trator e dormiu. O resultado foi que o tanque do trator se encheu e começou a transbordar a água – já com veneno – para a piscina que abastecia a comunidade:

> Aí foi que estourou a bomba (notícia) que a primeira contaminação foi feita no trator, não tinha nem avião ainda. Aí pronto, aí contaminou e a sorte é que não morreu ninguém, mas muita gente adoeceu com problemas na pele. Aí pronto, daí já foi uma luta. Ele [Zé Maria] começou a ir atrás dessas coisas quando o resultado deu positivo e o cara disse o que tinha acontecido e tudo. Aí parece que eles tiveram que secar a piscina. Nisso, a empresa soube da poluição, mas não fez nada. Só depois que a análise chegou já tinha passado uns quinze dias ou mais o pessoal usando essa água, aí interditaram a piscina, lavaram, secaram todinha. Aí pronto, começou a ter fiscalização e meu pai começou a ver vidros de venenos nas piscinas, os sacos de adubo, tudo jogado (SOPHIA *apud* SILVA, 2014).

De acordo com os estudos de Silva (2014),

> o alarme dado pelas famílias no que tange ao problema da contaminação das pessoas por agrotóxicos se relaciona ao modo como os(as) camponeses(as), em seu devir histórico, desenvolvem conhecimentos tecidos na relação com o ambiente natural (PORTO-GONÇALVES, 2006). Revela, também, uma concepção de ambiente que não se separa da sociedade. Dessa maneira, as mulheres, atentas aos sinais do corpo adoecido, fizeram "pontes" com o uso da água e alertaram para as possíveis reações que uma água de má qualidade pode trazer ao organismo, especialmente, de crianças (p. 172).

E esse exercício permitiu a formulação de novas consciências em torno do problema e do enfretamento da luta da comunidade em torno da água de qualidade, do acesso à terra e da defesa da saúde.

Novos sujeitos entraram em cena e transformaram seu cotidiano numa luta permanente para permanecer na chapada. E alguns deles passaram a ser porta-vozes da luta por justiça ambiental na Chapada do Apodi e pelos direitos das mulheres. Criando, assim, um sujeito social agora coletivo que fala em nome da comunidade e em nome da luta por justiça e transformação social. Sujeitos coletivos que têm nome, têm rosto e têm lugar: camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras assalariados, agentes de saúde, professores, agentes pastorais, servidores públicos, estudantes e tantos outros sujeitos sociais que atuam na resistência cotidiana na Chapada do Apodi.

Práticas sociais de resistências constituindo o ser/fazer dos sujeitos da chapada

Um dos elementos do despertar da consciência no que tange aos agrotóxicos na chapada é a defesa dos bens comuns, através da luta em defesa da terra, por acesso à água de qualidade e contra os impactos sobre a saúde. Temos a percepção de que esse tripé foi o que motivou a articulação das comunidades com movimentos sociais, especialmente em defesa da saúde. Para isso, diversos sujeitos sociais instituíram estratégias de divulgação, através de conversas entre vizinhança, familiares, nas empresas etc. Essa estratégia foi-se ampliando para a presença e falas

em audiências públicas, programas de TV e rádios. Internamente, várias atividades envolveram a divulgação de informações com o trabalho de educação nas escolas, com juventude e as crianças, o que resultou, entre outras atividades, na apropriação de materiais sistematizados pela universidade e pelos movimentos sociais e construídos nas comunidades, como o Memorial da Chapada do Apodi, o qual possibilitou à juventude retratar os sujeitos da comunidade e seu cotidiano de trabalho, através da fotografia e da produção de um curtametragem sobre a história da água na chapada.

Outra prática social que se instituiu como resistência na chapada foi o desenvolvimento de formas de acompanhar as transformações sociais, ambientais, familiares e de saúde, utilizando-se de estratégias de vigilância popular em saúde, para colocar em evidência tudo que é considerado externo à sua cultura, à sua memória, num exercício autônomo de problematizar as inter-relações entre saúde, trabalho e ambiente. Um dos momentos marcantes para a região aconteceu na praça da igreja da comunidade do Tomé, com a fala do Zé Maria sobre a saúde do trabalhador e a denúncia da pulverização aérea. Nessa atividade, trabalhadores contribuíram com as pesquisas, registrando a exposição aos agrotóxicos dentro das empresas e denunciando as condições insalubres a que são diuturnamente submetidos no processo de precarização do trabalho.

De forma complementar, os sujeitos participaram e organizaram vários intercâmbios de experiências com outros grupos e comunidades, desenvolvendo a pedagogia "de camponês a camponês". Com troca de saberes e experiências com os camponeses do lado potiguar da chapada, de Potiretama, Lagoa dos Cavalos, por exemplo, na sua luta e organização em defesa do território, da vida e da cultura camponesa.

Outro espaço importante de formação da consciência tem sido voltado para alimentar a esperança e permanecer em atitude profética de indignação, através da organização e da participação das comunidades na chamada "Romaria dos mártires". Tal atividade ocorre todos os anos, no dia 21 de abril, para rememorar o dia do assassinato de Zé Maria do Tomé e faz parte da "Semana Zé Maria", em que as entidades e comunidades organizam, com as universidades que atuam na região, uma jornada de publicização das pesquisas realizadas, de atualização

dos debates, articulações políticas etc. Esse tem sido um exercício profundo de diálogo de saberes entre diferentes sujeitos sociais.

Além da participação e contribuição em diversas pesquisas realizadas na região, uma ação importante a ser destacada foi o exercício coletivo entre pesquisadores e comunidades, em que foram debatidas as novas necessidades de conhecimento. Muito importante ainda foi pensar sobre as reflexões feitas, por exemplo, por uma das moradoras da região que dizia: *"eu quero saber quando eu vou poder beber água sem veneno na minha comunidade"*.

Mais recentemente, outro elemento-chave veio à tona e provocou profundas transformações na perspectiva da dimensão da arte: foi o exercício de (re)apropriação da cultura, a exemplo das ações culturais de resgate dos dramas e das dramistas que existiam na região, da poesia, do repente, do cordel, do teatro de rua, de contações de estórias etc. Vários grupos de arte de diferentes locais realizaram atividades nas praças e nas mobilizações na chapada como forma de solidariedade com a problemática da região.

Outros elementos poderiam ser descritos e aqui lembrados, e todos eles trazem consigo a ideia de que as atividades atingiram uma diversidade de sujeitos, de tempos e de lugares e versam sobre a coragem de romper com o instituído, de construir a retomada de vários aspectos que, na nossa análise, fortalecem o processo de consciência e organização dos sujeitos locais, gestando novos sujeitos, a exemplo do que aconteceu com a (re)ocupação da chapada, através da construção de uma comunidade de resistência – o caso do acampamento Zé Maria do Tomé, conforme já citado.

Para além dos sujeitos e em sintonia com eles, a Igreja, através das pastorais sociais, tem desenvolvido ao longo desse tempo um trabalho permanente de formação, por meio de projetos políticos/produtivos que visibilizam as resistências e as lutas da chapada, especialmente em torno da defesa da terra e da água e pela produção de alimentos saudáveis. O acompanhamento dos conflitos, a denúncia aos órgãos de direitos humanos e a articulação das ações de solidariedade nos âmbitos local, regional, nacional e internacional fazem parte das tarefas assumidas. Mediante ações mobilizadoras, como o Grito dos Excluídos, a Caminhada dos Mártires, as pastorais sociais têm fortalecido o processo

através de uma ação profética de trabalho envolvendo as comunidades da Chapada do Apodi e outras regiões do Baixo Jaguaribe que também enfrentam conflitos por terra e água.

Foto 1 – Manifestação denunciando o uso de agrotóxicos na Chapada do Apodi
Fonte: Acervo Núcleo Tramas/UFC.

Coube à academia, nesse período, o desenvolvimento de uma pesquisa engajada que atendesse às necessidades de conhecimento das comunidades, desafiando-se a um diálogo permanente de saberes sobre o território. Os *objetos* passaram a ser *problemas* de pesquisa e isso potencializou o desafio de construção de uma ciência emancipatória, construída a muitas mãos, que tenta analisar as transformações da saúde, do trabalho e do ambiente a partir da complexificação do movimento real. Temas como impactos dos agrotóxicos, atenção primária à saúde, agroecologia, representação social da água, trabalho das mulheres, entre outros, foram problematizados sob o prisma dos movimentos sociais, das comunidades, dos trabalhadores e das organizações que atuam na região, fazendo, assim, um exercício de realizar pesquisas que cumpram sua função social e que contribuam para a superação dos problemas enfrentados. A articulação entre diversos campos do conhecimento e entre diversas universidades fez a diferença nesse processo.

As pesquisas até então realizadas na Chapada do Apodi sobre os conflitos envolvendo os agrotóxicos foram sistematizadas em janeiro de 2010 pelo *Dossiê agrotóxicos*, documento onde foram socializados os resultados preliminares, os quais trouxeram elementos para a organização e mobilização de denúncias sobre os graves problemas de saúde na

região. Essa situação levou os movimentos a realizarem articulações nacionais e, com outros pesquisadores preocupados com os impactos dos agrotóxicos, a criarem a Campanha Nacional Permanente contra os Agrotóxicos. Os movimentos do Ceará foram decisivos na proposição da luta e na experiência dessa articulação entre os diferentes sujeitos sociais.

A insurgência das lutas coletivas dos sujeitos sociais e políticos: o papel do Movimento 21

A CONQUISTA DA TERRA

O que nós podemos ver de belo nessa Chapada
Tem a banana e a soja que enricou a negrada
Tem o milho e o feijão
Também vamos pôr a mão nessas áreas irrigadas
Desse jeito assim vai, desse jeito assim dá
Temos ***agroecologia para o Brasil melhorar****[...]*
(PAULO, CAMPONÊS DA CHAPADA DO APODI-CE, 2014)

A luta dos sujeitos sociais e políticos do Baixo Jaguaribe é uma luta contra o modelo de agricultura implantado pelo Estado. É uma luta contra o capital e sua ordem social vigente, mas, sobretudo, é uma luta pelo território e por alternativas de produção no/do campo. É uma luta em defesa de outra relação da sociedade com a natureza, mas, sobretudo, é uma luta pela vida. Essa paródia de um camponês que fala da conquista da terra do acampamento Zé Maria do Tomé é uma expressão e síntese da luta de classes do Baixo Jaguaribe, materializada na Chapada do Apodi, a partir da atuação dos sujeitos sociais e políticos, em que o Movimento 21 cumpre um papel fundamental.

Nesse sentido, não é possível falar das lutas recentes do campo no Baixo Jaguaribe ou da Chapada do Apodi sem destacar o papel do Movimento 21. A constituição do Movimento 21 (M21) resulta da coesão das lutas do Baixo Jaguaribe, culminada com o avanço das pesquisas acadêmicas e das lutas contra a concentração e grilagem das terras, a privatização da água, os problemas relacionados ao uso de agrotóxicos,

a precarização das relações de trabalho nas empresas do agronegócio, entre outros. O M21 é fruto da articulação dessas lutas em defesa de direitos, do território, conforme demonstramos em trabalho anterior:

> [...] as denúncias sobre a concentração fundiária e degradação ambiental do meio ambiente, que culminaram no assassinato do ambientalista José Maria do Tomé em 21 de abril de 2010, fizeram eclodir manifestações e movimentos, emergindo e despertando sujeitos sociais coletivos: agentes pastorais da Igreja Católica na região jaguaribana, inclusive com a presença de alguns padres; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [...]; Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) [...]; professores universitários através do grupo TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC); e do LECAMPO – Laboratório de Estudos da Educação do Campo, vinculado à Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Estes sujeitos criaram um amplo movimento – Movimento 21 (M21) – que mantém acesas as denúncias realizadas por José Maria. Os agentes pastorais referidos acima têm sido imprescindíveis na mobilização e animação das comunidades assustadas com a violência [...] (MENDES; CARVAHO; FREITAS, 2015, p. 90-91).

No âmbito das lutas na região do Baixo Jaguaribe e do papel dos sujeitos sociais e políticos relacionado aos problemas do campo, o Movimento 21 tem tido um papel relevante nos últimos anos. A premissa que perpassa pela junção da teoria e prática, da ação mais a reflexão, isto é, da *práxis*, bem como da *denúncia* indissociável do *anúncio*, como ensinou Paulo Freire, tem alimentado e alicerçado sua atuação que reflete, ainda, uma aproximação generosa e crítica entre os saberes populares e acadêmicos. É possível que tenhamos desse encontro o desabrochar insurgente de nova concepção de re-existência, conforme foi mostrado em Freitas (2017).

Considerando a concepção dos próprios sujeitos envolvidos nesse processo, podemos analisar o papel dessas resistências do Baixo Jagua-

ribe como expressão dialética de uma realidade que reflete as contradições do campo, semelhante a outros espaços, porém, com determinadas especificidades, como é o caso da experiência do Movimento 21, que une camponeses, trabalhadores assalariados, docentes, pesquisadores, estudantes, sindicalistas, padres, militantes, ativistas, e que expressa algo diferenciado no contexto das lutas do campo.

Nesse contexto, entre as lutas do Baixo Jaguaribe, destaca-se a participação na construção da proposta do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Rural e Ambiental Zé Maria do Tomé (Ceresta), sediado no município de Limoeiro do Norte. O Ceresta foi construído com a participação de sujeitos sociais e políticos que integram o M21 e teria o papel fundamental de prestar assistência aos trabalhadores adoecidos, principalmente por agrotóxicos, porém, não tem realizado esse trabalho até o momento, em função do governo estadual não ter assegurado concurso público, entre outros.

O Ceresta foi pensado a partir da pressão de movimentos sociais, centrais sindicais, universidades, entre outras entidades, em função do contexto de intoxicações dos trabalhadores rurais por agrotóxicos e contaminação ambiental. Além disso, por ser um território em disputa, com presença de movimento de resistências, consideram ser de responsabilidade do SUS garantir o direito à saúde do trabalhador e do ambiente. Esses foram alguns dos elementos que justificaram a construção do Plano de Ação e a implantação de um Ceresta rural que estivesse em constante diálogo com movimentos sociais e comunidades e que fosse comprometido com a saúde, com o trabalho digno e compatível com a vida e com o meio ambiente saudável.

Para atender a esses requisitos, o Ceresta foi pensado de forma diferente dos demais do Brasil, tornando-se referência nacional, antes mesmo de sua consolidação. O Ceresta foi apresentado em Brasília como experiência emancipatória de política pública no Brasil por ser o único a envolver os movimentos sociais e as universidades em sua construção, além do caráter diferenciado em relação aos demais em construção à época ou já existentes.

Entre as principais características diferenciadas em relação aos demais Cerests já implantados ou em implantação, sejam rurais, sejam urbanos, alguns elementos foram considerados fundamentais, diante das experiências anteriores, quais sejam:

1) A inserção do cuidado à saúde ambiental, daí ser denominado CERESTA, já que os demais incluem apenas a saúde do trabalhador, sendo chamados de CEREST. Após muitos debates, foi aceito pela justificativa que não poderíamos tratar um(a) trabalhador(a) adoecido(a) sem considerar o contexto em que trabalha. Isso implica em considerar o modelo de produção implantado na região, isto é, o *agronegócio*, que gerava, também, danos ao meio ambiente;

2) O CERESTA teria de ser um órgão estadual, ao invés de municipal. Isso implicaria em superar problemas de descontinuidade dos trabalhos realizados pela equipe de profissionais da saúde e áreas afins, formada, muitas vezes, a cada gestão municipal por meio de favores políticos. Além de prejudicar o serviço pela descontinuidade, revelava uma falta de autonomia dos profissionais. Esse ponto era de extrema complexidade porque exigia uma alteração pelo governador em legislação da saúde do estado. Após pressão dos movimentos, foi assinada a portaria pelo governador, tornando o órgão estadual, com devida denominação CERESTA Rural, incluindo a questão ambiental;

3) Concurso público para equipe de profissionais, com perfil específico. Aqui, algumas diferenças: a) equipe ampliada por incorporar o meio ambiente e por considerar necessário, num trabalho que envolveria interdisciplinaridade; e, b) equipe com experiência em atividades do campo e em movimentos sociais, considerando o contexto de lutas na região.

Mesmo diante de todo o esforço do Tramas e do Movimento 21, o Ceresta encontrou um impasse ainda não resolvido. O governador se negou a fazer concurso público. Ofertou uma espécie de terceirização, não garantindo consenso com o movimento e universidades. Durante mais de um ano o Estado efetuou o pagamento do aluguel de uma casa, por R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o Ceresta, sem funcionamento do serviço. Ao certo, construíram uma equipe mínima de gestores para gerir os recursos e a prefeitura transferiu outro órgão municipal da

saúde para a referida casa, não realizando, portanto, sua devida função. Enquanto isso, os trabalhadores adoecidos, crianças com má-formação e o ambiente contaminado aguardam pelo reparo criado pelas mãos do próprio Estado, através de uma política pública.

Além da criação do Ceresta, diversas outras ações foram desenvolvidas coletivamente em defesa de direitos. Entre essas ações destacou-se também o papel dos sujeitos sociais na construção das greves de uma empresa multinacional dos ramos do abacaxi e melão, na Chapada do Apodi.

Processo social de greve na constituição dos sujeitos na luta por direitos: um relato do vivido

"Nossos direitos só a luta faz valer!"
(Zé Pinto)

A expansão do agronegócio da fruticultura irrigada no sertão nordestino tem intensificado ao longo dos últimos anos a divisão social e territorial do trabalho, constituindo um processo de modernização no campo e gerando tensões entre agentes econômicos e modos de vida do campesinato.

No caso do Ceará, a região da Chapada do Apodi é marcada por conflitos territoriais, ambientais e trabalhistas que, entre outros aspectos, têm sido palco de diferentes formas de resistências por parte dos trabalhadores. Nesse bojo, a greve dos trabalhadores se tornou nos últimos 10 anos uma das ferramentas de denúncia e de luta por melhores condições de trabalho dentro das empresas de fruticultura que atuam na região e violam direitos trabalhistas historicamente conquistados. A primeira greve geral dos trabalhadores da Chapada do Apodi foi em 2008 e envolveu 1.700 trabalhadores da produção de abacaxi[7].

Quatro anos depois, a empresa Del Monte Fruit Fresh[8], localizada na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte-CE, foi palco de mais um conflito na região, dessa vez envolvendo a empresa e os trabalha-

7 Sobre esse tema, ver o trabalho de Teixeira citado por Rigotto *et al.* (2011).

8 Empresa estadunidense atua em 58 países e é a terceira maior multinacional na produção de frutas frescas do mundo.

dores da produção de banana. Em junho de 2012, 380 trabalhadores e trabalhadoras instituíram uma greve que durou 12 dias, para chamar a atenção da sociedade, pressionar e denunciar as condições de trabalho dentro da empresa, motivados por uma série de constrangimentos e violações dos seus direitos, sobretudo em relação a questões ligadas às leis trabalhistas, às questões de saúde e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A opção dos trabalhadores pela greve se deu por diversas causas. A primeira delas foi o não pagamento das *horas intineres* para os trabalhadores da empresa.

Outra grande motivação dos trabalhadores para a greve foi construir um espaço de denúncia pública sobre as condições de trabalho que a empresa praticava, através do que eles denominaram na pauta de negociação de *assédio moral*. Esse assédio ocorre, segundo os trabalhadores, por meio da imposição de *metas de produção,* havendo desconto no seu salário caso a meta instituída pela empresa não seja atingida. Durante a greve, os trabalhadores denunciaram que essas metas são impossíveis de serem cumpridas porque, além do peso dos cachos de banana, existem a distância e a quantidade colhida exigida. E se há um esforço máximo e a meta é atingida, a empresa aumenta a meta, até chegar ao *impossível de se cumprir.*

Também foi feita a denúncia de intimidação, que ocorre através do *corte do ponto* do dia de trabalho caso o trabalhador desagrade o fiscal por algum motivo, ou não cumpra a meta estabelecida. Também acontece o *porte de facões* pelos fiscais durante o expediente, como forma de intimidação para o cumprimento de metas e contra possíveis reclamações, além da imposição do cumprimento habitual de *horas extras*. Na pauta, os trabalhadores alegaram que essa questão estava dificultando e proibindo o convívio com a família – considerado por eles uma questão de direito.

No aspecto da saúde, a participação de trabalhadores em uma pesquisa sobre alterações citogenômicas relacionadas à exposição ocupacional a agrotóxicos organofosforados, realizada pela Universidade Federal do Ceará e que constatou mudanças genéticas em células de medula óssea de trabalhadores da empresa, foi a motivação para solicitar a mudança de local de trabalho de cerca de 50 trabalhadores que

apresentaram alterações nos exames realizados. Outro aspecto relevante da greve foi a exigência e a denúncia da falta de perícia que determinasse o grau de insalubridade do ambiente de trabalho, altamente exposto a agrotóxicos, e o não fornecimento suficiente de EPIs a todos os trabalhadores. Surge, a partir daí, a proposta de greve.

Os caminhos da negociação emergiram dos aprendizados com a greve de 2008 e os trabalhadores teceram o processo permeado pela decisão entre a representação legal e a organização social. Nesse âmbito, antes de instituírem a greve, os trabalhadores, motivados pela insatisfação em relação às condições de trabalho, tentaram resolver seus problemas internamente à empresa, mas as tensões só aumentaram e fortaleceram a necessidade de verbalizar e dialogar sobre a situação. Após essas conversas entre eles, alguns trabalhadores que haviam participado da greve de 2008 se motivaram e organizaram uma assembleia interna para discutir essa questão com a empresa. Mediada pela presença do seu advogado, a empresa se comprometeu a debater as questões, fez promessas, mas, segundo os relatos, não levou adiante a negociação. Preocupados, os trabalhadores decidiram solicitar uma reunião com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte para dar entrada no aviso de greve.

Vale ressaltar que a aprendizagem desse processo se deu porque a greve de 2008 foi decretada ilegal e este foi o principal argumento da empresa para desmoralizar a greve perante a sociedade e para desmobilizá-la perante os trabalhadores. Antevendo esse argumento em 2012, os trabalhadores deram entrada no anúncio de paralização das atividades 48 horas antes, percorrendo os caminhos legais da legislação trabalhista do direito à greve, mesmo sabendo que isso não era suficiente. O primeiro obstáculo foi convencer o sindicato a representá-los legalmente. Mesmo não contando com o apoio de todos os diretores, mas com a solidariedade de alguns, o sindicato decidiu entrar com o anúncio. Nesse contexto pouco favorável no sindicato, os trabalhadores se organizaram entre si e buscaram em outras organizações o apoio à sua luta.

Outro destaque perceptível desse processo foi a participação das mulheres trabalhadoras que, além de aderirem à greve, tiveram um papel fundamental ao assumir as tarefas de condução do processo na composição da equipe de negociação, de imprensa, do trabalho de convencimento de outros trabalhadores a aderirem à greve e nas demais tarefas

organizadas internamente – um processo pouco visibilizado quando se trata da participação de mulheres em ações comumente protagonizadas por homens.

A força da organização dos trabalhadores no cotidiano da greve

No primeiro dia, a greve teve uma adesão de 100% dos trabalhadores e das trabalhadoras, que trancaram o principal portão de acesso à empresa e já montaram uma barraca de lona preta. Como forma de garantir a resistência, os trabalhadores se organizaram por comissões e grupos de trabalho.

Um grupo garantiu o trancamento das entradas e saídas da empresa, bloqueou e vigiou os portões da fazenda, impedindo que de lá saíssem os caminhões com os *containers* carregados de banana para as exportações, estabelecendo três lugares de fiscalização como forma de pressão e de resistência. Outra equipe era responsável pela infraestrutura: alimentação, água, dormida em forma de rodízio. Havia também uma equipe responsável pelo convencimento dos companheiros durante o trajeto para o trabalho e na chegada dos ônibus e pela negociação com a polícia, que estava no local defendendo os interesses da empresa.

Para compor a equipe de negociação, os trabalhadores se organizaram em 12 grupos e tiraram o representante de cada grupo para compor a coordenação da greve, responsável pela negociação com a empresa e pelas falas públicas e entrevistas.

Na parte mais formativa, foram organizados espaços de assembleia diária, momentos de discussão com convidados – como advogados para falar dos direitos trabalhistas, profissionais de saúde para tirar dúvidas em relação às condições de saúde e a presença permanente de representantes de movimentos sociais que escutavam as inúmeras denúncias de condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores dentro da empresa. A Igreja, através das pastorais sociais e da Cáritas, cumpriu também o papel de coleta de alimentos, de busca de apoios para a greve. Aos movimentos sociais coube o apoio político e a contribuição na organização interna da greve, assim como as articulações com outras entidades parceiras e a abertura de canais de denúncias via rádios, TVs, além de contribuir na articulação dos espaços de negociação.

Foto 2 – Greve na empresa Del Monte
Fonte: Arquivo Cáritas de Limoeiro do Norte (2012).

Os desafios no caminho: a relação com o sindicato e a empresa

Segundo relato, no segundo dia de greve um helicóptero sobrevoou o acampamento com o advogado e o representante da empresa na América Latina. O advogado alegou que a greve era desnecessária, já que eles estavam negociando internamente. Falou-se dos acordos que tinham feito de melhorar a cesta básica e de aumentar o salário. Na ocasião, trouxeram um documento em que um juiz de Fortaleza tinha decretado a ilegalidade da greve e puniria o sindicato com uma multa de 5.000,00 (cinco mil reais) a cada dia de trabalho parado. Também apresentaram um documento de 2011 com o compromisso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), assinado em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), em que firmaram uma convenção coletiva "flexibilizando" o pagamento das horas *intineres*. Em troca, as empresas se comprometiam em fornecer cestas básicas. Embora afirmassem que a convenção era válida para todo o estado do Ceará, nem os trabalhadores, nem o sindicato e nem os movimentos sabiam desse acordo. A própria

federação ajuizou um dissídio (Proc. nº 0012116-38.2011.5.07.000, TRT 7ª Região) pedindo a homologação da convenção. A empresa se negou a negociar a pauta, alegando aguardar a decisão judicial sobre as horas *intineres*. Mesmo assim, os trabalhadores, em votação, decidiram pela continuidade da greve.

Como tentativas de negociação do impasse, os trabalhadores foram ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que agendou a primeira reunião de diálogo entre as partes. Estiveram presentes representantes dos trabalhadores, do sindicato, da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap) e dos movimentos sociais. O MPT se pronunciou a favor da CLT, que garante o direito de que as horas *intineres* sejam incluídas como jornada de trabalho e, assim, remuneradas.

O papel do Estado: a mediação com o MPT

A mediação extrajudicial ocorreu no terceiro dia e contou com representantes do MPT, empresa, sindicato, trabalhadores, Fetraece, Cáritas e Renap. Alguns objetivos da mediação acabaram esvaziados. Primeiro, porque a empresa se mostrou irredutível em debater os pontos da pauta de greve. O único compromisso concreto firmado tanto pela empresa como pelo MPT foi de "apurar" as denúncias. No caso da empresa, manteve-se a postura de "desconhecimento" da situação e da falta de poderes do advogado para deliberar. Outro empecilho foi a existência de dois dissídios, o das horas *intineres* e o da legalidade da greve, deixando a empresa na postura de "vamos aguardar decisão judicial". Mas o que ficou da mediação foi o compromisso do MPT de investigar as denúncias que os trabalhadores fizeram sobre as condições de trabalho na empresa.

Outra questão tratada durante a audiência foi o pedido de afastamento imediato dos trabalhadores com alterações genéticas nas células de medula óssea, pelo fato de serem alertas do provável desenvolvimento de leucemias.

O apoio dos movimentos sociais, da academia e das pastorais sociais

Para além da tarefa de convocar os trabalhadores a aderirem à greve, a denunciarem a empresa, a enfrentarem a repressão policial e

convencerem o sindicato, e conscientes dos embates políticos, jurídicos que a greve desencadearia, os trabalhadores decidiram, antes mesmo de iniciar a greve, buscar apoio nos movimentos sociais e na Igreja como forma de legitimar sua luta.

As manifestações de apoio e solidariedade foram tecidas por diferentes atores sociais: o MST, a CSP Conlutas, a Fafidam, o Núcleo Tramas/UFC, as pastorais sociais da Diocese de Limoeiro do Norte, a Cáritas, a Renap, vereadores e estudantes. Para manter a greve era necessária a articulação em rede com outros sujeitos e movimentos sociais que contribuíssem na sustentação política, organizativa e estrutural da greve.

Foi a partir dessa necessidade que os movimentos sociais tornaram-se apoiadores e fortaleceram a experiência de resistência da greve. A unidade da classe superou as contradições do processo enfrentado pelos trabalhadores na relação com o sindicato que os representava.

Os movimentos sociais foram convocados pelos trabalhadores para discutirem o teor, o formato e o apoio à greve. Esse gesto de confiança inicia-se ainda na greve de 2008 e é reconhecido nesse momento, pois, antes mesmo de instituir, os movimentos foram convocados e os trabalhadores falaram da intenção de realizar mais uma greve e que fariam isso se contassem com o apoio das organizações. O apoio político e organizativo foi imediato e os movimentos participaram de todo o processo da greve. O Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro e Quixeré, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST) e o CSP – Conlutas estiveram presentes como articuladores políticos no processo de organização interna, na resistência e nos momentos formativos durante os dias de greve, bem como nas articulações com órgãos e como ponte nos apoios à greve e na mediação da relação dos trabalhadores com o sindicato e a Fetraece.

Essas articulações se fortaleceram também com o apoio da Igreja, através das pastorais sociais e da Cáritas diocesana, e com a contribuição e visitas de pessoas e grupos ligados à academia, como o Núcleo Tramas da UFC, que participou nos momentos de formação, com a presença de médicos que dialogaram sobre as condições de saúde dos trabalhadores. A Fafidam também esteve presente, apoiando a greve. Foi considerada muito importante a presença dos estudantes do curso de licenciatura em Educação do Campo que, de forma solidária, foram reforçar a resistência do acampamento no final de semana.

Outro momento marcante durante a greve foi o gesto de solidariedade da Diocese de Limoeiro do Norte. Organizado pelas pastorais sociais, o acampamento recebeu a visita do bispo Dom José, que escutou atentamente e acolheu as falas de denúncia dos trabalhadores e, após uma fala profética, foi convidado a participar naquele instante do momento de negociação que os trabalhadores estavam realizando com a empresa na Fapija, onde fez uma fala defendendo os direitos dos trabalhadores.

A Renap e a estratégia jurídica

Grande parte das denúncias dos trabalhadores envolvia a questão dos direitos trabalhistas. E o papel da Renap foi fundamental no processo, por meio da presença de advogados e estudantes de Direito, que se articularam em rede com o grupo em Fortaleza. Alguns desafios motivaram a participação e contribuição na greve. Que ações pensar para o caso dos trabalhadores com alteração genética? Indenização? Estabilidade provisória? Denúncia no INSS? Configura-se como acidente de trabalho? É possível garantir o direito de todos os trabalhadores de realizar os exames que detectam essa alteração genética/indicativo precoce de câncer? Como denunciar a falta de atendimento médico contínuo na empresa? Através de uma medida? É possível garantir, imediatamente, estabilidade provisória e afastamento do setor de exposição daqueles trabalhadores que tiveram os laudos concluídos? Como garantir o mínimo de segurança para eles após a greve? E em relação ao trabalhador demitido, é possível ver uma ação de reintegração?

Diante de tantos desafios, o grupo se deparou com uma grande dificuldade: não era o representante legal dos trabalhadores. Esse papel caberia ao sindicato, e os próprios advogados da Renap admitiam essa relação delicada de, por exemplo, conversar com o Poder Judiciário, principalmente sem estarem munidos de documentos que comprovassem os aspectos formais de deflagração da greve para comprovar sua legalidade. A saída foi participar como apoio político de toda a greve, concentrando esforços em ações relativas à pauta de reivindicações e em uma estratégia de divulgação dos fatos. Além de participar de todos os momentos de negociação, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas

Populares no Ceará e o Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina/UFC protocolaram pedidos para o governador, o secretário de Segurança, o corregedor, a Coordenadoria de Direitos Humanos e o Ministério Público Estadual para que apurassem as denúncias sobre a conduta dos policiais de defenderem os interesses da empresa, a conduta de médicos de negarem atestado, indo essa postura ao encontro dos interesses da empresa e não do paciente. Pedidos de apuração foram enviados ao Ministério Público Estadual, ao Conselho Regional de Medicina, à Secretaria de Saúde do Estado e à Secretaria de Saúde do Município de Limoeiro do Norte-CE.

E a ação que foi considerada de fundamental importância para uma divulgação mais em nível nacional da greve foi a entrada de uma representação na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República denunciando as violações trabalhistas cometidas pela empresa, a postura dos médicos da região e a conduta dos policiais.

A vitória parcial do processo de greve: a negociação

Com o respaldo político de várias organizações, instituições de direitos humanos e trabalhistas, da Igreja e da academia, a divulgação nos meios de comunicação e, sobretudo, a força da união e organização dos trabalhadores fizeram com que a empresa recuasse, ante a pressão dos trabalhadores, decidindo negociar a pauta de reinvindicação. Em uma reunião com duração de mais de quatro horas, trabalhadores e assessoria jurídica da empresa discutiram a pauta contendo os nove itens de negociação. De acordo com o assessor jurídico da empresa Del Monte, ambas as partes perderam no decorrer do movimento de greve, mas, com o final dela, todos saíram ganhando. O assessor considerou esse momento como o "início de um diálogo construído para que esse tipo de movimento não volte a acontecer". Para os meios de comunicação, ele ainda ressaltou que "as reivindicações dos trabalhadores dentro do processo de Estado democrático de direito devem ser respeitadas e devem ser tidas como legítimas na questão do diálogo, para melhorar as relações entre empresa e empregado". Encerrou a entrevista dando a garantia de que nenhum empregado seria demitido ou perseguido e que todos deveriam retornar ao trabalho.

Os resultados obtidos na negociação mostraram que, pela força e pela resistência dos trabalhadores, a vitória seria garantida. A animação era visível nos olhos cansados dos trabalhadores e o abraço dos apoiadores, um acalanto para que seguissem firmes na defesa dos seus direitos, mas também um alerta de que é preciso ficar de olhos bem abertos.

Com o espírito animado, os trabalhadores convocaram uma assembleia geral, passaram o informe da negociação e avaliaram que foram vencedores dessa batalha. Agora, portanto, deveriam continuar unidos e atentos para ver se a empresa iria cumprir com a palavra. Após decidirem acabar com a greve e retornar ao trabalho, os movimentos presentes parabenizaram a força e a resistência dos grevistas e se colocaram à disposição para contribuir em novas lutas.

Nessa assembleia, todos e todas que participaram sentiram a força do coletivo onde o *eu* passa a ser *nós*! E a greve se constituiu em espaço em que: 1) é possível se reconhecer como trabalhador e denunciar: "*somos trabalhadores*, *não somos máquinas*!"; 2) existem dois lados: "*o lado da empresa e a nossa realidade";* 3) reconhecer que "*temos direito de LUTAR! E que temos dois processos: o da representação legal dos nossos direitos como trabalhador rural e o processo de Informação e Formação entre nós trabalhadores"*.

O sentimento final da greve foi de que os laços se fortaleceram numa aliança que representa a união dos trabalhadores na luta pelos direitos e na certeza de que as transformações dependem da coragem, unida pela força da organização e da resistência dos trabalhadores contra a opressão e a exploração do trabalho e do ambiente em nome de um suposto desenvolvimento econômico.

E das lições aprendidas, o destaque para a necessidade de combinar os processos de negociação com ações políticas/organizativas permanentes dos trabalhadores e das trabalhadoras na garantia de seus direitos.

O CONFLITO POR ÁGUA E A CRIAÇÃO DO COMITÊ POPULAR DAS ÁGUAS: ALIANÇA CEARÁ/RIO GRANDE DO NORTE

A problemática da água é uma questão histórica na Chapada do Apodi, dificultando, inclusive, a ocupação daquele território, ocorrida somente a partir das primeiras décadas do século XX, o que levou o

geógrafo Manuel Correia de Andrade a denominá-la "terra inabitada", devido à escassez de água nesse período. Com a implantação da política pública de irrigação, em fins da década de 1980, contou com o projeto de bombeamento das águas, elevadas a cerca de 100 m de altitude, da barragem das Pedrinhas à chapada. Essa água, entretanto, destinou-se apenas à irrigação, permanecendo as comunidades camponesas sem acesso adequado para consumo humano, bem como para a produção, em função da seletividade do perímetro irrigado.

Mesmo diante dessa situação, o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) de Limoeiro do Norte forneceu água para consumo humano captada das piscinas do projeto de irrigação, imprópria para o consumo, de acordo com estudo realizado pela Semace, apresentado em trabalhos anteriores (FREITAS, 2010, 2011). Somente após denúncias de contaminação da água por agrotóxicos e lutas dos sujeitos sociais e políticos, a Funasa financiou, em 2014, um projeto para abastecimento das comunidades, desvinculado da irrigação, ainda não concluído.

A questão da água ganhou grande dimensão no Ceará nos últimos anos, principalmente após 2013, devido ao uso exacerbado por algumas frações do capital no estado (agronegócio, carcinicultura, indústria, mineração etc.), garantido pelos governos estaduais que, somado à falta de precipitação após esse período, gerou grandes problemas aos camponeses da chapada, pela falta de acesso à água. As grandes empresas passaram a construir poços profundos, enquanto os camponeses viram seus pequenos poços secarem. Nesse contexto de privatização da água, foi constituído o Comitê Popular das Águas, em aliança com os demais sujeitos sociais e políticos da Chapada do Apodi, lado do Rio Grande do Norte.

Além da água dos canais do perímetro[9], empresas agrícolas utilizam, de forma abundante, as águas subterrâneas do aquífero Jandaíra, em áreas que compreendem os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Somente uma empresa transnacional (do abacaxi e melão) possuía, no ano de 2009, cerca de 44 poços abastecidos pelo referido aquífero, apenas no Ceará. A empresa cessou parte significativa de sua produção e arren-

9 As empresas pagam uma taxa pelo uso da água para irrigação apenas no caso dos canais. Em relação às águas subterrâneas, não há qualquer cobrança ou controle desse uso pelo Estado.

dou as terras para outras empresas, a exemplo da Agrícola Famosa, que se tornou a maior empresa do agronegócio da região do Vale do Jaguaribe, apropriando-se da terra e das águas da chapada (FREITAS, 2017).

Os camponeses, por sua vez, ficaram sem água, em função do uso exacerbado por parte das empresas, levando ao rebaixamento da água do aquífero e possibilitando o acesso por meio de poços profundos, alternativa viável apenas para o agronegócio. Nos últimos anos, as áreas irrigadas por águas subterrâneas do aquífero Jandaíra ampliaram consideravelmente na Chapada do Apodi, conforme demonstrou o relatório da Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), no ano de 2009.

A disputa e os conflitos em torno da questão da água vêm ocorrendo de forma mais intensa nos últimos anos, não somente na Chapada do Apodi, compreendendo os dois estados, mas também em outras regiões do Ceará. Ressaltamos, nesse sentido, que a questão da água no semiárido brasileiro não se trata de um problema de ordem natural, mas social e político, como esclareceu Manuel Correia de Andrade. A prioridade do Estado em destinar água para algumas frações do capital, como é o caso da carcinicultura, agronegócio, indústria etc., reflete essa questão, ao ponto de concorrerem entre si, por maior oferta de água, como é observado no Ceará.

No Comitê de Bacias do Baixo Jaguaribe é perceptível essa disputa entre as frações do capital, embora, em alguns momentos, os membros tentem fazer alianças programáticas para garantir suas demandas, em função do Governo do Estado ter priorizado água para a capital e sua região metropolitana, já que naqueles espaços o poder competitivo das frações do capital (POULANTZAS, 1997), no sentido de disputar os incentivos do Estado, é superior ao das frações do capital instaladas nas áreas interioranas. Em entrevista, no ano de 2016, um agricultor de um dos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe afirmou que os comitês de bacias deveriam garantir aos usuários de água a participação na tomada de decisão sobre a distribuição do uso da água, porém, em geral, "são decisões de cima pra baixo", ou seja, "a opção já é definida lá por cima, cabendo aos usuários escolher sobre o uso mínimo da água, já que em relação à maior parcela já foi decidido que será destinada aos grandes empreendimentos da capital e região metropolitana".

Diante dessa questão, os sujeitos sociais e políticos (camponeses, trabalhadores rurais, movimentos, sindicatos etc.) formaram o Comitê Popular das Águas, que une as lutas relacionadas à água da Chapada do Apodi do Ceará (pertencente ao Baixo Jaguaribe) e a Chapada do Apodi do Rio Grande do Norte (município de Apodi). No caso de Apodi, a organização dos camponeses ocorre através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), entidade que representa os interesses efetivos dos camponeses e camponesas daquele município. Os objetivos do Comitê Popular envolvem o debate horizontal sobre o uso da água, o conhecimento da política de águas, a obtenção de informações e o monitoramento do uso das águas pelas empresas do agronegócio, entre outros. Esse processo, ainda embrionário, mostra-se uma alternativa relevante no sentido de garantir o acesso à água, a autonomia e uma aliança entre camponeses e trabalhadores e movimentos sociais etc., dos dois estados.

O Comitê Popular foi formado no dia 19 de maio de 2016, em Apodi-RN. Embora no primeiro momento tenha sido discutida a saída dos camponeses e das entidades de apoio dos comitês de bacia vinculados ao estado, em ambos os casos, posteriormente, foi retomada a participação, mesmo sabendo das limitações dos comitês oficiais. Lá os camponeses expuseram as situações do Ceará e Rio Grande do Norte relacionadas, principalmente, à questão da água, debatendo também os problemas do avanço do agronegócio na Chapada do Apodi, lado Ceará. Os camponeses identificaram os problemas dos poços profundos das empresas (acima de 100 metros cúbicos) que inviabilizaram os pequenos poços (abaixo de 100 metros cúbicos), prejudicando ou impossibilitando a produção camponesa, principalmente em Lagoinha, parcela da Chapada do Apodi pertencente ao município de Quixeré, Ceará.

O Apodi é um município em que a agricultura camponesa de base agroecológica constituía-se a principal atividade econômica e que, atualmente, vem sendo destruída para implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz pelo Dnocs. O STTR, um sindicato de camponeses, vem resistindo fortemente, porém a dissimetria de poder com o Estado é enorme. Nesse sentido, os camponeses do STTR têm se unido aos do Ceará, no sentido de fortalecer a resistência e evitar que os mesmos problemas relacionados ao avanço do agronegócio no Ceará (concentração

da terra e da água, uso e impacto dos agrotóxicos etc.) atinjam o Apodi. Segundo o camponês Edilson, ex-presidente do STTR, do município de Apodi, em maio de 2016:

> *O que o governo quer é privatizar a água! E quer também é reservar água para o capital. [...] A gente não pode balançar a cabeça pro governo [...] Por que eles não vão fiscalizar a Agrícola tem não sei quantos poços? Chegou agora duas máquinas para perfurar poços de mil metros [...] Daqui a pouco vai virá um Ceará [...] A gente não tem dúvida, logo logo os poços tão secando [...] Além da outorga [...] Vai botar um relógio pra limitar água pros camponeses. Mas por que não vai botar o relógio lá na Agrícola Famosa? Eu acho que é um debate e é uma conversa que a gente precisa sair daqui fortalecidos [...] E não é só o sindicato, é cada um de nós. Principalmente juntando o Ceará [...] A gente espera que a gente se fortaleça. E portanto, gente, a água pra nós é mais do que sangue, é mais do que a terra porque a gente não tem dúvida que a água que o camponês usa, planta arroz, a água fica ali circulando, ela desce pro subsolo novamente. E água da agrícola famosa que vai lá pros europeu, vai exportar? [...] Quem vai salvar nós é nós mesmos. Por que contar com esses políticos [...] Principalmente esses deputados[...] Com certeza, se eles puder nos prender é o que vão fazer!. E portanto, gente, a nossa luta, mais do que nunca [...] É preciso que a gente se una... Principalmente agora, nesse retrocesso que a gente tá vivendo, mais ainda [...] Acredito que a nossa luta é quem vai reverter [...] E acredito que a água é um bem comum![...] A água, a gente não se dar pra permitir que se faça com a água o que fizerem com a terra! Eu acho que o capital não vai conseguir entrar... Nós não temos a terra como negócio. Nós temos a terra como vida! As empresas estão destruindo tudo que a gente tinha de bom na Chapada! Vamos se juntar e vamos lutar! Só a gente se salva! E os companheiros do Ceará que tá aqui, a gente tá num momento de dificuldade. Eu acho que realmente é difícil a gente deixar nosso cercado. Mas é por isso que a gente deixa porque a gente acredita que é a luta que vai nos salvar! [...] A gente tá aprendendo muito que a dificuldade do Cariri é a dificuldade daqui também [...] Então é preciso que gente lute, que a gente se junte... Vamos*

> *ter que se entregar e trabalhar nessas empresas? Que a gente não se entregue facilmente. Nem a terra, nem a água, porque a terra é um bem de todos!*

Sobre a questão da água, um camponês do acampamento Zé Maria do Tomé esclarece as alternativas de produção, a constante pressão do Dnocs sobre os camponeses em função do uso da água e como o agronegócio e as instituições vinculadas ao Dnocs estão articuladas, nos momentos das audiências em que os camponeses foram intimados a depor acerca do consumo da água do canal do perímetro que destina água às empresas.

> *Nosso Acampamento tá bem. Estamos conseguindo produzir! A água que a gente tá usando é do canal, que passa em direção às empresas. Já fomos depor no DNOCS em Fortaleza por causa dessa água [...] A [empresa] está cavando poços de mil metros, e nós pequenos com os poços com poucos metros. Os poços dos pequenos estão tudo aterrando, estão ficando seco. Só vamos conseguir se formos unidos, se estivermos unidos. Porque no dia que nós fomos pra audiência, estava a FAPIJA, estavam as empresas muito bem acompanhados [...] E se a gente ficar desunido cada vez dificulta mais!* (CAMPONÊS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ).

Sua fala revela a privatização da água, ao mencionar que enquanto a empresa perfura poços de mil metros, os camponeses têm que enxergar seus poços enterrados e secando. O mesmo defende a necessidade de união entre os camponeses e as entidades, como forma de resistência, expressão do papel dos sujeitos sociais e políticos da Chapada do Apodi, em defesa de direitos e da Vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o papel dos sujeitos sociais e políticos no contexto dos conflitos territoriais, ambientais e do trabalho na articulação entre comunidades, movimentos sociais e academia foi o desafio colocado para este artigo, no intuito de analisar a realidade concreta da chapada com

a organização dos camponeses em defesa da terra, exercício de desocultamento dos problemas advindos com a modernização agrícola, como os de gênero, da articulação das lutas em torno do M21, processo de formação da consciência dos trabalhadores que instituíram a greve, os papéis dos movimentos sociais e da academia nas suas especificidades, as denúncias públicas dos problemas de saúde, a luta pelo acesso a água, o surgimento de novas lideranças locais, a visibilização do papel das mulheres na resistência cotidiana, o *corpo-voz* da comunidade de pessoas que entregaram sua vida e continuam propagandeando os conflitos e as resistências por diversos espaços: audiências públicas, academia, eventos, e a inserção na luta em defesa do território através do acampamento como espaço de esperança para realização da defesa efetiva da chapada como lugar de vida.

Vozes ecoaram e continuam ecoando na chapada. E cada vez mais ecoa também a solidariedade à resistência de um povo, homens e mulheres que teimam em re-existir cotidianamente: agora "somos todos Apodi", agora "falamos todos nós" em defesa do bem comum e de um futuro com dignidade para os povos que vivem no campo.

Esses sujeitos lutam pela sua condição e lugar histórico. Lutam permanentemente para continuarem sendo camponeses e camponesas. Suas lutam revelam uma relação com a natureza mais ampla e generosa, mais simples e profunda, cosmovisões que os parâmetros da acumulação não conseguem abarcar! Daí a grandiosa experiência e as inúmeras aprendizagens que os camponeses têm a nos oferecer.

Para a academia, esse foi um exercício que permitiu ampliar e complexificar o território a partir de seus diferentes sujeitos e seus diferentes e diversos saberes. Ao longo de 10 anos, esses diferentes sujeitos constituíram um coletivo de resistência na região do Baixo Jaguaribe elaborando trabalhos acadêmicos; sistematizando experiências locais; em negociações governamentais; na pressão social em órgãos públicos, especialmente de saúde e ligados a direitos humanos; na elaboração de materiais educativos; materiais de divulgação para veículos de comunicação; organização de atividades culturais; feiras etc. É sobre a vivência, a organização, as experiências e os sentidos dos sujeitos sociais constituídos nesse processo que germinam e florescem contra-hegemonias no cotidiano da chapada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro**: reforma agrária e o processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Agrotóxico e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, Tatiana.; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). **Direitos humanos no Brasil 2012**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. p.75-85.

CARNEIRO, Fernando Ferreira, AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria *et al* (Orgs.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMPANHIA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar, Estado do Ceará**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC; Expressão Popular, 2011.

_____. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 325f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENDES, José Ernandi; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21 In: FONTOUROS, Jara Lourenço da; DILMANN, Mauro; ROSA, Rinaldi Graziela da; VANIEL, Berenice Vahl (Orgs.). **Vozes do campo**: ressignificando saberes e fazeres. São Leopoldo: Oikos, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. [1999] p.63-110

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe. Fortaleza, UFC/Expressão Popular, 2011.

_____. ROCHA, Mayara Melo. Da crítica à ciência moderna à construção de novas práxis acadêmicas: a pedagogia do território e a ecologia de saberes. In: International Colloquium Epistemologies of the Sound, 2014. (no prelo).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: o encontro com a voz do outro. 1988.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. Dissertação (Mestrado). PRODEMA, UFC. 2014.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2004. 107p.

VERGES, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: identidades multinacionais dos camponeses em movimento. São Paulo: Unesp, 2014.

JUSTIÇA AMBIENTAL, SAÚDE E AGROECOLOGIA: AS APRENDIZAGENS DO NÚCLEO TRAMAS COM AS MULHERES NOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO AMBIENTAL

Luana Carolina Braz de Lima [1]

Emanuelle Rocha dos Santos [2]

Mayara Melo Rocha [3]

Maria de Lourdes Vicente da Silva [4]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o modelo de acumulação capitalista tem passado por transformações que incidiram com intensidade sobre os países da América Latina. Embora a exploração e exportação de bens naturais não sejam algo novo para os países desse continente, que possuem um passado de exploração colonial, de acordo com Svampa (2012), tem ocorrido uma intensificação da extração e exportação de bens naturais sem maior valor agregado, as chamadas *commodities*. Desse modo, atividades como a mineração, a extração de petróleo e gás e o agronegócio foram fortalecidos, resultando na reprimarização da economia de vários países, entre eles o Brasil. De acordo com a autora (2012), esse processo tem consolidado um modelo de desenvolvimento baseado na intensa exploração de recursos naturais e na dominação de territórios antes considerados "improdutivos".

1 Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC).

2 Mestra pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC) em 2016.

3 Mestra pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC) em 2013. Professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

4 Mestra pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC) em 2014. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Observa-se que esse modelo possui características predatórias como a aposta nos monocultivos, a destruição da biodiversidade, a concentração de terras e a vasta reconfiguração dos territórios. Impactos que, não por acaso, recaem mais fortemente sobre populações e grupos étnicos historicamente vulnerabilizados como indígenas, quilombolas, pescadores e populações do campo. As desigualdades de acesso, uso e distribuição dos bens ambientais entre as populações humanas e a alocação desproporcional dos impactos negativos gerados pelos projetos de desenvolvimento são consideradas injustiças ambientais, as quais, ao encontrarem a resistência dessas populações nos territórios, diante a incompatibilidade desse modelo de desenvolvimento com os modos de vida locais, desembocam em situações de conflitos ambientais (ACSELRAD, 2009).

Importa destacar que no contexto dos conflitos ambientais as desigualdades de classe, raça, gênero e etnia estão articuladas, ampliando os processos de vulnerabilização de determinados grupos sociais. A história da América Latina é marcada pela escravização do povo negro, pela dizimação, catecismo e controle da população indígena e pela violência sexual contra mulheres negras e indígenas, constituindo uma herança colonial em que as desigualdades e injustiças ambientais são perpassadas por essas estruturas, que se mantêm até os dias de hoje, conforme ressalta Faustino (2017).

Foi a partir da compreensão de que as estruturas de poder se reproduzem nos conflitos ambientais e possuem o potencial de vulnerabilizar mais intensamente determinados grupos sociais que, a partir de 2012, o Núcleo Tramas, que já vinha realizando pesquisas sobre os impactos do modelo produtivo do agronegócio no território da Chapada do Apodi, decidiu lançar um olhar específico sobre as repercussões desse modelo agrícola sobre a saúde, o trabalho e a vida das mulheres camponesas. Assim, considerando as desigualdades das relações de gênero, decidiu-se investigar como os processos de desterritorialização, a reorganização produtiva, os impactos ambientais e as transformações territoriais incidiram sobre a dinâmica de vida e trabalho das mulheres daquele território e impactaram o processo saúde-doença. Partiu-se da compreensão de que o avanço da modernização agrícola induz a processos de vulnerabilização (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014)

na medida em que impacta os distintos ecossistemas e altera os modos de acesso à terra e à água, bases do modo de viver e produzir das populações camponesas. Além disso, esse processo é responsável por reconfigurar as relações de trabalho e por promover a inclusão subordinada de camponeses e camponesas por meio de processos de proletarização.

No entanto, é necessário pontuar que, ao longo de nossas aproximações com o debate de gênero e no avanço dos projetos de pesquisas e extensão, fomos nos deparando com um cenário que nos colocou diante da compreensão de que as mulheres, embora sejam as mais vulnerabilizadas no contexto dos conflitos ambientais, são também protagonistas de processos de resistência e luta por direitos diante do avanço do capital no campo. De acordo com Camurça (2013), a ação política das mulheres camponesas ocorre por meio da cooperação e da criatividade, assim, nem sempre as formas de resistência tecidas por elas são reconhecidas num primeiro momento. A resistência que existe nas relações de solidariedade comunitária, na vigilância popular realizada por elas, na manutenção de quintais produtivos e na defesa da agroecologia é fundamental para as lutas nos territórios. Aprendendo sobre esses processos com as mulheres da Chapada do Apodi é que foi possível ao Núcleo Tramas avançar na reflexão sobre os conflitos ambientais a partir da compreensão das desigualdades de gênero. Foi também a partir desse diálogo que se chegou ao debate sobre a agroecologia como um modo de luta e enfrentamento das injustiças ambientais promovidas pelo agronegócio.

Observamos que a agroecologia vem fortalecendo a autonomia das mulheres camponesas por meio da afirmação de seu papel como sujeitos históricos protagonistas e atuantes na construção dos territórios através das experiências agroecológicas desenvolvidas nos quintais produtivos, na pesca, na mariscagem, na luta contra o machismo e a violência, no fortalecimento mútuo e na organização social e produtiva. A adoção do lema "Sem Feminismo não há Agroecologia" pelas mulheres no III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), em 2014, estabeleceu um marco memorável da luta das mulheres por sua emancipação da estrutura patriarcal, por entender que é preciso reconhecer o protagonismo daquelas que vivenciam a opressão e combatem no cotidiano as distintas formas de exclusão e desigualdade.

Acumulando os aportes da justiça ambiental, que nos ajuda a compreender o contexto dos conflitos e a distribuição desigual dos impactos do agronegócio, com o debate de gênero, que aguça nosso olhar sobre a estruturação e reprodução das desigualdades, mais a perspectiva da agroecologia que fortalece a luta pela autonomia dos territórios camponeses e em defesa de outros modos de produzir e viver no campo, é que foi possível ao Núcleo Tramas articular novos conhecimentos e saberes no campo da justiça ambiental e da agroecologia. Assim, este artigo versa sobre essa trajetória do Núcleo, seus desafios e aprendizados, com as mulheres camponesas que participaram dessa grande teia de diálogos sobre processos de vulnerabilização e resistência diante dos avanços das injustiças ambientais no campo.

GRITOS, SILÊNCIOS E SEMENTES: NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, AS MULHERES EXISTEM E RESISTEM

Há mais de 10 anos, o Núcleo Tramas desenvolve estudos e pesquisas relativos aos impactos sobre o ambiente e a saúde das populações que vivem em área de uso de agrotóxicos. O território da Chapada do Apodi – localizado na região do Baixo Jaguaribe, Ceará, tem sido o foco principal desse processo de aprendizagens, diálogo de saberes e produção de conhecimentos sobre os conflitos ambientais promovidos pelo agronegócio e suas repercussões sobre a saúde. Desde a década de 1980, a Chapada do Apodi vem sendo alvo de políticas de irrigação que a transformaram num dos polos de desenvolvimento agrícola do semiárido nordestino, principalmente a partir da implantação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi.

Ainda em 2010, ao finalizar a primeira pesquisa realizada na região, intitulada "Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos"[5], o Núcleo Tramas indicava que o avanço do agronegócio havia provocado violentos processos de desterritorialização e desencadeado tensões sobre o modo de viver e produzir das comunidades locais. Os

5 Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT 24/2006 – Estudos em Populações Expostas à Contaminação Ambiental.

resultados da pesquisa desvelaram um grave quadro de saúde pública, evidenciado na exposição de 97% dos trabalhadores a agrotóxicos, na elevada prevalência de intoxicações agudas, na contaminação das águas, na precarização do trabalho, e revelaram o aprofundamento de problemáticas sociais decorrentes do processo de desterritorialização, capazes de repercutir sobre o ambiente, o trabalho e a saúde da população daquele território (RIGOTTO, 2011).

O diálogo tecido com os diversos sujeitos, a partir dos resultados da referida pesquisa, contribuiu para a ampliação do reconhecimento do conflito ambiental ali instaurado e possibilitou uma maior articulação entre os movimentos sociais e comunidades da região com a universidade. O contato estabelecido com a temática e os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos, bem como os efeitos das políticas públicas que compactuam e incentivam o avanço do agronegócio, possibilitaram uma maior compreensão dos problemas sociais decorrentes desse modelo, ao tempo em que fortaleceu o diálogo entre o Núcleo Tramas e os sujeitos locais.

As atividades públicas realizadas ao longo do processo de pesquisa, bem como o envolvimento e o diálogo profundo com os movimentos sociais e comunidades, facilitaram o processo de apropriação dos resultados obtidos e repercutiram na formulação de novas demandas de conhecimento pelos sujeitos locais. Assim, numa reunião de avaliação ocorrida em 2011, reunindo pesquisadores, membros da comunidade, pastorais e movimentos sociais, pudemos ouvir as questões trazidas pelos sujeitos e suas demandas por novos conhecimentos sobre as repercussões provocadas pelo contexto de modernização agrícola. Desse modo, junto com pesquisadores de outras universidades e com os sujeitos da região, organizamos essas demandas de pesquisa de modo a gerar novas questões e a seguir nas trilhas de desvelar os impactos do modelo agrícola hegemônico naquele território.

A inserção do Núcleo Tramas no Movimento 21[6] possibilitou a participação em espaços de diálogo sobre o contexto da região e abriu

6 O Movimento 21 (M21) é composto por diferentes organizações sociais, tais como Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastorais Sociais, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, CSP-Conlutas, e pesquisadores da Fafidam/UECE e do Núcleo Tramas-UFC.

caminho para que o Núcleo pudesse conhecer o cotidiano das comunidades camponesas cercadas e ameaçadas pelo agronegócio e perceber as entrelinhas do conflito envolvendo os diferentes interesses em disputas, bem como analisar o processo de desterritorialização evidenciando as transformações nos modos de vida das comunidades camponesas que geram impactos à saúde, ao trabalho e ao ambiente em níveis crescentes. Foi nesse contexto que ocorreu a constituição do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GPM21) com o objetivo de articular pesquisadores e movimentos sociais no território do Baixo Jaguaribe para a construção de conhecimentos que respondessem à complexidade das tramas dos impactos decorrentes do agronegócio e pudessem dialogar com a sociedade fortalecendo as lutas em curso.

Nesse contexto, ocorreu a ampliação do olhar sobre o território, uma vez que ouvimos as demandas de conhecimento dos sujeitos e reunimos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento num diálogo de saberes que apostou na inter e transdisciplinaridade. Assim, temas que até então não eram trabalhados pelo Núcleo Tramas começaram a integrar nossas pesquisas, entre eles as questões de gênero e os impactos específicos das transformações territoriais promovidas pelo agronegócio sobre a saúde, o cotidiano e o trabalho das mulheres.

Observou-se que o contexto de vulnerabilização promovido pelo agronegócio pode incidir de maneira mais violenta sobre as mulheres. Um dos primeiros fatores analisados diz respeito às transformações territoriais promovidas pelo modelo produtivo ali instaurado. A demanda de trabalho, geralmente sazonal, nas empresas de fruticultura que se instalam na região, assim como durante a construção da infraestrutura de suporte do agronegócio (estradas, canais de irrigação etc.), atrai grande contingente de trabalhadores dos municípios e regiões vizinhas. Em geral, homens desacompanhados constituem essa leva de migrantes que chega ao território. A desorganização da vida comunitária é um efeito observado em territórios que recebem grandes empreendimentos e que ocasionam o inchaço da população local, sem que os municípios tenham como responder às demandas geradas. Esse tipo de transformação é geralmente acompanhada da ampliação da violência, da exploração sexual de mulheres e crianças, da maior incidência de doenças sexualmente transmissíveis, do aumento do tráfico de drogas, processos que

costumam ser invisibilizados nos estudos que se restringem aos aspectos produtivos do agronegócio. No entanto, o diálogo com a população local nos fez compreender que precisávamos analisar essas transformações, uma vez que eram intensamente apontadas pelos sujeitos locais como decorrentes da chegada das empresas agrícolas. Dessa forma, o Núcleo Tramas viu a necessidade de ampliar o foco das pesquisas para além da saúde dos trabalhadores do agronegócio e do impacto direto dos agrotóxicos para um olhar mais amplo sobre o território.

A partir dessa compreensão, uma das pesquisadoras no Núcleo Tramas e militante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST) iniciou a tessitura da pesquisa de mestrado intitulada "Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE"[7] (SILVA, 2014). A pesquisa se debruçou sobre as trajetórias de vida de mulheres camponesas que vivem na Chapada do Apodi, CE, para analisar as repercussões do processo de desterritorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente, a saúde e o trabalho. Partindo da crítica feminista ao papel da ciência, e das mulheres como sujeitos do conhecimento, utilizou-se uma abordagem feminista para aprofundar os diferentes olhares e experiências de mulheres a partir de suas histórias de vida. Assim, desafiando-se a desvelar e descrever os conhecimentos e as vivências das mulheres daquele território como produtoras de saberes, a pesquisadora aproximou o Núcleo Tramas do debate de gênero em suas intersecções com as categorias ambiente, trabalho e saúde.

Foi nessas trilhas que amadurecemos o nosso olhar sobre os impactos do modelo agrícola sobre as mulheres e percebemos que muito havia a ser desvelado. Por isso, desenvolvemos, entre os anos 2013 e 2015, a pesquisa intitulada "Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará"[8]. Embora o título da pesquisa esteja voltado para a questão dos agrotóxicos,

7 Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, em 2014, por Maria de Lourdes Vicente da Silva.

8 Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N. 31/2012.

ela objetivou realizar cruzamentos amplos sobre a série de impactos que repercutem sobre o trabalho e a saúde das mulheres.

As duas pesquisas se intercruzaram no espaço e no tempo gerando resultados que se complementaram e revelaram a complexidade dos impactos das transformações territoriais sobre as mulheres. Assim, as pesquisas se complementaram e nos ajudaram a ter um olhar amplo sobre o contexto de vida das mulheres, os riscos e as ameaças que elas sofrem e as resistências por elas tecidas.

Metodologicamente, Silva (2014) trabalhou com a história de vida das mulheres rompendo com a lógica androcêntrica e colonialista de construção do conhecimento, em um processo de ressignificação do ser/fazer pesquisa. Por meio de um diálogo permanente e incisivo entre teoria e prática, utilizou-se o aporte da práxis feminista na intenção da produção de um conhecimento situado, levando em conta o contexto e valorizando e visibilizando saberes e experiências. Ao entrevistar as mulheres da Chapada do Apodi/CE e conviver com elas, Silva (2014) nos revelou que a diversidade inscrita nas atividades das mulheres e sua identidade com a terra e o ambiente são capazes de promover saúde e soberania alimentar naquele território.

Por sua vez, o "Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará" se propôs a elaborar um diagnóstico sobre o contexto de vulnerabilização da saúde das mulheres que vivem em área de expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. Para contemplar a diversidade existente no território, o desenho metodológico foi construído utilizando técnicas e métodos variados. Utilizando uma abordagem qualitativa (MINAYO, 1994) e considerando que a contextualização das estruturas sociais e a historicidade dos fenômenos são fundamentais para a análise, realizou-se um trabalho de campo de base etnográfica que se utilizou da observação participante (FERNANDES, 2011), além de entrevistas semiestruturadas com as mulheres trabalhadoras do agronegócio e com profissionais de saúde, rodas de conversa com um grupo de mulheres formado pela pesquisa e reuniões com trabalhadores da saúde dos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, que abrangem a Chapada do Apodi em sua porção cearense.

Os resultados indicaram impactos extensos e variados do agronegócio sobre o trabalho e a saúde das mulheres. Em relação às transfor-

mações ocasionadas no mundo do trabalho e a inserção das mulheres na cadeia produtiva do agronegócio, por exemplo, observou-se que a organização do trabalho das mulheres é marcada por uma acentuada divisão sexual que as relega a postos de trabalho muito específicos e precários. Verificou-se que, além das condições insalubres, o trabalho comumente destinado às mulheres exige cadência e ritmo acelerados, além de uma série de habilidades tais como destreza, atenção e paciência. Conforme nos lembram Marcondes *et al.* (2003), por serem as mulheres associadas à esfera do trabalho reprodutivo, essas habilidades passam a ser vistas como naturalmente femininas e, portanto, não são devidamente valorizadas, embora sejam largamente aproveitadas pelos empregadores. Desse modo, as qualificações femininas são desvalorizadas e acabam não repercutindo em melhorias salariais; ao contrário, o que observamos é que as mulheres são mais mal remuneradas, uma vez que os ganhos por produtividade são maiores para os homens – pelo menos o dobro –, mesmo que o aumento da produção das empresas dependa diretamente da aceleração do ritmo do trabalho delas. Outra questão relacionada à divisão sexual do trabalho diz respeito à compreensão de que o trabalho realizado pelas mulheres seria mais leve; no entanto, aprofundando a análise, observamos que outros riscos estão associados às funções que elas desempenham, tais como a repetição de movimentos, o ritmo intenso e as posturas inadequadas. Encontramos um cenário de muitas trabalhadoras adoecidas por LER/Dort (Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho) em decorrência de posturas desfavoráveis, esforço repetitivo e impossibilidade de se movimentar livremente. Porém, verificou-se que suas queixas são tratadas pelas empresas como inespecíficas e que elas encontram grande resistência para mudar de função ou mesmo para receber acompanhamento médico adequado (ROCHA; RIGOTTO, 2017).

Um dos fatores agravantes das condições insalubres do trabalho desempenhado pelas mulheres é a convivência com produtos químicos desconhecidos e agrotóxicos, característica do modelo agrícola pautado na monocultura. O *Dossiê Abrasco* alerta que entre

> os impactos à saúde relacionados ao processo produtivo do agronegócio, os de maior relevância para a saúde humana e ambien-

> tal são as poluições e/ou contaminações e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à aplicação de agrotóxicos (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 109).

Observamos que o uso intensivo e abusivo de agrotóxicos aliado à pouca informação e comunicação ineficiente contida nos rótulos dos produtos dificultam a percepção dos riscos pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras e pela população em geral. Não por acaso, verificamos que as participantes da pesquisa não sabiam identificar os produtos químicos aos quais estavam expostas; no entanto, todas reclamaram de sentir o odor dos produtos e relataram que, dependendo da atividade realizada, podiam sentir os efeitos da exposição aos agrotóxicos no corpo e apresentavam sintomas como irritações na garganta, nos olhos e no sistema respiratório (ROCHA; RIGOTTO, 2017). A pesquisa identificou ainda uma série de violações de direitos cometida pelas empresas, tais como: jornadas de trabalho extenuantes e que excedem a legislação em vigor; não pagamento de horas extras, além da obrigatoriedade de realização das mesmas; ambientes de trabalho insalubres que expõem as mulheres a riscos de acidentes; práticas de assédio moral; negligência aos direitos específicos das trabalhadoras gestantes ou em período de amamentação (ROCHA; RIGOTTO, 2017).

Embora as mulheres indiquem que o agronegócio possibilitou a inserção delas no mundo do trabalho produtivo, observamos que essa inserção ocorre de forma precarizada e subordinada, reproduzindo e acentuando as desigualdades de gênero existentes na sociedade. A dupla jornada de trabalho é intensificada, pois as mulheres continuam sendo responsáveis pelo trabalho reprodutivo e precisam conciliar com as longas jornadas de trabalho impostas pelas empresas. O aumento da participação delas na esfera produtiva não reduziu a sua participação na esfera reprodutiva; ao contrário, as mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva promovem uma articulação perversa entre trabalho produtivo e reprodutivo que aprofunda a desigualdade entre homens e mulheres.

Observamos que refletir sobre o processo saúde-doença das mulheres que vivem num território impactado pelo agronegócio exige compreender não só a participação delas no mundo do trabalho produtivo, mas também perceber como a esfera produtiva se articula com

a reprodução social da vida. Desse modo, a pesquisa revelou que as transformações territoriais impostas pelo agronegócio impactam não apenas aquelas que estão empregadas nas empresas agrícolas, uma vez que todas as mulheres que vivem naquele território passam a ser expostas a processos de vulnerabilização.

Assim, a metodologia da pesquisa também se valeu da formação de um grupo de mulheres oriundas de 7 comunidades da Chapada do Apodi, com idades entre 17 e 52 anos, que exerciam diversas atividades, não apenas as trabalhadoras do agronegócio, mas estudantes, professoras, agentes de saúde, agricultoras familiares, donas de casa etc. Com esse grupo, realizamos oficinas pautadas pela pedagogia feminista (SANDENBERG, 2006; LOURO, 1997; KOROL, 2007) para discutir suas experiências comuns e para identificar os problemas e as necessidades de saúde das mulheres da região. As oficinas, além de gerarem os dados para as análises, foram importantes espaços de formação e diálogo entre as mulheres, as quais puderam refletir sobre a realidade vivida, trocar experiências e percepções, conforme explica uma das mulheres ao avaliar os encontros do grupo:

> *"Eu falo e na fala dela a gente vai se reconhecendo em cada uma, em cada comunidade. Isso é muito importante! Às vezes tem coisa que a gente tá guardando dentro da gente, mas quando a gente se coloca em grupo a gente entende".*

Como resultado desse processo, tivemos um mapeamento dos problemas de saúde que mais afetam as mulheres, uma maior compreensão sobre quem são as mulheres da Chapada do Apodi em sua diversidade de ocupações, e pudemos nos aproximar da compreensão dessas mulheres sobre o processo saúde e doença e elaborar com elas um quadro geral sobre os fatores que promovem e ameaçam a saúde.

Na perspectiva de contribuir com a construção de processos de promoção da saúde, o projeto também trabalhou diretamente com os profissionais de saúde dos municípios de abrangência das comunidades da Chapada do Apodi/CE, ou seja, Limoeiro do Norte e Quixeré. Assim, foram realizadas oficinas que envolveram aproximadamente 20 profissionais de saúde que integravam as Equipes de Saúde que aten-

dem à população da Chapada do Apodi. Essas oficinas se constituíram como importantes espaços de diálogo entre os próprios profissionais sobre as necessidades de saúde das mulheres da Chapada do Apodi, mas também foram relevantes espaços de reflexão sobre as relações existentes entre os agravos à saúde das mulheres e as transformações territoriais decorrentes da modernização agrícola.

Como resultado, identificamos que entre as transformações territoriais potencialmente danosas à saúde física e mental das mulheres, as mais alarmantes são: a perda do acesso à terra; a concentração da água nas mãos das grandes empresas gerando escassez hídrica; a contaminação da água e do solo por agrotóxicos; o aprofundamento do contexto de insegurança alimentar; o intenso fluxo migratório de trabalhadores do sexo masculino, ocasionado pela sazonalidade do trabalho nas empresas, provocando o aumento dos casos de gravidez precoce e exploração sexual; o aumento do tráfico de drogas, possivelmente impulsionado pelo crescimento desordenado dos municípios; e o aumento da violência (SILVA; RIGOTTO; ROCHA, 2015). Essas transformações impactam os determinantes sociais de saúde e recaem de forma mais acentuada sobre as mulheres, uma vez que, numa sociedade patriarcal, marcada pelas desigualdades de gênero, ainda são elas as maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social, portanto pelos cuidados com a saúde não apenas delas, mas também do núcleo familiar e comunitário.

No entanto, as pesquisas revelaram que as mulheres não eram apenas impactadas pelo modelo agrícola, uma vez que elas também eram protagonistas dos processos de resistência em curso. Assim, a pesquisa de Silva (2014) nos forneceu elementos que não poderiam deixar de ser considerados na análise, como, por exemplo, a relevância do papel das mulheres no fortalecimento da soberania alimentar, na organização produtiva familiar e na valorização de formas não capitalistas de produção. Silva (2014) revela também que as mulheres exercem o protagonismo no que diz respeito à vigilância dos riscos e agravos à saúde decorrentes do modelo agroexportador. Foram elas, então, que observaram o nascimento de crianças com más-formações congênitas e casos de puberdade precoce em meninas, os quais foram estudados por Aguiar (2017), através de anamnese clínica, avaliação da exposição

ambiental e ocupacional do núcleo familiar aos agrotóxicos, análise de ingredientes ativos de agrotóxicos no sangue e na urina, bem como na água consumida em seus domicílios. Nos oito casos estudados, a pesquisa permitiu afirmar a relação entre os agravos e os agrotóxicos, referendando a percepção das mulheres da comunidade que haviam formulado essa hipótese.

Diante disso, fica evidente que as mulheres tecem pontes e nexos entre as situações de injustiça ambiental e a contaminação por agrotóxicos com o aumento dos processos de vulnerabilização e impactos sobre a saúde, tais como: o crescimento dos casos de câncer, o surgimento de casos de má-formação congênita e de puberdade precoce, a incidência de casos de LER/Dort, entre outros problemas de saúde que passaram a crescer exponencialmente naquele território, desde a chegada das empresas agrícolas. No contexto comunitário, elas têm sido as maiores responsáveis pelo diálogo estabelecido com a universidade, trazendo demandas de pesquisas e apontando caminhos que nos ajudam a compreender e a analisar a complexa trama que se desenvolve a partir das injustiças ambientais desencadeadas pelo agronegócio naquele território.

REFLEXÕES, ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA E JUSTIÇA AMBIENTAL: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO REEAJA

O desvelar do conflito no lado cearense da Chapada do Apodi, assim como o amplo debate feito a partir dos resultados de nossas pesquisas por meio da divulgação científica e popular em reportagens de rádio, jornais e televisão, materiais educativos e artigos científicos, assim como a migração das empresas agrícolas para a porção potiguar da Chapada do Apodi, com a promessa do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi trouxeram novos sujeitos para a arena do conflito.

Os camponeses e as camponesas do município de Apodi, no Rio Grande do Norte, após um breve período de surpresa e interesse pelas promessas de emprego e renda do novo empreendimento, passaram a buscar informações com as comunidades da porção cearense da Chapada do Apodi no que já viviam os impactos da implantação de um perímetro irrigado desde a década de 1980.

A aproximação do Núcleo Tramas com as comunidades de Apodi teve início com o convite para apresentação dos resultados das pesquisas referentes aos impactos dos agrotóxicos sobre a saúde para o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR). Desde então, teve início uma relação de parceria e aprendizado mútuo entre as populações desse território com o Núcleo Tramas e com as comunidades da porção cearense da Chapada do Apodi. Nesse contexto, foram realizadas pelo nosso coletivo quatro pesquisas de mestrado: "Saúde do trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural"[9] (PONTES, 2010); "Da recusa ao cativeiro às (r)existências de agricultores e agricultoras no chão e nos tempos do Apodi/RN"[10] (TEIXEIRA, 2016); "Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN: caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental"[11] (SANTOS, 2016); e "'Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias'": a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi"[12] (MAIA, 2016). Essas pesquisas, aliadas ao envolvimento do Núcleo Tramas nas Caravanas Agroecológicas de preparação do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), possibilitaram nossa aproximação com a realidade local e a tessitura de relações com as comunidades, o que nos permitiu acessar a diversidade de experiências agroecológicas existentes naquele território. Foi o diálogo com essas experiências que nos conduziu

9 PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. *Saúde do trabalhador e saúde ambiental*: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2010.

10 TEXEIRA, Maiana Maia. *Da recusa ao cativeiro às (r)existências de agricultores e agricultoras no chão e nos tempos do Apodi/RN.* Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

11 SANTOS, Emanuelle Rocha dos. *Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN*: caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

12 MAIA, Renata Catarina Costa. *"Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias"*: a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

à percepção de que precisávamos avançar no debate sobre a agroecologia para, além de denunciar os impactos do agronegócio, contribuir com a visibilização dos processos de resistência que já eram tecidos pelas populações do campo. Compreendemos que assim poderíamos colaborar com as reflexões em torno de alternativas ao modelo agrícola hegemônico trazendo os anúncios de outros modos de viver e produzir para as análises e os debates.

Diante desses novos acúmulos, em 2014, o Núcleo Tramas iniciou as atividades do Reeaja[13]. Esse projeto surgiu do diálogo estabelecido com os territórios da Chapada do Apodi, tanto em sua porção cearense quanto potiguar, e partiu da compreensão de que as articulações entre as lutas por justiça ambiental com aquelas em defesa da agroecologia e da promoção da saúde possuem caráter mobilizador e podem se tornar força propulsora para a construção de novas perspectivas em territórios marcados por conflitos ambientais.

Entre as primeiras atividades do Núcleo Reeaja, citamos a realização do Seminário Agroecologia e Justiça Ambiental: diálogo entre saberes, experiências e resistência, em março de 2016. A proposta desse espaço de diálogo foi a de socializar os resultados das pesquisas anteriores, mas também ampliar a rede de interlocutoras e favorecer a troca de saberes e experiências entre as mulheres de distintos territórios de modo a identificar os conflitos e as injustiças ambientais gerados pelos grandes empreendimentos sobre o modo de produzir e viver das mulheres e visibilizar as atividades desenvolvidas por elas no âmbito da agricultura familiar camponesa e agroecológica, reconhecendo as estratégias de resistências protagonizadas por elas. Assim, reunimos mais de 80 mulheres de diversas regiões do Ceará e também do Rio Grande do Norte numa grande ciranda de saberes.

Foi no diálogo com essas mulheres que emergiu a proposta de mapear, por meio da cartografia social feminista, as experiências de luta e resistência das mulheres em territórios que enfrentam conflitos ambientais no Ceará e no Rio Grande do Norte. A cartografia foi desenvolvida no âmbito do curso de extensão intitulado "Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental", realizado pelo Núcleo Tramas, no âmbito do Núcleo Reeaja.

13 Chamada MDA/CNPq nº 39/2014.

Agroecologia, saúde e justiça ambiental: mapeando existências e resistências

Entre as ações do Núcleo Reeaja, destacamos a realização do Curso de Formação em Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, realizado entre novembro e dezembro de 2016, contando com a participação de 60 mulheres, entre técnicas de ATER, assessoras de entidades, agricultoras, pescadoras e marisqueiras de diversas regiões, tais como: Sertão Central, Serra da Ibiapaba, Zona Costeira e Chapada do Apodi – Ceará e Rio Grande do Norte, além de Fortaleza. Essas mulheres eram oriundas de organizações e movimentos sociais, tais como: Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais sem Terra (MST), Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM), Instituto Terramar, Instituto Inegra, Centro de Estudos e Trabalho de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), Núcleo de Experiências, Estudos e Pesquisas em Agroecologia do Programa Residência Agrária (Neepa/PRA/UFC), entre outras.

Configurando-se enquanto um curso de extensão, esse processo encarnou o compromisso ético e político do Núcleo Tramas de incorporar o debate de gênero em suas ações, acumulando em reflexões e metodologias que contribuíssem com a articulação das mulheres que protagonizam processos de resistência em seus territórios. O curso objetivou promover o diálogo e o compartilhamento de saberes e experiências das mulheres nos temas da justiça ambiental, agroecologia e saúde, visando contribuir com a incidência das mulheres sobre as ações e políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural e fortalecendo as experiências agroecológicas, bem como a garantia dos direitos territoriais para a promoção da saúde, da soberania, da segurança alimentar e da justiça ambiental em territórios em conflito ambiental.

De modo a valorizar e ampliar as vozes dessas mulheres na dinâmica de problematização dos temas geradores e da partilha de questões comuns, o curso se pautou pela metodologia da educação popular (FREIRE; NOGUEIRA, 1993) e da pedagogia feminista (SANDENBERG, 2006; LOURO, 1997; KOROL, 2007) e foi estruturado em dois módulos e um intermódulos, assim organizados:

– Módulo 1: Agroecologia, Mulheres e Saúde: desafios e perspectivas para a promoção da saúde, soberania e segurança alimentar.

– Intermódulos: Justiça Ambiental e Agroecologia: mapeando a experiência das mulheres nos territórios e discutindo justiça ambiental.

– Módulo 2: Agroecologia, Mulheres e Justiça Ambiental: perspectivas e desafios.

O primeiro módulo do curso foi um momento formativo no qual se debateram os seguintes temas: conjuntura política, mulheres e justiça ambiental; soberania e segurança alimentar na promoção da saúde; práticas agroecológicas e sistema agroalimentar; agroecossistema alimentar e protagonismo das mulheres; cartografia social feminista, e culminou com um trabalho de campo junto com as experiências agroecológicas no assentamento Maceió, município de Itapipoca.

Na Foto 1, temos a oficina Práticas Agroecológicas e Sistema Agroalimentar, na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, em novembro de 2016.

Foto 1 – Oficina Práticas Agroecológicas e Sistema Agroalimentar
Fonte: Reeaja.

Os intermódulos se configuraram como o espaço de desenvolvimento de atividades de cartografia social realizada pelas próprias mulheres em seus territórios visando ao mapeamento das experiências de resistência agroecológica e de agricultura familiar camponesa que fortalecem a justiça ambiental e são protagonizadas pelas mulheres nos territórios.

O segundo módulo, realizado na comunidade de Volta, município de Aracati, teve como temas as metodologias de trabalho com as

mulheres, as pedagogias feministas e as políticas públicas para mulheres do campo. Nesse módulo, as mulheres também levaram o resultado dos mapeamentos que fizeram em seus territórios para a continuidade do processo de cartografia social que resultou no mapeamento geral das atividades produtivas e das resistências tecidas pelas mulheres.

É importante salientar que a cartografia social tem sido empregada tanto nas ações de extensão e cooperação do Núcleo Tramas quanto nas atividades relacionadas às pesquisas em curso no território. Essa metodologia tem sido utilizada com o objetivo de reconhecer formas de apropriação e uso do território pelas populações camponesas, experiências agroecológicas, modos de uso da água, tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pelas comunidades, formas de organização da agricultura camponesa, bem como conflitos ambientais que ameaçam os modos de viver e produzir das populações locais.

A cartografia social realizada no curso Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental se configurou enquanto uma ação política para mapear conflitos e resistências nos territórios ameaçados por empreendimentos de modernização e desenvolvimento no âmbito capitalista e resultou num processo de sistematização de conhecimentos e experiências que parte da compreensão de que é importante mudar a perspectiva da relação sujeito-objeto para uma relação sujeito-sujeito (FREIRE, 2011). Assim, ao utilizar a cartografia, nossa pretensão era a de assinalar o potencial emancipatório do que Henri Acselrad (2015) chama de "cartografia feita pelos 'de baixo'" (p. 12), pois a cartografia social inverte a lógica de domínio dos territórios pelo Estado e pelo capital ao demonstrar que não há espaços vazios, uma vez que existem comunidades, processos de lutas e de resistências cravadas nesses territórios.

Na Foto 2, temos a oficina Práticas Agroecológicas e Sistema Agroalimentar, no assentamento Maceió, em Itapipoca/CE, em novembro de 2016.

Foto 2 – Elaboração da cartografia dos territórios
Fonte: Reeaja.

Para a elaboração da cartografia, as mulheres foram convidadas a expressar materialmente elementos significativos de suas comunidades, assim, trouxeram para a roda alimentos, como a castanha, o coco, a tapioca, bolo de goma, e também adereços de rituais/festas, como a máscara do reisado, além de matérias-primas do trabalho artesanal, como a folha da carnaúba. Organizadas por território, foram incentivadas a construir mapas na escala regional, mapas esses que, posteriormente, compuseram o mapa geral em suas questões comuns.

Nos mapas regionais, as mulheres identificaram elementos naturais, como rios, lagos, vegetação etc; e locais de relevância comunitária, como igrejas, praças, casas de farinha. Além disso, puderam expressar elementos que explicitavam seus modos de viver e produzir, revelando, assim, seus costumes, suas festas, suas religiosidades, entre outros aspectos comumente invisibilizados nos mapas tradicionais.

Na Foto 3, temos Costurando o mapa de resistências, na comunidade Vila da Volta, em Aracati/CE, em dezembro de 2016.

Foto 3 – Confecção do mapa 1
Fonte: Reeaja.

As participantes foram incentivadas a eleger um símbolo que identificasse cada território no mapa geral dando visibilidade da diversidade e facilitando a compreensão da inter-relação entre o mapa geral e os mapas territoriais. As sínteses dos mapas territoriais, que seriam levadas para o mapa geral, foram realizadas por meio da categorização temática realizada num intenso processo de debate no qual as mulheres tiveram que negociar sentidos, traduzir percepções e gerar sínteses que resultaram na elaboração de marcadores organizados da seguinte maneira: Autocuidado, Organização Política das Mulheres, Trabalho Produtivo, Cultura Camponesa, Articulações, Redes e Movimentos Sociais, Comunidades Tradicionais, Agroecologia, Economia Solidária Feminista e Agroecológica, Luta das Mulheres em Defesa dos Territórios e da Justiça Ambiental.

Na Foto 4, temos a apresentação das legendas dos territórios, parte da construção do mapa de resistências, na comunidade da Vila da Volta, em Aracati/CE, em dezembro de 2016.

Foto 4 – Construção do mapa
Fonte: Reeaja.

Na Foto 5, podemos ver a confecção do mapa e colagem das legendas do mapa das resistências, na comunidade da Vila da Volta, em Aracati/CE, em dezembro de 2016.

Foto 5 – Confecção do mapa 2
Fonte: Reeaja.

Por fim, o tema escolhido por elas para identificar o mapa geral foi "Resistência Feminista das Mulheres". Compreendemos essa escolha como uma forma de demonstrar como elas estão se articulando e enfrentando as injustiças sociais e ambientais, desde a ameaça que se coloca com o patriarcado e as desigualdades de gênero até a ameaça aos seus territórios, que inviabiliza seus modos de viver e produzir. Foi fundamental para a escolha do tema a pergunta: "o que nos une?"; a partir dessa pergunta, elas concluíram que o que as une na diversidade dos territórios são os processos de resistência e luta.

Na Foto 6, temos a legenda "Organização política das mulheres", representada por bonecas com bandeira dos movimentos sociais presentes na construção do mapa.

Foto 6 – Legenda "Organização política das mulheres"
Fonte: Reeaja.

Na Foto 7, vemos a mística de início do curso Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, no Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza/CE, em novembro de 2016.

Foto 7 – Mística na abertura do Módulo I do curso Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental
Fonte: Reeaja.

Na cartografia social, as mulheres indicaram que vivenciam conflitos ambientais ocasionados por grandes projetos de desenvolvimento, tais como: o agronegócio, a carcinicultura, a mineração, os empreendimentos turísticos e a produção de energia eólica. No entanto, apesar desse contexto, elas revelaram que a luta contra as injustiças ambientais acontecem através do trabalho cotidiano na produção das hortas e quintais produtivos, na participação em redes (agroecologia, economia solidária e economia feminista) e no enfrentamento ao patriarcado e ao machismo. São mulheres que se constroem como sujeitos da transformação e em transformação, tendo em suas práticas cotidianas elementos que configuram resistência e afirmação de outros modos de viver e produzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatar a trajetória do Núcleo Tramas nos territórios da Chapada do Apodi, Ceará e Rio Grande do Norte, nos últimos anos, revela muito da práxis de nosso coletivo e da forma que concebemos o papel da universidade na relação com os territórios que vivem conflitos ambien-

tais. Embora tenhamos nos aproximado das comunidades da Chapada do Apodi estudando os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores, recontar o percurso nos ajuda a compreender a potência que existe no diálogo de saberes com os sujeitos dos territórios. Foi por meio da escuta atenta dos anseios, das dúvidas, das questões, das reflexões e dos apontamentos trazidos pelas comunidades e movimentos sociais que chegamos a temas e debates que antes não estavam inseridos em nossas pesquisas e nossos projetos, mas eram e são de fundamental importância para contribuir com os processos de luta e resistência em curso. Essa abertura epistemológica e metodológica é que nos levou a lançar um olhar especial para a realidade das mulheres que vivem em contexto de conflito ambiental. Isso nos possibilitou não só analisar os impactos do modelo produtivo do agronegócio sobre a vida, o trabalho e a saúde das mulheres, mas também a reconhecê-las e visibilizá-las enquanto sujeitos fundamentais nos processos de resistência.

Foi também esse processo de diálogo e escuta que nos possibilitou realizar pesquisas contextualizadas e atentas às demandas das comunidades, mas também ampliar nossas ações de cooperação social por meio da realização de seminário, oficinas e cursos de extensão. Compreendendo que o saber produzido pela universidade deve atender às demandas do povo, e precisa a ele se voltar, investimos em experiências até então desafiantes, como conduzir processos de formação pautados por metodologias de educação popular e pedagogias feministas, produzir materiais de comunicação e educação popular no sentido de conseguir realizar uma verdadeira troca de saberes com as mulheres dos territórios num processo em que os resultados das pesquisas pudessem ser de fato apropriados e servissem aos diferentes modos de resistência.

Por fim, salientamos que o trabalho e o diálogo com as mulheres nos levaram a compreender que, embora elas sejam as mais vulnerabilizadas pelos processos de injustiças ambientais, há em contraponto a riqueza e a diversidade de conhecimentos e atividades por elas desenvolvidas. Não temos nenhuma dúvida em afirmar que, nos contextos estudados, as mulheres são protagonistas dos processos de resistência em defesa de seus territórios de vida. Resistências essas que estão impressas não só em sua capacidade de articulação política, mas também em suas práticas cotidianas, nas teias de solidariedade que elas criam, na visão

sistêmica que as leva a manter uma relação respeitosa e harmônica com a natureza, conhecendo plantas medicinais, sendo guardiãs das sementes e trazendo tudo isto para sua produção: diversidade tanto no cultivo de culturas diversas como nos cuidados com os animais, atualizando formas tradicionais de trabalho com a coerência necessária à permanência de vida e à saúde nos seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, H. Introdução: O Debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leitura. In: ASSERALD, H. GUEDES. A, MAIA, L. **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leituras. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

_____. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIAR, ACP. **Exposição aos agrotóxicos e efeitos crônicos sobre a saúde humana**: uma "herança maldita" do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)?. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017

CARNEIRO, F. (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015

CARTA política das mulheres no III ENA - Encontro nacional de Agroecologia, em Juazeiro, Bahia, no ano de 2014. Disponível em: https://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/19/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-carta-das-mulheres-no-ena/ Acesso em: 04 mar. 2017.

FAUSTINO, C. O racismo e o patriarcado nas injustiças ambientais como entraves para a construção de uma nova sociedade. In: INSTITUTO PACS. **Rumos das políticas de desenvolvimento**: balanço crítico, alternativas e cenários futuros - Encontro Pacs 30 anos, PACS: Rio de Janeiro, 2017

FERNANDES, F. M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F.

Caminhos para análise das políticas de saúde. [S.l.]: Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps, 2011. p. 262-274.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____; NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática da educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

KOROL, C. La educación como práctica de la libertad. In: _____. **Hacia una pedagogía feminista**: Gêneros y educación popular. El Colectivo América Libre, 2007.

LOURO, G.L. Gênero, **sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997, p. 09-22.

MAIA, Renata Catarina Costa. **"Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias"**: a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MARCONDES, W.B.; *et al.* O peso do trabalho "leve" feminino à saúde. **Perspectiva**, São Paulo. v. 17, n. 2, abr./jun., 2003.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento científico - pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. **Saúde do trabalhador e saúde ambiental**: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2010.

PORTO, M.; ROCHA, D.; FINAMORE, Renan. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 10, p. 4071-4080, Oct. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413=81232014001004071-&lng=en&nrm-iso>. Access on 04 mar. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.09062014.

RIGOTTO, R. M. *et al*. **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011.

ROCHA, M. M.; RIGOTTO, R.M. Produção de vulnerabilidades em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 63-79, 2017.

SANTOS, E. **Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN**: caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)--Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SARDENBERG, C. Pedagogias feministas: uma introdução. In: VANIN, Iole; GONÇALVES, Terezinha. **Caderno Gênero e Trabalho**, REDOR. 2006, p. 44-57.

SILVA, M. L. V.; RIGOTTO, R.M.; ROCHA, M.M. Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente: repercussões da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, p. 67-89, 2015,

_____. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza-CE, 2014.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. Buenos Aires, 2012.

TEXEIRA, M. **da Recusa ao cativeiro às (r)existências de agricultores e agricultoras no chão e nos tempos do Apodi/RN**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

ENTRELAÇAMENTO OU TRAMAS NO TRAMAS

Laerte Pereira de Moura [1]

O CONTEXTO CIRCUNDANTE

Que caia a cortina e o palco se descerre!

E o palco, como em Shakespare, é o mundo. Mas os homens e as mulheres só serão atores por oclusão; figuram sem protagonizar. O grupo, a massa, o todo, sejam em ideologias ou instituições, usurparão atos e vozes. O sujeito será o sujeito aparente do que faz. Uma cultura tosca e vil virá de cima e preencherá invisível as lacunas de mentes inertes que tacitamente assumiram uma postura passiva diante do conhecimento (e aos ideais, e a si mesmas). Como em Nietzsche, vítimas inconscientes de influências; influências que se fazem suas, sem forças sequer para as reconhecerem como influências. Destinos feitos, ideias prontas, atitudes definidas. O mundo oferta trilhas e veredas não como um tirano impõe um capricho, mas como o mais razoável caminho a se tomar. A tirania não é explícita, todavia é bem real; vem por mecanismos de falseamentos e sugestões. E as alternativas? São deixadas no limbo do impensado. Para vê-las é necessário algo que só se faz com esforço: reflexão. Serei o que esta coisa (seja cultura ou ideologia) me fez ser.

Assim vemos fenômenos tão estranhos sem nos surpreender, como o homem que se desrealiza no cientista, que se pretende impessoal, neutro, clarividente, dono de um olhar divino e, por consequência, pleno naquilo que vê. O sujeito carnal que pensa, ser passional de percepção situada desaparece tão completamente nas asserções objetivas que estamos sempre prontos a substituir o indivíduo que meramente fala pela ciência que suntuosamente taxa e proclama. As afirmações, portanto, são antes científicas que humanas. Vê-se o objeto (dado, fórmula ou teoria) sem se ver a participação daquele que o objetivou. A invisibilidade do sujeito vale, para todos os fins práticos, como a sua inexistência. Se isto não é bizarro é porque, de fato, eu não entendo o que significa a

1 Um leitor, não acadêmico.

bizarria. E, no entanto, engolimos esse pão de sal tão insensível e regularmente como ingerimos água. O que se dirá, então, dessa abstração, a ciência? Que ela é límpida, clara, despojada de interesses, não tutelada e autônoma? O refrão é implícito não importa o que os olhos veem, não importa o verme no miolo do fruto. A ciência ideologizada, confinada em tecnicismos, serva dissimulada das barbáries economicistas, presa em loucos sonhos de onipotência, essa é uma sombra tão esquiva quanto a presença de um vampiro num espelho. A ciência que fala sem boca, que pensa sem cérebro, que manipula sem mãos, que invade sem corpo, é essa, esta quimera, que frequenta mente e discursos como aquilo que é ciência concretizada. O que aconteceu é que a metáfora se sobrepôs sobre o fato e o achatou. Por esses caracteres, seremos, como seres pensantes, a soma destes extravios. E o que se convenciona chamar de social com suas estratificações? A estrutura dita seletiva expressa uma intenção igualmente seletiva. Dada uma fantasiosa igualdade de condições é o esforço pessoal que decide. Decide o quê? Quem é o melhor, o mais capacitado, o mais inteligente, o mais aplicado. Por vias indiretas os indivíduos se digladiam, todos iguais dado o projeto concorrencial porque a luta nos igualiza. Luta real, luta aplaudida. Antes de sermos iguais por sermos humanos somos iguais pela violência instituída. Nada mais hegeliano: consciências perseguem a morte uma da outra e se atualizam no ódio através de conflitos estruturais supostamente benignos. Portanto, se o igualitarismo é uma expressão do humanismo, o humanismo, visto por esse prisma, é apenas mais um instrumento de desumanização. O vencedor vence pelo rebaixamento do outro. O sistema impõe essa carapuça que a massa aceita como dádivas dos céus. Por detrás das roupas bem passadas e das luvas de pelica uma gárgula feia e egoísta viceja e reluz dobrada sobre suas dignidades, conquistas e prêmios. A ascensão social torna-se inquestionável, por conseguinte, valor. Como não ver que ao falarmos de camadas socialmente elevadas, de estratos superiores, estamos sempre falando do fator econômico ou material que institui uma estrutura piramidal num ajuntamento de pessoas? E a manutenção dessa estrutura não é a perpetuação de uma lógica de desigualdade? Que diremos, então, deste tão edulcorado esforço de ascender socialmente? Não é um esforço na intenção de si? Portanto egoico? Portanto imoral? O que na verdade conquista o conquistador?

Se um sistema absorve indivíduos humanos, os define pela discórdia, produz vencedores e perdedores mediante uma cartilha que proclamando igualdade encarna, sem atenuações, uma lógica de guerra cujos fim e começo jazem num falseado materialismo, como entender esse sistema como modelo de conduta e erigi-lo, por seus resultados, como princípio moralmente norteador? Irreflexão ou estreitamento do campo de consciência, o fato é que as ideias diretrizes prevalecentes, aquelas que subjazem aos atos e pensamentos de uma multiplicidade de pessoas, são toscas, para dizer o mínimo. Assim os tecnicismos nos metamorfoseiam em função e o mercado, em mercadoria. O diagnóstico é simples: sofremos de coisificação. E como toda formação pestilencial, essa é epidêmica e se transmite por mecanismos de legitimação. Dessa forma, para os imperativos regentes, fixados sem nenhum trabalho de clarificação, teremos a chamada qualificação como um dever. Ser qualificado é uma espécie de ascese profana. Imolamos nosso corpo e nossa alma para esse deus pagão cujo nome é utilitarismo e nos sentimos justificados. Cabe indagar o que é este ser menor classificado de desqualificado. Homem ou mulher, ele tem o rebaixamento por princípio e o seu valor por não intrínseco. A essencialidade das funções o torna inessencial como ser vivo. Algo que para nada serve, pergunta os cânones pragmáticos; eis o traste, eles rotulam como conclusão. O pensamento humano, o grande, o ecoante, o englobante pensa conforme essas categorias. O que significa que o cosmo humano, múltiplo e profundo, é reduzido a um bem, execrável empobrecimento. Carregados insensivelmente pelos hábitos coletivos, esses juízos se constituem numa cosmovisão e se encarnam numa *práxis* envolvendo a totalidade da condição humana traduzidos por um horizonte fechado de inteligibilidade. O humano, compreendido por esses moldes, desce ao estatuto de ser mutilado. O resultado da dilaceração é o "como" somos vistos. E isso percute em ideias, práticas e valores. Somos vítimas e cúmplices deste estado de coisas. E vítimas porque cúmplices. Adestrados ao ponto da transformação em rebanho, sofremos as injunções do que se convenciona chamar de efeito manada: entes individualizados possuídos por ideias, gestos e hábitos uniformes de origem exterior ao sujeito e de caráter fortemente compulsório, resultado objetivo de uma dinâmica dita social. Basta atentar para o que socialmente se entende por trabalho para divisarmos a prática transfigu-

radora das mistificações paradigmáticas. As ideias estão aí postas como dados e espessas como coisas. O trabalho, talhado segundo as regras dominantes, além de produzir, prescreve tanto quanto personaliza. E o trabalho condicionado a um regime tal como o capitalismo, que busca se perpetuar em instituições e se apossar do próprio psiquismo dos trabalhadores, reveste-se de uma aura de dignificação moral para, a partir dessa posição, elevar-se ao *status* de um dos princípios norteadores supremos dos indivíduos. Trabalhar, segundo as regras ideológicas em operação, não se resume a ser um ato, ou agrupamento de atos, haurido de uma necessidade material, mas toca e abrange uma dimensão ética que inaugura, instala e impõe o "ser trabalhador" como um ideal que temos por dever realizar. O trabalho de meio se transforma em fim. Não será por intermédio dele que lograremos alcançar o desejável. O desejável será ele. Ser trabalhador é uma forma de ascensão. Por meio dele o indivíduo galga níveis superiores, desfaz-se da pele imediata que o recobre e assume uma nova e excelsa dignidade ontológica. A mistificação se encontra, assim, no ponto exato de cozimento. Aos indivíduos, vítimas desse logro ideológico, só cumpre engoli-la. A besta de carga deve produzir. Deve vergar espinha e retesar músculos e, ao fim desse holocausto que se faz labor, sentir-se agraciado pela canga que um estado de coisas depositou sobre os seus ombros.

O TRAMAS NO CONTEXTO CIRCUNDANTE

É para o meio dessa liça que o Tramas desce. Decerto que ele se defronta com problemáticas pontuais e concretamente situadas. Pode-se dizer do Tramas o que Freud disse da psicanálise: não é um sistema especulativo, é empírico, baseado na observação e no contato imediato com o núcleo vivo desses problemas. O Tramas se arranca dos gabinetes, se arranca dos corredores acadêmicos, se arranca do anódino debruçar-se sobre páginas escritas ou em branco, se arranca das salas climatizadas, das vazias conversas livrescas e desce ao teatro da rua. O curral acadêmico de fim se transforma em etapa[2]. Seus membros vão ao encontro das existências torturadas de uma multidão de indivíduos, os desclassificados pelo sistema (ou classificados como abjetos), aque-

2 Que no Tramas não é necessária.

les estigmatizados como obstáculos ao desenvolvimento, vítimas de um ideário que os enxerga como matéria para expurgo, que realiza, por meio de concepções ideológicas, um autêntico genocídio, se não físico ao menos representativo. Seja por meio de estudos epidemiológicos, do combate às contaminações ambientais, da luta contra as corporações ou ao grande capital, da denúncia sobre os efeitos desastrosos do uso de agrotóxicos, da defesa de comunidades fadadas ao extermínio ou daqueles que vivem sobre permanente opressão, o Tramas constrói-se teoricamente por meio de uma prática. Dessa maneira o Tramas não é apenas grupo ou movimento, é também sistema de ideias. É uma filosofia em ato emergida dos claustros institucionais. Realiza, em si, o sonho inexpresso de haurir, mediante a experiência, o encadeamento conceitual de suas noções porque traduz sua experiência em conceitos e daí os sistematiza. Os sulcos desenham o caminho e o caminho exprime a ideia: o saber nascerá do fato e não o fato da premissa adotada, no que resulta que a via só se faz numa direção e se consultam os exemplos para se compreender a realidade. Não é o pensamento que se faz meramente pensando; é o pensamento que expressa uma realidade experimentada. Pensar que não é estático, que não se alimenta de abstrações, que não se pretende florescer em redutos. Num mundo que cada vez mais tende para o fechamento, que cada vez mais se tranca dentro de meias certezas, o Tramas abraça o caminho inverso e se abre. Sua gente, não conseguindo abrir as portas (nem dos fundos) do instituído, salta os muros acadêmicos tentando não apenas semear, mas colher. É um movimento que contraria o movimento banal, isto é, não se alçar à aristocracia dos sábios, mas descer ou permanecer em contato com a terra e com os terrestres. Não se tomam como os agentes privilegiados da verdade, aqueles que trazem as luzes para as trevas, imbuídos de convicções pré-fabricadas, mas pessoas que tentam não fechar os olhos e cerrar a consciência para o que o real tem a ensinar. Assim o movimento clássico do saber se cristaliza no Tramas: as teorias não devem moldar a realidade, devem ser extraídas dela. O solo experiencial não é mudo, ou seja, o real carrega suas próprias luzes. Um saber pronto, afirma a voz da sensatez, é alimento que se engole antes de preparado, um fruto que se mastiga antes de amadurecer.

Por outro lado, o Tramas não peca por proselitismo. O termo grupo, aplicado a ele, não padece de equivocidades porque o Tramas

não é o produto de um único autor. É um movimento de conjunto. No bojo dinâmico de sua existência não habita um ditador teórico encabrestando o grupo. Daí que a analítica que se debruça sobre ele topar com heterogeneidades estranhas a uma urdidura teórica convencional. O pensamento feito servo de outras práticas, que não a tessitura de deduções, induções e generalizações lógicas, transpõe o estágio (sempre real e necessário, inclusive no Tramas) do isolamento do pensador. A razão já não se faz na solitária ruminação dos seus objetos. Ela já não é inteiramente monólogo. O Tramas interioriza muitas vozes e deixa subsistir, no cerne do monólogo discursivo, a presença de interlocutores. Dessa maneira, o Tramas é tanto trama quanto teia. Aqui a palavra ramificação não se encontra restringida a uma mera função figurativa; ela reflete uma condição concreta: a do diálogo. O falar entre si se torna possível. Os motivos são interiores ao movimento porque o sujeito no Tramas é sempre um sujeito plural[3]. As intervenções, portanto, não são pontuais, nem ocasionais. Elas lhe são intrínsecas. O grupo não é séquito, não se faz apóstolo de algum luminar, não encarna em diferentes bocas uma única voz. As centralizações existem, no entanto, são tênues e extremamente flexíveis. Estão lá mais como marcos do que como rédeas. E é esta multiplicidade que se manifesta na caracterização do movimento por sua habilidade de absorver e se traduzir por meios diversos. Seja em cordéis, manuais, ensaios ou na imersão em diversos contextos e vivências, o Tramas está sempre em processo de descerramento. Sua orientação profunda, ainda soterrada por dificuldades de ordens diversas, é, no contato com grupos ou pessoas ameaçadas, eliminar-se como elemento mediador: depositar suas clarezas nas mãos de quem dela está necessitando e deixar o necessitado só e não mais necessitado por sobre o proscênio. Não se trata de um gesto de abandono, mas da expressão de uma concepção intrincada: o necessitado só é necessitado, vítima e deplorável por condicionamentos materiais e históricos que, por princípio, não o constituem como ser. Crente na dignidade da pessoa humana, o Tramas, por intermédio de uma filosofia ainda em floração, só coloca o necessitado só porque o professa, por debaixo de todas as debilidades humanas, como independente, isto é, não mais necessitado

3 As razões não são tão tautológicas quanto parecem ao enxergamos grupos históricos por suas hierarquias.

do que todos nós ou tão independente quanto qualquer um de nós pode ser. A nuance é obscura mas não insondável. Ora, a relação herói/vítima é uma relação vertical. Aquele que nos liberta é ou se acha num estado de superioridade. O Tramas procura transcender esses posicionamentos e se colocar numa relação ombro a ombro. Quer ajudar mas não diminuir. A igualização surge por sob camadas e é mais dura por procurar alguma espécie de efetivação. Ademais, o movimento, dado o seu perfil insurgente, recorta com nitidez os horizontes e transforma fronteiras em barricadas. De fato isso é um dado bem significativo. E a significação é a de que ele (o fato) é igualmente bem explicável. O Tramas, a despeito de seu aspecto dialógico, não busca o diálogo com aquilo ao qual se opõe. Sua atitude de negação é uma atitude básica e exterioriza o seu viés combativo. Porque o Tramas antes de ser tese é antítese. As razões para tal não se fazem herméticas, porque a doutrina tácita da ideologia é aquela que nos coisifica, que nos transforma em peças de uma engrenagem, que nos torna relativos e, portanto, descartáveis às funções que exercemos, que nos homogeniza, que nos mecaniza. O Tramas adivinha isso, daí sua retórica anômala, que procura antes destoar que contrastar. Sua doutrina é uma doutrina dissonante ou, por outros termos, o reflexo contrário da percepção de um estado de coisas. Uma reflexão crítica que cresce na medida de sua prática e que tensiona os ambientes nos quais se coloca. Isto tudo é dito para demarcar as profundidades não muito fáceis de divisar no objeto. O Tramas germina, toma como guia ideais complexos, se debate pelo confronto, se liberta pela contestação, procura união enquanto se insurge, se não distingue o caminho não se nega a tatear. O Tramas é planta a florescer em ambiente adverso. Desse modo, a natureza do grupo se torna esquiva, rebelde a descrições exatas que objetivem todas as virtualidades e latências nele existentes. A descrição se ajusta melhor às coisas estáticas. E o Tramas, como movimento, não para de se mover.

O TRAMAS PELO O QUE GUARDA E RETÉM

Existe, emaranhada nas atividades de um grupo como o Tramas, uma visão de mundo complexa e plurifacetada. Bem distante daquilo que epistemologicamente nos digere, a sistematização da produção do

pensamento, a filosofia em formação do movimento se conecta espontaneamente com diversos e multiformes arrazoados intelectuais. Os nexos não são necessariamente conscientes. Eles brotam das intercessões dos problemas tratados. Iluminados por uma nova claridade, as antigas questões e os velhos objetos ressuscitam, ganhando reflexos e contornos insólitos. Parecem querer encontrar uma razão para o conhecimento que não nele próprio[4]. Por instigação de simpatias humanitárias a postura insurrecta do grupo se cristaliza numa postura que assume seus paradoxos. O Tramas quer conservar seu idealismo sem recusar as suas empiricidades. Não se trata de ambivalência. Nem de contradição. No Tramas o ato reflexivo retorna sobre seus métodos e suas prerrogativas para vê-los tais quais eles são. Por consequência a conduta crítica é tanto internalizada quanto exteriorizada. O movimento tende a intumescer por constância. O raio de ação acompanha o movimento exploratório e se dilata continuamente. A cobertura, ampliando, amplia-se os contatos. Campos separados se deparam involuntariamente com novos elos por similitudes exteriores a si ou por afinidades estruturais internas. O Tramas abraça correntes e vertentes devido a uma cosmovisão que, concentrada sobre fatos delineados, atinge a atemporalidade da condição humana. Desse modo, visões já externalizadas dessa condição se subtendem ou se presentificam no cerne intelectualmente objetivo do movimento. Entendamo-nos, a atitude praxiológica se alicerça sobre o solo fértil de concepções que a passagem histórica borrou, sepultou ou falseou. O Tramas não os requisita, não procura conjurá-los de seu nicho, leito ou esquife, não reclama o auxílio de formações teóricas autorizadas. E, todavia, elas lá estão. São um colorido constitutivo que espessa as argumentações e amplifica, por latência, a linha de coerência encarnada pelo grupo. Como dito, é uma filosofia em curso, impregnada de possibilidades. Retém, para além das certezas já estabelecidas, um amplo espectro de subtendidos; dados embrionários à espera de gestação. Convém ressaltar que as riquezas ainda adormecidas no horizonte não tornam menos sólido o movimento atual. O porvir densificado não

4 De fato a arte pela a arte como o saber pelo saber é indiferença ou fraude. Os conteúdos estão sempre presentes, os argumentos (contra, a favor ou meramente constatativos) são forjados depois. Noutras palavras, tanto a arte quanto a razão são sempre meios para alguma outra coisa que não elas mesmas.

empobrece o instante presente. O Tramas procura bem outras realizações que a plenitude filosófica. Os aspectos indevassados, se não vierem à luz, também não retirarão inteireza dos projetos imediatos do grupo. O abstrato pode permanecer como abstrato enquanto o concreto não se resolver. E o concreto são vivências humanas claramente situadas. Marx e Engels, que tantos sacarmos e vilipêndios crivaram em ideologias que buscaram solucionar os dramas humanos em ideia enquanto a realidade material persistia tão negra, cruenta e trágica, isto é, intocada pela influência mágica dos conceitos, decerto poderiam dar um aceno de anuência para um movimento que sabe onde dispor as suas prioridades. As riquezas teóricas subsistem, mesmo que nunca arrancadas do visgo. O Tramas tem outras tarefas a resolver. É consequência congruente, se não férrea, se não inelutável, que aquilo que jaz em embrião permaneça por algum tempo, ou pela eternidade, como embrião no Tramas, sufocado pela multiplicidade de urgências que o grupo deve encarar.

*****

O que vem a seguir é mínimo, um mero vislumbre de coisas presentes e não presentes. Um olhar detido por sobre essa paisagem intelectual, detalhando gêneses e prolongamentos, tende a se projetar por uma torrente de páginas. Sou forçado à concisão. Quer dizer, não irei descrever, vou resumir. As lacunas, portanto, serão mais fatalidades que opção. As imprecisões também. Estou perfeitamente cônscio de que a ligeireza da exposição pode tornar artificial os nexos. Aqui essa costura não reclama só mais linha, exige mais pano. Bom, vou dar uma de Dostoiévski e indicar o problema sem solucioná-lo. Como o russo, na introdução a *Os irmãos Karamázov*, vou dizer que, "apesar de tudo, avisei de alguma coisa antecipadamente".

O TRAMAS É UMA NEGAÇÃO CIENTÍFICA À CIÊNCIA

Decerto porque pressente, sem formular, um dado anterior que a construção científica tende a turvar: a antecedência do mundo percep-

tivo sobre o do intelectivo[5]. Ora, toda ordem de geração pressupõe uma ordem de sucessão. Entre a afirmação e aquilo sobre o que se afirma sempre se porá uma cronologia. Em suma, o mundo já está ali antes de qualquer construção teórica. A reflexão, e, a rigor, a reflexão científica, é um acontecimento; ocorre no mundo e o toma como objeto. Como em Merleau-Ponty, a ciência, e com ela a reflexão, querendo-se toda abrangente, perde a consciência do seu próprio começo e o fato de ser uma ocorrência no mundo. O cientista fecha sobre nós o universo da ciência e nos coloca como o objeto de várias disciplinas que deterão a verdade daquilo que de fato nós somos. A sociologia, a psicologia, a antropologia etc. são encarregadas de nos aprisionar por aspectos e de retirar, por arrombamento, a essência do humano vivo. O fato existencial é suplantado pela ocorrência do fato inteligível e o homem vivo se metamorfoseia em signo de si mesmo. Ou seja, não significamos, somos significados. Aceitamos essa passividade como aceitamos nossa finitude: como um dado incontornável da condição humana. Somos antes impotentes que ativos e tanto mais ativos quanto mais a impotência nos impregnar. O papel do humano como construtor dos seus próprios produtos, como construtor de si, é obscurecido por mediações lógicas e ideológicas. O produtor surge produzido, o civilizado se civiliza por aquilo que ele mesmo concebeu e talhou, a civilização. Perdemos nossa margem de indeterminação. Pilham-nos a nossa singularidade e dizem-nos que o todo é sempre a verdade da parte. A inércia se converte em nossa essência profunda e a sobredeterminação em nosso ser. O Tramas ecoa a fenomenologia, aquela de Husserl ou Merleau-Ponty, ao colocar como problemática essa atitude imediata. Certamente, porque intenta enxergar o humano por debaixo de suas construções. Sem nunca se retirar inteiramente dos métodos da ciência, ele volta estes métodos contra cosmovisões e paradigmas para cortar cumplicidades e forjar novos eixos. Existe um convite velado nas ideias diretoras do Tramas a colocar as afirmações da atitude natural entre parênteses, um convite a vararmos as operações estabelecidas e irrefletidamente adotadas para, dessa forma, podermos divisar o que aí estava antes.

5 O fenômeno perceptivo, que aqui é posicionado como anterior aos juízos que se fazem sobre ele, é igualmente posterior ao universo que já se encontra por aí antes de qualquer percepção ou intelecção.

O QUE AÍ ESTAVA ANTES

Antes há a pessoa real com todos os lastros que a peculiarizam. Contudo, a irreflexão banal produz os seus mitos edificando uma auréola em volta de figuras deificadas. O Observador, o Crítico, o Investigador parecem pular, por intermédio da lógica, para fora da espécie humana. Neutro e impessoal ele objetiva a verdade às custas de um subjetivo sempre presente. Por essas premissas grandiosas germina e se instala a onipotência mágica do pensamento. É ela que diz que nas asserções epistemologicamente legítimas não é o homem que fala; é a pura razão. O Pensador não diz eu. E, no entanto, o eu está sempre ali. Oculto, soterrado, permanentemente inerradicável. O sujeito do saber é como Flaubert por sob a pluma de Sartre: um sujeito em processo de desrealização. Desrealizado como humano ele se realiza como Deus. O ser real, absorvido por seus mitos, constitui-se num puro imaginário. E o que se esvazia no desrealizado é a sua própria concretude. Aquele que pensa troca a sua materialidade constitutiva por uma casca quimérica, fenômeno híbrido feito de presunção e sonho. No Tramas, o entendimento, ainda implícito, sobre o que é o pensamento levando-se em conta o ser pensante, sustenta-se sobre bases contrárias a esse movimento. O sujeito, aqui, acha-se localizado em meio de uma situação claramente objetiva. Os extravios, quando ocorrem, são incidentais, não consequentes. Essa inteligibilidade se manifesta em diversos pontos, cruciais ou periféricos, na visão de mundo do grupo. São vários. Escolho apenas um por uma questão de espaço.

Toda ideologia é totalitária. Classificá-la de hegemônica é, tão só, uma outra maneira de dizer isso. A ciência é o nosso totalitarismo no saber. Existimos atolados nesse éter como peixes num aquário. É na ciência que todas as nossas dúvidas, hipóteses e questões coalescem e se resolvem. É ela que dita o veredito sobre o real. E é essa natureza ditatorial que cauciona o totalitarismo epistêmico que caracteriza as sociedades modernas. Toda e qualquer tangente possível do saber é proscrita ou achatada pelos imperativos racionais que operam no âmago do conhecimento instituído e institucionalizado. Foucault já falava em saberes sepultados e Boaventura, talvez nessa esteira, amplificando a metáfora em pleno voo, cunhou o termo epistemicídio. Entre lápi-

des e assassinatos a morte se destacava como protagonista. O que esses pensadores viram foi que nas superestruturas das sociedades modernas, através do automatismo cultural que chamamos ideologia, operava-se um morticínio. A vítima: modos alternativos de se encarar a realidade e resolvê-la num entendimento que não o científico. O tradicional, o espiritual, o intuitivo, o suprafísico, o dito rústico se não são sumariamente abolidos, são silenciados. E é a razão, a razão científica, que veste o manto do executor e empunha a lâmina castradora. Saberes marginalizados por classificação, portanto vistos como arcaicos, obsoletos, mesmo delirantes; conhecimentos racionalmente atirados na câmara de despejo da história; seu pecado sendo menos do que venial, sendo mais do que mortal: eles cometem o sacrilégio de atuar por fora do parâmetro sacramentado. Todos sabemos, vozes dissonantes não têm salvo-conduto num universo totalizador. As razões para tal não se fazem esperar: a práxis científica é taxativa e redutora. O que não se concilia com suas diretrizes decai, como saber, ao estatuto de obscurantismo. As vertentes valem como dissensos e, na qualidade de desarmônicos, rompem a unidade legítima. Condutas de estrangulamento, visando à integralidade sem falhas da unidade, são naturalmente previsíveis. O Tramas, assumindo as discordâncias, encara as outras estruturas epistemológicas sem subserviência à atitude totalitária. Nele, uma tal postura é antes decorrência do que causa. Tomando o pesquisador, o agente do saber, como de fato ele é, ou seja, humano, vislumbrando a neutralidade como um sonho impossível, realizando o desrealizado ou trazendo o cientista de volta tanto para o seu corpo quanto para a sua condição, o Tramas fragiliza o pesquisador, com isso fissurando os seus sonhos de onipotência e, a partir daí, atingindo o mais magnificado dos seus produtos: a ciência. O encadeamento é utensílio de desconstrução ou estágios de dissolução por decomposição. O chão é retirado, direta e por implicação, de sob a atitude totalitária e o mundo, o real, surge descerrado. Os grilhões totalitários são deixados nas mãos do totalizador.

*****

Coloquemos, então, as certezas em seus devidos postos. As conquistas da ciência nunca deixaram de ser conquistas. Verdades sólidas, já transformadas em truísmos, entrevistas e estabelecidas pela prática científica, elementos de um saber quase que universalmente disseminado, não estão sendo aqui contestadas. Nem seus métodos. O que se nega é o que advém nos calcanhares dessas aquisições. A inconsciente certeza de que as verdades adquiridas aqui validassem as meias-verdades postas acolá. O que se nega é a lenta ou brusca metamorfose do postulado em fato, da transformação do parcial num total, da predisposição de se tomar o *pretendido* como o *adquirido* e de, partindo dele, tecermos uma fábula sobre o que é e o que não é, de se decidir sobre coisas que os métodos empíricos, experimentais e positivistas da ciência são incapazes de alcançar. Por outro lado, o que se contesta é a instrumentalização da ciência posto quem a domine; a ciência feita serva de interesses que não o conhecimento. O quadro assim disposto é relativamente definido: os alvos surgem de demandas não inerentes àquilo que é intrinsecamente científico. As tutelas exteriores incorporam diferentes funções: servem como filtro, orientação e mordaça. O aspecto servil, por outro lado, sublinha menos pertinência do que possessividade. Ora, a posse subtende o proprietário e, com ele, a propriedade: a ciência tem seus donos. A verdade, estabelecida por tais premissas, passa a ter uma relação de funcionalidade e, por consequência, de proveito com a realidade sobre a qual ela ajuíza. A luta se dará, conforme esse desenho, na esfera de intenção que revestirá um projeto dito científico ou técnico, projetos que têm mais o poder do que a verdade como fim.

Laços com o já dito
Laços com o outro

No Tramas existem as evidentes afinidades lógicas e estruturais com elementos conceitualmente dinâmicos em determinadas filosofias. Foucault, Bourdieu, Castoriadis, Adorno, Gramsci se entrelaçam sem dificuldade com a analítica social do grupo. Não que sejam evocados com o intuito de darem um chão já historicamente consagrado para a visão de mundo do movimento. Impelidos, com menor ou maior clareza, em fazer um balanço crítico dos efeitos ideológicos ou estrutural-

mente coercitivos nas condutas cristalizadas de um universo social para arrancar da penumbra as mecânicas e os gatilhos que nos condicionam, eles acabam topando com o discurso, vocalizado em múltiplas vozes, já feito e objetivado como um produto cultural. Desse modo, a microfísica do poder, a violência simbólica, o indivíduo socialmente fabricado, a normalização, o adestramento, o pré-construído, a interação entre campos e tantos outros elos nessa engrenagem analítica se consubstanciam, sem refreios, com a atitude essencialmente desmistificadora do grupo. Claro, se o esclarecimento é, no Tramas, um instrumento de luta, a clarificação dos cordéis que criam os grandes gestos culturais, seus fins e resultados, bem como sua origem, definem o movimento crítico e, com ele, o contato com o conteúdo de críticas passadas e, no entanto, ainda vivas. De fato, partilhamos das mesmas condições históricas. A ordem que nos modela e oprime, que pulsava para esses técnicos do saber, pulsa e reverbera sobre nós, mudada mas não mitigada. O que difere é que o Tramas assume aquilo que é velado nas outras construções teóricas: suas tendências. O movimento encarna uma leitura interessada do mundo, não se desliga das suas pertinências e, por esse viés, não nega suas amarras pessoais. Assim descrito, o movimento em direção da verdade não se dá pela impessoalidade do saber reificado. A luta compartilhada se alinha com o compartilhamento intencional de situações. O aspecto vivido em tantas e tão heterogêneas comunidades, ameaçadas de sufocamento pelos avanços técnico-econômicos, sublinha simpatias e laços antes afetivos que puramente cognitivos. A razão, nesse contexto, não é causa, nem fim; ela é meio. Os fins são outros. Dissimétrico, um grupo como o Tramas objetiva uma lógica de desajuste. Ele diz não ao econômico, diz não as eficácias, diz não aos tecnicismos, diz não aos capacitados, outro não ao desenvolvimento, um outro à ideologia. O Tramas está em negação. E diferente de Bourdieu, Foucault, Adorno ou Castoriadis, ele não se refugia na razão analítica. Os motivos são bem simples. O momento teórico no Tramas é só um momento. A teoria existe em fusão com uma prática. Não que uma seja a filha da outra. Elas estão em relação de simbiose. Grupos como o Tramas não tendem a estacionar na atitude do observador. Nada mais distante deles do que a ideia de um panóptico. O Tramas quer mudar aquilo que decifra. Os motivos evocados nunca são gélidos, impessoais, desapaixonados. No

núcleo daquilo em que eles mergulham não existem apenas conceitos ou axiomas, existem pessoas. E este mergulho não é mergulho simbólico; desses que se fazem por divagação, diante de escrivaninhas ou telas de computador. Se entranhando em comunidades que só são visíveis como obstáculos ou por condescendência, o Tramas vai atrás das falas, das condutas, dos arranjos aviltados pelas concepções globais. Tenta, sempre quando pode, o contato direto. O universo, para tais posturas, reclama exploração. E não apenas mentais, líricas ou metafóricas, mas físicas. Assim fazendo, o grupo busca estabelecer uma conduta transitiva que singulariza o movimento ao se subjetivar naquilo que objetiva, tomando como suas as falas, as vozes, as ideias e os projetos que, por princípio, lhe são exteriores. O Tramas procura a escuta, o exercício do ouvir. Quer escapar do papel de doutrinador. O não fechamento da filosofia adotada pelo movimento desacentua a função de depositário do saber. As operações intelectuais nele, no Tramas, estão na ordem correta: o ensino nasce e é condicionado pelo aprendizado. Tal procedimento contraria o movimento usual; nele o pesquisador é tomado pelo hábito de se pôr sobre um promontório para ver de longe, de cima e em conjunto a vida de seus objetos de estudo. Portanto, nele, a distância reflexiva é catalogação na ascese. Ele está no alto e o objeto jaz embaixo. Esses objetos encarnam um canto específico na ontologia de uma pesquisa: o seu ser é um *ser-observado*. Ele está no alto, por consequência, é o superior. As comunidades, famílias, grupos, pessoas, sob o seu olhar, não passam de dados numa equação. Ele paira enquanto os seus objetos rastejam; são vermes roçando com o ventre o solo poeirento da existência. O Tramas, ao contrário, busca se nivelar pelo olhar e pelas atitudes. E se isso prejudica a pretensa nitidez da globalidade do conhecimento, tanto pior para o conhecimento! Longe de mascarar as suas parcialidades, o Tramas as reivindica. Procura se enriquecer com as experiências com as quais se depara. Ou, como diz Raquel Rigotto, construir pontes de coerência entre saberes distintos. O ato, certamente, é difícil e complexo. Nem está livre de dubiedades. Contudo, a configuração não deixa de ser tentada: *olhar o mundo através dos olhos de quem está no centro da observação*. Diferente dos salvadores elitistas que nunca se aproximam dos desfavorecidos sem vencer certas repugnâncias, mantendo-se por detrás dos biombos classificatórios, o Tramas almeja essa

aproximação. É ela uma de suas linhas diretoras; projeta se mesclar sem perder a identidade. Fenômeno estranho, não por certo inolvidável, e que poderíamos denominar, provisoriamente, de solidarização de vivência.

O TRAMAS E A DITADURA DA RAZÃO

O estado de abertura que, no Tramas, é entendido como um ideal estabelece nexos profundos com ideias centrais como as de Lévinas, por exemplo. Lévinas rastreia e expõe uma atitude epistemológica que o Tramas não hesitaria em rotular de despótica. Trata-se da redução de todo o universo dadas as condições de inteligibilidade. Enfim, se o coração tem os seus sofismas, a razão possui as suas patologias, no que redunda na impureza dos produtos lógicos. Freud dirá, em algum momento, e para, claro, servir aos seus desígnios, que a faculdade racional não é uma faculdade independente; ela é instrumento das nossas atitudes emocionais. Nada mais verdadeiro. A razão falsifica evidências, destrói provas, enxerga as causas sem as consequências, nubla a luz, promove o que se pode descrever como um arranjo seletivo dos fatos, enfatizando alguns e atenuando e mesmo ignorando outros para ver não o que se pode ver, mas ver o que se quer ver. A verdade se bifurca: existirá a verdade e a verdade que me convém. Em suma, o logos é um *páthos* que não se quer como tal. O apriorismo tem origens complexas e não brota de uma única raiz. A cognição, antes de se convencer por evidência, jaz convencida do seu poder totalizador. E é isto o que ela ordinariamente faz: totaliza. Mudam-se as épocas mas não se alteram os seus meios. Lévinas afirmará de que se trata da imposição de categorias racionais sobre o real, o universo sendo forçado a se converter em coisa legível. Desse modo, o incidental, o indeterminado e o enigmático são eliminados como fenômenos concretos. Isso nunca é imediatamente percebido porque as inclinações racionais são tão instintuais quanto as demandas do corpo. Noutros termos, a razão humana porta patologias que se traduzem num automatismo. Ela se pretende divina, não quer admitir as suas lacunas. Seus vácuos são preenchidos por hipóteses que acabam valendo como fatos dada a sua natureza explicativa; as teorias têm função substitutiva: elas tomam o lugar das incertezas; as conjec-

turas são ensaios tentativos e sufocam os silêncios; as premissas provêm resultados antes da investigação. Um puro e simples "não sei" não é ocorrente. O *não saber* é contraproducente, mesmo que factual, mesmo que óbvio; sua realidade, mesmo que superlativa, mesmo que clame aos céus, é sumariamente proscrita. Colocar tudo sob a sanção do inteligível é uma forma de extravio e é isto o que Lévinas intui e tão rebuscadamente explicita. A razão, enganada sobre o seu poder, presume penetrar em tudo. Pretende abarcar o conjunto do real tomando a intelecção como ferramenta de apropriação. A inteligibilidade, entrevista por esses termos, é antes fim do que fato. Entendamo-nos, o projeto intrínseco à razão é açambarcante. É uma predisposição básica do pensamento forçar a totalidade dos objetos possíveis a darem contas explicativas de si, de se desnudarem diante dos olhos violadores do agente cognitivo. De novo, vagamos por entre obviedades: não existe identidade lógica, ontológica e existencial entre o predisposto e aquilo ao qual ela (a razão) se predispõe. Nossos poderes, analíticos ou sintéticos, têm o que tem a nossa vida terrena: finitude. Contudo, isso não altera a predisposição elementar da razão, isto é, o impulso de se apropriar mediante o desvelamento e a consequente classificação. E apropriação total por desvelamento completo. O que se sabe é o que se tem, entoa essa litania sempre presente, mesmo que tácita. E o que se tem, se tem, pelo menos, num aspecto: o do conhecimento. Categorizar um objeto, portanto, é um primeiro ato de posse. As inconsequências de uma tal dialética são manifestas. Ocorrem não só nos encadeamentos racionais ou nas operações cognitivas que as realizam, mas se projetam na linguagem que as traduzem. Ora, posse e desvelamento só alcançam equivalência por vias metafóricas. Não iremos vilanizar a metáfora, porém não podemos, igualmente, ignorar os seus efeitos; deletérios dados os falseamentos que provoca. As dubiedades são plurais e o que delas resulta é extremamente difuso. De fato, as ambiguidades têm fontes diversas. Entre o objeto e a percepção que dele se tem, como observa Kant, existe uma fronteira; Sartre, sem nenhuma correlação direta com o criticismo kantiano, dirá que as equivocidades peculiares a uma atividade judicativa acontecem por se tomar o conceito do objeto e não o próprio objeto como objeto de juízo; acrescente-se a isso a identidade falaciosa entre disposto e pré-disposto e o cenário para as ambiguidades se distende. Alcançamos,

sim, por intermédio da razão verdades (se é que elas são plurais). O que não alcançamos é toda a verdade. Os falsos preenchimentos, como os hiatos, persistem. Eles não são, até então, erradicáveis.

O que se tira daí, e é o que Lévinas assevera, é que a redução à inteligibilidade é uma redução violenta. Tudo está condenado a se tornar parte ou fração na economia técnica do conhecimento. As transcendências não sobrevivem fora desse amplexo, o que, a rigor, as suprime como transcendências. O contexto se complica com a fragmentação dos saberes e uma consequente disposição hierárquica entre conhecer legítimo e conhecer inferior. Subtende-se uma mais-valia no campo do saber humano, um modo de unção epistemológica que tece uma auréola em torno de alguns conhecimentos enquanto marginaliza outros. Em resumo, os tecnicismos culturais são selos de normalização e exprimem antes influxos de poder do que manifestações de verdade. E não é que o saber marginalizado não atue de forma análoga. Ele também se apodera e conceitualiza; toma o objeto pelo o que nele se lê e, assim fazendo, decide implicitamente que o legível no objeto tem equivalência ontológica com a sua existência de fato. O saber humano é definido por suas posturas e, nela, o intelectivo tem preeminência sobre o perceptivo. Nem sombra de se cogitar (ao menos nesse primeiro e superficial estágio) que a percepção é fenômeno cognitivo e se modela (ou deveria se modelar) conforme um mundo de realidade transcendente. Os enunciados se prefiguram. Eles afirmam que os saberes valem falsamente pelo o que pretendem e não só pelo o que legitimamente se consegue por intermédio deles. Por este ângulo todos os conhecimentos expressam a mesma presunção: as forças sapientes do humano são globalizadoras e suas falhas são antes ocasionais do que constitutivas. No miolo do Tramas, medrando em silêncio, subsiste uma atitude complexa que põe em causa essa presunção. Noutras palavras, a admissão do outro, o processo do "se levar em conta" o diferente, é tanto conduta moral tácita quanto relativização epistemológica. O ato, ou como dito, a atitude, é fértil pelo o que subtende. Um modo funcional e ideativo de se apreender e conceber o saber torna-se factível. Em suma, a aceitação do diferente no campo do conhecer é degrau, no mínimo constitutivo, na direção das incertezas congênitas à razão e refletem, porque pressupõem, distintos graus de incompletude. É uma ênfase que se faz em favor das riquezas

do real e da nossa incapacidade de abarcá-lo na totalidade de seus aspectos; de que a errônea completude, a autossuficiência da razão, só se dá porque decidimos ignorar as nossas ignorâncias. O Tramas integra essa postura. E se não rompe todos os laços, sejam científicos, empíricos ou institucionais, rompe alguns e se coloca na posição de, potencialmente, clarificar o resto. Aqui não se trata, é evidente, do movimento ter se desvencilhado da sua faceta crítica e, por conseguinte, tudo aceitar, mas de, ao contrário, tê-la dilatado ainda mais. O grupo adota distâncias reflexivas, inclusive sobre os seus métodos. Volta olhos críticos sobre si e atina para vácuos que porções de alteridade, vindas do exterior, podem, talvez, preencher. Não aceitar tudo como ferreamente determinado é a premissa (até onde sei) não verbalizada do Tramas. As condutas de inteligibilidade sofrem, conforme a adoção desse procedimento, um sensível decréscimo do seu poder. Os extravios, dada a capacidade de acontecerem, encontram amarras para o lastrearem. Alguém disse (não me recordo quem) e se me for permitida uma vaga digressão, que a razão precisa de pesos, precisa de chumbo nas suas plumas, senão ela facilmente flutua e daí se desgarra. O que se exprime, por meio desse rateio lírico, são os vínculos terrestres entre o pensador, o pensamento e os objetos sobre os quais se pensa. Ou seja, os hiatos precedem os nexos e estes, sim, ferreamente os condiciona. Aqui, se traduzirmos em linguagem freudiana, um fato subterrâneo é repelido; não são culpas ou anelos odiosos que se deparam com uma força repressora, são as nossas "suficiências", os nossos loucos sonhos de onipotência, que perdem o seu livre trânsito. Lévinas não está, decerto, de todo aí, mas parte dele está. As implicações, mesmo para olhos desatentos, são gigantescas. Não vamos segui-las. Falta-nos espaço.

O TRAMAS E O PROBLEMA DA CULTURA

Por mais que se pense que os vetores, os fatores e as roupagens culturais sejam diáfanos, eles não são. Confunde-se a imaterialidade cultural com a fantasmagoria dos seus traços. No caso da cultura, os traços fantasmais são terrível e paradoxalmente substanciais. Pouco existe de etéreo ou de quimérico no sujeito lapidado de uma cultura. Ele é tão produto no agir, no vestir, no pensar e no falar, como uma mesa ou um

sapato. Seu perfil surge nítido. Ele é uma evidência para si mesmo. As referências e os imperativos, mesmo para aqueles que se tomam ou são tomados por libertários, denotam a marca de fábrica e, com ela, a serialização. O indivíduo é tão indivíduo quanto exemplar. As variações, as oposições, são reações consequentes a um contexto dado, com ordem de fluxo demarcada, afluentes possíveis, refluxos delineados, mesmo tergiversações de sopro, movimentos concêntricos e descêntricos. As variações são imensas, por vezes, imprevisíveis, todavia, o rio é sempre o mesmo. E assim somos nós, imersos nesse caudal: uma bolacha num pacote, outro parafuso de dez polegadas numa interminável fila de parafusos de dez polegadas. Repetimos uns aos outros, macaqueamos uns aos outros e dizemos, se temos talento para verborragias livrescas, que realizamos, como seres culturais, uma lógica de espelhamento. Enfim, não somos originários, somos miméticos. As referências estão aí e para este mundo de dados contados o espírito humano sempre se resolve e se manifesta por sua localização, pela contingência do seu nascimento e pelas inteligibilidades de maturação históricas e sociais. Um horizonte nos confina. É menos pormenor na paisagem do que constituição subjetiva. Somos um produto do meio, reza dessa forma a sabedoria laica e secular. Curtida por séculos de uma racionalidade ainda (por mais que se diga o contrário) iluminista, essa sabedoria se autorrepresenta como limpa de trevas ou superstições. A razão tem, em si, os seus motivos para ser e permanecer racional. Os hábitos coletivos são, assim, elemento essencial na construção das identidades. Eles não apenas nos situam. Eles nos ontologizam. Dizem o que somos e o que deveremos ser. Como as parcas tecendo o seu fio eles nos impõem um destino. Subsistem, a despeito do apagamento quase que total das cosmogonias míticas, fatalismos do alto (ou seria de baixo?) nesse mundo de automotores, celulares e internet. O tempo, segundo a banalidade das metáforas, corre; salta imensos platôs de épocas e eras e, contudo, continuamos, por sob as brancas luzes artificiais, tão joguetes de forças estranhas quanto um bárbaro com o seu elmo de chifres e os seus machados duplos. O conceito é tentacular. A cultura se reflete na natividade. Ser autóctone é, portanto, ser culturalizado conforme um tipo. Oriental ou africano, discípulo de Shiva ou de Buda, o etnocentrismo manifesta o logocentrismo que de fora nos arroja. Tão de fora e tão de dentro. Os tijolos externos povoam

nosso íntimo e passam por nossa alma. É um estado de possessão. Ele fala por nossa boca, talha comportamentos e dita nossos anelos. Todos eles? Não. O homem natural persiste. O domínio cultural se circunscreve. Ele tem limites. O sufocamento nunca é completo. Um fio de ar, uma réstia de luz perduram e, se tornados conscientes, podem crescer e revelar o insólito no igual.

O Tramas desliza por essas intermitências. Ao esposar uma cultura despojada de muros e negar, por consequência, o papel centralizador de uma cultura específica, ele obsta, por interrupção, o contínuo cultural. É evidente, não o suprime, mas o problematiza. Há de se constatar que a descentralização da cultura implica não apenas no se questionar a cultura que nos abrange, mas envolve um outro, e mais visceral, questionamento: o do próprio ser da cultura. As aderências culturais se esgarçam por dentro fazendo os liames, que de fora nos enrodilham, perderem a fixidez. As ideias de Roy Wagner, ou determinados aspectos nas ideias de Roy Wagner, não se acham distantes. Para esse autor, o humano tem este estranho e alucinógeno poder de inventar a própria realidade, de construir, por sobre o mundo natural uma outra forma de mundo: o mundo cultural. Merleau-Ponty, na *Fenomenologia da percepção*, irá se debruçar longa e pormenorizadamente sobre esse fenômeno engenhoso invisibilizado por entre as banalidades cotidianas. Seguindo o filósofo, um dos mais penetrantes do pós-guerra, veremos a matéria que compõe a estátua desaparecer por sob a figura que ela representa, veremos o mundo ser fragmentado em compartimentações fronteiriças, veremos linhas cruzarem o globo e o regionalizarem. Mas o termo "veremos", aqui intencionalmente repetido, é infinitamente menos real que metafórico. De fato, nós nada *veremos*. O homem inexiste por sobre a argila que o petrifica, no monumento, num gesto ou postura. A ideia do homem, sua identidade ou história, habita a representação que nunca é exatamente uma ideia. A figura imóvel, que hoje se vê, indica um dos inumeráveis desaparecidos que, agora, jazem mudos por sob a terra. Por seu turno, as linhas que talham faces para as nações, que nos tornam, se se considera a nossa posição de origem, nativos ou invasores, não são visíveis. E essa invisibilidade é bem significativa; ela exprime a sua paradoxal realidade de ser, tão somente, imaginária. Existentes sim, mas, tal como Jean Valjean ou Macbeth, existentes num imaginário

feito objeto de cultura. Ecoando Roy Wagner, e mesmo Castoriadis, diremos que o homem urdindo esses imaginários urde a própria realidade como composta por diversos imaginários e, portanto, a inventa. Assim, a cultura é uma realidade erigida pela invenção que a constitui. Se movente, o homem precisa de marcos para se orientar. Se os marcos não estão naturalmente presentes, cumpre criá-los. O esquema, dessa maneira delineado, e sou o primeiro a admitir, é pobre no nível do sofrível. Contudo, ele é útil para fins de caracterização. E dizer caracterização, neste contexto, é dizer controle. Não existimos livres no cosmo cultural, existimos subjugados. Uma sujeição física, espiritual e, como dito, ontológica. Interiorizamos uma estrutura exterior e estamos sempre prontos a afirmar que aquilo que nos invade é o que, de fato, a gente é.

Ao se colocar num posicionamento culturalmente descentralizado, o Tramas subverte os ditames autoevidentes que logram nos moldar. O que nos culturaliza não é o que, de fato, nós somos, sugere tacitamente essa postura. As definições, que do meio ou do alto nos penetram, são espoliadas de parte de sua ascendência. Dir-se-ia algo que nasce para a consciência, que se esboça nos que nos rodeia. A cultura que se objetiva para o culturalizado vai presumir o recuo objetivador e, daí, uma ação de destaque. E o que se destaca, convém recordar, é o que se desprende. O Tramas, no seu arrojo subversivo, nessa simples atitude de aceitabilidade, vai dar corpo a uma série de movimentos complexos que podem resultar num dado incomum: o reforço lógico/ontológico da realidade tal como a concebemos. Compreendamos, não se trata, aqui, de afirmar uma unidade de verdade entre caminhos heterogêneos e mesmo contraditórios, o que seria um outro tipo de abuso, dessa vez com a verdade, mas de estabelecer como premissa que a realidade é antes realidade que invenção. Pois, se empreendo objeções à cultura em si, e não a uma cultura específica, como o Tramas faz, eu estarei simultaneamente atacando o imaginário e não em favor de um outro imaginário, mas em favor da realidade que nunca deixou de subsistir por detrás ou por baixo destes artefatos simbólicos, lógicos, históricos e prescritivos. Em resumo, o cultural é arrancado de uma irreflexiva posição naturalista, perdendo, com a sua descentralização, parte da densidade que havia roubado ao real. O ganho se dá, primeiro, na consciência. O mundo, para olhos cônscios, emerge menos envolto por brumas artificiais. Re-

definido e clarificado, ele se apresenta não, em si, mudado, mas mudado, em nitidez, para a consciência que, afinal, o tematiza como se deve. Mudado o mundo, muda-se o sujeito que o desvela. A subjetividade dá um passo para trás ou para frente e se enxerga retalhada por dimensões. Natural e artificial surgem e são cindidos. Por sua vez, a cisão não é a cisão do sujeito fragmentado, desmontado por porções, mas o recorte que tornará visível, por seus contornos, o que nos envolve e o que nos invade. O sujeito, que brota, brota menos por construção exterior do que por evidência íntima. Dessa maneira, o fio de ar e a réstia de luz se amplificam por intensidade e o sujeito emerge, finalmente, mais liberto porque menos sufocado.

O TRAMAS E A TEXTURA MORAL INTERNA

A razão é meio; a finalidade são as pessoas. O grupo se personaliza por uma forte atitude ética. O componente axial, no Tramas, é onipresente. É ele que jaz na base e na gênese do movimento. Os nexos com a retórica conceitual de pensadores institucionalmente consagrados encontram, nele, as suas razões profundas. Um Foucault, por exemplo, ao realizar a análise crítica dos elementos funcionais que, das brumas do já instalado, entrelaçam instituições, ideias e pessoas, produz, através do desvelamento discursivo, uma imagem depreciativa da sociedade. Contudo, o discurso foucaultiano, a despeito de todas as suas decorrências, nunca ultrapassa a fronteira do discurso intelectual. Se a análise mata o que desmembra, esta análise específica nada mata, porque o que ela desmembra é a abstração da coisa e não a própria coisa. A ação, que não a retórica, se ocorre, só ocorre por outras instâncias. No entanto, houve um julgamento, mesmo que implícito. E um julgamento moral. Um juízo de valor. Pode-se dizer que o intelectualismo torna-se meio de um pensamento de fundo ou de fim ético. O Tramas se irmana com essa postura, o que transforma Foucault, e quem a ele se assemelha, em munição. As vias são as mesmas. A atitude é que evoluiu em graus. Ela se radicalizou. Pulou para fora da etapa crítica e trouxe consigo a crítica como arma. Todos sabemos; uma atitude ética é uma atitude, ou seja, supõe ação. Não, certamente, ação cega, desenfreada ou irracional. Falamos de atos justificados por uma lúcida observação dos fatos. Os

paradigmas tendem, nesse processo, a cair para trás de uma névoa. Sobrevinda à opacidade, os valores podem perder a translucidez e daí se conspurcarem. É extremamente fácil a confusão de valores com coisas valorizadas, assim como o do bem com o útil. É necessário habilidade para se operar num plano difuso. Observamos por meio de lentes (deterministas, empiristas, subjetivistas, idealistas etc.) e, por vezes, as lentes se acham foscas, não ajustadas. O único campo, adverte o adágio que nunca nasceu, que jamais perde a fecundidade é o campo das ilusões. Vagando por entre sombras, mais criamos do que descobrimos e mais projetamos do que verdadeiramente constatamos. Ademais, sofismas são ameaças sempre presentes. A ética, suas origens, fundamentos e resultados, se demarca como uma área do saber inconclusa porque controversa. Entre Max Scheler, os pragmatismos, o niilismo nietzschiniano e tantos outros, o ético se decompõe em correntes filosóficas que não se comunicam. As razões de uma nunca são razões suficientes para a outra. As correntes não se desdobram (a não ser muito palidamente), nem se distendem. Tendem antes a estagnar e a se isolar. Falando do Tramas não pretendemos adentrar nessa treva. O inextricável, mais do que sua extensão, nos fornece bons motivos para sustar a análise no ponto de delineamento da questão. E sobretudo porque a questão não é essa. A questão é o Tramas e sua atitude fundamental frente àquilo que aborda.

Diante do movimento se descortina antes fatos do que questões. E fatos tanto mais pungentes quanto mais questionáveis eles são. Conduzidos por sua prática até o cerne de um Brasil real obliterado por paradigmas cegantes, o grupo se depara com um tipo de mal que pouco, ou nada, tem de filosófico. Mesmo porque o mal, para além dos rebuscamentos dialéticos em que o discurso abstrativo o coloca, é bem claro. O contexto decide. Pessoas e comunidades categorizadas de miseráveis, postas num jogo de forças desigual, representam a derrota por antecipação. Eles não são sujeitos, são objetos. Decaídos ao estatuto de meio, entrave ou alvo são metamorfoseados em coisa a ser tratada com circunspecção, a serem retirados do caminho com frieza ou rispidez ou a se converterem em dados destinados à manipulação. Gente que se ouve com a meia atenção elitizada de um estado de coisas hierárquico. Os que ascenderam, ascenderam por sublimação. São, decerto, os superio-

res, reza a cartilha hodierna. Portanto, o papel destinado aos inferiores, por detrás de todas as mistificações humanitárias, está claramente estabelecido: eles têm o silêncio por dever e a submissão por obrigação. Os imperativos estão objetivados: a passividade, imposta de fora, síntese na alma, deverá ser interiorizada como uma estrutura permanente de seu ser. E não só ela; a inferioridade também. O *ser-menor*, o *sub-homem*, portanto, será entendido como um aspecto inerente de determinadas pessoas ou grupos. Está no caipira, no operário, no camponês. O que significa que, num jogo de forças, a força maior sempre ganha. Ganhos representativos, paradigmáticos e mesmo físicos. Aqui, o que se esmaga não é trigo: são pessoas. Os frutos amargos de uma tal mecânica passam longe das obscuridades filosóficas. São tão vívidos quanto traumas. Não pretendo enumerá-los. Eles são proverbiais e quadros estatísticos superabundam por aí. Existem enunciados evidentes por detrás da impessoalidade dos números. Eles apreendem e expressam um realismo funesto. O silêncio e a indiferença diante da opressividade de tanta gente impõem suas conclusões: o mutismo não é signo da invisibilidade fundamental dessas multidões, é sinal da insensibilidade doentia das ideologias. Quanto mais a opressão se manifesta mais se multiplicam os alheamentos. Calos no espírito representam o seu estado de desertificação. Por certo, a aridez da alma produz os seus frutos. E também os seus inimigos. O Tramas, feito inimigo, nasce da contestação e se opõe por moralidade. Encarado segundo esses traços, o ético, no Tramas, não brota de uma sei lá qual natureza incondicionada, brota de um movimento reativo. O Tramas menos opta pela moralidade do que é constrangido a ela. Em poucas palavras, o grupo não surge por combustão espontânea, surge por reação e reação agressiva. Incapaz de assistir, sem comoção, o achatamento sistemático de indivíduos, de contemplar de olhos secos o flagelo físico e representativo de comunidades, ideias e pessoas, o movimento adota, voluntariamente, uma lógica de contra-ataque. Assim o seu discurso se torna, por essência, um contradiscurso. E a ruptura, é evidente, não se dá apenas pela negação das eficácias (como elemento norteador, esposada pela técnica), ou por uma leitura pretensamente neutra sobre o que seria "a verdade" (campo dos dogmas ideológicos); ela emerge de simpatias germinadas a partir de um solo que tem a moral como lavra. A ética, como diria Albert Camus (e é esta a

orientação básica no Tramas), deve condicionar a prática. Não é difícil, então, de entrever, por sob as sensibilidades do movimento, as suas truculências. Sim, o Tramas objeta e culpabiliza à medida que aclara. Seus enunciados são, simultaneamente, peças de acusação. Os fatos objetivos com os quais o grupo se confronta se caracterizam por serem regentes. E vigência, toda ela, supõe domínio. É fácil ver que um tal domínio, apesar de toda a retórica humanitária que o reveste, sempre se opera e se dá por coerção. A liberdade é hierárquica, assim como os saberes. A impostura se faz na identificação desse arbitramento com a realização de uma liberdade eticamente condicionada. O ato de se impor, por sob máscaras, a coerção, reflete sempre uma mistificação e, com ela, uma violência. Violência paradigmática, simbólica e representativa que, se não atinge os corpos diretamente, os atinge por mediações. No que resulta que o ético está já aí prefigurado como sob ataque. Cumpre defendê-lo. É o que o Tramas faz. Não pretende compartilhar impressões com essas formações históricas e sociais supliciantes. O que pretende, e isto lhe é intrínseco, é estrangular orientações dominantes. É uma reação violenta a atos e estruturas que tem a violência como instrumento de instalação e de continuidade. A espinha dorsal do movimento, feita da convergência de múltiplas necessidades nitidamente tematizadas, não é, então, nem um pouco nebulosa. Nela, a razão, como dito, não é fim, é meio; o fim são pessoas; já a causa, em todo espectro semântico da palavra, é sempre moral.

Por esses traços o Tramas se personaliza. A moral vai dar, por consequência, coesão ao movimento. O utópico, no grupo, não é onírico. O sonho se faz possível porque realizável. O viés, assim estabelecido, radicaliza em forma, método e conteúdo o movimento. O aprofundamento, caracterizando-se por ser totalizador, torna difuso, porque múltiplo, o tecido epistemológico que envolve e enreda o grupo. O aspecto ético, que no Tramas é por essência encadeador, segue em concordância com uma subestrutura formadora. O descentramento ético, devemos ao menos disso saber, é descentramento do eu porque, na moral, o primado é do outro. O Tramas não necessita focinhar Lévinas ou Paul Ricoeur para agir por esses parâmetros. Ninguém, aliás, necessita desses luminares, a não ser para um eventual desvelamento da trilha por quem já a trilhou. A linha de coerência do grupo coincide espontaneamente

com linhas de coerência clássicas e dá um passo além: o pensador saiu do gabinete e se pôs a pensar enquanto agia. O pensamento, enovelado com a ação, surge, por vezes, truncado, na medida em que não se enxerga só e por inteiro (e quem o pode fazer?). E isso, paradoxalmente, é sintoma da intensificação do que, nele, é coerente. Ora, o Tramas não tem como projeto imediato a resolução de axiomas teóricos, científicos ou filosóficos, mas se propõe a lutar por e com pessoas em estado de agrura institucionalizada. Ele não pode e nem deve hesitar, pela razão de que enquanto hesita o tempo corre, isto é, paredes se estreitam, lâminas se aproximam e os dedos que se agarram na saliência das rochas que se recortam sobre o abismo perdem gradualmente as suas forças. E análise, como disse uma vez Jack Kerouac, é hesitação. O pensamento, no Tramas, a despeito da meticulosidade, é servo de uma práxis lastreada pela urgência, o que faz com que o grupo encarne um movimento contraditório segundo os clássicos cânones intelectuais, isto é, racional e simultaneamente impulsivo. O dado é significativo; ele diz que o Tramas, às expensas de uma inegável pujança teórica, não nega as paixões que são antes negadas no pensador desrealizado por idealização do que ineficazmente proibidas no sujeito que pensa. Suas atitudes, condicionadas por um universo cruento, são inteiramente congruentes ao se levar em linha de conta um inerente impulso ético: não é a ação que acompanha o pensamento, é o pensamento que acompanha a ação.

*****

Ao fim desse breve voo errático conto ter, se não demonstrado, ao menos ter indicado, o grau de espessamento, atual e possível, em um movimento como o do grupo Tramas. Essa fecundidade não é o produto de um feliz acaso, mas a expressão de uma localização. O Tramas se põe, não tão premeditadamente, na intercessão e no intercruzamento de problemáticas que transbordam o momento presente e os casos particulares para alcançar profundezas de lógicas e estruturas que se espraiam por superfícies e alicerces de múltiplos objetos. Assim, para o Tramas, o universo do pensável sofre de descompressão e ganha espaços que se abrem, porque a atitude judicativa do grupo não subtrai dados

do real, mas os adiciona. A razão, conforme essa ótica, perde inteireza e ganha camadas; vai surgir uma razão dentro da razão, uma cosmovisão que cauciona outra cosmovisão. A verdade do mundo não se encontrará na sua superfície, nem na logicidade profunda que habita insidiosa o coração secreto das coisas, mas no jogo, tensão e interação dessas diferentes esferas. Posicionando-se voluntariamente no centro móvel (e isso é decisivo) não de problemas, mas de existências tornadas problemáticas, o Tramas agarra o abstrato pelo concreto e preenche com matéria o vazio do conceito. Os polos se comunicam sem artificialismo e a *noesis* não só pode encontrar o seu *noema*, como pode nele viver. Uma nova epistemologia, que no Tramas engatinha, pode nele crescer.

Não sou profeta, nem essas ambições são projetos imediatos para o grupo. Limito-me a indicá-las como verdadeiramente possíveis. Nem pretendo, pela promessa, diminuir o grupo tal como é hoje, tal como é agora. Isso não só seria injusto, seria muito tolo. O Tramas é rico hoje, no dia atual, não no porvir. O latente nele não rebaixa o que nele existe de melhor: as concretudes presentes. Quanto às suas riquezas virtuais, talvez alguém, de dentro do movimento, mais cedo ou mais tarde, será capaz de fixá-las. Elas estão lá e não jacentes como frios monumentos mortuários ou definhando pelo silêncio, mas, ao contrário, nele, no movimento, elas são quentes e moventes como em tudo o que é animado pela vida. Por outro lado, esse escrito, essa tão minguada análise, que não teve por intenção extenuar o objeto sobre o qual se deteve, acha-se encarnada num registro determinado de exposição: a do *grosso modo*. Se escavada, com um mínimo de atenção, ela facilmente manifestará as suas constrangedoras insuficiências. Então, encarem dessa forma, eu não levei ninguém para lugar nenhum, nem enveredei por recessos obscuros e ainda não inteiramente examinados; eu me limitei, tão só, no emaranhado de coisas que pulsam nesse objeto, o Tramas, a apontar o que nele feriu a minha atenção.

*****

POSFÁCIO

Quando recebi, em janeiro de 2018, o convite de Raquel Rigotto para comentar o belo livro *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*, escrito que marca os 20 anos de existência do grupo de pesquisa localizado na Universidade Federal do Ceará, comecei imediatamente a pensar como poderia honrar um convite tão especial. Trata-se de um grupo acadêmico transdisciplinar e militante que atua sobre temas de saúde, ambiente e justiça ambiental. Imediatamente vieram-me diversas memórias, e percebi como o tempo é relativo para qualificar a trajetória do Tramas. Não se trata propriamente de quantos anos ou quantos trabalhos o grupo publicou para constar ou não nos critérios de produtividade de órgãos de pesquisa como o CNPq, mas com que qualidade o Tramas vem marcando sua trajetória.

Pensava no que iria escrever quando, repentinamente, sofri um AVC hemorrágico no início de fevereiro ao retornar ao Brasil após 18 meses em Portugal, onde tive o privilégio de conviver com Boaventura de Sousa Santos e sua equipe no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Quando recebi a notícia da médica, já na UTI, sobre a gravidade do evento e que teria de aguardar pelo que viria, inevitavelmente me ocorreu: vou morrer agora? Terei sequelas sérias que poderão me impedir de andar, falar, raciocinar e viver como antes? Curiosamente, diferente do que muitas pessoas julgariam que aconteceria numa situação assim, sentia-me tranquilo, num estado de paz, pleno e agradecido por ter feito e vivido tantas coisas com amor e dedicação. Logo percebi que estava cercado de pessoas especiais, minha esposa, filhos e amigos. Relaxei-me profundamente, e a única coisa que pedi, além de paz para minha família (naturalmente assustada), foi que, caso me fosse concedida a chance de continuar vivo e com alguma disposição para trabalhar e conviver com minha família e amigos, pudesse viver ainda mais plenamente o tempo que ainda tivesse, com mais amor e entrega, com menos sentimento de arrogância e superioridade, com mais qualidade e consciência. A imagem que me veio à mente depois

que os médicos me disseram que o pior havia passado e possivelmente não teria sequelas mais graves, além do agradecimento, foi pensar que deveria me tornar um guerreiro zen, seja lá o que isso significa. Tenho pensado nisso desde então.

Vivemos em tempos sombrios, com muito ódio, ignorância e intolerância, e nada melhor que combater isso não propriamente com uma passividade descompromissada, mas com uma capacidade de aliar luta e respeito, buscar conhecimento e humildade, compaixão e coragem, entrega... Em minhas meditações nos últimos anos, nas práticas de Aikidô e Tai Chi Chuan, no convívio com sábios indígenas, quilombolas e camponeses, nos sensíveis companheiros do movimento agroecológico e aguerridos militantes do MST, nas persistentes lideranças comunitárias e no convívio com mulheres que vivem e lutam cotidianamente nas favelas, comprovei uma convicção trazida desde jovem que conhecimento sem sabedoria é parecido com um burro carregando um monte de livros no lombo, como dizia Nasrudin, o famoso sábio idiota que nos ensina a conhecermo-nos melhor em nossas potências e limitações.

À medida que fui melhorando com muita fisioterapia, paciência, cuidados e a energia amorosa das pessoas que me cercam, em especial minha esposa Marina, meus três filhos e minha enteada, além dos inúmeros amigos, voltei de novo ao compromisso de escrever sobre o livro do Tramas. Percebi que, mais que inspirá-los com meus trabalhos e textos, fui frequentemente inspirado pelo Tramas ao reconhecer os frutos de um dos grupos de pesquisa mais avançados do país e da América Latina na área da Saúde Coletiva na construção de conhecimentos e práticas inovadoras em saúde e ambiente, seja na incorporação de referenciais teóricos, seja na coerência ética tão difícil de pôr em prática nos difíceis tempos atuais das universidades.

O livro organizado por Raquel Rigotto, Ada Aguiar e Lívia Ribeiro navega por inúmeros temas teórico-metodológicos vitais e casos concretos pungentes para o Ceará, o Brasil e o mundo: (in)justiça ambiental, racismo ambiental e conflitos ambientais; pós-colonialismo; diálogo e ecologia de saberes; modelo de desenvolvimento e neoextrativismo; agronegócio; mineração; pedagogia do território; cartografia social; injustiça hídrica; agroecologia; mulheres e juventude. Enfim, temas e

textos que nos ensinam a entender o que é e como promover saúde. Os textos despertam nossa vontade de aprender e de encontrar sentidos para o trabalho acadêmico num país repleto de injustiças. Porém, as questões abordadas não valem só para o país, valem para o mundo moderno. Ao ler os textos do livro, percebemos que no grupo Tramas, através das organizadoras, das pessoas que nele atuam e dos inúmeros colaboradores, todos têm plena consciência que o desafio é bem mais amplo, não apenas téorico e metodológico, é ontológico e civilizatório.

O mundo moderno acelerou o tempo de nossas vidas de forma extrema e paradoxal. De um lado, surgem descobertas e tecnologias antes impensáveis num ritmo intenso, temos acesso a informações pela internet num piscar de olhos, e parece que se descortinam inúmeras possibilidades de futuro. De outro, junto com a criação avassaladora de inovações e a rapidez de um tempo sem pausas para respirar, surgem formas cada vez mais devastadoras de destruição que apontam para um futuro sombrio, para distopias já existentes, um não futuro, incluindo a atual crise ambiental que põe em risco a vida no planeta, e as possibilidades de guerras com as temíveis tecnologias nuclear, química ou biológica. Se as guerras com essas tecnologias são claramente temíveis, a insustentável destruição da sustentabilidade moderna talvez seja ainda mais perigosa justamente porque atua de forma invisível e invisibilizadora. Ela representa a guerra abissal da poluição e dos lucros desmesurados, da negação do direito a existir dos indígenas, quilombolas, negros e favelados.

Para muitos, torna-se cada vez mais claro que a pretensa superioridade e universalidade da ciência e da economia moderna – particularmente a neoliberal que se tornou hegemônica na atual globalização – encontra-se em boa parte na origem dos epistemicídios e das injustiças sociais que negam o direito à existência de expressivas populações radicalmente excluídas, sejam elas indígenas, quilombolas, camponesas, pescadores tradicionais, sejam moradores de periferias e favelas do Sul Global, cada vez mais presentes nos países mais ricos diante de uma globalização que, junto com o fluxo de dinheiro, mercadorias e pessoas, também produz os guetos. Paradoxalmente, a ciência que pretendia esclarecer e iluminar sistematicamente tem servido para dominar, controlar e obscurecer possibilidades de se viver e conviver, apagando ou

desprezando a enorme diversidade de conhecimentos, experiências e cosmovisões outras que as assumidas pela modernidade.

Parece que sermos modernos, ao contrário do que nos diria o senso comum, é muito mais próximo da barbárie do que poderíamos imaginar. Isso nos faz ter a sensação de que a vida é ainda mais curta e sem sentido para compreendermos as situações complexas e o momento presente que vivemos no Brasil e no mundo. Como diria Boaventura de Sousa Santos, vivemos o dilema da dupla temporalidade. De um lado, precisamos lutar e agir rapidamente para enfrentar urgências, salvar vidas, povos e ecossistemas que estão sendo aniquilados por um sistema que explora a natureza e as pessoas excluídas radicalmente sem se preocupar com outra coisa que não contabilizar os investimentos e os lucros no menor prazo possível. De outro lado, muitos reconhecem que vivemos uma crise civilizatória, que é a da modernidade em torno de seus grandes eixos de dominação: o capitalismo, o colonialismo (ou colonialidade) e o patriarcado. A transformação civilizatória exige tempos longos, históricos, os quais não são simples de perceber a não ser quando vira passado histórico. Mas, felizmente, podemos percebê-los ou senti-los por meio de relampejos, sonhos (ou imaginações) utópicos e experimentos sociais emergentes em curso. Ou, ainda, como diriam pajés e xamãs, pelos sábios de visão que penetram no mundo dos espíritos que enxergam necessidades, possibilidades e missões para essa nossa tão breve existência.

Diante de tarefas tão complexas e hercúleas, como simples mortais que somos, simples pesquisadores da saúde coletiva envolvidos com lutas sociais e questões ecológicas, pode-se propor o desenvolvimento de um trabalho que realmente valha a pena?

O livro nos inspira na busca de alternativas a essa pergunta. Acompanhei sempre de perto, pelo menos em coração, o trabalho de Raquel e dos jovens estudantes e ativistas do Tramas, alguns agora professores e pesquisadores que atuam em diferentes universidades e projetos após seguirem pelos mestrados e doutorados da vida. Presenciei o crescimento do grupo, a força de seu trabalho, a tristeza e indignação com o assassinato do trabalhador rural, líder comunitário e ambientalista José Maria Filho na luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos, a contaminação da água, a expulsão de agricultores de suas terras, assim como a

grilagem de terras públicas no Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi. Mas também presenciei a força do Tramas quando, junto com movimentos sociais, agricultores, companheiros e familiares de Zé Maria, deram a volta por cima honrando a memória de sua vida de forma exemplar: continuando a luta por um mundo mais justo, saudável e digno. Foi dessa forma que acompanhei de longe a criação do Movimento 21 e os gritos de "Zé Maria presente, presente, presente! Até quando? Sempre, sempre, sempre!". Assim como fazemos hoje com Marielle Franco no Rio de Janeiro, como fizemos e faremos ao ecoar os gritos por justiça na tragédia criminosa da mineração em Mariana, em Minas Gerais.

São tantos gritos pedindo por justiça, tantos massacres, tantas violações, será que vale a pena? Será que podemos fazer algo dentro de uma academia cada vez mais alienada, com critérios competitivos de produtividade que jogam uns contra os outros e acusam aqueles que se dedicam às lutas sociais?

A resposta, pelo menos para mim, mais uma vez surge no encontro agraciado entre a produção de conhecimentos e a busca por dignidade, ou seja, o que é realizado e respeitado por aquilo que o cacique Jairo Saw Munduruku buscou me transmitir em nosso encontro em julho de 2016, às margens do rio Tapajós, como o significado de sabedoria. Para Jairo, os verdadeiros sábios sempre respeitam a vida e as pessoas e não alternam verdades e mentiras impulsionados pela ganância e a vaidade.

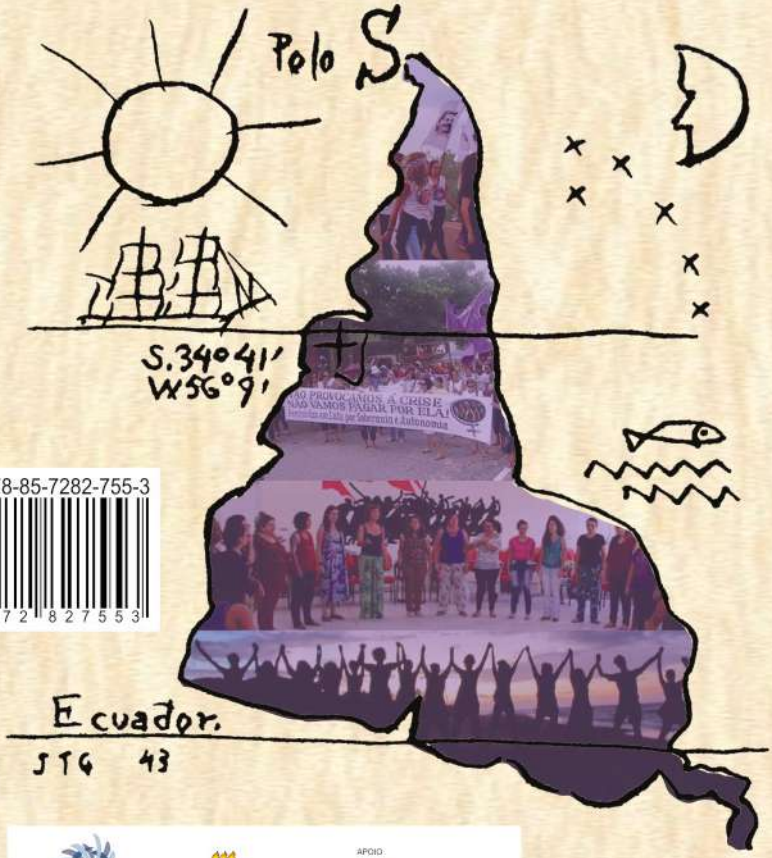
É isso que este belo livro do Tramas e seus parceiros nos inspiram: a viver e trabalhar, a aprender e ensinar, a sorrir e a chorar, sempre em busca de dignidade. Sim, vale a pena, da mesma maneira como nos dizia o grande poeta português Fernando Pessoa: "tudo vale a pena se a alma não é pequena". Quando sentimos isso plenamente – viver, aprender, compartilhar e mesmo morrer –, tudo pode soar como um ato solene de sentido, de paz interior e de sabedoria.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018

Marcelo Firpo Porto

Esta obra, organizada por trameiras e trameiros de lutas e insurgências, vem a público em um momento estratégico em que precisamos renovar energias emancipatórias e enfrentar a exacerbação das políticas neoliberais, no interior de um Estado autoritário e submetido aos interesses do capital, em meio às expressões do neoconservadorismo e, mesmo, do fascismo societal. Nesse cenário adverso, faz-se necessária a comunhão de esperanças e de forças libertárias para avançarmos nesse enfrentamento de classes. Mais do que nunca é preciso construir Epistemologias do Sul em experiências dissidentes. Impõe-se a exigência da crítica e da práxis emancipatória. Este livro surge de dentro das tessituras dessa resistência imprescindível.

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho, UFC



ISBN 978-85-7282-755-3

*A capa foi ilustrada a partir da obra "América invertida" (1943) do artista uruguaio Joaquín Torres García

TRAMAS
28 ANOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
APOIO
CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico